



# Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição N° 1255

Segunda-feira - 10 de Junho de 2013

Florianópolis/SC

## **Sumário**

### **Municípios**

Água Doce .....	2
Antônio Carlos .....	5
Biguaçu .....	6
Bom Retiro .....	16
Braço do Trombudo .....	17
Caçador .....	18
Camboriú .....	20
Campo Alegre .....	26
Campos Novos .....	28
Canoinhas .....	32
Capinzal .....	34
Catanduvas .....	34
Chapadão do Lageado .....	36
Concórdia .....	36
Cordilheira Alta .....	44
Coronel Freitas .....	46
Corupá .....	47
Curitibanos .....	49
Forquilha .....	49
Fraiburgo .....	50
Garopaba .....	72
Gaspar .....	73
Guaramirim .....	78
Herval d'Oeste .....	78
Ibiam .....	79
Ilhota .....	80
Imbituba .....	83
Iomerê .....	87
Ipumirim .....	90
Irineópolis .....	93
Itaiópolis .....	96
Itapiranga .....	96
Itapoá .....	98
Joaçaba .....	99
José Boiteux .....	100
Lages .....	100
Lauro Muller .....	101
Leoberto Leal .....	105
Luzerna .....	105
Macieira .....	117
Marema .....	118
Massaranduba .....	135
Meleiro .....	151
Morro da Fumaça .....	154
Navegantes .....	157
Orleans .....	237
Palhoça .....	239
Papanduva .....	242
Peritiba .....	242

Pescaria Brava .....	242
Porto Belo .....	250
Porto União .....	254
Rio do Sul .....	254
Salto Veloso .....	277
Santa Rosa do Sul .....	277
São Bento do Sul .....	278
São Domingos .....	281
São João do Sul .....	282
São José .....	283
São Lourenço do Oeste .....	287
Schroeder .....	288
Serra Alta .....	292
Siderópolis .....	294
Timbé do Sul .....	300
Timbó .....	300
Tunápolis .....	301
Videira .....	302
Vitor Meireles .....	314
Xavantina .....	315

### **Associações**

AMMVI .....	316
-------------	-----

### **Consórcios**

AGIR .....	319
------------	-----

### **CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal**

Nelson Guindani - Presidente • Gilsoni Lunardi Albino - Diretor Executivo

Danilo Murilo Chagas da Silva e Wendel Fabiano Ribeiro da Silva - Diagramadores

Rua Santos Saraiva, nº 1546, Estreito - CEP 88070-101 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br

# Água Doce

## PREFEITURA

### Extrato do Contrato N° 5A/2013

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE  
EXTRATO DO CONTRATO N° 5A/2013

CONTRATANTE : Fundo Municipal de Saúde do Município de Água Doce

CONTRATADO : Clínica DR. Rodriguez LTDA

PROCESSO: Processo Licitatório n°. 11/2013 - Dispensa de Licitação n°. 4/2013

OBJETO : O presente Contrato tem por objetivo a contratação de serviços profissionais médicos de ginecologista e obstetra para atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Saúde de Água Doce.

PREÇO : O valor total acertado é de R\$ 21.000,00 (vinte e um mil reais).

PAGAMENTO : O pagamento será até o dia 05 do mês subsequente ao vencido.

REAJUSTE : O preço ora acertado não sofrerá reajuste.

PRAZO : O prazo do presente contrato, será da data de sua assinatura até o dia 31.12.2013.

DATA : 04.03.2013

SIGNATÁRIOS: Valter Valentin Rampazzo pelo Fundo Municipal de Saúde e Samantha Rodriguez Torrico pela contratada.

### Extrato do Contrato N°. 10/2013

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE  
EXTRATO DO CONTRATO N° 10/2013

CONTRATANTE : Fundo Municipal de Saúde do Município de Água Doce

CONTRATADO : Metromed - Com. de Material Médico Hospitalar LTDA

PROCESSO: Processo Licitatório n°. 13/2013 - Pregão Presencial n°. 08/2013

OBJETO : O presente Contrato tem por objeto o fornecimento de material médico hospitalar destinado para manutenção dos ESF's do Município.

PREÇO : O valor total acertado é de R\$ 15.830,49 (quinze mil, oitocento e trinta reais e quarenta e nove centavos).

PAGAMENTO : O pagamento será até 30 dias após o fornecimento dos materiais licitados.

REAJUSTE : O preço ora acertado não sofrerá reajuste.

PRAZO : O prazo do presente contrato, será da data de sua assinatura até o dia 31.12.2013.

DATA : 15.04.2013

SIGNATÁRIOS: Valter Valentin Rampazzo pelo Fundo Municipal de Saúde e Jorge Henrique da Silva pela contratada.

### Extrato do Contrato N°. 11/2013

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE  
EXTRATO DO CONTRATO N° 11/2013

CONTRATANTE : Fundo Municipal de Saúde do Município de Água Doce

CONTRATADO : Altermed - Material Médico Hospitalar LTDA

PROCESSO: Processo Licitatório n°. 13/2013 - Pregão Presencial n°. 08/2013

OBJETO : O presente Contrato tem por objeto o fornecimento de material médico hospitalar destinado para manutenção dos ESF's do Município.

PREÇO : O valor total acertado é de R\$ 20.759,26 (vinte mil, setecentos e cinquenta e nove reais e vinte e seis centavos).

PAGAMENTO : O pagamento será até 30 dias após o fornecimento dos materiais licitados.

REAJUSTE : O preço ora acertado não sofrerá reajuste.

PRAZO : O prazo do presente contrato, será da data de sua assinatura até o dia 31.12.2013.

DATA : 15.04.2013

SIGNATÁRIOS: Valter Valentin Rampazzo pelo Fundo Municipal de Saúde e Maicon Cordova Pereira pela contratada.

### Extrato do Contrato N°. 12/2013

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE  
EXTRATO DO CONTRATO N° 12/2013

CONTRATANTE : Fundo Municipal de Saúde do Município de Água Doce

CONTRATADO : Odontomedi Produtos Odontológicos e Hospitalares LTDA

PROCESSO: Processo Licitatório n°. 13/2013 - Pregão Presencial n°. 08/2013

OBJETO : O presente Contrato tem por objeto o fornecimento de material médico hospitalar destinado para manutenção dos ESF's do Município.

PREÇO : O valor total acertado é de R\$ 8.334,02 (oito mil, trezentos e trinta e quatro reais e dois centavos).

PAGAMENTO : O pagamento será até 30 dias após o fornecimento dos materiais licitados.

REAJUSTE : O preço ora acertado não sofrerá reajuste.

PRAZO : O prazo do presente contrato, será da data de sua assinatura até o dia 31.12.2013.

DATA : 15.04.2013

SIGNATÁRIOS: Valter Valentin Rampazzo pelo Fundo Municipal de Saúde e Animari Terezinha Guimarães pela contratada.

### Extrato do Contrato N°. 13/2013

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE  
EXTRATO DO CONTRATO N° 13/2013

CONTRATANTE : Fundo Municipal de Saúde do Município de Água Doce

CONTRATADO : FUFA - SC Distribuidora Hospitalar LTDA

PROCESSO: Processo Licitatório n°. 13/2013 - Pregão Presencial n°. 08/2013

OBJETO : O presente Contrato tem por objeto o fornecimento de material médico hospitalar destinado para manutenção dos ESF's do Município.

PREÇO : O valor total acertado é de R\$ 22.079,00 (vinte e dois mil e setenta e nove reais).

PAGAMENTO : O pagamento será até 30 dias após o fornecimento dos materiais licitados.

REAJUSTE : O preço ora acertado não sofrerá reajuste.

PRAZO : O prazo do presente contrato, será da data de sua assinatura até o dia 31.12.2013.

DATA : 15.04.2013

SIGNATÁRIOS: Valter Valentin Rampazzo pelo Fundo Municipal de Saúde e José Carlos Moreira Ramos pela contratada.

### Extrato do Contrato N°. 14/2013

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE  
EXTRATO DO CONTRATO N° 14/2013

CONTRATANTE : Fundo Municipal de Saúde do Município de Água Doce

CONTRATADO : LA Dalla Porta Junior

PROCESSO: Processo Licitatório n°. 13/2013 - Pregão Presencial

n°. 08/2013

OBJETO : O presente Contrato tem por objeto o fornecimento de material médico hospitalar destinado para manutenção dos ESF's do Município.

PREÇO : O valor total acertado é de R\$ 7.623,63 (sete mil e seiscentos e vinte e três reais e sessenta e três centavos).

PAGAMENTO : O pagamento será até 30 dias após o fornecimento dos materiais licitados.

REAJUSTE : O preço ora acertado não sofrerá reajuste.

PRAZO : O prazo do presente contrato, será da data de sua assinatura até o dia 31.12.2013.

DATA : 15.04.2013

SIGNATÁRIOS: Valter Valentin Rampazzo pelo Fundo Municipal de Saúde e Luis Alberto Dalla Porta Junior pela contratada.

#### **Extrato do Contrato N°. 15/2013**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE

EXTRATO DO CONTRATO N° 15/2013

CONTRATANTE : Fundo Municipal de Saúde do Município de Água Doce

CONTRATADO : Plasmedic Com. De Materiais para uso Médico e Laboratorial LTDA

PROCESSO: Processo Licitatório n°. 13/2013 - Pregão Presencial n°. 08/2013

OBJETO : O presente Contrato tem por objeto o fornecimento de material médico hospitalar destinado para manutenção dos ESF's do Município.

PREÇO : O valor total acertado é de R\$ 15.953,20 (quinze mil e novecentos e cinquenta e três reais e vinte centavos).

PAGAMENTO : O pagamento será até 30 dias após o fornecimento dos materiais licitados.

REAJUSTE : O preço ora acertado não sofrerá reajuste.

PRAZO : O prazo do presente contrato, será da data de sua assinatura até o dia 31.12.2013.

DATA : 15.04.2013

SIGNATÁRIOS: Valter Valentin Rampazzo pelo Fundo Municipal de Saúde e Nédio Justino Massochin Junior pela contratada.

#### **Extrato do Contrato N°. 16/2013**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE

EXTRATO DO CONTRATO N° 16/2013

CONTRATANTE : Fundo Municipal de Saúde do Município de Água Doce

CONTRATADO : Qualymedic Comércio e Assistência Técnica LTDA

PROCESSO: Processo Licitatório n°. 13/2013 - Pregão Presencial n°. 08/2013

OBJETO : O presente Contrato tem por objeto o fornecimento de material médico hospitalar destinado para manutenção dos ESF's do Município.

PREÇO : O valor total acertado é de R\$ 6.342,00 (seis mil e trezentos e quarenta e dois reais).

PAGAMENTO : O pagamento será até 30 dias após o fornecimento dos materiais licitados.

REAJUSTE : O preço ora acertado não sofrerá reajuste.

PRAZO : O prazo do presente contrato, será da data de sua assinatura até o dia 31.12.2013.

DATA : 15.04.2013

SIGNATÁRIOS: Valter Valentin Rampazzo pelo Fundo Municipal de Saúde e Camilla de Souza Gomes pela contratada.

#### **Extrato do Contrato N°. 17/2013**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE

EXTRATO DO CONTRATO N° 17/2013

CONTRATANTE : Fundo Municipal de Saúde do Município de Água Doce

CONTRATADO : Dental Med Sul Artigos Odontológicos LTDA

PROCESSO: Processo Licitatório n°. 14/2013 - Pregão Presencial n°. 09/2013

OBJETO : O presente Contrato tem por objeto o fornecimento de material odontológico destinado para manutenção dos ESF's do Município.

PREÇO : O valor total acertado é de R\$ 28.652,40 (vinte e oito mil, seiscentos e cinquenta e dois reais e quarenta centavos).

PAGAMENTO : O pagamento será até 30 dias após o fornecimento dos materiais licitados.

REAJUSTE : O preço ora acertado não sofrerá reajuste.

PRAZO : O prazo do presente contrato, será da data de sua assinatura até o dia 31.12.2013.

DATA : 15.04.2013

SIGNATÁRIOS: Valter Valentin Rampazzo pelo Fundo Municipal de Saúde e Valter Elisbão Garcia Domini pela contratada.

#### **Extrato do Contrato N°. 18/2013**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE

EXTRATO DO CONTRATO N° 18/2013

CONTRATANTE : Fundo Municipal de Saúde do Município de Água Doce

CONTRATADO : Altermed Material Médico Hospitalar LTDA

PROCESSO: Processo Licitatório n°. 14/2013 - Pregão Presencial n°. 09/2013

OBJETO : O presente Contrato tem por objeto o fornecimento de material odontológico destinado para manutenção dos ESF's do Município.

PREÇO : O valor total acertado é de R\$ 12.510,18 (doze mil, quinhentos e dez reais e dezoito centavos).

PAGAMENTO : O pagamento será até 30 dias após o fornecimento dos materiais licitados.

REAJUSTE : O preço ora acertado não sofrerá reajuste.

PRAZO : O prazo do presente contrato, será da data de sua assinatura até o dia 31.12.2013.

DATA : 15.04.2013

SIGNATÁRIOS: Valter Valentin Rampazzo pelo Fundo Municipal de Saúde e Maicon Cordova Pereira pela contratada.

#### **Extrato do Contrato N°. 19/2013**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE

EXTRATO DO CONTRATO N° 19/2013

CONTRATANTE : Fundo Municipal de Saúde do Município de Água Doce

CONTRATADO : Odontomed Produtos Odontológicos e Hospitalares LTDA

PROCESSO: Processo Licitatório n°. 14/2013 - Pregão Presencial n°. 09/2013

OBJETO : O presente Contrato tem por objeto o fornecimento de material odontológico destinado para manutenção dos ESF's do Município.

PREÇO : O valor total acertado é de R\$ 10.278,39 (dez mil, duzentos e setenta e oito reais e trinta e nove centavos).

PAGAMENTO : O pagamento será até 30 dias após o fornecimento dos materiais licitados.

REAJUSTE : O preço ora acertado não sofrerá reajuste.

PRAZO : O prazo do presente contrato, será da data de sua assinatura até o dia 31.12.2013.

DATA : 15.04.2013

SIGNATÁRIOS: Valter Valentin Rampazzo pelo Fundo Municipal de Saúde e Animari Terezinha Guimarães pela contratada.

**Extrato do Contrato N°. 20/2013**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE

EXTRATO DO CONTRATO N° 20/2013

CONTRATANTE : Fundo Municipal de Saúde do Município de Água Doce

CONTRATADO : Silmes Comércio de Produtos Odontológicos LTDA

PROCESSO: Processo Licitatório n°. 14/2013 - Pregão Presencial n°. 09/2013

OBJETO : O presente Contrato tem por objeto o fornecimento de material odontológico destinado para manutenção dos ESF's do Município.

PREÇO : O valor total acertado é de R\$ 13.221,42 (treze mil, duzentos e vinte e um reais e quarenta e dois centavos).

PAGAMENTO : O pagamento será até 30 dias após o fornecimento dos materiais licitados.

REAJUSTE : O preço ora acertado não sofrerá reajuste.

PRAZO : O prazo do presente contrato, será da data de sua assinatura até o dia 31.12.2013.

DATA : 15.04.2013

SIGNATÁRIOS: Valter Valentin Rampazzo pelo Fundo Municipal de Saúde e Julia Wagner Jumes pela contratada.

**Extrato do Contrato N°. 21/2013**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE

EXTRATO DO CONTRATO N° 21/2013

CONTRATANTE : Fundo Municipal de Saúde do Município de Água Doce

CONTRATADO : Cirurgica Master LTDA EPP

PROCESSO: Processo Licitatório n°. 14/2013 - Pregão Presencial n°. 09/2013

OBJETO : O presente Contrato tem por objeto o fornecimento de material odontológico destinado para manutenção dos ESF's do Município.

PREÇO : O valor total acertado é de R\$ 10.376,11 (dez mil, trezentos e setenta e seis reais e onze centavos).

PAGAMENTO : O pagamento será até 30 dias após o fornecimento dos materiais licitados.

REAJUSTE : O preço ora acertado não sofrerá reajuste.

PRAZO : O prazo do presente contrato, será da data de sua assinatura até o dia 31.12.2013.

DATA : 15.04.2013

SIGNATÁRIOS: Valter Valentin Rampazzo pelo Fundo Municipal de Saúde e Vanusa Dias Eireli pela contratada.

**Extrato do Contrato N°. 22/2013**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE

EXTRATO DO CONTRATO N° 22/2013

CONTRATANTE : Fundo Municipal de Saúde do Município de Água Doce

CONTRATADO : MF de Almeida e CIA LTDA EPP

PROCESSO: Processo Licitatório n°. 14/2013 - Pregão Presencial n°. 09/2013

OBJETO : O presente Contrato tem por objeto o fornecimento de material odontológico destinado para manutenção dos ESF's do Município.

PREÇO : O valor total acertado é de R\$ 10.143,51 (dez mil, cento e quarenta e três reais e cinquenta e um centavos).

PAGAMENTO : O pagamento será até 30 dias após o fornecimento dos materiais licitados.

REAJUSTE : O preço ora acertado não sofrerá reajuste.

PRAZO : O prazo do presente contrato, será da data de sua assinatura até o dia 31.12.2013.

DATA : 15.04.2013

SIGNATÁRIOS: Valter Valentin Rampazzo pelo Fundo Municipal de Saúde e Marcio Freitas de Almeida pela contratada.

**Extrato do Contrato N°. 23/2013**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE

EXTRATO DO CONTRATO N° 23/2013

CONTRATANTE : Fundo Municipal de Saúde do Município de Água Doce

CONTRATADO : LA Dalla Porta Junior

PROCESSO: Processo Licitatório n°. 14/2013 - Pregão Presencial n°. 09/2013

OBJETO : O presente Contrato tem por objeto o fornecimento de material odontológico destinado para manutenção dos ESF's do Município.

PREÇO : O valor total acertado é de R\$ 10.334,67 (dez mil, trezentos e trinta e quatro reais e sessenta e sete centavos).

PAGAMENTO : O pagamento será até 30 dias após o fornecimento dos materiais licitados.

REAJUSTE : O preço ora acertado não sofrerá reajuste.

PRAZO : O prazo do presente contrato, será da data de sua assinatura até o dia 31.12.2013.

DATA : 15.04.2013

SIGNATÁRIOS: Valter Valentin Rampazzo pelo Fundo Municipal de Saúde e Luis Alberto Dalla Porta Junior pela contratada.

**Extrato do Contrato N°. 24/2013**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE

EXTRATO DO CONTRATO N° 24/2013

CONTRATANTE : Fundo Municipal de Saúde do Município de Água Doce

CONTRATADO : Inovadora Serviços de Tecnologia da Informação LTDA

PROCESSO: Processo Licitatório n°. 18/2013 - Pregão Presencial n°. 12/2013

OBJETO : O presente Contrato tem por objeto a prestação de serviço especializado na área de informática para locação de software de gestão pública na área de saúde.

PREÇO : O valor total acertado é de R\$ 12.900,00 (doze mil e novecentos reais).

PAGAMENTO : O pagamento será até o dia 05 do mês seguinte ao dos serviços prestados.

REAJUSTE : O preço ora acertado não sofrerá reajuste.

PRAZO : O prazo do presente contrato, será da data de sua assinatura até o dia 31.12.2013.

DATA : 03.05.2013

SIGNATÁRIOS: Valter Valentin Rampazzo pelo Fundo Municipal de Saúde e Ana Cristina Link pela contratada.

**Extrato do Contrato N°. 6/2013**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE

EXTRATO DO CONTRATO N° 6/2013

CONTRATANTE : Fundo Municipal de Saúde do Município de Água Doce

CONTRATADO : Clinivida - Clinica de Medicina Geral Prev. Braganolo Bordin S/S LTDA - ME

PROCESSO: Processo Licitatório n°. 12/2013 - Pregão Presencial n°. 7/2013

OBJETO : Contratação de profissional médico especializado em saúde mental - psiquiatria, para atendimento médico no centro de Atenção Psicossocial Microrregional Luiz Viecelli (CAPS) localizado no município de Água Doce, com atendimento todas as sextas-feiras com no máximo 25 consultas no dia.



PREÇO : O valor total acertado é de R\$ 160.000,00 (cento e sessenta mil reais).

PAGAMENTO : O pagamento será semanalmente de acordo com as consultas realizadas.

REAJUSTE : O preço ora acertado não sofrerá reajuste.

PRAZO : O prazo do presente contrato, será da data de sua assinatura até o dia 31.12.2013.

DATA : 18.03.2013

SIGNATÁRIOS: Valter Valentin Rampazzo pelo Fundo Municipal de Saúde e André Luis Bragagnolo Bordin pela contratada.

### Extrato do Contrato N°. 7/2013

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE

EXTRATO DO CONTRATO N° 7/2013

CONTRATANTE : Fundo Municipal de Saúde do Município de Água Doce

CONTRATADO : Lettrari & CIA LTDA.

PROCESSO: Processo Licitatório n°. 15/2013 - Convite n°. 1/2013

OBJETO : A presente licitação tem por objetivo a aquisição de material de consumo necessário para suprir as necessidades de usuários com atendimento e acompanhamento contínuo.

PREÇO : O valor total acertado é de R\$ 2.276,20 (dois mil, duzentos e setenta e seis reais e vinte centavos).

PAGAMENTO : O pagamento será até 10 dias após o fornecimento dos materiais licitados.

REAJUSTE : O preço ora acertado não sofrerá reajuste.

PRAZO : O prazo do presente contrato, será da data de sua assinatura até o dia 31.12.2013.

DATA : 05.04.2013

SIGNATÁRIOS: Valter Valentin Rampazzo pelo Fundo Municipal de Saúde e Cléber Anderson Lettrari pela contratada.

### Extrato do Contrato N°. 8/2013

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE

EXTRATO DO CONTRATO N° 8/2013

CONTRATANTE : Fundo Municipal de Saúde do Município de Água Doce

CONTRATADO : Supermercado AR Zanatta LTDA

PROCESSO: Processo Licitatório n°. 15/2013 - Convite n°. 1/2013

OBJETO : A presente licitação tem por objetivo a aquisição de material de consumo necessário para suprir as necessidades de usuários com atendimento e acompanhamento contínuo.

PREÇO : O valor total acertado é de R\$ 6.290,75 (seis mil, duzentos e noventa reais e setenta e cinco centavos).

PAGAMENTO : O pagamento será até 10 dias após o fornecimento dos materiais licitados.

REAJUSTE : O preço ora acertado não sofrerá reajuste.

PRAZO : O prazo do presente contrato, será da data de sua assinatura até o dia 31.12.2013.

DATA : 05.04.2013

SIGNATÁRIOS: Valter Valentin Rampazzo pelo Fundo Municipal de Saúde e Rodrigo Zanatta pela contratada.

### Extrato do Contrato N°. 9/2013

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE

EXTRATO DO CONTRATO N° 9/2013

CONTRATANTE : Fundo Municipal de Saúde do Município de Água Doce

CONTRATADO : Gute Schule Centro de Desenvolvimento da Arte e Cultura LTDA

PROCESSO: Processo Licitatório n°. 16/2013 - Pregão Presencial n°. 10/2013

OBJETO : O presente Contrato tem por objeto a prestação de serviços de instrução musical e dança.

PREÇO : O valor total acertado é de R\$ 14.990,00 (quatorze mil, novecentos e noventa reais).

PAGAMENTO : O pagamento será até o dia 05 do mês seguinte aos dos serviços prestados.

REAJUSTE : O preço ora acertado não sofrerá reajuste.

PRAZO : O prazo do presente contrato, será da data de sua assinatura até o dia 31.12.2013.

DATA : 08.04.2013

SIGNATÁRIOS: Valter Valentin Rampazzo pelo Fundo Municipal de Saúde e Sandra Regina Concatto pela contratada.

## Antônio Carlos

### PREFEITURA

### Extrato de Cancelamento

EXTRATO DE CANCELAMENTO

A Portaria n°. 274/2013, publicada no DOM de 29 de maio de 2013, pág.02, Edição n°. 1249, foi cancelada.

Antônio Carlos, 07 de junho de 2013.

ANTONIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

Autorizo a empresa "DIARIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS". DOM a publicar o EXTRATO DE CANCELAMENTO de PORTARIA N° 274/2013.

Antônio Carlos, 07 de junho de 2013.

ANTONIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

### Portaria N° 285/2013

PORTARIA N° 285/2013

Concede Férias a servidor efetivo.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder, FÉRIAS, por 20 dias, a servidor efetivo, JOSE SALESIO SCHMITZ, ocupante do cargo de MOTORISTA, a partir de 10 de junho de 2013, relativo ao período aquisitivo de 02/01/2011 a 01/01/2012.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 07 de junho de 2013.

ANTONIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, em 10 de junho de 2013.

### Portaria N° 286/2013

PORTARIA N° 286/2013

Concede Férias a servidor efetivo.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de Antônio Carlos,

no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Artigo 1º - Conceder, FÉRIAS, por 20 dias, a servidor efetivo, ELMA PRIM SCHMITZ, ocupante do cargo de AGENTE SERVIÇOS GERAIS - 20H, a partir de 10 de junho de 2013, relativo ao período aquisitivo de 01/08/2011 a 31/07/2012.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 07 de junho de 2013.

ANTONIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, em 10 de junho de 2013.

**Portaria N° 287/2013**

PORTARIA N° 287/2013

Nomeia Agente de Desenvolvimento.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Artigo 1º - Nomear, a servidora ROSANGELA LINO, ocupante do Cargo efetivo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO II, lotada nesta Prefeitura Municipal, para desempenhar as funções de AGENTE DE DESENVOLVIMENTO, em atenção aos dispositivos da Lei Complementar Federal n° 123/2006.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 07 de junho de 2013.

ANTONIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, em 10 de junho de 2013.

## Biguaçu

### PREFEITURA

**Lei N° 3368/2013**

LEI N° 3368/2013 DE 03 DE JUNHO DE 2013

FICA INSTITUIDA A SEMANA DO TESTE DE ACUIDADE VISUAL EM TODAS AS INSTITUIÇÕES DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU.

RAMON WOLLINGER, Prefeito Municipal de Biguaçu em exercício, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a criar a semana do teste de acuidade visual, em todas as instituições de ensino no município de Biguaçu, ou seja, Centros de Educação Infantil Municipais, Centros de Educação Infantil Comunitários, APAE e Escolas Municipais, Estaduais e particulares.

Art. 2º - O teste de acuidade visual deverá fazer parte do calendário escolar municipal em todas as instituições de ensino conforme

o Artigo 1º, ficando a cargo da Secretaria Municipal de Educação escolher qual a semana que será dedicada para a aplicação do teste de acuidade visual.

Art. 3º - O teste de acuidade visual deverá ser aplicado em uma sala comum dentro da própria instituição, contendo placas padrão específicas, iguais ou similares as placas usadas nos exames oftalmológicos com figuras, letras e números nos tamanhos "pequeno, médio e grande".

Art. 4º - Ficam a Secretaria Municipal de Educação e a Secretaria Municipal de Saúde, responsáveis em realizar o treinamento para aplicação do teste de acuidade visual aos professores ou a pessoa indicada pelo Diretor da instituição.

Art. 5º - Quando constatada a deficiência visual, o responsável pela aplicação do teste e o diretor da instituição de ensino, ficam obrigados a fazer um relatório com o nome do aluno e a dificuldade apresentada pelo mesmo, devendo-se comunicar com URGÊNCIA aos pais dos alunos(as) e também encaminhar este relatório para a Secretaria de Educação do município, para as devidas providências visando o tratamento.

Art. 6º - Fica a Secretaria Municipal de Saúde, responsável para dar os devidos encaminhamentos para as crianças que apresentarem algum problema de visão no teste de acuidade visual.

Art. 7º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Biguaçu, 03 de junho de 2013.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal em Exercício

Lei nº 3368/2013, de 03/06/2013

Sancionada em 03/06/2013

Reg. e publ.n/data

Marivalde Inez Kons

Escriturária

**Lei N° 3370/2013**

LEI N° 3370/2013 DE 05 DE JUNHO DE 2013

Autoriza a abertura de crédito adicional suplementar na Lei Orçamentária Anual de 2013.

RAMON WOLLINGER, Prefeito Municipal de Biguaçu em exercício, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar no montante de até R\$ 2.380.000,00 (Dois milhões trezentos e oitenta mil reais) utilizando como fonte de recursos a anulação de dotações, conforme abaixo especificado:

**SUPLEMENTAÇÃO**

21. Fundo Municipal de Saúde

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
2101.10.301.0004.1009	Construção do Hospital da Comarca de Biguaçu	350.000,00
4.4.00.00.00.00	Investimentos	350.000,00
4.4.90/0.1.02.000000	Aplicações Diretas	350.000,00
2101.10.301.0004.2034	Ações de Atenção Básica	230.000,00

3.3.00.00.00.00	Investimentos	230.000,00
3.3.90/0.2.28.000042	Aplicações Diretas	230.000,00

## 26. Encargos Gerais do Município

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
2601.28.843.0000.0003	Amortização de Dívidas	1.800.000,00
3.2.00.00.00.00	Juros e Encargos da Dívida	300.000,00
3.2.90/0.1.00.000000	Aplicações Diretas	300.000,00
4.6.00.00.00.00	Amortização da Dívida	1.500.000,00
4.6.90/0.1.00.000000	Aplicações Diretas	1.500.000,00

## ANULAÇÃO

### 2101. Fundo Municipal de Saúde

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
2101.10.302.0004.2090	Manutenção do Hospital da Comarca de Biguaçu	2.150.000,00
3.3.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes	2.150.000,00
3.3.90/0.1.02.000000	Aplicações Diretas	2.150.000,00
2101.10.301.0004.1014	Aquisição de Veículos	230.000,00
4.4.00.00.00.00	Investimentos	230.000,00
4.4.90/0.2.28.000042	Aplicações Diretas	230.000,00

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 05 de junho de 2013.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal em Exercício

Lei nº 3370/2013, de 05/06/2013

Sancionada em 05/06/2013

Reg. e publ.n/data

MARIVALDE INEZ KONS

Escriturária

## Portaria Nº 1797 de 05 de Junho de 2013

PORTARIA nº 1797 de 05 de junho de 2013

Demite o (a) Servidor (a) Virgínia Schmitt Machado, ocupante do cargo temporário de Auxiliar de Serviços Gerais IV, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 149 de 17 de julho de 2012.

### RESOLVE:

Art. 1º Demitir o (a) servidor (a) Virgínia Schmitt Machado, detentor do cargo de provimento temporário de Auxiliar de Serviços Gerais IV, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 08/06/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a partir de 08/06/2013.

Biguaçu, 05 de junho de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

## Portaria Nº 1797 de 05 de Junho de 2013

PORTARIA nº 1797 de 05 de junho de 2013

Demite o (a) Servidor (a) Virgínia Schmitt Machado, ocupante do cargo temporário de Auxiliar de Serviços Gerais IV, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 149 de 17 de julho de 2012.

### RESOLVE:

Art. 1º Demitir o (a) servidor (a) Virgínia Schmitt Machado, detentor do cargo de provimento temporário de Auxiliar de Serviços Gerais IV, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 08/06/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a partir de 08/06/2013.

Biguaçu, 05 de junho de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

## Portaria Nº 1798 de 05 de Junho de 2013

PORTARIA nº 1798 de 05 de junho de 2013

Demite o (a) Servidor (a) Sandréia Nunes, ocupante do cargo temporário de Auxiliar de Serviços Gerais IV, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 149 de 17 de julho de 2012.

### RESOLVE:

Art. 1º Demitir o (a) servidor (a) Sandréia Nunes, detentor do cargo de provimento temporário de Auxiliar de Serviços Gerais IV, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 08/06/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a partir de 08/06/2013.

Biguaçu, 05 de junho de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

## Portaria Nº 1799 de 05 de Junho de 2013

PORTARIA nº 1799 de 05 de junho de 2013

Demite o (a) Servidor (a) Rosania de Souza, ocupante do cargo temporário de Auxiliar de Serviços Gerais IV, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 149 de 17 de julho de 2012.

### RESOLVE:

Art. 1º Demitir o (a) servidor (a) Rosania de Souza, detentor do cargo de provimento temporário de Auxiliar de Serviços Gerais IV, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 08/06/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a partir de 08/06/2013.

Biguaçu, 05 de junho de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

**Portaria N° 1800 de 05 de Junho de 2013**

PORTARIA nº 1800 de 05 de junho de 2013

Demite o (a) Servidor (a) Nair Aparecida Caprestano, ocupante do cargo temporário de Auxiliar de Serviços Gerais IV, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 149 de 17 de julho de 2012.

**RESOLVE:**

Art. 1º Demitir o (a) servidor (a) Nair Aparecida Caprestano, detentor do cargo de provimento temporário de Auxiliar de Serviços Gerais IV, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 08/06/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a partir de 08/06/2013.

Biguaçu, 05 de junho de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

**Portaria N° 1801 de 05 de Junho de 2013**

PORTARIA nº 1801 de 05 de junho de 2013

Demite o (a) Servidor (a) Marli Nunes Gonçalves, ocupante do cargo temporário de Auxiliar de Serviços Gerais IV, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 149 de 17 de julho de 2012.

**RESOLVE:**

Art. 1º Demitir o (a) servidor (a) Marli Nunes Gonçalves, detentor do cargo de provimento temporário de Auxiliar de Serviços Gerais IV, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 08/06/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a partir de 08/06/2013.

Biguaçu, 05 de junho de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

**Portaria N° 1802 de 05 de Junho de 2013**

PORTARIA nº 1802 de 05 de junho de 2013

Demite o (a) Servidor (a) Marivone Martins, ocupante do cargo temporário de Auxiliar de Serviços Gerais IV, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 149 de 17 de julho de 2012.

**RESOLVE:**

Art. 1º Demitir o (a) servidor (a) Marivone Martins, detentor do cargo de provimento temporário de Auxiliar de Serviços Gerais IV, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 08/06/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a partir de 08/06/2013.

Biguaçu, 05 de junho de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

**Portaria N° 1803 de 05 de Junho de 2013**

PORTARIA nº 1803 de 05 de junho de 2013

Demite o (a) Servidor (a) Liliane Aparecida do Nascimento, ocupante do cargo temporário de Auxiliar de Serviços Gerais IV, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 149 de 17 de julho de 2012.

**RESOLVE:**

Art. 1º Demitir o (a) servidor (a) Liliane Aparecida do Nascimento, detentor do cargo de provimento temporário de Auxiliar de Serviços Gerais IV, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 08/06/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a partir de 08/06/2013.

Biguaçu, 05 de junho de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

**Portaria N° 1804 de 05 de Junho de 2013**

PORTARIA nº 1804 de 05 de junho de 2013

Demite o (a) Servidor (a) Carmelinda Rodrigues, ocupante do cargo temporário de Auxiliar de Serviços Gerais IV, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 149 de 17 de julho de 2012.

**RESOLVE:**

Art. 1º Demitir o (a) servidor (a) Carmelinda Rodrigues, detentor do cargo de provimento temporário de Auxiliar de Serviços Gerais IV, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 08/06/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a partir de 08/06/2013.

Biguaçu, 05 de junho de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

**Portaria N° 1805 de 05 de Junho de 2013**

PORTARIA nº 1805 de 05 de junho de 2013

Demite o (a) Servidor (a) Carmeli Maria da Luz, ocupante do cargo temporário de Auxiliar de Serviços Gerais IV, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 149 de 17 de julho de 2012.

**RESOLVE:**

Art. 1º Demitir o (a) servidor (a) Carmeli Maria da Luz, detentor do cargo de provimento temporário de Auxiliar de Serviços Gerais IV, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 08/06/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a partir de 08/06/2013.

Biguaçu, 05 de junho de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração



**Portaria N° 1806 de 05 de Junho de 2013**

PORTARIA nº 1806 de 05 de junho de 2013

Demite o (a) Servidor (a) Rosete Neis Correia, ocupante do cargo temporário de Auxiliar de Serviços Gerais V, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 149 de 17 de julho de 2012.

**RESOLVE:**

Art. 1º Demitir o (a) servidor (a) Rosete Neis Correia, detentor do cargo de provimento temporário de Auxiliar de Serviços Gerais V, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 08/06/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a partir de 08/06/2013.

Biguaçu, 05 de junho de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

**Portaria N° 1807 de 05 de Junho de 2013**

PORTARIA nº 1807 de 05 de junho de 2013

Demite o (a) Servidor (a) Maria Terezinha Gomes, ocupante do cargo temporário de Auxiliar de Serviços Gerais V, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 149 de 17 de julho de 2012.

**RESOLVE:**

Art. 1º Demitir o (a) servidor (a) Maria Terezinha Gomes, detentor do cargo de provimento temporário de Auxiliar de Serviços Gerais V, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 08/06/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a partir de 08/06/2013.

Biguaçu, 05 de junho de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

**Portaria N° 1808 de 05 de Junho de 2013**

PORTARIA nº 1808 de 05 de junho de 2013

Demite o (a) Servidor (a) Maria Olindina de Abreu, ocupante do cargo temporário de Auxiliar de Serviços Gerais V, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 149 de 17 de julho de 2012.

**RESOLVE:**

Art. 1º Demitir o (a) servidor (a) Maria Olindina de Abreu, detentor do cargo de provimento temporário de Auxiliar de Serviços Gerais V, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 08/06/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a partir de 08/06/2013.

Biguaçu, 05 de junho de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

**Portaria N° 1809 de 05 de Junho de 2013**

PORTARIA nº 1809 de 05 de junho de 2013

Demite o (a) Servidor (a) Elisabethe Regina de Souza Lopes, ocupante do cargo temporário de Auxiliar de Serviços Gerais V, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 149 de 17 de julho de 2012.

**RESOLVE:**

Art. 1º Demitir o (a) servidor (a) Elisabethe Regina de Souza Lopes, detentor do cargo de provimento temporário de Auxiliar de Serviços Gerais V, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 08/06/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a partir de 08/06/2013.

Biguaçu, 05 de junho de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

**Portaria N° 1810 de 05 de Junho de 2013**

PORTARIA nº 1810 de 05 de junho de 2013

Demite o (a) Servidor (a) Denize Aparecida Kil, ocupante do cargo temporário de Auxiliar de Serviços Gerais V, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 149 de 17 de julho de 2012.

**RESOLVE:**

Art. 1º Demitir o (a) servidor (a) Denize Aparecida Kil, detentor do cargo de provimento temporário de Auxiliar de Serviços Gerais V, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 08/06/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a partir de 08/06/2013.

Biguaçu, 05 de junho de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

**Portaria N° 1811 de 05 de Junho de 2013**

PORTARIA nº 1811 de 05 de junho de 2013

Demite o (a) Servidor (a) Ana Maria Sagás, ocupante do cargo temporário de Auxiliar de Serviços Gerais V, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 149 de 17 de julho de 2012.

**RESOLVE:**

Art. 1º Demitir o (a) servidor (a) Ana Maria Sagás, detentor do cargo de provimento temporário de Auxiliar de Serviços Gerais V, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 08/06/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a partir de 08/06/2013.

Biguaçu, 05 de junho de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

**Portaria N° 1812 de 05 de Junho de 2013**

PORTARIA nº 1812 de 05 de junho de 2013

Demite o (a) Servidor (a) Angélica Claudete Silvano de Souza, ocupante do cargo temporário de Auxiliar de Serviços Gerais V, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 149 de 17 de julho de 2012.

**RESOLVE:**

Art. 1º Demitir o (a) servidor (a) Angélica Claudete Silvano de Souza, detentor do cargo de provimento temporário de Auxiliar de Serviços Gerais V, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 29/05/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 29/05/2013.

Biguaçu, 05 de junho de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

**Portaria N° 1813 de 05 de Junho de 2013**

PORTARIA nº 1813 de 05 de junho de 2013

Demite o (a) Servidor (a) Luzia Denis de Simas, ocupante do cargo temporário de Auxiliar de Serviços Gerais V, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 149 de 17 de julho de 2012.

**RESOLVE:**

Art. 1º Demitir o (a) servidor (a) Luzia Denis de Simas, detentor do cargo de provimento temporário de Auxiliar de Serviços Gerais V, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 30/05/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 30/05/2013.

Biguaçu, 05 de junho de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

**Portaria N° 1814 de 05 de Junho de 2013**

PORTARIA nº 1814 de 05 de junho de 2013

Demite o (a) Servidor (a) Alcinéia Sueli Sodrê, ocupante do cargo temporário de Auxiliar de Serviços Gerais V, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 149 de 17 de julho de 2012.

**RESOLVE:**

Art. 1º Demitir o (a) servidor (a) Alcinéia Sueli Sodrê, detentor do cargo de provimento temporário de Auxiliar de Serviços Gerais V, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 30/05/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 30/05/2013.

Biguaçu, 05 de junho de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

**Portaria N° 1815 de 05 de Junho de 2013**

PORTARIA nº 1815 de 05 de junho de 2013

Demite o (a) Servidor (a) Adriana Silva do Nascimento, ocupante do cargo temporário de Auxiliar de Serviços Gerais V, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 149 de 17 de julho de 2012.

**RESOLVE:**

Art. 1º Demitir o (a) servidor (a) Adriana Silva do Nascimento, detentor do cargo de provimento temporário de Auxiliar de Serviços Gerais V, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 30/05/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 30/05/2013.

Biguaçu, 05 de junho de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

**Portaria N° 1816 de 05 de Junho de 2013**

PORTARIA nº 1816 de 05 de junho de 2013

Demite o (a) Servidor (a) Perpétua do Socorro Ribeiro Adriano, ocupante do cargo temporário de Auxiliar de Serviços Gerais V, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 149 de 17 de julho de 2012.

**RESOLVE:**

Art. 1º Demitir o (a) servidor (a) Perpétua do Socorro Ribeiro Adriano, detentor do cargo de provimento temporário de Auxiliar de Serviços Gerais V, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 30/05/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 30/05/2013.

Biguaçu, 05 de junho de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

**Portaria N° 1817 de 05 de Junho de 2013**

PORTARIA nº 1817 de 05 de junho de 2013

Demite o (a) Servidor (a) Mara Elizete Nunes, ocupante do cargo temporário de Professor II (20 horas), na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 149 de 17 de julho de 2012.

**RESOLVE:**

Art. 1º Demitir o (a) servidor (a) Mara Elizete Nunes, detentor do cargo de provimento temporário de Professor II (20 horas), na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 03/06/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 03/06/2013.

Biguaçu, 05 de junho de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

**Portaria N° 1818 de 05 de Junho de 2013**

PORTARIA nº 1818 de 05 de junho de 2013

Demite o (a) Servidor (a) Raquel Barboza Elizabete Carvalho, ocupante do cargo temporário de Professor II (40 horas), na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 149 de 17 de julho de 2012.

**RESOLVE:**

Art. 1º Demitir o (a) servidor (a) Raquel Barboza Elizabete Carvalho, detentor do cargo de provimento temporário de Professor II (40 horas), na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 13/06/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a partir de 13/06/2013.

Biguaçu, 05 de junho de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

**Portaria N° 1819 de 05 de Junho de 2013**

PORTARIA nº 1819 de 05 de junho de 2013

Demite o (a) Servidor (a) Irene Debortoli, ocupante do cargo temporário de Professor II (40 horas), na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 149 de 17 de julho de 2012.

**RESOLVE:**

Art. 1º Demitir o (a) servidor (a) Irene Debortoli, detentor do cargo de provimento temporário de Professor II (40 horas), na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 13/06/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a partir de 13/06/2013.

Biguaçu, 05 de junho de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

**Portaria N° 1820 de 05 de Junho de 2013**

PORTARIA nº 1820 de 05 de junho de 2013

Demite o (a) Servidor (a) Bárbara Rodrigues Debortoli, ocupante do cargo temporário de Professor II (40 horas), na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 149 de 17 de julho de 2012.

**RESOLVE:**

Art. 1º Demitir o (a) servidor (a) Bárbara Rodrigues Debortoli, detentor do cargo de provimento temporário de Professor II (40 horas), na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 08/06/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a partir de 08/06/2013.

Biguaçu, 05 de junho de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

**Portaria N° 1823 de 05 de Junho de 2013**

PORTARIA nº 1823 de 05 de junho de 2013

Demite o (a) Servidor (a) Matilde Gomes Inácio Junckes, ocupante do cargo temporário de Professor II (40 horas), na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 149 de 17 de julho de 2012.

**RESOLVE:**

Art. 1º Demitir o (a) servidor (a) Matilde Gomes Inácio Junckes, detentor do cargo de provimento temporário de Professor II (40 horas), na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 08/06/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a partir de 08/06/2013.

Biguaçu, 05 de junho de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

**Portaria N° 1824 de 05 de Junho de 2013**

PORTARIA nº 1824 de 05 de junho de 2013

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), ROSILENE POSSATO, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 149 de 17 de julho de 2012.

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse ROSILENE POSSATO, para desempenhar as funções do cargo não provido de ATENDENTE DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação e jornada de 30 horas semanais, no período de 04/06/2013 a 04/06/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 04/06/2013.

Biguaçu, 05 de junho de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

**Portaria N° 1825 de 05 de Junho de 2013**

PORTARIA nº 1825 de 05 de junho de 2013

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), LUCIMAR FURLANETTO MARTINS, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 149 de 17 de julho de 2012.

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse LUCIMAR FURLANETTO MARTINS, para desempenhar as funções do cargo não provido de TÉCNICO EM ENFERMAGEM DA FAMÍLIA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde e jornada de 40 horas semanais, no período de 01/06/2013 a 31/08/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/06/2013.

Biguaçu, 05 de junho de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

**Portaria N° 1826 de 05 de Junho de 2013**

PORTARIA nº 1826 de 05 de junho de 2013

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), ELIANE BATISTA, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 149 de 17 de julho de 2012.

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse ELIANE BATISTA, para desempenhar as funções do cargo não provido de TÉCNICO EM ENFERMAGEM DA FAMÍLIA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde e jornada de 40 horas semanais, no período de 01/06/2013 a 31/08/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/06/2013.

Biguaçu, 05 de junho de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

**Portaria N° 1827 de 05 de Junho de 2013**

PORTARIA nº 1827 de 05 de junho de 2013

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), DARLIANE CRISTINA FERNANDES, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 149 de 17 de julho de 2012.

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse DARLIANE CRISTINA FERNANDES, para desempenhar as funções do cargo não provido de TÉCNICO EM ENFERMAGEM DA FAMÍLIA,

do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde e jornada de 40 horas semanais, no período de 01/06/2013 a 31/08/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/06/2013.

Biguaçu, 05 de junho de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

**Portaria N° 1828 de 05 de Junho de 2013**

PORTARIA nº 1828 de 05 de junho de 2013

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), BENONI SIDINEI BRIZOLA, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 149 de 17 de julho de 2012.

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse BENONI SIDINEI BRIZOLA, para desempenhar as funções do cargo não provido de ENFERMEIRO DA FAMÍLIA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde e jornada de 40 horas semanais, no período de 01/06/2013 a 31/08/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/06/2013.

Biguaçu, 05 de junho de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

**Portaria N° 1829 de 05 de Junho de 2013**

PORTARIA nº 1829 de 05 de junho de 2013

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), CRISTIANE HERNANDES CRISPIM, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 149 de 17 de julho de 2012.

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse CRISTIANE HERNANDES CRISPIM, para desempenhar as funções do cargo não provido de ENFERMEIRO DA FAMÍLIA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde e jornada de 40 horas semanais, no período de 01/06/2013 a 31/08/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/06/2013.



Biguaçu, 05 de junho de 2013.  
JOÃO LUIZ LUZ  
Secretário Municipal de Administração

**Portaria N° 1830 de 05 de Junho de 2013**

PORTARIA nº 1830 de 05 de junho de 2013

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), CRISTIANE SILVA DE JESUS, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 149 de 17 de julho de 2012.

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse CRISTIANE SILVA DE JESUS, para desempenhar as funções do cargo não provido de ENFERMEIRO DA FAMÍLIA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde e jornada de 40 horas semanais, no período de 01/06/2013 a 31/08/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/06/2013.

Biguaçu, 05 de junho de 2013.  
JOÃO LUIZ LUZ  
Secretário Municipal de Administração

**Portaria N° 1831 de 05 de Junho de 2013**

PORTARIA nº 1831 de 05 de junho de 2013

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), CAROLINE HOFFMANN, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 149 de 17 de julho de 2012.

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse CAROLINE HOFFMANN, para desempenhar as funções do cargo não provido de ENFERMEIRO DA FAMÍLIA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde e jornada de 40 horas semanais, no período de 01/06/2013 a 31/08/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/06/2013.

Biguaçu, 05 de junho de 2013.  
JOÃO LUIZ LUZ  
Secretário Municipal de Administração

**Portaria N° 1832 de 05 de Junho de 2013**

PORTARIA nº 1832 de 05 de junho de 2013

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), RENATA GOMES DE SOUZA, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 149 de 17 de julho de 2012.

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse RENATA GOMES DE SOUZA, para desempenhar as funções do cargo não provido de MÉDICO DA FAMÍLIA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde e jornada de 40 horas semanais, no período de 01/06/2013 a 31/08/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/06/2013.

Biguaçu, 05 de junho de 2013.  
JOÃO LUIZ LUZ  
Secretário Municipal de Administração

**Portaria N° 1833 de 05 de Junho de 2013**

PORTARIA nº 1833 de 05 de junho de 2013

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), KARINE GUIMARÃES VIEIRA, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 149 de 17 de julho de 2012.

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse KARINE GUIMARÃES VIEIRA, para desempenhar as funções do cargo não provido de AUXILIAR DE CIRURGIÃO DENTISTA DA FAMÍLIA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde e jornada de 40 horas semanais, no período de 01/06/2013 a 31/08/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/06/2013.

Biguaçu, 05 de junho de 2013.  
JOÃO LUIZ LUZ  
Secretário Municipal de Administração

**Portaria N° 1834 de 05 de Junho de 2013**

PORTARIA nº 1834 de 05 de junho de 2013

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), IONE DIAS, e dá outras

providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 149 de 17 de julho de 2012.

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse IONE DIAS, para desempenhar as funções do cargo não provido de AUXILIAR DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde e jornada de 30 horas semanais, no período de 01/06/2013 a 31/08/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/06/2013.

Biguaçu, 05 de junho de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

**Portaria N° 1835 de 05 de Junho de 2013**

PORTARIA nº 1835 de 05 de junho de 2013

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), GLADIS DA SILVA, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 149 de 17 de julho de 2012.

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse GLADIS DA SILVA, para desempenhar as funções do cargo não provido de AUXILIAR DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde e jornada de 30 horas semanais, no período de 01/06/2013 a 31/08/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/06/2013.

Biguaçu, 05 de junho de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

**Portaria N° 1836 de 05 de Junho de 2013**

PORTARIA nº 1836 de 05 de junho de 2013

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), ANDRESA JACQUES, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 149 de 17 de julho de 2012.

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse ANDRESA JACQUES, para desempenhar as funções do cargo não provido de AUXILIAR DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde e jornada de 30 horas semanais, no período de 01/06/2013 a 31/08/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/06/2013.

Biguaçu, 05 de junho de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

**Portaria N° 1837 de 05 de Junho de 2013**

PORTARIA nº 1837 de 05 de junho de 2013

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), CRISTIANE ZIMMERMANN DE ASSUNÇÃO, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 149 de 17 de julho de 2012.

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse CRISTIANE ZIMMERMANN DE ASSUNÇÃO, para desempenhar as funções do cargo não provido de PSICÓLOGO DO NASF, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde e jornada de 40 horas semanais, no período de 01/06/2013 a 31/08/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/06/2013.

Biguaçu, 05 de junho de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

**Portaria N° 1838 de 05 de Junho de 2013**

PORTARIA nº 1838 de 05 de junho de 2013

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), JANICE ANTONIO PACHECO ROSA, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 149 de 17 de julho de 2012.

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse JANICE ANTONIO PACHECO ROSA, para desempenhar as funções do cargo não provido de ALMOXARIFE, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria

Municipal de Saúde e jornada de 40 horas semanais, no período de 01/06/2013 a 31/08/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/06/2013.

Biguaçu, 05 de junho de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

#### **Portaria N° 1839 de 05 de Junho de 2013**

PORTARIA nº 1839 de 05 de junho de 2013

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), DANIEL PETKOV, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 149 de 17 de julho de 2012.

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse DANIEL PETKOV, para desempenhar as funções do cargo não provido de MÉDICO DE EMERGÊNCIA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde e jornada conforme escala de plantão, no período de 01/01/2013 a 31/12/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/01/2013.

Biguaçu, 05 de junho de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

#### **Portaria N° 1840 de 05 de Junho de 2013**

PORTARIA nº 1840 de 05 de junho de 2013

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), HERCIO ENIO CAMPOS, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 149 de 17 de julho de 2012.

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse HERCIO ENIO CAMPOS, para desempenhar as funções do cargo não provido de MOTORISTA I, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde e jornada de 40 horas semanais, no período de 01/06/2013 a 30/06/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/06/2013.

Biguaçu, 05 de junho de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

#### **Portaria N° 1841 de 05 de Junho de 2013**

PORTARIA nº 1841 de 05 de junho de 2013

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), ELIAS ESTEFANO DA ROCHA, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 149 de 17 de julho de 2012.

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse ELIAS ESTEFANO DA ROCHA, para desempenhar as funções do cargo não provido de MOTORISTA I, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde e jornada de 40 horas semanais, no período de 01/06/2013 a 05/09/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/06/2013.

Biguaçu, 05 de junho de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

#### **Portaria N° 1842 de 06 de Junho de 2013**

PORTARIA nº 1842 de 06 de junho de 2013

Admitir o (a) Servidor (a) ALINE OLIN GOULART DARDE, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR III (EDUCAÇÃO ESPECIAL), na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 149 de 17 de julho de 2012.

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) ALINE OLIN GOULART DARDE, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR III (EDUCAÇÃO ESPECIAL), com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 19/04/2013 a 15/09/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 19/04/2013.

Biguaçu, 06 de junho de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

#### **Portaria N° 1843 de 06 de Junho de 2013**

PORTARIA nº 1843 de 06 de junho de 2013

ERRATA:

Na portaria 1551/2013, de exoneração do servidor Felipe da Silva Saldias Palácios, ocorreu um equívoco quanto à data de exoneração.

Portaria 1551 de 03 de maio de 2013:

Art. 1º Conceder exoneração ao servidor Felipe da Silva Saldias Palácios, detentor do cargo de provimento efetivo de Escriturário, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Administração, inscrito na matrícula funcional nº 10970, a partir de 26/04/2013.

Passa a ter a seguinte redação:

Art. 1º Conceder exoneração ao servidor Felipe da Silva Saldias Palácios, detentor do cargo de provimento efetivo de Escriturário, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Administração, inscrito na matrícula funcional nº 10970, a partir de 02/05/2013.

Biguaçu, 06 de junho de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

### Portaria Nº 1844 de 06 de Junho de 2013

PORTARIA nº 1844 de 06 de junho de 2013

Concede exoneração ao Servidor Anne Luisa Nardi, ocupante do cargo efetivo de Psicólogo, na Secretaria Municipal de Saúde, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder exoneração ao servidor Anne Luisa Nardi, detentor do cargo de provimento efetivo de Psicólogo, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, inscrito na matrícula funcional nº 8084, a partir de 06/06/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a contar de 06/06/2013.

Biguaçu, 06 de junho de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

### Portaria Nº. 1845 de 06 de Junho de 2013.

PORTARIA nº. 1845 de 06 de junho de 2013.

Autoriza a averbação de Certidão de Tempo de Serviço/Contribuição expedida pelo INSS, nos assentos funcionais do(a) servidor(a) LUIZ FERNANDO CHALTEIN DE OLIVEIRA BELO, detentor(a) da matrícula 204 e do cargo de provimento efetivo MEDICO VETERINARIO, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Biguaçu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar a averbação nos assentamentos funcionais do(a) servidor(a) LUIZ FERNANDO CHALTEIN DE OLIVEIRA BELO, detentor(a) da matrícula 204 e do cargo de provimento efetivo de MEDICO VETERINARIO, da Certidão de Tempo de Serviço/Contribuição, expedida pelo INSS, sob o nº 20001010.1.00099/09-0, da qual se extraiu o período de 04 (quatro) anos, e 04 (quatro) meses e 18 (dezoito) dias, para fins de concessão de aposentadoria e/ou abono de permanência.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Biguaçu, 06 de junho de 2013.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal EM EXERCÍCIO

### Licitações

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

AVISO DE REVOGAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO

PP 68/2013 PMB

O Prefeito Municipal de Biguaçu em exercício, Senhor Ramon Wollinger, torna público para conhecimento de todos os interessados, a Revogação do Processo Licitatório PP 68/2013 PMB que tem por objeto "Aquisição de tubos de concreto para manutenção de redes pluviais no Município de Biguaçu", devido à proposta de preço da empresa vencedora apresentar valor acima do praticado no mercado.

Biguaçu, 04 de Junho de 2013.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal em Exercício

### Contrato Número 10.103/2013 - PP 40/2013 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE SAÚDE

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

CONTRATO NÚMERO 10.103/2013

PROCESSO: PP 40/2013 - FMS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE LEITE EM PO E FORMULA ALIMENTAR INFANTIL PARA ATENDER A PROCESSOS JUDICIAIS, FORNECIDOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE BIGUAÇU. AQUISIÇÃO DE FORMULA INFANTIL 1 PARA ATENDER AS CRIANÇAS DO PROGRAMA DE DST/HIV/AIDS.

Contratado: MMNUTRI NUTRIÇÃO E FARMACÊUTICA LTDA.

Valor: R\$ 30.827,60 (TRINTA MIL OITOCENTOS E VINTE E SETE REAIS E SESENTA CENTAVOS).

Prazo de vigência: até 31/12/2013.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO

Secretário Municipal de Saúde.

**Bom Retiro**

**PREFEITURA**

### 56.13 - Decreto Desmembramento Pomesul

DECRETO Nº 56/13 de 06.06.13

Autoriza o desmembramento de área urbana para instalação de lote urbano

O Prefeito de Bom Retiro no uso de suas atribuições legais que lhe faculta o art. 95, VIII, da Lei Orgânica Municipal:

RESOLVE:

Art. 1º. Conforme requerimento nº 211//2013, que esta



Prefeitura aprovou e o Prefeito Municipal Decreta o desmembramento do imóvel de propriedade de POMESUL FRUTAS LTDA, CNPJ nº 05.460.541/0001-16, inscrição imobiliária nº 01.01.127.0420.001, com uma área total de 12.065,90m², sendo a área desmembrada de 749,38m², ficando uma área remanescente de 11.316,52m².

Art. 2º. O imóvel fica situado na Avenida Major Generoso, Centro, Bom Retiro, Santa Catarina. As medidas e confrontações estão no memorial descritivo e mapa em anexo, visado por este órgão. O levantamento topográfico foi efetuado pelo agrimensor José Luiz Florentino da Silva - CREA 13.314-8.

Art. 3º. O imóvel possui a Infraestrutura exigida pela legislação vigente como água, energia elétrica e iluminação pública e canalização que recolhe a água pluvial e o esgoto das residências.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Bom Retiro, 06/06/2013.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado Na Data Supra

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

### 57.13 - Decreto Desmembramento Prefeitura

DECRETO Nº 57/13 de 06.06.13

Autoriza o desmembramento de área urbana para instalação de lote urbano

O Prefeito de Bom Retiro no uso de suas atribuições legais que lhe faculta o art. 95, VIII, da Lei Orgânica Municipal:

#### RESOLVE:

Art. 1º. Certifico conforme requerimento nº 205/2013, que esta Prefeitura aprovou através de decreto, o desmembramento do imóvel de sua propriedade: PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO, CNPJ nº 82.777.343.0001/21, inscrição imobiliária nº 01.01.146.0152.001, lote 181 da quadra 13, devidamente registrado no Cartório de imóveis desta comarca de Bom Retiro, com uma área total de 646,00m², desta área será desmembrada uma área medindo 360,00m²; que pertence a Carlos Abelardo de Souza, CPF nº 484.613.009.63, o qual é lindeiro, restando uma área remanescente de 286,00m², onde foi construída uma estação de tratamento de esgoto, que pertence ao Município de Bom Retiro.

Art. 2º. O imóvel fica situado na Rua Walfredo Kunn esquina com a Rua São José, Bairro São José, Bom Retiro, Santa Catarina. As medidas e confrontações estão no memorial descritivo e mapa em anexo, visado por este órgão. O levantamento topográfico e georreferenciamento foi efetuado pelo responsável técnico em agrimensura, Ângelo José Guizoni - CREA 27620-6.

Art. 3º. O imóvel possui a Infraestrutura exigida pela legislação vigente como água, energia elétrica e iluminação pública e canalização que recolhe a água pluvial e o esgoto das residências.

O referido é verdade e damos fé.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Bom Retiro, 06/06/2013.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado Na Data Supra

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

### 585.06.13 - P. Lic. Trat. Saude Ires K. Bosquetti

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 585/13 de 06.06.13

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

#### R e s o l v e:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 03 (três) dias de licença para tratamento de saúde nos dias 05, 06 e 07 de junho de 2013, a funcionária Ires Kapitula Bosquetti, ocupante do cargo de Assessora de Serviços Gerais - Nível 17, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
06 de junho de 2013.

ALBINO GONÇALVES PADILHA DARIO CESAR DE LINS

Prefeito Municipal Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

## Braço do Trombudo

### PREFEITURA

#### Pregão Presencial 27/2013

PROCESSO ADMINISTRATIVO 29/2013

EDITAL DE LIC. PREGÃO PRESENCIAL 27/2013 - SRP

O Município de Braço do Trombudo SC torna público para conhecimento dos interessados que as 09h00min horas do dia 24.06.2013, estará selecionando a melhor proposta para REGISTRO DE PREÇOS que objetiva a eventual Contratação de Prestação de Serviços de Perfuração e Detonação de Rochas, com fornecimento de materiais e mão de obra no município de Braço do Trombudo, na Prefeitura Municipal pelo fone 47 3547-0179 pelo e-mail: licitacao@bracodotrombudo.sc.gov.br ou pelo site www.bracodotrombudo.sc.gov.br.

Braço do Trombudo, em 10 de junho de 2013.

CHARLES RAFAEL SCHWAMBACH

Prefeito Municipal.



# Caçador

## PREFEITURA

### Portaria N° 22.683

PORTARIA N° 22.683, de 27 de maio de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto nos termos da Lei nº 1.889, de 22/04/2003 e Lei nº 1.932, de 02/07/2003, que cria gratificação de produtividade aos fiscais de obras e posturas do Município,

#### RESOLVE:

CONCEDER aos Servidores abaixo relacionados, gratificação por produtividade, referente ao período de 16/04/2013 a 15/05/2013, especificando: código, nome, cargo, referência, secretaria de lotação e pontuação, conforme segue:

Cód.	Nome	Cargo	Ref.	Sec.	Pontuação
10458	Ademilson Fernandes	Fiscal de Obras	22	IPPUC	1.000
11775	Ariel Bleichuehl Dallazem	Fiscal de Obras	22	IPPUC	1.000
4594	Gelson Luiz Savi	Fiscal de Postura	27	002	1.000
3277	Gisele Aparecida Mandelli	Fiscal de Postura	22	IPPUC	1.000
6814	Jaqueline Carneiro Pinzegher	Fiscal Tributista	57	002	1.000
11776	Maicon Faccioni de Mello	Fiscal de Obras	22	IPPUC	1.000
12577	Mara do Amaral e Silva	Fiscal de Postura	22	002	1.000
801	Nedival Rodrigues Cruz	Fiscal de Postura	27	002	1.000

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 27 de maio de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO

Prefeito Municipal.

ASSIS PEREIRA

Secretário de Administração.

### Portaria N° 22.684

PORTARIA N° 22.684, de 27 de maio de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 114, da Lei complementar nº 056, de 20/12/2004- Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador e com nova redação dada pela Lei Complementar nº 137/2008,

#### RESOLVE:

CONCEDER a Servidora Pública Municipal, abaixo relacionada, 180 (cento e oitenta) dias de licença maternidade, especificando:

código, nome, cargo, secretaria de lotação e data do início da licença, conforme segue:

Cód.	Nome	Cargo	Sec.	Data Início
7674	Patrícia Kirschner	Técnico em Higiene Dental	006	09/04/2013

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 27 de maio de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO

Prefeito Municipal.

### Portaria N° 22.692

PORTARIA nº 22.692, de 27 de maio de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da lei Orgânica do Município de Caçador e mais o que prevê o art. 30 e seguintes da Lei Complementar nº 203, de 23/02/2011 e suas alterações.

#### RESOLVE:

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais, abaixo relacionados, lotados nas diversas Secretarias Municipais, ascensão de nível por tempo de serviço, dentro do plano de carreira, especificando: código do servidor, nome e nível ascendido, no período de 01/05/2013 a 31/05/2013, conforme segue:

Código	Nome	Nível ascendido
9198	Eliane do Amaral	Nível I - Nível II
2609	Márcia Elaine Bonfanti	Nível V - Nível VI
900	Adilson Roberto Ribeiro	Nível XI - Nível XII
1161	Beatriz Pereira Santos	Nível VI - Nível VII

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 27 de maio de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO

Prefeito Municipal.

### Portaria N° 22.698

PORTARIA nº 22.698, de 27 de maio de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 179, da Lei Complementar nº 056/2004- Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

#### RESOLVE:

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais, abaixo relacionados, em serviço na Secretaria de Administração, o pagamento do serviço extraordinário, HORAS EXTRAS, prestados durante o mês de maio de 2013, especificando código, nome dos servidores e quantidade de horas, conforme segue:

Cód.	Nome	Nº horas
504	ANTONIO CARLOS CASTILHO	40,00
10387	CAROLINE SEMKE MORAES	40,00
1046	ELENA GRACI GRABACH CARNEIRO	35,00
10639	ELIANE FATIMA ESTANISLOWSKI SCHAITEL	36,00
10496	GERUSA BELO	40,00
764	DARCI PIRES DE CAMARGO	10,00
2497	VILMAR GOES	40,00

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 27 de maio de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO

Prefeito Municipal.

ASSIS PEREIRA

Secretário de Administração.

### Contrato Administrativo N° 46/2013 - Prefeitura

Contrato Administrativo nº 46/2013 - Prefeitura - 3º aditamento ao Contrato Administrativo nº 77/2012, PRORROGA PRAZO POR 60 DIAS ACRESCENTA SERVIÇOS, que tem por Objeto a Contratação de EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DE QUADRA E A REFORMA DE SANITÁRIOS, LAVANDERIA, TELHADO E PISO NA ESCOLA ALCIDES TOMBINI, Referente ao processo licitatório nº 104/2012 Tomada de Preços nº 10/2012, Empresa Contratada: CONSTRUTORA E INCORPORADORA SAKS LTDA CNPJ nº 79.919.585/0001-06, com sede no Município de Videira/SC; Prazo 60(sessenta) dias.

### Ata de Registro de Preço N° 05 - 2013 - FMAS

Ata de Registro de Preço nº 05/2013 - PREGÃO PRESENCIAL N° 05/2013 - FMAS, Registro de Preços para a AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA COMPOR "KIT MATERNIDADE" PARA ATENDIMENTO AO AUXÍLIO MATERNIDADE CONFORME LOAS ART.22, Referente ao processo licitatório nº 08/2013, Pregão Presencial nº 05/2013 Empresa, HARMONIZE INDUSTRIA E COMÉRCIO TÊXTIL LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 11.740.027/0001-37, com sede no Município de Videira - SC, com entrega estimada para o exercício de 2013. conforme as seguintes especificações e preços:

ITEM	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO	MARCA	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
1	200	UNID	COBERTOR PARA BERÇO COM 90 X 1,10M, 100% ACRÍLICO, ANTIALÉRGICO	ETRURIA	60,00	12.000,00
2	600	CONJ	CONJUNTOS PAGÃOZINHO RECÉM-NASCIDO, 100% ALGODÃO	HARMONIZE	18,00	10.800,00
3	400	UNID	MACACÃO TIPO TIP-TOP RECÉM-NASCIDO, 100% PLUSH	PALMINHA	27,00	10.800,00
4	200	UNID	TOCA RECÉM-NASCIDO, EM MALHA	HARMONIZE	3,18	636,00
5	600	PARES	PARES DE MEIAS RECÉM-NASCIDO, 63 % ALGODÃO, 31% POLIAMIDA, 4% ELASTANO, 2% ELASTODIENO	HARMONIZE	2,90	1.740,00
6	600	UNID	CALÇA PLÁSTICA FORRADA RECÉM-NASCIDO INTERNO, 100% POLIÉSTER E EXTERNO 100% POLIAMIDA	HARMONIZE	2,29	1.374,00
7	400	PCT	FRALDA DESCARTÁVEL RECÉM-NASCIDO COM 10 UNIDADES. COMPOSIÇÃO: FILME DE POLIETILENO, POLPA DE CELULOSE, PAPEL ABSORVENTE, SUPER GEL, TECIDO NÃO DE POLIPROPILENO, ADESIVO TERMOPLÁSTICO, FIOS DE ELÁSTICO, FITAS ADESIVAS, COMPONENTES ATÓXICOS, NÃO PROPENSOS A CAUSAR IRRITAÇÃO EM CONTATO COM A PELE DO BEBÊ	CAPRICO	10,20	4.080,00
TOTAL GERAL						41.430,00

**IPASC****Portaria N.º 597, de 23 de Maio de 2013.**

PORTARIA n.º 597, de 23 de maio de 2013.

Concede aposentadoria por idade a DOLVINA MASSEROLLI LOCATELLI.

O Diretor Presidente e a Diretora Administrativa do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - IPASC, no uso das atribuições, conferidas pela Lei Complementar n.º 93, de 29/12/06, nos termos do Art. 40, § 1º, III, "b", §§ 2º e 3º da Constituição Federal, com a redação das Emenda Constitucional n.º 20/1998 e Emenda Constitucional n.º 41/2003, mais o previsto no Art. 37, I, II e III, da Lei Complementar n.º 93/2006,

**RESOLVEM:**

Art. 1º Conceder aposentadoria por idade à Servidora DOLVINA MASSEROLLI LOCATELLI, portadora do RG 1.687.305, inscrita no CPF sob n.º 933.474.569-04, PIS/PASEP n.º 190.12716.67-8, a contar de 16 de maio de 2013, nos termos do art. 40, § 1º, III, "b", §§ 2º e 3º da Constituição Federal, com a redação das Emendas Constitucionais n.º 20/1998 e n.º 41/2003 e art. 37, I, II e III, da Lei Complementar n.º 93/2006, Matrícula n.º 3.425 na atividade, ocupante do cargo efetivo de Merendeira, Referência 1.5D, lotada na Secretaria de Educação, passando à matrícula n.º 3299, no IPASC, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição de 3.909/10.950 dias, correspondendo a 35,69%, da média dos salários de contribuição, no valor de R\$ 294,56 (duzentos e noventa e quatro reais e cinquenta e seis centavos), e sem paridade, a serem pagos pelo IPASC, assegurada percepção de proventos correspondentes a um piso municipal no valor de R\$ 736,05 (setecentos e trinta e seis reais e cinco centavos), nos termos do Art. 64, da Lei Complementar n.º 93/2006.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos a contar de 16 de maio de 2013.

Registre-se e Publique-se.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, 23 de maio de 2013.

ALCEDIR FERLIN

DIRETOR PRESIDENTE.

ELIETE CATARINA D'AGOSTINI

DIRETORA ADMINISTRATIVA.

**Camboriú****PREFEITURA****Concorrência Pública 002/2013 - PMC**

CONCORRENCIA PÚBLICA 0022013 - PMC

OBJETO CONSTITUI OBJETO DO PRESENTE EDITAL A SELEÇÃO DE INSTITUIÇÃO FINANCEIRA PARA PRESTAR SERVIÇOS, COM EXCLUSIVIDADE NA OPERAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO DOS SERVIDORES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, ATIVIDADES DE SERVIÇOS BANCÁRIOS, BEM COMO VIABILIZAR A POSSIBILIDADE DE OPERAR EMPRÉSTIMOS COM CONSIGNAÇÃO EM FOLHA DE PAGAMENTO AOS SERVIDORES, PRESTANDO O SERVIÇO COM REGULARIDADE, CONTINUIDADE, EFICIÊNCIA, SEGURANÇA, ATUALIDADE, GENERALIDADE, CORTESIA NA SUA PRESTAÇÃO E MODICIDADE DAS TARIFAS, NA FORMA DO TERMO DE REFERÊNCIA E DEMAIS ELEMENTOS CONSTITUÍDOS, ANEXADOS A ESTE EDITAL.

FORMA DE JULGAMENTO MAIOR OFERTA

DATA DA ABERTURA 11 DE JULHO DE 2013 AS 1400 H.

**II 2/13 - PMC**

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

INEXIGÊNCIA LICITATÓRIA Nº. 002/2013 - PMC

Data: 06/06/2013

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇO DE MÃO DE OBRA COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA CONserto DE CATERPILLAR MOTONIVELADORA 120H.

Valor total: R\$: 18.361,75 (Dezoito Mil Trezentos e Sessenta e Um Reais e Setenta e Cinco Centavos)

Secretaria: Obras e Serviços Urbanos

Contratado: PARANA EQUIPAMENTOS S/A

Embasamento legal: artigo 25, inciso "I", da lei Federal 8666/1993.

Camboriú, 06 de Junho de 2013.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

**PEGAS**

Programa de Excelência na Gestão da Assistência Social



- Monitoramento e avaliação dos resultados obtidos na execução dos serviços, programas, projetos e benefícios dos municípios;
- Melhoria contínua do trabalho desenvolvido, com foco na satisfação dos usuários e suas famílias;
- Sustentabilidade e eficácia da rede de proteção de assistência social;
- Acompanhamento global de forma integrada com a rede de proteção social;
- Acesso aos dados registrados de atendimentos anteriores em qualquer unidade de atendimento social;
- Agilidade na identificação e no atendimento nos diferentes equipamentos sociais – CRAS, CREAS, Abrigos Institucionais, Casa Lar entre outros;
- Perfil fidedigno do usuário;
- Eficácia da equipe de referência de Assistência Social nos CRAS, CRES e demais equipamentos sociais;
- Ausência de duplicidade de atendimentos e liberação de benefícios;
- Economia de tempo;
- Aprimoramento do processo de trabalho;
- Agilidade no atendimento;
- Mensuração qualitativa e quantitativa dos serviços prestados;
- Relatórios estatísticos;
- Levantamento real da demanda reprimida;
- Permite a elaboração do Plano de Acompanhamento Familiar e sua atualização;
- Realização de diagnóstico social no município para definição de estratégias de intervenção.

[www.ciga.sc.gov.br](http://www.ciga.sc.gov.br)**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)



**Editais de Aplicação de Penalidade Pelo Cometimento de Infração de Transito N° 194 974 - 978 - 982 - 986/2013**  
Editais de Penalidade

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N° 194 974/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
CIR3084	55540775B	5185/0	22/04/2008	R\$ 127,69	167
CIR3084	55540777B	7234/0	22/04/2008	R\$ 85,13	250 * I * a
CJI4787	55654016D	5185/1	21/01/2013	R\$ 127,69	167
IFP8513	55653992D	5452/1	19/02/2013	R\$ 127,69	181 * VIII
LWR8149	55655026D	5185/1	25/01/2013	R\$ 127,69	167
MBA0102	54455134E	5185/1	15/02/2013	R\$ 127,69	167
MBA0102	54455135E	5185/2	15/02/2013	R\$ 127,69	167
MBS3543	55542629B	5347/0	03/04/2009	R\$ 85,12	178
MBS3543	55542630B	5819/2	03/04/2009	R\$ 574,61	193
MCY9932	54455560E	5185/2	26/02/2013	R\$ 127,69	167
MDD7927	55655154D	5541/5	29/01/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MDE0455	54455041E	5568/0	21/02/2013	R\$ 127,69	181 * XIX
MDE0455	54455042E	5452/1	21/02/2013	R\$ 127,69	181 * VIII
MEL2246	55956164B	5207/0	10/04/2009	R\$ 53,20	169
MER0227	55541204B	5207/0	18/06/2008	R\$ 53,20	169
MEZ0323	55957934B	7030/2	29/03/2009	R\$ 191,53	244 * I
MFI2653	54885880B	5720/0	25/05/2008	R\$ 127,69	186 * I
MJA0981	54455195E	5185/1	14/02/2013	R\$ 127,69	167
MJO3305	55654619D	5541/1	15/02/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MKS2180	55539583B	5207/0	15/04/2009	R\$ 53,20	169
MKS2180	55539584B	7056/1	15/04/2009	R\$ 191,53	244 * III
MUT3191	55956965B	5380/0	10/03/2009	R\$ 85,12	181 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMBÓRIU/SC, 27 DE MAIO DE 2013

JAIR GRINGS  
DIRETOR DE TRANSITO

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET**  
**DETRAN - DEINFRA**

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO**  
**DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 194 978/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

PIAcA	Auto dE Infração	Código dA Infração / DEsdobrAmEnto	DAta dA Infração	VAlor dA Infração	EnquAdrAmEnto
AOM9124	55651735D	5541/6	09/07/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
CSJ9222	55540988B	5720/0	15/06/2008	R\$ 127,69	186 * I
DUG7346	55651080D	6173/2	08/07/2012	R\$ 127,69	215 * I * a
DUG7346	55651081D	5835/0	08/07/2012	R\$ 127,69	195
EFC4044	55005345D	5185/1	18/06/2012	R\$ 127,69	167
MBI5197	55006774D	5185/1	06/06/2012	R\$ 127,69	167
MHL0484	55651082D	7072/1	11/07/2012	R\$ 191,53	244 * V
MHL0484	55651751D	7048/1	11/07/2012	R\$ 191,53	244 * II
MHL0484	55651752D	6858/0	11/07/2012	R\$ 85,12	231 * VII
MHN1041	55652111D	5185/1	13/07/2012	R\$ 127,69	167
MIE8869	55652484D	5215/2	05/09/2012	R\$ 191,53	170
MIV9416	55005658D	7030/2	10/07/2012	R\$ 191,53	244 * I
MKW4545	55653869D	7315/0	06/03/2013	R\$ 85,12	252 * I
MKW4545	55653870D	7366/2	06/03/2013	R\$ 85,12	252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS

PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 27 DE MAIO DE 2013

JAIR GRINGS

DIRETOR DE TRANSITO

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET**  
**DETRAN - DEINFRA**

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO**  
**DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 194 982/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AAC7055	55652112D	5606/0	13/07/2012	R\$ 53,20	182 * IV
AZA6161	55955527B	5541/1	18/12/2008	R\$ 53,20	181 * XVII
IIK2177	55541440B	5185/1	20/12/2008	R\$ 127,69	167
JRN8420	54455174E	5185/1	14/02/2013	R\$ 127,69	167
LZC4046	55651602D	5452/3	14/07/2012	R\$ 127,69	181 * VIII
MBV9174	55956017B	5835/0	21/12/2008	R\$ 127,69	195
MDC8962	55651064D	5193/0	17/06/2012	R\$ 191,53	168
MDD5874	55957531B	5207/0	07/04/2009	R\$ 53,20	169
MDD5874	55957532B	7048/1	07/04/2009	R\$ 191,53	244 * II
MDD5874	55957533B	5835/0	07/04/2009	R\$ 127,69	195
MDY1367	55952627C	5541/6	15/06/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MFK3104	55955782B	6076/0	20/12/2008	R\$ 191,53	210
MFK3104	55955784B	5819/1	20/12/2008	R\$ 574,61	193
MGH7501	55956707B	6050/1	07/01/2009	R\$ 191,53	208
MGK2946	55005998D	5541/6	19/06/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MHC6550	55654964D	5541/6	08/02/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MHL1061	54455178E	5185/1	14/02/2013	R\$ 127,69	167
MJV1171	55651079D	5819/2	07/07/2012	R\$ 574,61	193

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 27 DE MAIO DE 2013

JAIR GRINGS

DIRETOR DE TRANSITO



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 194 986/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

PIAcA	Auto dE Infração	Código dA Infração / DEsdobrAmEnto	DAtA dA Infração	Valor dA Infração	EnquAdrAmEnto
DRP8583	55651925D	5525/0	20/07/2012	R\$ 85,12	181 * XV
HTW1021	55959749B	5720/0	25/10/2009	R\$ 127,69	186 * I
LYW1318	55957558B	5460/0	03/05/2009	R\$ 85,12	181 * IX
LZC8151	55541167B	5568/0	01/05/2009	R\$ 127,69	181 * XIX
MBL5524	55959604B	5819/2	29/09/2009	R\$ 574,61	193
MBM7283	55541180B	5568/0	01/05/2009	R\$ 127,69	181 * XIX
MBU4601	55956538B	5819/2	01/05/2009	R\$ 574,61	193
MBW0513	55959095B	5835/0	20/09/2009	R\$ 127,69	195
MBW0513	55959098B	7064/0	20/09/2009	R\$ 191,53	244 * IV
MBW0513	55959099B	5819/1	20/09/2009	R\$ 574,61	193
MBW0513	55959100B	5738/0	20/09/2009	R\$ 191,53	186 * II
MCQ8005	55959903B	5819/2	27/10/2009	R\$ 574,61	193
MCV2403	55958364B	7056/2	16/05/2009	R\$ 85,12	244 * III c/c §1º
MDN5932	55958744B	5835/0	23/11/2009	R\$ 127,69	195
MEA5857	55959034B	5819/4	22/10/2009	R\$ 574,61	193
MEA5857	55959035B	5835/0	22/10/2009	R\$ 127,69	195
MEJ8572	55957308B	5878/0	20/04/2009	R\$ 85,12	199
MEO7396	55958573B	7056/1	16/05/2009	R\$ 191,53	244 * III
MET0489	55957886B	5207/0	16/05/2009	R\$ 53,20	169
MEV6871	55651941D	5738/0	01/08/2012	R\$ 191,53	186 * II
MFI3884	55959584B	5525/0	20/10/2009	R\$ 85,12	181 * XV
MFS2731	55369661C	7056/1	21/11/2009	R\$ 191,53	244 * III
MGF6052	55959315B	5207/0	13/10/2009	R\$ 53,20	169
MGN6699	55369851C	5908/0	22/11/2009	R\$ 127,69	202 * I
MHW4566	55652068D	7366/2	26/07/2012	R\$ 85,12	252 * VI



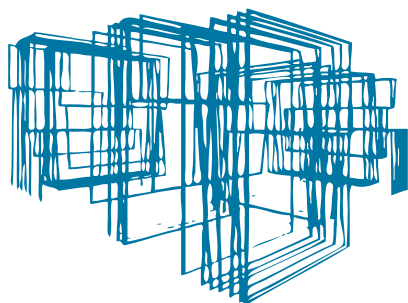
TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 27 DE MAIO DE 2013

JAIR GRINGS

DIRETOR DE TRANSITO

Análise de projetos e obras em alto nível:  
sistema mais inteligente, amigável e eficiente



## Programa de Gestão de Obras

Programa de Gestão de Obras:  
um sistema para ajudar quem constrói o Brasil



[www.ciga.sc.gov.br](http://www.ciga.sc.gov.br)



**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

# Campo Alegre

## PREFEITURA

### Decreto N° 7.798 de 06 de Junho de 2013

Gabinete do Prefeito

DECRETO N° 7.798 DE 06 DE JUNHO DE 2013

CONSTITUI E NOMEIA MEMBROS DA COMISSÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL N° 006/2013.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, especialmente o disposto no Artigo 71, Inciso VII da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o Artigo 300 Inciso X da Lei Complementar Municipal nº 006, de 19 de setembro de 2002; Decreta:

Art.1º) Constituir e nomear os membros da Comissão Avaliativa do Processo Seletivo Simplificado Edital nº 006/2013.

§ 1º) Para Comissão de Avaliação ficam nomeados os seguintes membros:

Rosani Aparecida da Silva, matrícula funcional nº 000211;  
Veronica da Cruz de Siqueira, matrícula funcional nº 000618;  
José Carlos Neneve Cordeiro, matrícula funcional nº 000084;

§ 2º) Para, sob a Presidência do Primeiro, supervisionar, nos termos do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, para a Seleção do seguinte cargo público e função: Motorista - Motorista Ônibus Escolar, objeto do Edital de Processo Seletivo Simplificado Edital nº 006/2013 do Poder Executivo do Município de Campo Alegre/SC.

§3º) Para a Comissão de aplicação e avaliação da Prova Prática, do respectivo Processo Seletivo Simplificado ficam designados os seguintes membros:

Antonio Alfredo dos Santos, matrícula funcional nº 000005;  
Alaércio Luis Cordeiro, registro no sistema nº 955151;  
Ivo Drancka Dziedcz, matrícula funcional nº 000706.

Art.2º) Os membros ora designados, deverão avaliar, supervisionar e fiscalizar o processo de avaliação dos candidatos do Edital do Processo Seletivo Simplificado nº 006/2013, ao término emitir parecer/relatório do referido Edital.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre/SC, 06 de junho de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 06/06/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### Processo Seletivo Simplificado Edital N° 006/2013

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL N° 006/2013

O Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, conforme dispõe o Art. 37, inciso IX da Constituição Federal de 1988 e Art. 300, inciso X da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, torna público para o conhecimento dos interessados que estão abertas às inscrições do Processo Seletivo Simplificado para contratação de pessoal em Caráter Temporário, no quadro de pessoal do Poder Executivo do Município de Campo Alegre/SC.

#### 1 – DO OBJETO

O objeto do presente Edital consiste no Processo Seletivo Simplificado para contratação em caráter temporário, na Secretaria Municipal de Educação do Município Campo Alegre/SC.

Nº VAGAS	CARGO	FUNÇÃO	CARGA HORÁRIA	HABILITAÇÃO PROFISSIONAL	VENCIMENTO
01	Imediata	Motorista (ônibus escolar)	40 horas semanais	4ª série do 1º grau; Possuir Habilitação própria para Carteira "D" ou "E", na forma do Código Nacional de Trânsito; Curso para Transporte Escolar; Aprovação em prova prática.	R\$ 925,52 Mais 30% de Periculosidade e R\$ 130,00 de Vale alimentação.

#### 2 – DAS INSCRIÇÕES

2.1 – As inscrições estarão abertas no período de 10 a 14 de junho de 2013, na Prefeitura Municipal de Campo Alegre, sito à rua Cel. Bueno Franco nº 292, centro, no horário das 08:00 horas às 12:00 horas e 13:00 horas às 17:00 horas.

#### 2.2 – São condições de Inscrição:

Ser brasileiro nato ou naturalizado;  
Encontrar-se em pleno exercício de seus direitos civis e políticos;  
Estar quite com as obrigações militares e eleitorais;  
Conhecer e estar de acordo com as exigências contidas neste Edital;  
Possuir escolaridade ou habilitação correspondente aos níveis exigidos por Lei para o cargo.

2.3 – O candidato deverá preencher a ficha de inscrição e anexar fotocópias dos seguintes documentos:

- I - Carteira de identidade;
- II - Cadastro de pessoa física – CPF (fotocópia legível)
- III - Certidão de Nascimento dos filhos menores de 18 anos e ou guarda/ tutela.
- IV - Comprovante de Quitação Eleitoral.
- V - Certificado Militar
- VI - Comprovação do nível de escolaridade exigido;
- VII - Comprovação e validade do curso de Transporte Escolar.
- VIII - Habilitação exigida para o exercício do cargo (CNH).
- IX - Documentos hábeis para a contagem de tempo de serviço,

se houver, comprovando experiência profissional no nível/função para qual se inscreveu mediante fotocópia da Carteira de Trabalho ou Certidão expedida por Repartição Pública,

2.4 – A adulteração ou a não veracidade de qualquer declaração ou documento apresentado pelo candidato verificado a qualquer tempo, o eliminará do Processo Seletivo, sem prejuízo da adoção de medidas judiciais necessárias à responsabilização criminal do candidato.

2.5 – Uma vez efetuada e protocolada a inscrição, não serão aceitos pedidos de alteração, e nem permitido anexar documentos.

2.6 – Será permitida a inscrição por procuração pública ou por instrumento particular com firma reconhecida, específica para este Processo Seletivo constando à função para qual candidato deseja inscrever-se. O procurador deverá entregar além dos documentos do candidato exigidos no item 2.3, a fotocópia legível de sua cédula de identidade, bem como instrumento de procuração.

2.7 – As inscrições deferidas serão homologadas e publicadas na imprensa, bem como afixadas no mural da Prefeitura Municipal de Campo Alegre. O candidato que tiver indeferido a inscrição terá 02 (dois) dias úteis, a contar da publicação para recorrer da decisão, em recurso dirigido ao Prefeito Municipal, que o julgará em igual período, após parecer conclusivo da Comissão Organizadora.

2.8 – A Prova Prática para o cargo de motorista terá início na Garagem da Prefeitura Municipal, às 09:00 horas do dia 21 de junho de 2013. Os candidatos com as inscrições homologadas para o cargo de Motorista deverão apresentar a Carteira Nacional de Habilitação "D" ou "E" para realizar a prova, na forma do Código Nacional de Trânsito.

2.9 – Para o cargo de Motorista a prova consistirá em um percurso pelas ruas do centro do Município de Campo Alegre, saindo da Garagem da Prefeitura sentido a Rua Cel. Raimundo Munhoz entrar a direita na Rua Altamiro Lobo Guimarães, descer na rua Getúlio Vargas e entrar a direita na Rua Benjamin Constant retornando a Garagem da Prefeitura.

### 3 – DA CLASSIFICAÇÃO

3.1 – Os critérios de classificação do presente processo seletivo será de Tempo de Serviço do candidato na área e Prova Prática.

3.2 – Para a contagem de tempo de serviço será considerado como data limite, o dia 31 de maio de 2013.

3.3 – Para efeitos de classificação de Tempo de Serviço será atribuída a seguinte pontuação:

I – 0,05 (zero vírgula zero cinco) ponto por mês completo de serviço prestado, público ou particular, dentro da área para qual o candidato se inscreveu.

3.4 – No cálculo de pontuação por tempo de serviço, computar-se-á o mês de 30 dias, caso haja sobra de dias, somar-se-á a fração de 16 dias ou mais, como um mês.

3.5 – A pontuação da prova prática será de 0 a 10 pontos.

3.6 – O resultado final para os cargos com prova prática será a soma da pontuação por tempo de serviço na área mais a pontuação da prova prática.

3.7 – Para o caso de empate, entre candidato, após a classificação final, serão aplicados os critérios de preferência:

- o mais idoso;
- maior número de filhos ou dependentes menores de 18 anos (conforme certidão dos mesmos anexos a ficha de inscrição).

3.8 – A lista do resultado final será divulgada no quadro de avisos da Prefeitura Municipal de Campo Alegre/SC e publicado na imprensa, sendo a classificação final dos candidatos, feita em ordem crescente de pontos.

3.9 – O candidato terá o prazo de 02 (dois) dias, a contar da data de divulgação da listagem para entrar com pedido de reconsideração da classificação, junto ao Setor de Protocolos da Prefeitura Municipal.

### 4 – DA JORNADA DE TRABALHO E DO REGIME EMPREGATÍCIO

4.1 – A jornada de trabalho do contratado para o cargo de motorista será de 40 horas semanais.

4.2 – Os classificados no processo seletivo serão admitidos sob regime especial, conforme necessidade da Administração.

### 5 – DAS EXIGÊNCIAS PARA A ADMISSÃO

5.1 – Os classificados serão admitidos neste Processo obedecendo rigorosamente à ordem de classificação por cargo.

5.2 – A habilitação e classificação neste Processo Seletivo não asseguram o direito de ingresso automático no quadro de pessoal da Prefeitura Municipal. A decisão sobre a admissão é de competência da Prefeitura, dentro do interesse e conveniência da mesma.

5.3 – Por ocasião da admissão, serão exigidos do candidato, os seguintes documentos:

- a) Carteira de Identidade
- b) Certidão de nascimento
- c) Certidão de casamento
- d) CPF
- e) Comprovante de regularidade de situação cadastral no CPF
- f) Título de eleitor
- g) Comprovante de votação ou comprovante de regularidade eleitoral
- h) Carteira de Trabalho
- i) Comprovante de Residência
- j) Certificado de reservista
- k) Declaração de dependentes
- l) Declaração Imposto de renda ou de isento
- m) Certidão nascimento dos filhos
- n) Carteira de Vacina filhos menores de 06 anos
- o) Informar se possui filhos deficientes
- p) Carteira de registro no órgão de fiscalização profissional (CNH)
- q) Comprovação e validade do curso de Transporte Escolar
- r) Certificado do nível de escolaridade
- s) Pis/Pasep
- t) Conta corrente no Banco Brasil
- u) Atestado Admissional
- v) Em caso de acumulabilidade de cargo público apresentar declaração constando cargo, carga horária semanal e horário cumprido.
- w) Certidão negativa expedida pelo poder judiciário Cartório de distribuição de feitos civis e criminais da comarca de São Bento do sul, de não existir quaisquer procedimento sumaríssimo ou ordinário ou processo de execução promovido pela administração pública que desabone sua situação funcional.
- x) O candidato deverá apresentar certidão expedida pelo Serviço de Pessoal da Prefeitura Municipal, na qual seja expressamente indicado que o mesmo não possui contrato rescindido antecipadamente pela administração.

5.4 – A prática de ato de falsidade ideológica em prova documental, resultará na eliminação do candidato do presente Edital e anulação dos demais atos decorrentes, sujeitando-se às penas da lei.

5.5 – O candidato que for classificado deverá manter, durante todo o prazo de validade do Processo Seletivo, seu telefone e endereço

atualizado junto ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal. Caso o candidato não seja localizado por alteração de telefone ou por endereço insuficiente, será considerado como desistente.

## 6 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

6.1 – É de exclusiva responsabilidade do candidato o preenchimento correto de sua ficha de inscrição e também o anexo de seus documentos conforme item 2.3 deste Edital.

6.2 – Este Edital tem validade de um ano, podendo ser prorrogado se necessário por apenas mais um ano.

6.3 – Os casos omissos e situações não previstas neste edital, serão analisados e deferidos pela Comissão Organizadora e Avaliadora deste Processo Seletivo.

Campo Alegre "SC", 05 de junho de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

## ANEXO I

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE

SERVIÇO PESSOAL

FICHA DE INSCRIÇÃO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL 006/2013

NÚMERO: \_\_\_\_\_ CARGO PRETENDIDO: \_\_\_\_\_

NOME: \_\_\_\_\_ RG: \_\_\_\_\_

DATA DE NASCIMENTO: \_\_\_\_\_ SEXO: \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_

TÍTULO DE ELEITOR \_\_\_\_\_

ESTADO CIVIL \_\_\_\_\_ Nº DEPENDENTES \_\_\_\_\_

RUA: \_\_\_\_\_

BAIRRO: \_\_\_\_\_ CIDADE: \_\_\_\_\_

CEP: \_\_\_\_\_ ESTADO: \_\_\_\_\_ TEL: \_\_\_\_\_

FORMAÇÃO ESCOLAR: \_\_\_\_\_

Obs: Anexar cópia dos documentos exigidos no Edital de Processo Seletivo número 003/2013

DATA: \_\_\_\_\_ ASS: \_\_\_\_\_

FICHA DE INSCRIÇÃO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

EDITAL 006/2013

NÚMERO: \_\_\_\_\_ CARGO PRETENDIDO: \_\_\_\_\_

NOME: \_\_\_\_\_ RG: \_\_\_\_\_

# Campos Novos

## PREFEITURA

### Lei Complementar Nº 09/13 - Altera Redação da Lei Complementar Nº 07/11 Sobre o Plano de Carreira e Remuneração dos Profissionais da Educação

LEI COMPLEMENTAR Nº 09/2013 DE 06/06/2013

ALTERA REDAÇÃO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 07/11 DE 23/09/2011, QUE DISPÕE SOBRE O PLANO DE CARREIRA E REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Nelson Cruz, Prefeito Municipal de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso V da Lei Orgânica e na forma da lei,

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTE MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º. O artigo 14 da Lei Complementar nº 07/09 de 23/09/2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 14. O professor poderá ministrar aulas acima do limite estabelecido no §1º do artigo anterior e perceberá sob a forma de aulas excedentes, a base de 2,5% (dois vírgula cinco por cento) por aula, calculado sobre o vencimento do cargo, considerando a carga horária de 40 (quarenta) horas, não podendo ultrapassar 08 (oito), 06 (seis), 04 (quatro) ou 02 (duas) aulas excedentes para as cargas horárias de 40 (quarenta), 30 (trinta), 20 (vinte) ou 10 (dez) horas semanais de trabalho, respectivamente".

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, 06 de junho de 2013.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

### Lei Nº 3.878/13 - Declara de Utilidade Pública Associação de Produtores Rurais Integrados ao Campo - Apric

LEI Nº 3.878/2013 DE 06/06/2013

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA ENTIDADE QUE MENCIONA.

Nelson Cruz, Prefeito Municipal de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso V da Lei Orgânica e na forma da lei,

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTE MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º. Fica declarado de Utilidade Pública a Associação de Produtores Rurais Integrados ao Campo - APRIC, entidade com sede administrativa na Linha Durigon, Distrito Guarani, cidade de Campos Novos, inscrita no CNPJ sob nº 97.527.296/0001-35 e Estatutos Sociais registrados no Cartório de Registro de Títulos, Documentos e das Pessoas Jurídicas da comarca de Campos Novos.

Art. 2º. É assegurado à entidade mencionada no artigo 1º os benefícios previstos na Lei Orgânica, e na legislação ordinária do município.

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.



Prefeitura de Campos Novos, 06 de junho de 2013.  
NELSON CRUZ  
Prefeito Municipal

**Lei N° 3.879/13 - Autoriza Concessão de Auxílio Financeiro À Entidade Que Menciona e Dá Outras Providências**

LEI N° 3.879/13 DE 06/06/2013

AUTORIZA CONCESSÃO DE AUXÍLIO FINANCEIRO À ENTIDADE QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Nelson Cruz, Prefeito Municipal de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso V da Lei Orgânica e na forma da lei,

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTE MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º. Fica autorizado o Poder Executivo a conceder auxílio financeiro ao Lions Clube Campos Novos Aliança, CNPJ 72.490.667/0001-20, no valor de R\$ 2.220,00 (dois mil duzentos e vinte reais).

Art. 2º. As despesas indicadas no artigo 1º serão satisfeitas através da seguinte rubrica orçamentária.

ÓRGÃO: 01 - Gabinete do Prefeito

UNIDADE: 01 - Gabinete do Prefeito

PROJ./ATIV.: 2.000 - Manutenção do Gabinete do Prefeito

ELEM. DE DESPESA: 3 - 3.3.50.00.00.00.00.00.0.1.000.0

VALOR: R\$ 2.220,00

Art. 3º. A entidade beneficiada deverá realizar a prestação de contas conforme o disposto na Instrução Normativa nº 003/SCI/2010, no prazo de 30 (trinta) dias.

Art. 4º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, 06 de junho de 2013.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

**Lei N° 3.880/13 - Autoriza Concessão de Auxílio Financeiro À Entidade e Dá Outras Providências**

LEI N° 3.880/13 DE 06/06/2013

AUTORIZA CONCESSÃO DE AUXÍLIO FINANCEIRO À ENTIDADE QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Nelson Cruz, Prefeito Municipal de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso V da Lei Orgânica e na forma da lei,

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTE MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º. Fica autorizado o Poder Executivo a conceder auxílio financeiro a APP da Escola de Educação Básica Coronel Gasparino Zorzi, CNPJ 83.827.006/0001-64, no valor de R\$ 5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais).

Art. 2º. As despesas indicadas no artigo 1º serão satisfeitas através das seguintes rubricas orçamentárias.

ÓRGÃO: 01 - Gabinete do Prefeito

UNIDADE: 01 - Gabinete do Prefeito

PROJ./ATIV.: 2.000 - Manutenção do Gabinete do Prefeito

ELEM. DE DESPESA: 3 - 3.3.50.00.00.00.00.00.0.1.000.0  
VALOR: R\$ 2.000,00

ÓRGÃO: 34 - FUNDO DA INFÂNCIA E DA ADOLESCÊNCIA  
UNIDADE: 01 - FUNDO DA INFÂNCIA E DA ADOLESCÊNCIA  
PROJ./ATIV.: 2.046 - Reeq. Do Fundo Mun. da Infância e da Adolescência

ELEM. DE DESPESA: 2 - 3.3.50.00.00.00.00.00.00.01.000.0

VALOR: R\$ 3.500,00

Art. 3º. A entidade beneficiada deverá realizar a prestação de contas conforme o disposto na Instrução Normativa nº 003/SCI/2010, no prazo de 30 (trinta) dias.

Art. 4º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, 06 de junho de 2013.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

**Lei N° 3.881/13 - Dispõe Sobre a Criação do Conselho Municipal de Direitos do Idoso e Dá Outras Providências**

LEI N° 3.881/2013 DE 06/06/2013

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE DIREITOS DO IDOSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Nelson Cruz, Prefeito Municipal de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso V da Lei Orgânica e na forma da lei,

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTE MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Capítulo I

Do Conselho Municipal de Direitos do Idoso

Art. 1º. Fica criado O Conselho Municipal de Direitos do Idoso - CMDI - órgão permanente, paritário, consultivo, deliberativo, formulador e controlador das políticas públicas e ações voltadas para o idoso no âmbito do Município de Campos Novos/SC, sendo acompanhado pela Secretaria Municipal de Assistência Social, órgão gestor das políticas de assistência social do Município.

Art. 2º. Compete ao Conselho Municipal de Direitos do Idoso:

I - Formular diretrizes para o desenvolvimento das atividades de proteção e assistência que o município deve prestar aos idosos, nas áreas de sua competência;

II - Propor, acompanhar, fiscalizar e avaliar a Política Municipal dos Direitos dos Idosos, zelando pela sua execução;

III - Elaborar proposições, objetivando aperfeiçoar a legislação pertinente à Política Municipal dos Direitos dos idosos;

IV - Indicar as prioridades a serem incluídas no planejamento municipal quanto às questões que dizem respeito ao idoso;

V - Cumprir e zelar pelo cumprimento das normas constitucionais e legais referentes ao idoso, sobretudo a Lei Federal nº. 8.842, de 04/07/94, a Lei Federal nº. 10.741, de 1º/10/03 (Estatuto do Idoso) e leis pertinentes de caráter estadual e municipal, denunciando à autoridade competente e ao Ministério Público o descumprimento de qualquer uma delas;

VI - Fiscalizar o cumprimento do Estatuto do Idoso junto as entidades governamentais e não-governamentais de atendimento ao idoso, conforme o disposto no artigo 52 da Lei nº. 10.741/03.

VII - Propor, incentivar e apoiar a realização de eventos, estudos, programas e pesquisas voltados para a promoção, a proteção e a defesa dos direitos do idoso;

VIII - Promover a integração e o intercâmbio de informações que atuam em favor da causa social do idoso;

IX - Inscrever os programas das entidades governamentais e não-governamentais de assistência ao idoso;

X - Estimular a mobilização e a organização das comunidades para equacionamento das questões do idoso;

XI - Estabelecer a forma de participação do idoso residente no custeio da entidade de longa permanência para idoso filantrópica ou casa-lar, cuja cobrança é facultada, não podendo exceder a 70% (setenta por cento) de qualquer benefício previdenciário ou de assistência social percebido pelo idoso;

XII - Oportunizar processo de conscientização da sociedade em geral, com vista a valorização do idoso;

XIII - Divulgar os direitos dos idosos, bem como, os mecanismos que asseguram tais leis;

XIV - Apreçar o plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e a proposta orçamentária anual e suas eventuais alterações, zelando pela inclusão de ações voltadas à política de atendimento do idoso;

XV - Indicar prioridades para a destinação dos valores depositados no Fundo Municipal dos Direitos do Idoso, elaborando ou aprovando planos e programas em que está prevista a aplicação de recursos oriundos daquele;

XVI - Zelar pela efetiva descentralização político-administrativa e pela participação de organizações representativas dos idosos na implementação de política, planos, programas e projetos de atendimento ao idoso;

XVII - Elaborar o seu regimento interno;

XVIII - Realizar outras ações visando à proteção do Direito do Idoso.

Parágrafo único - Aos membros do Conselho Municipal de Direito do Idoso será facilitado o acesso a todos os setores da administração pública municipal, especialmente às Secretarias e aos programas prestados à população, a fim de possibilitar a apresentação de sugestões e propostas de medidas de atuação, subsidiando as políticas de ação em cada área de interesse do idoso.

Art. 3º. O Conselho Municipal de Direitos do Idoso, composto de forma paritária entre o poder público municipal e a sociedade civil, será constituído por:

I - 10 (dez) Representantes de Órgãos Governamentais das Entidades Públicas, sendo 05 (cinco) titulares e 05 (cinco) suplentes:

a) 01 (um) - Secretaria Municipal de Assistência Social;

b) 01 (um) - Secretaria Municipal de Saúde;

c) 01 (um) - Secretaria Municipal de Educação;

d) 01 (um) - Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento;

e) 01 (um) - Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer;

f) 01(um) - Delegacia de Proteção a Criança, Adolescente, a Mulher e Idoso - DPCAMI;

g) 01 (um) - Gerência de Saúde - 8ª SDR - Campos Novos/SC;

h) 01 (um) - Gerência de Assistência Social - 8ª SDR - Campos Novos/SC;

i) 01 (um) - Gerência de Educação, Esporte e Lazer - 8ª SDR - Campos Novos/SC;

j) 01 (um) - Câmara Municipal de Vereadores;

II - 10 (dez) Representantes de Órgãos Não Governamentais das Instituições da sociedade civil atuantes no campo da promoção e defesa dos direitos e no atendimento do idoso, legalmente constituída e em regular funcionamento há mais de 01 (um) ano, eleitos para preenchimento das vagas, sendo 05 (cinco) titulares e 05 (cinco) suplentes:

a) 02 (dois) representantes Sindicato e/ou Associação de Aposentados;

b) 02 (dois) representantes de Organização de Grupo de Usuários e Movimento do Idoso, devidamente legalizada e em atividade;

c) 01 (um) representante da Organização de Profissionais com trabalhos de assessoramento, defesa, atendimento e proteção aos direitos do idoso;

d) 02 (dois) representantes de outras entidades que desenvolvam trabalhos em defesa a saúde e valorização do idoso, que comprovem possuir políticas explícitas permanentes de atendimento e

promoção do idoso;

e) 03 (três) representantes de Entidades de Classe e Serviços, Universidades e Associação dos Municípios do Planalto Sul Catarinense - AMPLASC;

§ 1º. Os membros do Conselho Municipal de Direitos do Idoso e seus respectivos suplentes serão nomeados pelo Prefeito Municipal, respeitadas as indicações previstas nesta Lei.

§ 2º. Os membros do Conselho terão um mandato de 02 (dois) anos, podendo ser reconduzidos por um mandato de igual período, enquanto no desempenho das funções ou cargos nos quais foram nomeados ou indicados.

§ 3º. O titular de órgão ou entidade governamental indicará seu representante, que poderá ser substituído, a qualquer tempo, mediante nova indicação do representante.

§ 4º. As entidades não governamentais serão eleitas em fórum próprio, especialmente convocado para este fim, sendo o processo eleitoral acompanhado por um representante do Ministério Público.

§ 5º. Caberá às entidades eleitas a indicação de seus representantes ao Prefeito Municipal, diretamente, no caso da primeira composição do Conselho Municipal, ou por intermédio deste, tratando-se das composições seguintes, para nomeação, no prazo de 20 (vinte) dias após a realização do Fórum que as elegeu, sob pena de substituição por entidade suplente, conforme ordem decrescente de votação.

Art. 4º. O Presidente e o Vice-Presidente do Conselho Municipal de Direitos do Idoso serão escolhidos, mediante votação, dentre os seus membros, por maioria absoluta, devendo haver, no que tange à Presidência e à Vice-Presidência, uma alternância entre as entidades governamentais e não-governamentais.

§ 1º. O Vice-Presidente do Conselho Municipal de Direitos do Idoso substituirá o Presidente em suas ausências e impedimentos, e, em caso de ocorrência simultânea em relação aos dois, a presidência será exercida pelo conselheiro mais idoso.

§ 2º. O Presidente do Conselho Municipal de Direitos do Idoso poderá convidar para participar das reuniões ordinárias e extraordinárias membros dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, e do Ministério Público, além de pessoas de notória especialização em assuntos de interesse do idoso.

Art. 5º. Cada membro do Conselho Municipal terá direito a um único voto na sessão plenária, excetuando o Presidente que também exercerá o voto de qualidade.

Art. 6º. A função do membro do Conselho Municipal de Direitos do Idoso não será remunerada e seu exercício será considerado de relevante interesse público.

Art. 7º. As entidades não governamentais representadas no Conselho Municipal de Direitos do Idoso perderão essa condição quando ocorrer uma das seguintes situações:

I - extinção de sua base territorial de atuação no Município;

II - irregularidades no seu funcionamento, devidamente comprovadas, que tornem incompatível a sua representação no Conselho;

III - aplicação de penalidades administrativas de natureza grave, devidamente comprovadas.

Art. 8º. Perderá o mandato o Conselheiro que:

I - desvincular-se do órgão ou entidade de origem de sua representação;

II - faltar a três reuniões consecutivas ou cinco intercaladas, sem justificativa;

III - apresentar renúncia ao plenário do Conselho, que será lida na sessão seguinte à de sua recepção na Secretaria do Conselho;

IV - apresentar procedimento incompatível com a dignidade das funções;

V - for condenado em sentença irrecorrível, por crime ou contravenção penal.

Art. 9º. Nos casos de renúncia, impedimento ou falta, os membros do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso serão substituídos pelos suplentes, automaticamente, podendo estes exercer os

mesmos direitos e deveres dos efetivos.

Art. 10. Os órgãos ou entidades representados pelos Conselheiros faltosos deverão ser comunicados a partir da segunda falta consecutiva ou da quarta intercalada.

Art. 11. O Conselho Municipal de Direitos do Idoso reunir-se-á mensalmente, em caráter ordinário, e extraordinariamente, por convocação do seu Presidente ou por requerimento da maioria de seus membros.

Art. 12. O Conselho Municipal de Direitos do Idoso instituirá seus atos por meio da resolução aprovada pela maioria de seus membros.

Art. 13. As sessões do Conselho Municipal de Direitos do Idoso serão públicas, precedidas de ampla divulgação.

Art. 14. A Secretaria Municipal de Assistência Social proporcionará o apoio técnico-administrativo necessário ao funcionamento do Conselho Municipal de Direitos do Idoso.

Art. 15. Os recursos financeiros para implantação e manutenção do Conselho Municipal de Direitos do Idoso serão previstos nas peças orçamentárias do Município, possuindo dotações próprias.

## Capítulo II

### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 16. Para a primeira instalação do Conselho Municipal de Direitos do Idoso, o Prefeito Municipal convocará, por meio de edital, os integrantes da sociedade civil organizada atuantes no campo da promoção e defesa dos direitos do idoso, que serão escolhidos em fórum especialmente realizado para este fim, a ser realizado no prazo de trinta dias após a publicação do referido edital, cabendo as convocações seguintes à Presidência do Conselho.

Art. 17. A primeira indicação dos representantes governamentais será feita pelos titulares das respectivas Secretarias, no prazo de trinta dias após a publicação desta Lei.

Art. 18. O Conselho Municipal de Direitos do Idoso elaborará o seu regimento interno, no prazo máximo de sessenta dias a contar da data de sua instalação, o qual será aprovado por ato próprio, devidamente publicado pela imprensa oficial, onde houver, e dada ampla divulgação.

Parágrafo único. O regimento interno disporá sobre o funcionamento do Conselho Municipal do Idoso, das atribuições de seus membros, entre outros assuntos.

Art. 19. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, 06 de junho de 2013.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

## **Decreto N° 6743/13 - Convoca a Conferência Municipal do Meio Ambiente de 2013 e Dá Outras Providências**

DECRETO N° 6743 DE 05/06/2013

CONVOCA A CONFERÊNCIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE 2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NELSON CRUZ, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Campos Novos, e considerando os termos do Decreto Federal de 5 de junho de 2003 e da Portaria nº185, de 4 de junho de 2012, do Ministério do Meio Ambiente, define a convocação da Conferência Municipal do Meio Ambiente.

### DECRETA:

Art. 1º - Fica convocada a "Conferência Municipal do Meio Ambiente de 2013" a ser realizada no dia 26 de junho de 2013 do corrente exercício, no auditório da Casa da Cultura, localizado na Praça Lauro Muller, nº 39, Centro.

Art. 2º - O tema central da Conferência do Meio Ambiente de 2013 será "Política Nacional de Resíduos Sólidos", com foco nos seguintes temas: produção e consumo sustentável, redução dos impactos ambientais, geração de emprego e renda, educação ambiental e financiamento do sistema de implementação da política de resíduos em nível local.

Art. 3º - A Conferência Municipal do Meio Ambiente será presidida pelo Diretor Superintendente da Fundema, sendo a coordenação da Comissão Organizadora do Presidente do Conselho Municipal do Meio Ambiente.

Art. 4º - As normas de organização e funcionamento da Conferência Municipal do Meio Ambiente serão deliberadas pelo Conselho Municipal de Meio Ambiente e, no início da Conferência, apresentadas, debatidas e aprovadas.

Art. 5º - As despesas decorrentes da organização e da realização da "Conferência Municipal do Meio Ambiente" correrão por conta de dotações próprias consignadas no orçamento geral do município.

Art. 6º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em,

05 de Junho de 2013.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

## **Termo de Rescisão do Contrato Administrativo N° 147/2012**

TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 147/2012

TERMO DE RESCISÃO REF. AO CONTRATO N° 147/2012 QUE FAZEM ENTRE SI DE UM LADO O MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS E DO OUTRO LADO A EMPRESA CONE CONSTRUÇÕES LTDA., PARA O FIM QUE A SEGUIR SE DECLARA.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS, entidade Jurídica de direito Público Interno, com sede administrativa à Rua Expedicionário n°323, Centro, em Campos Novos /SC, inscrita no CNPJ n° 82.939.232/0001-74, neste ato representada pelo Prefeito Sr. NELSON CRUZ, CPF n° 445.587.329-53, doravante denominada de CONTRATANTE, e a empresa CONE CONSTRUÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ n° 07.959.120/0001-60, situada na Rua Otavio Baltazar de Souza n° 293, Bairro Praia Comprida, em São José/SC, representada legalmente pelo Sr. Ceres Valter Duarte, CPF n° 480.636.659-53, por este instrumento, as partes acima identificadas e qualificadas, resolvem rescindir o contrato em conformidade com as disposições da Lei n° 8.666/93 e suas alterações posteriores, mediante as cláusulas a seguir:

### CLÁUSULA PRIMEIRA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

1.1 - A rescisão contratual em questão encontra amparo no disposto no art. 79, inciso II, e art. 77 e 78, inciso I e III, da Lei Federal n° 8.666/93 e suas alterações posteriores.

### CLÁUSULA SEGUNDA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

2.1 - A rescisão contratual é amigável, por acordo entre as partes, haja vista a conveniência para a Administração;

### CLÁUSULA TERCEIRA - DA JUSTIFICATIVA

3.1 - Os motivos que levaram a Contratante a Contratada a rescindirem amigavelmente o contrato deve-se ao fato da contratada descumprir com as suas obrigações contratuais, em especial o atraso injustificado, lentidão no cumprimento do cronograma da obra e má qualidade dos serviços prestados que precisaram ser



refeitos e a grande rotatividade dos profissionais encarregados diretamente pela execução da obra, tornando a continuidade da obra inviável tanto para a contratada, quanto para a contratante.

#### CLÁUSULA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

4.1 - Fica rescindido o contrato a partir da data de assinatura deste termo de rescisão contratual, passando a ter eficácia após publicação, conforme o disposto no § 1º, do art. 109, da Lei de Licitações vigente.

E, estando assim justos e acertados, assinam o presente Instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, lido e achado conforme, perante duas testemunhas que também o assinam, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Campos Novos, 06 de junho de 2013.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

CONE CONSTRUÇÕES LTDA.

CNPJ N° 07.959.120/0001-60

#### TESTEMUNHAS:

01. ASS: \_\_\_\_\_

NOME: \_\_\_\_\_

CPF/RG: \_\_\_\_\_

02. ASS: \_\_\_\_\_

NOME: \_\_\_\_\_

CPF/RG: \_\_\_\_\_

### CÂMARA MUNICIPAL

#### Extrato de Contrato Aditivo N° 14

EXTRATO DE CONTRATO N° 14/2013

PRIMEIRO ADITIVO

CONTRATANTE: CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CAMPOS NOVOS

CONTRATADA: 14 BRASIL TELECOM CELULAR S/A

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELEFONIA MÓVEL

VALOR MENSAL: R\$ 2.339,500

DATA: 23/04/2013

VIGENCIA: 22/04/2014

### SAMAE

#### Ext Tp102013

SAMAE-SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

CAMPOS NOVOS - SANTA CATARINA 49 35410844

AVISO LICITAÇÃO

O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE de Campos Novos -SC leva ao conhecimento dos interessados que em conformidade com o que preceitua a Lei 8.666/93 alterada pela Lei 8.883/94 e Lei 9.648/98, fará realizar o procedimento licitatório abaixo:

1-LICITAÇÃO N° 19/2013 - TOMADA DE PREÇO N° 10/2013, tipo MENOR PREÇO GLOBAL

2-OBJETO: Contratação de empresa de engenharia (pessoa jurídica) para a construção de garagens em estrutura metálica e substituição da cobertura existente do setor técnico da sede administrativa do SAMAE, a execução da referida obra compreende todos os materiais e serviços constantes no memorial descritivo

quantitativos, termo de referencia e projetos anexos, obra localizada na rua Caetano Carlos, nº. 466, centro no município de Campos Novos - SC,  
3-DATA/HORÁRIO DE ABERTURA:As 14:00 hs do dia 27/06/2013, para recebimento e abertura de invólucros. O Edital encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Material e Transporte do SAMAE, sito a rua: Caetano Carlos, 466 - Centro em Campos Novos -SC, nos seguintes horários das 09:00 às 11:00 e das 14:00 às 17:00 horas e nos sites [www.samaecn.com.br](http://www.samaecn.com.br) e [www.camposnovos.sc.gov.br](http://www.camposnovos.sc.gov.br)

JOEL FRANCISCO FAGUNDES

DIRETOR DO SAMAE

## Canoinhas

### PREFEITURA

#### Decreto N°112/2013

DECRETO N°. 112/2013

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO a necessidade da regulamentação da realização das movimentações financeiras em instituições financeiras onde esta Municipalidade possua recursos pecuniários depositados, resolve:

#### DECRETAR

Art. 1º. Fica incluído no Decreto nº004/2013 o art. 3º-A, conforme a seguinte redação:

Art. 3º-A. Fica autorizado o servidor LUIS GUSTAVO VIEIRA DE BRITTO, ocupante do cargo efetivo de Agente Administrativo, à disposição da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, a realizar as transações bancárias elencadas no parágrafo 1º deste artigo, junto às instituições financeiras onde as entidades da administração direta, indireta e fundacional, vinculadas ao Poder Executivo Municipal, possuem suas contas bancárias.

§1º. Ficam delegados os seguintes poderes ao servidor citado no caput deste artigo:

- I - Solicitar saldos e extratos;
- II - Sustar/Contra-ordenar cheques;
- III - Cancelar cheques;
- IV - Baixar cheque;
- V - Efetuar resgates/aplicações financeiras;
- VI - Efetuar pagamentos por meio eletrônico;
- VII - Efetuar transferências por meio eletrônico;
- VIII - Solicitar saldos/extratos de investimentos;
- IX - Solicitar saldos/extratos de operações de crédito;
- X - Emitir comprovantes;
- XI - Efetuar transferências para mesma titularidade - meio eletrônico;
- XII - Autorizar aplicação em fundos de investimentos;
- XIII - Autorizar aplicações financeiras;
- XIV - Autorizar cancelamento de agendamento de aplicações;
- XV - Autorizar cancelamento de agendamento de resgate de aplicações;
- XVI - Autorizar resgate de aplicações em fundos de investimento;
- XVII - Autorizar resgate de aplicações financeiras;
- XVIII - Cadastrar, alterar e desbloquear senhas;





XIX - Consultar obrigações do débito direto autorizado;  
XX - Requisitar talonários de cheques;  
XXI - Retirar cheques devolvidos.

§2º. Os poderes elencados nos incisos VI, VII, XI e XX efetivar-se-ão mediante três assinaturas, sendo que obrigatoriamente estas transações quando cadastradas pelo servidor citado no caput deste artigo, serão igualmente assinadas pelos servidores citados no caput dos artigos 1º e 2º deste Decreto.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, sendo revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 28 de maio de 2013.  
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 28/05/2013.

ARGOS JOSÉ BURGARDT  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

**Editais de Concorrência Pública N.º PMC 08/2013**  
MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º 76/2013  
EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º 08/2013  
REGISTRO DE PREÇOS

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 11/07/2013, às 14h15min, a abertura das propostas para Registro de Preços, para fornecimento de Massa Asfáltica CBUQ - faixa C com aplicação (recorte, varredura, limpeza e pintura de ligação), destinada ao recapeamento de pavimentos flexíveis, pavimentação de novas vias públicas, e sem aplicação para operação tapa buracos e confecção de lombadas no Município de Canoinhas, pelo período de 12 meses. Informações (47) 3621-7705. Protocolo dos envelopes até às 14h00min do dia 11/07/2013. Edital disponível no site [www.pmc.sc.gov.br](http://www.pmc.sc.gov.br), no link licitações.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

**Decisão de Recurso do Processo Administrativo N.º 010/2013**

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
DECISÃO DE RECURSO DO PROCESSO  
ADMINISTRATIVO N.º 010/2013

O Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, Pessoa Jurídica de Direito Público, Inscrição no CNPJ sob n.º 83.102.384/0001-80, com sede na Rua Felipe Schmidt, n.º 10, Centro, torna público para todos os efeitos legais, que o recurso administrativo do Processo Administrativo n.º 010/2013, foi conhecido por ser tempestivo e provido parcialmente, mantendo a rescisão do Contrato n.º 35/2013 e reduzindo a multa, totalizando assim, o valor de R\$ 1.680 (mil seiscentos e oitenta) à empresa COENCO ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA, conforme previsto no referido contrato e no artigo 78, inciso I e art. 87, inciso II, da Lei Federal n.º 8.666/93 e alterações posteriores. Assim sendo, seja realizada a chamada da segunda colocada para dar continuidade à execução nos termos da lei. O inteiro teor da decisão esta disponível no site [www.pmc.sc.gov.br](http://www.pmc.sc.gov.br), no link licitações.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

## Programa de Gestão Tributária



Os municípios consorciados ao CIGA podem contratar as ferramentas do Programa de Gestão Tributária. Cada uma destas ferramentas foi desenvolvida para auxiliar o processo de gestão e controle de tributos e contribuintes municipais.

### Benefícios:

- Suporte e atualização do REGIN Municipal;
- Consulta às bases de notas fiscais eletrônicas conjugadas (NFe-C) emitidas junto à SEFAZ/SC;
- Gestão das declarações dos contribuintes optantes pelo Simples Nacional;
- Integração de prefeituras e cartórios na geração de guia do pagamento do ITBI;
- Agilidade no processo de arrecadação do ITBI;
- Ampliação da arrecadação pela eficiência na fiscalização dos tributos municipais.

As ferramentas de gestão tributária ofertadas pelo CIGA foram desenvolvidas a partir das necessidades dos municípios, apresentadas pelos secretários membros do Colegiado de Secretários de Fazenda Municipais de Santa Catarina (CONFAZ-M/SC).

Os contratantes do PGT, além de acessarem os aplicativos, poderão participar de grupos de estudos relativos ao planejamento tributário municipal, à padronização de legislações tributárias e à personalização e proposição de novos aplicativos.



### Aplicativos do Programa de Gestão Tributária - PGT:

- ADESAO AO PGT – Acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C); participação da lista de discussão do grupo de usuários; participação do conselho do CIGA para proposição de aplicativos; realização de testes com novas ferramentas; e recebimento de materiais, informativos, layouts e capacitações do CIGA.
- REGIN – Gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, mediante o Registro Mercantil Integrado (REGIN);
- SIMPLES NACIONAL – Gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional;
- ITBI – Gestão do imposto sobre transmissão "inter vivos", a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis (ITBI).

[www.ciga.sc.gov.br](http://www.ciga.sc.gov.br)

## Capinzal

### PREFEITURA

#### PMC Contrato 0169/2013

##### EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 0169/2013

Inexigibilidade de Licitação Nº 6/2013

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 93/2013

CONTRATANTE: Município de Capinzal

CONTRATADA: SOCIAL BRASIL

OBJETO: Contratação da empresa Social Brasil para ministrar uma palestra/show artístico com o tema "Educar para a arte é educar para a vida", com Saulo Laranjeira, que se realizará no dia 14 de junho de 2013, às 21 horas, no Centro Educacional Celso Farina, através do procedimento licitatório, modalidade Inexigibilidade de Licitação, previsto no inciso III do artigo 25, da Lei nº 8666/93.

VALOR R\$: 11.200,00

VIGÊNCIA: 06/06/2013 ate 31/12/2013

#### Classificação Chamada Pública

RESULTADO FINAL DA CHAMADA PÚBLICA

EDITAL Nº 021/2013

#### XADREZ TREINAMENTO

CH	CLASSIFICADO
10	Diogo Luiz de Oliveira

## Catanduvas

### PREFEITURA

#### Adendo ao Edital: Processo Licitatório Nº 0048/2013 - Pregão Nº 0031/2013

ADENDO AO EDITAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0048/2013

PREGÃO Nº 0031/2013

A Prefeita do Município de Catanduvas, Estado de Santa Catarina, Exma. Senhora Gisa Aparecida Giacomini, no uso das atribuições que lhe são conferidas por LEIe  
CONSIDERANDO o interesse da Administração Municipal em proceder ao cancelamento do Processo Licitatório em epígrafe;

TORNA PÚBLICO para o conhecimento dos interessados, a retificação das disposições que constam do Processo Licitatório nº 0048/2013, Pregão n.º 0031/2013, conforme segue:

a) Ficam cancelados todos os atos referentes a presente licitação, principalmente a Sessão Pública anteriormente definida para o dia 11/06/2013, às 14h00min.

Sem mais.

Catanduvas - SC, 07 de junho de 2013.

GISA APARECIDA GIACOMINI

Prefeita Municipal

#### Edital de Notificação Nº 001/2013 de 22 de Maio de 2013

Edital nº 001/2013 de 22 de maio de 2013.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE COBRANÇA ADMINISTRATIVA DE DÍVIDA ATIVA - IMPOSTOS, TAXAS, CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIAS, PRESTAÇÃO DE IMÓVEIS POPULARES E TODAS AS RECEITAS.

- Considerando que o Tribunal de Contas exige dos gestores que seja efetuada a cobrança dos tributos municipais (impostos, taxas, contribuições de melhorias prestação de imóveis populares e todas as receitas);
- Considerando que a Lei Complementar 101/2000 Lei de Responsabilidade Fiscal, estabelece como requisito essencial a responsabilidade fiscal a arrecadação dos tributos municipais;
- Considerando que os Tributos Municipais têm por finalidade essencial ser aplicado nas diversas melhorias para o município de Catanduvas SC;
- Considerando que a Administração de Catanduvas busca pautar suas atividades nos princípios da moralidade e eficiência administrativa, propiciando mais desenvolvimento municipal e melhores oportunidades para os cidadãos;

A Exma. Senhora Prefeita Municipal faz publicar o presente EDITAL:

Notificamos os contribuintes em débito com os Tributos Municipais "Impostos (IPTU - Imposto Predial Territorial Urbano, ISSQN - Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza, ITBI - Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis), Taxas (relativas: Emissão de Alvará de Licença Prefeitura, Emissão de Alvará de Licença Vigilância Sanitária, Taxas de Expedientes, taxas relativas ao poder de polícia, taxas de serviços da infra-estrutura prestados a população, taxas de receitas diversas e outras taxas de serviços cobradas pela municipalidade), Contribuições de Melhorias (pavimentação asfáltica, ou em paralelepípedo, entre outras contribuições de melhorias)", do Município de Catanduvas, para recolherem a referida dívida, em até 30 dias após a publicação deste. (IMPOSTOS, TAXAS, CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIAS, PRESTAÇÃO DE IMÓVEIS POPULARES E TODAS AS RECEITAS).

Os Contribuintes poderão comparecer ao Setor de Tributos deste Poder Público, situado na Rua Felipe Schmidt, nº. 1435, Centro, Catanduvas- SC, para receber o documento de arrecadação e efetuar o pagamento nas agências bancárias ou nas casas lotéricas.

Notificamos que de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 92/2013 de 06 de fevereiro de 2013, os contribuintes que quiserem quitar seus débitos poderão obter desconto conforme REFIS - Programa de Recuperação Fiscal Municipal.

Solicitamos também, que caso os débitos já tenham sido quitados, apresentar os comprovantes na repartição competente, antes do prazo retro citado.

O presente edital apresenta o Anexo A (listagem de Siglas de Receitas).

Para maiores esclarecimentos estamos à disposição no Setor de Tributos desta Secretária de Administração ou através do telefone 49 3525-1144, ramal 227.

Catanduvas - SC, 22 de Maio de 2013.

GISA APARECIDA GIACOMINI

Prefeita Municipal de Catanduvas

CLAUDINEI ANTONIO SELLA

Secretaria de Administração e Finanças

Anexo A:

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS SANTA CATARINA**  
**LISTAGEM DE SIGLAS DE RECEITAS**

Emissão: 22/05/2013 Página: 01

Código Descrição Sigla Natureza Histórico Moeda Conta Contabil  
 Tipo Receita

-----  
 1 Taxa Licença Alvara Sanitário T.L.A.S. 2 1-Inscr Div Ativa Alvara  
 Licença 0 54 54 Rec. Diversa  
 2 Taxa Segurança Contra Delitos T.S.D. 1 1-Inscr Div Ativa Alvara  
 Licença 0 22 22 Rec. Diversa  
 3 Taxa Vistoria Contra Incendio T.V.I. 1 1-Inscr Div Ativa Alvara  
 Licença 0 22 22 Rec. Diversa  
 5 Taxa de Serviços Tx.Serv. 1 1-Inscr Div Ativa Alvara Licença 0 26  
 26 Rec. Diversa  
 14 Prestações Imóveis Populares Casa Pop 2 901-DIVIDA ATIVA 0  
 47 47 Rec. Diversa  
 101 Imposto Pred. e Territ. Urbano IPTU 1 2-Inscr Divida Ativa  
 IPTU 0 5 5 IPTU  
 701 Imposto Transmis. Bens Imóveis ITBI 1 901-DIVIDA ATIVA 0  
 12 12 Rec. Diversa  
 906 Imp. Sobre Serviços qualq nat ISSqn 1 4-Inscr Divida Ativa  
 ISSqn 0 17 17 ISS Ofício  
 1112 Imposto Pred. e Territ. Urbano IPTU 1 2-Inscr Divida Ativa  
 IPTU 0 5 5 IPTU  
 1113 ISS Ofício ISS ofic 1 4-Inscr Divida Ativa ISSqn 0 17 17 ISS  
 Ofício  
 1114 ISS Homologado ISS hom 1 4-Inscr Divida Ativa ISSqn 0 17  
 17 ISS Ofício  
 1121 Alvara / Licença FUNCIONAMENTO Alvará 1 1-Inscr Div Ativa  
 Alvara Licença 0 24 24 Alvará  
 1122 Taxa Embarque Terminal Rodov. Tx.Embar 1 14-Inscr Div  
 Ativa Taxa Embarque 0 31 31 Rec. Diversa  
 1130 Mensalidades UDESC M.Udesc 2 25-Receitas Diversas 0 90  
 90 Rec. Diversa  
 1603 Taxa de Serv. Protese Dentaria T.S.P.D 1 1-Inscr Div Ativa  
 Alvara Licença 0 88 88 Rec. Diversa  
 1930 Execução Fiscal / Divida Ativa Exe.Fisc 2 901-DIVIDA ATIVA  
 0 140 140 Rec. Diversa  
 1931 Receita da Divida Ativa Div Ativ 1 901-DIVIDA ATIVA 0 145  
 145 Rec. Diversa  
 2025 FESTA CHIMARRÃO 2011 FCH 1 25-Receitas Diversas 0 88  
 88 Rec. Diversa  
 2100 Taxa Licença p/ LOCALIZAÇÃO T.L.L. 1 901-DIVIDA ATIVA 0  
 24 24 Rec. Diversa  
 2208 Taxa Licença p/ CONSTRUÇÃO T.L.C. 1 5-Inscr Div Ativa TL  
 Construção 0 26 26 Rec. Diversa  
 2209 Taxa Licença p/ HABITE-SE T.L.H. 1 5-Inscr Div Ativa TL  
 Construção 0 27 27 Rec. Diversa  
 2210 Taxa Licença PARCELAMENTO SOLO T.L.P.S. 1 5-Inscr Div  
 Ativa TL Construção 0 23 23 Rec. Diversa  
 2305 Taxa Lic. Comercio Ambulante T.L.C.A. 1 6-Inscr Div Ativa TL  
 Com Ambulan 0 23 23 Rec. Diversa  
 2310 Taxa Lic. Vigilancia Sanitaria T.L.V.S. 1 7-Inscr Div Ativa TL  
 Vigil Sanit 0 22 22 Rec. Diversa  
 2500 Taxa de Expediente Tx. Exp. 1 8-Inscr Div Ativa Taxa Expe-  
 dient 0 23 23 Rec. Diversa  
 2501 Taxa Inscrição Concurs Público T.I.C.P. 1 25-Receitas Diver-  
 sas 0 36 36 Rec. Diversa  
 2502 Taxa Inscrição Teste Seletivo T.I.T.S. 1 25-Receitas Diversas  
 0 36 36 Rec. Diversa  
 2704 Taxa de Serviços Diversos T.S.D. 1 902-Taxa de Serviços Di-  
 versos 0 30 30 Rec. Diversa  
 2705 Taxa Serv Terraplanag e Máquin T.S.T. 1 902-Taxa de Servi-  
 ços Diversos 0 30 30 Rec. Diversa  
 2710 Taxa Serv Guarda Volume T.Rod G.Volume 1 901-DIVIDA  
 ATIVA 0 36 36 Rec. Diversa  
 3808 Contribuição de Melhorias CT.M. 1 901-DIVIDA ATIVA 0 36

36 Contrib.Melh  
 3810 CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIAS - MU CTM-MUT 1 25-Recei-  
 tas Diversas 0 32 32 Contrib.Melh  
 5100 Indenizações e Restituições Ind-Rest 2 15-Inscr Div Ativa  
 Indeniz Restit 0 134 134 Rec. Diversa  
 5101 Restituições Rest. 2 15-Inscr Div Ativa Indeniz Restit 0 136  
 136 Rec. Diversa  
 5207 Receita de Aluguel R. Alug. 2 11-Inscr Div Ativa Receit Alu-  
 guel 0 46 46 Rec. Diversa  
 5310 Rec Energia Eletrica Term Rod R.E.E.TR 2 12-Inscr Div Ativa  
 Rec Energ Elet 0 90 90 Rec. Diversa  
 6000 JUROS E MULTA DO IPTU JMI 1 22-I.P.T.U. 0 114 114 Rec.  
 Diversa  
 6001 JUROS E MULTA DIV ATIVA IPTU JMDAIPU 1 22-I.P.T.U. 0  
 122 122 Rec. Diversa  
 6002 JUROS E MULTA ISSQN JMISS 1 23-I.S.S. 0 117 117 Rec.  
 Diversa  
 6003 JUROS E MULTA DIV. ATIVA ISSQN JMDAISS 1 23-I.S.S. 0  
 125 125 Rec. Diversa  
 7777 Receita de Divida Ativa REC DA 1 24-Receita da DIVIDA ATI-  
 VA 0 139 139 Rec. Diversa  
 7778 Imposto Territorial I.T. 1 2-Inscr Divida Ativa IPTU 0 5 5 Rec.  
 Diversa  
 7779 Imposto Predial I.P. 1 2-Inscr Divida Ativa IPTU 0 5 5 Rec.  
 Diversa  
 7780 Coleta de Lixo C.L. 1 9-Inscr Div Ativa Tx Serv Divers 0 30  
 30 Rec. Diversa  
 7781 Taxa de Expediente Tx. Exp. 1 8-Inscr Div Ativa Taxa Expe-  
 dient 0 23 23 Rec. Diversa  
 7782 Multas e Juros M. e J. 2 25-Receitas Diversas 0 119 119 Rec.  
 Diversa  
 7785 Correção Monetaria C.M. 2 25-Receitas Diversas 0 116 116  
 Rec. Diversa  
 7786 Taxa Seguro Contra Sinistros TSS 1 25-Receitas Diversas 0  
 22 22 Rec. Diversa  
 7787 Tx. Exame Proj Seguro Sinistro TEPSS 1 25-Receitas Diver-  
 sas 0 22 22 Rec. Diversa  
 7788 Tx Vistoria Seg Cont Sinistros TVSS 1 25-Receitas Diversas  
 0 22 22 Rec. Diversa  
 7789 Taxa de Serviços Gerais TSG 1 25-Receitas Diversas 0 36 36  
 Rec. Diversa  
 7790 Taxa de Serv. Segur. Preventiv TSSP 1 25-Receitas Diversas  
 0 22 22 Rec. Diversa  
 8888 Receita Div. Ativa LC 39/2005 RDA39/05 1 24-Receita da  
 DIVIDA ATIVA 0 143 143 Divida Ativa  
 8889 Consignação em Folha Pagto consigFP 1 901-DIVIDA ATIVA  
 0 Rec. Diversa  
 9999 Receita Dív. Ativa LC 01/2009 RDA01/09 1 24-Receita da  
 DIVIDA ATIVA 0 140 140 Rec. Diversa

-----  
**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº. 001/2013, de 22 de MAIO de 2013.**

Pelo presente Edital, ficam notificados os contribuintes em débi-  
 to com os TRIBUTOS MUNICIPAIS: "Impostos - (IPTU - Imposto  
 Predial Territorial Urbano, ISSQN - Imposto sobre Serviço de Qual-  
 quer Natureza, ITBI - Imposto sobre Transmissão de Bens imó-  
 veis), Taxas (relativas: Emissão de Alvarás de Licença Prefeitura,  
 Emissão de Alvará de Licença Vigilância Sanitária, Taxas de Expe-  
 dientes, taxas relativas ao poder de polícia, taxas de serviços da  
 infra-estrutura prestados a população, taxas de receitas diversas  
 e outras taxas de serviços), Contribuições de Melhorias (pavimen-  
 tação asfáltica ou em paralelepípedo, entre outras contribuições  
 de melhorias)", do Município de Catanduvas SC, a recolherem o  
 referido tributo em débito, em até 30 (trinta) dias da publicação  
 deste Edital, conforme o disposto na Lei Complementar Municipal  
 nº 17/2001 de 17 de dezembro de 2001. "Código Tributário Mu-  
 nicipal". (IMPOSTOS, TAXAS, CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIAS,  
 PRESTAÇÃO DE IMÓVEIS POPULARES E TODAS AS RECEITAS).



Caso os Contribuintes tenham recolhidos seus débitos, favor comparecer ao Setor de Tributos desta Prefeitura com os comprovantes de pagamento, sito na Rua Felipe Schmidt, n° 1435, Centro, Catanduvas- SC. Caso o Contribuinte estiver em débito com a Fazenda Municipal poderá comparecer ao Setor de Tributação para renegociarem seus débitos ou até mesmo retirarem o carnê do IPTU do exercício de 2013.

Catanduvas - SC, 22 de maio de 2013.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal de Catanduvas

CLAUDINEI ANTONIO SELLA

Secretaria de Administração e Finanças

## Chapadão do Lageado

### PREFEITURA

#### Portaria N° 210 de 07.06.2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

PORTARIA N° 210/2013

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, de conformidade com a Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, Lei Complementar N° 007, de 23.12.99, Lei Complementar N°. 008, de 23.12.99, e conforme requerimento:

#### RESOLVE:

Art.1º. Exonerar a pedido a Servidora Pública MARINA WERLICH SCHMITZ, ocupante do cargo efetivo de Enfermeira - 40 horas, na Secretaria Municipal da Saúde, nos termos do art. 30, I da Lei Complementar n°. 008 de 23.12.99, a partir desta data.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO,  
07 de junho de 2013.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

#### Portaria N° 211 de 07.06.2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA N° 211/2013

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 50, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, c/c o art.78, caput, da Lei Complementar n°. 008/99,

#### RESOLVE:

Art.1º Conceder férias regulamentares relativas ao período aquisitivo de 02/03/2012 à 31/03/2013, a JOSIR JACO KALBUSCH, matriculado sob o n° 238/03, ocupante do cargo em Comissão de Diretor de Atenção Básica a Saúde na Secretaria Municipal da Saúde.

Art. 2º Autorizar o servidor a gozar férias de 20 (vinte) dias no período de 10.06.2013 à 29.06.2013, acrescidas de 1/3 do abono constitucional e conversão de 1/3 em abono pecuniário, conforme arts. 46 e 78, § 3º, da LC n°. 008 de 23/12/99.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado,  
07 de junho de 2013.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

## Concórdia

### PREFEITURA

#### Decreto N° 470/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO N° 470/2013, DE 3 DE MAIO DE 2013.

Nomeia RAQUEL CRISTINA COLDEBELLA MORETTO no cargo de Professor.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 8º, II, da Lei Complementar n° 602, de 29 de novembro de 2011 e alteração.

#### DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, por concurso, regime estatutário, RAQUEL CRISTINA COLDEBELLA MORETTO, no cargo de Professor - Anos Iniciais do Ensino Fundamental, código 10.12, 20 (vinte) horas semanais, do Quadro Permanente de Cargos do Magistério Público Municipal, a partir de 6 de maio de 2013.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN

Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 3 de maio de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO

Diretor Administrativo

#### Decreto N° 471/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO N° 471/2013, DE 3 DE MAIO DE 2013.

Nomeia IVONEI DE OLIVEIRA no cargo de Agente da Autoridade de Trânsito.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 9º, I, da Lei Complementar n° 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

#### DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado, por concurso, regime estatutário, IVONEI DE OLIVEIRA, no cargo de Agente da Autoridade de Trânsito, Grupo Ocupacional Funcional - GF, faixa de vencimento I, 40 (quarenta) horas semanais, do Quadro Permanente de Cargos do Poder Executivo, a partir de 6 de maio de 2013.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal



BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

MAURÍ MARAN  
Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
(Diretoria Administrativa), em 3 de maio de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO  
Diretor Administrativo

#### **Decreto N° 472/2013**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO N° 472/2013, DE 3 DE MAIO DE 2013.

Nomeia JAIMIR SIQUEIRA no cargo de Supervisor de Praças Públicas.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto na Lei Complementar n° 212, de 12 de dezembro de 2001 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado o senhor JAIMIR SIQUEIRA, para exercer o cargo de Supervisor de Praças Públicas - Secretaria Municipal de Urbanismo e Obras, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo - Cargos de Provimento em Comissão, percebendo vencimentos próprios do cargo, nível 7, acrescidos da gratificação de 20% (vinte por cento), a partir de 6 de maio de 2013.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

MAURÍ MARAN  
Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
(Diretoria Administrativa), em 3 de maio de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO  
Diretor Administrativo

#### **Decreto N° 473/2013**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO N° 473/2013, DE 3 DE MAIO DE 2013.

Exonera, a pedido, o servidor LEONIR PAULO GOMES.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto nos arts. 41, I e 42 da Lei Complementar n° 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado, a pedido, o servidor LEONIR PAULO GOMES, do cargo de provimento efetivo de Servente Braçal, a partir de 6 de maio de 2013.

Art. 2º Fica declarada a vacância do cargo referido no art. 1º deste Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
(Diretoria Administrativa), em 3 de maio de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO  
Diretor Administrativo

#### **Decreto N° 474/2013**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO N° 474/2013, DE 3 DE MAIO DE 2013.

Concede gratificação pelo exercício de função de chefia a servidores.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto nos arts. 74 e 75 da Lei Complementar n° 90, de 27 de junho de 1994 e alterações e na Lei n° 4.252, de 13 de dezembro de 2010 e alteração.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedida, a partir de 1º de maio de 2013, aos servidores abaixo relacionados, gratificação equivalente a 30% (trinta por cento) sobre os respectivos vencimentos, pelo exercício de função de chefia, com dedicação exclusiva:

I - ANTONIO DE OLIVEIRA, ocupante do cargo de Capataz, pelo exercício da função de chefia do Setor de Eletricistas, Trânsito e Semáforos;

II - OSEIAS GANSSAVA, ocupante do cargo de Servente Braçal, pelo exercício da função de chefia do Setor de Limpeza de Praças, Parques Infantis e Vias Públicas.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

MAURÍ MARAN

Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
(Diretoria Administrativa), em 3 de maio de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO  
Diretor Administrativo

#### **Decreto N° 475/2013**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO N° 475/2013, DE 3 DE MAIO DE 2013.

Dá nova redação à alínea "c" do inciso I do art. 1º do Decreto n° 133/2013, de 17 de janeiro de 2013, que designa Pregoeiros e Equipe de Apoio do Fundo Municipal de Saúde - FMS.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto na Lei Federal n° 10.520, de 17 de julho de 2002 e no Decreto n° 5.028, de 13 de setembro de 2005.

DECRETA:

Art. 1º A alínea "c" do inciso I do art. 1º do Decreto n° 133/2013, de 17 de janeiro de 2013, que designa Pregoeiros e Equipe de Apoio do Fundo Municipal de Saúde - FMS, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º ( )

c) MARLO CRISTINA RIBEIRO;" (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

ALESSANDRO VERNIZE

Secretário Municipal de Saúde

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
(Diretoria Administrativa), em 3 de maio de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO

Diretor Administrativo

### **Decreto N° 476/2013**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO N° 476/2013, DE 3 DE MAIO DE 2013.

Dá nova redação ao art. 2º do Decreto nº 75/2013, de 2 de janeiro de 2013, que designa Ordenador de Despesas do Fundo Municipal de Saúde - FMS.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto no art. 3º, VIII da Lei Complementar nº 36, de 9 de dezembro de 1991 e nos Decretos nºs. 4.192, de 28 de dezembro de 1999 e 676/2012, de 24 de agosto de 2012.

DECRETA:

Art. 1º O art. 2º do Decreto nº 75/2013, de 2 de janeiro de 2013, que designa Ordenador de Despesas do Fundo Municipal de Saúde - FMS, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º A movimentação e controle das contas bancárias do FMS, será efetuada sempre, em conjunto, por 2 (dois) dos titulares abaixo indicados:

I - ALESSANDRO VERNIZE, Secretário Municipal de Saúde;

II - MARLO CRISTINA RIBEIRO, Diretora Administrativa da Secretaria Municipal de Saúde;

III - VANUSA SALETE CAMARGO, ocupante do cargo de Tesoureiro.” (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
(Diretoria Administrativa), em 3 de maio de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO

Diretor Administrativo

### **Decreto N° 477/2013**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO N° 477/2013, DE 3 DE MAIO DE 2013.

Nomeia LEONIR PAULO GOMES no cargo de Operador de Equipamentos.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 9º, I, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado, por concurso, regime estatutário, LEONIR PAULO GOMES, no cargo de Operador de Equipamentos - Retroescavadeira, Grupo Ocupacional Operacional - GO, faixa de vencimento I, 40 (quarenta) horas semanais, do Quadro Permanente de Cargos do Poder Executivo, a partir de 6 de maio de 2013.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

MAURÍ MARAN

Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
(Diretoria Administrativa), em 3 de maio de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO

Diretor Administrativo

### **Decreto N° 478/2013**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO N° 478/2013, DE 6 DE MAIO DE 2013.

Concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, à servidora MARLI TERESINHA ROSENBAACH.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 120 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de maio de 2013, à servidora MARLI TERESINHA ROSENBAACH, ocupante do cargo de Professor, código 10.10, matrícula 92592-00, 3 (três) meses de licença, a título de prêmio por assiduidade, convertidos em pecúnia, equivalentes à remuneração do cargo efetivo, na forma abaixo:

I - 1 (um) mês relativo ao quinquênio - período aquisitivo de 17 de fevereiro de 1992 a 16 de fevereiro de 1997;

II - 1 (um) mês relativo ao quinquênio - período aquisitivo de 17 de fevereiro de 1997 a 16 de fevereiro de 2002;

III - 1 (um) mês relativo ao quinquênio - período aquisitivo de 17 de fevereiro de 2002 a 16 de fevereiro de 2007.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN

Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
(Diretoria Administrativa), em 6 de maio de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO

Diretor Administrativo

### **Decreto N° 479/2013**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO N° 479/2013, DE 6 DE MAIO DE 2013.

Nomeia articulador municipal, constitui e designa Comissão Municipal de Acompanhamento e Avaliação - CMAA do Programa Prefeito Amigo da Criança - PPAC, Gestão 2013/2016.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada como articuladora municipal do Programa Prefeito Amigo da Criança - PPAC, da Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança e do Adolescente - FADC, a servidora CIRLEI GIOMBELLI, ocupante do cargo de Especialista em Educação, código 11.12.

Parágrafo único. A servidora designada pelo art. 1º deste Decreto será responsável pelo fluxo de informações entre o Município e a FADC.

Art. 2º Fica constituída Comissão Municipal de Acompanhamento e Avaliação - CMAA do PPAC, Gestão 2013/2016, com a finalidade de acompanhar e avaliar os dados sobre a situação da infância, coletados pelo Município de Concórdia.

Art. 3º Ficam designadas, para integrar referida Comissão, as pessoas abaixo relacionadas, com os respectivos órgãos e entidades que representam:

I - do poder público:

a) CASSIA BORTOLI RONCAGLIO, representante do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS e da Secretaria Municipal de Educação;

b) CLAIR SALETE POLETO, representante do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA e da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação;

c) DIOMAR JOSE PERIN, Presidente do CMDCA e representante da Fundação Municipal de Esportes;

d) HILDA CAMINI, representante da Secretaria Municipal de Finanças;

e) VANESSA FRIZON, representante do Conselho de Alimentação Escolar - CAE e da Secretaria Municipal de Educação;

II - da sociedade civil:

a) FERNANDA TELES, representante do Conselho Tutelar;

b) FRANCIELE DE ALMEIDA INNING, representante do Conselho Municipal de Saúde - CMS e da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Concórdia - APAE;

c) SANDRA SIMONE HOPNER PIEROZAN, representante do Conselho Municipal de Educação - CME e das escolas particulares;

d) SONIA MARIA GRAPEGGIA, representante da Sociedade Concordeense de Auxílio Fraternal - SCAF;

e) SONIA MARIA SPRICIGO DA ROCHA, representante da Pastoral Familiar.

Parágrafo único. A Presidência da CMAA será exercida pelo Presidente do CMDCA.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 6 de maio de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO

Diretor Administrativo

## Decreto N° 480/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO N° 480/2013, DE 8 DE MAIO DE 2013.

Institui o Fórum Municipal de Educação do Município de Concórdia, SC; dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI.

DECRETA:

Art. 1º Fica instituído o Fórum Municipal de Educação do Município de Concórdia, SC, de caráter permanente, com a finalidade de coordenar a Conferência Municipal de Educação, acompanhar e avaliar a implementação de suas deliberações e promover as articulações necessárias entre os correspondentes dos Fóruns Nacional e Estadual de Educação.

Art. 2º Compete ao Fórum Municipal de Educação:

I - convocar, planejar e coordenar a realização da Conferência Municipal de Educação, bem como divulgar suas deliberações;

II - elaborar seu Regimento Interno, bem como o da Conferência Municipal de Educação;

III - acompanhar e avaliar o processo de implementação das deliberações da Conferência Municipal de Educação;

IV - zelar para que a Conferência Municipal esteja articulada com a Conferência Estadual;

V - planejar e organizar espaços de debates com a sociedade, sobre a política municipal de educação;

VI - acompanhar, junto à Câmara de Vereadores, a tramitação de projetos legislativos relativos à política municipal de educação;

VII - acompanhar e avaliar a implementação do Plano Municipal de Educação.

Art. 3º O Fórum Municipal de Educação será composto por representantes dos seguintes órgãos e entidades:

I - Secretaria Municipal de Educação:

a) SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN, Secretária Municipal de Educação;

b) ELISETE MARIA PEDOTT, Diretora Pedagógica - presidente;

c) MARITANIA FERRAZZO MINUSCOLI, Chefe do Departamento de Educação Infantil;

d) DILCE LURDES GEHLEN, Chefe do Departamento de Ensino Fundamental I;

e) LOURDES SGARBOSSA, Chefe do Departamento de Ensino Fundamental II;

II - Câmara Municipal de Vereadores: FABIO LUIS FERRI;

III - Secretaria de Desenvolvimento Regional - SDR Concórdia:

a) LEONITA COUSSEAU;

b) MIRIAN BOLSI;

c) MYRIAN LASKE;

IV - Instituições de Ensino Superior: CLAUDIA CRISTINE MORO;

V - Instituição Federal de Educação Profissional e Tecnológica: LIANE VIZZOTTO;

VI - Sindicato dos Professores das Escolas Particulares - SINPRO-ESTE: MILTON CLEBER PEREIRA AMADOR;

VII - Sindicato dos Servidores do Município de Concórdia - SSMC: CLARICE FABONATTO;

VIII - Conselho Municipal de Educação - CME: SANDRA PIEROZAN;

IX - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA: CLAIR SALETE POLETO;

X - Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS: NOELI WOLOSZYN BRUM DE OLIVEIRA;

XI - Conselho Municipal de Saúde - CMS: VILMA BELTRAME;

XII - Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP Ventre Livre: LUIS CLAUDIO SALUSTIANO DA SILVA;

XIII - Associação Empresarial de Concórdia - ACIC: MARIA LUISA LASARIN;

XIV - Câmara de Dirigentes Lojistas de Concórdia - CDL: VOLNEI DE SOUZA;

XV - Gestores Escolares:

a) MARISA PASINATO PICHETTI;

b) ROSICLER GONÇALVES SCHIAVINI;  
XVI - Professores e Especialistas:  
a) LUCIANA RITA BELLINCANTA SALVI;  
b) NEUZA MARIA ANTONIOLLI GONÇALVES;  
XVII - Pais:  
a) ADÃO PEDRO BUGANÇA;  
b) IVANDA MARCHIORO SANTHIER;  
XVIII - Alunos:

a) ANA JULIA SANTHIER;  
b) MARIA EDUARDA GRUHLKE SCHMIDT.

Parágrafo único. A função dos membros do Fórum Municipal de Educação não será remunerada, a qualquer título, sendo o exercício de suas atividades considerado de relevante interesse público.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
(Diretoria Administrativa), em 8 de maio de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO

Diretor Administrativo

#### **Decreto N° 481/2013**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO N° 481/2013, DE 8 DE MAIO DE 2013.

Concede gozo de licença-prêmio ao servidor SANDRO ROBERTO PEREIRA DA SILVA.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.  
DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, nos meses de junho a agosto de 2013, ao servidor SANDRO ROBERTO PEREIRA DA SILVA, ocupante do cargo de Odontólogo, matrícula 96148-01, o gozo de 3 (três) meses de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 17 de junho de 2007 a 16 de junho de 2012.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

ALESSANDRO VERNIZE  
Secretário Municipal de Saúde

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
(Diretoria Administrativa), em 8 de maio de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO

Diretor Administrativo

#### **Decreto N° 482/2013**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO N° 482/2013, DE 8 DE MAIO DE 2013.

Concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, à servidora

ROSICLER GONÇALVES SCHIAVINI.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 120 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de maio de 2013, à servidora ROSICLER GONÇALVES SCHIAVINI, ocupante dos cargos de Professor, códigos 10.12, matrículas 91707-03 e 91707-04, 2 (dois) meses de licença, a título de prêmio por assiduidade, convertidos em pecúnia, equivalentes à remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 2 de fevereiro de 2004 a 1º de fevereiro de 2009.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN  
Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
(Diretoria Administrativa), em 8 de maio de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO

Diretor Administrativo

#### **Decreto N° 483/2013**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO N° 483/2013, DE 8 DE MAIO DE 2013.

Dá nova redação ao inciso I do art. 1º do Decreto nº 102/2013, de 8 de janeiro de 2013, que nomeia membros para compor a Comissão Permanente de Licitação do Fundo Municipal de Saúde - FMS.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto na Lei Delegada nº 01, de 3 de setembro de 1993 e alteração e no Decreto nº 3.546, de 19 de setembro de 1994.

DECRETA:

Art. 1º O inciso I do art. 1º do Decreto nº 102/2013, de 8 de janeiro de 2013, que nomeia membros para compor a Comissão Permanente de Licitação do Fundo Municipal de Saúde - FMS, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º ( )

I - presidente: MARLO CRISTINA RIBEIRO;" (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração  
ALESSANDRO VERNIZE  
Secretário Municipal de Saúde

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
(Diretoria Administrativa), em 8 de maio de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO

Diretor Administrativo



**Decreto N° 484/2013**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO N° 484/2013, DE 14 DE MAIO DE 2013.

Concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, à servidora RENATA FONTANA MINCARONI.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 120 da Lei Complementar n° 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de maio de 2013, à servidora RENATA FONTANA MINCARONI, ocupante do cargo de Odontólogo, matrícula 92223-00, 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, convertido em pecúnia, equivalente à remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 17 de julho de 2005 a 16 de julho de 2010.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

ALESSANDRO VERNIZE  
Secretário Municipal de Saúde

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 14 de maio de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO  
Diretor Administrativo

**Decreto N° 485/2013**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO N° 485/2013, DE 14 DE MAIO DE 2013.

Exonera, a pedido, a servidora ANEMARIE RECH.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto nos arts. 41, I e 42 da Lei Complementar n° 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada, a pedido, a servidora ANEMARIE RECH, do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, a partir de 14 de maio de 2013.

Art. 2º Fica declarada a vacância do cargo referido no art. 1º deste Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 14 de maio de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO  
Diretor Administrativo

**Decreto N° 486/2013**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO N° 486/2013, DE 14 DE MAIO DE 2013.

Concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, à servidora DILCE LURDES GEHLEN.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 120 da Lei Complementar n° 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de maio de 2013, à servidora DILCE LURDES GEHLEN, ocupante do cargo de Especialista em Educação, código 10.15, 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, convertido em pecúnia, equivalente à remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 2 de fevereiro de 2008 a 1º de fevereiro de 2013.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN  
Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 14 de maio de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO  
Diretor Administrativo

**Decreto N° 487/2013**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO N° 487/2013, DE 14 DE MAIO DE 2013.

Concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, ao servidor ANDRE LUIS TAFAREL.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 120 da Lei Complementar n° 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de maio de 2013, ao servidor ANDRE LUIS TAFAREL, ocupante do cargo de Orientador de Informática, 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, convertido em pecúnia, equivalente à remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 5 de maio de 2008 a 4 de maio de 2013.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN  
Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 14 de maio de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO  
Diretor Administrativo

**Decreto N° 488/2013**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO N° 488/2013, DE 14 DE MAIO DE 2013.

Nomeia ELIANE PAULA SBARDELLA PASTRE no cargo de Supervisora de Relações Comunitárias; dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 43, I, da Lei Complementar n° 90, de 27 de junho de 1994 e alterações e na Lei Complementar n° 212, de 12 de dezembro de 2001 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a senhora ELIANE PAULA SBARDELLA PASTRE, para exercer o cargo de Supervisora de Relações Comunitárias - Gabinete do Vice-Prefeito, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo - Cargos de Provimento em Comissão, percebendo vencimentos próprios do cargo, nível 7, acrescidos da gratificação de 20% (vinte por cento), a partir de 1º de junho de 2013.

Art. 2º Em face do disposto no art. 1º deste Decreto, fica exonerada a servidora ELIANE PAULA SBARDELLA PASTRE, do cargo de provimento em comissão de Responsável do Setor de Apoio Administrativo, a partir de 1º de junho de 2013.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 14 de maio de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO

Diretor Administrativo

**Decreto N° 489/2013**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO N° 489/2013, DE 14 DE MAIO DE 2013.

Nomeia NAIANA CRISTINA FRIGO FESTUGATO no cargo de Responsável do Setor de Apoio Administrativo; dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 43, I, da Lei Complementar n° 90, de 27 de junho de 1994 e alterações e na Lei Complementar n° 212, de 12 de dezembro de 2001 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a senhora NAIANA CRISTINA FRIGO FESTUGATO, para exercer o cargo de Responsável do Setor de Apoio Administrativo - Secretaria Municipal de Urbanismo e Obras, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo - Cargos de Provimento em Comissão, percebendo vencimentos próprios do cargo, nível 5, acrescidos da gratificação de 40% (quarenta por cento), a partir de 1º de junho de 2013.

Art. 2º Em face do disposto no art. 1º deste Decreto, fica exonerada a servidora NAIANA CRISTINA FRIGO FESTUGATO, do cargo de provimento em comissão de Supervisora de Relações Comunitárias, a partir de 1º de junho de 2013.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

MAURÍ MARAN

Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 14 de maio de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO

Diretor Administrativo

**Decreto N° 490/2013**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO N° 490/2013, DE 15 DE MAIO DE 2013.

Altera dispositivos do Decreto n° 469/2011, de 2 de junho de 2011, que constitui e designa membros para compor a Equipe Técnica Local e o Comitê Local do Plano de Ação Articulada - PAR 2011.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI.

DECRETA:

Art. 1º O Decreto n° 469/2011, de 2 de junho de 2011, que constitui e designa membros para compor a Equipe Técnica Local e o Comitê Local do Plano de Ação Articulada - PAR 2011, terá dispositivos alterados na forma deste Decreto.

Art. 2º Fica alterada a expressão: "Ação Articulada - PAR 2011", para: "Ação Articulada - PAR 2010", constante na ementa e no art. 1º.

Art. 3º O art. 4º terá as seguintes alterações:

I - o inciso I passa a vigorar com a seguinte redação:

"I - Coordenadora: SANDRA SIMONE HÖPNER PIEROZAN, representante do Conselho Municipal de Educação;" (NR)

II - o inciso II terá as seguintes alterações:

a) a alínea "d" passa a vigorar com a seguinte redação:

"d) MARINEZ DE OLIVEIRA DOS SANTOS, representante do Conselho Tutelar;" (NR)

b) a alínea "f" passa a vigorar com a seguinte redação:

"f) SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN, encarregada da mobilização da sociedade e do acompanhamento das metas de evolução do IDEB;" (NR)

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 15 de maio de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO

Diretor Administrativo

**Decreto N° 491/2013**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO N° 491/2013, DE 15 DE MAIO DE 2013.

Altera dispositivos do art. 1º do Decreto n° 598/2011, de 18 de julho de 2011 e alterações, que nomeiam membros para compor o Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social - CMHIS.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto na Lei n° 3.989, de 17 de setembro de 2008 e no Decreto n° 5.397, de 23 de abril de 2009.

DECRETA:

Art. 1º O art. 1º do Decreto nº 598/2011, de 18 de julho de 2011 e alterações, que nomeiam membros para compor o Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social - CMHIS, terá os seguintes dispositivos alterados:

I - a alínea "c" passa a vigorar com a seguinte redação:

"c) Secretaria Municipal de Finanças:

1. titular: ORLANDO KUCZMAINSKI;

2. suplente: MARAISE FATIMA DE MARCO;" (NR)

II - as alíneas "e" e "f" passam a vigorar com a seguinte redação:

e) Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo:

1. titular: JOSE ANTONIO SARETTA;

2. suplente: ANA CAMILA FURHMANN MÜLLER;

f) Assessoria de Planejamento:

1. titular: IGOMAR NESPOLO;

2. suplente: ANTONIO JOSE BEGNINI;" (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 15 de maio de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO

Diretor Administrativo

#### **Decreto N° 492/2013**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO N° 492/2013, DE 15 DE MAIO DE 2013.

Concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, à servidora MARIA BETANIA DESORDI PEREIRA.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 120 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de maio de 2013, à servidora MARIA BETANIA DESORDI PEREIRA, ocupante do cargo de Enfermeiro, 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, convertido em pecúnia, equivalente à remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 1º de abril de 2008 a 31 de março de 2013.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

ALESSANDRO VERNIZE

Secretário Municipal de Saúde

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 15 de maio de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO

Diretor Administrativo

#### **Decreto N° 493/2013**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO N° 493/2013, DE 15 DE MAIO DE 2013.

Exonera, a pedido, a servidora RAQUEL DE LIMA.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto nos arts. 41, I e 42 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada, a pedido, a servidora RAQUEL DE LIMA, do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Creche, a partir de 16 de maio de 2013.

Art. 2º Fica declarada a vacância do cargo referido no art. 1º deste Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 15 de maio de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO

Diretor Administrativo

#### **Aviso de Licitação Modalidade Pregão Eletrônico N° 15/2013- PMC**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE

PREGÃO ELETRÔNICO N° 15/2013- PMC

Objeto: Aquisição de materiais elétricos para utilização em diversos locais pela Secretaria Municipal de Urbanismo e Obras, conforme especificações constantes no(s) anexo(s) "A" e "B" deste edital.

Forma de Pregão: Eletrônico.

Tipo: Menor Preço Por Item

Recebimento das propostas: até as 08h15min do dia 21/06/2013, no endereço eletrônico [www.cidadecompras.com.br](http://www.cidadecompras.com.br)

Abertura: dia 21/06/2013 08h30min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page [www.concordia.sc.gov.br](http://www.concordia.sc.gov.br), link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2167.

Concórdia, SC, 06 de junho de 2013.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

#### **Aviso de Licitação Modalidade Pregão Presencial N° 2/2013 - Cdl**

CAMARA DOS DIRIGENTES LOGISTAS DE CONCORDIA - CDL

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL N° 2/2013 - CDL

Objeto: Contratação de empresa para provimento de sinal de internet Wi-Fi Indoor e Outdoor incluindo configurações de rede e

equipamentos, mão de obra, suporte técnico e link de internet full de 40Mbps nas dependências do Parque de Exposições durante o período da Expo Concórdia 2013, que ocorrerá de 20 a 29 de julho de 2013 discriminados no Termo de Referência - Anexo "C" deste edital.

Tipo: Menor Preço Global

Recebimento das propostas: até as 08:15h do dia 21/06/2013.

Abertura: dia 21/06/2013, às 08h00min.

Informações complementares: O edital em inteiro teor e anexos, encontram-se disponíveis na Câmara de Dirigentes Lojistas de Concórdia - CDL, situada Rua Anita Garibaldi, 104, nesta cidade. Os mesmos podem ser solicitados através do telefone (49) 3441-2160 ou e-mail: rutineia.rossi@concordia.sc.gov.br.

Concórdia, SC, 06 de junho de 2013.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Geral da EXPO 2013

### **Aviso de Licitação Modalidade Pregão Presencial N° 3/2013 - Cdl**

CAMARA DOS DIRIGENTES LOGISTAS DE CONCORDIA - CDL  
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL N° 3/2013 - CDL

Objeto: contratação de empresa para a execução de serviço de monitoramento e segurança ostensiva durante o período da Expo Concórdia 2013, que ocorrerá de 20 a 29 de julho de 2013, conforme Termo de Referência Anexo "C" deste Edital.

Tipo: Menor Preço Global

Recebimento das propostas: até as 13:45h do dia 21/06/2013.

Abertura: dia 21/06/2013, às 14h00min.

Informações complementares: O edital em inteiro teor e anexos, encontram-se disponíveis na Câmara de Dirigentes Lojistas de Concórdia - CDL, situada Rua Anita Garibaldi, 104, nesta cidade. Os mesmos podem ser solicitados através do telefone (49) 3441-2160 ou e-mail: rutineia.rossi@concordia.sc.gov.br.

Concórdia, SC, 06 de junho de 2013.

RUTINEIA ROSSI

Coordenadora de Licitações da EXPO 2013

### **Aviso de Licitação Modalidade Pregão Presencial N° 68/2013- PMC**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC  
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE  
PREGÃO PRESENCIAL N° 68/2013- PMC

Objeto: Aquisição de equipamentos diversos, para atendimento de projetos direcionados ao Fundo Municipal de Direitos Difusos - FMDD, com recursos oriundos do próprio do Fundo Municipal de Direitos Difusos - FMDD, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Recebimento das propostas: até as 16h00min do dia 20/06/2013.

Abertura: dia 21/06/2013 às 14h00min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page [www.concordia.sc.gov.br](http://www.concordia.sc.gov.br), link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2138.

Concórdia, SC, 06 de junho de 2013.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

## **Cordilheira Alta**

### **PREFEITURA**

#### **Decreto N. 398/2013**

DECRETO Nº398/2013, DE 31 DE MAIO DE 2013.

"CONCEDE LICENÇA A SERVIDOR MUNICIPAL PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial o Art. 70 da Lei Orgânica do Município e o Decreto Nº 067/2010, DECRETA

Art. 1º Conceder 01 (um) dia de licença para tratamento de saúde, ao Servidor Municipal, Sr.JULCIONIR CUNICO, ocupante do cargo de Operador de Máquinas, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria, Comércio e Meio Ambiente, de acordo com o atestado anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 31 de Maio de 2013

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

#### **Decreto N. 399/2013**

DECRETO Nº399/2013, DE 31 DE MAIO DE 2013

"NOMEIA CONTADOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o inciso II do Art. 70 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA

Art. 1º Fica nomeada a Sra. SOLANGE MARIA DERVANOSKI LANZARIN para exercer o cargo de Contador, lotada na Secretaria Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento.

Art. 2º A Servidora nomeada pelo presente, sujeitar-se-á ao disposto no Estatuto dos Servidores Públicos Municipal - LC nº 18/2001, e ao Plano de Cargos e Salários - LC nº 93/2013.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto, estão consignadas no orçamento Municipal.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, surtindo efeitos a partir de 01 de junho de 2013.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto N° 300/2013.

Cordilheira Alta, SC, 31 de Maio de 2013

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

#### **Decreto N. 400/2013**

DECRETO Nº400 /2013, DE 31 DE MAIO DE 2013

"NOMEIA DIRETOR DO SERVIÇO MUNICIPAL DE ABASTECIMENTO



**DE ÁGUA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.**

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no inciso II do Art. 70 da Lei Orgânica Municipal.

**RESOLVE:**

Art. 1º Fica nomeado, o Sr. BRUNO DE CESARO, para exercer o cargo de Diretor do Serviço Municipal de Abastecimento de Água, ficando lotado na Secretaria Municipal de Agricultura, indústria, Comércio e Meio Ambiente.

Art. 2º O presente Servidor, sujeitar-se-á aos dispostos no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais - Lei C. 18/2001, ao Plano de cargos e salários - Lei C. 93/2013.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto estão consignadas no orçamento Municipal.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, surtindo efeitos a partir de 01 de junho de 2013.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto N° 18/2013

Cordilheira Alta SC, 31 de maio de 2013.

ALCEU MAZZIONI  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

RUA CELSO TOZZO, 27 CEP: 89.819-000 - FONE: (49) 3358-9100  
- CORDILHEIRA ALTA - SC  
www.pmcordi.sc.gov.br

**Decreto N. 401/2013**

DECRETO Nº401 /2013, DE 31 DE MAIO DE 2013

“NOMEIA DIRETOR GERAL DE ADMINISTRAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o inciso II do Art. 70 da Lei Orgânica Municipal,

**DECRETA**

Art. 1º Fica nomeado o Sr. ADEMIR TRESSOLDI para exercer o cargo de Diretor Geral de Administração, lotado na Secretaria Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento.

Art. 2º O Servidor nomeado pelo presente, sujeitar-se-á ao disposto no Estatuto dos Servidores Públicos Municipal - LC nº 18/2001 e ao Plano de Cargos e Salários - LC nº 93/2013.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto, estão consignadas no orçamento Municipal.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, surtindo efeitos a partir de 01 de junho de 2013.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto N° 68/2013.

Cordilheira Alta, SC, 31 de Maio de 2013

ALCEU MAZZIONI  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

**Decreto N. 402/2013**

DECRETO Nº 402/2013, DE 03 DE JUNHO DE 2013

“EXONERA ASSESSOR DE SECRETARIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o Art. 70 da Lei Orgânica Municipal,

**DECRETA**

Art. 1º Fica exonerado, a pedido, a partir desta data, o Srta. MARCIANE CASTAGNERA, ocupante do cargo de Assessor de secretaria, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto, estão consignadas no orçamento Municipal.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 03 de junho de 2013

ALCEU MAZZIONI  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

**Decreto N. 403/2013**

DECRETO Nº403/2013, DE 03 DE JUNHO DE 2013.

“CONCEDE LICENÇA À SERVIDORA MUNICIPAL PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial o Art. 70 da Lei Orgânica do Município e o Decreto Nº 067/2010, DECRETA

Art. 1º Conceder 01 (um) dia de licença para tratamento de saúde, à Servidora Municipal, Sra.NEIDES PEDERSSETTI, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento, de acordo com o atestado anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 03 de Junho de 2013

ALCEU MAZZIONI  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

**Decreto N. 404/2013**

DECRETO Nº404//2013, DE 04 DE JUNHO DE 2013

“NOMEIA COORDENADOR PEDAGÓGICO DO ENSINO FUNDAMENTAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

**DECRETA**

Art. 1º Fica nomeada a partir desta data a Sra. DAIANE FÁVERO, para exercer o cargo de Coordenador Pedagógico do Ensino Fundamental, 40 horas semanal, lotada na Secretaria Municipal de

Educação.

Art. 2º A Servidora nomeada pelo presente, sujeitar-se-á ao disposto no Estatuto dos Servidores Públicos Municipal - LC nº 18/2001, e ao Plano de Cargos e Salários - LC nº 92/2013

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto, estão consignadas no orçamento Municipal.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 143/2013.

Cordilheira Alta, SC, 04 de Junho de 2013

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

## Coronel Freitas

### PREFEITURA

#### Pregão Presencial Nº 14/2013

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS

AVISO DE LICITAÇÃO

Edital de Pregão Presencial Nº 14/2013

Objeto: CONTRATAÇÃO DE MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE INSTALAÇÕES E SERVIÇOS ELÉTRICOS

Tipo: Menor Valor /Item

Entrega dos envelopes: até as 09:00 h do dia 20/06/2013

Abertura dos envelopes: na sequência às 09:00 horas do dia 20/06/2013

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Av.Santa Catarina, 1022 nos dias úteis, de segunda a sexta feira das 07:30 às 11:30 hrs e das 13:00 às 17:00 hrs ou pelo fone 3347.0322.

Coronel Freitas (SC) 07 de Junho de 2013

Mauri José Zucco

Prefeito Municipal

#### Decisão de Anulação de Licitação

Despacho Decisório de Anulação de Licitação

Processo n.: 47/2013

Referência: Pregão Presencial n. 11/2013

Estamos diante de uma licitação para aquisição de máquina tipo Escavadeira Hidráulica, com recursos federais e contrapartida municipal, na modalidade de pregão presencial - menor preço.

Ao se definir o objeto do certame foram colocadas características da máquina da seguinte forma:

"ESCAVADEIRA HIDRÁULICA NOVA SOB ESTEIRA, COM PESO OPERACIONAL MÍNIMO DE 13.500 KG, COM MOTOR A DIESEL 04 CILINDROS TURBO INTERCOLER, ALIMENTAÇÃO ATRAVÉS DE BOMBA INJETORA COM POTÊNCIA MÍNIMA DE 97 HP,RAIO DE GIRO DE NO MÍNIMO 2.500 MM, DISTÂNCIA DO CENTRO DO EQUIPAMENTO ATÉ O CONTRAPESO TRASEIRO DE NO MÍNIMO 2.200 MM, VELOCIDADE DE GIRO DE NO MÍNIMO 12 RPM, BOMBA HIDRÁULICA COM FLUXO MÁXIMO DE NO MÍNIMO DE 120 L POR MINUTO, LANÇA DE NO MÍNIMO 4,6 M E BRAÇO DE NO MÍNIMO 2,5 M, CAPACIDADE DA CAÇAMBA DE NO MÍNIMO 0,53 M³, PARTE RODANTE DE NO MÍNIMO 7 ROLETES INFERIORES E

2 SUPERIORES, COMPRIMENTO MÁXIMO DA ESTEIRA DE 3.700 MM, LARGURA MÁXIMA DO CARRO ENTRE ESTEIRAS DE 2.550 MM, CABINE FECHADA COM AR CONDICIONADO"

Todavia, revendo o objeto, por provocação da participante empresa Hyundai - CNPJ n. 14.168.536/0001-25 - mediante um recurso administrativo datado de 27 de maio de 2013, mesmo sem conhecimento técnico do assunto, pareceu-nos que a exigência de comprimento da esteira de 3.700 milímetros é desnecessária sob o ponto de vista do transporte/operacional.

Desta forma, consultamos na data de 03/06/2013 a empresa que forneceu a caçamba, em que será transportada a escavadeira, sobre as suas medidas, sendo que fomos informados que a largura da caçamba é de 2,62 metros e o comprimento de 4,92 metros, conforme declaração anexa.

Diante disso, concluímos que a exigência editalícia de uma largura de 2.550 milímetros faz sentido em função da largura da caçamba de transporte 2.620 milímetros, pois uma folga

de 7 centímetros (3,5 cada lado), embora apertado, é necessária para o carregamento da máquina.

Por outro lado, assiste razão ao recorrente em relação à exigência do edital de comprimento de 3.700 milímetros, uma vez que em nada prejudicará o transporte/operação da máquina o comprimento da esteira acima do determinado.

Assim, esta exigência pode ter afastado outros interessados. Enquanto a principal objetivo do certame é oportunizar a participação do maior número de empresas para selecionar a proposta mais vantajosa (econômica) ao Poder Público.

Desta forma, considerando que a supremacia da Administração Pública na condução e encerramento dos procedimentos licitatórios em andamento na administração direta, com fundamento no art. 49 caput da Lei 8.666/93.

Considerando, a prerrogativa de autotutela da Administração Pública de rever os seus próprios atos para atender os aspectos da legalidade e verificar a presença dos pressupostos de validade dos atos que pratica.

Considerando, que a Administração e anular de ofício os seus próprios atos quando eivados de ilegalidade com fulcro nos artigos 49 da Lei 8.666/93, 53 da Lei 9.784/99 e súmulas 346 e 437 do STF. Considerando, que não esta configurada no momento a decadência da ação anulatória do ato Administrativo anulável, conferido o direito/dever à Administração de proceder com a anulação da exigência ilegal (art. 54 da Lei 9.784/99).

Considerando, que os demais participantes não contrarrazoaram o recurso em questão.

Decidimos,

ANULAR PARCIALMENTE, o Processo Administrativo n. 47/2013, Pregão Presencial 11/2013, especificamente a sua fase externa, edital e todos os atos subsequentes;

DETERMINAR a republicação do edital sem a previsão: "COMPRIMENTO MÁXIMO DA ESTEIRA DE 3.700 MM";

REABRIR a licitação para todos os interessados a partir do vício constatado, oportunizado-lhes a plena participação, devendo ser repetidos todos os atos subsequentes ao edital;

DETERMINAR que os atuais participantes integrem a presente licitação em igualdade de condições com eventuais novos interessados, devendo formularem novas propostas e reapresentarem os envelopes com os documentos de habilitação;

DETERMINAR a publicação da presente decisão para os fins do art. 49, §3º da Lei 8.666/93;

NOTIFICAR os atuais participantes do certame da presente decisão;

ENCAMINHAR esta decisão administrativa ao Ministério Público do Estado de Santa Catarina.

Cumpra-se.

Coronel Freitas/SC, 04 de junho de 2013

# Corupá

## PREFEITURA

### Lei Complementar No 042/13

LEI COMPLEMENTAR No 042/13

DISPÕE SOBRE A REVISÃO GERAL SALARIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS E ALTERA OS ANEXOS I E XI, DA LEI COMPLEMENTAR N.º 014/09 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2009, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os munícipes, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º - Fica concedida, a partir de 01 de Maio de 2013, a revisão geral anual salarial de 2% (dois por cento) aos servidores públicos vinculados ao Poder Executivo, relativo à parte do INPC acumulado a partir do último reajuste.

Art. 2º - Incorporado o reajuste previsto nos artigo anterior desta Lei, o Anexo XI da Lei Complementar nº 014/09 de 15 de Dezembro de 2009 que trata da Tabela de Valores Remuneratórios por Padrão Salarial, passa a vigorar com a seguinte redação.

Art. 3º - Fica concedido, a partir de 01 de Junho de 2013, reajuste em 30% (trinta por cento) dos valores pagos a título de auxílio alimentação aos servidores públicos Municipais.

Art. 4º - Com o reajuste previsto nos artigo anterior desta Lei, o Anexo XVII da Lei Complementar nº 014/09 de 15 de Dezembro de 2009 que trata da Tabela de Auxílio Alimentação, passa a vigorar com a seguinte redação.

Art. 5º - Fica alterado o Anexo I - Tabela de Vagas, Cargos, Funções, Jornada e Escolaridade Mínima.

Art. 6º - Esta lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de Maio de 2013, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Corupá, 06 de Junho de 2013.

LUIZ CARLOS TAMANINI  
PREFEITO

Sancionada, Registrada e Publicada a presente Lei, nesta Secretaria de Administração e Fazenda aos seis dias do mês de junho de 2013.

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

### Lei Complementar No 042/13 - Anexo XI ANEXO XI

#### TABELA DE VALORES REMUNERATÓRIOS POR FATOR SALARIAL

FATOR	SALÁRIO MENSAL
1	691,56
2	737,03
3	749,32
4	789,85

5	843,90
6	859,88
7	872,16
8	912,69
9	921,30
10	953,24
11	1.019,56
12	1.062,55
13	1.076,07
14	1.093,27
15	1.105,55
16	1.117,83
17	1.228,39
18	1.265,23
19	1.308,24
20	1.314,38
21	1.486,35
22	1.547,77
23	1.603,06
24	1.580,59
25	1.633,76
26	1.713,31
27	1.842,58
28	1.954,62
29	2.125,11
30	2.137,39
31	2.247,95
32	2.352,79
33	2.524,34
34	2.654,42
35	3.046,42
36	3.233,57
37	3.439,50
38	3.517,12
39	3.709,75
40	4.222,95
41	4.667,89
42	4.740,61
43	4.812,70
44	5.804,16
45	10.318,51
46	9.481,21
47	4.584,91
48	5.159,25

### Lei Complementar No 042/13 - Anexo XVII

#### ANEXO XVII

#### TABELA DE AUXILIO ALIMENTAÇÃO

CARGA HORÁRIA SEMANAL	VALOR EM R\$
Acima de 30 Horas	286,00
De 20 Horas a 29 Horas	143,00
De 10 Horas a 19 Horas	71,50

**Lei Complementar N° 042/13 - Anexo I****ANEXO I****TABELA DE VAGAS, CARGOS, FUNÇÕES, JORNADA E ESCOLARIDADE MÍNIMA**

FATOR	Nº DE VAGAS	NOMENCLATURA DA FUNÇÃO	ATRIBUIÇÕES DA FUNÇÃO	CARGA HORA	GRAU DE ESCOLARIDADE
45	4	MÉDICO ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA	Atribuições já previstas na L.C. nº 014 de 15 de dezembro de 2009	40	SUPERIOR, REGISTRO ÓRGÃO DE CLASSE
			Todas as atribuições relativas ao Médico de Estratégia Saúde da Família; Prestar consulta médica aos munícipes, procedendo anamnese e exames no intuito de diagnosticar situações de doença, bem como prescrever pedidos de exames ou uso de medicamentos ou outras providências que julgar necessárias para restabelecer ou manter a sua saúde; Desenvolver atividades de cunho preventivo, tais como campanha de vacinação, palestras, coordenar grupos de discussão de moléstias, realizar jornadas, seminários ou assemelhados; Exercer sua função de acordo com sua qualificação e/ou especialização; manter-se atualizado nos processos e técnicas utilizadas pela Medicina; Zelar pelo patrimônio público, limpeza e conservação dos equipamentos utilizados e em uso, bem como dos próprios municipais; Dirigir veículos desde que devidamente habilitado; Executar outras tarefas afins.		
48	3	MÉDICO CLINICO GERAL		20	SUPERIOR, REGISTRO ÓRGÃO DE CLASSE



## Curitibanos

### PREFEITURA

#### Edital de Pregão Presencial N° 136/2013

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N° 136/2013

O Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço Por Item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para AQUISIÇÃO DE MATERIAL PARA USO DO PESSOAL DE LIMPEZA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER, CONFORME ANEXO I DESTA EDITAL.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 13:30 horas do dia 28/06/2013, no Protocolo Central desta Prefeitura, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860.

A partir das 14:00 horas do dia 28/06/2013, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibanos sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860 no horário de expediente (13:00 as 19:00) e/ou na pagina da Prefeitura [www.curitibanos.sc.gov.br](http://www.curitibanos.sc.gov.br).

Curitibanos, 04 de Junho de 2013.

JOSÉ ANTONIO GUIDI      DIEGO SEBEM WORDELL  
Prefeito Municipal      Pregoeiro

#### Edital de Pregão Presencial N° 137/2013

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N° 137/2013

O Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço Por Item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para aquisição de materiais para manutenção da lavação e da oficina da Secretaria de Transporte e Obras, conforme Anexo I deste Edital.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 15:30 horas do dia 25/06/2013, no Protocolo Central desta Prefeitura, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860.

A partir das 16:00 horas do dia 25/06/2013, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibanos sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860 no horário de expediente (13:00 as 19:00) e/ou na pagina da Prefeitura [www.curitibanos.sc.gov.br](http://www.curitibanos.sc.gov.br).

Curitibanos, 05 de Junho de 2013.

JOSÉ ANTONIO GUIDI      DIEGO SEBEM WORDELL  
Prefeito Municipal      Pregoeiro

## Forquilha

### PREFEITURA

#### Extrato de Contrato Fma N°. 15/2013

EXTRATO DE CONTRATO FMA N°. 15/2013

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - RF ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA. ME.

OBJETO - O presente contrato tem por objeto a execução de serviços, com equipamentos rodoviários e escavação, de forma parcelada, para serviços no Município de Forquilha/SC, por meio do Fundo de Agricultura e Meio Ambiente, para o exercício de 2013.

VALOR - R\$ 68.000,00 (sessenta e oito mil reais).

VIGÊNCIA - 31/12/2013.

DOTAÇÃO - 1802.2070.3390 (09), (12).

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Pregão Presencial nº. 10/FMA/2013.

DATA DA ASSINATURA - 29 de maio de 2013.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

#### Extrato de Contrato PMF N°. 93/2013

EXTRATO DE CONTRATO PMF N°. 93/2013

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - SUPERMERCADOS MANENTTI

OBJETO - Constitui objeto do presente Contrato a aquisição de material de limpeza, utensílios e gêneros alimentícios, através de empresa de ramo pertinente, para manutenção de diversas secretarias do município de Forquilha/SC.

VALOR - R\$ 17.774,91 (dezessete mil setecentos e setenta e quatro reais e noventa e um centavos).

VIGÊNCIA - 31/12/2013

DOTAÇÃO - 0201.2002.3390 (02), 0401.2008.3390 (23), 0701.2033.3390 (86), 0803.2022.3390 (123).

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Carta Convite nº. 58/PMF/2013.

DATA DA ASSINATURA - 25 de abril de 2013.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal



[www.ciga.sc.gov.br](http://www.ciga.sc.gov.br)

# Fraiburgo

## PREFEITURA

### Extrato de Atas de Registro N°at13pmf61-2013

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº AT13PMF61 ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. ÓRGÃOS PARTICIPANTES: SF, FMS E FME. FORNECEDOR: F.VACHILESKI & CIA LTDA. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÕES FUTURAS DE SERVIÇOS DE RECAPAGENS E VULCANIZAÇÕES DE PNEUS DA FROTA DO ÓRGÃO GERENCIADOR (MUNICÍPIO DE FRAIBURGO) E DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES (FME E FMS).. ITENS REGISTRADOS:

#### LOTE 2

ITEM	QTDE	DESCRIÇÃO
2	6	Recapagem de pneu 750-16 agrícola 08 lonas a frio
3	4	Recapagem de pneu 900-16 agrícola 08 lonas
6	4	Recapagem de pneu 12.4-24 agrícola - 06 lonas
7	4	Recapagem de pneu 18.4-34 agrícola 10 e 12 lonas
8	4	Recapagem de pneu 14.9-24 agrícola - 06 e 08 lonas
9	6	Recapagem de pneu 12.5/80 -18 -12 lonas
11	6	Vulcanização de pneu 12.5/ 80-18 - 12 lonas
14	6	Vulcanização de pneu 900 -16 agrícola 08 lonas
19	6	Vulcanização de pneu 750-16 agrícola 16 lonas
20	4	Vulcanização de pneu 14.9 - 24 agrícola - 12 lonas
21	4	Vulcanização de pneu 18.4-34 agrícola - 08 lonas
22	4	Vulcanização de pneu 12.4 - 24 - 06 lonas
27	30	Recapagem de pneu 1400-24/16-24-28 e 32 lonas desenho V ou lagarto
28	4	Recapagem de pneu 18.4-30 agrícola - 10 e 12 lonas
29	10	Recapagem de pneu 17.5-25 - 12 e 16 lonas
30	6	Recapagem de pneu 14.9- 28 agrícola - 06 e 08 lonas
31	4	Recapagem de pneu 19.5L 24 Desenho V Retroes-cavadeira
33	5	Vulcanização de pneu 19.5 L - 24
34	10	Vulcanização de pneu 1400 - 24 - (16, 24,28, e 32 lonas)
35	4	Vulcanização de pneu 18.4 - 30 agrícola - 10 e 12 lonas
36	6	Vulcanização de pneu 17.5 - 25 - 16 lonas
37	6	Vulcanização de pneu 14.9 - 28 agrícola - 06 e 08 lonas

DATA:07.05.2013. VIGÊNCIA: 07.05.2013 A 30.08.2013. PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO: Nº 86/2013 - PMF. PREGÃO PRESENCIAL: Nº 061/2013. REGISTRO DE PREÇOS: Nº 0036/2013.

FRAIBURGO (SC), 06 junho 2013.  
IVO BIAZZOLO  
PREFEITO MUNICIPAL

### Decreto N° 0195/2013

DECRETO N° 0195, DE 07 DE JUNHO DE 2013.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com a Lei Nº 2164, de 06 de Dezembro de 2012.

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto no orçamento da Prefeitura Municipal de Fraiburgo para o exercício de 2013 crédito adicional suplementar no valor de R\$ 8.902,51 (oito mil, novecentos e dois reais e cinquenta e um centavos) nas seguintes dotações:

11.00 - Secretaria de Ação social

11.02 - Fundo Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente

08.243.0025.2.059 - Manutenção do Fundo Municipal dos direitos da Criança e Adolescente

3.3.50.00 - Transferências à Instituições Privadas sem Fins Lucrativos 0.1.0600 (187)

R\$ 8.902,51

Total R\$ 8.902,51

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto, correrá à conta da anulação das seguintes dotações:

11.00 - Secretaria de Ação social

11.02 - Fundo Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente

08.243.0025.2.059 - Manutenção do Fundo Municipal dos direitos da Criança e Adolescente

3.3.90.00 - Aplicações Diretas 0.1.0600 (189)

R\$ 8.902,51

Total R\$ 8.902,51

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

FRAIBURGO, 07 DE JUNHO DE 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

### Decreto N° 0196/2013

DECRETO N° 0196, DE 07 DE JUNHO DE 2013.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com a Lei 2176 de 28 de Fevereiro de 2013.

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto no orçamento da Prefeitura Municipal de Fraiburgo para o exercício de 2013 crédito adicional suplementar no valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), nas seguintes dotações:

09.00 - Secretaria de Agropecuária e Meio ambiente

09.01 - Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente

20.606.0021.2.045 - Manutenção da secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente

3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas 0.3.0200 (266)

R\$ 40.000,00

Total R\$ 40.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto, correrá à conta do Superávit Financeiro



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

apurado no Balanço Consolidado do Município de Fraiburgo do exercício de 2012, por origem de recurso, em conformidade com o artigo 43, § 1º; inciso I da Lei 4.320/64 e Prejulgado TCE nº. 1794/06.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.  
FRAIBURGO, 07 DE JUNHO DE 2013.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

#### **Decreto N° 0197/2013**

DECRETO N° 0197, DE 07 DE JUNHO DE 2013.  
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com a Lei Nº 2164, de 06 de Dezembro de 2012.

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto no orçamento da Prefeitura Municipal de Fraiburgo para o exercício de 2013 crédito adicional suplementar no valor de R\$ 61.890,00 (sessenta e um mil, oitocentos e noventa reais) nas seguintes dotações:

02.00 - Gabinete do Prefeito  
02.01 - Gabinete do Prefeito  
04.122.0002.2.002 - Manutenção do Gabinete do Prefeito  
3.1.90.00 - Aplicações Diretas 0.1.0200 (7)  
R\$ 20.000,00

07.00 - Secretaria de Educação, Cultura e Esportes  
07.01 - Educação Geral  
12.361.0006.2.011 - Manutenção do Ensino Fundamental  
3.3.90.00 - Aplicações Diretas 0.1.0323 (65)  
R\$ 21.890,00

12.365.0010.2.021 - Manutenção da Educação Infantil  
3.3.90.00 - Aplicações Diretas 0.1.0323 (89)  
R\$ 20.000,00  
Total R\$ 61.890,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto, correrá à conta da anulação das seguintes dotações:

02.00 - Gabinete do Prefeito  
02.01 - Gabinete do Prefeito  
04.122.0002.2.002 - Manutenção do Gabinete do Prefeito  
4.4.90.00 - Aplicações Diretas 0.1.0200 (9) R\$ 20.000,00

07.00 - Secretaria de Educação, Cultura e Esportes  
07.01 - Educação Geral  
12.361.0006.2.011 - Manutenção do Ensino Fundamental  
4.4.90.00 - Aplicações Diretas 0.1.0323 (68) R\$ 21.890,00

12.365.0010.2.021 - Manutenção da Educação Infantil  
4.4.90.00 - Aplicações Diretas 0.1.0323 (91) R\$ 20.000,00

Total R\$ 61.890,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

FRAIBURGO, 07 DE JUNHO DE 2013.

IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

#### **Decreto N° 0198/2013**

DECRETO N° 0198, DE 07 DE JUNHO DE 2013.  
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com a Lei Nº 2164, de 06 de Dezembro de 2012.

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto no orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Fraiburgo para o exercício de 2013 crédito adicional suplementar no valor de R\$ 160.000,00 (cento e sessenta mil reais) nas seguintes dotações:

08.00 - Secretaria de Saúde  
08.01 - Fundo Municipal de Saúde  
10.301.0016.2.032 - Manutenção da Atenção Básica  
3.1.90.00 - Aplicações Diretas 0.1.0403 (2) R\$ 160.000,00  
Total R\$ 160.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto, correrá à conta da anulação das seguintes dotações:

08.00 - Secretaria de Saúde  
08.01 - Fundo Municipal de Saúde  
10.301.0016.2.032 - Manutenção da Atenção Básica  
3.3.90.00 - Aplicações Diretas 0.1.0403 (5) R\$ 100.000,00  
4.4.90.00 - Aplicações Diretas 0.1.0403 (11) R\$ 60.000,00  
Total R\$ 160.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.  
FRAIBURGO, 07 DE JUNHO DE 2013.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

#### **Decreto N° 0199/2013**

DECRETO N° 0199, DE 07 DE JUNHO DE 2013.  
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com a Lei 2176 de 28 de Fevereiro de 2013.

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto no orçamento da Prefeitura Municipal de Fraiburgo para o exercício de 2013 crédito adicional suplementar no valor de R\$ 425.400,00 (quatrocentos e vinte e cinco mil e quatrocentos reais), nas seguintes dotações:

06.00 - Secretaria de Finanças  
06.02 - Encargos Gerais do Município  
28.843.0000.0.100 - Amortização da Dívida Interna Fundada  
3.2.90.00.00 - Aplicações Diretas 0.3.0200 (267)  
R\$ 130.000,00  
4.6.90.00.00 - Aplicações Diretas 0.3.0200 (268)

R\$ 205.400,00

07.00 - Secretaria de Educação, Cultura e Esportes  
 07.01 - Educação Geral  
 12.365.0010.2.021 - Manutenção da Educação Infantil  
 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas 0.3.0300 (257)  
 R\$ 90.000,00  
 Total R\$ 425.400,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto, correrá à conta do Superávit Financeiro apurado no Balanço Consolidado do Município de Fraiburgo do exercício de 2012, por origem de recurso, em conformidade com o artigo 43, § 1º; inciso I da Lei 4.320/64 e Prejulgado TCE nº. 1794/06.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.  
 FRAIBURGO, 07 DE JUNHO DE 2013.  
 IVO BIAZZOLO  
 Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
 Secretário de Administração e Planejamento

### Portaria N° 1613/2013

PORTARIA N.º 1.613, DE 07 DE JUNHO DE 2013.  
 Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais; e em conformidade com a comunicação interna n.º 0796/2013, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

#### RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar a ampliação de carga horária de 24 (vinte e quatro) para 30 (trinta) horas semanais, da servidora MARIA DA GLORIA VARGAS LAZZAROTTO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 015.491.419-37, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR - ENSINO FUNDAMENTAL - HISTÓRIA, pelo período de 08 de junho de 2013 a 01 de agosto de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 07 de junho de 2013.  
 IVO BIAZZOLO  
 Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
 Secretário de Administração e Planejamento

### Aviso do Pregão Presencial N° 0012/2013 Rp 0007-FMS

Aviso do Pregão Presencial nº 0012/2013 - FMS  
 MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC  
 PREGÃO PRESENCIAL N° 0012/2013 - FMS  
 REGISTRO DE PREÇOS N° 0007/2013

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisições em contratações futuras de óleo diesel para abastecimento dos veículos que fazem o deslocamento dos munícipes (pacientes) na cidade de Florianópolis/SC, durante o período de junho de 2013 a janeiro de 2014. Vigência/Validade da Ata: junho de 2013 a janeiro de 2014. Julgamento: Menor Preço POR ITEM. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: até às 14:15 horas do dia 20.06.2013.

Abertura: às 14:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039/3001. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br e e-mail: compras@fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo(SC), 06 de junho de 2013.  
 NILCE PINZ  
 Secretária Municipal de Saúde

### Aviso do Pregão Presencial N° 0013/2013-FMS

Aviso do Pregão Presencial nº 0013/2013 - FMS  
 PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO N° 0020/2013  
 MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC  
 AVISO DE LICITAÇÃO

Objeto: contratações de serviços gráficos para o confecção e impressão de pastas, folders, adesivos e blocos de anotações para o Projeto de Prevenção e combate a violências e para o programa de saúde da família. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: Até às 09:15 horas do dia 20/06/2013. Abertura: Às 09:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo(SC), 07 de junho de 2013.  
 NILCE PINZ  
 Secretária Municipal de Saúde/Gestora do FMS

### Extrato de Atas de Registro N°at13pmf09-2013

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC  
 EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° AT13FMS09 ÓRGÃO GERENCIADOR: FUNDO MUNICIPAL DE FRAIBURGO. FORNECEDOR: MEDIGRAM DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA  
 OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS DE SUPLEMENTO ALIMENTAR PARA FORNECIMENTO ÀS CRIANÇAS E DEMAIS PESSOAS COM RESTRIÇÃO OU INCAPACIDADE DE INGERIR ALIMENTAÇÃO SÓLIDA, QUE APRESENTEM DESNUTRIÇÃO CLÍNICA OU PESSOAS PORTADORAS DE DOENÇAS CRÔNICAS, CONFORME PROJETO MUNICIPAL DE LEITES E SUPLEMENTOS.  
 ITENS REGISTRADOS:

ITEM	QTDE	DESCRIÇÃO
1	120	Alimento nutricionalmente completo para nutrição enteral ou oral, indicado para crianças de 01 a 10 anos de idade: Acondicionado em lata contendo 400g. Deverá ser isento de Glúten e Lactose. Ingredientes: Sacarose, maltodextrina, xarope de milho, proteína do soro de leite, óleo de girassol, caseinato de potássio, óleo de canola, triglicerídeos de cadeia média, óleo de milho, lecitina de soja, fosfato de potássio, citrato de cálcio, carbonato de cálcio, fosfato de sódio, cloreto de cálcio, vitaminas (vitamina A, beta-caroteno, vitamina D, vitamina E, vitamina K, vitamina C, vitamina B1, vitamina B2, niacina, vitamina B6, ácido fólico, ácido pantotênico, biotina e taurina), bitartarato de colina, cloreto de magnésio, minerais (zinco, ferro, cobre, cromo, molibdênio e iodo), L-carnitina e aromatizante. Deverá apresentar na embalagem n° do Registro no Ministério da Saúde.

DATA:10.05.2013. VIGÊNCIA: 10.05.2013 A 31.08.2013. PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO: N° 15/2013 - FMS. PREGÃO PRESENCIAL: N° 0010/2013. REGISTRO DE PREÇOS: N° 0005/2013.

FRAIBURGO (SC), 06 DE ABRIL DE 2013.



NILCE PINZ  
SECRETÁRIA DA SAÚDE

### Extrato de Atas de Registro N°at13pmf59-2013

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº AT13PMF59 ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. ÓRGÃOS PARTICIPANTES: SF, FMS E FME. FORNECEDOR: SEBASTIÃO FURTADO DA SILVA (M.I.). OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÕES FUTURA DE EMPRESA DO RAMO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE PROPAGANDA DE RUA AO ÓRGÃO GERENCIADOR (MUNICÍPIO DE FRAIBURGO).. ITENS REGISTRADOS:

ITEM	QTDE	DESCRIÇÃO
3	100	Propaganda de rua com sistema de som de acordo com a legislação vigente no centro e bairros da cidade.

DATA:03.05.2013. VIGÊNCIA: 03.05.2013 A 31.12.2013. PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO: Nº 79/2013 - PMF. PREGÃO PRESENCIAL: Nº 056/2013. REGISTRO DE PREÇOS: Nº 0033/2013.

FRAIBURGO (SC), 06 junho 2013.  
IVO BIAZZOLO  
PREFEITO MUNICIPAL

### Extrato de Atas de Registro N°at13pmf60-2013

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº AT13PMF60 ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. ÓRGÃOS PARTICIPANTES: SF, FMS E FME. FORNECEDOR: F.M. PNEUS LTDA - FILIAL 2. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÕES FUTURAS DE SERVIÇOS DE RECAPAGENS E VULCANIZAÇÕES DE PNEUS DA FROTA DO ÓRGÃO GERENCIADOR (MUNICÍPIO DE FRAIBURGO) E DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES (FME E FMS).. ITENS REGISTRADOS:

LOTE 1		
ITEM	QTDE	DESCRIÇÃO
1	10	Recapagem de pneu 750-16 borrachudo 12 lonas
4	4	Recapagem de pneu 225/75 R15 borrachudo 06 lonas a frio
5	16	Recapagem de pneu 1000-20 borrachudo 16 lonas a frio
10	20	Recapagem de pneu 295/80 R22.5 borrachudo G677 16 lonas a frio
12	4	Vulcanização de pneu 750-16 liso 08 lonas
13	8	Vulcanização de pneu 750-16 borrachudo 12 lonas
15	3	Vulcanização de pneu 225/75 R 15 borrachudo 06 lonas
17	8	Vulcanização de pneu 1000 - 20 borrachudo 16 lonas
18	6	Vulcanização de pneu 1000- 20 liso 16 lonas
25	8	Vulcanização de pneu 295/80 R22.5 16 lonas
32	4	Recapagem de pneu 6.70 R14 borrachudo 10 lonas à frio
38	4	Vulcanização de pneu 6.70 R14 borrachudo - 10 lonas
LOTE 3		
ITEM	QTDE	DESCRIÇÃO
16	6	Vulcanização de pneu 175/70 R13 radial
23	4	Vulcanização de pneu 185/70 R14 radial
24	4	Vulcanização de pneu 185 R14 radial - 08 lonas
26	4	Vulcanização de pneu 175/70 R14 radial

DATA:07.05.2013. VIGÊNCIA: 07.05.2013 A 30.08.2013. PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO: Nº 86/2013 - PMF. PREGÃO PRESENCIAL: Nº 0061/2013. REGISTRO DE PREÇOS: Nº 0036/2013.

FRAIBURGO (SC), 06 junho 2013.  
IVO BIAZZOLO  
PREFEITO MUNICIPAL

### Extrato de Atas de Registro N°at13pmf62-2013

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº AT13PMF62 ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. ÓRGÃOS PARTICIPANTES: SF, FMS E FME. FORNECEDOR: PIATÃ COMERCIO DE PEÇAS LTDA. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO EM CONTRATAÇÕES FUTURAS DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL PARA USO DE SERVIDORES DO ÓRGÃO GERENCIADOR (MUNICÍPIO DE FRAIBURGO) E DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES (SANEFRAI, FMS E FME).. ITENS REGISTRADOS:

LOTE 1		
ITEM	QUANTIA	DESCRIÇÃO
01	25	Conjunto de calça e bota de borracha fixa (tipo jardineira)
02	50	Luva de malha de algodão pigmentada
03	50	Luva de vaqueta
04	20	Manga de segurança para proteção do braço e antebraço contra umidade uso em laboratório) confeccionada em PVC, revira, lona caqui, lona crua e vinil com elástico
05	2	Cinto segurança para altura para uso de eletricitista (com talabartes)
06	4	Máscara para solda em fibra
07	2	Luva de vaqueta para proteção de luva Isolante

DATA:08.05.2013. VIGÊNCIA: 08.05.2013 A 31.10.2013. PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO: Nº 84/2013 - PMF. PREGÃO PRESENCIAL: Nº 060/2013. REGISTRO DE PREÇOS: Nº 00352013.

FRAIBURGO (SC), 06 junho 2013.  
IVO BIAZZOLO  
PREFEITO MUNICIPAL

### Extrato de Atas de Registro N°at13pmf63-2013

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº AT13PMF63 ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. ÓRGÃOS PARTICIPANTES: SF, FMS E FME. FORNECEDOR: DISMACENTER INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES EM CONTRATAÇÕES FUTURAS DE QUADROS BRANCOS QUADRICULADOS PARA USO DO ÓRGÃO GERENCIADOR (MUNICÍPIO DE FRAIBURGO).. ITENS REGISTRADOS:

ITEM	QTDE	DESCRIÇÃO
01	15	Quadro branco quadriculado em MDF de 15mm, chapa maciça medidas 2,50x1,30m, revestido em fórmica, lousa branca quadriculada de 0,8mm, acabamento nas laterais em PVC de 0,45cm em toda a extensão do quadro, um suporte para apagador na medida de 12x20cm - instalado.

DATA:16.05.2013. VIGÊNCIA: 16.05.2013 A 30.09.2013. PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO: Nº 93/2013 - PMF. PREGÃO PRESENCIAL: Nº 063/2013. REGISTRO DE PREÇOS: Nº 0037/2013.



FRAIBURGO (SC), 06 junho 2013.

IVO BIAZZOLO

PREFEITO MUNICIPAL

**Extrato de Atas de Registro N°at13pmf64-2013**

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº AT13PMF64 ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. ÓRGÃOS PARTICIPANTES: SF, FMS E FME. FORNECEDOR: KTOP CONSULTORIA E ENGENHARIA LTDA ME. OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÕES FUTURAS DE SERVIÇOS DE ELABORAÇÃO DE ESTUDOS E PROJETOS PARA PAVIMENTAÇÃO DE RUAS AVENIDAS E LOGRADOUROS A SEREM UTILIZADAS PELO ÓRGÃO GERENCIADOR (MUNICÍPIO DE FRAIBURGO).. ITENS REGISTRADOS:

ITEM	QUANTIA	DESCRIÇÃO
1	40.000	Serviços de elaboração de estudos e projetos para pavimentação de ruas avenidas e logradouros.

DATA:16.05.2013. VIGÊNCIA: 16.05.2013 A 16.05.2014. PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO: Nº 98/2013 - PMF. PREGÃO PRESENCIAL: Nº 069/2013. REGISTRO DE PREÇOS: Nº 0038/2013.

FRAIBURGO (SC), 06 junho 2013.

IVO BIAZZOLO

PREFEITO MUNICIPAL

**Extrato de Atas de Registro N°at13pmf65-2013**

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº AT13PMF65 ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. ÓRGÃOS PARTICIPANTES: SF, FMS E FME. FORNECEDOR: SSAT - SINALIZAÇÃO E ADESIVOS LTDA. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO PARA FORNECIMENTOS E INSTALAÇÕES FUTURAS DE PLACAS DE TRÂNSITO, PARA USO DO ÓRGÃO GERENCIADOR (MUNICÍPIO DE FRAIBURGO).. ITENS REGISTRADOS:

LOTE 1		
ITEM	QTDE	DESCRIÇÃO
01	10	Fornecimento e implantação de placas de regulamentação R-1 L=25cm " PARE" (chapa em aço galvanizado a fogo nº 18, película totalmente refletiva garantia de 7 anos com suporte em aço galvanizado 3 metros 2" espessura da parede 2,00mm).
02	15	Fornecimento e implantação de placas de Advertência 60x60cm " Lombada a 50mt " (chapa em aço galvanizado a fogo nº 18, película totalmente refletiva garantia de 7 anos com suporte em aço galvanizado 3 metros 2" espessura da parede 2,00mm).
03	10	Fornecimento e implantação de placas de Advertência 60x60cm " Lombada local " (chapa em aço galvanizado a fogo nº 18, película totalmente refletiva garantia de 7 anos com suporte em aço galvanizado 3 metros 2" espessura da parede 2,00mm).
04	5	Fornecimento e implantação de placas de Regulamentação D=60cm " Siga em Frente ou a Esquerda " (chapa em aço galvanizado a fogo nº 18, película totalmente refletiva garantia de 7 anos com suporte em aço galvanizado 3 metros 2" espessura da parede 2,00mm).

05	5	Fornecimento e implantação de placas de Regulamentação D=60cm " Siga em Frente ou a Direita " (chapa em aço galvanizado a fogo nº 18, película totalmente refletiva garantia de 7 anos com suporte em aço galvanizado 3 metros 2" espessura da parede 2,00mm).
06	5	Fornecimento e implantação de placas de Regulamentação D=60cm " Sentido Proibido " (chapa em aço galvanizado a fogo nº 18, película totalmente refletiva garantia de 7 anos com suporte em aço galvanizado 3 metros 2" espessura da parede 2,00mm).
07	5	Fornecimento e implantação de placas de Regulamentação D=60cm " Proibido virar a Direita " (chapa em aço galvanizado a fogo nº 18, película totalmente refletiva garantia de 5 anos com suporte em aço galvanizado 3 metros 2" espessura da parede 1,95mm).
08	5	Fornecimento e implantação de placas de Regulamentação D=60cm " Proibido virar a Esquerda " (chapa em aço galvanizado a fogo nº 18, película totalmente refletiva garantia de 7 anos com suporte em aço galvanizado 3 metros 2" espessura da parede 2,00mm).
09	10	Fornecimento e implantação de placas de Regulamentação D=60cm " Velocidade de 60Km/h" (chapa em aço galvanizado a fogo nº 18, película totalmente refletiva garantia de 7 anos com suporte em aço galvanizado 3 metros 2" espessura da parede 2,00mm).
10	20	Fornecimento e implantação de placas de Regulamentação 50x66cm " Taxi " (chapa em aço galvanizado a fogo nº 18, película totalmente refletiva garantia de 7 anos com suporte em aço galvanizado 3 metros 2" espessura da parede 2,00mm).
11	3	Fornecimento e implantação de placas de Regulamentação 60x100cm " Proibido Estacionamento de Caminhões" (chapa em aço galvanizado a fogo nº 18, película totalmente refletiva garantia de 5 anos com suporte em aço galvanizado 3 metros 2").
12	5	Fornecimento e implantação de placas de Regulamentação D=60cm " Estacionamento regulamentado " (chapa em aço galvanizado a fogo nº 18, película totalmente refletiva garantia de 7 anos com suporte em aço galvanizado 3 metros 2" espessura da parede 2,00mm).
13	10	Fornecimento e implantação de placas de Advertência 60x60cm "área Escolar " (chapa em aço galvanizado a fogo nº 18, película totalmente refletiva garantia de 7 anos com suporte em aço galvanizado 3 metros 2" espessura da parede 2,00mm).
14	10	Fornecimento e implantação de placas de Regulamentação D=60cm "Proibido Acionar Buzina " (chapa em aço galvanizado a fogo nº 18, película totalmente refletiva garantia de 7 anos com suporte em aço galvanizado 3 metros 2" espessura da parede 2,00mm).
15	5	Fornecimento e implantação de placas de Advertência 60x60cm "Passagem Sinalizada de Pedestre " (chapa em aço galvanizado a fogo nº 18, película totalmente refletiva garantia de 7 anos com suporte em aço galvanizado 3 metros 2" espessura da parede 2,00mm).

16	35	Fornecimento e implantação de placas de 50x66cm "Carga e Descarga com Horários" (chapa em aço galvanizado a fogo nº 18, película totalmente refletiva garantia de 7 anos com suporte em aço galvanizado 3 metros 2" espessura da parede 2,00mm).
17	25	Fornecimento e implantação de placas de 50x66cm "Proibido estacionar Motos" (chapa em aço galvanizado a fogo nº 18, película totalmente refletiva garantia de 7 anos com suporte em aço galvanizado 3 metros 2" espessura da parede 2,00mm).
18	20	Fornecimento e implantação de placas de 50x66cm "Estacionamento exclusivo para Motos" (chapa em aço galvanizado a fogo nº 18, película totalmente refletiva garantia de 7 anos com suporte em aço galvanizado 3 metros 2" espessura da parede 2,00mm).
19	25	Fornecimento e implantação de placas de regulamentação d=60cm "Velocidade de 40km/h" (chapa em aço galvanizado a fogo nº 18, película totalmente refletiva garantia de 7 anos com suporte em aço galvanizado 3 metros 2" espessura da parede 2,00mm).
20	20	Fornecimento e implantação de placas de regulamentação d=60cm "Proibido Trânsito de Veículos de Carga" (chapa em aço galvanizado a fogo nº 18, película totalmente refletiva garantia de 7 anos com suporte em aço galvanizado 3 metros 2" espessura da parede 2,00mm).
21	5	Fornecimento e implantação de placas de regulamentação 60x100cm "Veículos Pesados a 50metros" (chapa em aço galvanizado a fogo nº 18, película totalmente refletiva garantia de 7 anos com suporte em aço galvanizado 3 metros 2" espessura da parede 2,00mm).
22	5	Fornecimento e implantação de placas de regulamentação 60x100cm "Veículos Pesados a 100 metros" (chapa em aço galvanizado a fogo nº 18, película totalmente refletiva garantia de 7 anos com suporte em aço galvanizado 3 metros 2" espessura da parede 2,00mm).

DATA:24.05.2013. VIGÊNCIA: 24.05.2013 A 31.10.2013. PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO: Nº 102/2013 - PMF. PREGÃO PRESENCIAL: Nº 070/2013. REGISTRO DE PREÇOS: Nº 0039/2013.

FRAIBURGO (SC), 06 junho 2013.  
IVO BIAZZOLO  
PREFEITO MUNICIPAL

#### Extrato de Atas de Registro Nºat13pmf66-2013

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº AT13PMF66 ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. ÓRGÃOS PARTICIPANTES: SF, FMS E FME. FORNECEDOR: EDITORA GRÁFICA A COLUNA LTDA. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÕES FUTURAS DE SERVIÇOS PARA DIAGRAMAÇÃO E IMPRESSÃO DO BOLETIM INFORMATIVO MUNICIPAL DE FRAIBURGO, EM PAPEL JORNAL EM FORMATO DE TABLÓIDE COM TIRAGEM MÍNIMA DE 6.000 (SEIS MIL) EXEMPLARES E MÁXIMA DE 9.000 (NOVE MIL) EXEMPLARES POR EDIÇÃO.. ITENS REGISTRADOS:

LOTE 1		
ITEM	QTDE	DESCRIÇÃO
1	80	Diagramação por página colorida e em preto e branco (Formato Padrão Tablóide) 28 X 37,3 cm.

2	216.000	Impressão por página colorida (Formato Padrão Tablóide) 28 X 37,3 cm.
3	504.000	Impressão por página em preto e branco (Formato Padrão Tablóide) 28 X 37,3 cm.

DATA:28.05.2013. VIGÊNCIA: 28.05.2013 A 31.12.2013. PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO: Nº 107/2013 - PMF. PREGÃO PRESENCIAL: Nº 073/2013. REGISTRO DE PREÇOS: Nº 0041/2013.

FRAIBURGO (SC), 06 junho 2013.  
IVO BIAZZOLO  
PREFEITO MUNICIPAL

#### Extrato de Atas de Registro Nºat13pmf67-2013

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº AT13PMF67 ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. ÓRGÃOS PARTICIPANTES: SF, FMS E FME. FORNECEDOR: AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMÉRCIO LTDA - EPP. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES EM CONTRATAÇÕES FUTURAS DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR DOS ALUNOS QUE FREQUENTAM A REDE MUNICIPAL DE ENSINO, PREVIS- TOS NOS LOTES 8, 11, 13 E 16.. ITENS REGISTRADOS:

LOTE 8		
ITEM	QTDE	DESCRIÇÃO
26	1.300	LEITE EM PÓ INTEGRAL: Contendo vitaminas e ferro na sua composição. Embalado em pacotes de 400 gramas do produto. Deverá constar na embalagem registro no Ministério da Agricultura. Validade mínima de 6 meses a partir da data de entrega.
LOTE 11		
ITEM	QTDE	DESCRIÇÃO
29	5.600	AÇÚCAR REFINADO: Produto processado da cana-de-açúcar, com moagem refinada. Não deve apresentar sujidade, umidade, bolor, rendimento insatisfatório, coloração escura, mistura e peso insatisfatório. Embalagem: deve estar intacta, em pacotes de até 5 kg, em polietileno leitoso. Validade mínima 6 meses após data de entrega do produto.
30	100	AMIDO DE MILHO: O produto deve estar acondicionado em embalagem de 1 Kg, intacta. Não poderá estar úmido, fermentado ou rançoso. Não deverá conter glúten. Validade mínima 6 meses após data de entrega do produto.
31	120	BANHA SUÍNA: Ingredientes: gordura suína e gordura suína desidratada. Embalagem de polietileno padronizada contendo 1Kg cada e SIF. Validade mínima 4 meses após data de entrega do produto.
32	300	BISCOITO DOCE TIPO "MARIA": EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 740G Ingredientes: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, gordura vegetal hidrogenada e sal. O produto deve (ser isento de lactose), podendo conter glúten. A embalagem primária (protetora) deve revestir no mínimo 740g de biscoito. Validade mínima 6 meses após data de entrega do produto.

33	1.200	BISCOITO SALGADO TIPO "ÁGUA E SAL": Embalagem com no mínimo 740g Ingredientes: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, extrato de malte, açúcar e sal refinados, gordura vegetal hidrogenada, fermento biológico, bicarbonato de amônio, lecitina de soja. O produto deve ser isento de lactose, podendo conter glúten. Embalagem primária (protetora) deve revestir no mínimo 740g de biscoito. Validade mínima 6 meses após data de entrega do produto.
34	800	BISCOITO LEITE: Embalagem 800g. Ingredientes: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, gordura vegetal, açúcar invertido, amido, soro do leite em pó, sal refinado, fermentos químicos, podendo conter glúten. Embalagem primária (protetora) deve revestir 800g de biscoito. Validade mínima 6 meses após data de entrega do produto.
35	600	BISCOITO TIPO "MARIA" SABOR CHOCOLATE: Embalagem 800g Ingredientes: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, gordura vegetal, açúcar invertido, amido, soro de leite em pó, cacau em pó, sal refinado e fermentos químicos, podendo conter glúten. A embalagem primária (protetora) deve revestir 800g de biscoito. Validade mínima 6 meses após data de entrega do produto.
36	400	CANELA: em rama. As cascas são limpas e secas em forma de semi-tubo. Acondicionada em pacotes de polipropileno, atóxicos hermeticamente vedados de 20G. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, informação nutricional, número do lote, data de validade, quantidade do produto. O produto deverá apresentar validade mínima de 06 meses a partir da data de entrega.
37	400	CAFÉ TORRADO E MOÍDO: De boa qualidade, embalado, a vácuo, em pacotes de 500g. Contendo no máximo 1% de impurezas. Embalagem secundária intacta apresentando selo de pureza. Não deverá conter glúten. Validade mínima 6 meses após data de entrega do produto.
38	360	CHÁ DE CAPIM CIDREIRA: Produto acondicionado em caixas com 10 saquinhos com peso líquido de 10g. Ingredientes: folha de capim cidreira. Validade mínima 6 meses após data de entrega do produto.
39	1.800	CHÁ MATE: Sabor natural ou pêssego, caixa contendo 40 gramas e 25 saquinhos. Ingredientes: Folhas e talos de erva-mate tostada. Validade mínima 6 meses após data de entrega do produto.
40	600	CANJICA: Milho branco para canjica tipo 1. A embalagem deve estar intacta, o produto acondicionado em pacotes de polietileno transparente bem vedado, de até 0,5Kg. Prazo de validade, mínimo 4 meses na data de entrega.
41	770	DOCE DE LEITE EM PASTA CREMOSO: Ingredientes: leite pasteurizado, amido de milho, bicarbonato de sódio. Sem glúten. Potes hermeticamente fechados com lacre. Embalagens contendo no mínimo 900g, acondicionadas em caixa de papelão. Devendo constar na embalagem: data de validade mínima de 6 meses a partir da data entrega do produto. Registro no Ministério da Agricultura e SIF.
42	770	DOCE EM PASTA CREMOSO SORTIDO (UVA, PÊSSEGO e MORANGO): Potes hermeticamente fechados com lacre. Embalagem de 900g, acondicionadas em caixa de papelão, Registro no Ministério da Saúde. Sem glúten.Validade mínima de 6 meses a partir da data de entrega do produto.

43	1.750	EXTRATO DE TOMATE CONCENTRADO: Deverá ser preparado com frutos maduros, escolhidos sãos, sem pele e sem sementes. Será tolerado a adição de 1% de açúcar e 5% de cloreto de sódio.Sem glúten. Embalagens contendo no mínimo 840g. Não serão aceitas embalagens amassadas ou enferrujadas. .Validade mínima de 6 meses a partir da data de entrega.
44	260	FARINHA DE MILHO TIPO BIJU: Amarela, grão de milho torrado isenta de sujidades parasitas e larvas. Validade mínima 6 meses a contar da data de entrega, acondicionada em saco plástico transparente atóxico contendo no máximo 1Kg.
45	1.800	FARINHA DE TRIGO ESPECIAL: Enriquecida com ferro e ácido fólico nas proporções determinadas pela ANVISA. Não deverá apresentar resíduos, bolor ou cheiro não característico. A embalagem deve estar intacta, acondicionada em pacotes de até 05 kg. Deve apresentar rotulagem com registro no Ministério da Saúde. Validade mínima de 6 meses a partir da data de entrega. MTC máximo de 0,450.
46	30	FERMENTO BIOLÓGICO SECO INSTANTÂNEO: Específico para panificação. Embalagem contendo 500 gramas cada. Validade mínima 6 meses após data de entrega.
47	120	FERMENTO EM PÓ QUÍMICO: Ingredientes: amido de milho ou fécula de mandioca, fosfato monocálcico, bicarbonato de sódio e carbonato de cálcio. Embalado em latas de no mínimo 250g. Validade mínima 6 meses após data de entrega do produto.
48	1.800	FUBÁ DE MILHO AMARELO: Enriquecido com ácido fólico e ferro nas proporções determinadas conforme legislação federal específica vigente. Não deverá apresentar resíduos e impurezas, bolor, ou cheiro não característico. A embalagem deve estar intacta, o produto acondicionado em pacotes de polietileno transparente bem vedado, embalagem de até 1Kg. Validade mínima 4 meses a partir da data de entrega.
49	1.600	MACARRÃO COM OVOS GRAVATA: Massa seca, pronta para cozimento, tipo gravata. Ingredientes: sêmola de trigo fortificada com ferro e ácido fólico, ovos, corantes naturais, urucum e púrpura, contendo glúten. Embalagem padronizada 500g.Validade mínima 6 meses a partir da data de entrega.
50	800	MACARRÃO COM OVOS PENNE: Massa seca, pronta para cozimento, tipo penne. Ingredientes: sêmola de trigo fortificada com ferro e ácido fólico, ovos, corantes naturais, urucum e púrpura, contendo glúten. Embalagem padronizada 500g.Validade mínima de 6 meses a partir da data de entrega.
51	2.000	MACARRÃO PARAFUSO DE SÊMOLA COM OVOS: Tipo parafuso. Ingredientes: sêmola de trigo, ovos, corantes naturais, urucum e púrpura, contendo glúten. Embalagem padronizada 500g. Validade mínima de 6 meses a partir da data de entrega.
52	1.500	MACARRÃO FINO DE SÊMOLA COM OVOS: Tipo cabelo de anjo. Ingredientes: Sêmola ou farinha de trigo, ovos e corantes naturais. Contendo glúten. Embalagem padronizada 500 gramas. Validade mínima de 6 meses a partir da data de entrega.
53	850	MARGARINA COM SAL: Contendo óleos vegetais líquidos hidrogenados, sal, estabilizantes, conservadores e vitamina A. Embalagem de até 01 kg, acondicionados em caixas de papelão, resfriado até 16 graus centígrados. Registro no Ministério da Agricultura SIF/DIPOA. Validade mínima 4 meses após data de entrega do produto.



54	2.200	ÓLEO DE SOJA REFINADO: Tipo 1. Deverá estar isento de ranço e outras características indesejáveis. Registro no Ministério da Agricultura. Embalagem padronizada - 900 ml. Validade mínima de 6 meses a partir da data de entrega.
55	1.100	QUIRERA: Quirera de milho amarelo. Não deverá apresentar resíduos e impurezas, bolor, ou cheiro não característico. A embalagem deve estar intacta, o produto acondicionado em pacotes de polietileno transparente bem vedado, embalagem de até 1Kg. Validade mínima de 4 meses a partir da data de entrega.
56	750	SAGU: Acondicionado em pacotes de polietileno transparentes até 0,5Kg. Validade mínima de 6 meses a partir da data de entrega.
57	1.150	SAL: Sal iodado refinado, embalagem contendo 01 Kg. Será obrigatória a adição de sais de iodo não tóxico na dosagem mínima de 10mg e máxima de 15mg de iodo por 1Kg de sal, de acordo com a legislação federal específica. Validade mínima 1 ano a partir da data de entrega do produto.
58	750	VINAGRE BRANCO: Vinagre de álcool branco. Embalagem de 900mL. Deverá apresentar na embalagem Registro no Ministério da Agricultura. Ingredientes: Fermentado acético de álcool hidratado e água. Validade mínima 1 ano após data de entrega do produto.

**LOTE 13**

ITEM	QTDE	DESCRIÇÃO
61	560	ALIMENTO ACHOCOLATADO EM PÓ INSTANTÂNEO: Ingredientes: açúcar, cacau em pó, sal refinado, vitaminas (vitamina C, vitamina A, vitamina B1, vitamina B2, vitamina B6, e vitamina B12) e aromatizantes. Embalagem: pacotes com 1Kg. Prazo de validade mínimo: 6 meses, após data de entrega.

**LOTE 16**

ITEM	QTDE	DESCRIÇÃO
65	350	GELATINA (ABACAXI, MORANGO, LIMÃO, UVA): Pó para gelatina contendo açúcar, gelatina comestível, sal, aroma artificial, acidulante, e corantes artificiais. Embalado em pacote de polietileno contendo 1kg cada. Validade mínima 6 meses após data de entrega.

DATA:29.05.2013. VIGÊNCIA: 29.05.2013 A 04.10.2013. PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO: Nº 103/2013 - PMF. PREGÃO PRESENCIAL: Nº 071/2013. REGISTRO DE PREÇOS: Nº 0040/2013.

FRAIBURGO (SC), 06 junho 2013.

IVO BIAZZOLO  
PREFEITO MUNICIPAL

**Extrato de Atas de Registro Nºat13pmf68-2013**

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº AT13PMF68  
ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. ÓRGÃOS PARTICIPANTES: SF, FMS E FME. FORNECEDOR: COMÉRCIO E TRANSPORTE DE FRUTAS RIBEIRO LTDA - FIL. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES EM CONTRATAÇÕES FUTURAS DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR DOS ALUNOS QUE FREQUENTAM A REDE MUNICIPAL DE ENSINO.. ITENS REGISTRADOS:

**LOTE 1**

ITEM	QTDE	DESCRIÇÃO
1	750	ABÓBORA: Abóbora cabotia, boa qualidade, tamanho médio, tipo especial. Embalagem plástica de polietileno.
2	1.150	ABOBRINHA: Abobrinha brasileira extra, boa qualidade, tamanho médio. Embalagem plástica de polietileno.
3	1.450	ALFACE: Alface crespa extra. Folhas de coloração verde, fresca, tenra, limpa e sem marcas de insetos. As folhas murchas, danificadas ou amareladas devem ser descartadas. Deverá ser entregue em embalagem plástica de polietileno.
4	72	ALHO: Nacional, branco, selecionado, íntegro e firme. Embalagem plástica de polietileno.
5	14.000	BANANA CATURRA : Tamanho médio, em processo de amadurecimento, sem a presença de bolor aparente.
6	850	BATATA DOCE: Batata doce roxa extra, tamanho médio, boa qualidade. Embalagem plástica de polietileno.
7	6.000	BATATA INGLESA: Variedade monalisa, especial, de boa qualidade e tamanho médio. Embalagem plástica de polietileno.
8	1.100	BETERRABA: Classificação extra, firme, tenra, razoavelmente macia, redonda, de cor vermelho-vivo e com pele lisa. Embaladas em plástico de polietileno.
9	2.000	CEBOLA: Classificação extra, branca, nacional, maquinada, tamanho médio e de primeira qualidade. Embalada em plástico de polietileno.
10	2.200	CENOURA: Classificação extra, tamanho médio, tipo especial, selecionada e fresca. Embalagem plástica de polietileno.
11	3.600	CHUCHU: Classificação extra, verde, tenro, firme, sem manchas na casca e no seu interior. Embalado em plástico de polietileno.
12	4.500	LARANJA PÊRA: Tamanho médio, casca de cor verde, odor agradável, doce, suculenta, sem presença de bolor aparente. Embalada em plástico de polietileno.
13	85.000	MAÇÃ: Variedade Gala, Categoria II, calibre 150, unidade de 115g a 126g. Acondicionadas em caixas de papelão contendo no máximo 18Kg ou em plástico de polietileno transparente. Não será permitido a entrega de frutos em estado de podridão.
14	3.600	MAMÃO: Variedade formosa, extra, casca fina, lisa, amarela (em processo de amadurecimento), sem manchas, polpa macia, sem a presença de bolor aparente. Embalado em plástico de polietileno.
15	2.500	OVOS DE GALINHA: Tipo 2, fresco, casca livre de rachaduras e sujidades.
16	2.400	REPOLHO: Classificação extra, tipo branco, fresco, de primeira qualidade e selecionado.
17	2.500	TEMPERO VERDE: Maço com gramagem média de 80 a 100g. Contendo proporções iguais de salsinha e cebolinha. Cor verde escuro sem manchas, de boa qualidade. Deverá ser entregue em embalagem plástica de polietileno.
18	3.100	TOMATE: Classificação extra, bem formados, lisos, livre de defeitos, cor vermelho-vivo (em ponto de maturação) e ligeiramente mole. Embalado em plástico de polietileno.

DATA:29.05.2013. VIGÊNCIA: 29.05.2013 A 04.10.2013. PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO: Nº 103/2013 - PMF. PREGÃO PRESENCIAL: Nº 071/2013. REGISTRO DE PREÇOS: Nº 0040/2013.

FRAIBURGO (SC), 06 junho 2013.  
IVO BIAZZOLO  
PREFEITO MUNICIPAL

### Extrato de Atas de Registro Nºat13pmf69-2013

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº AT13PMF69 ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. ÓRGÃOS PARTICIPANTES: SF, FMS E FME. FORNECEDOR: SB COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES EM CONTRATAÇÕES FUTURAS DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR DOS ALUNOS QUE FREQUENTAM A REDE MUNICIPAL DE ENSINO. ITENS REGISTRADOS:

LOTE 4		
ITEM	QTDE	DESCRIÇÃO
21	5.200	SOBRECOXA DE FRANGO: Congelada à temperatura de menos 18 graus centígrados ou inferior, com tolerância de menos 12 graus centígrados, embalagens individualizadas, plástica transparente, atóxica, flexível e resistente, lacrado, isento de furos e rasgos contendo 1 Kg. O transporte deverá preservar as características do alimento congelado. Devendo constar na embalagem de forma clara e legível: identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, SIF, peso e carimbos oficiais, de acordo com as Portarias do Ministério da Agricultura e Vigilância Sanitária. Sua aparência deverá manter cor, textura, odor e sabor característicos. Validade mínima de 4 meses a partir da data de entrega.

LOTE 5		
ITEM	QTDE	DESCRIÇÃO
22	4.700	PEITO DE FRANGO SEM PELE, SEM OSSO: Congelada à temperatura de menos 18 graus centígrados ou inferior, com tolerância de menos 12 graus centígrados, embalagens individualizadas, plástica transparente, atóxica, flexível e resistente, lacrado, isento de furos e rasgos contendo 1 Kg. O transporte deverá preservar as características do alimento congelado. Devendo constar na embalagem de forma clara e legível: identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, SIF ou SIE, peso e carimbos oficiais, de acordo com as Portarias do Ministério da Agricultura e Vigilância Sanitária. Sua aparência deverá manter cor, textura, odor e sabor característicos. Validade mínima de 4 meses a partir da data de entrega.

LOTE 10		
ITEM	QTDE	DESCRIÇÃO
28	4.000	BEBIDA LÁCTEA FERMENTADA COM POLPA DE FRUTA (SABORES MORANGO, UVA, FRUTAS VERMELHAS E PÊSSEGO): Acondicionado em embalagem plástica resistente contendo no mínimo 900g cada. Apresentando na embalagem: identificação do produto, marca do fabricante, peso líquido e SIF. Ingredientes: Leite pasteurizado, açúcar, polpa, aroma e fermento lácteo. Não deve conter glúten. Prazo de Validade mínimo de 15 dias, a partir da data de entrega. O transporte deverá ser conforme legislação vigente para produtos lácteos.

LOTE 15		
ITEM	QTDE	DESCRIÇÃO
64	4.500	PÃO FRANCÊS: Ingredientes: farinha de trigo, fermento biológico, açúcar, sal refinado e água. Validade: 1 dia a partir da data de fabricação. Fornecimento em embalagens adequadas. Transporte em caixas de polietileno forradas com papel descartável branco. Unidade de 50 gramas cada.

LOTE 18		
ITEM	QTDE	DESCRIÇÃO
67	1.400	MISTURA PARA PUDIM COM LEITE SABORES (BAUNILHA, COCO, CARAMELO, CHOCOLATE): Pó para preparo de pudim com leite sabor baunilha. Ingredientes: açúcar refinado, leite em pó integral, amido de milho, aroma natural de baunilha e corante artificial. Embalagem: pacotes com 1Kg. Validade mínima de 6 meses a partir da data de entrega.

DATA:29.05.2013. VIGÊNCIA: 29.05.2013 A 04.10.2013. PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO: Nº 103/2013 - PMF. PREGÃO PRESENCIAL: Nº 071/2013. REGISTRO DE PREÇOS: Nº 0040/2013.

FRAIBURGO (SC), 06 junho 2013.  
IVO BIAZZOLO  
PREFEITO MUNICIPAL

### Extrato de Atas de Registro Nºat13pmf70-2013

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº AT13PMF70 ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. ÓRGÃOS PARTICIPANTES: SF, FMS E FME. FORNECEDOR: SUPERMERCADO SERVELAR LTDA EPP. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES EM CONTRATAÇÕES FUTURAS DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR DOS ALUNOS QUE FREQUENTAM A REDE MUNICIPAL DE ENSINO.. ITENS REGISTRADOS:

LOTE 7			
ITEM	QTDE	DESCRIÇÃO	VALOR-R\$
25	1	LEITE PASTEURIZADO TIPO "C": Resfriado, acondicionado em embalagem plástica resistente com 1 litro cada. Deverá constar na embalagem: identificação do produto, marca do fabricante e registro no SIF. Prazo de validade mínimo de 3 dias a partir da data de entrega. O transporte deverá preservar as características do alimento resfriado, conforme legislação vigente.	1,81

LOTE 9			
ITEM	QTDE	DESCRIÇÃO	VALOR-R\$
27	1	LEITE UHT: Leite integral longa vida UHT acondicionado em embalagem Tetrapack contendo 1L cada, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, peso líquido e SIF. Ingredientes: leite integral e estabilizante citrato de sódio. Validade mínima de 60 dias a partir da data de entrega.	2,47

LOTE 12			
ITEM	QTDE	DESCRIÇÃO	VALOR-R\$

59	1	ARROZ PARBOILIZADO: Classe: longo fino - tipo 1. O produto não deve apresentar grãos disformes. Embalagem intacta, acondicionada em pacotes de até 5Kg. Validade mínima 6 meses após data de entrega do produto.	1,89
60	1	FEIJÃO PRETO TIPO 1 - DA ULTIMA SAFRA: Os grãos deverão ser limpos, isentos de matéria terrosa, parasitos e detritos animais e vegetais. Embalagem de 01 Kg, pacotes plásticos transparentes. Deverá constar no rótulo registro no Ministério da agricultura. Validade mínima de 4 meses a partir da data de entrega.	3,76

## LOTE 14

ITEM	QTDE	DESCRIÇÃO	VALOR-R\$
62	1	SUCO CONCENTRADO DE UVA GALÃO COM 5 LITROS: Pasteurizado, sem corantes, sem conservantes, líquido, concentrado, 68º grau brix, com diluição mínima para obter refresco 1:11 (1 parte de suco para 11 partes de água), embalagem plástica, hermeticamente fechada. Ingredientes: suco concentrado de uva. Deverá apresentar na embalagem registro no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Prazo de validade mínima de 6 meses a partir da data de entrega.	98,00
63	1	SUCO PREPARO LÍQUIDO PARA REFRESCO DE ACEROLA OU TANGERINA: Sem conservantes, líquido, com diluição mínima para obter refresco 1:9 (1 parte de suco para 9 partes de água). embalagem plástica, hermeticamente fechada, contendo 5 litros do produto. Ingredientes: polpa de acerola, açúcar, água e ácido ascórbico. Deverá apresentar na embalagem registro no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Prazo de validade mínimo 6 meses a partir da data de entrega.	62,90

DATA:29.05.2013. VIGÊNCIA: 29.05.2013 A 04.10.2013. PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO: Nº 103/2013 - PMF. PREGÃO PRESENCIAL: Nº 071/2013. REGISTRO DE PREÇOS: Nº 0040/2013.

FRAIBURGO (SC), 06 junho 2013.  
IVO BIAZZOLO  
PREFEITO MUNICIPAL

**Extrato de Atas de Registro Nºat13sf07-2013**

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº AT13SF07  
ÓRGÃO GERENCIADOR: A AUTARQUIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO - SANEFRAI. FORNECEDOR: MCA - COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO DE PRODUTOS QUÍMICOS E PETROQUÍMICOS LTDA OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES EM CONTRATAÇÕES FUTURAS DE PRODUTO QUÍMICO PARA USO NA ETA (ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA) E NA ETE (ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE EFLUENTES). DATA: 06.05.2013. VIGÊNCIA: 06.05.2013 A 30.08.2013. PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO: Nº 0012/2013 - SF. PREGÃO PRESENCIAL: Nº 0010/2013. REGISTRO DE PREÇOS: Nº 0006/2013.

FRAIBURGO (SC), 06 DE JUNHO DE 2013.  
ELOI REGALIN  
PRESIDENTE DA SANEFRAI

**Extrato de Atas de Registro Nºat13sf08-2013**

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº AT13SF08  
ÓRGÃO GERENCIADOR: A AUTARQUIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO - SANEFRAI. FORNECEDOR: BUSCHLE & LEPPER S/A OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES EM CONTRATAÇÕES FUTURAS DE PRODUTOS QUÍMICOS PARA USO NA ETA (ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA) E NA ETE (ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE EFLUENTES) DATA: 06.05.2013. VIGÊNCIA: 06.05.2013 A 30.08.2013. PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO: Nº 0012/2013 - SF. PREGÃO PRESENCIAL: Nº 0010/2013. REGISTRO DE PREÇOS: Nº 0006/2013.

FRAIBURGO (SC), 06 DE JUNHO DE 2013.  
ELOI REGALIN  
PRESIDENTE DA SANEFRAI

**Extrato de Atas de Registro Nºat13sf09-2013**

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº AT13SF09  
ÓRGÃO GERENCIADOR: A AUTARQUIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO - SANEFRAI. FORNECEDOR: TERRAPLENAGEM E PRESTADORA DE SERVIÇOS EXCEL LTDA OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÕES FUTURAS DE HORAS DE RETROESCAVADEIRA TRAÇADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À SANEFRAI DURANTE OS MESES DE MAIO A AGOSTO DE 2013 DATA: 07.05.2013. VIGÊNCIA: 07.05.2013 A 30.08.2013. PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO: Nº 0013/2013 - SF. PREGÃO PRESENCIAL: Nº 0011/2013. REGISTRO DE PREÇOS: Nº 0007/2013.

FRAIBURGO (SC), 06 DE JUNHO DE 2013.  
ELOI REGALIN  
PRESIDENTE DA SANEFRAI

**Extrato de Atas de Registro Nºat13sf10-2013**

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº AT13SF10  
ÓRGÃO GERENCIADOR: A AUTARQUIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO - SANEFRAI. FORNECEDOR: A.C.M.M. SERVIÇOS DE ENERGIA ELÉTRICA LTDA OBJETO: O REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E CONSERTO DE REDES DE ENERGIA ELÉTRICA E SERVIÇOS AFINS GERAIS PARA A SANEFRAI, DURANTE O PERÍODO DE MAIO A AGOSTO DE 2013 DATA: 13.05.2013. VIGÊNCIA: 13.05.2013 A 31.08.2013. PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO: Nº 0015/2013 - SF.

PREGÃO PRESENCIAL: Nº 0013/2013. REGISTRO DE PREÇOS: Nº 0008/2013.

FRAIBURGO (SC), 06 DE JUNHO DE 2013.  
ELOI REGALIN  
PRESIDENTE DA SANEFRAI

#### Extrato de Atas de Registro Nºat13sf11-2013

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC  
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº AT13SF11  
ÓRGÃO GERENCIADOR: A AUTARQUIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO - SANEFRAI. FORNECEDOR: DELANE COMÉRCIO E IMPORTADORA DE PEÇAS E EQUIPAMENTOS LTDA  
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO EM CONTRATAÇÕES FUTURAS DE KITS DE CERDAS PARA VASSOURA E KITS DE CABOS DE AÇO PARA A CAPINADEIRA DO EQUIPAMENTO "BOB CAT" UTILIZADO PELA SANEFRAI PARA LIMPEZA/VARRIÇÃO DE RUAS DATA: 21.05.2013. VIGÊNCIA: 21.05.2013 A 30.09.2013. PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO: Nº 0017/2013 - SF. PREGÃO PRESENCIAL: Nº 0014/2013. REGISTRO DE PREÇOS: Nº 0009/2013.

FRAIBURGO (SC), 06 DE JUNHO DE 2013.  
ELOI REGALIN  
PRESIDENTE DA SANEFRAI

#### Extrato do Aditivo de Ata de Registro de Preço Nº TA.At13fme02-2013

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC  
EXTRATO DO ADITIVO Nº TA.AT13FME02

PRIMEIRO ADITIVO A ATA DE REG. PREÇOS Nº AT13FME02  
CONTRATADA: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER - FME. CONTRATANTE: FOOT COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA OBJETO DA ATA: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO EM CONTRATAÇÕES FUTURAS DE MATERIAIS ESPORTIVOS DESTINADOS ÀS ESCOLINHAS E PARA USO NAS COMPETIÇÕES PROMOVIDAS PELA FME, DURANTE OS MESES DE FEVEREIRO A MAIO DE 2013. OBJETO DO ADITIVO: PRORROGAR O PRAZO DE VIGÊNCIA DA PRESENTE ATA PREVISTO NA CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA PARA ATÉ O DIA 31 DE DEZEMBRO DE 2013. TAMBÉM CONTRATAM O ACRÉSCIMO NA QUANTIDADE DO ITEM 3 NO LOTE 1 CONFORME SEGUE:

LOTE 1			
ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIA ACRES-CIDA (25%)	VL.R. UNITÁRIO-R\$
03	Bola de futebol de campo Termotec, câmara Airbility, PU, miolo Slip Sistem removível e lubrificado. Peso de 410 a 450gr, circunferência de 68 a 70cm.	15 Unid	83,40

DATA DO ADITIVO: 20.05.2013. ENCERRAMENTO DA VIGÊNCIA: 31.12.2013. PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO: Nº 08/2011 - FME. PREGÃO PRESENCIAL: Nº 001/2013.

FRAIBURGO (SC), 03 DE ABRIL DE 2013.  
ANTONIO ALMEIDA  
SUPERINTENDENTE FME

#### Extrato do Aditivo de Ata de Registro de Preço Nº TA.At13fms02-2013

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC  
EXTRATO DO ADITIVO Nº TA.AT13FMS02

PRIMEIRO ADITIVO A ATA DE REG. PREÇOS Nº AT13FMS01  
ÓRGÃO GERENCIADOR: A AUTARQUIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO - SANEFRAI. FORNECEDOR: ANDREY HUDSON MOLIN ME OBJETO DA ATA: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A CONTRATAÇÃO FUTURA DE EMPRESA DO RAMO PARA FORNECIMENTO DE SUCOS E REFEIÇÕES PREPARADAS E ACONDICIONADAS EM EMBALAGEM TIPO MARMITEX, PARA ALIMENTAÇÃO DOS SERVIDORES QUE TRABALHAM NO PRONTO ATENDIMENTO AMBULATORIAL 24 HORAS E NO SAMU. OBJETO DO ADITIVO: ACRÉSCIMO NA QUANTIDADE DO ITEM 02 CONFORME SEGUE:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIA ADITIVADA 25%	VALOR UNITÁRIO-R\$
02	PREPARADO SÓLIDO PARA REFRESCO DIVERSOS SABORES. Ingredientes: açúcar, polpa de fruta desidratada, acidulante ácido cítrico, aspartame, citrato de sódio, corantes artificiais e vitamina C. Embalagens individuais com 35 g do produto para diluição em 1 litro de água. Devendo constar na embalagem: data de validade, ingredientes e registro no Ministério da Agricultura. Sem glúten.	125 Unid.	0,95

\* Marca: Trink

DATA DO ADITIVO: 02.05.2013. ENCERRAMENTO DA VIGÊNCIA: 30.06.2013. PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO: Nº 06/20012 - SF. PREGÃO PRESENCIAL: Nº 0004/2012. REGISTRO DE PREÇOS: Nº 0001/2012.  
FRAIBURGO (SC), 06 DE JUNHO DE 2013.  
NILCE PINZ - SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE

#### Extrato do Aditivo de Ata de Registro Preços Ta13pmf55-2013

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC  
EXTRATO DO ADITIVO Nº TA.AT13PMF55  
SEGUNDO ADITIVO A ATA DE REG. PREÇOS Nº AT13PMF16  
ADITIVOS ANTERIORES: TA.AT13PMF43  
ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. ÓRGÃOS PARTICIPANTES: SANEFRAI, FME E FMS. FORNECEDOR: AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMÉRCIO LTDA - EPP OBJETO DA ATA: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES EM CONTRATAÇÕES FUTURAS DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR DOS ALUNOS QUE FREQUENTAM A REDE MUNICIPAL DE ENSINO. OBJETO DO ADITIVO: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA PREVISTO NA CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA PARA ATÉ O DIA 31 DE MAIO DE 2013. DATA DO ADITIVO: 02.05.2013. ENCERRAMENTO DA VIGÊNCIA: 31.05.2013. PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO: Nº 17/2013 - PMF. PREGÃO PRESENCIAL: Nº 0011/2013. REGISTRO DE PREÇOS: Nº 0009/2013.

FRAIBURGO (SC), 06.06.2013.  
IVO BIAZZOLO  
PREFEITO MUNICIPAL



**Extrato do Aditivo de Ata de Registro Preços Ta13pmf56-2013**

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DO ADITIVO Nº TA.AT13PMF56

PRIMEIRO ADITIVO A ATA DE REG. PREÇOS Nº AT13PMF17

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. ÓRGÃOS PARTICIPANTES: SANEFRAI, FME E FMS. FORNECEDOR: DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS HOFSTATTER LTDA OBJETO DA ATA: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES EM CONTRATAÇÕES FUTURAS DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR DOS ALUNOS QUE FREQUENTAM A REDE MUNICIPAL DE ENSINO. OBJETO DO ADITIVO: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA PREVISTO NA CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA PARA ATÉ O DIA 31 DE MAIO DE 2013. DATA DO ADITIVO: 02.05.2013. ENCERRAMENTO DA VIGÊNCIA: 31.05.2013). PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO: Nº 17/2013 - PMF. PREGÃO PRESENCIAL: Nº 0011/2013. REGISTRO DE PREÇOS: Nº 0009/2013.

FRAIBURGO (SC), 06.06.2013.

IVO BIAZZOLO

PREFEITO MUNICIPAL

**Extrato do Aditivo de Ata de Registro Preços Ta13pmf57-2013**

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DO ADITIVO Nº TA.AT13PMF57

PRIMEIRO ADITIVO A ATA DE REG. PREÇOS Nº AT13PMF18

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. ÓRGÃOS PARTICIPANTES: SANEFRAI, FME E FMS. FORNECEDOR: MERCADO ANTONIO FINCK LTDA OBJETO DA ATA: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES EM CONTRATAÇÕES FUTURAS DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR DOS ALUNOS QUE FREQUENTAM A REDE MUNICIPAL DE ENSINO. OBJETO DO ADITIVO: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA PREVISTO NA CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA PARA ATÉ O DIA 31 DE MAIO DE 2013. DATA DO ADITIVO: 02.05.2013. ENCERRAMENTO DA VIGÊNCIA: 31.05.2013). PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO: Nº 17/2013 - PMF. PREGÃO PRESENCIAL: Nº 0011/2013. REGISTRO DE PREÇOS: Nº 0009/2013.

FRAIBURGO (SC), 06.06.2013.

IVO BIAZZOLO

PREFEITO MUNICIPAL

**Extrato do Aditivo de Ata de Registro Preços Ta13pmf58-2013**

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DO ADITIVO Nº TA.AT13PMF58

PRIMEIRO ADITIVO A ATA DE REG. PREÇOS Nº AT13PMF20

ADITIVOS ANTERIORES: TA.AT13PMF47

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. ÓRGÃOS PARTICIPANTES: SANEFRAI, FME E FMS. FORNECEDOR: MERCADO RZ LTDA OBJETO DA ATA: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES EM CONTRATAÇÕES FUTURAS DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR DOS ALUNOS QUE FREQUENTAM A REDE MUNICIPAL DE ENSINO. OBJETO DO ADITIVO: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA PREVISTO NA CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA PARA ATÉ O DIA 31 DE MAIO DE 2013. DATA DO ADITIVO: 02.05.2013. ENCERRAMENTO DA VIGÊNCIA: 31.05.2013. PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO: Nº 17/2013 - PMF. PREGÃO PRESENCIAL: Nº 0011/2013. REGISTRO DE PREÇOS: Nº 009/2013.

FRAIBURGO (SC), 06.06.2013.

IVO BIAZZOLO

PREFEITO MUNICIPAL

**Extrato do Aditivo de Ata de Registro Preços Ta13pmf59-2013**

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DO ADITIVO Nº TA.AT13PMF59

PRIMEIRO ADITIVO A ATA DE REG. PREÇOS Nº AT13PMF21

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. ÓRGÃOS PARTICIPANTES: SANEFRAI, FME E FMS. FORNECEDOR: SUPERMERCADO JOTA LTDA OBJETO DA ATA: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES EM CONTRATAÇÕES FUTURAS DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR DOS ALUNOS QUE FREQUENTAM A REDE MUNICIPAL DE ENSINO. OBJETO DO ADITIVO: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA PREVISTO NA CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA PARA ATÉ O DIA 31 DE MAIO DE 2013. DATA DO ADITIVO: 02.05.2013. ENCERRAMENTO DA VIGÊNCIA: 31.05.2013). PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO: Nº 17/2013 - PMF. PREGÃO PRESENCIAL: Nº 0011/2013. REGISTRO DE PREÇOS: Nº 009/2013.

FRAIBURGO (SC), 06.06.2013.

IVO BIAZZOLO

PREFEITO MUNICIPAL

**Extrato do Aditivo de Ata de Registro Preços Ta13pmf60-2013**

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DO ADITIVO Nº TA.AT13PMF60

PRIMEIRO ADITIVO A ATA DE REG. PREÇOS Nº AT13PMF19

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. ÓRGÃOS PARTICIPANTES: SANEFRAI, FME E FMS. FORNECEDOR: SUPERMERCADO SERVELAR LTDA - FILIAL 1 OBJETO DA ATA: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES EM CONTRATAÇÕES FUTURAS DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR DOS ALUNOS QUE FREQUENTAM A REDE MUNICIPAL DE ENSINO.. OBJETO DO ADITIVO: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA PREVISTO NA CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA PARA ATÉ O DIA 31 DE MAIO DE 2013. DATA DO ADITIVO: 02.05.2013. ENCERRAMENTO DA VIGÊNCIA: 31.05.2013). PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO: Nº 17/2013 - PMF. PREGÃO PRESENCIAL: Nº 0011/2013. REGISTRO DE PREÇOS: Nº 009/2013.

FRAIBURGO (SC), 06.06.2013.

IVO BIAZZOLO

PREFEITO MUNICIPAL

**Extrato do Aditivo de Ata de Registro Preços Ta13pmf61-2013**

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DO ADITIVO Nº TA.AT13PMF61

SEGUNDO ADITIVO A ATA DE REG. PREÇOS Nº AT12PMF98

ADITIVOS ANTERIORES: TA.AT13PMF27

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. ÓRGÃOS PARTICIPANTES: SANEFRAI, FME E FMS. FORNECEDOR: ATERPLAN SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA OBJETO DA ATA: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES EM CONTRATAÇÕES FUTURAS DE AREIA MÉDIA PARA USO DO ÓRGÃO GERENCIADOR (MUNICÍPIO DE FRAIBURGO) E DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES (FMS, SANEFRAI E FME).. OBJETO DO ADITIVO: PRORROGAR O PRAZO DE VIGÊNCIA DA PRESENTE ATA PREVISTO NA CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA PARA ATÉ O DIA 30 AGOSTO DE 2013. DATA DO ADITIVO: 13.05.2013. ENCERRAMENTO DA VIGÊNCIA: 30.08.2013). PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO: Nº 212/2012 - PMF. PREGÃO PRESENCIAL: Nº 0132/2013. REGISTRO DE PREÇOS: Nº 0061/2013.

FRAIBURGO (SC), 06.06.2013.

IVO BIAZZOLO

## PREFEITO MUNICIPAL

**Extrato do Aditivo de Ata de Registro Preços Ta13pmf62-2013**

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DO ADITIVO Nº TA.AT13PMF62

PRIMEIRO ADITIVO A ATA DE REG. PREÇOS Nº AT13PMF52

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. ÓRGÃOS

PARTICIPANTES: SANEFRAI, FME E FMS. FORNECEDOR: M.M.

COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA OBJETO DA ATA: REGIS-

TRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÕES FUTURAS DE LARVICIDA

BIOLÓGICO PARA USO EM AÇÕES DE COMBATE AO MOSQUITO

BORRACHUDO NO INTERIOR DO MUNICÍPIO DE FRAIBURGO.

OBJETO DO ADITIVO: ACRÉSCIMO NA QUANTIDADE DO ITEM

1, LARVICIDA BIOLÓGICO BTI, SORO TIPO H14. CONFORME SE-

GUE:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIA ACRES- CIDA (25%)	VL.R. UNITÁRIO- R\$
1	LARVICIDA BIOLÓGICO BTI, SORO TIPO H14. Embalagem contendo 10 litros. Prazo de validade mínimo de 18 meses contados da data de entrega.	70 Litros	53,90

DATA DO ADITIVO: 14.05.2013. ENCERRAMENTO DA VIGÊNCIA: 30.08.2013). PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO: Nº 73/2013 - PMF. PREGÃO PRESENCIAL: Nº 0073/2013. REGISTRO DE PREÇOS: Nº 0052/2013.

FRAIBURGO (SC), 06.06.2013.

IVO BIAZZOLO

PREFEITO MUNICIPAL

**Extrato do Aditivo de Ata de Registro Preços Ta13pmf63-2013**

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DO ADITIVO Nº TA.AT13PMF63

TERCEIRO ADITIVO A ATA DE REG. PREÇOS Nº AT13PMF16

ADITIVOS ANTERIORES: TA.AT13PMF43 e TA.AT13PMF55

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. ÓRGÃOS

PARTICIPANTES: SANEFRAI, FME E FMS. FORNECEDOR: AP OES-

TE DISTRIBUIDORA E COMÉRCIO LTDA - EPP OBJETO DA ATA:

REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES EM CONTRATAÇÕES

FUTURAS DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR

DOS ALUNOS QUE FREQUENTAM A REDE MUNICIPAL DE ENSI-

NO.. OBJETO DO ADITIVO: ACRÉSCIMO NA QUANTIDADE DOS

ITENS 42 E 47 DO LOTE 09. CONFORME SEGUE:

LOTE 09:			
ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIA ACRESC. 25%	VL.R. UNITÁRIO- R\$
42	DOCE EM PASTA CREMOSO SORTIDO (UVA, PÊSSEGO e MORANGO): Potes hermeticamente fechados com lacre. Embalagem de 900g, acondicionadas em caixa de papelão, Registro no Ministério da Saúde. Sem glúten. Validade mínima de 6 meses a partir da data de entrega do produto.	87 Und	4,52

47	FERMENTO EM PÓ QUÍMICO: Ingredientes: amido de milho ou fécula de mandioca, fosfato monocalcico, bicarbonato de sódio e carbonato de cálcio. Embalado em latas de no mínimo 250g. Validade mínima 6 meses após data de entrega do produto.	30 Lta	4,27
----	--	--------	------

DATA DO ADITIVO: 16.05.2013. ENCERRAMENTO DA VIGÊNCIA: 31.05.2013). PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO: Nº 17/2013 - PMF. PREGÃO PRESENCIAL: Nº 0017/2013. REGISTRO DE PREÇOS: Nº 0011/2013.

FRAIBURGO (SC), 06.06.2013.

IVO BIAZZOLO

PREFEITO MUNICIPAL

**Extrato do Aditivo de Ata de Registro Preços Ta13pmf64-2013**

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DO ADITIVO Nº TA.AT13PMF64

TERCEIRO ADITIVO A ATA DE REG. PREÇOS Nº AT12PMF107

ADITIVOS ANTERIORES: TA.AT13PMF03 e TA.AT13PMF24

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. ÓRGÃOS

PARTICIPANTES: SANEFRAI, FME E FMS. FORNECEDOR: LU-

BRILAX COMÉRCIO DE LUBRIFICANTES LTDA OBJETO DA ATA:

REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS DE ÓLEOS

LUBRIFICANTES, FLUIDOS PARA FREIOS, GRAXAS, ESTOPAS E

OUTROS MATERIAIS, PARA USO NA MANUTENÇÃO DA FROTA

DO ÓRGÃO GERENCIADOR (MUNICÍPIO DE FRAIBURGO) E DOS

ÓRGÃOS PARTICIPANTES (SANEFRAI, FMS E FME). OBJETO DO

ADITIVO: ACRÉSCIMO NA QUANTIDADE DO ITEM 31 DO LOTE 4,

ÓLEO 2 TEMPOS. CONFORME SEGUE:

LOTE 4:			
ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIA ACRES- CIDA (25%)	VL.R. UNITÁRIO- R\$
31	Óleo 2 tempos - frasco 500 ml	20 Fr	5,42

DATA DO ADITIVO: 17.05.2013. ENCERRAMENTO DA VIGÊNCIA: 31.05.2013). PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO: Nº 235/2012 - PMF. PREGÃO PRESENCIAL: Nº 0143/2013. REGISTRO DE PREÇOS: Nº 0067/2013.

FRAIBURGO (SC), 06.06.2013.

IVO BIAZZOLO

PREFEITO MUNICIPAL

**Extrato do Aditivo de Ata de Registro Preços Ta13pmf65-2013**

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DO ADITIVO Nº TA.AT13PMF65

SEGUNDO ADITIVO A ATA DE REG. PREÇOS Nº AT12PMF108

ADITIVOS ANTERIORES: TA.AT13PMF04

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. ÓRGÃOS

PARTICIPANTES: SANEFRAI, FME E FMS. FORNECEDOR: MAUCOR

DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA OBJETO DA ATA: RE-

GISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS DE ADITIVOS

E SABÃO, PARA USO NA MANUTENÇÃO DA FROTA DO ÓRGÃO

GERENCIADOR (MUNICÍPIO DE FRAIBURGO) E DOS ÓRGÃOS

PARTICIPANTES (SANEFRAI, FMS E FME). OBJETO DO ADITIVO:

ACRÉSCIMO NA QUANTIDADE DO ITEM 37 DO LOTE 5, ADITI-

VO PARA RADIADOR /GASOLINA - FRASCO 1 LITRO. CONFORME

SEGUE:

LOTE 5:			
ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIA ACRES- CIDA (25%)	VLR. UNITÁRIO- R\$
37	Aditivo para radiador / gasolina - frasco 1 litro	7 Fr	7,65

DATA DO ADITIVO: 17.05.2013. ENCERRAMENTO DA VIGÊNCIA: 31.05.2013). PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO: N° 235/2012 - PMF. PREGÃO PRESENCIAL: N° 0143/2013. REGISTRO DE PREÇOS: N° 0067/2013.

FRAIBURGO (SC), 06.06.2013.  
IVO BIAZZOLO  
PREFEITO MUNICIPAL

### Extrato do Aditivo de Ata de Registro Preços Ta13pmf66-2013

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC  
EXTRATO DO ADITIVO N° TA.AT13PMF66  
PRIMEIRO ADITIVO A ATA DE REG. PREÇOS N° AT13PMF04  
ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. ÓRGÃOS PARTICIPANTES: SANEFRAI, FME E FMS. FORNECEDOR: SUPERMERCADO JOTA LTDA OBJETO DA ATA: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÕES FUTURAS DE CAFÉ E AÇÚCAR PARA CONSUMO DO ÓRGÃO GERENCIADOR (MUNICÍPIO DE FRAIBURGO) E DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES (SANEFRAI, FMS E FME).. OBJETO DO ADITIVO: ACRÉSCIMO NA QUANTIDADE DO ITEM 1, CAFÉ TORRADO E MOÍDO. E TAMBÉM PRORROGAR O PRAZO DE VIGÊNCIA DA PRESENTE ATA PREVISTO NA CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA PARA ATÉ O DIA 30 DE JUNHO DE 2013. CONFORME SEGUE:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIA ACRES- CIDA (25%)	VLR. UNITÁRIO- R\$
1	CAFÉ TORRADO E MOÍDO: De boa qualidade e tolerada a porcentagem máxima de 1% de impurezas (cascas, paus, etc.). Embalagem de 500 gramas.	112 Pct	8,50

DATA DO ADITIVO: 17.05.2013. ENCERRAMENTO DA VIGÊNCIA: 30.06.2013). PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO: N° 9/2013 - PMF. PREGÃO PRESENCIAL: N° 0003/2013. REGISTRO DE PREÇOS: N° 022013.

FRAIBURGO (SC), 06.06.2013.  
IVO BIAZZOLO  
PREFEITO MUNICIPAL

### Extrato do Aditivo de Ata de Registro Preços Ta13pmf67-2013

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC  
EXTRATO DO ADITIVO N° TA.AT13PMF67

TERCEIRO ADITIVO A ATA DE REG. PREÇOS N° AT13PMF20  
ADITIVOS ANTERIORES: TA.AT13PMF47 e TA.AT13PMF58  
ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. ÓRGÃOS PARTICIPANTES: SANEFRAI, FME E FMS. FORNECEDOR: SUPERMERCADO JOTA LTDA OBJETO DA ATA: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES EM CONTRATAÇÕES FUTURAS DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR DOS ALUNOS QUE FREQUENTAM A REDE MUNICIPAL DE ENSINO. OBJETO DO ADITIVO: ACRÉSCIMO NA QUANTIDADE DO ITEM 22 DO LOTE 05, PEITO DE FRANGO SEM PELE, SEM OSSO. CONFORME SEGUE:

LOTE 05:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIA ACRES- CIDA 25%	VLR. UNITÁRIO- R\$
22	PEITO DE FRANGO SEM PELE, SEM OSSO: Congelada à temperatura de menos 18 graus centígrados ou inferior, com tolerância de menos 12 graus centígrados, embalagens individualizadas, plástica transparente, atóxica, flexível e resistente, lacrado, isento de furos e rasgos contendo 1 Kg. O transporte deverá preservar as características do alimento congelado. Devendo constar na embalagem de forma clara e legível: identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, SIF ou SIE, peso e carimbos oficiais, de acordo com as Portarias do Ministério da Agricultura e Vigilância Sanitária. Sua aparência deverá manter cor, textura, odor e sabor característicos. Validade mínima de 4 meses a partir da data de entrega.	1.100 Kg	9,20

DATA DO ADITIVO: 17.05.2013. ENCERRAMENTO DA VIGÊNCIA: 31.05.2013). PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO: N° 17/2013 - PMF. PREGÃO PRESENCIAL: N° 0011/2013. REGISTRO DE PREÇOS: N° 0009/2013.

FRAIBURGO (SC), 06.06.2013.  
IVO BIAZZOLO  
PREFEITO MUNICIPAL

### Extrato do Aditivo de Ata de Registro Preços Ta13pmf68-2013

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC  
EXTRATO DO ADITIVO N° TA.AT13PMF68

PRIMEIRO ADITIVO A ATA DE REG. PREÇOS N° AT13PMF05  
ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. ÓRGÃOS PARTICIPANTES: SANEFRAI, FME E FMS. FORNECEDOR: SB COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA OBJETO DA ATA: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÕES FUTURAS DE ÁGUA MINERAL PARA CONSUMO DO ÓRGÃO GERENCIADOR (MUNICÍPIO DE FRAIBURGO) E DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES (SANEFRAI, FMS E FME). OBJETO DO ADITIVO: PRORROGAR O PRAZO DE VIGÊNCIA DA PRESENTE ATA PREVISTO NA CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA PARA ATÉ O DIA 30 DE JUNHO DE 2013. DATA DO ADITIVO: 20.05.2013. ENCERRAMENTO DA VIGÊNCIA: 30.06.2013). PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO: N° 9/2013 - PMF. PREGÃO PRESENCIAL: N° 0003/2013. REGISTRO DE PREÇOS: N° 0002/2013.

FRAIBURGO (SC), 06.06.2013.  
IVO BIAZZOLO  
PREFEITO MUNICIPAL

**Extrato do Aditivo de Ata de Registro Preços Ta13pmf69-2013**

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DO ADITIVO Nº TA.AT13PMF69

PRIMEIRO ADITIVO A ATA DE REG. PREÇOS Nº AT13PMF22

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. ÓRGÃOS PARTICIPANTES: SANEFRAI, FME E FMS. FORNECEDOR: JP COMÉRCIO E SERVIÇOS DE TERRAPLENAGEM LTDA OBJETO DA ATA: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÕES FUTURAS DE EMPRESA DO RAMO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE CONSERVIMENTO DE PAVIMENTAÇÃO COM PARALELEPÍPEDOS, PARA USO DO ÓRGÃO GERENCIADOR (MUNICÍPIO DE FRAIBURGO) E DO ÓRGÃO PARTICIPANTE (SANEFRAI), DURANTE O PERÍODO DE FEVEREIRO A MAIO DE 2013. OBJETO DO ADITIVO: PRORROGAR O PRAZO DE VIGÊNCIA DA PRESENTE ATA PREVISTO NA CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA PARA ATÉ O DIA 30 DE SETEMBRO DE 2013. DATA DO ADITIVO: 23.05.2013. ENCERRAMENTO DA VIGÊNCIA: 30.09.2013). PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO: Nº 21/2013 - PMF. PREGÃO PRESENCIAL: Nº 0015/2013. REGISTRO DE PREÇOS: Nº 0013/2013.

FRAIBURGO (SC), 06.06.2013.

IVO BIAZZOLO

PREFEITO MUNICIPAL

**Extrato do Aditivo de Ata de Registro Preços Ta13pmf70-2013**

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DO ADITIVO Nº TA.AT13PMF70

PRIMEIRO ADITIVO A ATA DE REG. PREÇOS Nº AT13PMF39

ADITIVOS ANTERIORES: TA.AT13PMF51

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. ÓRGÃOS PARTICIPANTES: SANEFRAI, FME E FMS. FORNECEDOR: DAZULTEX INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CONFECÇÕES LTDA OBJETO DA ATA: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO EM CONTRATAÇÕES FUTURAS DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL E CALÇADOS DE SEGURANÇA, PARA USO DOS SERVIDORES DO ÓRGÃO GERENCIADOR (MUNICÍPIO DE FRAIBURGO) E DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES (SANEFRAI, FMS E FME). OBJETO DO ADITIVO: ALTERAÇÃO DA MARCA DO ITEM 20 DO LOTE 1, MANTENDO-SE OS MESMOS VALORES REGISTRADOS, NÃO HAVENDO PREJUÍZO AO INTERESSE PÚBLICO. CONFORME SEGUE:

LOTE 1:		
ITEM	DESCRIÇÃO	CA - Correto
20	Luva em nitricon forrada verde 26 cm	11.769

DATA DO ADITIVO: 23.05.2013. ENCERRAMENTO DA VIGÊNCIA: 31.07.2013). PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO: Nº 31/2013 - PMF. PREGÃO PRESENCIAL: Nº 0025/2013. REGISTRO DE PREÇOS: Nº 0018/2013.

FRAIBURGO (SC), 06.06.2013.

IVO BIAZZOLO

PREFEITO MUNICIPAL

**Extrato do Aditivo de Ata de Registro Preços Ta13pmf71-2013**

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DO ADITIVO Nº TA.AT13PMF71

PRIMEIRO ADITIVO A ATA DE REG. PREÇOS Nº AT12PMF102

ADITIVOS ANTERIORES: TA.AT13PMF09

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. ÓRGÃOS PARTICIPANTES: SANEFRAI, FME E FMS. FORNECEDOR: COMPANHIA ULTRAGÁZ S.A OBJETO DA ATA: REGISTRO DE PREÇOS

PARA AQUISIÇÃO EM CONTRATAÇÕES FUTURAS DE GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO EM CARGAS DE 13KG E 45KG, PARA USO DO ÓRGÃO GERENCIADOR (MUNICÍPIO DE FRAIBURGO) E DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES (SANEFRAI, FMS E FME). OBJETO DO ADITIVO: PRORROGAR O PRAZO DE VIGÊNCIA DA PRESENTE ATA PREVISTO NA CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA PARA ATÉ O DIA 31 DE AGOSTO DE 2013. RESOLVEM TAMBÉM, AJUSTAR O ACRÉSCIMO NA QUANTIDADE DOS ITENS 1 E 2. CONFORME SEGUE:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIA ACRES. (25%)	VL. UNITÁRIO-R\$
1	Gás liquefeito de petróleo (GLP) em carga de 13 kg	150 Unid.	43,00
2	Gás liquefeito de petróleo (GLP) em carga de 45 kg	37 Unid.	165,00

DATA DO ADITIVO: 23.05.2013. ENCERRAMENTO DA VIGÊNCIA: 31.08.2013). PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO: Nº 227/2012 - PMF. PREGÃO PRESENCIAL: Nº 0139/2013. REGISTRO DE PREÇOS: Nº 0064/2013.

FRAIBURGO (SC), 06.06.2013.

IVO BIAZZOLO

PREFEITO MUNICIPAL

**Extrato do Aditivo de Ata de Registro Preços Ta13pmf72-2013**

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DO ADITIVO Nº TA.AT13PMF72

PRIMEIRO ADITIVO A ATA DE REG. PREÇOS Nº AT12PMF128

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. ÓRGÃOS PARTICIPANTES: SANEFRAI, FME E FMS. FORNECEDOR: TRANSNATHAN AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA OBJETO DA ATA: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO FUTURA DE EMPRESA DO RAMO OBJETIVANDO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE DE PESSOAS A SER UTILIZADO PELO ÓRGÃO GERENCIADOR (SECRETARIAS DO MUNICÍPIO) E PELOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES (FMS E FME) DURANTE OS MESES DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 2013. OBJETO DO ADITIVO: ACRÉSCIMO NA QUANTIDADE DE QUILOMETRAGEM DO ITEM 1, TRANSPORTE DE PESSOAS COM VAN COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 15 PASSAGEIROS. CONFORME SEGUE:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIA ACRES-CIDA 25%	VALOR UNIT - R\$
1	Transporte de pessoas com Van com capacidade mínima de 15 passageiros, com bancos reclináveis e equipado com tacógrafo.	11.250 Km	1,74

DATA DO ADITIVO: 27.05.2013. ENCERRAMENTO DA VIGÊNCIA: 31.12.2013). PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO: Nº 270/2012 - PMF. PREGÃO PRESENCIAL: Nº 0168/2013. REGISTRO DE PREÇOS: Nº 0077/2013.

FRAIBURGO (SC), 06.06.2013.

IVO BIAZZOLO

PREFEITO MUNICIPAL



**Extrato do Aditivo de Ata de Registro Preços Ta13pmf73-2013**

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DO ADITIVO Nº TA.AT13PMF73

SEGUNDO ADITIVO A ATA DE REG. PREÇOS Nº AT13PMF23

ADITIVOS ANTERIORES: TA.AT13PMF23

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. ÓRGÃOS

PARTICIPANTES: SANEFRAI, FME E FMS. FORNECEDOR: FARMÁ-

CIA RENOVAR LTDA ME OBJETO DA ATA: REGISTRO DE PREÇOS

PARA AQUISIÇÕES EM CONTRATAÇÕES FUTURAS DE FRALDAS

DESCARTÁVEIS GERIÁTRICAS PARA DOAÇÃO A FAMÍLIAS CA-

RENTES E FRALDAS DESCARTÁVEIS INFANTIS PARA USO DE

CRIANÇAS ABRIGADAS NAS CASAS LARES. OBJETO DO ADITIVO:

PRORROGAR O PRAZO DE VIGÊNCIA DA PRESENTE ATA PREVISTO

NA CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA PARA ATÉ O DIA 30 DE JU-

NHO DE 2013. DATA DO ADITIVO: 27.05.2013. ENCERRAMENTO

DA VIGÊNCIA: 30.06.2013. PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITA-

TÓRIO: Nº 18/2013 - PMF. PREGÃO PRESENCIAL: Nº 0012/2013.

REGISTRO DE PREÇOS: Nº 0010/2013.

FRAIBURGO (SC), 06.06.2013.

IVO BIAZZOLO

PREFEITO MUNICIPAL

**Extrato do Aditivo de Ata de Registro Preços Ta13pmf74-2013**

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DO ADITIVO Nº TA.AT13PMF74

SEGUNDO ADITIVO A ATA DE REG. PREÇOS Nº AT12PMF96

ADITIVOS ANTERIORES: TA.AT13PMF28

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. ÓRGÃOS

PARTICIPANTES: SANEFRAI, FME E FMS. FORNECEDOR: PIATÃ

COMERCIO DE PEÇAS LTDA OBJETO DA ATA: REGISTRO DE PRE-

ÇOS VISANDO AQUISIÇÕES FUTURAS DE ELETRODOS, DISCOS

DE CORTE E DE DESBASTE, PARA USO DO ÓRGÃO GERENCIA-

DOR (MUNICÍPIO DE FRAIBURGO) E DO ÓRGÃO PARTICIPANTE

(SANEFRAI). OBJETO DO ADITIVO: PRORROGAR O PRAZO DE

VIGÊNCIA DA PRESENTE ATA PREVISTO NA CLÁUSULA DÉCIMA

TERCEIRA PARA ATÉ O DIA 31 DE JULHO DE 2013. DATA DO ADI-

TIVO: 28.05.2013. ENCERRAMENTO DA VIGÊNCIA: 31.07.2013).

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO: Nº 203/2012 - PMF.

PREGÃO PRESENCIAL: Nº 0124/2013. REGISTRO DE PREÇOS: Nº

0059/2013.

FRAIBURGO (SC), 06.06.2013.

IVO BIAZZOLO

PREFEITO MUNICIPAL

**Extrato do Aditivo de Ata de Registro Preços Ta13pmf75-2013**

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DO ADITIVO Nº TA.AT13PMF75

QUARTO ADITIVO A ATA DE REG. PREÇOS Nº AT12PMF943

ADITIVOS ANTERIORES: TA.AT12PMF185, TA.AT13PMF06 e

TA.AT13PMF41

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. ÓRGÃOS

PARTICIPANTES: SANEFRAI, FME E FMS. FORNECEDOR: ANTO-

NIO CARLOS FERREIRA TRANSPORTADOR ME OBJETO DA ATA:

REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÕES FUTURAS DE SER-

VIÇOS DE TRANSPORTE DE MÁQUINAS PESADAS PARA REALI-

ZAÇÃO DE TRABALHOS NO INTERIOR DESTES MUNICÍPIO E NOS

BAIRROS AFASTADOS DO PERÍMETRO URBANO, PARA O ÓRGÃO

GERENCIADOR (MUNICÍPIO DE FRAIBURGO) E PARA O ÓRGÃO

PARTICIPANTE (SANEFRAI). OBJETO DO ADITIVO: PRORROGAR

O PRAZO DE VIGÊNCIA DA PRESENTE ATA PREVISTO NA CLÁU-

SULA DÉCIMA TERCEIRA PARA ATÉ O DIA 10 DE JUNHO DE 2013.

DATA DO ADITIVO: 28.05.2013. ENCERRAMENTO DA VIGÊNCIA: 10.06.2013). PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO: Nº 190/2012 - PMF. PREGÃO PRESENCIAL: Nº 00112/2013. REGISTRO DE PREÇOS: Nº 0053/2013.

FRAIBURGO (SC), 06.06.2013.

IVO BIAZZOLO

PREFEITO MUNICIPAL

**Extrato do Aditivo de Ata de Registro Preços Ta13pmf76-2013**

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DO ADITIVO Nº TA.AT13PMF76

QUARTO ADITIVO A ATA DE REG. PREÇOS Nº AT13PMF20

ADITIVOS ANTERIORES: TA.AT13PMF47, TA.AT13PMF58 e

TA.AT13PMF67

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. ÓRGÃOS

PARTICIPANTES: SANEFRAI, FME E FMS. FORNECEDOR: SUPER-

MERCADO JOTA LTDA OBJETO DA ATA: REGISTRO DE PREÇOS

PARA AQUISIÇÕES EM CONTRATAÇÕES FUTURAS DE GÊNEROS

ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR DOS ALUNOS QUE

FREQUENTAM A REDE MUNICIPAL DE ENSINO. OBJETO DO ADI-

TIVO: PRORROGAR O PRAZO DE VIGÊNCIA DA PRESENTE ATA

PREVISTO NA CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA PARA ATÉ O DIA 14

DE JUNHO DE 2013. DATA DO ADITIVO: 29.05.2013. ENCERRA-

MENTO DA VIGÊNCIA: 14.06.2013). PROCESSO ADMINISTRATI-

VO LICITATÓRIO: Nº 17/2013 - PMF. PREGÃO PRESENCIAL: Nº

0011/2013. REGISTRO DE PREÇOS: Nº 0009/2013.

FRAIBURGO (SC), 06.06.2013.

IVO BIAZZOLO

PREFEITO MUNICIPAL

**Extrato do Aditivo de Ata de Registro Preços Ta13pmf77-2013**

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DO ADITIVO Nº TA.AT13PMF77

QUARTO ADITIVO A ATA DE REG. PREÇOS Nº AT13PMF09

ADITIVOS ANTERIORES: TA.AT13PMF44, TA.AT13PMF46 e

TA.AT13PMF49

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. ÓRGÃOS

PARTICIPANTES: SANEFRAI, FME E FMS. FORNECEDOR: 3 S MA-

TERIAL PARA ESCRITÓRIO LTDA OBJETO DA ATA: REGISTRO

DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES EM CONTRATAÇÕES FUTURAS

DE MATERIAIS DE HIGIENE, DE LIMPEZA, DE COPA E COZINHA

E OUTROS, PARA USO DO ÓRGÃO GERENCIADOR (MUNICÍPIO

DE FRAIBURGO) E DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES (SANEFRAI-

FME-FMS). OBJETO DO ADITIVO: PRORROGAR O PRAZO DE

VIGÊNCIA DA PRESENTE ATA PREVISTO NA CLÁUSULA DÉCIMA

TERCEIRA PARA ATÉ O DIA 31 DE JULHO DE 2013. DATA DO ADI-

TIVO: 29.05.2013. ENCERRAMENTO DA VIGÊNCIA: 31.07.2013).

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO: Nº 12/2013 - PMF.

PREGÃO PRESENCIAL: Nº 006/2013. REGISTRO DE PREÇOS: Nº

005/2013.

FRAIBURGO (SC), 06.06.2013.

IVO BIAZZOLO

PREFEITO MUNICIPAL

**Extrato do Aditivo de Ata de Registro Preços Ta13pmf78-2013**

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DO ADITIVO Nº TA.AT13PMF78

TERCEIRO ADITIVO A ATA DE REG. PREÇOS Nº AT13PMF11

ADITIVOS ANTERIORES: TA.AT13PMF45 e TA.AT13PMF50

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. ÓRGÃOS PARTICIPANTES: SANEFRAI, FME E FMS. FORNECEDOR: SUPERMERCADO SERVELAR LTDA EPP OBJETO DA ATA: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES EM CONTRATAÇÕES FUTURAS DE MATERIAIS DE HIGIENE, DE LIMPEZA, DE COPA E COZINHA E OUTROS, PARA USO DO ÓRGÃO GERENCIADOR (MUNICÍPIO DE FRAIBURGO) E DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES (SANEFRAI-FME-FMS). OBJETO DO ADITIVO: PRORROGAR O PRAZO DE VIGÊNCIA DA PRESENTE ATA PREVISTO NA CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA PARA ATÉ O DIA 31 DE JULHO DE 2013. DATA DO ADITIVO: 29.05.2013. ENCERRAMENTO DA VIGÊNCIA: 31.07.2013). PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO: N° 12/2013 - PMF. PREGÃO PRESENCIAL: N° 006/2013. REGISTRO DE PREÇOS: N° 005/2013.

FRAIBURGO (SC), 06.06.2013.  
IVO BIAZZOLO  
PREFEITO MUNICIPAL

### Extrato do Aditivo de Ata de Registro Preços Ta13pmf79-2013

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC  
EXTRATO DO ADITIVO N° TA.AT13PMF79  
SEGUNDO ADITIVO A ATA DE REG. PREÇOS N° AT13PMF10  
ADITIVOS ANTERIORES: TA.AT13PMF39  
ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. ÓRGÃOS PARTICIPANTES: SANEFRAI, FME E FMS. FORNECEDOR: MERCADO RZ LTDA OBJETO DA ATA: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES EM CONTRATAÇÕES FUTURAS DE MATERIAIS DE HIGIENE E DE LIMPEZA, PARA USO DO ÓRGÃO GERENCIADOR (MUNICÍPIO DE FRAIBURGO) E DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES (SANEFRAI-FME-FMS). OBJETO DO ADITIVO: PRORROGAR O PRAZO DE VIGÊNCIA DA PRESENTE ATA PREVISTO NA CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA PARA ATÉ O DIA 31 DE JULHO DE 2013. DATA DO ADITIVO: 29.05.2013. ENCERRAMENTO DA VIGÊNCIA: 31.07.2013. PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO: N° 12/2013 - PMF. PREGÃO PRESENCIAL: N° 006/2013. REGISTRO DE PREÇOS: N° 005/2013.

FRAIBURGO (SC), 06.06.2013.  
IVO BIAZZOLO  
PREFEITO MUNICIPAL

### Extrato do Aditivo de Ata de Registro Preços Ta13pmf80-2013

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC  
EXTRATO DO ADITIVO N° TA.AT13PMF80  
PRIMEIRO ADITIVO A ATA DE REG. PREÇOS N° AT13PMF08  
ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. ÓRGÃOS PARTICIPANTES: SANEFRAI, FME E FMS. FORNECEDOR: 3 S MATERIAL PARA ESCRITÓRIO LTDA OBJETO DA ATA: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÕES EM CONTRATAÇÕES FUTURAS DE MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA USO DO ÓRGÃO GERENCIADOR (MUNICÍPIO DE FRAIBURGO). OBJETO DO ADITIVO: PRORROGAR O PRAZO DE VIGÊNCIA DA PRESENTE ATA PREVISTO NA CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA PARA ATÉ O DIA 31 DE JULHO DE 2013. DATA DO ADITIVO: 29.05.2013. ENCERRAMENTO DA VIGÊNCIA: 31.07.2013). PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO: N° 10/2013 - PMF. PREGÃO PRESENCIAL: N° 004/2013. REGISTRO DE PREÇOS: N° 003/2013.

FRAIBURGO (SC), 06.06.2013.  
IVO BIAZZOLO  
PREFEITO MUNICIPAL

### Extrato do Aditivo de Ata de Registro Preços Ta13pmf81-2013

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC  
EXTRATO DO ADITIVO N° TA.AT13PMF81  
PRIMEIRO ADITIVO A ATA DE REG. PREÇOS N° AT13PMF07  
ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. ÓRGÃOS PARTICIPANTES: SANEFRAI, FME E FMS. FORNECEDOR: POVO-COM INFORMÁTICA LTDA ME OBJETO DA ATA: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÕES EM CONTRATAÇÕES FUTURAS DE MATERIAIS DE PROCESSAMENTO DE DADOS, PARA USO DO ÓRGÃO GERENCIADOR (MUNICÍPIO DE FRAIBURGO) E DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES (SANEFRAI-FME-FMS). OBJETO DO ADITIVO: ACRÉSCIMO NA QUANTIDADE DOS ITENS DO 129 AO 134 DO LOTE 03. CONFORME SEGUE:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIA ACRESC. (25%)	VL.R. UNITÁRIO-R\$
129	Pendrive 4GB USB 2.0	5 Unid.	16,76
130	Pendrive 8GB USB 2.0	4 Unid.	17,68
131	Mouse Óptico, com conexão USB, 02 botões com scroll controle, cor preta, garantia mínima 12 meses	6 Unid.	14,13
132	Mouse Óptico, com conexão PS2, 02 botões com scroll controle, cor preta, garantia mínima de 12 meses	2 Unid.	14,13
133	Teclado padrão ABNT2, terminal UBS, mínimo 107 teclas, comprimento mínimo do cabo de 1,8 m, cor preta, garantia mínima de 12 meses	5 Unid.	18,55
134	Teclado padrão ABNT2, terminal PS2, mínimo 107 teclas, comprimento mínimo do cabo de 1,8 m, cor preta, garantia mínima de 12 meses	5 Unid.	18,55

DATA DO ADITIVO: 29.05.2013. ENCERRAMENTO DA VIGÊNCIA: 31.07.2013). PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO: N° 10/2013 - PMF. PREGÃO PRESENCIAL: N° 004/2013. REGISTRO DE PREÇOS: N° 003/2013.

FRAIBURGO (SC), 06.06.2013.  
IVO BIAZZOLO  
PREFEITO MUNICIPAL

### Extrato do Aditivo de Ata de Registro Preços Ta13pmf82-2013

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC  
EXTRATO DO ADITIVO N° TA.AT13PMF82  
SEGUNDO ADITIVO A ATA DE REG. PREÇOS N° AT12PMF95  
ADITIVOS ANTERIORES: TA.AT13PMF30  
ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. ÓRGÃOS PARTICIPANTES: SANEFRAI, FME E FMS. FORNECEDOR: ARCO ÍRIS MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA OBJETO DA ATA: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÕES FUTURAS DE FERROS PARA USO DO ÓRGÃO GERENCIADOR (MUNICÍPIO DE FRAIBURGO) E DO ÓRGÃO PARTICIPANTE (SANEFRAI). OBJETO DO ADITIVO: PRORROGAR O PRAZO DE VIGÊNCIA DA PRESENTE ATA PREVISTO NA CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA PARA ATÉ O DIA 31 DE JULHO DE 2013. DATA DO ADITIVO: 29.05.2013. ENCERRAMENTO DA VIGÊNCIA: 31.07.2013). PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO: N° 203/2012 - PMF. PREGÃO PRESENCIAL: N° 0124/2013. REGISTRO DE PREÇOS: N° 0059/2013.

FRAIBURGO (SC), 06.06.2013.  
IVO BIAZZOLO  
PREFEITO MUNICIPAL

#### **Extrato de Contrato N° Ct13fms11-2013**

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC  
EXTRATO DO CONTRATO N° CT13FMS11  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE. CONTRATADA: RICARDO CHAGAS BASSAN ME OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS "CLÍNICA GERAL" NO ÂMBITO DO PRONTO ATENDIMENTO 24 (VINTE E QUATRO) HORAS. DATA: 03.05.2013. VIGÊNCIA: 08.05.2013 A 08.05.2014. PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO: 0014/2013 - PREGÃO PRESENCIAL: 0009/2013 - FMS

FRAIBURGO (SC), 06 DE MAIO DE 2013.  
NILCE PINZ  
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE

#### **Extrato de Contrato N° Ct13fms12-2013**

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC  
EXTRATO DO CONTRATO N° CT13FMS12  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE. CONTRATADA: CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA-ESCOLA DO ESTADO DE SANTA CATARINA - CIEE/SC OBJETO: COOPERAÇÃO ENTRE AS PARTES, VISANDO O DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES CONJUNTAS CAPAZES DE PROPICIAR "A PROMOÇÃO DA INTEGRAÇÃO AO MERCADO DE TRABALHO", E A "FORMAÇÃO PARA O TRABALHO" DATA: 03.05.2013. PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO: 0016/2013 - DISPENSA DE LICITAÇÃO: 0004/2013 - FMS

FRAIBURGO (SC), 06 DE MAIO DE 2013.  
NILCE PINZ  
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE

#### **Extrato do Aditivo de Contrato N° Ta13fme02-2013**

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC  
EXTRATO DO ADITIVO N° TA.AT13FME02  
TERCEIRO ADITIVO AO CONTRATO N° CT11FME07  
CONTRATADA: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER - FME. CONTRATANTE: ITAÚ SEGUROS DE AUTO E RESIDÊNCIA S/A. OBJETO DA ATA: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA SEGURADORA PARA A REALIZAÇÃO DE SEGURO DE 02 (DOIS) VEÍCULO E MICROÔNIBUS DE DIVERSAS MARCAS E MODELOS QUE ESTÃO SENDO UTILIZADOS NA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER DESTA MUNICÍPIO, DOS QUAIS SERÃO OS DOIS COM COBERTURA CONTRA TERCEIROS E COM ASSISTÊNCIA 24 (VINTE E QUATRO) HORAS COMPLETA E COM GUINCHO QUE ATENDE ATÉ 800(OITOCENTOS) KM: DURANTE O PERÍODO DE MAIO A DEZEMBRO DE 2011. OBJETO DO ADITIVO: RESOLVEM FIRMAR O PRESENTE TERMO EM FUNÇÃO DE ENDOSSO PARA INCLUSÃO DE UM VEÍCULO. O VALOR TOTAL DO SEGURO ACIMA CITADO É DE R\$ 276,36 (DUZENTOS E SETENTA E SEIS REAIS E TRINTA E SEIS CENTAVOS), E SERÁ PAGO EM UMA PARCELA A VISTA APÓS O ENVIO DO BOLETO BANCÁRIO PELA CONTRATADA. O INÍCIO DA VIGÊNCIA DESTA SEGURO ENDOSSADO DAR-SE-Á A PARTIR DO DIA 20 DE MAIO DE 2013 ATÉ O DIA 31 DE JULHO DE 2013. DATA DO ADITIVO: 02.05.2013. ENCERRAMENTO DA VIGÊNCIA: 31.07.2013. PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO: N° 08/2011 - FME. PREGÃO PRESENCIAL: N° 006/2013.

FRAIBURGO (SC), 03 DE ABRIL DE 2013.  
ANTONIO ALMEIDA

SUPERINTENDENTE FME

#### **Extrato do Aditivo de Contrato N°ta.At13sf10-2013**

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC  
EXTRATO DO ADITIVO N° TA.AT13SF10  
PRIMEIRO ADITIVO A ATA DE REG. PREÇOS N° AT13SF01  
ÓRGÃO GERENCIADOR: A AUTARQUIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO - SANEFRAI. FORNECEDOR: JL SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA OBJETO DA ATA: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES EM CONTRATAÇÕES FUTURAS DE MANTA DE POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE COM SERVIÇOS DE SOLDA E COLOCAÇÃO NO ATERRO SANITÁRIO, DURANTE OS MESES DE FEVEREIRO A MAIO DE 2013. OBJETO DO ADITIVO: PRORROGAR O PRAZO DE VIGÊNCIA DA PRESENTE ATA PREVISTO NA CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA PARA ATÉ O DIA 15 DE MAIO DE 2013. DATA DO ADITIVO: 25.05.2013. ENCERRAMENTO DA VIGÊNCIA: 15.05.2012. PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO: N° 05/20012 - PMF. PREGÃO PRESENCIAL: N° 004/2012. REGISTRO DE PREÇOS: N° 0003/2012.

FRAIBURGO (SC), 06 DE MAIO DE 2013.  
ELOI REGALIN  
PRESIDENTE DA SANEFRAI

#### **Extrato do Aditivo de Contrato N°ta.At13sf11-2013**

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC  
EXTRATO DO ADITIVO N° TA.AT13SF11  
SEGUNDO ADITIVO A ATA DE REG. PREÇOS N° AT12SF21  
ÓRGÃO GERENCIADOR: A AUTARQUIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO - SANEFRAI. FORNECEDOR: WLPN TRANSPORTES DE RESÍDUOS LTDA OBJETO DA ATA: REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO FUTURA DE EMPRESA DO RAMO PARA REALIZAR SERVIÇOS DE HIDROJATEAMENTO, SUCCÃO E DESENTUPIMENTO DE REDE PLUVIAL COM CAMINHÃO EQUIPADO. OBJETO DO ADITIVO: ACRÉSCIMO NA QUANTIDADE DO ITEM 1, CONFORME TABELA ABAIXO.

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIA ACRESC.(25%)	VL.R. UNITÁRIO- R\$
1	Serviço de hidrojateamento, sucção e desentupimento de rede pluvial, com caminhão equipado.	100 Horas	166,00

DATA DO ADITIVO: 27.05.2012. ENCERRAMENTO DA VIGÊNCIA: 31.07.2013. PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO: N° 25/20012 - PMF. PREGÃO PRESENCIAL: N° 024/2012. REGISTRO DE PREÇOS: N° 0014/2012.

FRAIBURGO (SC), 06 DE MAIO DE 2013.  
ELOI REGALIN  
PRESIDENTE DA SANEFRAI

#### **Extrato do Aditivo de Contrato N°ta.At13sf12-2013**

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC  
EXTRATO DO ADITIVO N° TA.AT13SF12  
SEGUNDO ADITIVO A ATA DE REG. PREÇOS N° AT13SF01  
ÓRGÃO GERENCIADOR: A AUTARQUIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO - SANEFRAI. FORNECEDOR: JL SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA OBJETO DA ATA: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES EM CONTRATAÇÕES FUTURAS DE MANTA DE POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE COM SERVIÇOS DE SOLDA E COLOCAÇÃO NO ATERRO SANITÁRIO, DURANTE OS MESES DE FEVEREIRO A MAIO DE 2013. OBJETO DO ADITIVO: PRORROGAR O PRAZO DE PREVISTO NA CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA PARA ATÉ O DIA 31 DE DEZEMBRO DE 2013. DATA DO ADITIVO:



29.05.2012. ENCERRAMENTO DA VIGÊNCIA: 31.12.2013. PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO: Nº 3/20012 - PMF. PREGÃO PRESENCIAL: Nº 002/2012. REGISTRO DE PREÇOS: Nº 001/2012.

FRAIBURGO (SC), 06 DE MAIO DE 2013.  
ELOI REGALIN  
PRESIDENTE DA SANEFRAI

#### **Extrato do Aditivo de Contrato N°ta13fms07-2013**

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC  
EXTRATO DO ADITIVO Nº TA13FMS07  
QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº CT11FMS25  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE CONTRATADA: ITAÚ SEGUROS DE AUTO E RESIDÊNCIA S/A. OBJETO DO CONTRATO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA SEGURADORA PARA A REALIZAÇÃO DE SEGURO DE 14 (QUATORZE) VEÍCULOS, MICROÔNIBUS E AMBULÂNCIAS DE DIVERSAS MARCAS E MODELOS QUE ESTÃO SENDO UTILIZADOS NA SECRETARIA DE SAÚDE DESTE MUNICÍPIO, DOS QUAIS 13 (TREZE) COM COBERTURA CONTRA TERCEIROS E COM ASSISTÊNCIA 24 (VINTE E QUATRO) HORAS E 1 (UM) COM COBERTURA TOTAL, DURANTE O PERÍODO DE MAIO A DEZEMBRO DE 2011. OBJETO DO ADITIVO: ENDOSSO PARA INCLUSÃO DE UM VEÍCULO. O VALOR TOTAL DO SEGURO ACIMA CITADO É DE R\$ 151,05 (CENTO E CINCOENTA E UM REAIS E CINCO CENTAVOS), E SERÁ PAGO A VISTA APÓS O ENVIO DO BOLETO BANCÁRIO PELA CONTRATADA. O INÍCIO DA VIGÊNCIA DESTE SEGURO ENDOSSADO DAR-SE-Á A PARTIR DO DIA 20 DE MAIO DE 2013 ATÉ O DIA 31 DE JULHO DE 2013. DATA DO ADITIVO: 20.05.2013 ENCERRAMENTO DA VIGÊNCIA: 31.06.2013 PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO: Nº 0013/2012 - FMS. PREGÃO PRESENCIAL: Nº 0009.

FRAIBURGO (SC), 06 DE JUNHO DE 2012.  
NILCE PINZ  
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE

#### **Extrato do Aditivo de Contrato N°ta13fms08-2013**

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC  
EXTRATO DO ADITIVO Nº TA13FMS08  
TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº CT10FMS18  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE CONTRATADA: INOVADORA SISTEMAS DE GESTÃO LTDA OBJETO DO CONTRATO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECER LICENÇA DE USO DO SISTEMA DE GESTÃO DA SAÚDE, INCLUINDO OS SERVIÇOS DE TREINAMENTO, IMPLANTAÇÃO, CONVERSÃO DOS DADOS EXISTENTES, MANUTENÇÃO LEGAL E CORRETIVA DURANTE O PERÍODO CONTRATUAL, SUPORTE TÉCNICO, IN LOCO, APÓS A IMPLANTAÇÃO DOS SISTEMAS, CONFIGURAÇÃO, PARAMETRIZAÇÃO E CUSTOMIZAÇÃO PARA ADAPTAR O SISTEMA AS NECESIDADES DO MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. OBJETO DO ADITIVO: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA, FICANDO VIGENTE ATÉ O DIA 30/05/2014. DIANTE DA PRORROGAÇÃO CONTRATUAL, REAJUSTAM O CONTRATO NOS TERMOS DA SUA CLÁUSULA QUINTA, NO PERCENTUAL DE 7,29 %, EXCETO PARA OS MÓDULOS TRANSPORTE/TFD, CONTROLE DE AIH'S E SIAB QUE FICAM SUSPENSOS ATÉ IMPLANTAÇÃO DA VERSÃO WEB. DATA DO ADITIVO: 27.05.2013 ENCERRAMENTO DA VIGÊNCIA: 30.05.2014 PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO: Nº 0014/2012 - FMS. TOMADA DE PREÇO: Nº 0001.

FRAIBURGO (SC), 06 DE JUNHO DE 2012.  
NILCE PINZ  
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE

#### **Extrato do Aditivo de Contrato N°ta13fms09-2013**

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC  
EXTRATO DO ADITIVO Nº TA13FMS09  
QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº CT11FMS25  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE CONTRATADA: ITAÚ SEGUROS DE AUTO E RESIDÊNCIA S/A. OBJETO DO CONTRATO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA SEGURADORA PARA A REALIZAÇÃO DE SEGURO DE 14 (QUATORZE) VEÍCULOS, MICROÔNIBUS E AMBULÂNCIAS DE DIVERSAS MARCAS E MODELOS QUE ESTÃO SENDO UTILIZADOS NA SECRETARIA DE SAÚDE DESTE MUNICÍPIO, DOS QUAIS 13 (TREZE) COM COBERTURA CONTRA TERCEIROS E COM ASSISTÊNCIA 24 (VINTE E QUATRO) HORAS E 1 (UM) COM COBERTURA TOTAL, DURANTE O PERÍODO DE MAIO A DEZEMBRO DE 2011. OBJETO DO ADITIVO: ENDOSSO PARA INCLUSÃO DE UMA MOTOCICLETA HONDA. O VALOR TOTAL DO SEGURO ACIMA CITADO É DE R\$ 106,73 (CENTO E SEIS REAIS E SETENTA E TRÊS CENTAVOS), E SERÁ PAGO APÓS O ENVIO DO BOLETO BANCÁRIO PELA CONTRATADA. O INÍCIO DA VIGÊNCIA DESTE SEGURO ENDOSSADO DAR-SE-Á A PARTIR DO DIA 27 DE MAIO ATÉ O DIA 31 DE JULHO DE 2013. DATA DO ADITIVO: 27.05.2013 ENCERRAMENTO DA VIGÊNCIA: 31.07.2014 PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO: Nº 0013/2012 - FMS. PREGÃO PRESENCIAL: Nº 0009.

FRAIBURGO (SC), 06 DE JUNHO DE 2012.  
NILCE PINZ  
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE

#### **Extrato do Aditivo de Contrato N°ta13pmf75-2013**

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC  
EXTRATO DO ADITIVO TA13PMF75  
OITAVO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº CT11PMF146  
ADITIVO ANTERIOR: TA11PMF181, TA12PMF73, TA12PMF132, TA13PMF54, TA13PMF60, TA13PMF63 e TA13PMF67.  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. CONTRATADA: GENTE SEGURADORA S.A.. OBJETO DO CONTRATO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA SEGURADORA PARA A REALIZAÇÃO DE SEGURO DE 50 (CINQUENTA) VEÍCULOS, CAMINHÕES, ÔNIBUS E MICROÔNIBUS DE DIVERSAS MARCAS E MODELOS DA FROTA DO MUNICÍPIO, DOS QUAIS 10 (DEZ) COM COBERTURA CONTRA TERCEIROS E COM ASSISTÊNCIA 24 (VINTE E QUATRO) HORAS, 38 (TRINTA E OITO) COM COBERTURA CONTRA TERCEIROS E 2 (DOIS) COM COBERTURA TOTAL, DURANTE O PERÍODO DE MAIO A DEZEMBRO DE 2011, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NOS LOTES 3, 4, 6 E 7 DO ANEXO VI - PROPOSTA DE PREÇOS, DO EDITAL. OBJETO DO ADITIVO: RESOLVEM FIRMAR O PRESENTE TERMO PARA ENDOSSO E INCLUSÃO DE 02 (DOIS) VEÍCULOS RENAULT LOGAN AUTH. HI-FLEX 1.6, 5 PASSAGEIROS. O VALOR A SER PAGO DE PRÊMIO PELO ENDOSSO DOS VEÍCULOS SERÁ DE R\$ 465,32 (QUATROCENTOS E SESSENTA E CINCO REAIS E TRINTA E DOIS CENTAVOS), SENDO R\$ 232,66 (DUZENTOS E TRINTA E DOIS REAIS E SESSENTA E SEIS CENTAVOS), PARA CADA VEÍCULO, COM VENCIMENTO PARA O DIA 15.05.2013.. VALOR DO ADITIVO: R\$ 465,32. DATA DO ADITIVO: 02.05.2013. ENCERRAMENTO DA VIGÊNCIA: 31.07.2013. PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº: 85/2011-PMF. PREGÃO PRESENCIAL: Nº 0045 - PMF.

FRAIBURGO (SC), 06.06.2013.  
IVO BIAZZOLO  
PREFEITO MUNICIPAL



**Extrato do Aditivo de Contrato N°ta13pmf76-2013**

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DO ADITIVO TA13PMF76

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° CT13PMF23

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. CONTRATADA: SUPERMERCADO SERVELAR LTDA EPP. OBJETO DO CONTRATO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE HIGIENE, LIMPEZA E OUTROS, PARA USO NOS CENTROS DE EDUCAÇÃO MUNICIPAIS, INFANTIS, DEPARTAMENTO DE CULTURA, PETI, EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E NA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO. OBJETO DO ADITIVO: ACRÉSCIMO NA QUANTIDADE DO ITEM 24 DO LOTE 3, LIXA N.100. DIANTE DE TAL ACRÉSCIMO FICA ALTERADA A CLÁUSULA TERCEIRA DO CONTRATO, PASSANDO O VALOR TOTAL DE R\$ 51.686,85 (CINQUENTA E UM MIL, SEISCENTOS E OITENTA E SEIS REAIS E OITENTA E CINCO CENTAVOS) PARA R\$ 51.913,80 (CINQUENTA E UM MIL NOVECENTOS E TREZE REAIS E OITENTA CENTAVOS).. VALOR DO ADITIVO: R\$ 227,8. DATA DO ADITIVO: 07.05.2013. ENCERRAMENTO DA VIGÊNCIA: 28.06.2013. PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO N°: 7/2013-PMF. PREGÃO PRESENCIAL: N° 0001 - PMF.

FRAIBURGO (SC), 06.06.2013.

IVO BIAZZOLO

PREFEITO MUNICIPAL

**Extrato do Aditivo de Contrato N°ta13pmf77-2013**

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DO ADITIVO TA13PMF77

SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° CT12PMF239

ADITIVO ANTERIOR: TA12PMF255, TA13PMF46, TA13PMF57, TA13PMF66 e TA13PMF70.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. CONTRATADA: VIA-PAV CONSTRUTORA LTDA. OBJETO DO CONTRATO: EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA CAUQ DA RUA ALEMANHA, NO BAIRRO DAS NAÇÕES, NESTA CIDADE DE FRAIBURGO, COM ÁREA TOTAL A PAVIMENTAR DE 5.196,66 M². OBJETO DO ADITIVO: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA ATÉ O DIA 29 DE MAIO DE 2013. DATA DO ADITIVO: 08.05.2013. ENCERRAMENTO DA VIGÊNCIA: 29.05.2013. PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO N°: 229/2012-PMF. TOMADA DE PREÇO: N° 0040 - PMF.

FRAIBURGO (SC), 06.06.2013.

IVO BIAZZOLO

PREFEITO MUNICIPAL

**Extrato do Aditivo de Contrato N°ta13pmf78-2013**

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DO ADITIVO TA13PMF78

SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° CT12PMF238

ADITIVO ANTERIOR: TA12PMF254, TA13PMF45, TA13PMF56, TA13PMF65 e TA13PMF69.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. CONTRATADA: VIA-PAV CONSTRUTORA LTDA. OBJETO DO CONTRATO: EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA CAUQ DA RUA ANGELIN GRIGOLO (TRECHO 2), NO BAIRRO SÃO MIGUEL, NESTA CIDADE DE FRAIBURGO, COM ÁREA TOTAL A PAVIMENTAR DE 3.029,01 M². OBJETO DO ADITIVO: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA ATÉ O DIA 29 DE MAIO DE 2013. DATA DO ADITIVO: 08.05.2013. ENCERRAMENTO DA VIGÊNCIA: 29.05.2013. PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO N°: 226/2012-PMF. TOMADA DE PREÇO: N° 0038 - PMF.

FRAIBURGO (SC), 06.06.2013.

IVO BIAZZOLO

PREFEITO MUNICIPAL

**Extrato do Aditivo de Contrato N°ta13pmf79-2013**

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DO ADITIVO TA13PMF79

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° CT13PMF80

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. CONTRATADA: SLS COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA. OBJETO DO CONTRATO: AQUISIÇÃO DE LIXEIRAS, GANCHEIRAS PARA VESTIÁRIO, ESPELHOS E OUTROS PARA O CENTRO DE EVENTOS "PREFEITO SEBASTIÃO ANDRADE DOS SANTOS. OBJETO DO ADITIVO: ACRÉSCIMO NA QUANTIDADE DE LIXEIRAS DE 100 LITROS, SOMANDO UM VALOR TOTAL A EMPENHAR DE R\$ 1.087,71 (UM MIL E OITENTA E SETE REAIS E SETENTA E UM CENTAVOS).. VALOR DO ADITIVO: R\$ 1087,71 (DOIS MIL QUATROCENTOS E SESSENTA E CINCO REAIS E SETENTA E QUATRO CENTAVOS). DATA DO ADITIVO: 09.05.2013. ENCERRAMENTO DA VIGÊNCIA: 31.07.2013. PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO N°: 82/2013-PMF. PREGÃO PRESENCIAL: N° 0058 - PMF.

FRAIBURGO (SC), 06.06.2013.

IVO BIAZZOLO

PREFEITO MUNICIPAL

**Extrato do Aditivo de Contrato N°ta13pmf80-2013**

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DO ADITIVO TA13PMF80

DÉCIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° CT11PMF214

ADITIVO ANTERIOR: TA11PMF150, TA11PMF169, TA11PMF172, TA11PMF207, TA12PMF05, TA12PMF40, TA12PMF49, TA12PMF79, TA12PMF162, TA12PMF270, TA13PMF04, TA13PMF38 e TA13PMF73

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. CONTRATADA: FRAYTURBO COM.DE INF.E SERV.DE COMUNIC. MULTIMIDIA. OBJETO DO CONTRATO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO RAMO DE INTERNET PARA FORNECIMENTO DE LINKS AOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA, INDIRETA, AUTARQUIA, FUNDO E FUNDAÇÃO DO MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. OBJETO DO ADITIVO: DIANTE DAS MODIFICAÇÕES FICAM ALTERADOS OS VALORES MENSAIS RESTANDO A EMPENHAR R\$ 860,80 (OITOCENTOS E SESSENTA REAIS E OITENTA CENTAVOS) REFERENTE AO LINK DE INTERNET NO CENTRO DE EVENTOS E ANULAR SALDO DE EMPENHO EXCEDENTE NO VALOR DE R\$ 860,80 (OITOCENTOS E SESSENTA REAIS E OITENTA CENTAVOS) REFERENTE AO LINK DE INTERNET NO SECRETARIA AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTAL.. VALOR DO ADITIVO: R\$ 860. DATA DO ADITIVO: 09.05.2013. ENCERRAMENTO DA VIGÊNCIA: 31.12.2013. PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO N°: 153/2011-PMF. PREGÃO PRESENCIAL: N° 0090 - PMF.

FRAIBURGO (SC), 06.06.2013.

IVO BIAZZOLO

PREFEITO MUNICIPAL

**Extrato do Aditivo de Contrato N°ta13pmf81-2013**

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DO ADITIVO TA13PMF81

DÉCIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° CT10PMF116

ADITIVO ANTERIOR: TA11PMF05, TA11PMF44, TA11PMF54, TA11PMF64, TA11PMF75, TA11PMF96, TA11PMF125, TA11PMF165, TA11PMF190 TA12PMF50, TA12PMF97, TA12PMF226, TA13PMF01 e TA13PMF57A.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. CONTRATADA: CONSEST PRÉ-MOLDADOS LTDA. OBJETO DO CONTRATO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA INDIVIDUAL PARA HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL, COMPREENDENDO O LEVANTAMENTO DA SITUAÇÃO ATUAL DE UNIDADES HABITACIONAIS E ELABORAÇÃO

DE PROJETOS DE ENGENHARIA E ARQUITETURA, DE 100 (CEM) CASAS RESIDENCIAIS EXISTENTES NO BAIRRO SÃO MIGUEL, NA CIDADE DE FRAIBURGO. OBJETO DO ADITIVO: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DE EXECUÇÃO, FICANDO VIGENTE ATÉ O DIA 08 DE JULHO DE 2013. DATA DO ADITIVO: 09.05.2013. ENCERRAMENTO DA VIGÊNCIA: 08.06.2013. PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº: 130/2010-PMF. TOMADA DE PREÇO: Nº 0010 - PMF.

FRAIBURGO (SC), 06.06.2013.  
IVO BIAZZOLO  
PREFEITO MUNICIPAL

#### **Extrato do Aditivo de Contrato N°ta13pmf82-2013**

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC  
EXTRATO DO ADITIVO TA13PMF82  
SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº CT12PMF235  
ADITIVO ANTERIOR: TA13PMF48  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. CONTRATADA: CONSTRUTORA EDIFICAÇÃO LTDA ME. OBJETO DO CONTRATO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO PARA AMPLIAÇÃO DA UNIDADE DE SAÚDE DO BAIRRO SÃO SEBASTIÃO.. OBJETO DO ADITIVO: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA ATÉ O DIA 28 DE MAIO DE 2013. DATA DO ADITIVO: 09.05.2013. ENCERRAMENTO DA VIGÊNCIA: 28.05.2013. PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº: 228/2012-PMF. TOMADA DE PREÇO: Nº 0039 - PMF.

FRAIBURGO (SC), 06.06.2013.  
IVO BIAZZOLO  
PREFEITO MUNICIPAL

#### **Extrato do Aditivo de Contrato N°ta13pmf83-2013**

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC  
EXTRATO DO ADITIVO TA13PMF83  
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº CT13PMF51  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. CONTRATADA: POVOCOM INFORMÁTICA LTDA ME. OBJETO DO CONTRATO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA PARA USO DA POLÍCIA MILITAR, DA SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL E PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO. OBJETO DO ADITIVO: ALTERAÇÃO DO MODELO DO ITEM 7 (SCANNER), MANTENDO-SE O MESMO VALOR CONTRATADO.. DATA DO ADITIVO: 14.05.2013. ENCERRAMENTO DA VIGÊNCIA: 20.04.2014. PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº: 49/2013-PMF. PREGÃO PRESENCIAL: Nº 0035A - PMF.

FRAIBURGO (SC), 06.06.2013.  
IVO BIAZZOLO  
PREFEITO MUNICIPAL

#### **Extrato do Aditivo de Contrato N°ta13pmf84-2013**

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC  
EXTRATO DO ADITIVO TA13PMF84  
SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº CT13PMF23  
ADITIVO ANTERIOR: TA13PMF76  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. CONTRATADA: SUPERMERCADO SERVELAR LTDA EPP. OBJETO DO CONTRATO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE HIGIENE, LIMPEZA E OUTROS, PARA USO NOS CENTROS DE EDUCAÇÃO MUNICIPAIS, INFANTIS, DEPARTAMENTO DE CULTURA, PETI, EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E NA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO. OBJETO DO ADITIVO: ACRÉSCIMO NA QUANTIDADE DO ITEM 05 DO LOTE 9, BOLSA ALVEJADA.. VALOR DO ADITIVO: R\$ 495,80. DATA DO ADITIVO: 14.05.2013. ENCERRAMENTO DA VIGÊNCIA: 28.06.2013. PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº: 7/2013-PMF.

PREGÃO PRESENCIAL: Nº 0001 - PMF.

FRAIBURGO (SC), 06.06.2013.  
IVO BIAZZOLO  
PREFEITO MUNICIPAL

#### **Extrato do Aditivo de Contrato N°ta13pmf85-2013**

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC  
EXTRATO DO ADITIVO TA13PMF85  
OITAVO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº CT11PMF147  
ADITIVO ANTERIOR: TA11PMF114, TA11PMF130, TA11PMF154, TA11PMF178, TA11PMF180, TA12PMF96 e TA12PMF131.  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. CONTRATADA: ITAU SEGUROS DE AUTO E RESIDENCIA S.A.. OBJETO DO CONTRATO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA SEGURADORA PARA A REALIZAÇÃO DE SEGURO DE 50 (CINQUENTA) VEÍCULOS, CAMINHÕES, ÔNIBUS E MICROÔNIBUS DE DIVERSAS MARCAS E MODELOS DA FROTA DO MUNICÍPIO, DOS QUAIS 10 (DEZ) COM COBERTURA CONTRA TERCEIROS E COM ASSISTÊNCIA 24 (VINTE E QUATRO) HORAS, 38 (TRINTA E OITO) COM COBERTURA CONTRA TERCEIROS E 2 (DOIS) COM COBERTURA TOTAL, DURANTE O PERÍODO DE MAIO A DEZEMBRO DE 2011.. OBJETO DO ADITIVO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA SEGURADORA PARA A REALIZAÇÃO DE SEGURO DE 50 (CINQUENTA) VEÍCULOS, CAMINHÕES, ÔNIBUS E MICROÔNIBUS DE DIVERSAS MARCAS E MODELOS DA FROTA DO MUNICÍPIO, DOS QUAIS 10 (DEZ) COM COBERTURA CONTRA TERCEIROS E COM ASSISTÊNCIA 24 (VINTE E QUATRO) HORAS, 38 (TRINTA E OITO) COM COBERTURA CONTRA TERCEIROS E 2 (DOIS) COM COBERTURA TOTAL, DURANTE O PERÍODO DE MAIO A DEZEMBRO DE 2011. VALOR DO ADITIVO: R\$ 220,84. DATA DO ADITIVO: 15.05.2013. ENCERRAMENTO DA VIGÊNCIA: 31.07.2013. PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº: 85/2011-PMF. PREGÃO PRESENCIAL: Nº 0045 - PMF.

FRAIBURGO (SC), 06.06.2013.  
IVO BIAZZOLO  
PREFEITO MUNICIPAL

#### **Extrato do Aditivo de Contrato N°ta13pmf86-2013**

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC  
EXTRATO DO ADITIVO TA13PMF86  
OITAVO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº CT11PMF147  
ADITIVO ANTERIOR: TA11PMF114, TA11PMF130, TA11PMF154, TA11PMF178, TA11PMF180, TA12PMF96, TA13PMF85.  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. CONTRATADA: ITAU SEGUROS DE AUTO E RESIDENCIA S.A.. OBJETO DO CONTRATO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA SEGURADORA PARA A REALIZAÇÃO DE SEGURO DE 50 (CINQUENTA) VEÍCULOS, CAMINHÕES, ÔNIBUS E MICROÔNIBUS DE DIVERSAS MARCAS E MODELOS DA FROTA DO MUNICÍPIO, DOS QUAIS 10 (DEZ) COM COBERTURA CONTRA TERCEIROS E COM ASSISTÊNCIA 24 (VINTE E QUATRO) HORAS, 38 (TRINTA E OITO) COM COBERTURA CONTRA TERCEIROS E 2 (DOIS) COM COBERTURA TOTAL, DURANTE O PERÍODO DE MAIO A DEZEMBRO DE 2011. OBJETO DO ADITIVO: ENDOSO PARA INCLUSÃO DO VEÍCULO PARA USO DO DEPARTAMENTO DE CULTURA DESTE MUNICÍPIO, COM ASSISTÊNCIA 24 (VINTE E QUATRO) HORAS E GUINCHO DE ATÉ 500 KM. SENDO O VALOR TOTAL DO SEGURO ACIMA CITADO É DE R\$ 50,18 (CINQUENTA REAIS E DEZOITO CENTAVOS), E SERÁ PAGO APÓS O ENVIO DO BOLETO BANCÁRIO PELA CONTRATADA.. VALOR DO ADITIVO: R\$ 50,18. DATA DO ADITIVO: 17.05.2013. ENCERRAMENTO DA VIGÊNCIA: 31.07.2013. PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº: 85/2011-PMF. PREGÃO PRESENCIAL: Nº 0045 - PMF.

FRAIBURGO (SC), 06.06.2013.  
IVO BIAZZOLO  
PREFEITO MUNICIPAL

**Extrato do Aditivo de Contrato N°ta13pmf87-2013**

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DO ADITIVO TA13PMF87

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° CT12PMF129

ADITIVO ANTERIOR: TA12PMF256, TA13PMF44 e TA13PMF74

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. CONTRATADA: VIA-PAV CONSTRUTORA LTDA. OBJETO DO CONTRATO: EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA CAUQ DA RUA FUJI (PARTE 2), LOTEAMENTO MACIEIRA, BAIRRO LIBERATA, NESTA CIDADE DE FRAIBURGO, COM ÁREA DE 6.647,41 M². OBJETO DO ADITIVO: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA ATÉ O DIA 22 DE JUNHO DE 2013.. VALOR DO ADITIVO: R\$ 7283,08 (SETE MIL DUZENTOS E OITENTA E TRÊS REAIS E OITO CENTAVOS). DATA DO ADITIVO: 17.05.2013. ENCERRAMENTO DA VIGÊNCIA: 22.06.2013. PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO N°: 110/2012-PMF. TOMADA DE PREÇO: N° 0023 - PMF.

FRAIBURGO (SC), 06.06.2013.

IVO BIAZZOLO

PREFEITO MUNICIPAL

**Extrato do Aditivo de Contrato N°ta13pmf88-2013**

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DO ADITIVO TA13PMF88

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° CT13PMF08

ADITIVO ANTERIOR: TA13PMF41

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. CONTRATADA: COOPERATIVA DOS ASSENTADOS DA REGIÃO DO CONTESTADO. OBJETO DO CONTRATO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DIRETAMENTE DA AGRICULTURA FAMILIAR, CONFORME ARTIGO 18 DA RESOLUÇÃO N° 38/2009, PODENDO PARTICIPAR DESTE PROCESSO GRUPOS FORMAIS (COOPERATIVAS E ASSOCIAÇÕES) DETENTORAS DA DECLARAÇÃO DE APTIDÃO AO PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR/PRONAF, DAP JURÍDICA, CONSTANTE NO ARTIGO 23, § 4º, DESTA RESOLUÇÃO, PARA UTILIZAÇÃO NA MERENDA ESCOLAR DOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL. OBJETO DO ADITIVO: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA QUE CONSTA DA CLÁUSULA SÉTIMA DO REFERIDO CONTRATO, FICANDO VIGENTE ATÉ O DIA 04 DE OUTUBRO DE 2013.. VALOR DO ADITIVO: R\$ 15.921,55 (QUINZE MIL NOVECENTOS E VINTE E UM REAIS E CINQUENTA E CINCO CENTAVOS). DATA DO ADITIVO: 17.05.2013. ENCERRAMENTO DA VIGÊNCIA: 04.10.2013. PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO N°: 273/2012-PMF. PREGÃO PRESENCIAL: N° 0169 - PMF.

FRAIBURGO (SC), 06.06.2013.

IVO BIAZZOLO

PREFEITO MUNICIPAL

**Extrato do Aditivo de Contrato N°ta13pmf89-2013**

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DO ADITIVO TA13PMF89

NONO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° CT12PMF35

ADITIVO ANTERIOR: TA12PMF62, TA12PMF164, TA12PMF165, TA12PMF188, TA12PMF250, TA13PMF39, TA13PMF47 e TA13PMF59

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. CONTRATADA: PAZZA TRANSPORTES DE PASSAGEIROS LTDA. OBJETO DO CONTRATO: EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR DOS ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO DA REDE MUNICIPAL, ESTADUAL E PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS DO MUNICÍPIO DE FRAIBURGO, NA LINHA 2, DURANTE OS DIAS LETIVOS DO ANO DE 2012. OBJETO DO ADITIVO: ALTERAÇÃO NAS QUANTIDADES DE QUILOMETROS REFERENTE AOS ITINERÁRIO 13B DA LINHA 2 DE 1.100 QUILOMETROS NO PERÍODO NOTURNO AS TERÇAS E QUINTAS-FEIRAS A PARTIR

DE 17/05/2013.. VALOR DO ADITIVO: R\$ 4673 (QUATRO MIL SEISCENTOS E SETENTA E TRÊS REAIS). DATA DO ADITIVO: 17.05.2013. ENCERRAMENTO DA VIGÊNCIA: 31.12.2013. PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO N°: 14/2012-PMF. PREGÃO PRESENCIAL: N° 0008 - PMF.

FRAIBURGO (SC), 06.06.2013.

IVO BIAZZOLO

PREFEITO MUNICIPAL

**Extrato do Aditivo de Contrato N°ta13pmf90-2013**

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DO ADITIVO TA13PMF90

DÉCIMO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° CT10PMF145

ADITIVO ANTERIOR: TA11PMF06, TA11PMF213, TA12PMF63, TA12PMF69, TA12PMF99, TA12PMF110, TA12PMF144, TA12PMF172, TA12PMF251 e TA13PMF03.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. CONTRATADA: SANTA TEREZINHA TRANSP. E TURISMO S.A. - FILIAL. OBJETO DO CONTRATO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR DOS ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO DA REDE MUNICIPAL, ESTADUAL E PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS DO MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. OBJETO DO ADITIVO: ALTERAÇÃO NOS ITINERÁRIOS 22A E 19A DA LINHA 3, O ITINERÁRIO 3A DA LINHA 1 E OS ITINERÁRIOS 31A, 34A E 35A DA LINHA 4 A PARTIR DE 17 DE MAIO DE 2013.. VALOR DO ADITIVO: R\$ 0,13 (TREZE CENTAVOS). DATA DO ADITIVO: 17.05.2013. ENCERRAMENTO DA VIGÊNCIA: 31.12.2013. PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO N°: 176/2010-PMF. PREGÃO PRESENCIAL: N° 0123 - PMF.

FRAIBURGO (SC), 06.06.2013.

IVO BIAZZOLO

PREFEITO MUNICIPAL

**Extrato do Aditivo de Contrato N°ta13pmf91-2013**

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DO ADITIVO TA13PMF91

DÉCIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° CT12PMF35

ADITIVO ANTERIOR: TA12PMF62, TA12PMF164, TA12PMF165, TA12PMF188, TA12PMF250, TA13PMF39, TA13PMF47, TA13PMF59 e TA13PMF89.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. CONTRATADA: PAZZA TRANSPORTES DE PASSAGEIROS LTDA ME OBJETO DO CONTRATO: EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR DOS ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO DA REDE MUNICIPAL, ESTADUAL E PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS DO MUNICÍPIO DE FRAIBURGO, NA LINHA 2, DURANTE OS DIAS LETIVOS DO ANO DE 2012.. OBJETO DO ADITIVO: EM RAZÃO DO AUMENTO DO COMBUSTÍVEL CONFORME NOTAS FISCAIS ANEXADAS, AJUSTAM ENTRE SI A FIM DE RESTABELECER O EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO, SENDO QUE O CUSTO DO COMBUSTÍVEL FOI CALCULADO DE ACORDO COM O PERCENTUAL CORRESPONDENTE À PARCELA DESSE INSUMO NA COMPOSIÇÃO DO PREÇO. DESTA FORMA, A PARTIR DO DIA 29 DE MAIO DE 2013 O VALOR UNITÁRIO POR QUILOMETRO ESTÁ ATUALIZADO DATA DO ADITIVO: 29.05.2013. ENCERRAMENTO DA VIGÊNCIA: 31.12.2013. PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO N°: 14/2012-PMF. PREGÃO PRESENCIAL: N° 0008 - PMF.

FRAIBURGO (SC), 06.06.2013.

IVO BIAZZOLO

PREFEITO MUNICIPAL



**Editais e Comunicados****COMUNICADO / CONVOCAÇÃO**

A Comissão Mista de Avaliação nomeada pela Portaria nº 998 de 28 de junho de 2007, composta pelos membros Olides Bertaiolli, Wigand Leonhardt, Silvano Pelissaro, Aldair Moraes e Flávio André de Oliveira, CONVOCA os lindeiros da Rua Guilherme Fantinel, beneficiados pela realização de obra pública, constante do Edital nº 002/2013, cujos documentos encontram-se afixados no mural público da Prefeitura Municipal de Fraiburgo, para que tomem conhecimento dos critérios de avaliação dos imóveis, os quais estão afixados no referido mural, bem como COMUNICA que no dia 12/06/2013 a partir das 10:30 horas estará procedendo à avaliação dos imóveis in loco, podendo ser acompanhada pelos proprietários dos imóveis beneficiados, cujos valores serão publicados no mural público a partir do dia 13/06/2013. A Comissão, através de seus membros, coloca-se à disposição dos proprietários lindeiros para esclarecimentos, bem como para agendamento das avaliações.

A COMISSÃO

EDITAL Nº 002/2013

PROCESSO Nº 3155/2013

O MUNICÍPIO DE FRAIBURGO, nos termos dos Artigos 81 e 82 da Lei Federal 5.172/66 e do disposto no Decreto-Lei 195/67, visando a viabilização de obras públicas, que beneficiarão os imóveis localizados na Rua Guilherme Fantinel (Bairro São José), NOTIFICA e CONVOCA os interessados e beneficiários, para examinarem o memorial descritivo do projeto, o orçamento do custo do melhoramento, a delimitação da zona beneficiada, o fator de absorção do benefício da valorização, a parcela do custo da obra a ser financiada pela contribuição, o plano de rateio e os valores correspondentes, cujos documentos encontram-se fixados e publicados no mural público da Prefeitura Municipal de Fraiburgo, situada na Av. Rio das Antas nº 185, ficando, nos termos da legislação em vigor, facultado aos interessados, querendo, no prazo de 30 (trinta) dias, procederem às impugnações. O valor da contribuição terá por base a valorização dos imóveis, os quais serão avaliados previamente e após a realização da obra pela Comissão Especial designada pela Portaria 0998/2007.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

**COMUNICADO / CONVOCAÇÃO**

A Comissão Mista de Avaliação nomeada pela Portaria nº 998 de 28 de junho de 2007, composta pelos membros Olides Bertaiolli, Wigand Leonhardt, Silvano Pelissaro, Aldair Moraes e Flávio André de Oliveira, CONVOCA os lindeiros das Avenidas Idamir Bogoni e Miguel Novicki (trecho II), beneficiados pela realização de obra pública, constante do Edital nº 001/2013, cujos documentos encontram-se afixados no mural público da Prefeitura Municipal de Fraiburgo, para que tomem conhecimento dos critérios de avaliação dos imóveis, os quais estão afixados no referido mural, bem como COMUNICA que no dia 12/06/2013 a partir das 08:30 horas estará procedendo à avaliação dos imóveis in loco, podendo ser acompanhada pelos proprietários dos imóveis beneficiados, cujos valores serão publicados no mural público a partir do dia 13/06/2013. A Comissão, através de seus membros, coloca-se à disposição dos proprietários lindeiros para esclarecimentos, bem como para agendamento das avaliações.

A COMISSÃO

EDITAL Nº 001/2013

PROCESSO Nº 3154/2013

O MUNICÍPIO DE FRAIBURGO, nos termos dos Artigos 81 e 82 da Lei Federal 5.172/66 e do disposto no Decreto-Lei 195/67, visando a viabilização de obras públicas, que beneficiarão os imóveis localizados nas Avenidas Idamir Bogoni e Miguel Novicki (Bairro das

Nações), NOTIFICA e CONVOCA os interessados e beneficiários, para examinarem o memorial descritivo do projeto, o orçamento do custo do melhoramento, a delimitação da zona beneficiada, o fator de absorção do benefício da valorização, a parcela do custo da obra a ser financiada pela contribuição, o plano de rateio e os valores correspondentes, cujos documentos encontram-se fixados e publicados no mural público da Prefeitura Municipal de Fraiburgo, situada na Av. Rio das Antas nº 185, ficando, nos termos da legislação em vigor, facultado aos interessados, querendo, no prazo de 30 (trinta) dias, procederem às impugnações. O valor da contribuição terá por base a valorização dos imóveis, os quais serão avaliados previamente e após a realização da obra pela Comissão Especial designada pela Portaria 0998/2007.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

## Garopaba

### PREFEITURA

**Decreto N.º 070/2013.**

DECRETO N.º 070, DE 06 DE JUNHO DE 2013.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 36.955,54 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba em Exercício, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei nº 1.670 de 03/12/2012 (Orçamento) e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 36.955,54 (trinta e seis mil e novecentos e cinquenta e cinco reais e cinquenta e quatro centavos) no Orçamento vigente:

07.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO 31.955,54

12365281.018 - Const., Amp. de Escolas para a Educação Infantil 31.955,54

4.4.90.0.1.22.001011 - Aplicações Diretas 31.955,54

13.01 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA E SERVIÇOS URBANOS 31.955,54

26782352.052 - Func. e Manut. da Secretaria de Infra-Estrutura 31.955,54

3.3.90.0.1.64.000017 - Aplicações Diretas 31.955,54

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 36.955,54 (trinta e seis mil e novecentos e cinquenta e cinco reais e cinquenta e quatro centavos), correrão por conta do excesso de arrecadação.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 06 de Junho de 2013.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal em Exercício

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 10/06/2013, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

MICHELLE ARANHA DE ARAÚJO LUIZ

Secretária de Administração



**Decreto N.º 071/2013.**

DECRETO N.º 071, DE 06 DE JUNHO DE 2013.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 56.942,23 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba em Exercício, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei nº 1.670 de 03/12/2012 (Orçamento) e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 56.942,23 (cinquenta e seis mil e novecentos e quarenta e dois reais e vinte e três centavos) no Orçamento vigente:

17.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	56.942,23
10301251.072 - Construção, Ampliação, Reforma e Apar. de Unidades de Saúde	56.942,23
4.4.90.0.6.23.001015 - Aplicações Diretas	56.942,23

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 56.942,23 (cinquenta e seis mil e novecentos e quarenta e dois reais e vinte e três centavos), correrão por conta do superávit financeiro do exercício anterior.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 06 de Junho de 2013.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal em Exercício

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 10/06/2013, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

MICHELINE ARANHA DE ARAÚJO LUIZ

Secretária de Administração

**Portaria N.º 483/2013.**

PORTARIA N.º 483, DE 06 DE JUNHO DE 2013.

DISPÕE SOBRE PERDA DE PRAZO DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba em Exercício, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. TORNAR SEM EFEITO, por motivo de PERDA DE PRAZO, nos termos do art. n.º 19, da Lei Municipal n.º 1.000/2005, a Portaria n.º 368, de 25 de abril de 2013, referente a candidata BRUNA CAROLINA TROVÃO DIAS, aprovada e classificada aprovada e classificada, no Concurso Público 0001/2009, para exercer em caráter efetivo o cargo de ASSISTENTE SOCIAL.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 06 de Junho de 2013.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal em Exercício

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 10/06/2013, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

**Aviso de Licitação Pe051.2013**

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 051/2013

O Município de Garopaba, através do Fundo Municipal de Saúde Garopaba, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará LICITAÇÃO na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, sob regime de entrega parcelada, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, através de sistema de registro de preços, pretendendo a contratação de empresa para fornecimento parcelado de materiais de enfermagem para atender demanda das unidades básicas de saúde do município de Garopaba. As propostas deverão ser entregues por meio de sistema de compras eletrônicas no site [www.cidadecompras.com.br](http://www.cidadecompras.com.br) até as 16h00min do dia 21/06/2013. A sessão pública será realizada a partir das 16h10min do dia 21/06/2013, no endereço eletrônico [www.cidadecompras.com.br](http://www.cidadecompras.com.br)

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, no endereço acima descrito, ou no site [www.garopaba.sc.gov.br](http://www.garopaba.sc.gov.br), onde poderá ser lido e/ou obtida cópia, inclusive dos seus anexos.

Garopaba, 06 de junho de 2013.

PAULO SERGIO DE ARAUJO

Prefeito Municipal em exercício

**Aviso de Licitação Pe052/2013**

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 052/2013

O Município de Garopaba, através do Fundo Municipal de Saúde Garopaba, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará LICITAÇÃO na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, sob regime de entrega parcelada, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, através de sistema de registro de preços, pretendendo a aquisição parcelada de medicamentos de farmácia básica, pronto atendimento e de uso contínuo e controlado lado. As propostas deverão ser entregues por meio de sistema de compras eletrônicas no site [www.cidadecompras.com.br](http://www.cidadecompras.com.br) até as 14h00min do dia 24/06/2013. A sessão pública será realizada a partir das 14h10min do dia 24/06/2013, no endereço eletrônico [www.cidadecompras.com.br](http://www.cidadecompras.com.br)

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, no endereço acima descrito, ou no site [www.garopaba.sc.gov.br](http://www.garopaba.sc.gov.br), onde poderá ser lido e/ou obtida cópia, inclusive dos seus anexos.

Garopaba, 06 de junho de 2013.

PAULO SERGIO DE ARAUJO

Prefeito Municipal em exercício

**Gaspar****PREFEITURA****Lei Nº 3.513, de 04 de Junho de 2013.**

LEI Nº 3.513, DE 04 DE JUNHO DE 2013.

INSTITUI O DIA MUNICIPAL DE INCLUSÃO DO AUTISTA NO MUNICÍPIO DE GASPAR.

O Prefeito do Município de Gaspar, nos termos do art. 72, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou o projeto, eu o sanciono e promulgo a seguinte LEI:

Art. 1º Fica instituído e incluído no Calendário do Município de Gaspar o Dia Municipal de Inclusão do Autista, a ser comemorado sempre no dia 2 de abril.

Art. 2º O objetivo dessa data é disseminar informações sobre a importância do diagnóstico e da intervenção precoce da síndrome, além de aproximar a sociedade de pessoas que apresentam quadro de Autismo, ajudando a evitar o preconceito e estimulando as pessoas a conviverem de forma harmoniosa e saudável com os autistas.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Gaspar - SC, em 04 de junho de 2013.  
PEDRO CELSO ZUCHI  
Prefeito Municipal

**Decreto Nº 5.493, de 29 de Maio de 2013.**

DECRETO Nº 5.493, DE 29 DE MAIO DE 2013.

ALTERA DECRETO Nº 4.856, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2012, QUE CRIA UNIDADE GESTORA LOCAL, DO PROJETO DE IMPLANTAÇÃO DA PRAÇA DO ESPORTE E DA CULTURA, NO MUNICÍPIO DE GASPAR.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e especialmente as contidas no art. 72, da Lei Orgânica do Município de Gaspar,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica alterado o artigo 2º do Decreto nº 4.856, 27 de fevereiro de 2012, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º Ficam designados para compor a Unidade Gestora Local - UGL, criada no art. 1º, os servidores indicados com suas respectivas funções:

I - Coordenador Geral: Renato Zimmermann  
Endereço: Rua Itajaí, 2.300, Poço Grande, Gaspar, SC  
Telefone (47) 3332-2679  
E-mail: presidentefme@gaspar.sc.gov.br  
CPF: 488.770.859-91;

II - Coordenador de Engenharia: Nicésio Alcides Morastoni  
Endereço: Rua Coronel Aristiliano Ramos, 435, Centro, Gaspar, SC  
Telefone: (47) 3331-6300  
E-mail: nicesio@gaspar.sc.gov.br  
CPF: 533.935.209-97;

III - Coordenador de Cultura: José Gabriel Corrêa  
Endereço: Rua Dr. Nereu Ramos, 122, Centro, Gaspar, SC  
Telefone: (47) 3332-9907  
E-mail: gabriel@gaspar.sc.gov.br  
CPF: 532.525.519-34;

IV - Coordenador de Esporte: Suzan Theiss  
Endereço: Rua Itajaí, 2.300, Poço Grande, Gaspar, SC  
Telefone (47) 3332-2679  
E-mail: fmesporte@gaspar.sc.gov.br  
CPF: 626.654.729-53

V - Coordenadora de Assistência Social: Silvana de Fátima Garcia Vieira  
Endereço: Rua Rodolfo Vieira Pamplona, 566, Gaspar Mirim, Gaspar-SC  
Telefone: (47) 3332-5312  
E-mail: crasgasparmirim@yahoo.com.br  
CPF: 059.531.839-84

VI - Coordenador de Desenvolvimento Econômico: Élcio Carlos de Oliveira  
Endereço: Rua Dr. Nereu Ramos, 122, Centro, Gaspar, SC  
E-mail: Elcio@terra.com.br

CPF: 382.492.869-87

VII - Coordenadora de Segurança Cidadã: Valdiria Stanke Pamplona  
Endereço: Rua Coronel Aristiliano Ramos, 435, Centro, Gaspar, SC  
Telefone: (47) 3331-6361  
E-mail: valdiria@gaspar.sc.gov.br  
CPF: 770.808.589-68;

VIII - Coordenadora de Inclusão Digital: Simara Emilia Dalcastegnê Capistrano  
Endereço: Rua Coronel Aristiliano Ramos, 453, Centro, Gaspar, SC  
Telefone: (47) 3332-8982  
E-mail: simara@gaspar.sc.gov.br  
CPF: 041.737.519-07.”

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 29 de maio de 2013.  
PEDRO CELSO ZUCHI  
Prefeito Municipal

**Decreto Nº 5.500, de 06 de Junho de 2013.**

DECRETO Nº 5.500, DE 06 DE JUNHO DE 2013.

HOMOLOGA REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72, inciso XXV, da Lei Orgânica do Município,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica homologado o Regimento Interno do Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social, de que trata o artigo 25 da Lei nº 2.966, de 28 de fevereiro de 2008, cujo texto integra o presente Decreto.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gaspar, 06 de junho de 2013.  
PEDRO CELSO ZUCHI  
Prefeito do Município de Gaspar

REGIMENTO INTERNO  
CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

**CAPÍTULO I**

**DA NATUREZA E FINALIDADE**

Art. 1º - O Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social é órgão deliberativo, de caráter permanente e de composição paritária entre governo e sociedade civil, responsável pela deliberação da Política Municipal de Habitação de Interesse Social e controlador das ações na área de Habitação e responsável pela deliberação e destinação dos recursos do Fundo Municipal da Habitação, observados princípios constitucionais e os da Lei 2966/08.

Art. 2º - Compete ao Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social:

I - propor e aprovar as diretrizes, prioridades, estratégias e instrumentos da Política Municipal de Habitação de Interesse Social;  
II - propor e participar da deliberação, junto ao processo de elaboração do Orçamento Municipal, sobre a execução de projetos e programas de urbanização, construção de moradias e de regularização fundiária em áreas irregulares;

III - Propor e deliberar sobre o Plano Local de Habitação de Interesse Social;

IV - Aprovar as diretrizes e normas para a gestão do Fundo Municipal da Habitação de Interesse Social;

V - Propor e deliberar os planos de aplicação dos recursos do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social, em conformidade com a política e o plano municipal de habitação de interesse social;

V - definir as condições básicas de subsídios e financiamentos com recursos do FMHIS;

VI - regulamentar, fiscalizar e acompanhar todas as ações referentes a subsídios habitacionais;

VII - definir as condições de retorno, em pagamento parcelados, dos investimentos do Fundo;

VIII - definir os critérios e as formas para a transferência dos imóveis vinculados ao Fundo, aos beneficiários dos programas habitacionais;

IX - acompanhar e fiscalizar a aplicação dos recursos do Fundo;

XII - apreciar as propostas e projetos de intervenção do Governo Municipal relativas às ocupações e assentamentos de interesse social;

XIII - apreciar as formas de apoio às entidades associativas e cooperativas habitacionais cuja população seja de baixa renda e/ou nas faixas de renda que o Conselho acatar, bem como as solicitações de melhorias habitacionais em auto-construção ou ajuda mútua de moradias populares, com a assistência técnica;

XIV - estimular a participação e o controle popular sobre a implementação das ações municipais relativas às questões habitacionais e de Regularização Fundiária;

XV - estabelecer relações com os demais Conselhos Municipais afetos à definição da Política Urbana e de Ações Sociais;

XVI - Acompanhar e avaliar o desenvolvimento dos empreendimentos realizados e em andamento, cabendo-lhe inclusive, suspender o fluxo de recursos, quando constatar irregularidades;

XVII - Elaborar, aprovar e emendar o seu regimento interno.

XVIII - definir os critérios de atendimento de acordo com a realidade e o problema específico de cada região do Município relativos à questão habitacional, em conformidade com a lei.

## CAPÍTULO II

### DOS PRINCÍPIOS

Art. 3º - O Conselho Municipal da Habitação, norteará suas atividades pelos seguintes princípios fundamentais;

I - Compromisso com os dispositivos da Constituição Federal, Estadual e Lei Orgânica do Município no que se refere à Habitação e Desenvolvimento Urbano e à Lei 2966/08;

II - Compromisso com a Declaração Universal dos Direitos Humanos;

III - Programas Habitacionais estaduais e federais;

## CAPÍTULO III

### DA COMPOSIÇÃO

Art. 4º - O Conselho Municipal da Habitação de Interesse Social será composto por 12(doze) membros, sendo:

I - Representantes do Poder Executivo, sendo:

a) um (01) da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento;

b) um (01) da Secretaria de Saúde;

c) um (01) da Secretaria de Desenvolvimento Social;

d) um (01) da Secretaria de Administração e Finanças;

e) um (01) da Secretaria de Turismo, Indústria e Comércio;

f) um (01) da Diretoria de Habitação;

II - Representantes da sociedade civil, sendo:

a) um (01) Associação de Moradores;

b) um (01) representante Associação de Pais e Amigos dos

Excepcionais - APAE;

c) um (01) representante de Entidades Religiosas;

d) um (01) representante da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB;conforme lei 2.966 de 28/02/08.

e) um (01) representante Associação de Pais e Professores;

f) um (01) representante Câmara de Dirigentes Lojista de Gaspar - CDL.

§ 1º - Para cada representante titular do conselho, as entidades e órgãos governamentais indicarão um suplente.

§ 2º - As Entidades representantes da sociedade civil terão 30 (trinta) dias de prazo para indicar seu representante e respectivo suplente, os quais cumprirão mandato de 02 (dois) anos, permitindo a recondução por igual período.

§ 3º - Após nomeação como membro do Conselho, havendo desligamento do representante e/ ou suplente da Entidade, esta deverá no prazo máximo de 30 (trinta) dias indicar novo representante para cumprir o tempo de mandato faltante.

§ 4º - A nomeação dos membros do Conselho será feita por ato do Prefeito Municipal.

Art.5º - As atividades dos membros integrantes do Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social são consideradas como serviço público relevante, exercido gratuitamente, ficando expressamente vedada a concessão de qualquer tipo de remuneração, vantagem ou benefício de natureza pecuniária.

## CAPÍTULO IV

### DAS REUNIÕES, DA DIRETORIA E DAS DELIBERAÇÕES.

Art 6º - O Conselho reunir-se-á ordinariamente pelo menos 01 (uma) vez por mês na conformidade com o calendário fixado pelo próprio Conselho e extraordinariamente, na forma do que dispuser este Regimento Interno do Órgão.

§ 1º - A convocação extraordinária será feita por escrito, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito ) horas.

§ 2º - O quorum das reuniões do Conselho será de 50% mais um, porém, para efeitos de deliberação em programas de habitação, projetos habitacionais, determinação de política habitacional e deliberação sobre os recursos do Fundo, deverão estar presentes dois terços de seus conselheiros.

§ 3º - As decisões do Conselho serão tomadas por maioria absoluta do número dos componentes do Conselho, tendo o Presidente o voto de qualidade.

§ 4º - As deliberações do Conselho serão proclamadas pelo Presidente com base nos votos da maioria e terão a forma de resolução, de natureza decisória ou opinativa se for o caso, devendo sempre ser publicada.

§ 5º - Os membros do Conselho não terão qualquer remuneração pelos seus trabalhos, considerando-se os trabalhos prestados, de relevante interesse público. As despesas relativas a viagens e participação em congressos, encontros ou outros eventos relativos aos objetivos do Conselho, quando previamente autorizados e deliberados pelo Conselho, poderão ser ressarcidos pelo Fundo Municipal da Habitação de Interesse Social;

Art. 7º - É dever dos membros do Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social, participar efetivamente das reuniões ordinárias ou extraordinárias, tendo amplo direito de voto e discussão.

Art. 8º - O conselheiro que deixar de comparecer em três (03) reuniões consecutivas, ou cinco (05) intercaladas, será excluído do Conselho, assumindo a vaga o seu suplente, devendo o órgão ou entidade, no prazo de trinta (30) dias subsequentes da notificação expedida pelo Presidente, indicar novo suplente para cumprir o tempo faltante do mandato.

Art. 9º - O Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social terá uma Diretoria que será composta por:

- I - um Presidente
- II - um Vice- Presidente
- III - um Secretário
- IV - um Tesoureiro

1º - A presidência da diretoria do CMHIS será exercida pelo Secretário Municipal de Planejamento e Desenvolvimento, e os demais membros que irão compô-la serão eleitos dentre os conselheiros mediante a participação da maioria absoluta dos membros do Conselho.

## CAPÍTULO V

### DA ORGANIZAÇÃO

Art. 10º - São órgãos do Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social:

- I - Presidência
- II - Vice- Presidência
- III - Secretaria
- IV - Tesoureiro
- V - Comissões Especiais

#### SEÇÃO I

##### Da Presidência

Art. 11º - A Presidência do CMHIS será exercida pelo Secretário Municipal de Planejamento e Desenvolvimento, o qual exercerá o voto de qualidade, quando couber.

§ 1º - Na ausência do Secretário de Planejamento e Desenvolvimento a presidência do CMHIS será ocupada pelo seu vice-presidente, e na falta desse, por um membro escolhido pelos conselheiros presentes à reunião.

§ 2º - Na ausência dos titulares, votarão os suplentes.

Art. 12 - Os órgãos da Administração municipal prestarão apoio técnico e administrativo necessários ao funcionamento do Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social.

Art. 13 - São atribuições do Presidente:

- I - Presidir as reuniões do Conselho tomando parte nas discussões e votações, com direito a voto;
- II - Representar o Conselho Municipal da Habitação de Interesse Social.
- III - Assinar correspondência oficial do Conselho.
- IV - Convocar reuniões ordinárias e extraordinárias.

#### SEÇÃO II

##### Da Vice- Presidência

Art. 14 - Será eleito vice-presidente o conselheiro titular que obtiver maior número de votos para esse cargo.

Art. 15 - São atribuições do Vice-Presidente:

- I - Auxiliar o Presidente;
- II - Representa-lo em seus impedimentos e faltas.

#### SEÇÃO III

##### Da Secretaria

Art. 16 - Será eleito secretário, o conselheiro titular que obtiver maior número de votos para esse cargo.

Art. 17 - Compete ao Secretário:

- I - Substituir o presidente e o vice-presidente em suas ausências;
- II - Secretariar as reuniões do Conselho, fazer anotações e redigir e transcrever em livro próprio as atas das reuniões;
- III - Manter sob sua guarda fichas, documentos, livro da ata e papéis do conselho.

#### SEÇÃO IV

##### Do Tesoureiro

Art. 18º - Será eleito tesoureiro, o conselheiro titular que obtiver maior número de votos para esse cargo.

Art. 19 - Compete ao Tesoureiro:

- I - Acompanhar o movimento financeiro do Fundo Municipal da Habitação;
- II - Apresentar mensalmente o balancete financeiro do Fundo ao Conselho Municipal da Habitação de Interesse Social;

Art. 20º A Elaboração do Plano de Aplicação e o Orçamento anual do Fundo Municipal da Habitação de Interesse Social serão realizados pelo gestor do Fundo juntamente com o Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social;

#### SEÇÃO V

##### Das Comissões Especiais

Art. 21º - As Comissões Especiais são partes delegadas, auxiliares do plenário, a quem compete verificar, vistoriar, fiscalizar, opinar e emitir parecer sobre as matérias que lhes forem distribuídas.

I - Serão criadas tantas comissões especiais, quantas forem necessárias.

Art. 22º As Comissões especiais serão compostas por conselheiros e técnicos que terão um presidente e um relator, que emitirão pareceres sobre todas as matérias que lhe forem distribuídas, respeitando o rodízio entre os conselheiros.

I - Os componentes das comissões serão eleitos pelo Conselho e nomeados pelo Presidente, através de resolução.

II - Os pareceres das comissões serão apreciados, discutidos e votados em sessão plenária.

III - Os pareceres aprovados pelo Conselho deverão ser transformados em resoluções.

## CAPÍTULO VI

### Das Disposições Gerais

Art. 23 - Os casos omissos e as dúvidas surgidas na aplicação do presente Regimento, serão discutidas e decididas em reunião plenária.

Art. 24 - Alterações deste Regimento Interno, só poderão ser levadas a efeito, se solicitadas por escrito, evidenciando o item a ser alterado, acompanhado da assinatura de no mínimo 50% dos conselheiros, e para ser aprovado deve ter o voto favorável de no mínimo 2/3 do plenário.

Art. 25 - O presente Regimento Interno entrará em vigor na data de sua aprovação por decreto.

Gaspar, 05 de fevereiro de 2010.



**Decreto N° 5.502, de 07 de Junho de 2013.**

DECRETO N° 5.502, DE 07 DE JUNHO DE 2013.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA, ÁREA DE TERRAS LOCALIZADA NESTE MUNICÍPIO.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito do Município de Gaspar, no uso de suas atribuições legais, especialmente as estabelecidas na Lei Orgânica do Município, no art. 72, inciso XXVIII e em conformidade com o art. 5º, alínea "i" do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública, nos termos da alínea "i" do art. 5º do Decreto-Lei nº 3.365/41, a área de terra matriculada no Cartório de Registro de Imóveis de Gaspar sob o nº 9.396, de propriedade de Indústria de Malhas Isensee LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 83.107714/0001-20, situada nesta cidade, contendo as seguintes características: um terreno situado na cidade de Gaspar, localizado na Rodovia BR-470, Bairro Lagoa, contendo uma área total de 122.110,00 m², correspondendo à área a ser declarada de utilidade em 25.000,00 m², esta confrontando aos fundos com a área remanescente, à frente com a BR-470, ao lado direito com terras de propriedade de Martinho Hostins e ao lado esquerdo com terras de propriedade do Município de Gaspar.

Parágrafo único: A área descrita neste artigo é destinada à formalização de ruas integrantes do Sistema Viário Municipal, já instituídas e nominadas pelas respectivas leis.

Art. 2º As despesas decorrentes da aquisição do imóvel acima descrito correrão por conta da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 07 de junho de 2013.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito Municipal

**Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social**  
CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL**RESOLUÇÃO N° 01 /2010**

O Presidente do Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social, no uso de suas atribuições legais conferidas pela LEI Nº. 2966, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2008. - Art. 6º: O Conselho Municipal de Habitação e Interesse Social terá sua organização e norma de funcionamento definidas em seu Regimento Interno, em consonância com a deliberação deste egrégio Conselho, em sessão extraordinária na data de 25 de Fevereiro de 2010, conforme histórico:

- Aprovação do Regimento Interno Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social. O antigo Regimento Interno teve sua aprovação no ano de 1997. Atualmente com a aprovação da Lei 2.966 de 28 de fevereiro de 2008, o Regimento Interno teve que se adequar com mudanças da referida lei. O Conselho de Habitação de Interesse Social,

**RESOLVE**

Art. 1º - Fica deliberado e aprovado por unanimidade a Aprovação do Regimento Interno.

Gaspar - SC, 03 de março de 2010.

SOLY WALTRICK ANTUNES FILHO

Presidente do Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social.

**Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social**  
CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL**RESOLUÇÃO N° 04 /2013**

A Presidente do Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social, no uso de suas atribuições legais conferidas pela LEI Nº. 2966, de 28 de fevereiro de 2008. CAPÍTULO III ATRIBUIÇÕES DO CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E INTERESSE SOCIAL. Art. 9º Compete ao Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social: inciso XVII - estabelecer diretrizes e fixar critérios para a priorização de linhas de ação, alocação de recursos do FMHS e atendimentos dos beneficiários dos programas habitacionais observados o disposto nesta Lei, a Política e o Plano Municipal de Habitação; em consonância com a deliberação deste egrégio Conselho, em sessão extraordinária na data de 03 de Maio de 2013, conforme histórico:

Assunto: Aluguel Social para os beneficiários da Modalidade/Ação: Urbanização de Assentamentos Precários e Melhoria Condições de Habitabilidade PAC II - Conjugado com PMCMV - Contrato CAIXA nº 0352.282-44.

Tendo em vista a realocação das famílias hoje residentes no local aonde será construído o Empreendimento Habitacional Jardim Primavera, na conhecida Rua Vila Nova, na Comunidade Jardim Primavera, os conselheiros deliberam sobre o valor de R\$ 54.729,67 (Cinquenta e quatro mil setecentos e vinte e nove reais e sessenta e sete reais) pertencente ao Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social, a destinado ao o pagamento de aluguel social para as famílias até o final do ano de 2013.

O Conselho de Habitação de Interesse Social,

**RESOLVE**

Art. 1º - Fica deliberado e aprovado pelo Conselho, O aluguel social para as famílias beneficiária do modalidade/ação Urbanização de Assentamentos Precários e Melhoria Condições de Habitabilidade PAC II - Conjugado com PMCMV da Comunidade Jardim Primavera.

Gaspar - SC, 03 de maio de 2013.

PATRÍCIA SCHEIDT

Presidente do Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social.

**Extrato da Dispensa N° 100/2013**

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

Extrato da Dispensa nº 100/2013

Objeto: locação de imóvel situado no bairro Bela Vista sob lote nº 3 do loteamento "Paraíso do Vale", com área de 270m², para a concessão de aluguel social aos moradores do Jardim Primavera. Contratado: ANTONIO JOÃO SCHRAMM (CPF: 418.467.379-15). Valor total do contrato: R\$ 7.200,00 Base legal: artigo 24, inciso X da Lei 8.666/93.

Gaspar (SC), 05 de junho de 2013.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

**Guaramirim****PREFEITURA****Retificação de Edital 54/2013 - PMG**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/SETOR DE COMPRAS  
RETIFICAÇÃO DO EDITAL  
Edital: Pregão - 54/2013  
Tipo : Menor Preço - por itens

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE PARQUES INFANTIS E ACADEMIA AO AR LIVRE  
Retifica-se as exigências dos seguintes documentos exigido no edital:

Onde se lê: 11.1.11 - Certificado de Registro (Certidão Pessoa Jurídica) junto ao Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CREA, dentro do seu prazo de validade, bem como de seu registro Responsável Técnico, (Certidão Pessoa Física). Quando se tratar de registro fora do Estado local do certame, é necessária a chancela (visto) junto ao CREA do Estado de Santa Catarina, demonstrando que tem condição legal de atuar nessa;  
Leia-se: 11.1.11 - Certificado de Registro (Certidão Pessoa Jurídica) junto ao Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CREA, dentro do seu prazo de validade, bem como de seu registro Responsável Técnico, (Certidão Pessoa Física). Quando se tratar de registro fora do Estado local do certame, no ato de assinatura do contratado, será necessária a chancela (visto) junto ao CREA do Estado de Santa Catarina, demonstrando que tem condição legal de atuar nessa;

Onde se lê: 11.1.13 - Laudo técnico de biomecânica e ergonomia dos aparelhos de academia (no caso de apresentar proposta para o item 01), assinado pelos seguintes profissionais: profissional de educação física registrado no CREF, fisioterapeuta registrado no CREFITO e engenheiro mecânico registrado no CREA; (no caso de apresentação de cópia, a mesma deverá estar autenticada)  
Leia-se: 11.1.13 - Laudo técnico de biomecânica e ergonomia dos aparelhos de academia (no caso de apresentar proposta para o item 01), assinado pelos seguintes profissionais: profissional de educação física registrado no CREF e fisioterapeuta registrado no CREFITO; (no caso de apresentação de cópia, a mesma deverá estar autenticada)  
Justificativa:

Devido a esta retificação ser apenas de supressão ao item de habilitação e não gerar nenhum transtorno para os interessados em participar do certame, e ainda, se tratar de interesse público o objeto licitado, fica mantido a data prevista para a abertura da licitação.  
Dia 11 de junho de 2013, horário: 09:00.

GUARAMIRIM (SC), 07/06/2013.  
LAURO FROHLICH  
Prefeito Municipal

**Herval d'Oeste****PREFEITURA****Decreto N° 3.155/2013.**

DECRETO N° 3.155/2013.  
PRORROGA O PRAZO DE VALIDADE DO PROCESSO SELETIVO PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA, PREVISTO NO EDITAL N°. 001/2011/HO, PARA O CARGO DE AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NELSON GUINDANI, Prefeito de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas na Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com o Edital nº 001/2011/HO;

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica prorrogado até dia 20 de junho de 2015, o prazo de validade do Processo Seletivo para contratação temporária, previsto pelo Edital nº. 001/2011/HO, para o Cargo de Agente de Serviços Gerais.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Herval d'Oeste (SC), 06 de junho de 2013.  
NELSON GUINDANI  
Prefeito

**Decreto N° 3.156/2013.**

DECRETO N° 3.156/2013.  
PRORROGA O PRAZO DE VALIDADE DO PROCESSO SELETIVO PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA, PREVISTO NO EDITAL N°. 002/2011/SMS/HO, PARA O CARGO DE AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NELSON GUINDANI, Prefeito de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas na Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com o Edital nº 002/2011/SMS/HO;

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica prorrogado até dia 20 de junho de 2015, o prazo de validade do Processo Seletivo para contratação temporária, previsto pelo Edital nº. 002/2011/SMS/HO, para o Cargo de Agente Comunitário de Saúde.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Herval d'Oeste (SC), 06 de junho de 2013.  
NELSON GUINDANI  
Prefeito

**Portaria N° 425/2013**  
PORTARIA N° 425/2013

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

CONCEDER Férias Regulamentares, ao Servidor SIDNEY DALLA VECHIA (Matr. 13), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Técnico em Contabilidade, Nível - 12/2, Referência "I", 40 horas semanais, Anexo V da LC N° 280/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 13 de agosto de 2011 e 12 de agosto de 2012, para serem gozadas a partir de 03 de junho de 2013 a 02 de julho de 2013, de conformidade com o que preceitua o art. 94 da Lei Complementar N°. 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 03 de Junho de 2013.  
NELSON GUINDANI  
Prefeito Municipal

**Portaria N° 426/2013**  
PORTARIA N° 426/2013

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

CONCEDER Férias Regulamentares, ao Servidor SERGIO LUIZ LUNARDELLI (Matr. 350), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Operador de Máquinas I, Nível - 7, Referência "G", 40 horas semanais, Anexo V da LC N° 280/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 08 de setembro de 2011 e 07 de setembro de 2012, para serem gozadas a partir de 05 de junho de 2013 a 04 de julho de 2013, de conformidade com o que preceitua o art. 94 da Lei Complementar N°. 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 05 de Junho de 2013.  
NELSON GUINDANI  
Prefeito Municipal

**Tomada de Preços N° 001/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE HERVAL D'OESTE  
PROCESSO LICITATÓRIO N° 0031/2013  
TOMADA DE PREÇOS N° 001/2013  
UNIDADE GESTORA:  
PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE  
TIPO JULGAMENTO: Menor Preço Global

**OBJETO**

Contratação de Empresa Especializada para na área de informática, para licenciamento/locação de sistemas de gestão pública integrados, não exclusiva, com acesso simultâneo de usuários, por um período de 48 (quarenta e oito) meses

**ENTREGA DOS ENVELOPES**

Até as 14h00min horas do dia 26/06/2013.

**LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA**

Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste, situada na Rua Nereu Ramos, n° 389, Centro, na cidade de Herval d'Oeste (SC), Sala de Reuniões do Setor de Compras e Licitações.

**FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, e demais legislação vigente e pertinente à matéria.

VALOR MÁXIMO ESTIMADO R\$ 741.020,00 (setecentos e quarenta e um mil, e vinte reais)

**EDITAL NA ÍNTEGRA**

O Edital na íntegra está disponível no site: [www.hervaldoeste.sc.gov.br](http://www.hervaldoeste.sc.gov.br), sem custo adicional, os projetos estão à disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações, situado na Rua Nereu Ramos, n° 389, Centro, na cidade de Herval d'Oeste (SC), ao custo de R\$14,95 (quatorze reais e noventa e cinco centavos). Outras informações pelo fone (49) 3554 0922.

Herval d'Oeste, 05 de junho de 2013.

NELSON GUINDANI  
Prefeito Municipal

**Ibiam****CÂMARA MUNICIPAL****Portaria 005/2013**

PORTARIA N° 005/2013

(CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA LUCIANA ROSA)

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Vereadores de Ibiam - SC, no uso de suas atribuições e competências que lhe confere o Regimento Interno e a Lei Orgânica Municipal

**RESOLVE:**

ART. 1º - Conceder férias a servidora LUCIANA ROSA, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais - Nível CC-1, conforme lei complementar n° 019 de 03 de março de 2009 e lei 052/97. Férias referente ao período aquisitivo de 02/04/2012 à 02/04/2013. A funcionária gozará férias no período de 03/06/2013 à 03/07/2013.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação

Câmara Municipal de Ibiam, 29 de maio de 2013.

CLODOMIR PARISE  
Presidente

ELIAS G. GIUSTI  
1º Vice-Presidente

IRINEU SALVADORI  
2º Vice-Presidente

ADENIR ROMANATTO  
1º Secretário

GELSON L. TREVISOL  
2º Secretário

# Ilhota

## PREFEITURA

### Lei Complementar N° 034/2013

LC n° 034/2013

DISPÕE SOBRE A IMPLANTAÇÃO DO PRONTUÁRIO ELETRÔNICO DO PACIENTE, NA REDE PÚBLICA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ILHOTA.

DANIEL CRISTIAN BOSI, Prefeito Municipal de Ilhota, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte LEI:

Art. 1º Fica instituído o Prontuário Eletrônico do Paciente (PEP), na rede pública de saúde do município de Ilhota.

Art. 2º O PEP será identificado pelo número do Sistema Único de Saúde (SUS) do paciente.

Art. 3º As unidades da rede pública de saúde do município de Ilhota exigirão o número do SUS do paciente quando este procurar a rede pela primeira vez.

Parágrafo único. Na hipótese de o paciente não possuir o seu número SUS, a unidade de atendimento providenciará a matrícula do mesmo para abrir o PEP do paciente em atendimento.

Art. 4º O uso de meio eletrônico em prontuário de paciente, assim como no registro, na comunicação, na transmissão e na autorização de procedimento ambulatorial e hospitalar, de intervenção hospitalar, de resultado e laudo de exame, de receita médica e das demais informações de saúde serão admitidos nos termos desta lei.

Art. 5º O envio de resultado, de laudo, de receita, de guia, de autorização e o registro de internação de saúde, por meio eletrônico, serão admitidos mediante uso de assinatura eletrônica, sendo obrigatório o cadastramento prévio junto ao SUS.

Art. 6º O Poder Executivo criará cadastro único de usuários, de profissionais de saúde e de unidades de saúde.

§ 1º O cadastro de que trata este artigo abrangerá a totalidade dos cidadãos com residência no município de Ilhota, bem como todos os profissionais de saúde que atuem no Município, e os serviços de saúde pública situados em Ilhota.

§ 2º Ao cadastrado será atribuído o número nacional de identificação do SUS.

§ 3º Ao cadastrado será facultado meio de acesso aos sistemas.

§ 4º O cadastramento e o acesso aos sistemas dar-se-ão de modo a preservar o sigilo, a identidade, a integridade e a autenticidade dos registros, das comunicações e dos sistemas.

Art. 7º Todas as comunicações e informações de saúde que transitem entre estabelecimento, serviços e unidades de saúde de qualquer natureza, públicas, com ou sem vínculo com o SUS serão feitas preferencialmente por meio eletrônico.

Art. 8º O Poder Executivo desenvolverá e certificará, diretamente ou por intermédio de terceiros, sistema de PEP.

Art. 9º O PEP deverá usar, preferencialmente, programas de código aberto, acessíveis ininterruptamente por meio de rede mundial de computadores e por intermédio de redes internas e externas, priorizando-se a sua padronização, inclusive a terminológica.

§ 1º Todos os atos de profissionais de saúde registrados no PEP serão assinados eletronicamente.

§ 2º Os documentos produzidos eletronicamente e juntados ao

PEP serão considerados originais para todos os efeitos legais.

§ 3º Os extratos digitais e os documentos digitalizados e juntados ao PEP têm a mesma força probante dos originais.

§ 4º O PEP deverá ser protegido por meio de sistema de criptografia e de segurança de acesso, e armazenado em meio que garanta a preservação, a segurança e a integridade dos dados, a fim de assegurar a privacidade e confidencialidade da informação de saúde dos cidadãos.

Art. 10. As disposições desta lei aplicam-se também, no que couberem, as operadoras de planos de assistência à saúde e aos seus beneficiários.

Art. 11. Para a certificação dos sistemas de informação a que se refere o artigo 8º desta lei será aplicado o Manual de Certificação para Sistemas de Registro Eletrônico de Saúde, aprovado pela Resolução do Conselho Federal de Medicina (CFM) n° 1821, de 11 de julho de 2007.

Art. 12 Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Ilhota, em 22 de maio de 2013.

DANIEL CRISTIAN BOSI

Prefeito Municipal

### Lei Complementar N° 035/2013

LC n° 035/2013

DISPÕE SOBRE A COLOCAÇÃO DE SINALIZADORES FÍSICOS MÓVEIS NAS VIAS PÚBLICAS MUNICIPAIS, NAS PROXIMIDADES DE ESCOLAS E TEMPLOS RELIGIOSOS, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DANIEL CRISTIAN BOSI, Prefeito Municipal de Ilhota, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte LEI:

Art. 1º A colocação de sinalizadores físicos móveis (placas ou cones plásticos,) nas vias públicas municipais, nas proximidades de escolas de 1º e 2º graus e templos religiosos é facultada aos interessados responsáveis pelas referidas entidades, observados os critérios de implantação fixados pelo dentro do Código Nacional de Trânsito Brasileiro, e orientados pela Polícia Militar.

Parágrafo único. O disposto neste artigo poderá ser aplicado nas proximidades de creches e nos locais onde haja a travessia de pedestres (crianças, adultos e deficientes físicos), desde que a redução de velocidade se torne necessária.

Art. 2º É proibido o uso de sinalizadores diferentes daqueles previstos pela legislação de trânsito vigente.

Art. 3º O descumprimento ao disposto nesta lei sujeitará o infrator às sanções previstas no Código de Trânsito Brasileiro.

Art. 4º O Poder Executivo promoverá campanhas educativas no sentido de informar a população sobre a importância das sinalizações previstas nesta lei.

Art. 5º Esta lei entra em vigor 30 (trinta) dias após a data de sua publicação.

Ilhota, em 22 de maio de 2013.

DANIEL CRISTIAN BOSI

Prefeito Municipal



**Lei N° 1735/2013**

Lei nº 1735/2013.

INSTITUI O PROGRAMA MUTIRÃO PARA SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO E REURBANIZAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Daniel Cristian Bosi, Prefeito Municipal de Ilhota, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte LEI:

Art. 1º. Esta Lei institui e regulamenta o Programa Mutirão para realização de Serviços de Pavimentação e Reurbanização de vias públicas do Município de Ilhota.

Art. 2º. As vias públicas do Município de Ilhota poderão ser pavimentadas e reurbanizadas sob o regime de mutirão, regulamentado por esta Lei.

Parágrafo Único - Considera-se regime de mutirão a forma de execução de serviços ou obras nas quais haja a participação conjunta do Poder Público Municipal e dos participantes interessados.

Art. 3º. Os participantes interessados deverão ser proprietários, possuidores ou interessados do domínio útil de imóveis lindeiros, interessados na pavimentação e reurbanização, organizados através de comissão, entidades ou associações que os representem.

Art. 4º. Para constituir o Programa de Mutirão destinado à execução dos serviços de pavimentação ou reurbanização de determinada rua ou avenida, os interessados firmarão um Termo de Adesão ao Programa.

§ 1º Somente será autorizada a negociação para a execução dos serviços nas ruas onde a adesão for igual ou superior a 70% (setenta por cento) dos proprietários ou possuidores lindeiros e após a aprovação do estudo de viabilidade pelo órgão competente da Administração Municipal.

§ 2º Em caso de não haver adesão de 70% ou mais dos proprietários ou possuidores lindeiros será autorizada a negociação para início das obras desde que haja adesão de 70% ou mais das testadas (unidades) representadas pelos seus proprietários.

§ 3º Ajustado o Termo de Acordo com os interessados que aderiram à execução da pavimentação e havendo proprietários ou possuidores cujos imóveis venham a ser beneficiados com a obra e que não tenham manifestado adesão em relação a esta, realizar-se-ão os trâmites necessários para o devido lançamento e cobrança da contribuição de melhoria dos mesmos.

§ 4º Os interessados deverão indicar um representante, delegando a ele os poderes de representação junto ao Município, no que se refere à pavimentação ou reurbanização da rua.

§ 5º O Município poderá arcar com as despesas inerentes à pavimentação de que trata esta Lei, até o limite de 15% (quinze por cento) do número de proprietários ou possuidores de imóveis lindeiros à via a ser pavimentada, cuja carência impeça o pagamento, desde que tal situação seja informada por escrito pelos representantes a que se refere o artigo 2º, que deverá ser regularmente comprovada, mediante estudo social realizado por profissional habilitado do Município.

Art. 5º. Aos que aderirem ao Programa Mutirão para serviços de pavimentação caberá o fornecimento e assentamento de pavimentação de pistas e do meio fio.

§ 1º As vias a serem pavimentadas pelo regime de mutirão deverão ser dotadas de calçadas, que se não existirem deverão ser construídas, cabendo aos respectivos proprietários ou possuidores o custeio integral das mesmas, tendo estes o prazo de 12 (doze) meses para a realização do passeio, a contar da conclusão da pavimentação da via, cujo projeto será disponibilizado pela Prefeitura Municipal, através do setor responsável.

§ 2º Não atendido ao disposto no § 1º deste artigo, ficará o Município autorizado a executar os serviços necessários à construção do respectivo passeio, às custas do proprietário ou possuidor do

imóvel lindeiro, seja ele aderente ou não, lançando e cobrando integralmente a correspondente contribuição de melhoria, na forma disciplinada no Código Tributário Municipal.

Art. 6º. A reurbanização, de acordo com projetos específicos, poderá compreender a realização das seguintes obras e serviços:

I - remoção do pavimento existente;

II - serviços de terraplanagem (corte e aterro);

III - sistema de captação de águas pluviais;

IV - sistema de captação de esgoto sanitário;

V - adequação da via pública;

VI - serviços de pavimentação de pista e calçadas;

VII - assentamento de meio fio;

VIII - instalação de mobiliário urbano;

IX - ajardinamento;

X - obras de redes, infra-estrutura aérea e subterrânea (água, energia elétrica, comunicação, gás e outros);

XI - adequação da sinalização viária; e

XII - serviços de topografia

Parágrafo Único - Todo o material existente no local das obras e serviços e não utilizado na nova obra reverterá ao Município para outras aplicações.

Art. 7º. Caberá ao Município a realização do serviço de topografia e adequação da infra-estrutura básica necessária.

§ 1º Para as obras de adequação da infra-estrutura básica, o Município será responsável pelo projeto e execução da obra.

§ 2º Para serviços de pavimentação da rua, o Município desenvolverá o projeto básico, cronograma físico-financeiro e a fiscalização da obra.

§ 3º Todos os projetos de pavimentação ou reurbanização, antes do início das obras, deverão obter aprovação da Secretaria de Obras.

Art. 8º. As obras em regime de mutirão serão executadas por empresas habilitadas junto ao órgão competente do Município, sob sua a responsabilidade técnica, cabendo a ambos o apontamento conjunto na Anotação de Responsabilidade Técnica - ART e a obediência ao que preceitua a Lei Federal nº 8.666/1993, Lei das Licitações.

§ 1º Para a habilitação de que trata este artigo, exigir-se-á dos interessados documentação relativa a:

I - habilitação jurídica;

II - regularidade fiscal;

III - qualificação técnica; e

IV - qualificação econômico-financeira.

§ 2º As empresas habilitadas deverão respeitar o preço máximo estabelecido pelo Município no edital de credenciamento.

Art. 9º. A contratação da empresa credenciada para pavimentação decorrerá as expensas dos proprietários aderentes ao sistema de mutirão de que trata esta Lei.

§ 1º O Poder Público Municipal efetuará o credenciamento das empreiteiras interessadas mediante a apresentação dos documentos exigidos no edital de credenciamento em vigor.

§ 2º Escolhida a empreiteira credenciada, o Município liberará a obra e a empresa somente iniciará a cobrança pelo serviço quando houver coincidência de prazos de execução entre o planejamento dos trabalhos da Secretaria de Obras e a programação apresentada pela empreiteira para o início da obra;

§ 3º No caso de a empreiteira credenciada não honrar o compromisso para pavimentação, no todo ou em parte, caberá ao Município executá-lo ou concluí-lo, deduzindo-se os valores eventualmente pagos pelos proprietários lindeiros e transferindo-se direitos e obrigações ao Município de Ilhota.

Art. 10º. O valor a ser pago para a empresa que executar os serviços será medido pelo Município através do preço unitário por metro linear de testada, o qual será obtido dividindo-se o custo

total da obra pela extensão total das testadas dos que aderirem ao Programa Mutirão.

Art. 11º. O Município efetuará o pagamento dos valores que sejam de sua responsabilidade para a empresa executora da pavimentação, mensalmente, após a realização da respectiva medição de serviços.

Art. 12º. As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta de dotação orçamentária própria, consignadas no orçamento vigente.

Art. 13º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Ilhota, 22 de maio de 2013.

DANIEL CRISTIAN BOSI

Prefeito Municipal

### **Lei N° 1736/2013**

Lei n. 1736/2013

INSTITUI A SEMANA MUNICIPAL DO IDOSO, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Daniel Cristian Bosi, Prefeito Municipal de Ilhota, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte LEI:

Art. 1º É instituída e incluída no Calendário Oficial de Eventos do Município de Ilhota, a Semana Municipal do Idoso, a ser realizada, anualmente, na última semana de setembro e encerrando-se em 1º de outubro, no Dia Internacional do Idoso.

Art. 2º A Semana Municipal do Idoso tem como objetivos:

I - estimular as atividades físicas e mentais nas pessoas idosas;  
II - conscientizar o idoso de sua importância como fonte de experiências e contribuição na construção da sociedade com mais qualidade de vida;

III - sensibilizar os diversos segmentos da sociedade sobre a importância dos idosos.

Art. 3º O Poder Executivo, por meio dos órgãos competentes, promoverá e implementará atividades e prestação de serviços para o atendimento dos idosos.

Art. 4º As despesas com a execução desta lei correrão por conta de dotações próprias, consignadas no orçamento anual da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Ilhota, em 22 de maio de 2013.

DANIEL CRISTIAN BOSI

Prefeito Municipal

### **Portaria N° 591/2013**

PORTARIA N° 591/2013

NOMEIA AS PESSOAS ABAIXO RELACIONADAS, PARA COMPOREM O CACS - CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDEB CONFORME SEGUE.

DANIEL CHRISTIAN BOSI, Prefeito Municipal de Ilhota, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, e na forma da Lei, resolve:

NOMEAR,

Representantes da Secretaria Municipal de Educação:

Titular: Mirela Berti Brokveld

Suplente: Marisa Miglioli Papst

Representantes do Poder Executivo Municipal:

Titular: Vanessa Cristina Pontaldi

Suplente: Michele Aline Rocha Schnaider

Representantes dos Professores da Educação Básica Pública:

Titular: Arianna Hostins

Suplente: Eli Terezinha da Silva de Souza

Representantes dos Diretores das Escolas Públicas Municipais:

Titular: Renê Santiago Castelain

Suplente: Pedro Paulo de Oliveira Abreu

Representante dos Servidores Técnicos Administrativos:

Titular: Paula Cristina de Souza

Suplente: Jéssica Cecília de Souza

Representantes dos Pais de Alunos das Escolas Públicas Municipais:

Titular: Regina Milani

Suplente: Irineu Vitor Mendes Neto

Titular: Juarez Antonio da Cunha

Suplente: Lisiane Chagas de Moraes

Representantes do Conselho Municipal de Educação:

Titular: Lorena Oliveira Castelain

Suplente: Eli Regina Nagel Santos

Representantes de Estudantes de Educação Básica Pública Secundarista:

Titular: Viviane Marcelino

Suplente: Marisa Aparecida dos Santos

Titular: Armandio Bernardi

Suplente: Wanderley Leguino Menezes

Representantes do Conselho Tutelar:

Titular: Sonia Maria Regado

Suplente: José Heleno Miranda

PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHOTA, em 05 de Junho de 2013.

DANIEL CHRISTIAN BOSI

Prefeito Municipal

FERNANDO NEVES

Secretário Municipal de Administração

### **Aviso de Licitação Prg 013/2013 - Registro de Preço**

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N° 013/2013

OBJETO - REGISTRO DE PREÇO - Aquisição de fraldas geriátricas, adulto e infantil, para distribuição de acordo com prescrição médica, aos usuários do SUS deste município, pelo período de doze meses, conforme especificações e quantitativos descritos no anexo I do Edital.

FORMA DE JULGAMENTO - Menor Preço por Item.

REGIMENTO - Lei Federal n° 8.666/1993 e 10520/2002 e demais alterações.

ABERTURA DAS PROPOSTAS - Às 09:00 hs do dia 20/06/2013, na Secretaria de Administração, sito Rua Leoberto Leal, n° 160, centro de Ilhota - SC.

MAIS INFORMAÇÕES - Pessoalmente no endereço acima ou pelo fone (47) 3343-8800, ramal 815.

RETIRADA DO EDITAL - No endereço acima ou através do e-mail compras1@ilhota.sc.gov.br.

FERNANDO NEVES

Secretário de Administração

Ilhota, 10 de Junho de 2013.

# Imbituba

## PREFEITURA

### Decreto PMI N° 060.2013

DECRETO PMI N° 060, de 29 de maio de 2013.

Dispõe sobre Autorização a título precário de Prestação de Serviço de Transporte Coletivo(categoria especial escolar) e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 93, Inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

Considerando o que dispõe no § 2º do Art. 4º e no Art. 33 da Lei n° 1.650, de 21 de agosto de 1995;

Considerando o parecer exarado pela Procuradora Dra. Sabrina Machado Stefanos da Silva, as fls.28, do Processo Administrativo n° 927/2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica AUTORIZADA A TÍTULO PRECÁRIO a Prestação de Serviço de Transporte Coletivo(categoria especial escolar) ao Senhor RONICARLOS ALBINO, inscrito no CPF sob o n° 020.381.499-17 e RG n° 3694604, nos termos do Processo Administrativo n° 927/2013.

§ 1º A autorização da prestação de Serviço de Transporte Coletivo(categoria especial escolar), constante do caput do art. 1º, deverá ser renovada anualmente.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor da data de sua publicação.

Imbituba, 29 de maio de 2013.

JAISON CARDOSO DE SOUZA

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ZELI PIRES

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública  
&#8195;

### Decreto PMI N° 067.2013

DECRETO PMI N° 067, de 06 de junho de 2013.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para a Prefeitura Municipal de Imbituba e da outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei n° 4.119, de 05 de dezembro de 2012,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), para reforço do seguinte item orçamentário, como segue:

05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Apoio ao Ensino Superior

12.364.0009-2.037

3.3.90.00.00.00.00.0080 (0042) Aplicações Diretas 40.000,00

Total 40.000,00

Art. 2º O Crédito Adicional Suplementar aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes do excesso de arrecadação de recursos próprios apurados no exercício de 2013.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 06 de junho de 2013.

JAISON CARDOSO DE SOUZA

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ZELI PIRES

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

### Portaria PMI/DGP N° 361/2013

PORTARIA PMI/DGP N° 361, de 06 de junho de 2013.

Dispõe sobre concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença-prêmio ao servidor ALTAIR SOARES QUERINO CANTO, Professor III - 20h, inscrito no CPF sob o n.º 578.542.979-91, admitido em 13 de abril de 1998, contrato n° 32, referente ao quinquênio devido, conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo Períodos de Fruição

2003 a 2008

2008 a 2013

10.06.2013 a 06.12.2013

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 06 de junho de 2013.

JAISON CARDOSO DE SOUZA

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ZELI PIRES

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

### Portaria PMI/DGP N° 362/2013

PORTARIA PMI/DGP N° 362, de 06 de junho de 2013.

Dispõe sobre concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença-prêmio a servidora ROSANA COSTA DAVID MACHADO, Professora III - 40h, inscrita no CPF sob o n.º 004.523.319-51, admitida em 06 de março de 2003, contrato n° 1961, referente ao quinquênio devido, conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo Períodos de Fruição

2008 a 2013

10.06.2013 a 07.09.2013

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 06 de junho de 2013.  
JAISON CARDOSO DE SOUZA  
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.  
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ZELI PIRES  
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

#### **Portaria PMI/DGP N° 363/2013**

PORTARIA PMI/DGP N° 363, de 06 de junho de 2013.  
Dispõe sobre a concessão de licença sem vencimentos e, dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais e com base na Lei nº 2.141, de 14 de maio de 2001,

Considerando ainda, o Processo Administrativo nº 5872, de 10 de maio de 2013.

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Conceder ao servidor LUIZ ANTÔNIO DE ABREU, inscrito no CPF sob o n.º 005.804.409-40, Professor II - 20h, matrícula n.º 5371, LICENÇA SEM VENCIMENTOS, pelo prazo de 1 (um) ano, a partir de 23 de maio de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a 23 de maio de 2013, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 06 de junho de 2013.  
ZELI PIRES  
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.  
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ANDREZA BARCELOS CARVALHO  
Gerente de Gestão de Pessoas

#### **Portaria PMI/DGP N° 364/2013**

PORTARIA PMI/DGP N° 364, de 06 de junho de 2013.  
Dispõe sobre a concessão de licença sem vencimentos e, dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais e com base na Lei nº 2.141, de 14 de maio de 2001,

Considerando ainda, o Processo Administrativo nº 2024, de 07 de março de 2013.

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Conceder ao servidor ODAIR CÂNDIDO TOMÉ, inscrito no CPF sob o n.º 020.328.829-73, Motorista, matrícula n.º 5176, LICENÇA SEM VENCIMENTOS, pelo prazo de 1 (um) ano, a partir de 01 de abril de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a 01 de abril de 2013, ficando

revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 06 de junho de 2013.  
ZELI PIRES  
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.  
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ANDREZA BARCELOS CARVALHO  
Gerente de Gestão de Pessoas

#### **Portaria PMI/DGP N° 365/2013**

PORTARIA PMI/DGP N° 365, de 06 de junho de 2013.  
Dispõe sobre a concessão de licença sem vencimentos e, dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais e com base na Lei nº 2.141, de 14 de maio de 2001,

Considerando ainda, o Processo Administrativo nº 5959, de 13 de maio de 2013.

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Conceder ao servidor ANDRÉ TOMÉ IGREJA, inscrito no CPF sob o n.º 033.742.569-88, Professor II - 40h, matrícula n.º 5187, LICENÇA SEM VENCIMENTOS, pelo prazo de 1 (um) ano, a partir de 27 de maio de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a 27 de maio de 2013, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 06 de junho de 2013.  
ZELI PIRES  
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.  
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ANDREZA BARCELOS CARVALHO  
Gerente de Gestão de Pessoas

#### **Portaria PMI/DGP N° 366/2013**

PORTARIA PMI/DGP N° 366, de 06 de junho de 2013.  
Dispõe sobre a concessão de licença sem vencimentos e, dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais e com base na Lei nº 2.141, de 14 de maio de 2001,

Considerando ainda, o Processo Administrativo nº 6269, de 16 de maio de 2013.

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Conceder a servidora CELIANE ELIZA DA SILVA, inscrita no CPF sob o n.º 507.070.609-82, Professora III - 20h, matrícula n.º 79, LICENÇA SEM VENCIMENTOS, pelo prazo de 1 (um) ano, a partir de 21 de maio de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a 21 de maio de 2013, ficando revogadas as disposições em contrário.



Imbituba, 06 de junho de 2013.  
ZELI PIRES  
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.  
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ANDREZA BARCELOS CARVALHO  
Gerente de Gestão de Pessoas

#### Portaria PMI/DGP N° 367/2013

PORTARIA PMI/DGP N° 367, de 06 de junho de 2013.  
Dispõe sobre a Demissão de Agente Comunitário de Saúde - PACS, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, e o artigo 37, II, da CR/88,

#### RESOLVE:

Art.1º Demitir a pedido, a abaixo relacionada, admitida em 03 de agosto de 2011, através do Processo Seletivo Público Edital - 02/2009, para exercer o cargo/função conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Demissão
Bruna Gonçalves da Silva	Agente Comunitário de Saúde - PACS	075.616.849-08	01/06/2013

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de junho de 2013, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba SC, 06 de junho de 2013.  
ZELI PIRES  
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.  
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ANDREZA BARCELOS CARVALHO  
Gerente de Gestão de Pessoas

#### Portaria PMI/DGP N° 368/2013

PORTARIA PMI/DGP N° 368, de 06 de junho de 2013.  
Dispõe sobre a Demissão de Professora, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, e o artigo 37, II, da CR/88,

#### RESOLVE:

Art.1º Demitir a pedido, a abaixo relacionada, admitida em 14 de fevereiro de 2013, através do Processo Seletivo Simplificado Edital - 04/2012, para exercer o cargo/função conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Demissão
Andréa da Silva Fernandes	Professora II - 20h	776.148.799-53	01/06/2013

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de junho de 2013, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba SC, 06 de junho de 2013.  
ZELI PIRES  
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.  
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ANDREZA BARCELOS CARVALHO  
Gerente de Gestão de Pessoas

#### Portaria PMI/DGP N° 369/2013

PORTARIA PMI/DGP N° 369, de 06 de junho de 2013.  
Dispõe sobre a Demissão de Instrutora - PETI, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, e o artigo 37, II, da CR/88,

#### RESOLVE:

Art.1º Demitir a pedido, a abaixo relacionada, admitida em 09 de junho de 2009, através do Processo Seletivo Público Edital - 01/2009, para exercer o cargo/função conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Demissão
Alessandra Aparecida dos Santos	Instrutora (Teatro) - PETI	047.886.909-69	03/06/2013

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 03 de junho de 2013, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba SC, 06 de junho de 2013.  
ZELI PIRES  
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.  
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ANDREZA BARCELOS CARVALHO  
Gerente de Gestão de Pessoas

#### Publicação de Extrato de Dispensa N° 02/2013 (Seash)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
SEDESTH  
PROCESSO N° 10/2012  
DISPENSA N° 02/2012

Objeto: Locação de um imóvel visando atender às atividades administrativas da Secretaria de Assistência Social e Habitação - SEASH, através do Centro de Referência da Assistência Social - CRAS.  
Locador: Vera Lucia Valdomiro Medeiros Thiesen.  
Valor Mensal: R\$ 900,00 Prazo: 07 meses  
Valor Total: 6.300,00  
Fundamento: Artigo 24, X da Lei 8.666/93, e suas alterações.

Imbituba, 10 de junho de 2012.  
JAISON CARDOSO DE SOUZA  
Prefeito Municipal

**Extrato: FUNREBOM 2013/02 A00**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: FUNREBOM 2013/02 A00

Contratada: S.O.S SUL RESGATE - COMÉRCIO E SERVIÇOS DE SEGURANÇA E SINALIZAÇÃO LTDA

C.N.P.J: 03.928.511/0001-66

Objeto: EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA PARA O QUARTEL DO CORPO DE BOMBEIROS DE IMBITUBA.

Valor: R\$ 6.486,00 Prazo: 31/12/2013

Fundamento: Processo nº. 2/2013 Dispensa 1/2013

Imbituba, 04 de junho de 2013.

RAFAEL FORTUNATO CAMILO

Comandante da 2° / 8 bbM

Contratante

S.O.S SUL RESGATE - COMÉRCIO E SERVIÇOS DE SEGURANÇA LTDA

Representante Legal

Contratada

**Extrato: PMI Seduc 2010/83 A03**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SEDUC 2010/83 A03

Contratada: JN CORRETORA DE SEGUROS

C.N.P.J: 01.872.170/0001-29

Objeto: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO CONTRATO ORIGINAL ATÉ 31/12/2013, BEM COMO A INCLUSÃO DO VEÍCULO PLACA MLE 8562, (ÔNIBUS VOLARE 0KM, CHASSI N93PB58MDC45990 ANO 2013).

Valor: R\$ 12.471,20 Prazo: 31/12/2013

Fundamento: Processo nº. 80/2010 Dispensa 18/2010

Imbituba, 28 de dezembro de 2012.

VALMIRA SEBOLD BRANCO

Secretária Municipal de Educação

Contratante

JN CORRETORA DE SEGUROS

Representante Legal

Contratada

**Extrato: PMI Seduc 2012/33 A01**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SEDUC 2012/33 A01

Contratada: JEDSON DE MORAES ME

C.N.P.J: 08.415.380/0001-37

Objeto: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO CONTRATO ORIGINAL PARA ATÉ 30 DE NOVEMBRO DE 2013

Fundamento: Processo nº. 17/2012 Pregão 16/2012

Imbituba, 28 de dezembro de 2012.

VALMIRA SEBOLD BRANCO

Secretária Municipal de Educação

Contratante

JEDSON DE MORAES ME

Representante Legal

Contratada

**Extrato: PMI SEINFRA 2011/53 A04**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SEINFRA 2011/53 A04

Contratada: SETEP CONSTRUÇÕES S.A

C.N.P.J: 83.665.141/0001-50

Objeto: PRORROGAÇÃO DO CONTRATO ORIGINAL POR 120 (CENTO E VINTE) DIAS, ATÉ 18/06/2013.

Fundamento: Processo nº. 19/2012 Concorrência nº 01/2012

Imbituba, 17 de fevereiro de 2013.

JAISON CARDOSO DE SOUZA

Prefeito Municipal

Contratante

SETEP CONSTRUÇÕES S/A

Representante Legal

Contratada

**Extrato: Seash 2013/06 A00**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: SEASH 2013/06 A00

Contratada: VERA LUCIA VALDOMIRO MEDEIROS THIESEN

C.P.F: 017.424.419-39

Objeto: LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL VISANDO ATENDER ÀS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO - SEASH, ATRAVÉS DO CENTRO DE REFERENCIA DA ASSISTENCIA SOCIAL - CRAS.

Valor: R\$ 6.300,00 Prazo: 31/12/2013

Fundamento: Processo nº. 10/2013 Dispensa 02/2013

Imbituba, 05 de junho de 2013.

SELMA ELIAS WESTPHAL

Secretária Municipal da Assistencia Social e Habitação

Contratante

VERA LUCIA VALDOMIRO MEDEIROS THIESEN

Representante Legal

Contratada

**Extrato: Semusa 2013/35 A00**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: SEMUSA 2013/35 A00

Contratada: TIME TEC CONTROLE DE PONTO/ACESSO LTDA

C.N.P.J: 10.707.063/0001-36

Objeto: CONTROLE DE PONTO ELETRÔNICO BIOMÉTRICO COM IMPRESSÃO DE COMPROVANTE PARA USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

Valor: R\$ 7.983,00 Prazo: 31/12/2013

Fundamento: Processo nº. 20/2013 Dispensa 03/2013

Imbituba, 04 de junho de 2013.

MARIA MARTINS DOS PASSOS SOUZA

Secretária Municipal da Semusa

Contratante

TIME TEC CONTROLE DE PONTO/ACESSO LTDA

Representante Legal

Contratada

## Edital de Audiência Pública N° 002.2013 Sefaz

### EDITAL DE AUDIÊNCIA PÚBLICA N° 002/2013

O Prefeito de Imbituba, com base no Parágrafo único do Artigo 48 da Lei Complementar (LRF) n° 101, de 04 de Maio de 2000, convida toda a sociedade civil e organizada com atuação e sede no Município de Imbituba, bem como demais municípios, para participarem da Audiência Pública que fará realizar no dia 12 de junho de 2013, às 19:00 h, nas dependências da Câmara Municipal de Vereadores, com a finalidade de discutir o Plano Plurianual - PPA quadriênio 2014-2017. O PPA - Plano Plurianual é o documento que define a aplicação dos recursos arrecadados pelo Poder Público Municipal, para os próximos 4 (quatro) anos.

Imbituba, 06 de junho de 2013.  
JAISON CARDOSO DE SOUZA  
Prefeito

### EDITAL DE AUDIÊNCIA PÚBLICA N° 002/2013

O Prefeito de Imbituba, com base no Parágrafo único do Artigo 48 da Lei Complementar (LRF) n° 101, de 04 de Maio de 2000, convida toda a sociedade civil e organizada com atuação e sede no Município de Imbituba, bem como demais municípios, para participarem da Audiência Pública que fará realizar no dia 12 de junho de 2013, às 19:00 h, nas dependências da Câmara Municipal de Vereadores, com a finalidade de discutir o Plano Plurianual - PPA quadriênio 2014-2017. O PPA - Plano Plurianual é o documento que define a aplicação dos recursos arrecadados pelo Poder Público Municipal, para os próximos 4 (quatro) anos.

Imbituba, 06 de junho de 2013.  
JAISON CARDOSO DE SOUZA  
Prefeito

# Iomerê

## PREFEITURA

### Extrato de Inexigibilidade 08/2013

Prefeitura Municipal de Iomerê  
Inexigibilidade de Licitação n° 0008/2013

O Município de Iomerê torna pública a Inexigibilidade de Licitação para contratação de show com Marcelo San.  
Fornecedor: MARCELO REINEHR & CIA LTDA  
Valor: R\$ 12.000,00 (doze mil reais).

Iomerê, 07 de junho de 2013  
LUCIANO PAGANINI  
Prefeito Municipal

### Extrato de Inexigibilidade 09/2013

Prefeitura Municipal de Iomerê  
Inexigibilidade de Licitação n° 0009/2013

O Município de Iomerê torna pública a Inexigibilidade de Licitação para contratação de show com Romulo & Roni.  
Fornecedor: LUIZ FERNANDO SPESSATTO - ME  
Valor: R\$ 2.600,00 (dois mil e seiscentos reais).

Iomerê, 07 de junho de 2013  
LUCIANO PAGANINI  
Prefeito Municipal

### Extrato de Inexigibilidade 10/2013

Prefeitura Municipal de Iomerê  
Inexigibilidade de Licitação n° 0010/2013

O Município de Iomerê torna pública a Inexigibilidade de Licitação para contratação de show com a Família Sartor.  
Fornecedor: ANTONIO SARTOR  
Valor: R\$ 4.300,00 (quatro mil e trezentos reais).

Iomerê, 07 de junho de 2013  
LUCIANO PAGANINI  
Prefeito Municipal

### Contrato Ct13/62

TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE IOMERÊ E A EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA - EPAGRI, OBJETIVANDO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL, DE CONFORMIDADE COM A LEI 8.666/93 E SUAS ALTERAÇÕES SUPERVENIENTES ÀS LICITAÇÕES PÚBLICAS.

CT13/62

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Iomerê, com sede à Rua João Rech, 500 - Centro, CEP: 89558-000, inscrita no CNPJ sob o n° 01.612.744/0001-20, neste ato representado por seu prefeito municipal Luciano Paganini, inscrito no CPF sob o n° 868.603.139-00, e portador da Carteira de Identidade n° 2.249.279 - SSP-SC, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, e de outro lado

CONTRATADA: Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina - Epagri, empresa pública, com personalidade jurídica de direito privado, sob forma de sociedade por ações, constituída nos termos do inciso II do Art. 152 da Lei Complementar n° 284/2005, neste ato representada em consonância ao Art. 38, inc. III e parágrafo Único, do Estatuto Social da Epagri, por Jonatan Galio, CPF n° 021.656.389-50, RG n° 3.155.241 - SSP/SC, Gerente Regional da Epagri de Videira, CNPJ n° 83.052.191/0005-96, com endereço aruá João Zardo, 1660, CEP 89560-000, Videira - SC, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, Resolvem de comum acordo, celebrar o presente Contrato de Prestação de Serviços, de conformidade com a Lei Federal 8.666/93 e suas alterações supervenientes às Licitações e Contratos da Administração Pública, cumprindo as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO FUNDAMENTO LEGAL, ORIGEM E DOTAÇÃO**

O presente instrumento está fundamentado na Lei 8.666/93, arts. 1º, 25, "caput"; 54 e 55; apresentando origem na negociação entre a CONTRATANTE, e encaminhamento deste instrumento pela Gerência Regional da Epagri de Videira, unidade da CONTRATADA e tem como dotação orçamentária os seguintes códigos:

Órgão 05.00 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Unidade 05-01 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Funcional 20.606.0015.2041 - Manutenção da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente

Elemento 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas

Fonte Recursos Próprios

Reduzido 62

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO**

O presente instrumento de contrato tem como objetivo a prestação de serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural pela CONTRATADA para a CONTRATANTE, contendo as ações descritas no Plano anual de trabalho - PAT.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

I - São obrigações da CONTRATADA:

1. Disponibilizar pessoal técnico especializado em assessoramento



**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

para elaboração, acompanhamento, execução e avaliação do Plano anual de trabalho - PAT;

2. Viabilizar as instalações físicas necessárias para a execução dos trabalhos descritos no Plano Anual de trabalho - PAT, nos Centros de Treinamento e Estações Experimentais;

3. Disponibilizar material técnico e de apoio necessários à prestação dos serviços previstos no Plano anual de trabalho - PAT;

4. Fornecer cursos de capacitação técnica aos profissionais que atuam no Município CONTRATANTE;

5. Acompanhar, orientar e assessorar na prestação dos trabalhos referentes ao Plano anual de trabalho - PAT no Município CONTRATANTE;

6. Implementar os trabalhos de interesse do CONTRATANTE e os que lhe couberem no Plano anual de trabalho - PAT;

7. Participar de reuniões quando solicitadas pelo CONTRATANTE;

8. Responsabilizar-se pela execução dos Programas da Secretaria de Estado da Agricultura e Desenvolvimento Rural e demais programas institucionais do governo federal em que tenha tal atribuição, no nível Municipal.

## II - São obrigações do CONTRATANTE:

1. Repassar para CONTRATADA o valor ajustado na conformidade da Cláusula Quinta, referente a prestação dos serviços objeto do presente instrumento de contrato,

2. Permitir o acesso dos técnicos da CONTRATADA às áreas e locais onde serão prestados os serviços;

3. Promover a participação dos seus técnicos nos cursos ministrados pela CONTRATADA;

4. Supervisionar e acompanhar a prestação dos serviços, e

5. Proceder à avaliação dos serviços prestados e emitir relatório com os resultados obtidos.

## CLÁUSULA QUARTA - PRAZO DOS SERVIÇOS

Para execução dos serviços, o prazo estipulado terá início em 02 de maio até 31 de dezembro de 2013, facultando a continuidade da prestação dos serviços por acordo e interesse das partes, prorrogando-se o contrato mediante termo aditivo com previsão na Lei Municipal e aplicação do disposto do artigo 57 e inciso da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações supervenientes às licitações e Contratos da Administração Pública.

## CLÁUSULA QUINTA - DO VALOR

O CONTRATANTE pagará para a CONTRATADA pelos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural prestados, o valor global de R\$ 22.000,00 (vinte e dois mil reais), divididos em 07 (sete) parcelas, repassadas no período de vigência desse contrato, conforme cronograma abaixo:

Parcela	Valor R\$	ISS a reter (2%)	IR a reter (1,5%)	Valor líquido	Vcto
1	3.142,90	62,85	47,14	3.032,91	10/06/2013
2	3.142,85	62,85	47,14	3.032,86	10/07/2013
3	3.142,85	62,85	47,14	3.032,86	10/08/2013
4	3.142,85	62,85	47,14	3.032,86	10/09/2013
5	3.142,85	62,85	47,14	3.032,86	10/10/2013
6	3.142,85	62,85	47,14	3.032,86	10/11/2013
7	3.142,85	62,85	47,14	3.032,86	10/12/2013

Parágrafo Único: Dos valores acima especificados serão descontados o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), conforme item 17.1 Lei Municipal que regulamente este tributo, bem como o Imposto de Renda - Pessoa Jurídica, conforme legislação federal competente.

## CLÁUSULA SEXTA - DA FORMA DE PAGAMENTO

O valor mensal acima mencionado será repassado pelo CONTRATANTE/Município para a Epagri, mediante emissão de boleto bancário. O vencimento dos boletos será conforme acordado nesse instrumento jurídico. A quitação do pagamento será dada pela CONTRATADA imediatamente após o recebimento de cada parcela.

Parágrafo Primeiro: A nota fiscal deverá ser emitida até o ÚLTIMO dia útil de cada mês da prestação do serviço.

## CLÁUSULA SETIMA - DAS DESPESAS CONTRATUAIS

As despesas decorrentes das obrigações trabalhistas relativas à prestação dos serviços Assistência Técnica e Extensão Rural, objeto do instrumento ora ajustado correrá por conta da CONTRATADA.

## CLÁUSULA OITAVA - DA ISENÇÃO DE RESPONSABILIDADE

A Epagri prestará os serviços como forma de consultoria e orientação e, neste sentido, não poderá ser responsabilizada por prejuízos econômicos ou patrimoniais que os agricultores consulentes possam ser vítimas, dada a impossibilidade de previsão dos riscos da atividade agropecuária e pesqueira.

Parágrafo Único: A Epagri se isenta de responsabilidade também nos casos de negativa de financiamento agropecuário sejam quais forem os motivos que deram causa a esta.

## CLÁUSULA NONA - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

Nenhuma alteração contratual será efetuada sem a autorização das partes, cabendo modificar, adicionar, retificar ou excluir termos deste instrumento, desde que em consonância com os objetivos estabelecidos, mediante termo aditivo competente e de conformidade com a legislação vigente.

## CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO

Este instrumento poderá ser rescindido a qualquer tempo, mediante comunicação por escrito com prazo mínimo de 30 (trinta) dias de antecedência, ou por qualquer das partes caso ocorra descumprimento de cláusula ou condição na execução do presente contrato cabendo multa pela parte que der motivo o equivalente a 1 (uma) parcela do valor contratado.

## CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES

Pela inadimplência de quaisquer das parcelas, o CONTRATADO estará sujeito as penalidades previstas no Estatuto das Licitações Públicas, Lei 8.666/93.

Parágrafo Único: Pelo descumprimento do pagamento de quaisquer das parcelas discriminadas na Cláusula Quinta ajustada neste instrumento, a CONTRATADA inviabilizará a emissão da CND - Certidão Negativa de Débito, até que a situação de inadimplência seja restabelecida.

## CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA- DO FORO E PUBLICAÇÃO

Fica eleito o foro da Comarca de Florianópolis, independente de qualquer outro por mais privilegiado que seja para dirimir as questões decorrentes da execução do presente Contrato.

Parágrafo Único: A publicação resumida do presente instrumento na imprensa oficial, condição indispensável para sua eficácia, caberá à Prefeitura Municipal de Iomerê, sendo realizado de conformidade com o que disciplina o art.61, parágrafo único, da Lei Federal nº 8.666/93.

E, por estarem de acordo, assinam este instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo qualificadas.

Iomerê, 24 de maio de 2013.

CONTRATANTE

LUCIANO PAGANINI

Prefeito Municipal

CONTRATADO

JONATAN GALIO

Gerente Regional - EPAGRI

Testemunhas:

NOME: MARLI BEAL CENTOFANTI

CPF 423.288.029-15

NOME: CLAUDEMIR AGOSTINI

CPF: 526.330.989-91

PAULA PASQUAL

OAB/SC 16164



**Contrato Ct13fms/12**

CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICIPIO DE IOMERÊ E O SR. VILMAR PELLE

CT13FMS/12

O MUNICIPIO DE IOMERÊ, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Av. Pedro Penso, s/n, no município de Iomerê - SC, inscrito no CNPJ sob nº 10.423.190/0001-03, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. Luciano Paganini, doravante denominado CONTRATANTE e, de outro o Sr. Vilmar Pelle, pessoa física, inscrito no CPF nº 844.870.389-87 e RG nº 2.404.075 - SSP/SC, residente na cidade de Iomerê, doravante denominada CONTRATADO, celebram entre si o presente contrato, que se regerá pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, mediante as seguintes cláusulas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1 O objeto do presente contrato é a locação de um imóvel, situado na Av. Pedro Penso, 655, Sala B, Centro - Iomerê.

1.2 O imóvel poderá ser utilizado pelo CONTRATANTE, conforme sua conveniência, desde que utilizada exclusivamente para as necessidades da CONTRATANTE.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PAGAMENTO E REVISÃO**

2.1 O valor total do presente contrato é de R\$ 5.600,00 (cinco mil e seiscentos reais), sendo pagos em 07 (sete) parcelas no valor de 800,00 (oitocentos reais), sendo pago até o final da primeira quinzena do mês subsequente.

Parágrafo Único: o valor do presente contrato poderá ser reajustado pelo índice do INPC, havendo prorrogação.

**CLÁUSULA TERCEIRA: DO PRAZO**

3.1 O presente contrato terá vigência a partir de sua assinatura, surtindo seus efeitos a partir de 03 de junho de 2013 com término previsto para 31 de dezembro de 2013, podendo ser prorrogado, havendo interesse de ambas as partes.

**CLÁUSULA QUARTA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

4.1 As despesas decorrentes deste contrato correrão a conta do orçamento de 2013.

**CLÁUSULA QUINTA: DAS OBRIGAÇÕES DO LOCATÁRIO**

5.1 O locatário se compromete a manter o imóvel em boas condições de higiene e conservação, zelando pelas instalações hidráulicas e elétricas, devendo restituir o imóvel nas condições em que recebeu, ressalvadas as deteriorações decorrentes do uso normal e causadas pela ação do tempo.

**CLÁUSULA SEXTA:**

6.1 O locatário obriga-se a fazer, as suas expensas, as reparações de eventuais danos que virá a causar ao imóvel.

**CLÁUSULA SÉTIMA**

7.1 O contratante poderá exercer a fiscalização sobre o imóvel, sempre que julgar necessário.

**CLÁUSULA OITAVA**

8.1 O presente contrato poderá ser rescindido, independentemente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8.666/93 mediante notificação com antecedência mínima de 30 dias.

**CLÁUSULA NONA**

9.1 Fica estipulado o compromisso por parte do locador em dar

preferência de relocação do imóvel objeto deste contrato, caso haja interesse do locatário.

**CLÁUSULA DÉCIMA**

10.1 Fica eleito o foro da Comarca de Videira para dirimir quaisquer questões originárias do presente contrato.

Assim ajustados e contratados, firmam o presente em três vias de igual teor na presença de duas testemunhas.

Iomerê, SC 27 de maio de 2013

CONTRATANTE

CONTRATADO

**TESTEMUNHAS:**

Nome:

Nome:

CPF:

CPF:

PAULA PASQUAL

OAB/SC 16164

**Contrato Ctact13/77**

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO CTACT13/77

Pelo presente instrumento particular, de um lado o MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa à Rua João Rech, 500, nesta cidade, inscrito no CNPJ sob o nº 01.612.744/0001-20, representado pelo prefeito municipal, Luciano Paganini, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE; e de outro lado, MONICA LOPES SCHNEIDER, brasileira, inscrita no CPF sob nº 949.613.289-87 e RG 2.971.349 residente na Rua Bulcão Viana, nº 579, Bairro Floresta - Videira, SC, doravante denominado simplesmente de CONTRATADA, ajustam e contratam a prestação de serviços, que se regerá pelo disposto neste contrato e pelas normas e princípios aplicáveis de direito comum e de direito administrativo pertinentes, especialmente pela Lei nº 0061, de 17 de setembro de 1997.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1 - O objeto do presente contrato é a prestação de serviços de Professora de Geografia - comprometendo-se a CONTRATADA a desempenhar com zelo, dedicação e assiduidade as atividades e tarefas pertinentes à sua função, segundo as necessidades da CONTRATANTE.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DA LOTAÇÃO**

2.1 - A CONTRATADA prestará seus serviços junto à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, no Centro Educacional Municipal de Iomerê.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO HORÁRIO DE TRABALHO**

3.1 - A carga horária da CONTRATADA será de 20 (vinte) horas semanais, de segunda a sextas feiras.

**CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR E FORMA DE PAGAMENTO**

4.1 - A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, pelos serviços desempenhados, o valor previsto na Lei nº 320/05, que dispõe sobre o Plano de Cargos e Salários dos Servidores do Município de Iomerê, equivalente a 1,70 (um vírgula setenta) salários mínimos municipal.

**CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA**

5.1 - O presente contrato passa a vigorar a partir de sua assinatura, iniciando-se em 03 de junho de 2013 e tendo seu término previsto para 20 de dezembro de 2013.

**CLÁUSULA SEXTA - DA RESCISÃO CONTRATUAL**

6.1 - Fica assegurado ao CONTRATANTE o direito de rescindir o



presente contrato, mesmo durante o período de sua vigência, se a CONTRATADA não cumprir com as obrigações fixadas neste contrato, bastante apenas a notificação com no mínimo 10 (dez) dias de antecedência, ficando a CONTRATANTE desobrigada de qualquer pagamento ou indenização à CONTRATADA pelo tempo que restar para a expiração do prazo previsto na cláusula quinta.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DO VÍNCULO

7.1 - Os serviços prestados, objeto do presente contrato, pela CONTRATADA, não geram nenhum vínculo de trabalho subordinado de regência trabalhista ou administrativa.

#### CLÁUSULA OITAVA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1 - As despesas decorrentes deste contrato correrão à conta de dotação própria do orçamento vigente.

#### CLÁUSULA NONA - DO FORO

9.1 - Fica eleito o foro da Comarca de Videira para dirimir quaisquer questões originárias deste contrato.

Assim ajustadas e contratadas, firmam o presente instrumento, com duas testemunhas, em três vias de igual teor e forma.

Ipumirim, 29 de maio de 2013.

LUCIANO PAGANINI  
CONTRATANTE

MONICA LOPES SCHNEIDER  
CONTRATADA

Testemunhas:

Nome:	Nome:
CPF:	CPF:

PAULA PASQUAL  
Assessor Jurídico  
OAB/SC 16164

Ipumirim

PREFEITURA

#### Decreto N° 1988

DECRETO N°. 1988, de 06 de junho de 2013.  
Convoca a VII Conferência Municipal de Assistência Social.

O Prefeito Municipal de Ipumirim, em conjunto com a Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social, no uso de suas atribuições e, considerando a necessidade de avaliar e propor diretrizes para a implementação da Política de Assistência Social no Município,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica convocada a VII Conferência Municipal de Assistência Social, a ser realizada no dia 03 de julho de 2013, tendo como tema central: "A Gestão e o Financiamento na efetivação do SUAS".

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, correrão por conta de dotação própria do orçamento do órgão gestor municipal de assistência social.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Ipumirim/SC, 06 de Junho de 2013.

VOLNEI ANTONIO SCHMIDT  
Prefeito

MELANIA L. S. FRÂNCIO  
Presidente do CMAS

#### Processo de Licitação N° 34/2013, Inexigibilidade de Licitação N° 2/2013

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Estado de Santa Catarina

EDITAL DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 2/2013

PROCESSO DE LICITAÇÃO N° 34/2013

VOLNEI ANTONIO SCHMIDT - PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO torna público para conhecimento dos interessados que está realizando INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, na forma da Lei nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, tendo por fundamento legal o inciso caput, cujo objeto é Contratação de empresa credenciada através do Edital de Chamamento Público nº 03/2013, para a realização de inseminação artificial em bovinos. Esclarecimentos e informações, poderão ser obtidos junto a Secretaria de Administração e Finanças, no prédio da Prefeitura Municipal, cidade e município de Ipumirim - SC, telefone (0XX49) 3438-1111, das 08:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas em dias considerados úteis, mediante requerimento específico.

Ipumirim - SC, 07/06/2013  
VOLNEI ANTONIO SCHMIDT  
Prefeito Municipal EM EXERCÍCIO

#### Processo de Licitação N° 35/2013, Inexigibilidade de Licitação N° 3/2013

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Estado de Santa Catarina

EDITAL DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 3/2013

PROCESSO DE LICITAÇÃO N° 35/2013

VOLNEI ANTONIO SCHMIDT - PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO torna público para conhecimento dos interessados que está realizando INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, na forma da Lei nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, tendo por fundamento legal o inciso caput, cujo objeto é Contratação de empresa credenciada através do Edital de Chamamento Público nº 03/2013, para a realização de inseminação artificial em bovinos.. Esclarecimentos e informações, poderão ser obtidos junto a Secretaria de Administração e Finanças, no prédio da Prefeitura Municipal, cidade e município de Ipumirim - SC, telefone (0XX49) 3438-1111, das 08:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas em dias considerados úteis, mediante requerimento específico.

Ipumirim - SC, 07/06/2013  
VOLNEI ANTONIO SCHMIDT  
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

**PEGAS**   
Programa de Excelência na Gestão da Assistência Social

**Termo de Homologação do PL 34, II 2-2013**

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM</b>  CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	<b>INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO</b> <b>Nr.: 2/2013 - IL</b>
	Processo Administrativo:
	Processo de Licitação: 34/2013 Data do Processo: 07/06/2013

Folha: 1/1

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O(a) Prefeito Municipal Em Exercício, VOLNEI ANTONIO SCHMIDT, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a ) Processo Nr.: 34/2013  
b ) Licitação Nr.: 2/2013-IL  
c ) Modalidade: Inexigibilidade de Licitação  
d ) Data Homologação: 07/06/2013  
e ) Objeto da Licitação Contratação de empresa credenciada através do Edital de Chamamento Publico nº 03/2013, para a realização de inseminação artificial em bovinos.

(em Reais R\$)

f ) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação) Unid. Quantidade Descto (%) Preço Unitário Total do Item

**FERTIMAX INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL LTDA (9531)**

1	Inseminação Artificial de Bovinos	UN	1,00	0,0000	10,00	10,00
<b>Total do Fornecedor:</b>						<b>10,00</b>
<b>Total Geral:</b>						<b>10,00</b>

Ipumirim, 7 de Junho de 2013.

-----  
VOLNEI ANTONIO SCHMIDT  
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

**Termo de Homologação do PL 35, II 3-2013**

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM</b>	<b>INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO</b> <b>Nr.: 3/2013 - IL</b>
<b>CNPJ:</b> 82.814.575/0001-02 <b>AV. DOM PEDRO II, 230</b> <b>C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC</b>	<b>Processo Administrativo:</b> <b>Processo de Licitação:</b> 35/2013 <b>Data do Processo:</b> 07/06/2013
	Folha: 1/1

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O(a) Prefeito Municipal Em Exercício, VOLNEI ANTONIO SCHMIDT, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a ) Processo Nr.: 35/2013
- b ) Licitação Nr.: 3/2013-IL
- c ) Modalidade: Inexigibilidade de Licitação
- d ) Data Homologação: 07/06/2013
- e ) Objeto da Licitação Contratação de empresa credenciada através do Edital de Chamamento Publico nº 03/2013, para a realização de inseminação artificial em bovinos.

(em Reais R\$)

f ) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação) Unid. Quantidade Descto (%) Preço Unitário Total do Item

**OZERCINDO DE ALMEIDA LINS (8693)**

1	Inseminação Artificial de Bovinos	UN	1,00	0,0000	10,00	10,00
<b>Total do Fornecedor:</b>						<b>10,00</b>
<b>Total Geral:</b>						<b>10,00</b>

Ipumirim, 7 de Junho de 2013.

-----  
VOLNEI ANTONIO SCHMIDT  
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO



**Extrato de Contrato N° 41/2013/PM**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Publicação do extrato contratual nos termos do § Único do art. 61 da Lei 8.666/93.

Contrato Administrativo Público N° 41/2013

Processo licitatório: Edital de Licitação da Modalidade de DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 13/2013, Processo de Licitação n° 32/2013, homologado em 05 de junho de 2013.

Objeto: aquisição de peças e serviço retifica para conserto motor Retroescavadeira JCB-214E, destinada às atividades do DMER.

Valor: R\$ 6.406,00 (Seis Mil Quatrocentos e Seis Reais)

Assinatura: 06/06/2013 Vigência: 06/06/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

Contratado: RAMPAZZO AUTO PECAS LTDA, situada na RUA ORSTES FARINA, 132, Bairro CENTRO, cidade de CONCORDIA-SC, inscrita no CNPJ/MF sob o n° 82.813.445/0001-55.

**Irineópolis**

**PREFEITURA**

**Extrato Portaria 210/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS  
PORTARIA NR. 210/2013  
NOMEIA COMISSÃO PARA FINS QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o I, do artigo 8 e inciso VII do artigo 65 da Lei Orgânica do Município, e amparado no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n.º 007/2001 de 15/10/2001,

**R E S O L V E :**

Art. 1.º - Constituir Comissão Especial para estudar padronização dos óleos lubrificantes a serem utilizados pelos veículos, máquinas e equipamentos de propriedade do Município, os quais serão adquiridos pela Administração Pública Municipal, através de Procedimento Licitatório, de acordo com o inciso I, do artigo 15, da Lei nº 8.666/93.

Art. 2.º - Designar como membros da Comissão:

Virlei da Silva, na qualidade de Presidente  
Silvano de Jesus da Cruz, na qualidade de Secretário  
João Paulo Hacker  
Valdir Chaves  
Acir Alves Vieira.

Art. 3.º - O prazo para a conclusão dos trabalhos é de 45 (quarenta e cinco) dias, a contar da publicação desta Portaria.

Art. 3.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 06 de junho de 2013.  
JULIANO POZZI PEREIRA  
Prefeito Municipal

**Portaria N ° 204/2013.**

NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO RESPONSÁVEL POR TESTE SELETIVO PARA CONTRAÇÃO TEMPORÁRIA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão Juliano Pozzi Pereira, usando da competência e atribuições que lhe são conferidas pelo item VII, do artigo 65 da Lei Orgânica e no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n ° 007/2001 de 15/10/2001,

**RESOLVE:**

Art 1º - NOMEAR, os membros a seguir relacionados, para acompanharem e coordenarem todas as etapas Relativas ao Teste Seletivo 001/2013 para Contratação Temporária da Prefeitura Municipal de Irineópolis:

I. Amilton de Souza

II. Igor Daniel dos Santos

III. Ivete Cardoso Fronczak

Art 2º - Os membros ora designados são responsáveis pelo acompanhamento e supervisão de todos os atos relativos ao Teste Seletivo para Contratação Temporária da Prefeitura Municipal de Irineópolis.

Art 3º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Irineópolis (SC), 03 de junho de 2013

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

**Portaria N °. 207/2013**

PORTARIA N °. 207/2013.

"CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA A SERVIDORA EFETIVA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito Municipal de Irineópolis em Exercício, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência e atribuições que lhe são conferidas pelo item VII, do artigo 65 da Lei Orgânica e no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n ° 007/2001 de 15/10/2001, consoante o disposto no art. 112 da LC 01/97, de 30/12/1997,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família, a servidora efetiva ROSILDA FERREIRA DE SOUZA, a contar da data de 03/06/2013, pelo período que se fizer necessário, respeitados os prazos e condições previstos na LC 01/97 de 30/12/1997.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 03/06//2013.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 04 de junho de 2013.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

**Portaria N.º 208/2013**

PORTARIA N.º 208/2013

CONTRATA SERVIDORA POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere os itens VII e IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n.º 007/2001 de 15/10/ e, amparado no que dispõe o Art. 2º, inciso IV e § 1º da Lei Complementar n.º 064/2013, de 26/02/2013,

**RESOLVE:**

Art 1º - CONTRATAR, MARIA ROSE CARVALHO KRACINSKI, nascida em 18/04/1963, portadora do CPF n.º 025.025.799-88, RG. n.º 2.313.197, SSP/SC, para exercer as atividades de Auxiliar de Serviços Gerais (44 h/sem), conforme aprovação em Teste Seletivo, Edital n.º 003/2011, homologado em 01/11/2011 e Contrato de Trabalho Temporário n.º 008/2013, para atuar em substituição a servidora efetiva Rosilda Ferreira de Souza, em Licença por motivo de doença em pessoa da família, pelo período que durar o afastamento da servidora.

Art 2º - Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art 3º - Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 04 de junho de 2013.  
JULIANO POZZI PEREIRA  
Prefeito Municipal.

**Portaria N.º 209/2013**

PORTARIA N.º 209/2013.

DELEGA COMPETÊNCIA PARA A DIREÇÃO DE VEÍCULO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão Juliano Pozzi Pereira, usando da competência que lhe confere o item VII, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal, e amparado no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n.º 007/2001 de 15/10/2001,

**RESOLVE:**

Art 1º - DELEGAR a FERMIANO COELHO NETO, servidor no exercício das funções de Professor responsável por Projetos ACT (40h/sem), portador da CNH Registro n.º 01699696252, categoria C, competência para dirigir os veículos de uso e propriedade da Municipalidade, quando no desempenho de suas atividades.

Art 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 06 de junho de 2013.  
JULIANO POZZI PEREIRA  
Prefeito Municipal.

**Extrato Processo Licitatório 34/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 34/2013

PREGÃO PRESENCIAL N.º 17/2013

O Município de Irineópolis, torna público para conhecimento dos interessados que realizará no dia 21 de junho de 2013, às 09:00 horas, Processo Licitatório na Modalidade Pregão Presencial, com critério de adjudicação Menor Preço por item de acordo com a Lei n.º 10.520/02, visando a Aquisição de materiais didáticos para as Escolas da Rede Municipal para o ensino fundamental e ensino infantil, com entre parcelada. O Edital de Licitação encontra-se a disposição dos interessados, no Departamento de Compras e Licitações, no horário das 08:30 às 11:30 e das 13:00 as 17:00, sita a Rua Paraná, n.º 200, Centro - Irineópolis - SC, Fone (47) 3625-1111/ 3625-1144 e no site [www.irineopolis.sc.gov.br](http://www.irineopolis.sc.gov.br).

Irineópolis, 06 de junho de 2013.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal

**Processo Licitatório N.º 08/2013 - FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRINEÓPOLIS

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 08/2013

PREGÃO PRESENCIAL N.º 04/2013

O Município de Irineópolis, torna público para conhecimento dos interessados que realizará no dia 24 de junho de 2013, às 09:00 horas, Processo Licitatório na Modalidade Pregão Presencial, com critério de adjudicação Menor Preço por item de acordo com a Lei n.º 10.520/02, visando a aquisição de equipamentos antropométricos e balanças para a unidade sanitária, com entrega parcelada. O Edital de Licitação encontra-se a disposição dos interessados, no Departamento de Compras e Licitações, no horário das 08:00 às 11:30, sita a Rua Paraná, n.º 200, Centro - Irineópolis - SC, Fone (47) 3625-1111/ 3625-1144 e no site [www.irineopolis.sc.gov.br](http://www.irineopolis.sc.gov.br).

Irineópolis, 07 de junho de 2013.

GISELI KEMPINSKI

Gestora do Fundo Municipal de Saúde

**Teste Seletivo Para Contratação Temporária**

Prefeitura Municipal de Irineópolis

O Município de Irineópolis, através do Excelentíssimo Prefeito Municipal Senhor Juliano Pozzi Pereira, torna público que se encontram abertas de 10/06/2013 a 12/06/2013 as inscrições para o Teste Seletivo Simplificado para Contratação Temporária de Profissionais, para o exercício de 2013/2014.

**DO PROCESSO SELETIVO****1. DO OBJETO:**

1.1. Compreende o Processo Seletivo a inscrição e a análise de Currículo, para fins de seleção de professores com formação em educação física, para fins de ministrara aulas de Karatê bem com elaborar e coordenar apresentações e competições.

**2. DAS INSCRIÇÕES:**

2.1. As inscrições serão realizadas na Sala de Recursos Humanos, na Prefeitura Municipal, sita a Rua Paraná n.º 200, Centro, no horário de 08h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min, no período de 10 de junho de 2013 a 12 de junho de 2013.

2.2. Para participação do Processo Seletivo o candidato deverá ser brasileiro ou gozar das prerrogativas previstas no artigo 12 da Constituição Federal, além de encontrar-se no pleno exercício de seus direitos civis e políticos.

2.3. Idade mínima de 18 anos completos, no ato da inscrição.

2.4. Ficha de inscrição, contendo dados pessoais do candidato, preenchida e entregue no local das inscrições, assinada pelo candidato.

2.5. Possuir habilitação exigida para o cargo e demais qualificações requeridas no processo seletivo quando da contratação;

2.5.1. O Candidato deverá anexar à ficha de inscrição os seguintes documentos:

2.5.2. Prova de identidade; (Fotocópia RG ou Carteira Profissional);

2.5.3. Certidão de nascimento dos filhos fotocópia (para fins de desempate);

2.5.4. Fotocópia Título Eleitoral e comprovante de quitação eleitoral;

2.5.5. CPF (fotocópia);

2.5.6. Fotocópia autenticada de conclusão do Ensino Superior em Educação Física

### 3. DAS VAGAS:

3.1. A vaga a ser preenchida pelo Professor de Educação Física com capacitação em Karatê será em caráter temporário;

### 4. DA HABILITAÇÃO:

4.1. Serão observadas as seguintes habilitações/qualificações:

- Ensino Superior em Educação Física.

- Formação mínima faixa preta primeiro Dan em Karatê, Documentação exigida: Xerox dos certificados de graduação de faixa, e da graduação em Educação Física.

### 5. DO PROCESSO SELETIVO E CLASSIFICAÇÃO:

5.1. O processo seletivo será realizado através da análise de currículo, sendo em caráter classificatório e eliminatório.

5.2. Será automaticamente eliminado aquele que faltar ou deixar de cumprir os horários ou qualquer uma das instruções ou etapas deste processo seletivo.

5.3. Haverá formação de Cadastro Reserva.

5.4. A classificação será feita por meio de somatória de pontos obtidos do presente processo, atendendo ao perfil profissional exigido pelas atividades vinculadas ao cargo.

5.5. Considerar-se-ão os critérios de pontuação, quanto aos seguintes itens:

5.5.1. Currículo - 0 a 10 pontos;

5.6. A etapa referente à entrega do Currículo obedecerá aos seguintes critérios de pontuação:

#### CURRÍCULO VALOR DOS PONTOS

Pós Graduação: 1,0 PONTOS

Mestrado: 1,0 PONTOS

Doutorado: 1,0 PONTOS

Experiência na área (acima de 01 ano): 2,0 PONTOS POR ANO ATÉ 4 PONTOS

Cursos específicos na área acima de 40 horas: 3,0 PONTOS

TOTAL: 10 PONTOS

5.7 a avaliação dos currículos será feita pela comissão do Teste Seletivo.

### 6. DO PEDIDO DE RECURSO:

6.1. É admitido pedido de recurso quanto, ao indeferimento de inscrição.

6.2. O pedido de recurso será levado à Comissão Organizadora do Processo Seletivo, com prazo máximo de 48 horas, observando-se a data da realização ou da publicação Oficial do Município e mural de avisos localizado na Prefeitura Municipal de Irineópolis.

6.3. Será aceito somente um pedido de recurso devidamente protocolado na Prefeitura Municipal de Irineópolis, em original, que deverá conter as informações e fundamentações necessárias a uma reavaliação da Comissão Organizadora do Processo Seletivo.

6.4. O pedido de recurso formulado fora do prazo estipulado será de pronto indeferido, sendo para tanto, considerada a data e a hora do respectivo protocolo.

6.5. Os pedidos de recursos que não estiverem devidamente fundamentados serão imediatamente indeferidos.

### 7. DA DIVULGAÇÃO DA RELAÇÃO DOS PROFISSIONAIS

### SELECIONADOS:

7.1. A Comissão do Processo Seletivo ficará responsável pela divulgação da lista de classificação dos Professores de Educação Física com Capacitação em Karatê.

### 8. DA ATRIBUIÇÃO:

8.1. Ministrará aulas práticas e teóricas de karatê para os alunos da Rede Municipal bem com elaborar e coordenar apresentações e competições com alunos em eventos oficiais da Prefeitura Municipal de Irineópolis.

### 9. DA CHAMADA:

9.1 O preenchimento das vagas dar-se-á, conforme a necessidade da Prefeitura Municipal.

9.2 O não comparecimento do candidato selecionado em 2 dias após convocação resultará na perda da vaga, passando assim ao próximo aprovado na ordem.

### 10. DA CONTRATAÇÃO

10.1 Os aprovados e classificados no Teste Seletivo serão admitidos sob o regime Especial Administrativo em Caráter Temporário, nos termos da Lei Complementar nº 064/2013, vinculadas ao regime geral de Previdência Social.

10.2. No ato da assinatura do contrato o candidato deverá apresentar cópia dos seguintes documentos:

10.2.1. Cédula de Identidade;

10.2.2. Título de Eleitor e Comprovante de última votação;

10.2.3. CPF;

10.2.4. PIS/PASEP e Carteira de Trabalho;

10.2.5. Comprovante de Residência;

10.2.6. Certidão de Nascimento ou Casamento;

10.2.7. Comprovação, através de Diploma ou declaração, da habilitação exigida;

10.2.8. Declaração de não acumulação de cargos públicos;

10.2.9. Declaração de Bens;

10.2.10. Atestado Médico e Psicológico comprovando a boa saúde Física e Mental;

10.2.11. Carteirinha de registro do CREF;

10.3. O candidato selecionado poderá, a qualquer tempo, ter sua inscrição cancelada ou seu contrato rescindido por apresentação de documentos falsos, sendo responsabilizado civil e criminalmente pela ação, tal como não será contratado o candidato que não apresentar todos os documentos exigidos.

10.4. O contrato poderá ser rescindido antes do prazo previsto, desde que o contratado se mostre inabilitado para a prática dos serviços contratados, não correspondendo aos atributos exigidos para o cargo, bem como não obtendo desempenho satisfatório na função a ser exercida, e/ou se não for mais interesse da Administração.

10.5 O candidato contratado terá seus vencimentos correspondente a R\$ 1.543,20 (um mil quinhentos e quararenta e três reais e vinte centavos), de acordo com o que disciplina a Lei Complementar Municipal nº 064/2013.

### 12. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO DE TRABALHO

12.1. A vigência do contrato de trabalho será de 1 ano prorrogável por igual período com carga horária de 40 h/sem.

12.2. A aprovação neste processo seletivo não assegura ao candidato a sua contratação, mas apresenta a expectativa de ser convocado seguindo rigorosa ordem de classificação.

### 13. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS:

13.1. No que tange ao Cadastro de Reserva este constitui somente uma expectativa de direito do candidato selecionado, não obrigando esta Prefeitura à convocação.

13.2. O presente Processo Seletivo terá validade para os exercícios de 2013/2014.

13.3. Os casos não previstos, no que tange à realização do Processo Seletivo, serão resolvidos pela Comissão do Teste Seletivo.

Irineópolis-SC, 04 de junho de 2013.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal

**ANEXO I - EDITAL 001/2013 PMI  
FICHA DE INSCRIÇÃO PARA TESTE SELETIVO 001/2013 PMI**

Nº de inscrição:  
NOME:  
CEDULA DE IDENTIDADE Nº:  
CPF Nº:  
ENDEREÇO:  
CIDADE: ESTADO:  
E-MAIL:  
Nº TELEFONE: Nº TELEFONE CELULAR:

Irineópolis-SC, \_\_/\_\_/\_\_\_\_  
Assinatura do candidato

Comprovante de Inscrição do Teste Seletivo 001/2013 PMI

Recibo Nº:  
Responsavel Pela Inscrição:  
Data: \_\_/\_\_/\_\_\_\_  
Ass Responsavel:

**Itaiópolis****FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAIÓPOLIS****Resultado de Licitação**

Resultado de Licitação  
Processo Licitatório nº 15/2013 - Pregão Eletrônico nº 12/2013.  
Objeto: Registro de preços para aquisição de material odontológico para uso do profissional das equipes de saúde da família - ESF da Secretaria Municipal da Saúde do município de Itaiópolis. Empresa vencedora: Altermed Material Médico Hospitalar Ltda, valor R\$ 428,35; Biológica Comércio de Produtos Hospitalares Ltda, valor R\$ 2.799,28; Dental Med Sul Artigos Odontológicos Ltda, valor R\$ 6.046,70; Eco Farma Comércio de Medicamentos Ltda, valor R\$ 798,96 e Silmes Comércio de Produtos Odontológicos Ltda ME, valor R\$ 423,05. Validade: 28/05/2013.

Itaiópolis, 07/06/2013.  
JUCEMARA SCHMITZ  
Secretária Municipal da Saúde.

**Resultado de Licitação**

Resultado de Licitação  
Processo Licitatório nº 16/2013 - Pregão Eletrônico nº 13/2013.  
Objeto: Registro de preços para aquisição de medicamentos para uso e consumo no Pronto Atendimento da Secretaria Municipal da Saúde do município de Itaiópolis. Empresa vencedora: A.G. Kienen e Cia Ltda, valor R\$ 3.703,98; Altermed Material Médico Hospitalar Ltda, valor R\$ 5.283,00; Marco Farma Distribuidora de Produtos Farmacêuticos Ltda, valor R\$ 4.650,00 e Pontamed Farmacêutica Ltda, valor R\$ 7.192,35. Validade: 28/05/2013.

Itaiópolis, 07/06/2013.  
JUCEMARA SCHMITZ  
Secretária Municipal da Saúde.

**Itapiranga****PREFEITURA****Extrato do Contrato N° 091/2013/RH**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA  
EXTRATO DE CONTRATO - RECURSOS HUMANOS  
EXTRATO DO CONTRATO N° 091/2013/RH  
PARTES: Município de Itapiranga e THAIS BOUFLER.  
ORIGEM: Processo Seletivo nº 06/2012

OBJETO: Contratação de Prestação de serviço temporário em 20 horas semanais, como Professor de Ensino Fundamental e Educação Infantil.

Nível salarial: Piso Nacional do Magistério  
Classe - Referencia: Nenhuma  
VIGÊNCIA: 06/06/2013 até 30/06/2013

Itapiranga - SC.06 de junho de 2013.  
MILTON SIMON  
Prefeito Municipal

**Extrato do Contrato N° 092/2013/RH**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA  
EXTRATO DE CONTRATO - RECURSOS HUMANOS  
EXTRATO DO CONTRATO N° 092/2013/RH  
PARTES: Município de Itapiranga e ALINE BRIZZOLLA DOS SANTOS.  
ORIGEM: Processo Seletivo nº 06/2012

OBJETO: Contratação de Prestação de serviço temporário em 20 horas semanais, como Professor de Ensino Fundamental e Educação Infantil.

Nível salarial: Piso Nacional do Magistério  
Classe - Referencia: Nenhuma  
VIGÊNCIA: 06/06/2013 até 10/07/2013

Itapiranga - SC.06 de junho de 2013.  
MILTON SIMON  
Prefeito Municipal

**Extratos de Contratos - Prefeitura**

EXTRATO DO CONTRATO N° 079/2013  
4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 70/2012  
PARTES: Município de Itapiranga e Construtora Bem Te Vi Ltda.  
ORIGEM: Concorrência para Obras e Serviços de Engenharia nº 01/2012

OBJETO: Aditado prazo para fazer os ajustes nas Estações de Tratamento e redes de água em função do assentamento sobre as tubulações.  
VIGÊNCIA: 30 de agosto de 2013.

Itapiranga - SC., 24 de maio de 2013.  
MILTON SIMON  
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO N° 080/2013  
4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 71/2012  
PARTES: Município de Itapiranga e Saneoste Instaladora de Poços Ltda.  
ORIGEM: Concorrência para Obras e Serviços de Engenharia nº



01/2012

OBJETO: Aditado prazo para fazer os ajustes nas Estações de Tratamento e redes de água em função do assentamento sobre as tubulações.

VIGÊNCIA: 30 de agosto de 2013.

Itapiranga - SC.,24 de maio de 2013.

MILTON SIMON

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 081/2013

4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 72/2012

PARTES: Município de Itapiranga e Concórdia Poços Artesianos Ltda.

ORIGEM: Concorrência para Obras e Serviços de Engenharia nº 01/2012

OBJETO: Aditado prazo para fazer os ajustes nas Estações de Tratamento e redes de água em função do assentamento sobre as tubulações.

VIGÊNCIA: 30 de agosto de 2013.

Itapiranga - SC.,29 de maio de 2013.

MILTON SIMON

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 082/2013

PARTES: Município de Itapiranga e SEBRAE/SC.

ORIGEM: Dispensa de Licitação nº 106/2013

OBJETO: Contratação do Sebrae/SC para prestação de serviços de consultoria técnica, tecnológica e Gerencial para empresas e novos empreendimentos no município.

VALOR: R\$ 35.000,00

VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2013.

Itapiranga - SC.,29 de maio de 2013.

MILTON SIMON

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 083/2013

PARTES: Município de Itapiranga e Shark Máquinas para Construção.

ORIGEM: Pregão Eletrônico nº 90/2013

OBJETO: Aquisição de 01 Retroescavadeira Nova, com recursos do Governo Federal, conforme contrato de repasse nº 397.195-31/2012/MDA-PRONAT/CAIXA.

VALOR: R\$ 304.000,00

VIGÊNCIA: 29 de maio de 2014.

Itapiranga - SC.,29 de maio de 2013.

MILTON SIMON

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 084/2013

PARTES: Município de Itapiranga e GL - Lismotor Retífica de Motores Eireli EPP.

ORIGEM: Pregão Presencial nº 99/2013

OBJETO: Aquisição de peças e serviços destinados para a recuperação do motor do caminhão Ford Cargo 2425, placas LXU 5307 da Secretaria Municipal dos Transportes.

VALOR: R\$ 16.500,00

VIGÊNCIA: 31 de maio de 2014.

Itapiranga - SC.,31 de maio de 2013.

MILTON SIMON

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 085/2013

PARTES: Município de Itapiranga e Gente Seguradora S. A.

ORIGEM: Pregão Eletrônico nº 100/2013

OBJETO: Contratação de seguros de responsabilidade de responsabilidade civil e total para veículos de propriedade do município.

VALOR: R\$ 4.580,00

VIGÊNCIA: 31 de maio de 2014.

Itapiranga - SC.,31 de maio de 2013.

MILTON SIMON

Prefeito Municipal

### **Extratos de Contratos - Prefeitura**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 079/2013

4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 70/2012

PARTES: Município de Itapiranga e Construtora Bem Te Vi Ltda.

ORIGEM: Concorrência para Obras e Serviços de Engenharia nº 01/2012

OBJETO: Aditado prazo para fazer os ajustes nas Estações de Tratamento e redes de água em função do assentamento sobre as tubulações.

VIGÊNCIA: 30 de agosto de 2013.

Itapiranga - SC.,24 de maio de 2013.

MILTON SIMON

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 080/2013

4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 71/2012

PARTES: Município de Itapiranga e Saneoste Instaladora de Poços Ltda.

ORIGEM: Concorrência para Obras e Serviços de Engenharia nº 01/2012

OBJETO: Aditado prazo para fazer os ajustes nas Estações de Tratamento e redes de água em função do assentamento sobre as tubulações.

VIGÊNCIA: 30 de agosto de 2013.

Itapiranga - SC.,24 de maio de 2013.

MILTON SIMON

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 081/2013

4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 72/2012

PARTES: Município de Itapiranga e Concórdia Poços Artesianos Ltda.

ORIGEM: Concorrência para Obras e Serviços de Engenharia nº 01/2012

OBJETO: Aditado prazo para fazer os ajustes nas Estações de Tratamento e redes de água em função do assentamento sobre as tubulações.

VIGÊNCIA: 30 de agosto de 2013.

Itapiranga - SC.,29 de maio de 2013.

MILTON SIMON

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 082/2013

PARTES: Município de Itapiranga e SEBRAE/SC.

ORIGEM: Dispensa de Licitação nº 106/2013

OBJETO: Contratação do Sebrae/SC para prestação de serviços

de consultoria técnica, tecnológica e Gerencial para empresas e novos empreendimentos no município.

VALOR: R\$ 35.000,00

VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2013.

Itapiranga - SC., 29 de maio de 2013.

MILTON SIMON

Prefeito Municipal

#### EXTRATO DO CONTRATO Nº 083/2013

PARTES: Município de Itapiranga e Shark Máquinas para Construção.

ORIGEM: Pregão Eletrônico nº 90/2013

OBJETO: Aquisição de 01 Retroescavadeira Nova, com recursos do Governo Federal, conforme contrato de repasse nº 397.195-31/2012/MDA-PRONAT/CAIXA.

VALOR: R\$ 304.000,00

VIGÊNCIA: 29 de maio de 2014.

Itapiranga - SC., 29 de maio de 2013.

MILTON SIMON

Prefeito Municipal

#### EXTRATO DO CONTRATO Nº 084/2013

PARTES: Município de Itapiranga e GL - Lismotor Retífica de Motores Eireli EPP.

ORIGEM: Pregão Presencial nº 99/2013

OBJETO: Aquisição de peças e serviços destinados para a recuperação do motor do caminhão Ford Cargo 2425, placas LXU 5307 da Secretaria Municipal dos Transportes.

VALOR: R\$ 16.500,00

VIGÊNCIA: 31 de maio de 2014.

Itapiranga - SC., 31 de maio de 2013.

MILTON SIMON

Prefeito Municipal

#### EXTRATO DO CONTRATO Nº 085/2013

PARTES: Município de Itapiranga e Gente Seguradora S. A.

ORIGEM: Pregão Eletrônico nº 100/2013

OBJETO: Contratação de seguros de responsabilidade de responsabilidade civil e total para veículos de propriedade do município.

VALOR: R\$ 4.580,00

VIGÊNCIA: 31 de maio de 2014.

Itapiranga - SC., 31 de maio de 2013.

MILTON SIMON

Prefeito Municipal

#### Extratos de Contratos - Saúde

##### EXTRATO DO CONTRATO Nº 016/2013

PARTES: Município de Itapiranga e Clínica Médica Soder e Lemos Ltda ME.

ORIGEM: Edital de Chamamento para Credenciamento nº 12/2013.

OBJETO: Credenciamento de Clínica Médica especializada em Ginecologia e Obstetrícia, para atendimento a pacientes do município, em consultórios ou estabelecimentos de saúde.

VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2013.

Itapiranga - SC., 15 de maio de 2013.

LUIS CARLOS STEFFENON

Administrador do FMS

#### EXTRATO DO CONTRATO Nº 017/2013

PARTES: Município de Itapiranga e Gambatto Administradora e Corretora de Seguros Ltda.

OBJETO: Contratação de Seguros do veículo Renault Master Vitre Minibus 2.5 DCI, placa MLE 0741, a disposição do Fundo Municipal da Saúde.

VALOR: R\$ 2.955,82

VIGÊNCIA: 28 de maio de 2014.

Itapiranga - SC., 28 de maio de 2013.

LUIS CARLOS STEFFENON

Administrador do FMS

#### Extrato Atas de Registro de Preços - Prefeitura

##### EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 184/2013.

1º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTROS DE PREÇOS Nº 076/2013

PARTES: Município de Itapiranga e Herta Ana Vogt.

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 194/2012.

OBJETO: Conforme solicitação e parecer jurídico, para manter o equilíbrio econômico financeiro, foi concedido majoração de preço do item de nº 73, Erva Mate.

VALOR: R\$ 96,80

VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2013

Itapiranga - SC., 23 de maio de 2013.

MILTON SIMON

Prefeito Municipal

##### EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 185/2013.

PARTES: Município de Itapiranga e Confeitaria Itapiranga Ltda.

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 98/2013.

OBJETO: Aquisição de forma parcelada de lanches (Coffee Break), destinados para Conferências e Eventos promovidos pela municipalidade.

VALOR: R\$ 7.268,00

VIGÊNCIA: 28 de maio de 2014

Itapiranga - SC., 28 de maio de 2013.

MILTON SIMON

Prefeito Municipal

**Itapoá**

**PREFEITURA**

#### Ata de Sessão Pública-Pregão Nº 20/2013

ATA DE SESSÃO PÚBLICA DE ABERTURA DE ENVELOPES DE PROPOSTA E HABILITAÇÃO

Data	06/06/2013	Horário	10h30min
Licitação / Modalidade	PREGÃO	Nº	20/2013

OBJETO:

Aquisição de 01 (um) veículo tipo sedan para compor a frota municipal em atendimento a Secretaria de Saúde da Prefeitura Municipal de Itapoá, conforme especificações contidas no Anexo V do edital.

Aos seis dias do mês de junho de dois mil e treze, às 10h30min, na Sede da Prefeitura Municipal de Itapoá/SC, reuniram-se a Sra.

Pregoeira Oficial conforme Decreto Municipal nº 1896/2013, Sra. Fernanda Cristina Rosa a Equipe de apoio, composta por Isabela Raicik Dutra Pohl e Susinei Ribeiro Schultz, para os procedimentos inerentes a Sessão de Pregão em epigrafe, conforme Edital respectivo e seus anexos. A Pregoeira deu início à sessão constatando que não houve entrega de envelopes, desta forma o presente certame Foi DESERTO. Nada mais havendo digno de nota, nem a tratar, encerrou-se a sessão indo esta assinada às 10h:50min.

FERNANDA CRISTINA ROSA  
Pregoeira Oficial

ISABELA RAICIK DUTRA POHL  
Membro

SUSINEI RIBEIRO SCHULTZ  
Membro

**Joaçaba**

**PREFEITURA**

### **Decreto Nº 4.318 de 06 de Junho de 2013.**

DECRETO Nº 4.318 DE 06 DE JUNHO DE 2013.

NOMEIA SUBCOMISSÃO TÉCNICA PARA AUXILIAR COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO NO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS TÉCNICAS DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 44/2013/PMJ, QUE ESPECIFICA.

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC), no uso de atribuições que são conferidas por LEI,  
DECRETA:

Art 1º. Ficam nomeados os cidadãos abaixo relacionados para comporem a Subcomissão Técnica para auxiliar Comissão Permanente de Licitação no julgamento das Propostas Técnicas do Processo Licitatório nº 44/2013/PMJ - Tomada de Preços 8/2013/PMJ, que tem por objeto a contratação de agência de propaganda para prestação de serviços junto à Administração Municipal:

PAULO AFONSO RODRIGUES DA SILVA;  
ALESSANDRA ZILIO;  
SILVIA SIMI DOS SANTOS.

Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba (SC), 06 de junho de 2013.  
RAFAEL LASKE  
Prefeito

### **Extrato PP 31/2013/PMJ - PL 55/2013/PMJ**

MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC)  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 55/2013/PMJ  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 31/2013/PMJ

Objeto: Aquisição de eletroeletrônicos, condicionadores de ar, utensílios de cozinha, persianas, móveis e brinquedos infantis, roupas de cama e outros materiais, destinados à manutenção das creches da rede municipal de ensino. Forma de Julgamento: Menor preço por item. Credenciamento e entrega dos envelopes: até as 16h, do dia 20/06/2013. Processamento do Pregão: às 16h do dia 20/06/2013, na sala do Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, no endereço abaixo citado. Local para aquisição do Edital: Setor de Compras e Licitações

- Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, situado na Avenida XV de Novembro, 378, centro, em dias úteis, de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas ou no site [www.joacaba.sc.gov.br](http://www.joacaba.sc.gov.br), a partir da publicação deste aviso. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone 049 3527-8828 ou pelo e-mail [comprasjba@yahoo.com.br](mailto:comprasjba@yahoo.com.br).

Joaçaba, 06 de junho de 2013.

RAFAEL LASKE

Prefeito

### **Aditivo Contrato 824/2011 TA 01**

CONTRATO Nº 824/2011/PMJ - TA 01

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, com sede na Avenida XV de Novembro, 378, inscrito no CNPJ nº 82.939.380/0001-99, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. RAFAEL LASKE e a empresa LOGOS ASSESSORIA E PROJETOS LTDA-EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 07.292.316/0001-43, estabelecida na AV. CEL. MARCOS KONDER, 1207, Bairro CENTRO, no Município de ITAJAÍ/SC, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pela Sra. IVETE GERALDO, portador da Carteira de Identidade nº 3/C 385.372-1 e CPF nº 714.296.119-87, residente e domiciliado na RUA BRUSQUE, 895, na cidade de ITAJAÍ/SC, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 824/2011/PMJ celebrado em 03/06/2011, proveniente do Processo de Licitação nº 61/2011/PMJ, instaurado através do Edital de Pregão Presencial nº 27/2011/PMJ, homologado no dia 03/06/2011, cujo objeto é a prestação pela CONTRATADA de serviços técnicos profissionais especializados de empresa, para a prestação de serviços de consultoria e assessoria para a gestão de convênios firmados junto ao Governo Federal, com o objetivo de promover a realização de obras e serviços para a população do Município de Joaçaba, sempre em conformidade com as sistêmicas estabelecidas pelos diversos órgãos dos entes convenientes, onde se ADITA a CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA E DO ACOMPANHAMENTO, a CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E REVISÃO e a CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA nos seguintes termos:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA**

#### **CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA E DO ACOMPANHAMENTO**

A vigência do contrato fica prorrogada em 12 meses, a contar de 03 de junho de 2013, em conformidade com o disposto no art. 57, II, da Lei 8.666/93.

Diante da prorrogação, o prazo da prestação dos serviços, objeto da contratação, passa a totalizar 36 (trinta e seis) meses, contados do seu início.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA**

#### **CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E REVISÃO**

O valor original do contrato fica reajustado em 10,9623% relativos à variação do IGP-DI no período de 01/06/2011 a 30/04/2013, passando o valor total para R\$ 65.911,60 (sessenta e cinco mil novecentos e onze reais e sessenta centavos), que serão pagos em 12 (doze) parcelas mensais durante a vigência do mesmo, em conformidade com o disposto no artigo 65, II, "d", da Lei 8.666/93 e alterações.

Diante da prorrogação e do reajuste, o valor global desta contratação passa a ser de R\$ 184.711,60 (cento e oitenta e quatro mil

setecentos e onze reais e sessenta centavos).

#### CLÁUSULA TERCEIRA

#### CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Para o custeio das despesas decorrentes da execução do contrato fica incluída a seguinte Dotação Orçamentária:

2.033 - MANUTENÇÃO DA COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO  
229 - 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0000.0 - Aplicações diretas

#### CLÁUSULA QUARTA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

JOAÇABA (SC), 29 de maio de 2013.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

RAFAEL LASKE - PREFEITO

LOGOS ASSESSORIA E PROJETOS LTDA - EPP

IVETE GERALDO

Testemunhas:

1. \_\_\_\_\_

2. \_\_\_\_\_

#### Anulação do Contrato de Outorga N° 035/2013

ANULAÇÃO DO CONTRATO DE OUTORGA N° 035/2013

CONVENIENTE: FUNDAÇÃO MUN DE CULTURA E ESPORTE DE JOAÇABA(SC),

CONVENIADO: ANDREW HENRIQUE DA SILVA

OBJETO: CONCESSÃO DE BENEFÍCIO BOLSA ATLETA

VALOR: R\$ 2.220,00

Joaçaba - SC, 05 de Junho de 2013

MIRIAN DOLZAN

Superintendente

ANDREW HENRIQUE DA SILVA

Atleta

MOTIVO: SOLICITOU DESLIGAMENTO DA EQUIPE

**SIMAE**

#### Contrato JHL 0051/2013

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

JOAÇABA-HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA

EXTRATO DE CONTRATO JHL N° 0051/2013

TERMO DO SEGUNDO ADITIVO AO CONTRATO N°0116/2011

TOMADA DE PREÇOS JHL 0011/2011

PROTOCOLO JHL 3175/2011

PROCESSO N°0066/2011

Data: 28/05/2013

Objeto: COM FUNDAMENTO DO ARTIGO 65 DA LEI 8666/93 AS PARTES RESOLVEM PRORROGAR O PRAZO E REALIZAR ACRÉSCIMOS REFERENTE ENTREGA DE ESTRUTURA E ACESSÓRIOS E MONTAGEM DE RESERVATÓRIOS DE ÁGUA TRATADA.

Contratado: FELCHACK EMPREITEIRA DE OBRAS LTDA

Valor do Contrato: R\$ 23.249,00 (Vinte e três mil e duzentos e quarenta e nove reais)

PROGRAMA: 14.01.1.051

ELEMENTO: 4.4.90.51.99

Prazo de vigência: 29/05/2013 a 25/10/2013

ELISABET MARIA ZANELA SARTORI

Diretora Presidente do SIMAE.

**José Boiteux**

**PREFEITURA**

#### Processo Licitatorio 25/2013 Planchas e Tabuas

MUNICÍPIO DE JOSÉ BOITEUX - SC

PROCESSO LICITATÓRIO 25/2013

PREGAO PRESENCIAL N° 12/2013

O Prefeito Municipal de José Boiteux - SC, de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993, e suas alterações e demais legislações aplicáveis, torna se público aos interessados, que fará realizar Processo Licitatório modalidade Pregão Presencial, no dia 20/06/2013, às 09:00 horas, tendo como local, a Prefeitura Municipal de José Boiteux, sito a Rua 16 de Junho, nº13, REFERENTE REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISICAO DE PLANCHAS E TABUAS DE EUCALIPITO PARA MANUTENÇÃO DAS PONTES DO MUNICIPIO DE JOSE BOITEUX MAIORES INFORMAÇÕES NO EDITAL .Os interessados poderão obter a íntegra do Edital e demais informações diariamente, das 07:30 às 16:30 horas no Departamento de Licitações da Prefeitura, no endereço acima ou pelo fone/fax (47) 3352-7111.

José Boiteux/SC, em 07 de Junho 2013.

JONAS PUDEWELL

Prefeito Municipal

**Lages**

**PREFEITURA**

#### PP 41 e 43-2013 PML e Pe 13-2013 SMS

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES

ESTADO DE SANTA CATARINA

Diretoria de Licitações e Contratos

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PP 43-2013 PML

Objeto: Aquisição de Madeiras

Tipo: Menor Preço Global

Abertura: 10/07/2013 às 13:30

Valor Estimado: R\$ 48.940,00

Modalidade: PP 41-2013 PML

Objeto: Locação Caçambas Metálicas



Tipo: Menor Preço Global  
Abertura: 11/07/2013 às 13:30  
Valor Estimado: R\$ 26.128,24

Modalidade: PE 13-2013 SMS

Objeto: Aquisição de Servidores para setor Tecnologia da Informação da Secretaria Municipal de Saúde de Lages.

Tipo: Menor Preço Por Item  
Abertura: 21/06/2013 às 13:30  
Valor Estimado: R\$ 37.000,00

A retirada obter-se-á na Diretoria de Licitações e Contratos, ao custo de R\$ 10,00 cada ou pelo site [www.lages.sc.gov.br](http://www.lages.sc.gov.br), sem ônus.

Maiores informações pelo telefone (49) 3221-1169.

Lages, 06 de junho de 2013.  
PEDRO MARCOS ORTIZ  
Secretário de Administração

#### **PP 42 e 44-2013 PML, Pe 15 e 16-2013 PML**

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
Diretoria de Licitações e Contratos  
AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PP 42-2013 PML

Objeto: Aquisição de Veículos  
Tipo: Menor Preço Por Item  
Abertura: 12/07/2013 às 13:30  
Valor Estimado: R\$ 58.960,00

Modalidade: PP 44-2013 PML

Objeto: Prestação de serviços de Telecomunicações Móvel Pessoal  
Tipo: Menor Preço Mensal  
Abertura: 20/06/2013 às 09:00  
Valor Estimado: R\$ 48.665,00

Modalidade: PE 15-2013 PML

Objeto: Aquisição de Carnes, Leite e Ovos para as Escolas  
Tipo: Menor Preço Por Item  
Abertura: 24/06/2013 às 13:30  
Valor Estimado: R\$ 419.917,00

Modalidade: PE 16-2013 PML

Objeto: Aquisição de Carnes, Leite e Ovos para as Creches.  
Tipo: Menor Preço Por Item  
Abertura: 25/06/2013 às 13:30  
Valor Estimado: R\$ 420.185,70

A retirada obter-se-á na Diretoria de Licitações e Contratos, ao custo de R\$ 10,00 cada ou pelo site [www.lages.sc.gov.br](http://www.lages.sc.gov.br), sem ônus.

Maiores informações pelo telefone (49) 3221-1169.

Lages, 07 de junho de 2013.  
PEDRO MARCOS ORTIZ  
Secretário de Administração

#### **Rerratificação PP 05-2013 SEMASA**

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES

ESTADO DE SANTA CATARINA

Diretoria de Licitações e Contratos

RERRATIFICAÇÃO

ASSUNTO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2013 - SEMASA.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA DIVERSOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DOS PRÓPRIOS DESTA SECRETARIA.

O Município de Lages, presente a supremacia do interesse público, em atendimento a pedidos de esclarecimentos, com fulcro nos termos dispostos no § 4º do art. 21 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, torna notório aos interessados que as alterações que se fazem necessárias no lote 04 do Anexo II - Termo de Referência do Edital em comento encontram-se disponibilizadas no site da prefeitura: [www.lages.sc.gov.br](http://www.lages.sc.gov.br)

Em consequência, adia-se a data de abertura da sessão, marcada para o dia 11/06/2013 às 09:00 horas, para o dia 24/06/2013 às 16:30 horas.

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Lages, 06 de junho de 2013.

BENJAMIN SCHULTZ

Secretário da Semasa

## Lauro Muller

### PREFEITURA

#### **Lei Nº 1761/2013**

LEI Nº 1761/2013 DE 31 DE MAIO DE 2013

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO DE LAURO MÜLLER/SC A FIRMAR CONVÊNIO COM O ESTADO DE SANTA CATARINA, ATRAVÉS DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR, PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE BOMBEIROS.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio com o Estado de Santa Catarina, através do Corpo de Bombeiros Militar para a execução dos serviços de bombeiros e regular as atividades de segurança contra sinistros, busca e salvamento de pessoas e bens, atendimento pré-hospitalar, exames de projetos e vistorias de segurança contra sinistros em edificações, ações de defesa civil, desenvolvidas pela Corporação, através de sua Organização de Bombeiro Militar.

Art. 2º - Os recursos gerados no cumprimento do convênio serão depositados em conta bancária deste município denominada PREFEITURA/CONVÊNIO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR, e aplicados exclusivamente no investimento em segurança contra incêndio e outros sinistros, como aquisição de viaturas, equipamentos, instalações físicas e despesas de custeio da atividade de bombeiro militar.

Art. 3º Para compor o efetivo de prontidão fica autorizado o Município a ceder servidores municipais efetivos para a Organização de Bombeiros Militar, para atuarem como auxiliares de defesa civil.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicadas no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT  
SECRETÁRIO DE ADM., FIN. E PLANEJAMENTO

#### MINUTA DE CONVÊNIO Nº

TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DE SANTA CATARINA, ATRAVÉS DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR E O MUNICÍPIO DE LAURO MÜLLER/SC, PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE PREVENÇÃO, COMBATE A SINISTROS, BUSCA E SALVAMENTO, ATENDIMENTO PRÉ-HOSPITALAR E OUTROS DE COMPETÊNCIA DO CORPO E BOMBEIROS MILITAR PREVISTOS NO ARTIGO 108 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL.

O ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina - CBMSC, situado à Rua Almirante Lamago, 381, Centro - Florianópolis, inscrito no CNPJ nº 06.096.391/0001-76, doravante denominado CONCEDENTE, neste ato representado por seu Comandante Geral, Coronel BM MARCOS DE OLIVEIRA, portador da Carteira de Identidade Militar nº 908675-7 e do CPF nº 454.919.259-34, e o Município de Lauro Müller/SC, situado à Rua Walter Vetterli, bairro Centro, nº 239, inscrito no CNPJ nº 82.558.909/0001-24, doravante denominado CONVENIENTE, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Fabrício Kusmin Alves, residente e domiciliado à Rua Valdir Cotrin, nº 285 AP 01, portador da Carteira de Identidade nº 2.089.026 / (SSP) e CPF nº 632.671.959-34, resolvem, celebrar o presente Termo de Convênio, de acordo com as cláusulas e condições seguintes:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente convênio tem por objeto estabelecer as relações entre o Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina e o Município de Lauro Müller - SC, para realização dos serviços e bombeiros estabelecidos no Art. 108 da Constituição Estadual, particularmente os de prevenção, combate a sinistros, busca e salvamentos de pessoas e bens.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES

##### 2.1 - DO CONVENIENTE:

2.1.1 - Exigir que para a edificação de obras novas ou alterações das existentes, excluídas as residenciais unifamiliares, que dependam da instalação de sistemas de segurança, o processo seja instruído com a prova de aceitação pelo Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina.

2.1.2 - Incentivar a participação da comunidade na organização da Defesa Civil e na segurança contra incêndios e outros sinistros;

2.1.3 - Colocar à disposição da Organização de Bombeiro Militar a cuja circunscrição pertence o município instalação física adequada para utilização pelo pessoal da Seção de Atividades Técnicas;

2.1.4 - Repassar diretamente à conta PREFEITURA/CONVÊNIO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR o valor arrecadado com as taxas previstas no anexo IV, Tabela VII, da Lei Estadual nº 7.541, de 30 de dezembro de 1988, cobradas no município com base no § 1º do Art. 18 da Lei nº 7.541/88, com redação dada pela Lei nº 13.248/04.

2.1.5 - Gerir os recursos da conta convênio, aplicando-os exclusivamente no investimento e custeio do serviço de bombeiros conforme estabelecer o plano de aplicação dos recursos elaborado pelo Comandante da Organização de Bombeiro Militar que prestar

os serviços no município.

2.1.6 - Ceder, para uso da Organização de Bombeiro Militar a cuja circunscrição pertence o município, os equipamentos permanentes adquiridos com recursos da conta convênio;

2.1.7 - Depositar na conta convênio, o valor arrecadado com a alienação de bens adquiridos com recursos dessa fonte quando considerados inservíveis;

2.1.8 - Conceder licença para construção, habite-se ou alvará de funcionamento, somente com prova de aprovação prévia dos sistemas de prevenção contra sinistros pelo Corpo de Bombeiros Militar.

2.1.9 - Colocar a disposição da Organização de Bombeiro Militar que presta serviço de bombeiros no município, funcionários municipais efetivos com capacitação em curso ministrado pelo Corpo de Bombeiros Militar.

##### 2.2 - DO CONCEDENTE:

2.2.1 - Realizar através da Organização de Bombeiro Militar a cuja circunscrição pertence o município o planejamento e coordenação da execução do serviço de prevenção e extinção de incêndios, de busca e salvamento de vidas e de proteção de bens materiais e sinistros de qualquer natureza, estabelecidos no Art. 108 da Constituição Estadual;

2.2.2 - Capacitar funcionários municipais e voluntários para atuação conjunta em ações de defesa civil;

2.2.3 - Incentivar a integração das brigadas industriais de incêndio e segmentos organizados da comunidade local, visando estruturar respostas de reação a eventuais sinistros de forma pronta e organizada;

2.2.4 - Assessorar o poder público municipal nos assuntos ligados a defesa civil e a segurança contra incêndios;

2.2.5 - Promover através da organização de Bombeiro Militar mais próxima da sede do município o atendimento das chamadas de ocorrências que caracterizem o perfil de atendimento proposto pelo Corpo de Bombeiros Militar;

2.2.6 - Fornecer as especificações técnicas para as aquisições de equipamentos realizadas pela administração municipal com recursos do presente convênio;

2.2.7 - Encaminhar os pedidos sempre que necessário e quando houver recursos financeiros disponíveis na conta convênio, para pagamento de despesas de custeio e/ou investimento da fração do Corpo de Bombeiros Militar sediado no Município que possui a OBM;

2.2.8 - Zelar pelo perfeito uso, conservação e manutenção dos equipamentos adquiridos pelo município e colocados a disposição do Corpo de Bombeiros Militar;

2.2.9 - Restituir o material permanente ao Município, que o Corpo de Bombeiros Militar recebeu para uso no atendimento da comunidade quando estiver inservível para uso, para fins de baixa do patrimônio.

2.2.10 - Elaborar o plano de aplicação anual dos recursos financeiros da conta convênio.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DAS TAXAS



3.1 - Por meio do presente convênio, o CONVENIENTE, com fundamento no artigo 7º da Lei Federal nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional, e no § 1º do artigo 18 da Lei Estadual nº 7.541, de 30 de dezembro de 1988, com a redação dada pela Lei Estadual nº 13.248, de 29 de dezembro de 2004, fará o lançamento e arrecadação da Taxa de Prevenção Contra Sinistros - TPCS, prevista no Anexo IV, Tabela VII, da Lei Estadual nº 7.541, de 30 de dezembro de 1988, atualizada pela Lei n. 14.957 de 25 de novembro de 2009 ou por alterações posteriores.

3.2 - As receitas arrecadadas por força do contido nesta cláusula serão integralmente depositadas em conta bancária especial denominada "PREFEITURA/CONVÊNIO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR", a qual será movimentada pelo Prefeito Municipal, a quem competirá a prestação de contas aos órgãos competentes.

#### CLÁUSULA QUARTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes do presente Convênio correrão por conta de dotação orçamentária específica, consignada no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Lauro Müller - SC, nos seguintes elementos de despesa:

- 4.1 - Material de Consumo 3.3.90.30.00.00;
- 4.2 - Material Permanente 4.4.90.52.00.00;
- 4.3 - Obras e instalações (Melhoria de Instalações Físicas) 4.4.90.51.00.00;
- 4.4 - Outros e Serviços de Terceiros - Pessoa Física 3.3.90.36.00.00;
- 4.5 - Outros e Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica 3.3.90.39.00.00.)

#### CLÁUSULA QUINTA - DA EXECUÇÃO

5.1 - São executores do presente convênio:

- 5.1.1 - Como representante do Município, o Prefeito Municipal ou quem por ele for designado;
- 5.1.2 - Como representante do Estado, o Comandante Geral do CBMSC, ou quem por ele for designado.

#### CLÁUSULA SEXTA - DA LEGISLAÇÃO

Este Termo de Convênio reger-se-á, no que couber, pelas normas estabelecidas no Artigo 241 da Constituição Federal; inciso IX do Artigo 8º da Constituição Estadual; Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei Estadual nº 7.541 de 30 de dezembro de 1998 e suas alterações; Inciso IV do art. 7º da Lei Complementar nº 381, de 07 de maio de 2007; Decreto nº 307, de 04 de junho de 2003, e alterações; inciso IX do art. 7º do Decreto nº 1.158, de 18 de março de 2008; Portaria nº 2.399/GERE/DIGA/GAB/SSP, de 17 de dezembro de 2010 e na Lei Municipal nº 1.761/2013 de 31 de Maio de 2013 .

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DO PRAZO E VIGÊNCIA

O presente convênio terá validade pelo prazo de 10 (dez) anos, contados da data de sua publicação no Diário Oficial do Estado, podendo ser aditado ou rescindido, por mútuo acordo ou pelo não cumprimento das obrigações nele estabelecidas, neste caso independente da interpelação judicial, mediante comunicação prévia de 90 (noventa) dias, por qualquer das partes.

#### CLÁUSULA OITAVA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca da Capital para dirimir quaisquer controvérsias do presente convênio, renunciando as partes de qualquer outro, mesmo que mais privilegiado.  
E assim, por estarem justos e acordes, assinam o presente termo em 4 (quatro) vias de igual teor, junto com duas testemunhas.

Florianópolis, de de 2013.

Coronel BM - MARCOS DE OLIVEIRA

Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Santa Catarina

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Testemunhas:

LÁZARO SANTIN - Major BM

Comandante do 4º BBM

Testemunha

CPF ou Função

#### Lei Nº 1762/2013

LEI Nº 1762/2013 DE 31 DE MAIO DE 2013

DISPÕE SOBRE A DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA DA ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE AMIGOS DO HOSPITAL HENRIQUE LAGE.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE AMIGOS DO HOSPITAL HENRIQUE LAGE", registrada como pessoa jurídica, pelo CNPJ nº 17.991.202/0001-45, de 18/04/2013.

Art. 2º Esta Lei vigorará a partir da data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicadas no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT

SECRETÁRIO DE ADM., FIN. E PLANEJAMENTO

#### Lei Nº 1763/2013

LEI Nº 1763/2013 DE 6 DE JUNHO DE 2013

AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A TRANSFERIR RECURSOS FINANCEIROS, MEDIANTE A CELEBRAÇÃO DE CONVÊNIO À COOPERATIVA AGROPECUÁRIA SERRA DO RIO DO RASTRO MUNICÍPIO DE LAURO MÜLLER E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo, autorizado a repassar auxílio financeiro no valor de R\$ 16.000,00 (Dezesseis mil reais), mediante a celebração de convênio com a Cooperativa Agropecuária Serra do Rio do Rastro do Município de Lauro Müller/SC, que tem como objetivos prestar serviços aos associados, congregando agricultores e pecuaristas de sua área de ação, realizando o interesse econômico dos mesmos mediante as seguintes atividades: receber, transportar, classificar, padronizar, armazenar, beneficiar, industrializar e comercializar a produção de seus associados, registrando suas marcas se for o caso; adquirir e repassar aos associados bens de produção e insumos necessários ao desenvolvimento de suas atividades; prestar assistência tecnológica ao quadro

social, em estreita colaboração com órgãos públicos atuantes no setor; fazer, quando possível, adiantamento em dinheiro sobre o valor dos produtos recebidos dos associados; obter recursos para financiamento do custeio de lavouras e investimentos dos associados; promover, com recursos próprios ou convênios, a capacitação cooperativista e profissional do quadro social, funcional. Técnico, executivo e direito da cooperativa; prestar outros serviços relacionados com a atividade econômica da cooperativa e/ou seus associados; trabalhar para o desenvolvimento sustentado da sua comunidade, mediante políticas aprovadas pelos membros.

**Parágrafo Único** - O convenio de que se trata o "caput" deste artigo será firmado nas condições estabelecidas no termo anexo, que faz parte integrante desta LEI.

**Art. 2º** - A entidade se compromete a fazer a prestação de contas dos recursos recebidos até 30 (trinta) dias após o recebimento do mesmo à Prefeitura Municipal de Lauro Müller e à Câmara de Vereadores de Lauro Müller, acompanhada das cópias das notas fiscais.

**Art. 3º** - As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta da Lei Orçamentária nº 1.738/2012 de 19 de Novembro de 2012; 08.01- Fundo Municipal da Agricultura; 2049 - Apoio ao Cooperativismo/associativismo; Natureza da Despesa: 3.3.50.00.00.00 - Transferências a Instituições Privadas sem fins lucrativos.

**Art. 4º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 5º** - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 6 DE JUNHO DE 2013.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicadas no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT

SECRETÁRIO DE ADM., FIN. E PLANEJAMENTO

MINUTA DO CONVÊNIO Nº

TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE LAURO MÜLLER E À COOPERATIVA AGROPECUÁRIA SERRA DO RIO DO RASTRO.

Pelo presente Termo de Convênio, o MUNICÍPIO DE LAURO MÜLLER/SC, pessoa jurídica de direito interno, doravante denominada Município, com sede na Rua Walter Vetterli nº 239, Centro - Lauro Müller/SC, inscrito no CNPJ sob nº 82.558.909/0001-24, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Fabrício Kusmin Alves, e do outro lado a COOPERATIVA AGROPECUÁRIA SERRA DO RIO DO RASTRO DE LAURO MÜLLER/SC, pessoa jurídica de direito privado, com CNPJ nº 08.313.419/0001-05, com sede na Rua Walter Vetterli, nº s/n, Bairro Centro - Lauro Müller/SC, representada neste ato por seu Presidente Anderson da Rosa, com CPF nº 049.153.349-70, acordam o que segue:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

O presente convênio tem por objeto a transferência de recursos financeiros para auxiliar na cooperação financeira do Projeto Arquitetônico do conjunto de edificações da Indústria de Laticínios da Cooperativa Agropecuária Serra do Rio do Rastro (COOPERAGRO-SERRA) para posterior aprovação no Serviço de Inspeção Federal no Ministério da Agricultura em Brasília, Brasil.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DOS RECURSOS**

Para a execução do presente Termo de Convênio o MUNICÍPIO transferirá à COOPERATIVA AGROPECUÁRIA SERRA DO RIO DO RASTRO DE LAURO MÜLLER/SC o valor total de R\$ 16.000,00 (Dezesseis mil reais), sendo efetuado o repasse em 08 (oito) parcelas

no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais).

**CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA ENTIDADE**

I - Responsabilizar-se pela correta aplicação dos recursos recebidos, que não poderão ser destinados a quaisquer outros fins, sob pena de rescisão deste instrumento e responsabilidade de seus dirigentes;

II - Ressarcir ao município os recursos recebidos através deste Convênio, quando se comprovar a sua inadequada utilização;

III - Encaminhar ao Município e a Câmara Municipal de Vereadores a prestação de contas dos recursos recebidos, no prazo de trinta (30) dias, contados da data do recebimento dos mesmos;

IV - Utilizar os recursos, única e exclusivamente, para fim estabelecido na Cláusula Primeira deste convênio, sob pena de ressarcimento do Município, dos valores repassados, com atualização monetária, independentemente de procedimentos judiciais;

**CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO**

O MUNICÍPIO obriga-se a:

I - Efetuar o repasse dos recursos financeiros, de acordo com o Convênio;

II - Prestar orientação técnica e supervisionar a execução de Programas, que estejam relacionados com o objeto deste convênio;

III - Coordenar, fiscalizar, acompanhar e avaliar a execução deste convênio;

IV - Transferir os recursos financeiros para execução deste convênio na forma do Cronograma de Desembolso, observada a sua disponibilidade financeira;

V - Analisar as prestações de contas dos recursos alocados pelo MUNICÍPIO neste convênio.

**CLÁUSULA QUINTA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS**

A entidade se compromete a fazer a prestação de contas dos recursos recebidos até 30 (trinta) dias após o recebimento do mesmo à Prefeitura Municipal de Lauro Müller e à Câmara de Vereadores de Lauro Müller, acompanhada das cópias das notas fiscais.

**CLÁUSULA SEXTA - DA RESCISÃO**

As partes poderão propor, a qualquer tempo, a rescisão do presente convênio se ocorrer comprovado inadimplemento de suas cláusulas ou condições, por mútuo consenso das partes, pela superveniência de normas legais que o torne material ou formalmente inexecutável, ou ainda:

a) quando os recursos forem utilizados em finalidade diversa da estabelecida no convênio; e

b) quando não apresentar a prestação de contas no prazo estabelecido.

**CLÁUSULA SÉTIMA - DO PRAZO E DA VIGÊNCIA**

O presente convênio terá vigência até 31 de dezembro de 2013, a partir da data de sua publicação.

**CLÁUSULA OITAVA - DOS TERMOS ADITIVOS**

O presente convênio poderá sofrer alterações ou ter sua vigência prorrogada através de Termos Aditivos, desde que em mútuo consenso das partes.

**Parágrafo Único** - E vedado aditar convênio com o intuito de modificar seu objeto, ainda que parcialmente, mesmo que sem alteração da categoria de programação de despesa.

**CLÁUSULA NONA - DO FORO**

I - Fica eleito o Foro da Comarca de Lauro Müller/SC, para dirimir questões decorrentes da execução do presente convênio, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que possa ser.

II - E, para a completa validade do que ficou acordado, firmam o presente convênio em três (03) vias na presença das testemunhas abaixo.

Lauro Müller, 06 de Junho de 2013.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES



Prefeito Municipal

ANDERSON DA ROSA

Presidente da Cooperagroserra

TESTEMUNHAS:

1ª \_\_\_\_\_

CPF nº: \_\_\_\_\_

2ª \_\_\_\_\_

CPF nº: \_\_\_\_\_

### Decreto N° 037/2013

DECRETO N° 037/2013

DISPÕE SOBRE A FIXAÇÃO DO ENDEREÇO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63, inciso VI da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA

Art. 1º - Fica estabelecido como endereço e sede do Fundo Municipal da Saúde, com o CNPJ de nº 11.292.440/0001-86, o seguinte logradouro: Rua Walter Verterli; nº 239 - Bairro: Centro; - Lauro Müller/SC.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 7 DE JUNHO DE 2013.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicadas no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT

SECRETÁRIO DE ADM., FIN. E PLANEJAMENTO

**Leoberto Leal**

**PREFEITURA**

### Processo Licitatório N° 042/2013 Pregão Presencial N° 034/2013 - PMLL

MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL

Divisão de Licitações e Compras

PROCESSO LICITATÓRIO N° 042/2013

PREGÃO PRESENCIAL N° 034/2013

TIPO: Menor Preço por Lote, visando o REGISTRO DE PREÇOS para eventuais aquisições parceladas de materiais para a execução do Campo de Futebol do Centro, no Município de Leoberto Leal, visando melhorar a prática desportiva e a qualidade de vida das pessoas leobertenses, conforme relacionado no Anexo I, do Edital de Pregão Presencial nº 034/2013. LEGISLAÇÃO: Lei 8.666/93, Lei nº 10.520/02, Decreto Municipal nº 023/2007, Lei Orgânica e o Edital. ABERTURA: Prefeitura Municipal, localizada na Rua Mainolvo Lehmkuhl, 20, Leoberto Leal/SC, às 14:00 (quatorze) horas, do dia 20 de junho de 2013. Cópia do Edital pode ser obtida no endereço acima citado. Informações fone: (48) 3268 1212.

Em 07/06/2013.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal.

### Processo Licitatório N° 042/2013 Pregão Presencial N° 034/2013 - PMLL

MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL

Divisão de Licitações e Compras

PROCESSO LICITATÓRIO N° 042/2013

PREGÃO PRESENCIAL N° 034/2013

TIPO: Menor Preço por Lote, visando o REGISTRO DE PREÇOS para eventuais aquisições parceladas de materiais para a execução do Campo de Futebol do Centro, no Município de Leoberto Leal, visando melhorar a prática desportiva e a qualidade de vida das pessoas leobertenses, conforme relacionado no Anexo I, do Edital de Pregão Presencial nº 034/2013. LEGISLAÇÃO: Lei 8.666/93, Lei nº 10.520/02, Decreto Municipal nº 023/2007, Lei Orgânica e o Edital. ABERTURA: Prefeitura Municipal, localizada na Rua Mainolvo Lehmkuhl, 20, Leoberto Leal/SC, às 14:00 (quatorze) horas, do dia 20 de junho de 2013. Cópia do Edital pode ser obtida no endereço acima citado. Informações fone: (48) 3268 1212.

Em 07/06/2013.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal.

### Processo Licitatório N° 043/2013 Pregão Presencial N° 035/2013 - PMLL

MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL

Divisão de Licitações e Compras

PROCESSO LICITATÓRIO N° 043/2013

PREGÃO PRESENCIAL N° 035/2013

TIPO: Menor Preço por Lote, visando o REGISTRO DE PREÇOS para eventuais aquisições parceladas de materiais para a execução do Campo de Futebol na localidade de Ribeirão dos Ovos, no Município de Leoberto Leal, visando melhorar a prática desportiva e a qualidade de vida das pessoas leobertenses, conforme relacionado no Anexo I, do Edital de Pregão Presencial nº 035/2013. LEGISLAÇÃO: Lei 8.666/93, Lei nº 10.520/02, Decreto Municipal nº 023/2007, Lei Orgânica e o Edital. ABERTURA: Prefeitura Municipal, localizada na Rua Mainolvo Lehmkuhl, 20, Leoberto Leal/SC, às 16:30 (dezesesseis horas e trinta minutos), do dia 20 de junho de 2013. Cópia do Edital pode ser obtida no endereço acima citado. Informações fone: (48) 3268 1212.

Em 07/06/2013.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal.

**Luzerna**

**PREFEITURA**

### 1º Apostilamento Arp PML.047

1º ATO DE APOSTILAMENTO - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML 0047/2013

APOSTILA de DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA à ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML 0047/2013 de 09/05/2013, proveniente do Processo Licitatório nº 0024/2013, Pregão nº 0018/2013, celebrada entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA e VICINI PNEUS LTDA.



MOISÉS DIERSMANN, Prefeito Municipal de Luzerna, no uso de suas atribuições legais, com supedâneo no §8º do art. 65 da Lei 8.666/93, determina o apostilamento à Ata de Registro de Preços pml. 0047/2013 de 09/05/2013, proveniente do Processo Licitatório nº 0024/2013, Pregão nº 0018/2013, incluindo a dotação orçamentária:

Modalidade de Aplicação: Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes  
Elemento - 3.3.90.30.39 - Material para Manutenção de Veículos (material)  
Empenhamento ORDINÁRIO

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA  
06. SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO  
Atividade: 0601.06.181.0010.2011 - Manutenção do Convênio do Corpo de Bombeiros  
Reduzido 139  
Fonte 00 - Recursos Ordinários

Luzerna(SC), 14 de maio de 2013.  
MOISÉS DIERSMANN  
Prefeito Municipal

## 2º Apostilamento Contratos PML.004, 005, 006 e 007.2013

2º ATO DE APOSTILAMENTO - ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS PML 004/2013, 005/2013, 006/2013 e 007/2013

APOSTILA de DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA às ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS PML 004/2013, 005/2013, 006/2013 e 007/2013 de 18/02/2013, proveniente do Processo Licitatório nº 0002/2013, Pregão nº 0002/2013, celebrada entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA, e MECANICA FACIN LTDA ME, CHAPEAÇÃO E PINTURA AUTO TECNICA LTDA, ARNALDO HACK ME e MECÂNICA E CHAPEAÇÃO PORTAL LTDA.

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito Municipal de Luzerna, no uso de suas atribuições legais, com supedâneo no §8º do art. 65 da Lei 8.666/93, determina o apostilamento às Atas de Registro de Preços pml 004/2013, 005/2013, 006/2013 e 007/2013 de 18/02/2013, proveniente do Processo Licitatório nº 0002/2013, Pregão nº 0002/2013, incluindo a dotação orçamentária:

Modalidade de Aplicação: Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes  
Elemento - 3.3.90.39.19 - Manutenção e Conservação de Veículos  
Elemento - 3.3.90.30.39 - Material para Manutenção de Veículos (material)  
Empenhamento por estimativa

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA  
06. SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO  
Atividade: 0601.06.181.0010.2011 - Manutenção do Convênio do Corpo de Bombeiros  
Reduzido 139  
Fonte 00 - Recursos Ordinários

Luzerna(SC), 05 de junho de 2013.  
MOISÉS DIERSMANN  
Prefeito Municipal

## FMS.21.13 - Contrato - FMS - Aquisição de Leite Especial - Fornecedor 1

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS FMS Nº 21.2013  
PROCESSO LICITATÓRIO PML Nº 0033/2013  
PREGÃO PML Nº 0026/2013  
VALIDADE: 12 (doze) MESES

Aos 5 (cinco) dias do mês de junho do ano de 2013, presentes de um lado, o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA - FMS, Órgão Gestor, representado neste ato por seu Gestor, WALMOR SILVESTRE DESCH NETO STROHER, e Secretaria da Fazenda e Administração do Município de Luzerna, órgão gerenciador, no uso de suas atribuições, RESOLVE registrar os preços ofertados pelas empresas:

1 MEDIGRAM DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua Itacolomi nº 377, Centro, no Município de Pato Branco (PR), CEP 85.505-050 inscrita no CNPJ sob o nº 04.470.877/0001-05, neste ato representado(a) por EGON PAULO GRAMS, brasileiro (a), maior, casado, empresário, portador(a) da cédula de identidade nº 746.932-2/PR e inscrita no CPF/MF sob o nº 145.981.089-91, residente e domiciliado(a) na Rua Itacolomi, nº 361, na cidade de Pato Branco(PR), doravante denominado FORNECEDOR 1;

Classificada para fornecimento dos objetos constantes do Edital de Processo Licitatório nº 0033/2013, Pregão nº 0026/2013, observando-se fielmente as disposições deste, inclusive das propostas apresentadas, que ora integram este instrumento de Registro de Preço, independente de transcrição, e, também, pelas cláusulas a seguir delineadas:

### CLÁUSULA PRIMEIRA

#### DO OBJETO E DO PREÇO

1.1. A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para a aquisição de leites especiais destinados a Secretaria Municipal de Saúde de Luzerna, constantes do Edital e de sua proposta comercial, conforme tabela discriminativa abaixo:

Item	Especificação	Und	Qde	Preço Unitário R\$	Preço Total R\$
2	Fórmula infantil de seguimento, com predominância protéica caseína; Alimentação de lactentes, em sequência ao esquema alimentar iniciado nos primeiros seis meses de vida; ser acrescida de óleos vegetais, maltodextrina e enriquecida com vitaminas, minerais, ferro e outros oligoelementos. Ingredientes: leite de vaca desnatado, maltodextrina, oleína de palma, óleo de palmiste, óleo de canola, óleo de milho, minerais, lecitina de soja e vitaminas. Não contém glúten. Lata com 800 gramas.	LT	264,00	20,85	5.504,40

1.2. O FORNECEDOR 1 - MEDIGRAM DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, responsável pelo fornecimento dos itens descritos no quadro a cima, receberá o valor global total de R\$ 5.504,40(cinco mil quinhentos e quatro reais e quarenta centavos);

1.3. Os produtos deverão ser entregues, de forma parcelada, de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde.

1.4. Os quantitativos descritos em Anexo ao Edital constituem

mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, podendo o Município acrescê-los ou diminuí-los, de acordo com a determinação legal, não ficando obrigado a executá-los integralmente.

1.5. O FORNECEDOR deverá proceder à entrega dos produtos em até 05 (cinco) dias, contados da data da solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, sem a exigência de valor mínimo e sem custos adicionais, de acordo com as especificações em Anexo ao presente Edital.

1.6. Os produtos deverão ser entregues nas dependências do Setor de Saúde de Luzerna, localizada na Avenida 16 de Fevereiro, 151, Centro de Luzerna (SC), em dias de expediente, das 7h45min às 11h30min ou das 13h30min às 17h30min.

1.7. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pelo envio e frete dos produtos solicitados.

1.8. Por ocasião do recebimento dos produtos, o Município, por intermédio de servidor designado, reserva-se no direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações técnicas do objeto licitado, obrigando-se a contratada a promover a devida substituição, observados os prazos contratuais.

1.9. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pela troca da mercadoria enviada, quando na ocasião do recebimento, for constatado que a mesma encontra-se com defeito, diferente da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações.

1.10. O aceite dos produtos não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico dos produtos, ou por desacordo com as especificações estabelecidas no Edital, verificadas posteriormente.

1.11. Caso o produto seja recusado ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento.

1.12. Os produtos fornecidos deverão ter as datas de fabricação e de validade impressas em suas embalagens.

1.13. O prazo de validade dos produtos não deverá ser inferior a 12 (doze) meses, a contar da data da entrega do produto.

1.14. Os quantitativos descritos em Anexo ao Edital constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, não ficando o Município, obrigado a executá-los integralmente.

1.15. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da LLC, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preço (ARP).

#### CLÁUSULA SEGUNDA DO REAJUSTE, REVISÃO E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

2.1. Os preços não serão reajustados;

2.2. O preço registrado poderá ser revisado, quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pelo FORNECEDOR;

2.3. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores;

2.4. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, deverá requerer a revisão dos preços nos termos do art. 65, II, d, da Lei nº 8.666/93;

2.5. Os preços registrados e atualizados não poderão ser superiores aos preços praticados no mercado;

2.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do item correspondente da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da

contratação mais vantajosa;

2.7. Os preços registrados, quando sujeitos ao controle oficial, poderão ser revisados nos termos e prazos fixados pelo órgão público controlador;

2.8. O disposto acima se aplica igualmente nos casos de incidência de novos impostos ou taxas e de alterações das alíquotas dos já existentes.

#### CLÁUSULA TERCEIRA DOS PAGAMENTOS

3.1. O pagamento será realizado em até 15 (quinze) dias após o recebimento dos produtos, importando os valores conforme os registrados na Ata de Registro de Preços, por item fornecido, de acordo com o quantitativo solicitado e efetivamente entregue, bem como mediante apresentação do documento fiscal, atestado por servidor competente;

3.2. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade requisitante e ter a mesma razão social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação;

3.3. O FORNECEDOR deverá enviar fax do documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, para o Setor de Compras (Fone/fax: (049) 3551-4700);

3.4. A apresentação de documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o Município do ressarcimento de qualquer prejuízo para o FORNECEDOR.

#### CLÁUSULA QUARTA DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

4.1. Cabe ao FORNECEDOR:

4.1.1. Executar o objeto de acordo com o estipulado no Edital e seus anexos e na Cláusula Primeira desta Ata;

4.1.2. Manter, durante a execução do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação previstas no Edital e em compatibilidade com as obrigações assumidas;

4.1.3. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato;

4.1.4. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do contrato oriundo do processo licitatório;

4.1.5. Exigir do Município documento de autorização emitido pelo setor municipal competente, para a liberação dos produtos solicitados, a fim de comprovar o seu fornecimento.

#### CLÁUSULA QUINTA DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

5.1. Nos termos do artigo 7º da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, se o FORNECEDOR, convocado no prazo estipulado, não assinar a Ata de Registro de Preços, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

5.2. O atraso injustificado no fornecimento sujeitará a proponente vencedora à multa de mora, no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais) por dia de atraso.

5.3. A multa aludida acima não impede que a Administração aplique as outras sanções previstas em LEI.

#### CLÁUSULA SEXTA DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS



6.1. A Ata de Registro de Preços somente poderá ser alterada na forma disposta na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, art. 65, inciso I, letra "b" e inciso II, letras "c" e "d", observado o que dispõe os §§ 1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 8º do mesmo artigo;

6.2. A execução da Ata de Registro de Preços deverá ser acompanhada e fiscalizada por pessoas ou Comissão Especial, designadas pelo Prefeito, que anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

#### CLÁUSULA SÉTIMA

#### DO CANCELAMENTO E DA SUSPENSÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

7.1. O registro do FORNECEDOR poderá ser CANCELADO, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

7.1.1. Pela Administração, quando:

a. O FORNECEDOR não cumprir as exigências contidas no Edital ou na Ata de Registro de Preços;

b. O FORNECEDOR, injustificadamente, deixar de firmar a Ata decorrente do registro de preços;

c. O FORNECEDOR der causa à rescisão administrativa da Ata decorrente do registro de preços, por um dos motivos elencados no art. 78 e seus incisos da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores;

d. Os preços registrados se apresentarem manifestamente superiores aos praticados pelo mercado;

e. Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores.

7.1.2. Pelo FORNECEDOR quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório, que deu origem ao Registro de Preços.

7.2. O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo Órgão Gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

7.3. A comunicação do cancelamento do registro do FORNECEDOR, nos casos previstos no subitem 7.1.1, efetuar-se-á por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

7.4. No caso do FORNECEDOR não puder ser cientificado de outra forma, a comunicação dar-se-á por publicação no jornal em que são publicados os atos oficiais do Município de Luzerna, considerando-se cancelado o registro do FORNECEDOR, a partir do 5º (quinto) dia útil, contado da publicação.

7.5. A solicitação do FORNECEDOR ou prestador de serviços para cancelamento do registro de preço não o desobriga do fornecimento dos produtos ou da prestação dos serviços até a decisão final do Órgão Gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceite as razões do pedido.

7.6. Enquanto perdurar o cancelamento poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços.

7.7. A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, facultada a Administração a aplicação das penalidades previstas no Edital, caso não aceite as razões do pedido.

7.8. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

7.9. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7.10. Os preços registrados poderão ser SUSPENSOS nos seguintes casos:

a. Pela Administração, por meio de Edital, quando por ela julgado que o FORNECEDOR esteja temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro

de preços ou, ainda, por interesse do Município, ressalvadas as contratações já levadas a efeito até a data de decisão;

b. Pelo FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços, mediante requerimento formal e devidamente instruído.

#### CLÁUSULA OITAVA

#### DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1. As despesas decorrentes do fornecimento do objeto da presente Ata correrão a conta da seguinte dotação orçamentária:

Projeto/Atividade	Recurso	Despesa/Ano	Descrição
2.017.3390.00	2	5/2013	Funcionamento e manutenção do Fundo Municipal de Saúde.

8.2. As despesas provenientes da execução desta Ata correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, consignadas nos orçamentos do Fundo Municipal de Saúde de Luzerna, durante a vigência da presente Ata de Registro de Preços.

#### CLÁUSULA NONA

#### DA VIGÊNCIA

A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, contados da data de publicação da mesma.

#### CLÁUSULA DÉCIMA

#### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

10.2. Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um FORNECEDOR registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

10.3. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do §1º do art. 65 da LLC, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preços (ARP).

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

#### DO FORO

É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 05 (cinco) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna(SC), 5 de junho de 2013.

WALMOR SILVESTRE DRESCH NETO STROHER  
GESTOR DO FMS  
CONTRATANTE

EGON PAULO GRAMS  
MEDIGRAM DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA  
FORNECEDOR 1



## TESTEMUNHAS:

1. \_\_\_\_\_

2. \_\_\_\_\_

**FMS.22.13 - Contrato - FMS - Aquisição de Leite Especial - Fornecedor 2 -**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS FMS Nº 22.2013

PROCESSO LICITATÓRIO PML Nº 0033/2013

PREGÃO PML Nº 0026/2013

VALIDADE: 12 (doze) MESES

Aos 5 (cinco) dias do mês de junho do ano de 2013, presentes de um lado, o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA - FMS, Órgão Gestor, representado neste ato por seu Gestor, WALMOR SILVESTRE DESCH NETO STROHER, e Secretaria da Fazenda e Administração do Município de Luzerna, órgão gerenciador, no uso de suas atribuições, RESOLVE registrar os preços ofertados pelas empresas:

2 ORIGINAL FARMA LTDA EPP, pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua Frei Gaspar de Madre de Deus nº 830, Bloco 33, Novo Mundo, no Município de Curitiba (PR), CEP 81.050.590, inscrita no CNPJ sob o nº 07.909.536/0001-73, neste ato representado(a) por MAURO MARQUES, brasileiro (a), maior, casado, empresário, portador(a) da cédula de identidade nº 5.353.206/3-PR e inscrita no CPF/MF sob o nº 016.220.759-00, residente e domiciliado(a) na Rua Romualdo Portugal, nº 1.791, Centro, na cidade de Campo Largo(PR), doravante denominado FORNECEDOR 2;

Classificada para fornecimento dos objetos constantes do Edital de Processo Licitatório nº 0033/2013, Pregão nº 0026/2013, observando-se fielmente as disposições deste, inclusive das propostas apresentadas, que ora integram este instrumento de Registro de Preço, independente de transcrição, e, também, pelas cláusulas a seguir delineadas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA****DO OBJETO E DO PREÇO**

1.1. A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para a aquisição de leites especiais destinados a Secretaria Municipal de Saúde de Luzerna, constantes do Edital e de sua proposta comercial, conforme tabela discriminativa abaixo:

Item	Especificação	Und	Qde	Preço Unitário R\$	Preço Total R\$
1	Dieta semielementar com baixa osmolalidade e baixo peso molecular, hipoalergênica, à base de proteína extensamente hidrolisada de soro e leite, TCM, óleos vegetais e de peixe, maltodextrina, vitaminas, minerais e oligoelementos. Osmolalidade: 217 mOsm/kg de água Isento de lactose, sacarose, frutose e glúten. Contém nucleotídeos, taurina, carnitina, colina e inositol. Lata com 400 gramas.	LT	192,00	53,80	10.329,60

1.2. O FORNECEDOR 2 ORIGINAL FARMA LTDA EPP, responsável pelo fornecimento dos itens descritos no quadro a cima, receberá o valor global total de R\$ 10.329,60 (dez mil trezentos e vinte e nove reais e quarenta centavos);

1.3. Os produtos deverão ser entregues, de forma parcelada, de

acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde.

1.4. Os quantitativos descritos em Anexo ao Edital constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, podendo o Município acrescê-los ou diminuí-los, de acordo com a determinação legal, não ficando obrigado a executá-los integralmente.

1.5. O FORNECEDOR deverá proceder à entrega dos produtos em até 05 (cinco) dias, contados da data da solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, sem a exigência de valor mínimo e sem custos adicionais, de acordo com as especificações em Anexo ao presente Edital.

1.6. Os produtos deverão ser entregues nas dependências do Setor de Saúde de Luzerna, localizada na Avenida 16 de Fevereiro, 151, Centro de Luzerna (SC), em dias de expediente, das 7h45min às 11h30min ou das 13h30min às 17h30min.

1.7. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pelo envio e frete dos produtos solicitados.

1.8. Por ocasião do recebimento dos produtos, o Município, por intermédio de servidor designado, reserva-se no direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações técnicas do objeto licitado, obrigando-se a contratada a promover a devida substituição, observados os prazos contratuais.

1.9. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pela troca da mercadoria enviada, quando na ocasião do recebimento, for constatado que a mesma encontra-se com defeito, diferente da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações.

1.10. O aceite dos produtos não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico dos produtos, ou por desacordo com as especificações estabelecidas no Edital, verificadas posteriormente.

1.11. Caso o produto seja recusado ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento.

1.12. Os produtos fornecidos deverão ter as datas de fabricação e de validade impressas em suas embalagens.

1.13. O prazo de validade dos produtos não deverá ser inferior a 12 (doze) meses, a contar da data da entrega do produto.

1.14. Os quantitativos descritos em Anexo ao Edital constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, não ficando o Município, obrigado a executá-los integralmente.

1.15. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da LLC, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preço (ARP).

**CLÁUSULA SEGUNDA****DO REAJUSTE, REVISÃO E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS**

2.1. Os preços não serão reajustados;

2.2. O preço registrado poderá ser revisado, quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pelo FORNECEDOR;

2.3. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores;

2.4. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, deverá requerer a revisão dos preços nos termos do art. 65, II, d, da Lei nº 8.666/93;

2.5. Os preços registrados e atualizados não poderão ser superiores aos preços praticados no mercado;

2.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador

deverá proceder à revogação do item correspondente da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa;

2.7.Os preços registrados, quando sujeitos ao controle oficial, poderão ser revisados nos termos e prazos fixados pelo órgão público controlador;

2.8.O disposto acima se aplica igualmente nos casos de incidência de novos impostos ou taxas e de alterações das alíquotas dos já existentes.

#### CLÁUSULA TERCEIRA DOS PAGAMENTOS

3.1.O pagamento será realizado em até 15 (quinze) dias após o recebimento dos produtos, importando os valores conforme os registrados na Ata de Registro de Preços, por item fornecido, de acordo com o quantitativo solicitado e efetivamente entregue, bem como mediante apresentação do documento fiscal, atestado por servidor competente;

3.2.A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade requisitante e ter a mesma razão social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação;

3.3.O FORNECEDOR deverá enviar fax do documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, para o Setor de Compras (Fone/fax: (049) 3551-4700);

3.4.A apresentação de documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o Município do ressarcimento de qualquer prejuízo para o FORNECEDOR.

#### CLÁUSULA QUARTA DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

4.1. Cabe ao FORNECEDOR:

4.1.1. Executar o objeto de acordo com o estipulado no Edital e seus anexos e na Cláusula Primeira desta Ata;

4.1.2.Manter, durante a execução do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação previstas no Edital e em compatibilidade com as obrigações assumidas;

4.1.3. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato;

4.1.4. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do contrato oriundo do processo licitatório;

4.1.5. Exigir do Município documento de autorização emitido pelo setor municipal competente, para a liberação dos produtos solicitados, a fim de comprovar o seu fornecimento.

#### CLÁUSULA QUINTA DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

5.1. Nos termos do artigo 7º da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, se o FORNECEDOR, convocado no prazo estipulado, não assinar a Ata de Registro de Preços, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

5.2. O atraso injustificado no fornecimento sujeitará a proponente vencedora à multa de mora, no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais) por dia de atraso.

5.3. A multa aludida acima não impede que a Administração aplique as outras sanções previstas em LEI.

#### CLÁUSULA SEXTA DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1. A Ata de Registro de Preços somente poderá ser alterada na forma disposta na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, art. 65, inciso I, letra "b" e inciso II, letras "c" e "d", observado o que dispõe os §§ 1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 8º do mesmo artigo;

6.2.A execução da Ata de Registro de Preços deverá ser acompanhada e fiscalizada por pessoas ou Comissão Especial, designadas pelo Prefeito, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

#### CLÁUSULA SÉTIMA DO CANCELAMENTO E DA SUSPENSÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

7.1. O registro do FORNECEDOR poderá ser CANCELADO, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

7.1.1. Pela Administração, quando:

a. O FORNECEDOR não cumprir as exigências contidas no Edital ou na Ata de Registro de Preços;

b. O FORNECEDOR, injustificadamente, deixar de firmar a Ata decorrente do registro de preços;

c. O FORNECEDOR der causa à rescisão administrativa da Ata decorrente do registro de preços, por um dos motivos elencados no art.78 e seus incisos da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores;

d.Os preços registrados se apresentarem manifestamente superiores aos praticados pelo mercado;

e. Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores.

7.1.2.Pelo FORNECEDOR quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório, que deu origem ao Registro de Preços.

7.2.O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo Órgão Gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

7.3. A comunicação do cancelamento do registro do FORNECEDOR, nos casos previstos no subitem 7.1.1, efetuar-se-á por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

7.4.No caso do FORNECEDOR não puder ser cientificado de outra forma, a comunicação dar-se-á por publicação no jornal em que são publicados os atos oficiais do Município de Luzerna, considerando-se cancelado o registro do FORNECEDOR, a partir do 5º (quinto) dia útil, contado da publicação.

7.5. A solicitação do FORNECEDOR ou prestador de serviços para cancelamento do registro de preço não o desobriga do fornecimento dos produtos ou da prestação dos serviços até a decisão final do Órgão Gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceite as razões do pedido.

7.6. Enquanto perdurar o cancelamento poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços.

7.7.A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, facultada a Administração a aplicação das penalidades previstas no Edital, caso não aceite as razões do pedido.

7.8. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

7.9. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7.10. Os preços registrados poderão ser SUSPENSOS nos seguintes casos:

- a. Pela Administração, por meio de Edital, quando por ela julgado que o FORNECEDOR esteja temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços ou, ainda, por interesse do Município, ressalvadas as contratações já levadas a efeito até a data de decisão;
- b. Pelo FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços, mediante requerimento formal e devidamente instruído.

#### CLÁUSULA OITAVA DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1.As despesas decorrentes do fornecimento do objeto da presente Ata correrão a conta da seguinte dotação orçamentária:

Projeto/Atividade	Recurso	Despesa/Ano	Descrição
2.017.3390.00	2	5/2013	Funcionamento e manutenção do Fundo Municipal de Saúde.

8.2.As despesas provenientes da execução desta Ata correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, consignadas nos orçamentos do Fundo Municipal de Saúde de Luzerna, durante a vigência da presente Ata de Registro de Preços.

#### CLÁUSULA NONA DA VIGÊNCIA

A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, contados da data de publicação da mesma.

#### CLÁUSULA DÉCIMA DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

10.2. Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um FORNECEDOR registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

10.3. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do §1º do art.65 da LLC, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preços (ARP).

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DO FORO

É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 05 (cinco) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna(SC), 5 de junho de 2013.  
WALMOR SILVESTRE DRESCH NETO STROHER  
GESTOR DO FMS  
CONTRATANTE

MAURO MARQUES  
ORIGINAL FARMA LTDA EPP  
FORNECEDOR 1

TESTEMUNHAS:

1. \_\_\_\_\_

2. \_\_\_\_\_

#### PML.065.13 - Marcopolo - Microônibus

CONTRATO N.º 065/13, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC) E A MARCOPOLO S/A, PARA OS FINS QUE SE ESPECIFICA

Aos 27 dias do mês de maio de 2013, de um lado o MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC), com sede em Luzerna e foro em Joaçaba(SC), localizada à Av. 16 de fevereiro, 151, Centro, em Luzerna(SC), inscrita no C.N.P.J./MF sob o nº 01.613.428/0001-72, neste ato representado pelo Sr. MOISÉS DIERSMANN nomeado por meio de instrumento de mandato, portador da Carteira de Identidade nº 11/C-3.427.769, CPF nº 024.651.199-07, no uso da atribuição que lhe confere o Termo de Posse, neste ato denominado simplesmente CONTRATANTE, e a empresa MARCOPOLO S/A, inscrita no CNPJ sob o nº 88.611.835/0008-03, estabelecida à Avenida Rio Branco, nº 4889 - Bairro Ana Rech - Caxias do Sul(RS), neste ato representada(o) por seu/sua JOÃO MATEUS RITZEL, portador(a) da carteira de identidade nº 7031630291, expedida pela SJS/RS, CPF nº 442.752.770-15, doravante denominada CONTRATADA, em vista o constante e decidido no processo administrativo nº 23034.005848/2012-85, resolvem celebrar o presente contrato, decorrente de licitação na modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO Nº 50/2012, para Registro de Preços, conforme descrito no Edital e seus Anexos, que se regerá pela Lei n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993, pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e pelo Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, mediante as condições expressas nas cláusulas seguintes.

#### DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA - O presente Contrato tem por objeto a aquisição de veículos de transporte escolar diário de estudantes da educação básica das redes públicas de ensino nos Estados, Distrito Federal e Municípios, e demais entidades autorizadas a aderir ao programa de acordo com a legislação específica vigente, para atender ao Programa Caminho da Escola do Ministério da Educação.

#### DO PREÇO

CLÁUSULA SEGUNDA - O valor atribuído individualmente pela aquisição objeto da presente contratação será o seguinte:

Item/Grupo	Descrição	Quantidade	Valor Unitário em R\$	Valor Total em R\$
3 / ORE 01 4X4	MICROÔNIBUS ORE 01 4X4 ESPECIFICAÇÃO EDITAL 50/2012 FNDE	01	R\$ 196.500,00	R\$ 196.500,00

#### DA VINCULAÇÃO AO EDITAL E À PROPOSTA

CLÁUSULA TERCEIRA - Vincula-se a este Contrato o Edital de Pregão Eletrônico nº 50/2012, seus Anexos e a Ata de Registro de Preços.

#### DA VIGÊNCIA



**CLÁUSULA QUARTA** - O presente Contrato terá vigência de 12 (doze) meses, a partir da data de sua assinatura.

#### DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

**CLÁUSULA QUINTA** - O acompanhamento da execução desse Contrato ficará a cargo da Secretária de Educação, Cultura e Esportes, mediante nomeação de servidor especialmente designado para este fim, nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/93.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - Os servidores designados anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução deste Contrato, sendo-lhe assegurada a prerrogativa de:

I. fiscalizar e atestar o fornecimento dos veículos, de modo que sejam cumpridas

integralmente as condições estabelecidas neste Contrato;

II. comunicar eventuais falhas no fornecimento dos veículos, cabendo à CONTRATADA adotar as providências necessárias;

III. garantir à CONTRATADA toda e qualquer informação sobre ocorrências ou fatos relevantes relacionados com o fornecimento dos veículos.

IV. emitir pareceres em todos os atos da Administração relativos à execução do contrato, em especial aplicações de sanções e alterações do mesmo.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - A fiscalização exercida pela CONTRATANTE não excluirá ou reduzirá a responsabilidade da CONTRATADA pela completa e perfeita execução do objeto contratual.

#### DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

**CLÁUSULA SEXTA** - A CONTRATANTE, durante a vigência deste Contrato, compromete-se a:

I. efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com o estabelecido na Cláusula Nona deste Contrato;

II. promover o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento dos veículos, sob o aspecto quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas;

III. comunicar prontamente à Contratada, qualquer anormalidade no objeto deste instrumento de Contrato, podendo recusar o recebimento, caso não esteja de acordo com as especificações e condições estabelecidas, no Termo de Referência - Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico e no presente Contrato;

IV. notificar previamente à Contratada, quando da aplicação de penalidades.

V. proceder consulta "ON LINE", ou por forma equivalente, a fim de verificar a situação cadastral da CONTRATADA no SICAF - Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores, devendo o resultado dessa consulta ser impresso, sob a forma de extrato, e juntado aos autos, com a instrução processual necessária.

#### DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

**CLÁUSULA SÉTIMA** - A CONTRATADA, durante a vigência deste Contrato, compromete-se a:

I. manter as condições de habilitação e qualificação exigidas durante toda a vigência do Contrato, informando à CONTRATANTE a ocorrência de qualquer alteração nas referidas condições;

II. atender as demais condições descritas no Termo de Referência (Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico) e na Ata de Registro de Preços;

III. responsabilizar-se pelo fornecimento dos veículos, objeto deste Contrato, respondendo civil e criminalmente por todos os danos, perdas e prejuízos que, por dolo ou culpa sua, de seus empregados, prepostos, ou terceiros no exercício de suas atividades, vier a, direta ou indiretamente, causar ou provocar à CONTRATANTE e a terceiros;

IV. executar todos os serviços com mão-de-obra qualificada, devendo a CONTRATADA estar ciente das normas técnicas da ABNT, correspondente às demandas descritas no Termo de Referência (Anexo I do Edital).

#### DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO

**CLÁUSULA OITAVA** - Os veículos deverão ser entregues na forma estabelecida no Anexo I (Termo de Referência) do Edital, nas quantidades, qualidades e padrões cotados, no prazo de até 110 (cento e dez) dias, contados da data da assinatura deste contrato.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - Os veículos serão considerados como definitivamente recebidos depois de confirmados em comparação com as especificações ofertadas pela CONTRATADA em sua proposta, e atestados pelos gestores das unidades para tal fim.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - Fica assegurado ao FNDE e/ou aos Interessados, o direito de rejeitar, no todo ou em parte, os veículos entregues em desacordo com as especificações exigidas no Edital e seus anexos, ficando a empresa licitante vencedora obrigada a substituir e/ou reparar os itens irregulares no prazo de até 30 dias, indicado no Encarte D do Anexo I. (ver "Declaração de Pendência").

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - Em conformidade com os artigos 73 e 75 da Lei nº 8.666/93, o objeto do presente Contrato será recebido pelo setor competente da CONTRATANTE, no(s) seguinte(s) local(is): Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, sito a Av. 16 de fevereiro, 151, Centro, em Luzerna(SC).

#### DO PAGAMENTO

**CLÁUSULA NONA** - O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias corridos contados a partir do atesto do gestor do contrato (recebimento definitivo do bem), aposto nos documentos de cobrança, e será realizado por meio de Ordem Bancária e mediante crédito em conta-corrente no domicílio bancário informado na proposta de preços.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - No caso em que se verificar que o documento de cobrança apresentado encontra-se em desacordo com o estabelecido, a documentação será restituída para as correções cabíveis, mediante notificação, por escrito, contando-se novo prazo para pagamento a partir de sua reapresentação.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - A CONTRATANTE pagará as faturas somente à CONTRATADA, vedada sua negociação com terceiros ou sua colocação em cobrança bancária.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - O não pagamento nos prazos previstos nesta Cláusula acarretará

multa à CONTRATANTE, em que os juros de mora a ser acrescido ao valor devido serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, mediante a aplicação da fórmula a seguir:

$EM = N \times VP \times I$ , onde:

EM = encargos moratórios

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento

VP = Valor da parcela em atraso

I = índice de atualização financeira, assim apurado:

$I = (TX/100) / 365$ , sendo:

TX = Percentual da taxa anual do IPCA - Índice de Preços ao Consumidor Ampliado, do IBGE.

**PARÁGRAFO QUARTO** - Para habilitar-se ao pagamento a CONTRATADA deverá apresentar ao CONTRATANTE a 1ª via da Nota Fiscal de Venda/Fatura juntamente com a comprovação de entrega do veículo (Termo de Recebimento definitivo), apensado a Ficha de Inspeção e Aceitação do veículo, conforme modelo - Encarte D, do Termo de Referência.

#### DAS GARANTIAS

**CLÁUSULA DÉCIMA** - Como garantia do cumprimento integral de todas as obrigações contratuais ora assumidas, inclusive indenizações a terceiros e multas que venham a ser aplicadas, a CONTRATADA se obriga a prestar garantia no valor correspondente a 5% (Cinco por cento) do valor do Contrato, no prazo de até 30 dias, após a assinatura do contrato, pela modalidade de seguro



garantia.

I - Caução em dinheiro ou títulos da dívida pública;

II - Seguro Garantia;

III - Fiança Bancária.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O valor da garantia será atualizado nas mesmas condições do valor contratual.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A garantia ficará à responsabilidade e à ordem da Diretoria Financeira da CONTRATANTE e somente será restituída após o integral cumprimento de todas as obrigações contratuais.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Se a garantia prestada pela CONTRATADA for na modalidade de caução em dinheiro, esta será atualizada monetariamente e poderá ser retirada/levantada pelo CONTRATANTE, total ou parcialmente, para fins de cobertura de pagamento das multas previstas na Cláusula Décima Quarta deste contrato.

PARÁGRAFO QUARTO - Se o valor da garantia for utilizado, total ou parcialmente, em

pagamento de qualquer obrigação, inclusive indenização a terceiros ou pagamento de multas contratuais, a CONTRATADA se compromete a fazer a respectiva reposição no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da data em que for notificada pela CONTRATANTE, mediante ofício entregue contra recibo.

PARÁGRAFO QUINTO - Na hipótese de rescisão do Contrato com base no inciso I do Parágrafo Primeiro, da Cláusula Décima Quinta, a CONTRATANTE executará a garantia contratual para seu ressarcimento, nos termos do art. 80, III, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

A CONTRATADA terá que apresentar DOCUMENTO DE GARANTIA DOS VEÍCULOS com cobertura de no mínimo 12 (doze) meses, contados da entrega do veículo.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A CONTRATADA deverá ofertar ainda 2 (duas) manutenções

preventivas obrigatórias, constante do Manual de Operações, nas oficinas das concessionárias do fabricante, e a periodicidade deverá levar em consideração a quilometragem e/ou o tempo.

PARÁGRAFO SEGUNDO - No caso em que o local de entrega estiver situado a mais de 200 km de distância da rede de concessionárias do fabricante, as manutenções preventivas obrigatórias deverão ser feitas pelo fabricante (concessionárias ou prepostos) no próprio local de entrega.

#### DO VALOR E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - Atribui-se ao presente contrato o valor global de R\$ 196.500,00 (cento e noventa e seis mil e quinhentos reais)

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Estão inclusas no valor acima todas as despesas necessárias, tais

como: mão-de-obra, tributos, emolumentos, despesas indiretas, encargos sociais ou quaisquer outros gastos não especificados, necessários ao perfeito cumprimento das obrigações constantes neste contrato;

PARÁGRAFO SEGUNDO - Os recursos serão alocados neste exercício, à conta da CONTRATANTE, na seguinte classificação orçamentária:

PROGRAMA DE TRABALHO	FONTE DE RECURSOS	ELEMENTO DE DESPESA	NÚMERO DE EMPENHO	DATA DE EMPENHO	VALOR (R\$)
					R\$ 196.500,00

PARÁGRAFO TERCEIRO - O empenho de dotações orçamentárias suplementares até o limite do valor corrigido do Contrato não caracteriza sua alteração, podendo ser registrado por simples apostila, dispensando a celebração de aditamento, consoante faculdade

inserta no art. 65, § 8º da Lei nº 8.666/93.

#### DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - A CONTRATADA obriga-se a aceitar os acréscimos ou supressões do objeto deste Contrato que se fizerem necessários, até o limite facultado pela regra do Parágrafo 1º, artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, podendo a supressão exceder tal limite, desde que resultante de acordo entre os celebrantes, nos termos do Parágrafo 2º, Inciso II do mesmo artigo, conforme redação introduzida pela Lei nº 9.648/98.

#### DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - Pela inexecução total ou parcial deste instrumento de contrato, a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções, segundo a gravidade da falta cometida:

I - advertência escrita: quando se tratar de infração leve, a juízo da fiscalização, no caso de descumprimento das obrigações e responsabilidades assumidas neste contrato ou, ainda, no caso de outras ocorrências que possam acarretar prejuízos à CONTRATANTE, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave;

II - multas:

a) Caso haja alguma irregularidade relativa à qualidade física dos produtos a Administração definirá, a seu critério, o índice de gravidade e o cálculo da multa a ser atribuído a irregularidade encontrada.

b) 0,03% (três centésimos por cento) por dia sobre o valor dos veículos entregues com atraso, e decorridos 30 (trinta) dias de atraso o Contratante poderá decidir pela continuidade da multa ou pela rescisão contratual, em razão da inexecução total.

c) 0,06% (seis centésimos por cento) por dia sobre o valor do fato ocorrido, para ocorrências de atrasos em qualquer outro prazo previsto no contrato, não abrangido pelas demais alíneas.

d) 1% (um por cento) por dia sobre o valor da garantia contratual, pela não apresentação/atualização, no prazo estabelecido no instrumento contratual, da garantia contratual.

e) 5% (cinco por cento) por dia sobre o valor dos veículos questionados, pelo não cumprimento de quaisquer condições de garantia estabelecida no contrato.

f) 5% (cinco por cento) sobre o valor global atualizado do contrato, pela não manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas no instrumento convocatório.

g) 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, nas hipóteses de rescisão contratual por inexecução do contrato, caracterizando-se quando houver reiterado descumprimento de obrigações contratuais, se a entrega for inferior a 50% (cinquenta por cento) do contratado, caso o atraso ultrapassar o prazo limite de trinta dias, estabelecido na alínea "a" ou os serviços forem prestados fora das especificações constantes do Termo de Referência e da proposta da Contratada.

III - suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo não superior a 2 (dois) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos que determinaram sua punição ou até que seja promovida a sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Quem convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido

de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no Sicaf, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/2002, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - O valor correspondente a qualquer multa aplicada à CONTRATADA, garantida a observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa, poderá ser descontado de acordo com o parágrafo quarto desta Cláusula, ou descontada/executada do valor da garantia, ou ainda, a critério da CONTRATANTE, via recolhimento do valor ao CONTRATANTE, em até 10 (dez) dias após o recebimento da notificação, ficando a CONTRATADA obrigada a comprovar o recolhimento, mediante a apresentação da quitação da multa.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - Decorrido o prazo de 10 (dez) dias para o recolhimento da multa, o débito será acrescido de 1% (um por cento) de mora por mês/fração, inclusive referente ao mês da quitação/consolidação do débito, limitado o pagamento com atraso em até 60 (sessenta) dias após a data da notificação, e, após este prazo, o débito será cobrado judicialmente.

**PARÁGRAFO QUARTO** - No caso de a CONTRATADA ser credora de valor suficiente, a CONTRATANTE poderá proceder ao desconto da multa devida na proporção do crédito.

**PARÁGRAFO QUINTO** - Se a multa aplicada for superior ao valor dos pagamentos eventualmente devidos, responderá a CONTRATADA pela sua diferença, podendo ser esta cobrada judicialmente.

**PARÁGRAFO SEXTO** - As sanções previstas nos incisos I, III e IV desta Cláusula poderão ser aplicadas juntamente com as do inciso II, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, nos termos do § 2º do artigo 87 da Lei nº 8.666/93.

**PARÁGRAFO SÉTIMO** - A sanção estabelecida no inciso IV desta Cláusula é de competência exclusiva do Senhor Ministro de Estado da Educação, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 02 (dois) anos de sua aplicação, nos termos do § 3º, do artigo 87 da Lei nº 8.666/93.

**PARÁGRAFO OITAVO** - As multas não têm caráter indenizatório e seu pagamento não eximirá a CONTRATADA de ser acionada judicialmente pela responsabilidade civil derivada de perdas e danos junto à CONTRATANTE, decorrentes das infrações cometidas.

#### DA RESCISÃO

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA** - A inexecução total ou parcial do contrato enseja sua rescisão pela CONTRATANTE. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos, assegurando o contraditório e a ampla defesa, com as consequências previstas abaixo.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - A rescisão contratual poderá ser:

I - determinada por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, e precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666/93.

II - amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo de licitação, desde que haja conveniência da CONTRATANTE.

III - judicial, nos termos da legislação.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - Constituem motivos para rescisão do contrato os previstos no art. 78 da Lei nº 8.666/93;

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do art. 78 da Lei nº 8.666/93, sem que haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados, quando os houver sofrido e, ainda, terá direito a devolução de garantia e pagamentos devidos pela execução do contrato até a data da rescisão;

**PARÁGRAFO QUARTO** - A rescisão contratual de que trata o inciso

I do art. 79 acarreta as consequências previstas no art. 80, incisos I a IV, ambos da Lei nº 8.666/93.

#### DOS CASOS OMISSOS

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA** - A execução deste contrato, bem assim os casos nele omissos, regulam-se pelas cláusulas contratuais e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhes, supletivamente, os princípios de teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado, na forma do artigo 54 da Lei nº 8.666/93.

#### DA ANÁLISE

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA** - A minuta do presente Contrato foi devidamente analisada e aprovada pela Procuradoria Federal no FNDE, conforme determina a legislação em vigor.

#### DA PUBLICAÇÃO

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA** - A publicação resumida deste instrumento, na Imprensa

Oficial, que é condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pela CONTRATANTE até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias a partir daquela data, nos termos do parágrafo único do art. 61 da Lei nº 8.666/93.

#### DO FORO

**CLÁUSULA DÉCIMA NONA** - O Foro para dirimir questões relativas à presente contratação será o Foro da Seção Judiciária de Joazeiro, com prejuízo a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para todos os fins previstos em direito, na presença das duas testemunhas abaixo identificadas, que a tudo assistiram e que também o subscrevem.

Prefeito Municipal

MOISÉS DIERSMANN

P/ CONTRATANTE GERENTE COMERCIAL

JOÃO MATEUS RITZEL

P/ CONTRATADA

#### TESTEMUNHAS:

Nome: Mauricio José Bittencourt Nome:

CPF : 732.312.909-53

R.G : 2.145.197

1. \_\_\_\_\_

Angelo Brandalise Júnior

CPF: 005.073.359-10

RG : 3.158.078

2. \_\_\_\_\_

#### **PML.066.13- Arp - PML - Cascalho - Fornecedor 1 -**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML Nº 066.13

PROCESSO LICITATÓRIO PML Nº 30/2013

PREGÃO PML Nº 023/2013

VALIDADE: 12 (doze) MESES

Aos 20 (vinte) dias do mês de março do ano de 2013, presentes de um lado, a PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA, órgão gestor, representado neste ato por seu Prefeito MOISÉS DIERSMANN e Secretária da Fazenda e Administração do Município de Luzerna, órgão gerenciador, no uso de suas atribuições, RESOLVE registrar os preços ofertados pela empresa:

1 ANTONIO IVO CRUBER , pessoa física, situada na Linha do Salto, Interior, na cidade de Luzerna(SC), CEP 89609-000, inscrita no CPF sob o nº 518.307.799-15, doravante denominado FORNECEDOR 1;

#### CLÁUSULA PRIMEIRA

##### DO OBJETO E FORMA DE EXECUÇÃO

1.1. A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de material pétreo, destinado ao cascalho das estradas do interior do Município de Luzerna/SC, conforme descrição abaixo:

ITEM	UN	ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	M³	MATERIAL PÉTREO(CASCALHO)	20.000,000	2,60	52.000,00

1.2. O item, objeto deste contrato, será explorado pelo Município de forma parcelada, de acordo com a demanda e necessidade do setor municipal competente;

1.3. Os serviços de extração do material pétreo serão executados em área de propriedade e/ou responsabilidade do FORNECEDOR;

1.3. A CONTRATANTE será responsável pela extração e transporte do material, bem como, por todas as despesas provenientes da execução do objeto, tais como: maquinário, combustível, mão de obra, e quaisquer outras que incidam sobre a contratação ou decorrentes da mesma;

1.4. A extração do material será realizada na propriedade do FORNECEDOR, que deverá obrigatoriamente estar localizada dentro do perímetro do Município de Luzerna/SC;

1.5. O FORNECEDOR não se oporá ao uso do imóvel (independente de aviso), a fim de que nele possa a CONTRATANTE executar as ações necessárias ao cumprimento do objeto deste contrato;

1.6. O FORNECEDOR não poderá transferir o contrato proveniente do Edital, sem prévio e expresso consentimento do Município, bem como, fica vedada a alteração da sua finalidade;

1.7. Os quantitativos descritos em Anexo ao Edital constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, não ficando o Município, obrigado a executá-los integralmente;

1.8. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da LLC, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preço (ARP).

#### CLÁUSULA SEGUNDA

##### DO REAJUSTE, REVISÃO E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

2.1. O valor será reajustado pela variação do INPC, depois de decorrido 12 (doze) meses da data da assinatura do contrato, sempre com periodicidade anual, nos termos do art. 3º da Lei Federal nº 10.192/2001;

2.2. O preço registrado poderá ser revisado quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pelo FORNECEDOR;

2.3. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores;

2.4. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, deverá requerer a revisão dos preços nos termos do art. 65, II, d, da Lei nº 8.666/93;

2.5. Os preços registrados e atualizados não poderão ser superiores

aos preços praticados no mercado.

2.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do item correspondente da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

2.7. Os preços registrados, quando sujeitos ao controle oficial, poderão ser revisados nos termos e prazos fixados pelo órgão público controlador.

2.8. O disposto acima se aplica igualmente nos casos de incidência de novos impostos ou taxas e de alterações das alíquotas dos já existentes.

#### CLÁUSULA TERCEIRA

##### DOS PAGAMENTOS

3.1. O pagamento será realizado em até 15 (quinze) dias do mês subsequente ao vencido, de acordo com a aferição da Secretaria de Obras e Serviços, importando os valores conforme os registrados na Ata de Registro de Preços, bem como mediante apresentação do documento fiscal, atestado por servidor competente;

3.2. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade requisitante e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação;

3.4. O FORNECEDOR deverá enviar FAX do documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, aos cuidados do Setor de Compras (Fone/Fax: (049) 3551-4700);

3.5. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o CONTRATANTE do ressarcimento de qualquer prejuízo para o FORNECEDOR.

#### CLÁUSULA QUARTA

##### DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

4.1. Será de responsabilidade do FORNECEDOR:

4.1.1. Atender ao disposto nesta Ata, no Edital e seus anexos;

4.1.2. Executar o objeto da presente Ata de acordo com o estipulado na Cláusula Primeira;

4.1.3. Manter, durante toda a execução da Ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Processo Licitatório;

4.1.4. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato;

4.1.5. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução da Ata;

4.1.6. Exigir documento de autorização emitido pelo Setor Municipal competente, para liberação dos materiais solicitados, a fim de comprovar o seu fornecimento.

#### CLÁUSULA QUINTA

##### DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

5.1. Nos termos do artigo 7º da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, o FORNECEDOR que, quando convocado no prazo estipulado, não assinar a Ata de Registro de Preços, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

5.2. O atraso injustificado na execução dos serviços sujeitará o FORNECEDOR à multa de mora, no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais) por dia de atraso.

5.3. A multa aludida acima não impede que a Administração



aplique as outras sanções previstas em Lei.

#### CLÁUSULA SEXTA

##### DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93;  
6.2. A execução da Ata de Registro de Preços deverá ser acompanhada e fiscalizada por pessoas ou Comissão Especial, designadas pelo Prefeito, que anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;  
6.3. A Ata somente poderá ser alterada na forma disposta na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, art. 65, inciso I, letras "b" e inciso II, letras "c" e "d", observado o que dispõe os §§ 1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 8º do mesmo artigo.

#### CLÁUSULA SÉTIMA

##### DO CANCELAMENTO E DA SUSPENSÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

7.1. O registro do FORNECEDOR poderá ser CANCELADO, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

7.1.1. Pela Administração, quando:

- a. O FORNECEDOR não cumprir as exigências contidas no edital ou na ata de registro de preços;
- b. O FORNECEDOR, injustificadamente, deixar de firmar o contrato decorrente do registro de preços;
- c. O FORNECEDOR der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços, por um dos motivos elencados no art. 78 e seus incisos da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores;
- d. Os preços registrados se apresentarem manifestamente superiores aos praticados pelo mercado;
- e. Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores.

7.1.2. Pelo FORNECEDOR quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório, que deu origem ao registro de preços.

7.2. O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo Órgão Gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

7.3. A comunicação do cancelamento do registro do FORNECEDOR, nos casos previstos no subitem 7.1.1, efetuar-se-á por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

7.4. No caso do FORNECEDOR não puder ser cientificado de outra forma, a comunicação dar-se-á por publicação no jornal em que são publicados os atos oficiais do Município de Luzerna, considerando-se cancelado o registro do FORNECEDOR, a partir do 5º (quinto) dia útil, contado da publicação.

7.5. A solicitação do FORNECEDOR ou prestador de serviços para cancelamento do registro de preço não o desobriga do fornecimento dos produtos ou da prestação dos serviços até a decisão final do Órgão Gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceite as razões do pedido.

7.6. Enquanto perdurar o cancelamento poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços.

7.7. A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, facultada a Administração a aplicação das penalidades previstas no Edital, caso não aceite as razões do pedido.

7.8. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

7.9. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha

comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7.10. Os preços registrados poderão ser SUSPENSOS nos seguintes casos:

- a. Pela Administração, por meio de Edital, quando por ela julgado que o FORNECEDOR esteja temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços ou, ainda, por interesse do Município, ressalvadas as contratações já levadas a efeito até a data de decisão;
- b. Pelo FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços, mediante requerimento formal e devidamente instruído.

#### CLÁUSULA OITAVA

##### DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

8.1. As despesas provenientes da execução do objeto da presente Ata correrão a conta de dotações orçamentárias próprias, consignadas nos orçamentos da Unidade Gestora Central - Prefeitura de Luzerna ou dos Fundos Especiais, durante a vigência da presente Ata de Registro de Preços.

Projeto/Atividade	Recurso	Despesa/Ano	Descrição
2.060.3390.00	0	133/2013	Manutenção conservação das estradas vicinais do Município
2.060.3390.00	16	134/2013	Manutenção conservação das estradas vicinais do Município

#### CLÁUSULA NONA

##### DA VIGÊNCIA

A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, contados da data de publicação da mesma.

#### CLÁUSULA DÉCIMA

##### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Município, a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir independentemente da estimativa de consumo indicada na presente Ata.

10.2. Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um FORNECEDOR registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

10.3. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

10.4. O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o Município, nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

10.5. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

10.5.1. Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

10.5.2. Caberá ao FORNECEDOR beneficiário da Ata de Registro



de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DO FORO

É competente o foro da Comarca de Joaçaba para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 05 (cinco) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna(SC), 3 de junho de 2013.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

ANTONIO IVO CRUBER

FORNECEDOR 1

TESTEMUNHAS:

1. \_\_\_\_\_

2. \_\_\_\_\_

#### Edital de Receita FMAS ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

Des  
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Em cumprimento ao disposto nos termos do art. 2º da Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município de Luzerna, a liberação de recursos financeiros federais do Fundo Nacional de Assistência Social:

10/05/2013	Programa Piso Variável II	1.000,00
10/05/2013	IGD Programa Bolsa Família	687,50
13/05/2013	Piso Básico Fixo - PBF	4.500,00

Luzerna(SC), 01 de junho de 2013.

MOISES DIERSMANN

refeito Municipal

#### Edital de Receita FMS EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Em cumprimento ao disposto nos termos do art. 2º da Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município de Luzerna, a liberação de recursos financeiros federais provenientes do Fundo Nacional de Saúde:

10/04/2013	Programa Piso de Atenção Básica /PAB	10.739,08
22/04/2013	Programa Agentes Comunitários de Saúde /PACS	11.400,00
22/04/2013	Programa Saúde da Família/ PSF Bucal	14.260,00

23/04/2013	Programa de Melhoria do Acesso e da Qualidade/PMAQ	6.000,00
23/04/2013	Programa de Melhoria do Acesso e da Qualidade/PMAQ	6.000,00
29/04/2013	Transferência do SUS	268,33

Luzerna(SC), 01 de junho de 2013.

MOISES DIERSMANN

Prefeito Municipal

#### Edital de Receita FMS EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Em cumprimento ao disposto nos termos do art. 2º da Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município de Luzerna, a liberação de recursos financeiros estaduais provenientes do Fundo Estadual de Saúde:

22/04/2013	Co-financiamento da Atenção Básica	4.000,00
22/04/2013	Programa Farmácia Básica	1.866,33
22/04/2013	Programa Farmácia Básica	233,29

Luzerna(SC), 01 de junho de 2013.

MOISES DIERSMANN

Prefeito Municipal

**Macieira**

**PREFEITURA**

#### Publicação Resumida- Contratos

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

PUBLICAÇÃO RESUMIDA

Processo Licitatório nº 0026/2013.

Pregão Presencial nº 0019/2013.

Objeto: Aquisição de tonners e cartuchos de tinta, bem como serviços de recarga, para uso das secretarias municipais e suas unidades, durante o exercício de 2013, conforme especificações do anexo I do Edital.

Pagamento: Até o 10º dia útil do mês subsequente após entrega e apresentação de nota fiscal.

Vigência do Contrato: 31/12/2013.

CONTRATOS:

Contrato Administrativo nº 0040/2013.

Contratada: CS INFORMÁTICA LTDA.

Valor Total do Contrato: R\$ 11.665,00 (onze mil seiscentos e sessenta e cinco reais), para os itens descritos na Ata de Julgamento e Termo de Homologação.

Contrato Administrativo nº 0041/2013.

Contratada: MACITEC INFORMÁTICA E ARTIGOS PARA PRESENTES.

Valor Total do Contrato: R\$ 1.842,00 (um mil oitocentos e quarenta e dois reais), para os itens descritos na Ata de Julgamento e Termo de Homologação.

Macieira - SC, 05 de junho de 2013.

REJANE SPANHOLLO ABRAÃO

Pregoeira

# Marema

## PREFEITURA

### Decreto 063/2013

DECRETO n. 073/2013

de 09/04/2013

TRANSFERE VEICULO DE DEPARTAMENTO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

VALDOMIRO BEVILAQUA AIRTON JOSÉ TEDESCO, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação em vigor em especial CONSIDERANDO o ajustamento dos veículos às necessidades da administração

#### DECRETA

Art. 1º - A transferência de departamento dos seguintes veículos e máquinas:

I - Caminhão FORD LZO-0520 do DMER para Departamento de Agricultura;

II - Trator MASEY/296 do DMER para Departamento de Agricultura;

III - Veiculo FIAT/UNO MHK-3756 do Departamento de Educação para Departamento de Agricultura;

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 09 de abril de 2013.

VALDOMIRO BEVILAQUA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

DAIANA PERCIO

Func. Designado

### Decreto 064/2013

DECRETO n. 074/2013

de 09/04/2013

REVOGA DECRETO n. 029/2013 QUE NOMEOU VANDERLEI ANTONIO CALDERAM PARA O CARGO EM COMISSÃO DE ASSISTENTE DE ADMINISTRAÇÃO I - E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

VALDOMIRO BEVILAQUA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação

#### DECRETA

Art. 1º - Fica revogado o Decreto n. 029/2013 de 09/04/2013 que nomeia VANDERLEI ANTONIO CALDERAM para o cargo de provimento em comissão de Assistente de Administração.

§ único - Em virtude da revogação que trata o "caput" o respectivo servidor retorna ao cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Administração.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 09 de abril de 2013.

VALDOMIRO BEVILAQUA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SUELEN GASPAR

Func. Designado

### Decreto 065/2013

Decreto n. 065/2013

De 02/04/2013

NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - CAE, NO AMBITO DA RESPECTIVA JURISDIÇÃO MUNICIPAL, COMO ÓRGÃO DELIBERATIVO, FISCALIZADOR E DE ASSESSORAMENTO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDOMIRO BEVILAQUA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 64, VI da Lei Orgânica Municipal, e, especialmente o art. 2º do Decreto Municipal 554/00 de 29/08/2000 e para cumprimento da legislação em vigor:

#### DECRETA

Art. 1º - A nomeação, no âmbito da jurisdição municipal, os membros do Conselho Municipal de Alimentação Escolar - CAE, como órgão deliberativo, fiscalizador e de assessoramento, com a seguinte composição:

Representante do Executivo

- ROSANGELA DONZELLI MASCARELLO - Titular

- MARILUCIA CARBONERA DONZELLI- Suplente

Representante dos Professores (Educação Infantil e Ensino Fundamental

- MARLI LUNARDI - Titular

- ROSANI BUSSOLARO - Suplente

- MARILETE MARIA RAMPAZZO MAROSTICA - Titular

- LUCELIA CAREGNATTO - Suplente

Representante dos Pais e Alunos (APPs)

- SUELEN GASPAR - Titular

- ELISANDRA ALVES DOS SANTOS - Suplente

- ELIANE BEZ - Titular

- DANIELA CERATTO MAROSTICA - Suplente

Representante da Sociedade Civil

- JOVANA SANDRA SOTTILI - Titular

- ELIZETE MOREIRA - Suplente

- SIDIANE REGINATTO CAREGNATTO - Titular

- MARIA DA GLORIA PADOAN DUZ - Suplente

Art. 2º - Os membros do Conselho, prestaram serviços relevantes ao Município, não percebendo qualquer tipo de vencimento, gratificação ou indenização pela participação no Conselho e na diretoria.

Art. 3ª - O presente Decreto entrara em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 02 de abril de 2013.

VALDOMIRO BEVILAQUA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SUELEN GASPAR

Func. Designado

**Decreto 066/2013**

Decreto n. 066/2013

De 03/04/2013

HOMOLOGA OS MEMBROS DA DIRETORIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - CAE, NO AMBITO DA RESPECTIVA JURISDIÇÃO MUNICIPAL, COMO ORGÃO DELIBERATIVO, FISCALIZADOR E DE ACESSORAMENTO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDOMIRO BEVILAQUA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 64, VI da Lei Orgânica Municipal, e, especialmente o art. 2º do Decreto Municipal 554/00 de 29/08/2000 c/c Decreto Municipal n. 065/2013 de 02/04/2013 e para cumprimento da legislação em vigor:

**DECRETA**

Art. 1º - A homologação dos membros da diretoria, do Conselho Municipal de Alimentação Escolar - CAE, como órgão deliberativo, fiscalizador e de assessoramento, com a seguinte composição:

Presidente: MARLI LUNARDI

Vice Presidente: JOVANA SANDRA SUTTILI

Art. 2º - Os membros da Diretoria, prestaram serviços relevantes ao Município, não percebendo qualquer tipo de vencimento, gratificação ou indenização pela participação no Conselho e na diretoria.

Art. 3ª - O presente Decreto entrara em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 03 de abril de 2013.

VALDOMIRO BEVILAQUA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SUELEN GASPAR

Func. Designado

**Decreto 067/2013**

DECRETO nº067/2013

De 03/04/2013

NOMEIA SUELEN MARIA LUNARDI PARA O CARGO EM COMISSÃO DE ASSESSOR JURÍDICO CARGO DE LIVRE NOMEAÇÃO E EXONERAÇÃO, CONSTANTE NO ANEXO II - QUADRO DE PESSOAL EM COMISSÃO - DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL 027/2005 DE 12.12.2005 E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDOMIRO BEVILAQUA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 8, I do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema c/c o art. 3º, art. 11 inciso II e CONSIDERANDO o cargo de livre nomeação e exoneração

**DECRETA**

Art. 1º - A nomeação de SUELEN MARIA LUNARDI para o cargo de ASSESSOR JURÍDICO, Cargo em Comissão de Livre nomeação e exoneração - 20 horas, junto ao Departamento Municipal de Administração, constante no Anexo II da Lei Complementar Municipal n. 027/2005 de 12.12.2005, percebendo o vencimento constante do Plano de Cargos e Salários.

Art. 2º - O presente Decreto entra em vigor em 01 de abril de 2013.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 03 de abril de 2013.

VALDOMIRO BEVILAQUA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SUELEN GASPAR

Func. Designado

**Decreto 068/2013**

Decreto nº 068/2013

De 03 de abril de 2013.

HOMOLOGA O RESULTADO FINAL E A CLASSIFICAÇÃO DEFINITIVA DO PROCESSO SELETIVO Nº 001/2013, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Valdomiro Bevilaqua, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; Considerando a conclusão dos trabalhos de responsabilidade da empresa contratada para organizar, coordenar e executar o Processo Seletivo nº 001/2013; Considerando a publicação de todos os resultados e exauridas todas as possibilidades de recurso em face administrativa;

**DECRETA:**

Art. 1º Fica homologado o resultado final e a classificação definitiva do Processo Seletivo nº 001/2013, conforme consta dos quadros seguintes:

I – Concorrência Geral – CG:

Identificação do Cargo					
PROFESSOR DE ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL					Nº Vagas
20 horas semanais					01
NÃO HABILITADOS					
Nº Insc.	Identificação do Candidato	Notas Prova Objetiva	Aval. Títulos	Final	Classificação
013	Patricia Pércio	6,75	0,60	7,35	1º
008	Magali Terribele	5,00	1,80	6,80	2º

Identificação do Cargo					
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL					Nº Vagas
20 horas semanais					01
NÃO HABILITADOS					
Nº Insc.	Identificação do Candidato	Notas Prova Objetiva	Aval. Títulos	Final	Classificação
003	Tatiane Sinski	4,75	1,20	5,95	1º

Identificação do Cargo					
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA					Nº Vagas
20 horas semanais					01
HABILITADOS					
Nº Insc.	Identificação do Candidato	Notas Prova Objetiva	Aval. Títulos	Final	Classificação

011	Maria da Glória Padoan Duz	7,00	1,50	8,50	1º
002	Cleide Diana Pozza	6,00	1,50	7,50	2º
009	Murilo Caregnatto	5,00	1,20	6,20	3º

**Identificação do Cargo**

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	Nº Vagas
40 horas semanais	01

**NÃO HABILITADOS**

Nº Ins.	Identificação do Candidato	Notas			Classificação
		Prova Objetiva	Aval. Títulos	Final	
007	Maicon André Marocco	5,25	0,90	6,15	1º

**Identificação do Cargo**

PROFESSOR DE LÍNGUA INGLESA	Nº Vagas
20 horas semanais	01

**NÃO HABILITADOS**

Nº Ins.	Identificação do Candidato	Notas			Classificação
		Prova Objetiva	Aval. Títulos	Final	
004	Josemar Duz	5,00	0,90	5,90	1º
006	Ana Paula Valentini	5,00	0,30	5,30	2º

**Identificação do Cargo**

COORDENADOR DE PROGRAMAS	Nº Vagas
	01

**NÃO HABILITADOS**

Nº Ins.	Identificação do Candidato	Notas			Classificação
		Prova Objetiva	Aval. Títulos	Final	
005	Maristela Rampazzo	5,25	-	5,25	1º

**II – Portadores de Necessidades Especiais – PNE:**

Não houve inscritos na condição de portadores de necessidades especiais (PNE).

**III – Para os cargos de Médico Clínico Geral, Médico Ginecologista, Médico Geriatria, Médico Pediatra e Técnico em Podologia não houve inscritos.**

**IV – Somente constam neste Decreto os concorrentes que obtiveram classificação, ou seja, que obtiveram nota final igual ou superior a 5 (cinco).**

**Art. 2º** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Marema – SC, 3 de abril de 2013.

**VALDOMIRO BEVILAQUA**  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

**SUELEN GASPAR**  
FUNC. DESIGNADO

**Decreto 069/2013**

DECRETO nº069/2013

De 03/04/2013

**NOMEIA ELICLEI CASARIL PARA O CARGO EM COMISSÃO DE ASSISTENTE DE ADMINISTRAÇÃO I CC-08 CARGO DE LIVRE NOMEAÇÃO E EXONERAÇÃO, CONSTANTE NO ANEXO II - QUADRO DE PESSOAL EM COMISSÃO - DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL 027/2005 DE 12.12.2005 E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.**

VALDOMIRO BEVILAQUA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 8, I do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema c/c o art. 3º, art. 11 inciso II e CONSIDERANDO o cargo de livre nomeação e exoneração

**DECRETA**

**Art. 1º** - A nomeação de ELICLEI CASARIL para o cargo de ASSISTENTE DE ADMINISTRAÇÃO I CC-08, Cargo em Comissão de Livre nomeação e exoneração - 40 horas, junto ao Departamento Municipal de EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTES, constante no Anexo II da Lei Complementar Municipal n. 027/2005 de 12.12.2005, percebendo o vencimento constante do Plano de Cargos e Salários.

**Art. 2º-** O presente Decreto entra em vigor em 01 de abril de 2013.

**Art. 3º-** Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 03 de abril de 2013.

**VALDOMIRO BEVILAQUA**  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

**SUELEN GASPAR**  
Funcionaria Designada

**Decreto 070/2013**

DECRETO n. 070/2013

De 08/04/2013

**DISPÕE SOBRE A HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO n. 0012/2013 NA MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL n. 0006/2013, ADJUDICA O OBJETO AO PROPONENTE VENCEDOR E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.**

VALDOMIRO BEVILAQUA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação em vigor em especial ao disposto nas Leis Federal n. 8.666/93 e 8.884/94 bem como as alterações posteriores e CONSIDERANDO o julgamento feito pela comissão permanente de licitação:

**DECRETA**

**Art. 1º.** A homologação do julgamento proferido pela comissão permanente de licitação no Processo Administrativo Licitatório n.0012/2013 na Modalidade de Pregão Presencial n. 0006/2013, na sua exata ordem de classificação.

**Parágrafo Único** - O objeto da presente licitação consiste em Serviço de Perfuração e Detonação de Rochas.

**Art. 2º.** Fica adjudicado o objeto do item unico ao proponente vencedor KNAPP e CIA LTDA - CNPJ/MF n. 76.376.375/0001-12, no valor total de R\$ 28.680,00 (reais);

**Art. 3º.** Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.



**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE



Art. 4º. Revogadas as disposições em contrário.  
Gabinete do Prefeito, em 08 de abril de 2013.  
VALDOMIRO BEVILAQUA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

DAIANA PERCIO  
Func. Designado

### **Decreto 071/2013**

DECRETO n. 071/2013

De 08/04/2013

DISPÕE SOBRE A HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO n. 0014/2013 NA MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL n. 0007/2013, ADJUDICA O OBJETO AO PROPONENTE VENCEDOR E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDOMIRO BEVILAQUA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação em vigor em especial ao disposto nas Leis Federal n. 8.666/93 e 8.884/94 bem como as alterações posteriores e CONSIDERANDO o julgamento feito pela comissão permanente de licitação:

#### **DECRETA**

Art. 1º. A homologação do julgamento proferido pela comissão permanente de licitação no Processo Administrativo Licitatório n.0014/2013 na Modalidade de Pregão Presencial n. 0007/2013, na sua exata ordem de classificação.

Parágrafo Único - O objeto da presente licitação consiste em Contratação de instituição financeira para cobrança de tributos.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto do item unico ao proponente vencedor COOPERATIVA DE CRÉDITO MAXI ALFA DE LIVRE ADMISSÃO DE ASSOCIADOS - SICOOB MAXICRÉDITO/SC - CNPJ/MF n. 78.825.270/0001-29, no valor de R\$ 1,70 (reais) por boleto;

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 08 de abril de 2013.  
VALDOMIRO BEVILAQUA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

DAIANA PERCIO  
Func. Designado

### **Decreto 072/2013**

DECRETO n°072/2013

De 09/04/2013

EXONERA O SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL ADELIR DUZ EXERCENDO O CARGO COMISSONADO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDOMIRO BEVILAQUA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Legislação em vigor especialmente o art. 54, V da Lei Municipal n. 307/95 de 10/08/1995 - Estatuto dos Servidores Públicos.

#### **DECRETA**

Art. 1º - A exoneração a pedido do Servidor Público Municipal ADELIR DUZ, do cargo de provimento em Comissão de CHEFE DE

DEPARTAMENTO, em consequência do Serviço Público Municipal de Marema.

Art. 2º - O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 09 de abril de 2013.  
VALDOMIRO BEVILAQUA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

DAIANA PERCIO  
Func. Designado

### **Decreto 075/2013**

DECRETO n°075/2013

De 10/04/2013

NOMEIA JOAO CARLOS TAGLIAN PARA O CARGO EM COMISSÃO DE DIRETOR ADJUNTO - CC-02 - CARGO DE LIVRE NOMEAÇÃO E EXONERAÇÃO, CONSTANTE NO ANEXO II - QUADRO DE PESSOAL EM COMISSÃO - DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL 027/2005 DE 12.12.2005 E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDOMIRO BEVILAQUA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 8, I do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema c/c o art. 3º, art. 11 inciso II e CONSIDERANDO o cargo de livre nomeação e exoneração

#### **DECRETA**

Art. 1º - A nomeação de JOAO CARLOS TAGLIAN na função de Diretor Adjunto - CC -02, Cargo em Comissão de Livre nomeação e exoneração - 40 horas, no Departamento de Desenvolvimento Comunitário, constante no Anexo II da Lei Complementar Municipal n. 027/2005 de 12.12.2005, percebendo o vencimento constante do Plano de Cargos e Salários.

Art. 2º - O presente Decreto entrara em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 10 de abril de 2013.  
VALDOMIRO BEVILAQUA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SUELEN GASPAR  
Func. Designado

### **Decreto 076/2013**

Decreto n. 076/2013

DE 1004/2013

DISPÕE SOBRE O FÓRUM MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDOMIRO BEVILAQUA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Art. 64 da Lei Orgânica Municipal

#### **DECRETA**

Art. 1º - O Fórum Municipal de Educação, de caráter permanente, tem por finalidade de coordenar a Conferência Municipal ou

Intermunicipal de Educação, acompanhar e avaliar a implementação de suas deliberações, promover as articulações necessárias entre os correspondentes do Fórum Nacional de Educação e do Fórum Estadual de Educação.

**Art. 2º - Compete ao Fórum Municipal de Educação:**

I - convocar, planejar e coordenar a realização da Conferência Municipal ou Intermunicipal de Educação, bem como divulgar suas deliberações;

II - elaborar seu Regimento Interno;

III - acompanhar e avaliar o processo de implementação das deliberações da Conferência Municipal ou Intermunicipal de Educação;

IV - zelar para que as conferências Municipais e Intermunicipais de educação dos municípios estejam articuladas com a Conferência Estadual de Educação;

V - Planejar e organizar espaços de debates sobre a política de educação em âmbito nacional;

VI - acompanhar e avaliar a implementação do Plano Municipal de Educação.

**Art. 3º - O Fórum Municipal de Educação será integrado por membros representantes dos seguintes órgãos e entidades:**

I - Gestores da educação municipal (titular e suplente);

II - Gestores da educação estadual (titular e suplente);

III - Trabalhadores da educação municipal (titular e suplente);

IV - Trabalhadores da educação estadual (titular e suplente);

V - Estudantes (titular e suplente);

VI - Pais de Escola Municipal (titular e suplente);

VII - Pais de Escola Estadual (titular e suplente);

**Art. 4º - A estrutura e os procedimentos operacionais do Fórum Municipal de Educação serão definidos no seu Regimento Interno, aprovados em reunião convocada para esse fim, observadas as disposições deste Decreto.**

**Parágrafo único.** Até a aprovação de seu Regimento Interno, o Fórum será coordenado pela Secretaria Municipal de Educação.

**Art. 5º - O Fórum e a Conferência Municipal ou Intermunicipal serão administrativamente vinculadas a Secretaria Municipal de Educação e receberão o suporte técnico e administrativo da mesma para garantir seu funcionamento.**

**Art. 6º - Os representantes de que trata o art. 3º deste Decreto não receberão qualquer tipo de remuneração por sua atuação, sendo o exercício de suas atividades considerado de relevante interesse público.**

**Art. 7º - Esse decreto entra em vigor na data de sua publicação.**

**Art. 8º - Revogadas as disposições em contrário.**

Gabinete do Prefeito em 10 de abril de 2013.

**VALDOMIRO BEVILAQUA**

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

**DAIANE PERCIO**

Func. Designado

## **Decreto 077/2013**

Decreto n. 077/2013

DE 10/04/2013

**NOMEIA MEMBROS DO FORUM MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.**

VALDOMIRO BEVILAQUA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Art. 64 da Lei Orgânica Municipal e em conformidade com o art. 4 do Decreto n. 076/2013 de 10 de abril de 2013.

**DECRETA**

**Art. 1º - A nomeação, no âmbito da jurisdição municipal, os membros do Fórum Municipal de Educação, com a seguinte composição:**

- ROSANGELA DONZELLI MASCARELLO, Titular - representante de Gestores da Educação (municipal).

- ANDREIA TONIAZZO MORO, Suplente - representante de Gestores da Educação (municipal).

- SALETE TOMÉ GASPARI, Titular - representante de Gestores da Educação (estadual).

- GLADIR ESTER ZANCANARO PAGANI, Suplente - representante de Gestores da Educação (estadual).

- IZABETE PRATTI BINDA, Titular - representante de Trabalhadores da educação (municipal).

- MARILETE MARIA RAMPAZZO MARÓSTICA, Suplente - representante de Trabalhadores da educação (municipal).

- HELENIRA GEMINIANO, Titular - representante de Trabalhadores da educação (estadual).

- ARLETE BUSSOLARO, Suplente - representante de Trabalhadores da educação (estadual).

- DANIELA MORO, Titular - representante de Estudantes.

- ADRIANA TONIAZZO, Suplente - representante de Estudantes.

- SALETE CHITOLINA, Titular - representante de Pais (municipal).

- CLAUDIAMAR NOSSAL, Suplente - representante de Pais (municipal).

- JOVANA BIANCHI LUZZI, Titular - representante de Pais (estadual).

- DEONICE GATTI MONARETTO, Suplente - representante de Pais (estadual).

**Art. 2º - Os membros do Fórum, prestaram serviços relevante ao Município, não percebendo qualquer tipo de vencimento, gratificação ou indenização pela participação neste Fórum.**

**Art. 3º - O presente Ato entrará em vigor na data da sua publicação.**

**Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.**

Gabinete do Prefeito em 10 de abril de 2013.

**VALDOMIRO BEVILAQUA**

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

**DAIANE PERCIO**

Func. Designado

## **Decreto 078/2013**

Decreto n. 078/2013

De 10/04/2013

**DISPÕE SOBRE LICITAÇÃO DESERTA RELATIVO AO PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO n. 0015/2013 NA MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL n. 0008/2013 E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.**

VALDOMIRO BEVILAQUA, Prefeito Municipal de Marema, Estado

de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o inciso VI do artigo 64 da Lei Orgânica do Município de Marema, CONSIDERANDO que houve ausência de licitantes na data agendada para a abertura do processo, sendo, portanto, a licitação considerada deserta

**DECRETA**

Art. 1º - O julgamento deserto do Processo Administrativo Licitatório n. 0015/2013 - Modalidade de Pregão Presencial n. 0008/2013, por ausência de licitantes na data agendada para a abertura do processo.

Art. 2º - Este decreto entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Marema, 10 de abril de 2013

**VALDOMIRO BEVILAQUA**

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

**DAIANE PERCIO**

Func. Designado

**Decreto 079/2013**

DECRETO n. 079/2013

De 12/04/2013

DISPÕE SOBRE A HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO n. 0019/2013 NA MODALIDADE DE CARTA CONVITE n. 0008/2013, ADJUDICA O OBJETO AO PROPONENTE VENCEDOR E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDOMIRO BEVILAQUA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação em vigor em especial ao disposto nas Leis Federal n. 8.666/93 e 8.884/94 bem como as alterações posteriores e CONSIDERANDO o julgamento feito pela comissão permanente de licitação:

**DECRETA**

Art. 1º. A homologação do julgamento proferido pela comissão permanente de licitação no Processo Administrativo Licitatório n.0019/2013 na Modalidade de Carta Convite n. 0008/2013, na sua exata ordem de classificação.

Parágrafo Único - O objeto da presente licitação consiste em Assessoria a Equipe Administrativa.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto do item único ao proponente vencedor RI SOLUÇÕES EM PLANEJAMENTO REGIONAL LTDA - CNPJ/MF n. 12.665.060/0001-02, no valor de R\$ 40.500,00 (reais) por mês;

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 12 de abril de 2013.

**VALDOMIRO BEVILAQUA**

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

**DAIANA PERCIO**

Func. Designado

**Decreto 080/2013**

DECRETO n. 080/2013

De 15/04/2013

DISPÕE SOBRE A HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO n. 0016/2013 NA MODALIDADE DE CARTA CONVITE n. 0005/2013, ADJUDICA O OBJETO AO PROPONENTE VENCEDOR E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDOMIRO BEVILAQUA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação em vigor em especial ao disposto nas Leis Federal n. 8.666/93 e 8.884/94 bem como as alterações posteriores e CONSIDERANDO o julgamento feito pela comissão permanente de licitação:

**DECRETA**

Art. 1º. A homologação do julgamento proferido pela comissão permanente de licitação no Processo Administrativo Licitatório n.0016/2013 na Modalidade de Carta Convite n. 0008/2013, na sua exata ordem de classificação.

Parágrafo Único - O objeto da presente licitação consiste em Serviços de Recapagens de Pneus.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto do item 01 a 07 ao proponente vencedor RWM COMERCIO DE PNEUS E PEÇAS PARA VEICULOS LTDA - CNPJ/MF n. 08.593.009/0001-65, no valor de R\$ 77.542,00 (reais);

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 15 de abril de 2013.

**VALDOMIRO BEVILAQUA**

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

**DAIANA PERCIO**

Func. Designado

**Decreto 081/2013**

DECRETO n. 081/2013

De 17/04/2013

DISPÕE SOBRE A HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO n. 0018/2013 NA MODALIDADE DE CARTA CONVITE n. 0007/2013, ADJUDICA O OBJETO AO PROPONENTE VENCEDOR E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDOMIRO BEVILAQUA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação em vigor em especial ao disposto nas Leis Federal n. 8.666/93 e 8.884/94 bem como as alterações posteriores e CONSIDERANDO o julgamento feito pela comissão permanente de licitação:

**DECRETA**

Art. 1º. A homologação do julgamento proferido pela comissão permanente de licitação no Processo Administrativo Licitatório n.0018/2013 na Modalidade de Carta Convite n. 0007/2013, na sua exata ordem de classificação.

Parágrafo Único - O objeto da presente licitação consiste em Aquisição de Oleo Lubrificante, liquido de freio e graxa.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto do item 01 a 07, 09 e 10 ao proponente vencedor LUBRICHAP LUBRIFICANTES CHAPECO LTDA

- CNPJ/MF n. 85.240.620/0001-50, no valor de R\$ 70.939,00 (reais);

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 17 de abril de 2013.

VALDOMIRO BEVILAQUA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

DAIANA PERCIO

Func. Designado

### **Decreto 082/2013**

DECRETO n. 082/2013

De 19/04/2013

DISPÕE SOBRE A HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO/FMAS n. 0001/2013 NA MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL n. 0001/2013, ADJUDICA O OBJETO AO PROPONENTE VENCEDOR E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDOMIRO BEVILAQUA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação em vigor em especial ao disposto nas Leis Federal n. 8.666/93 e 8.884/94 bem como as alterações posteriores e CONSIDERANDO o julgamento feito pela comissão permanente de licitação:

#### **DECRETA**

Art. 1º. A homologação do julgamento proferido pela comissão permanente de licitação no Processo Administrativo Licitatório/FMAS n.0001/2013 na Modalidade de Pregão Presencial/FMAS n. 0001/2013, na sua exata ordem de classificação.

Parágrafo Único - O objeto da presente licitação consiste em Contratação de Cursos para atendimento ao Programa CRAS.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto do item 01 a 07 ao proponente vencedor MEGA ESCOLA DE INFORMÁTICA LTDA - CNPJ/MF n. 07.813.903/0001-30, no valor de R\$ 13.265,00 (reais); o objeto do item 08 ao proponente vencedor EMERSON BIANCHI - CNPJ/MF n. 13.237.095/0001-03, no valor de R\$ 10.400,00 (reais)

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 19 de abril de 2013.

VALDOMIRO BEVILAQUA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

DAIANA PERCIO

Func. Designado

### **Decreto 083/2013**

DECRETO n. 083/2013

De 22/04/2013

DISPÕE SOBRE A HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO n. 0021/2013 NA MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL n. 0010/2013, ADJUDICA O OBJETO AO PROPONENTE VENCEDOR E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDOMIRO BEVILAQUA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação em vigor em especial ao disposto nas Leis Federal n. 8.666/93 e 8.884/94 bem como as alterações posteriores e CONSIDERANDO o julgamento feito pela comissão permanente de licitação:

#### **DECRETA**

Art. 1º. A homologação do julgamento proferido pela comissão permanente de licitação no Processo Administrativo Licitatório n.0021/2013 na Modalidade de Pregão Presencial n. 0010/2013, na sua exata ordem de classificação.

Parágrafo Único - O objeto da presente licitação consiste em Implantação de Rede de Internet.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto do item único ao proponente vencedor NHNET EMPREENDIMENTOS LTDA - CNPJ/MF n. 05.245.502/0001-04, no valor de R\$ 15.588,00 (reais);

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 22 de abril de 2013.

VALDOMIRO BEVILAQUA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

DAIANA PERCIO

Func. Designado

### **Decreto 084/2013**

DECRETO n. 084/2013

De 22/04/2013

DISPÕE SOBRE A HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO n. 0020/2013 NA MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL n. 0009/2013, ADJUDICA O OBJETO AO PROPONENTE VENCEDOR E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDOMIRO BEVILAQUA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação em vigor em especial ao disposto nas Leis Federal n. 8.666/93 e 8.884/94 bem como as alterações posteriores e CONSIDERANDO o julgamento feito pela comissão permanente de licitação:

#### **DECRETA**

Art. 1º. A homologação do julgamento proferido pela comissão permanente de licitação no Processo Administrativo Licitatório n.0020/2013 na Modalidade de Pregão Presencial n. 0009/2013, na sua exata ordem de classificação.

Parágrafo Único - O objeto da presente licitação consiste em Serviços de Consultoria Contábil.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto do item único ao proponente vencedor INSTITUTO FAEE S/C LTDA - CNPJ/MF n. 04.844.284/0001-53, no valor de R\$ 73.200,00 (reais);

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 22 de abril de 2013.

VALDOMIRO BEVILAQUA

Prefeito Municipal



Registrado e publicado na data supra e local de costume.

DAIANA PERCIO  
Func. Designado

### **Decreto 085/2013**

DECRETO n. 085/2013  
de 24/04/2013

DISPÕE SOBRE A RATIFICAÇÃO DO PROCESSO DE LICITAÇÃO n. 0024/2013 NA MODALIDADE DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO n. 0001/2013, ADJUDICA O OBJETO AO PROPONENTE VENCEDOR E DA OUTRAS PROVIÊNCIAS.

VALDOMIRO BEVILAQUA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação em vigor em especial ao disposto nas Leis Federal n. 8.666/93 e 8.884/94 bem como as alterações posteriores e  
CONSIDERANDO o julgamento feito pela comissão permanente de licitação

#### **DECRETA**

Art. 1º - A ratificação do ato do Senhor Presidente da Comissão de licitação, que declarou inexigível a licitação, com fundamento no art. 25, inc. III da Lei Federal n. 8.666/93, nestes termos:

- Processo n. 0024/2013
- Licitação n. 0001/2013 - Inexigibilidade de Licitação
- Modalidade - Inexigibilidade de Licitação
- Objeto - Contratação de Profissional do Setor Artístico

Art. 2º - Fica adjudicado o objeto único ao fornecedor G4 PRODUÇÕES MUSICAIS LTDA EPP - CNPJ/MF n. 15.280.468/0001-54, no valor total de R\$ 9.000,00 (reais).

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, em 24 de abril de 2013.

VALDOMIRO BEVILAQUA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

DAIANE PERCIO  
Func. Designado

### **Portaria 124/2013**

Portaria nº 124/2013  
De 01/04/2013

REVOGA PORTARIA 164/2012 QUE CONCEDE GRATIFICAÇÃO POR GRAU DE INSTRUÇÃO AO SERVIDOR PÚBLICO JOSEMAR MAROSTICA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

VALDOMIRO BEVILAQUA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 64 inc. VI da Lei Orgânica Municipal c/c Art. 48 § 1º do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais  
CONSIDERANDO que o funcionário não possui cargo efetivo não possuindo o direito de receber gratificação por grau de instrução conforme Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

#### **RESOLVE**

Art. 1º - Revogar portaria que concede gratificação por grau de instrução ao Servidor Público Municipal JOSEMAR MAROSTICA, concedida através da Portaria 164/2012, por não ter direito a

gratificação por grau de instrução.

Art. 2º - A presente Portaria tem efeito retroativo e entra em vigor em 1 de janeiro de 2013.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 01 de abril de 2013.

VALDOMIRO BEVILAQUA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SUELEN GASPÁR  
Servidora designada

### **Portaria 125/2013**

Portaria nº125/2013  
De 08/04/2013

ADMITE TATIANE SINISKI EM CARATER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, PARA A FUNÇÃO TEMPORÁRIA DE PROFESSORA ACT E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDOMIRO BEVILAQUA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 64, VI da Lei Orgânica Municipal, c/c artigo 203 da Lei Municipal 307/95 de 10/08/1995.

E CONSIDERANDO a necessidade temporária de excepcional interesse publico;

CONSIDERANDO o processo seletivo simplificado e a observância da ordem de classificação, conforme dispõe O Edital de Homologação do resultado final do teste Seletivo nº01/2013.

#### **DECIDE**

Art. 1º - Admitir TATIANE SINISKI para o exercício da função temporária de Professora ACT, para suprir a necessidade de reforço escolar de alunos junto ao Núcleo Escolar Municipal, com regime de trabalho de 20 horas semanais, para o período de 08/04/2013 a 20/12/2013

Parágrafo Único - Poderá ocorrer dispensa antes do término do Contrato, desde que ocorra caso de interesse público.

Art. 2ª - A presente Portaria entrara em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 08 de abril de 2013.

VALDOMIRO BEVILAQUA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SUELEN GASPAR  
Setor de Recursos Humanos

**Portaria 126/2013**

Portaria nº126/2013

De 08/04/2013

ADMITE TATIANE SINISKI EM CARATER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, PARA A FUNÇÃO TEMPORÁRIA DE PROFESSORA ACT E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDOMIRO BEVILAQUA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 64, VI da Lei Orgânica Municipal, c/c artigo 203 da Lei Municipal 307/95 de 10/08/1995.

E CONSIDERANDO a necessidade temporária de excepcional interesse publico;

CONSIDERANDO portaria nº. 111/2013 de 18/03/2013 que concedeu licença maternidade a LUCELIA CARAGNATTO

DECIDE

Art. 1º - Admitir TATIANE SINISKI para o exercício da função temporária de Professora ACT, para suprir a necessidade de reforço escolar de alunos junto ao Núcleo Escolar Municipal II, com regime de trabalho de 20 horas semanais, para o período de 08/04/2013 a 21/08//2013

Parágrafo Único - Poderá ocorrer dispensa antes do término do Contrato, desde que ocorra caso de interesse público.

Art. 2ª - A presente Portaria entrara em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 08 de abril de 2013.

VALDOMIRO BEVILAQUA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SUELEN GASPAR

Setor de Recursos Humanos

**Portaria 127/2013**

Portaria nº 127/2013

De 08/04/2013

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAUDE A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL ALDIVA M. Z. ROMANINI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDOMIRO BEVILAQUA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 107 da Lei Municipal nº307/95 e CONSIDERANDO o atestado medido firmado pelo DR CEZAR GASTÃO FUNINI CRM/SC 3461, dando conto na necessidade do afastamento da referida servidora.

DECIDE

Art. 1º - Conceder licença para tratamento de doença a Servidora Pública Municipal ALDIVA M. Z. ROMANINI, de 01 abril de 2013 a 30 de maio 2013.

Parágrafo Único - O prazo de licença poderá sofrer alteração, de acordo com avaliação do INSS.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do dia 01 de abril de 2013

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 08 de abril de 2013.

VALDOMIRO BEVILAQUA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SUELEN GASPAR

Servidor Designado

**Portaria 128/2013**

Portaria nº128/2013

De 08/04/2013

ADMITE PATRICIA PERCIO EM CARATER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, PARA A FUNÇÃO TEMPORÁRIA DE PROFESSORA ACT E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDOMIRO BEVILAQUA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 64, VI da Lei Orgânica Municipal, c/c artigo 203 da Lei Municipal 307/95 de 10/08/1995.

E CONSIDERANDO a necessidade temporária de excepcional interesse publico;

CONSIDERANDO o processo seletivo simplificado e a observância da ordem de classificação, conforme dispõe O Edital de Homologação do resultado final do teste Seletivo nº01/2013.

DECIDE

Art. 1º - Admitir PATRICIA PERCIO para o exercício da função temporária de Professora ACT, para suprir a necessidade de reforço escolar de alunos junto ao Núcleo Escolar Municipal II, com regime de trabalho de 20 horas semanais, para o período de 08/04/2013 a 20/12/2013

Parágrafo Único - Poderá ocorrer dispensa antes do término do Contrato, desde que ocorra caso de interesse público.

Art. 2ª - A presente Portaria entrara em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 08 de abril de 2013.

VALDOMIRO BEVILAQUA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SUELEN GASPAR

Setor de Recursos Humanos

**Portaria 129/2013**

Portaria nº129/2013

De 08/04/2013

ADMITE MARIA DA GLORIA PADOAN DUZ EM CARATER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, PARA A FUNÇÃO TEMPORÁRIA DE PROFESSORA ACT E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDOMIRO BEVILAQUA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 64, VI da Lei Orgânica Municipal, c/c artigo 203 da Lei Municipal 307/95 de 10/08/1995.

E CONSIDERANDO a necessidade temporária de excepcional interesse público;  
CONSIDERANDO o processo seletivo simplificado e a observância da ordem de classificação, conforme dispõe O Edital de Homologação do resultado final do teste Seletivo nº01/2013.

DECIDE

Art. 1º - Admitir MARIA DA GLORIA PADOAN DUZ para o exercício da função temporária de Professora ACT, para suprir a necessidade de reforço escolar de alunos junto ao Núcleo Escolar Municipal II, com regime de trabalho de 20 horas semanais, para o período de 08/04/2013 a 20/12/2013.

Parágrafo Único - Poderá ocorrer dispensa antes do término do Contrato, desde que ocorra caso de interesse público.

Art. 2ª - A presente Portaria entrara em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 08 de abril de 2013.

VALDOMIRO BEVILAQUA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SUELEN GASPAR  
Setor de Recursos Humanos

#### **Portaria 130/2013**

Portaria n. 130/2013

De 08/04/2013

DISPENSA POR TÉRMINO DE CONTRATO SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL MAGALI TERRIBELE EXERCENDO O CARGO TEMPORÁRIO DE PROFESSOR 20 HORAS E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDOMIRO BEVILAQUA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Legislação em vigor especialmente o art. 56, I da Lei Municipal n. 307/95 de 10/08/1995 - Estatuto dos Servidores Públicos e

CONSIDERANDO o término da contratação.

CONSIDERANDO portaria 121/2013 que designou temporariamente a servidora para atuar como professora 20 horas.

DETERMINA

Art. 1º - Dispensar por termino de contrato, da Servidora Pública Municipal MAGALI TERRIBELE, do Cargo Temporário de Professor 20 HORAS e em consequência do Serviço Público Municipal.

Art. 2º - A presente Portaria entrara em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir de 01 de abril.

Gabinete do Prefeito em 08 de abril de 2013

VALDOMIRO BEVILAQUA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

DAIANE PERCIO  
Setor de Recursos Humanos

#### **Portaria 131/2013**

Portaria n.131/2013

De 09/04/2013

CONCEDE LICENÇA PREMIO A SERVIDORO PUBLICO MUNICIPAL NIZIO DUZ E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDOMIRO BEVILAQUA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 64 inc. VI da Lei Orgânica Municipal, Art. 126 do Estatuto dos Servidores Municipais.

DECIDE

Art. 1º - Conceder licença Premio ao Servidor Público Municipal NIZIO DUZ, de 03 de março de 2013 a 02 de abril de 2013.

Parágrafo Único: O período de aquisição da licença premio é 06/03/2008 a 06/03/2013.

Art. 2º - A presente Portaria entrara em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do dia 03 de março de 2013.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 09 de abril de 2013

VALDOMIRO BEVILAQUA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SUELEN GASPAR  
Servidora designada

#### **Portaria 132/2013**

Portaria nº132/2013

De 10/04/2013

ADMITE PATRICIA PERCIO EM CARATER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, PARA A FUNÇÃO TEMPORÁRIA DE PROFESSORA ACT E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDOMIRO BEVILAQUA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 64, VI da Lei Orgânica Municipal, c/c artigo 203 da Lei Municipal 307/95 de 10/08/1995.

E CONSIDERANDO a necessidade temporária de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO a Portaria n. 127/2013 de 08/04/2013 que concedeu licença sem vencimento a Servidora ALDIVA M. Z. ROMANINI.

DECIDE

Art. 1º - Admitir PATRICIA PERCIO para o exercício da função temporária de Professora ACT, para suprir a necessidade de reforço escolar de alunos junto ao Núcleo Escolar Municipal, com regime de trabalho de 20 horas semanais, para o período de 08/04/2013 a 30/05/2013

Parágrafo Único - Poderá ocorrer dispensa antes do término do Contrato, desde que ocorra caso de interesse público.

Art. 2ª - A presente Portaria entrara em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do dia 08 de abril de 2013.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 10 de abril de 2013.

VALDOMIRO BEVILAQUA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SUELEN GASPAR

Setor de Recursos Humanos

### **Portaria 133/2013**

Portaria nº133/2013

De 10/04/2013

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL NIZIO DUZ E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDOMIRO BEVILAQUA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 102 do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema

RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias ao Servidor Público Municipal NIZIO DUZ - Cód: 266, por um período de 30 dias, de 08 de abril de 2013 a 07 de maio de 2013.

Art. 2º - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende DE 06 de março de 2012 à 05 de março de 2013.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 5º - A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em 10 de março de 2013.

VALDOMIRO BEVILAQUA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SUELEN GASPAR

Recursos Humanos

### **Portaria 134/2013**

Portaria nº134/2013

de 10/04/2013

DESIGNA SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL EDUARDO PEREIRA VARGAS, PARA RESPONDER TEMPORARIAMENTE COMO GESTOR DO FMAS - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE MAREMA E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDOMIRO BEVILAQUA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 64 VI de Lei Orgânica Municipal CONSIDERANDO a portaria n.119/2013 que concedeu férias para o gestor do Fundo Municipal de Assistência Social

RESOLVE

Art. 1º - Designar temporariamente EDUARDO PEREIRA VARGAS, para responder como ordenador primário e Gestor do FMAS - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL do Município de Marema, durante o período de 01 a 30 de abril de 2013 .

Parágrafo Único - A nomeação não será remunerada.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º- A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do dia 01 de abril de 2013.

Gabinete do Prefeito em 10 de abril de 2013.

VALDOMIRO BEVILAQUA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

DAIANE PERCIO

Recursos Humanos

### **Portaria 135/2013**

Portaria nº135/2013

De 10/04/2013

DESIGNA LIGIANA INÊS TOFFOLO HAMMERICH, EM CARATER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, PARA MINISTRAR AULAS DE EDUCAÇÃO FISICA E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDOMIRO BEVILAQUA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 64, VI da Lei Orgânica Municipal, c/c artigo 203 da Lei Municipal 307/95 de 10/08/1995.

E CONSIDERANDO a necessidade temporária de excepcional interesse publico;

CONSIDERANDO a Portaria n. 127/2013 de 08/04/2013 que concedeu licença sem vencimento a Servidora ALDIVA M. Z. ROMANINI.

DECIDE

Art. 1º - Admitir LIGIANA INÊS TOFFOLO HAMMERICH para o exercício da função temporária de Professora ACT, para suprir a necessidade de reforço escolar de alunos junto ao Núcleo Escolar Municipal, com regime de trabalho de 20 horas semanais, para o período de 08/04/2013 a 30/05/2013

Parágrafo Único - Poderá ocorrer dispensa antes do término do Contrato, desde que ocorra caso de interesse público.

Art. 2ª - A presente Portaria entrara em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 09 de abril de 2013.

.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 10 de abril de 2013.

VALDOMIRO BEVILAQUA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SUELEN GASPAR

Setor de Recursos Humanos

### **Portaria 136/2013**

Portaria n. 136/2013

De 10/04/2013

NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDOMIRO BEVILAQUA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 64, VI da Lei Orgânica Municipal, e,



especialmente o art. 4 da Lei Municipal n. 370/97 de 14/08/1997

DECIDE

Art. 1º - Nomear, no âmbito da jurisdição municipal, os membros do Conselho Municipal de Educação, com a seguinte composição:

- PASCOINA RAMPAZZO, Titular - representante do Conselho Tutelar
- JULCECLEIA ZANCHIM, Suplente - representante do Conselho Tutelar
- ROSANGELA DONZELLI MASCARELLO, Titular - Representante da Séc. Municipal de Educação.
- SIMONE LUNARDI BARELLA, Suplente- Representante da Séc. Municipal de Educação.
- MARISTELLA RAMPAZZO, Titular - representante dos Prof. da Rede Municipal de Ensino.
- IZABETE PRATTI BINDA, Suplente - representante dos Prof. da Rede Municipal de Ensino.
- MARINES LUCIA ZEMBRANI ZANETTIN, Titular, representante das Associações de Pais e Professores
- GELCENI BASEGGIO DAL BELLO, Suplente, representante das Associações de Pais e Professores
- MARILUCIA CARBONERA DONZELLI, Titular, representante dos professores da Rede Municipal da Educação Infantil
- ELIZETE MOREIRA, Suplente, representante dos professores da Rede Municipal da Educação Infantil.
- SALETE CHITOLINA, Titular, representante da Sociedade Civil.
- CLAUDIAMAR GIACOMELLI NOSSAL, Suplente, representante da Sociedade Civil.

Art. 2º - Os membros do Conselho, prestaram serviços relevantes ao Município, não percebendo qualquer tipo de vencimento, gratificação ou indenização pela participação no Conselho e na diretoria.

Art. 3ª - A presente Portaria entrara em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 10 de abril de 2013.

VALDOMIRO BEVILAQUA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SUELEN GASPAR  
Servidor Designado

### Portaria 137/2013

Portaria n. 137/2013

De 10/04/2013

HOMOLOGA A ESCOLHA DA DIRETORIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDOMIRO BEVILAQUA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 64, VI da Lei Orgânica Municipal, e, especialmente o art. 4 da Lei Municipal n. 370/97 de 14/08/1997

DECIDE

Art. 1º - Homologar a escolha da Diretoria do Conselho Municipal de Educação, nos seguintes termos:

- Presidente: MARISTELA RAMPAZZO
- Vice-Presidente: MARILUCIA CARBONERA DONZELLI

- Secretário: SALETE CHITOLINA

Art. 2º - Os membros da Diretoria, prestaram serviços relevantes ao Município, não percebendo qualquer tipo de vencimento, gratificação ou indenização pela participação no Conselho e na diretoria.

Art. 3ª - A presente Portaria entrara em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 10 de abril de 2013.

VALDOMIRO BEVILAQUA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SUELEN GASPAR  
Servidor Designado

### Portaria 138/2013

Portaria nº138/2013

De 10/04/2013

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL ELISANDRA ALVES DOS SANTOS E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDOMIRO BEVILAQUA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 102 do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema

RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias ao Servidor Público Municipal VENILDA KIPERT BARBIERO - Cód.: 546, por um período de 30 dias, de 01 de maio de 2013 a 31 de maio de 2013.

Art. 2º - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende de 03 de março de 2011 à 02 de março de 2012.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 5º - A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em 10 de abril de 2013.

VALDOMIRO BEVILAQUA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SUELEN GASPAR  
Recursos Humanos

### Portaria 139/2013

Portaria nº139/2013

De 10/04/2013

DESIGNA MARIA DA GLORIA PADOAN DUZ EM CARATER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, PARA MINISTRAR AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDOMIRO BEVILAQUA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 64, VI da Lei Orgânica Municipal, c/c artigo 203 da Lei Municipal 307/95 de 10/08/1995.

E CONSIDERANDO a necessidade temporária de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO a Portaria n. 114/2013 de 18/03/2013 que concedeu licença sem vencimento a Servidora FRANCIELE GEREMIA

DECIDE

Art. 1º - Designar MARIA DA GLORIA PADOAN DUZ para o exercício temporário de Professor de Educação Física, em substituição da Professora Titula Franciele Geremia em gozo de licença sem vencimento, com regime de trabalho de 20 horas semanais.  
Parágrafo Único - Em virtude da designação, a servidora passará receber gratificação de função, igualando o vencimento de professor de Educação Física.

Art. 2º - A presente Portaria entrara em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 08 de abril de 2013.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 10 de abril de 2013.

VALDOMIRO BEVILAQUA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SUELEN GASPAR

Setor de Recursos Humanos

#### **Portaria 140/2013**

Portaria nº 140/2013

De 16/04/2013

ADMITE EDIANE NARCISA TESTON EM CARATER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, PARA A FUNÇÃO TEMPORÁRIA DE PROFESSORA ACT-INGLES E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDOMIRO BEVILAQUA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 64, VI da Lei Orgânica Municipal, c/c artigo 203 da Lei Municipal 307/95 de 10/08/1995.

E CONSIDERANDO a desistência de Josemar Duz, classificado no processo seletivo simplificado do teste seletivo nº01/2013

CONSIDERANDO não existir nenhum candidato classificado na vaga de Professor Habilitação Inglês.

CONSIDERANDO o principio da economia, haja vista que a realização de um novo processo seletivo, além de demandar tempo, envolve valores expressivos.

DECIDE

Art. 1º - Admitir EDIANE NARCISA TESTON para o exercício da função temporária de Professora inglês, para suprir a necessidade de reforço escolar de alunos junto ao Núcleo Escolar Municipal, com regime de trabalho de 20 horas semanais, para o período de 16/04/2013 a 20/12/2013.

Parágrafo Único - Poderá ocorrer dispensa antes do término do Contrato, desde que ocorra caso de interesse público.

Art. 2º - A presente Portaria entrara em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 16 de abril de 2013.

VALDOMIRO BEVILAQUA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SUELEN GASPAR

Setor de Recursos Humanos

#### **Portaria 141/2013**

Portaria nº 141/2013

De 17/04/2013

ALTERA PRAZO DE LICENÇA CONCEDIDO A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL ALDIVA M. Z. ROMANINI ATRAVÉS DA PORTARIA n. 127/2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDOMIRO BEVILAQUA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 107 da Lei Municipal nº307/95 e CONSIDERANDO pericia medica atestada pelo INSS conforme nº do requerimento 148776008 apresentado em 16 de abril de 2013.

DECIDE

Art. 1º - Alterar licença para tratamento de doença a Servidora Pública Municipal ALDIVA M. Z. ROMANINI, concedido pela Portaria n. 127/2013 de 08/04/2013, de 01 abril de 2013 a 30 de maio 2013 para 01 de abril a 11 de maio de 2013.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 17 de abril de 2013.

VALDOMIRO BEVILAQUA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SUELEN GASPAR

Servidor Designado

#### **Portaria 142/2013**

Portaria nº142/2013

De 17/04/2013

ADMITE PATRICIA PERCIO EM CARATER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, PARA A FUNÇÃO TEMPORÁRIA DE PROFESSORA ACT E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDOMIRO BEVILAQUA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 64, VI da Lei Orgânica Municipal, c/c artigo 203 da Lei Municipal 307/95 de 10/08/1995.

E CONSIDERANDO a necessidade temporária de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO a Portaria n. 141/2013 de 17/04/2013 que alterou a data para licença da Servidora ALDIVA M. Z. ROMANINI, conforme pericia medica do INSS requerimento nº148776008.

DECIDE

Art. 1º - Admitir PATRICIA PERCIO para o exercício da função temporária de Professora ACT, para suprir a necessidade de reforço escolar de alunos junto ao Núcleo Escolar Municipal, com regime de trabalho de 20 horas semanais, para o período de 08/04/2013 a 11/05/2013.

Parágrafo Único - Poderá ocorrer dispensa antes do término do Contrato, desde que ocorra caso de interesse público.

Art. 2ª - A presente Portaria entrara em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 17 de abril de 2013.

VALDOMIRO BEVILAQUA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SUELEN GASPAR

Setor de Recursos Humanos

### Portaria 143/2013

Portaria nº143/2013

De 17/04/2013

DESIGNA LIGIANA INÊS TOFFOLO HAMMERICH, EM CARATER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, PARA MINISTRAR AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDOMIRO BEVILAQUA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 64, VI da Lei Orgânica Municipal, c/c artigo 203 da Lei Municipal 307/95 de 10/08/1995.

E CONSIDERANDO a necessidade temporária de excepcional interesse publico;

CONSIDERANDO a Portaria n. 141/2013 de 17/04/2013 que alterou a data para licença da Servidora ALDIVA M. Z. ROMANINI, conforme pericia medica do INSS requerimento nº148776008.

DECIDE

Art. 1º - Admitir LIGIANA INÊS TOFFOLO HAMMERICH para o exercício da função temporária de Professora ACT, para suprir a necessidade de reforço escolar de alunos junto ao Núcleo Escolar Municipal, com regime de trabalho de 20 horas semanais, passando do período de 08/04/2013 a 30/05/2013 para 08/04/2013 a 11/05/2013.

Parágrafo Único - Poderá ocorrer dispensa antes do término do Contrato, desde que ocorra caso de interesse público.

Art. 2ª - A presente Portaria entrara em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 17 de abril de 2013.

VALDOMIRO BEVILAQUA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SUELEN GASPAR

Setor de Recursos Humanos

### Portaria 144/2013

Portaria nº144/2013

De 17/04/2013

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL NELCI LUIZ SOTILLI E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDOMIRO BEVILAQUA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 102 do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema

RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias ao Servidor Público Municipal NELCI LUIZ SOTILLI - Cód: 504, por um período de 30 dias, de 01 de abril de 2013 a 30 de abril de 2013.

Art. 2º - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende de 01 de outubro de 2011 à 30 de Setembro de 2012.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 5º A presente Portaria entrara em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 01 de abril de 2013.

Gabinete do Prefeito em 17 de abril de 2013.

VALDOMIRO BEVILAQUA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SUELEN GASPAR

Recursos Humanos

### Portaria 145/2013

Portaria nº 145/2013

De 17/04/2013

ALTERA PRAZO DE LICENÇA CONCEDIDO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL ABRELINO CARNEIRO ATRAVÉS DA PORTARIA n. 123/2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDOMIRO BEVILAQUA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 107 da Lei Municipal nº307/95 e CONSIDERANDO pericia medica atestada pelo INSS conforme nº do requerimento 148754012 apresentado em 16 de abril de 2013.

DECIDE

Art. 1º - Alterar licença para tratamento de doença ao Servidor Público Municipal ABRELINO CARNEIRO, concedido pela Portaria n. 123/2013 de 01/04/2013, de 01 abril de 2013 a 29 junho de 2013 para 01 de abril a 20 de junho de 2013.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 17 de abril de 2013.

VALDOMIRO BEVILAQUA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SUELEN GASPAR

Servidor Designado

**Portaria 146/2013**

Portaria nº146/2013

De 18/04/2013

ADMITE MARISTELA RAMPAZZO EM CARATER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, PARA A FUNÇÃO TEMPORÁRIA DE COORDENADORA DE PROGRAMAS E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDOMIRO BEVILAQUA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 64, VI da Lei Orgânica Municipal, c/c artigo 203 da Lei Municipal 307/95 de 10/08/1995.

E CONSIDERANDO a necessidade temporária de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO o processo seletivo simplificado e a observância da ordem de classificação, conforme dispõe O Edital de Homologação do resultado final do teste Seletivo nº01/2013.

DECIDE

Art. 1º - Admitir MARISTELA RAMPAZZO para o exercício da função temporária de Coordenadora de Programas, para suprir a necessidade de reforço escolar de alunos junto ao Núcleo Escolar Municipal, com regime de trabalho de 20 horas semanais, para o período de 18/04/2013 a 20/12/2013

Parágrafo Único - Poderá ocorrer dispensa antes do término do Contrato, desde que ocorra caso de interesse público.

Art. 2ª - A presente Portaria entrara em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 18 de abril de 2013.

VALDOMIRO BEVILAQUA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SUELEN GASPAR

Setor de Recursos Humanos

**Portaria 147/2013**

Portaria nº147/2013

De 23/04/2013

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL JAMILE LUZIA GASPARI DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDOMIRO BEVILAQUA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 102 do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema

RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias ao Servidor Público Municipal JAMILE LUZIA GASPARI - Cód: 510, por um período de 30 dias, sendo:

- de 02 de maio de 2013 a 22 de maio de 2013.
- de 22 de julho de 2013 a 31 de julho de 2013

Art. 2º - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende 19 de outubro de 2011 a 18 de outubro de 2012.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 5º - A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em 23 de abril de 2013.

VALDOMIRO BEVILAQUA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SUELEN GASPAR

Servidor Designado

**Portaria 148/2013**

Portaria nº148/2013

De 23/04/2013

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL MARIA PEROTTO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDOMIRO BEVILAQUA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 102 do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema

RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias ao Servidor Público Municipal MARIA PEROTTO - Cód: 411, por um período de 30 dias, de 02 de maio de 2013 a 22 de maio de 2013.

Art. 2º - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração.

§ ÚNICO - Na forma do art. 102 § 4º do Estatuto dos Servidores Públicos, considerando o interesse e bem do serviço público, mediante requerimento do servidor, fica convertido um terço das férias em abono pecuniário, no período de 23/05/2013 a 02/06/2013.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende 01 de janeiro de 2012 a 31 de dezembro de 2012.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 5º - A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em 23 de abril de 2013.

VALDOMIRO BEVILAQUA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SUELEN GASPAR

Servidor Designado

**Portaria 149/2013**

Portaria nº149/2013

De 23/04/2013

REVOGA PORTARIA QUE CONCEDEU GRATIFICAÇÃO POR GRAU DE INSTRUÇÃO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL ROSANI BUSSOLARO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDOMIRO BEVILAQUA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 91 do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema e CONSIDERANDO que o grau Ed especialização



já esta incluso no vencimento base Lei complementar nº. 027/2005 anexo III (professor especialista).

**RESOLVE**

Art. 1º - Revoga portaria nº109/2013 que conceder ao Servidor Publico Municipal ROSANI BUSSOLARO, gratificação por grau de instrução de nível de Pós graduação/especialização, num percentual de 5% (cinco por cento) aplicado sobre o vencimento do servidor.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º- A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito 23 de abril de 2013.

**VALDOMIRO BEVILAQUA**

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

**SUELEN GASPAR**

Servidora Designada

**Portaria 150/2013**

Portaria nº150/2013

De 23/04/2013

**REVOGA PORTARIA Nº108/2013 QUE CONCEDEU GRATIFICAÇÃO POR GRAU DE INSTRUÇÃO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL MARISTELA RAMPAZZO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

VALDOMIRO BEVILAQUA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 91 do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema e CONSIDERANDO que o grau de especialização já esta incluso no vencimento base conforme Lei complementar nº027/2005 anexo III (professor especialista).

**RESOLVE**

Art. 1º - Revoga portaria nº150/2013 que concedeu ao Servidor Publico Municipal MARISTELA RAMPAZZO, gratificação por grau de instrução de nível de Pós graduação/especialização, num percentual de 5% (cinco por cento) aplicado sobre o vencimento do servidor.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º- A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito 23 de abril de 2013.

**VALDOMIRO BEVILAQUA**

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

**SUELEN GASPAR**

Servidora Designada

**Portaria 151/2013**

Portaria nº151/2013

de 23/04/2013

**DESIGNA SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL JOAO CARLOS TAGLIAN, PARA RESPONDER PELO SETOR CULTURAL DO MUNICIPIO DE MAREMA E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.**

VALDOMIRO BEVILAQUA, Prefeito Municipal de Marema, Estado

de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 64 VI de Lei Orgânica Municipal.

**RESOLVE**

Art. 1º - Designar o Servidor Publico Municipal JOAO CARLOS TAGLIAN, para responder pelo setor cultural do Município de Marema.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrario.

Art. 3º- A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em 23 de abril de 2013.

**VALDOMIRO BEVILAQUA**

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

**DAIANE PERCIO**

Servidor Designado

**Portaria 152/2013**

Portaria nº152/2013

De 23/04/2013

**CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL VALMOR PERUZZO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

VALDOMIRO BEVILAQUA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 102 do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema

**RESOLVE**

Art. 1º - Conceder férias ao Servidor Público Municipal VALMOR PERUZZO, por um período de 30 dias, de 02 de maio a 31 de maio de 2013.

Art. 2º - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende de 05 de março de 2012 a 05 de março de 2013.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 5º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em 23 de abril de 2013.

**VALDOMIRO BEVILAQUA**

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

**DAIENE PERCIO**

Recursos Humanos

**Contrato FMAS 002/2013**

MINUTA

CONTRATO/FMAS - n. 003/2013

CONTRATANTE - Município de Marema

FMAS - Fundo Municipal de Assistência Social

CONTRATADO - EMERSON BIANCHI

CNPJ/MF n. 13.237.095/0001-03

OBJETO - Cursos para Atendimento a Programas Desenvolvidos

pelo CRAS  
PRAZO - Até 30/12/2013  
VALOR TOTAL - R\$ 10.400,00 (reais)  
FORO - Comarca de Xaxim.

Marema, 22 de abril de 2013  
VALDOMIRO BEVILAQUA  
Prefeito Municipal

**Contrato 027/2013**

Minuta - CONTRATO n. 027/2013  
CONTRATANTE - O MUNICÍPIO DE MAREMA  
CONTRATADO - INSTITUTO FAEE S/C LTDA  
CNPJ n. 04.844.284.0001/53

OBJETO - SERVIÇOS DE CONSULTORIA CONTABIL  
VALOR - Valor total do Contrato R\$ 73.200,00 (reais)  
FORO - Comarca de Xaxim - SC  
VALIDADE - Até 31/04/2014  
VINCULAÇÃO - Pregão Presencial n. 0009/2013

DATA - Marema 22 de abril de 2013.  
VALDOMIRO BEVILAQUA  
Prefeito Municipal

**Contrato 028/2013**

Minuta  
CONTRATO: 028/2013  
CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE MAREMA  
CONTRATADO: EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA - EPAGRI

OBJETO: Prestação de Serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural  
VALOR: Valor total do Contrato R\$ 18.500(reais)  
FORO: Comarca da Capital do Estado de Santa Catarina

DATA: Florianópolis, 23 de abril de 2013.  
VALDOMIRO BEVILAQUA  
Prefeito Municipal

**Contrato 029/2013**

Minuta  
CONTRATO: 029/2013  
CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE MAREMA  
CONTRATADO: MARIA HELENA BODANEZE CERATTO

OBJETO: Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar.  
VALOR: Valor total do Contrato R\$ 1.293,55 (reais)  
FORO: Comarca de Xaxim - SC

DATA: Marema 23 de abril de 2013.  
VALDOMIRO BEVILAQUA  
Prefeito Municipal

**Contrato 030/2013**

Minuta  
CONTRATO: 030/2013  
CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE MAREMA  
CONTRATADO: ADRIANE CRISTINA ZILLI ZARDO

OBJETO: Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar.

VALOR: Valor total do Contrato R\$ 1.317,65 (reais)  
FORO: Comarca de Xaxim - SC

DATA: Marema 23 de abril de 2013.  
VALDOMIRO BEVILAQUA  
Prefeito Municipal

**Contrato 031/2013**

Minuta  
CONTRATO: 031/2013  
CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE MAREMA  
CONTRATADO: MARIA NERVIS

OBJETO: Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar.  
VALOR: Valor total do Contrato R\$ 866.23 (reais)  
FORO: Comarca de Xaxim - SC

DATA: Marema 23 de abril de 2013.  
VALDOMIRO BEVILAQUA  
Prefeito Municipal

**Contrato 032/2013**

Minuta  
CONTRATO: 032/2013  
CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE MAREMA  
CONTRATADO: IVANIA BUSSOLARO

OBJETO: Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar.  
VALOR: Valor total do Contrato R\$ 875.17 (reais)  
FORO: Comarca de Xaxim - SC

DATA: Marema 23 de abril de 2013.  
VALDOMIRO BEVILAQUA  
Prefeito Municipal

**Contrato FMAS 0001/2013**

MINUTA  
Contrato/FMAS nº.: 0001/2013  
Contratante: MUNICÍPIO DE MAREMA  
FMAS - Fundo Municipal de Assistência Social  
Contratado: PRECISA GESTÃO EM TECNOLOGIA E SERVIÇOS LTDA - ME  
Finalidade: LOCAÇÃO DE SOFTWARE  
Valor total de: R\$ 6.276,00 (Reais)  
Foro : Comarca de Xaxim - SC

Marema, em 04 de janeiro de 2013.  
MUNICIPIO DE MAREMA  
VALDOMIRO BEVILAQUA  
Prefeito Municipal

**Contrato FMAS 002/2013**

MINUTA  
CONTRATO/FMAS - n. 002/2013  
CONTRATANTE - Município de Marema  
FMAS - Fundo Municipal de Assistência Social  
CONTRATADO - MEGA ESCOLA DE INFORMÁTICA LTDA  
CNPJ/MF n. 07.813.903/0001-30

OBJETO - Cursos para Atendimento a Programas Desenvolvidos pelo CRAS  
PRAZO - Até 30/12/2013

VALOR TOTAL - R\$ 13.265,00 (reais)  
FORO - Comarca de Xaxim.

Marema, 22 de abril de 2013  
VALDOMIRO BEVILAQUA  
Prefeito Municipal

### **Contrato Fmdr 001/2013**

MINUTA  
Contrato/FMDR n. 0001/2013

OBJETO - Prestação de Serviços - Trator de pneus com imple-  
mento agrícola para atendimento a Programas do FMDR-Fundo  
Municipal de Desenvolvimento Rural  
VALOR - R\$ 7.200,00 (reais).  
CONTRATANTE - O Município de Marema  
CONTRATADO - ADELAR FAVETTI  
CNPJ/MF n. CNPJ/MF n. 219.887.069-04  
FORO - Comarca de Xaxim - SC

Marema, 08 de janeiro de 2013  
VALDOMIRO BEVILAQUA  
Prefeito Municipal

### **Contrato Fmdr 002/2013**

MINUTA  
Contrato/FMDR n. 0002/2013

OBJETO - Prestação de Serviço de trator de pneus com implemen-  
to agrícola, para realização de limpeza de esterqueira de dejetos  
de suínos e distribuição em propriedade agrícolas, no atendimen-  
to a programas do FMDR - Fundo Municipal de Desenvolvimento  
Rural.  
VALOR - R\$ 7.200,00 (reais).  
CONTRATANTE - O Município de Marema  
CONTRATADO - JOSE TAMALUSKI  
CNPJ/MF n. 195.647.409-91  
FORO - Comarca de Xaxim - SC

Marema, 30 de janeiro de 2013  
MARCOS PEDRO BATISTEL  
Prefeito Municipal em Exercício

**Massaranduba**

**PREFEITURA**

### **Processo Licitatório 08/2013 - Pregão Presencial 05/2013-Fass**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 08/2013  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 05/2013 - REGISTRO DE PREÇO

#### **I - PREAMBULO**

1.1. O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE MAS-  
SARANDUBA, Estado de Santa Catarina, situado na Rua 11 de  
Novembro, 3025, Centro, por intermédio de seu PREGOEIRO, de-  
signado pela Portaria nº. 089, de 07 de março de 2013, torna pú-  
blico, para conhecimento dos interessados que, conforme dispõe  
a Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação  
subsidiária da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações poste-  
riores vigentes e pertinentes à matéria, e Decreto Municipal nº.  
2.051/2011, DE 11 DE OUTUBRO DE 2010, fará realizar licitação  
na modalidade PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇO, com

adjudicação pelo MENOR PREÇO - POR ITEM, sob a forma de for-  
necimento parcelado.

1.2. Os envelopes nº. 01 - Proposta Comercial, nº. 02 - Habilita-  
ção, bem como os documentos necessários para o Credenciamen-  
to, deverão ser entregues até a data e horários abaixo determi-  
nados, a saber:

- a) Data: 19 de junho de 2013
- b) Local: Prefeitura Municipal de Massaranduba - SC.  
Setor de Licitações  
Rua 11 de Novembro, 2765 - Centro - Massaranduba - SC
- c) Credenciamento e entrega dos envelopes até: às 14:00h.
- d) Abertura do processo: às 14:30h.

#### **II - DO OBJETO**

2.1. Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas  
visando o REGISTRO DE PREÇO para o fornecimento de café, lei-  
te e açúcar, para os cafés dos encontros dos grupos da terceira  
idade de Massaranduba, devidamente cadastrados, ao longo de  
10 (dez) meses, conforme especificações no ANEXO X - Termo de  
Referência.

Massaranduba (SC), 06 de junho de 2013.

MÁRIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

ANNA KARINE REINKE FRANZ

Gestora dos Fundos Municipais

### **Contrato 28/2013 - FMS**

CONTRATO DE LOCAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº.  
28/2013, CONFORME EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº. 01/2009,  
QUE ENTRE SI CELEBRAM O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE  
MASSARANDUBA E A PESSOA FÍSICA "DR. GUSTAVO MOHR"

Por este instrumento particular, de Locação de Prestação de Ser-  
viço, que celebram o FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MASSA-  
RANDUBA (SC), pessoa jurídica de direito público, com CNPJ nº.  
11.231.203/0001-05, com sede a Rua 11 de Novembro nº. 3025,  
neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. MÁRIO FER-  
NANDO REINKE, CPF nº. 399.964.099-53, Cédula de Identidade  
nº. 488.606-2, expedido pelo órgão SSP/SC, e pela Gestora dos  
Fundos Municipais, Sra. ANNA KARINE REINKE FRANZ, CPF nº.  
5.246.769-41 e Cédula de Identidade nº. 1.988.587-3, brasilei-  
ros, casados, residentes e domiciliados neste Município, doravante  
denominados CONTRATANTES, e de outro lado, o DR. GUSTAVO  
MOHR, Pessoa Física, com CPF nº. 052.767.759-07, Identidade  
nº. 5054709 expedida pelo Órgão SSP SC, CRM/SC nº.17257, re-  
sidente e domiciliado na Rua Marinho Lobo, 76, Apto 08, caixa  
62, Bairro Centro, Joinville, Estado de Santa Catarina, doravante  
denominada CONTRATADA, as partes de comum acordo tem justo  
e contratado o que segue:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETIVO**

O objetivo do presente contrato consiste na Locação de Prestação  
de Serviço para Atendimento Médico de Urgência, através de plan-  
tão médico, no Pronto Atendimento do Hospital Municipal.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES**

##### **- DA CONTRATADA**

- a) Responsabiliza-se por quaisquer danos pessoais que ocorrerem  
no decorrer da execução dos serviços, inclusive para com e peran-  
te terceiros;

b) Pelo pagamento de seguros, impostos, taxas e leis sociais, encargos sociais, transporte e alimentação, manutenção em geral;

c) Obriga-se a exercer seus serviços com zelo e dedicação, atendendo bem e com presteza a clientela que lhe procurar, devendo levar ao conhecimento do responsável da Secretaria Municipal de Saúde, eventuais falhas, sugestões ou irregularidades verificadas no local do serviço;

d) O atendimento de urgência médica se dará no Pronto Atendimento de Massaranduba, nos dias de semana sempre das 19:00 às 7:00 horas ( Período Noturno ) ; sábados e domingos ( Finais de Semana ) e feriados 24 horas.

#### - DA CONTRATANTE

Pela locação dos serviços prestados, a CONTRATANTE pagará a CONTRATADA mediante apresentação de nota avulsa de serviço, até o décimo dia útil do mês subsequente ao da locação da prestação dos serviços, de acordo com cláusula terceira.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**  
Pela locação dos serviços prestados a CONTRATANTE, pagará a importância de R\$ 81,00 (Oitenta e um reais) por hora plantão, de acordo com o total de horas registradas nas planilhas de controle de horas/plantão.

#### CLÁUSULA- QUARTA - DO REAJUSTE

O valor da hora/plantão será reajustado na mesma data da revisão geral dos Servidores da Prefeitura Municipal de Massaranduba, de acordo com o Art. 1º. da Lei Municipal nº. 1137/2009.

#### CLÁUSULA QUINTA - DO PRAZO

O presente Contrato terá validade a partir da data de sua assinatura, expirando-se em 31/12/2013, podendo ser renovado mediante concordância das partes, de acordo com o previsto no artigo 57, inciso II da Lei Federal nº. 8.666/93.

#### CLÁUSULA SEXTA - DA CLASSIFICAÇÃO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta da seguinte dotação:

06.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

06.02 - GERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA MÉDICA

2037 - MANUTENÇÃO DO HOSPITAL MUNICIPAL

31903400 - Outras Despesas de Pessoal Dec. Contratos Terceirização

10200 - Receita de Impostos e Transf. Imp. Saúde

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO

O Presente Contrato poderá ser rescindido por qualquer uma das partes nos seguintes casos:

a) Pelo inadimplemento de quaisquer das partes.

b) Transferir o contrato a terceiros ou sub-empregar sem concordância escrita da CONTRATANTE.

c) Interromper o fornecimento da locação dos serviços sem justa causa e prévia comunicação a CONTRATANTE.

d) Por aviso escrito e assinado, com prazo mínimo de trinta dias, ou de comum acordo, reduzindo o prazo acima, sem que isso venha a trazer prejuízo ao objeto do presente contrato.

#### CLÁUSULA OITAVA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Guaramirim (SC), para dirimir eventuais dúvidas da execução do presente Contrato.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente contrato em duas vias de igual teor e forma, juntamente com duas testemunhas.

Massaranduba, 20 de maio de 2013.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MASSARANDUBA

ANNA KARINE REINKE FRANZ

CONTRATANTE

GUSTAVO MOHR

CPF: 052.767.759-07

CONTRATADO

Testemunhas:

1) ELAINE CRISTINA GUMS VICK

CPF: 019.781.789-05

2) CARINA R. F. STOLF

CPF: 031.659.379-66

#### Contrato 29/2013 - FMS

CONTRATO DE LOCAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº. 29/2013, CONFORME EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº. 01/2009, QUE ENTRE SI CELEBRAM O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MASSARANDUBA E A PESSOA FÍSICA "DR. RENAN BORGES GONÇALVES"

Por este instrumento particular, de Locação de Prestação de Serviço, que celebram o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MASSARANDUBA (SC), pessoa jurídica de direito público, com CNPJ nº. 11.231.203/0001-05, com sede a Rua 11 de Novembro nº. 3025, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. MÁRIO FERNANDO REINKE, CPF nº. 399.964.099-53, Cédula de Identidade nº. 488.606-2, expedido pelo órgão SSP/SC, e pela Gestora dos Fundos Municipais, Sra. ANNA KARINE REINKE FRANZ, CPF nº. 5.246.769-41 e Cédula de Identidade nº. 1.988.587-3, brasileiros, casados, residentes e domiciliados neste Município, doravante denominados CONTRATANTES, e de outro lado, o DR. RENAN BORGES GONÇALVES, Pessoa Física, com CPF nº.051.404.579-54, Identidade nº. 4.823.556-3 expedida pelo Órgão SSP, CRM/SC nº. 17.265, residente e domiciliado na Rua Fernando Machado, 200, Bairro América, Joinville, Estado de Santa Catarina, telefone de contato (47) 9925-3017/ 3025-3270, doravante denominada CONTRATADA, as partes de comum acordo tem justo e contratado o que segue:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETIVO

O objetivo do presente contrato consiste na Locação de Prestação de Serviço para Atendimento Médico de Urgência, através de plantão médico, no Pronto Atendimento do Hospital Municipal.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES

##### - DA CONTRATADA

a) Responsabiliza-se por quaisquer danos pessoais que ocorrerem no decorrer da execução dos serviços, inclusive para com e perante terceiros;

b) Pelo pagamento de seguros, impostos, taxas e leis sociais, encargos sociais, transporte e alimentação, manutenção em geral;

c) Obriga-se a exercer seus serviços com zelo e dedicação, atendendo bem e com presteza a clientela que lhe procurar, devendo levar ao conhecimento do responsável da Secretaria Municipal de Saúde, eventuais falhas, sugestões ou irregularidades verificadas no local do serviço;





d) O atendimento de urgência médica se dará no Pronto Atendimento de Massaranduba, nos dias de semana sempre das 19:00 às 7:00 horas ( Período Noturno ) ; sábados e domingos ( Finais de Semana ) e feriados 24 horas.

**- DA CONTRATANTE**

Pela locação dos serviços prestados, a CONTRATANTE pagará a CONTRATADA mediante apresentação de nota avulsa de serviço, até o décimo dia útil do mês subsequente ao da locação da prestação dos serviços, de acordo com cláusula terceira.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**  
Pela locação dos serviços prestados a CONTRATANTE, pagará a importância de R\$ 81,00 (Oitenta e um reais) por hora plantão, de acordo com o total de horas registradas nas planilhas de controle de horas/plantão.

**CLÁUSULA- QUARTA - DO REAJUSTE**

O valor da hora/plantão será reajustado na mesma data da revisão geral dos Servidores da Prefeitura Municipal de Massaranduba, de acordo com o Art. 1º. da Lei Municipal nº. 1137/2009.

**CLÁUSULA QUINTA - DO PRAZO**

O presente Contrato terá validade a partir da data de sua assinatura, expirando-se em 31/12/2013, podendo ser renovado mediante concordância das partes, de acordo com o previsto no artigo 57, inciso II da Lei Federal nº. 8.666/93.

**CLÁUSULA SEXTA - DA CLASSIFICAÇÃO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta da seguinte dotação:

06.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

06.02 - GERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA MÉDICA

2037 - MANUTENÇÃO DO HOSPITAL MUNICIPAL

31903400 - Outras Despesas de Pessoal Dec. Contratos Terceirização

10200 - Receita de Impostos e Transf. Imp. Saúde

**CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO**

O Presente Contrato poderá ser rescindido por qualquer uma das partes nos seguintes casos:

a) Pelo inadimplemento de quaisquer das partes.

b) Transferir o contrato a terceiros ou sub-empregar sem concordância escrita da CONTRATANTE.

c) Interromper o fornecimento da locação dos serviços sem justa causa e prévia comunicação a CONTRATANTE.

d) Por aviso escrito e assinado, com prazo mínimo de trinta dias, ou de comum acordo, reduzindo o prazo acima, sem que isso venha a trazer prejuízo ao objeto do presente contrato.

**CLÁUSULA OITAVA - DO FORO**

Fica eleito o Foro da Comarca de Guaramirim (SC), para dirimir eventuais dúvidas da execução do presente Contrato.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente contrato em duas vias de igual teor e forma, juntamente com duas testemunhas.

Massaranduba, 20 de maio de 2013.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MASSARANDUBA

ANNA KARINE REINKE FRANZ

CONTRATANTE

RENAN BORGES GONÇALVES

CPF: 051.404.579-54

CONTRATADO

Testemunhas:

1) Elaine Cristina Gums Vick

CPF: 019.781.789-05

2) Carina R. F. Stolf

CPF: 031.659.3

**Contrato 30/2013 - FMS**

CONTRATO DE LOCAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº. 30/2013, CONFORME EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº. 01/2009, QUE ENTRE SI CELEBRAM O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MASSARANDUBA E A PESSOA FÍSICA "DR. PEDRO GASPAR SOARES JUSTO"

Por este instrumento particular, de Locação de Prestação de Serviço, que celebram o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MASSARANDUBA (SC), pessoa jurídica de direito público, com CNPJ nº. 11.231.203/0001-05, com sede a Rua 11 de Novembro nº. 3025, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. MÁRIO FERNANDO REINKE, CPF nº. 399.964.099-53, Cédula de Identidade nº. 488.606-2, expedido pelo órgão SSP/SC, e pela Gestora dos Fundos Municipais, Sra. ANNA KARINE REINKE FRANZ, CPF nº. 5.246.769-41 e Cédula de Identidade nº. 1.988.587-3, brasileiros, casados, residentes e domiciliados neste Município, doravante denominados CONTRATANTES, e de outro lado, o DR. PEDRO GASPAR SOARES JUSTO, Pessoa Física, com CPF nº. 013.535.200-21, Identidade nº. 7060815268 expedida pelo Órgão SJS/RS, CRM/SC nº.17942, residente e domiciliado na Rua Oscar A. Schneider, número 140, complemento 206. Atiradores - Joinville - Santa Catarina, Estado de Santa Catarina, telefone: (47) 92273083 / E-mail: pedrogsjusto@gmail.com, doravante denominada CONTRATADA, as partes de comum acordo tem justo e contratado o que segue:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETIVO**

O objetivo do presente contrato consiste na Locação de Prestação de Serviço para Atendimento Médico de Urgência, através de plantão médico, no Pronto Atendimento do Hospital Municipal.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES**

**- DA CONTRATADA**

a) Responsabiliza-se por quaisquer danos pessoais que ocorrerem no decorrer da execução dos serviços, inclusive para com e perante terceiros;

b) Pelo pagamento de seguros, impostos, taxas e leis sociais, encargos sociais, transporte e alimentação, manutenção em geral;

c) Obriga-se a exercer seus serviços com zelo e dedicação, atendendo bem e com presteza a clientela que lhe procurar, devendo levar ao conhecimento do responsável da Secretaria Municipal de Saúde, eventuais falhas, sugestões ou irregularidades verificadas no local do serviço;

d) O atendimento de urgência médica se dará no Pronto Atendimento de Massaranduba, nos dias de semana sempre das 19:00 às 7:00 horas ( Período Noturno ) ; sábados e domingos ( Finais de Semana ) e feriados 24 horas.

**- DA CONTRATANTE**

Pela locação dos serviços prestados, a CONTRATANTE pagará a

CONTRATADA mediante apresentação de nota avulsa de serviço, até o décimo dia útil do mês subsequente ao da locação da prestação dos serviços, de acordo com cláusula terceira.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**  
Pela locação dos serviços prestados a CONTRATANTE, pagará a importância de R\$ 81,00 (Oitenta e um reais) por hora plantão, de acordo com o total de horas registradas nas planilhas de controle de horas/plantão.

**CLÁUSULA- QUARTA - DO REAJUSTE**  
O valor da hora/plantão será reajustado na mesma data da revisão geral dos Servidores da Prefeitura Municipal de Massaranduba, de acordo com o Art. 1º. da Lei Municipal nº. 1137/2009.

**CLÁUSULA QUINTA - DO PRAZO**  
O presente Contrato terá validade a partir da data de sua assinatura, expirando-se em 31/12/2013, podendo ser renovado mediante concordância das partes, de acordo com o previsto no artigo 57, inciso II da Lei Federal nº. 8.666/93.

**CLÁUSULA SEXTA - DA CLASSIFICAÇÃO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta da seguinte dotação:

06.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
06.02 - GERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA MÉDICA  
2037 - MANUTENÇÃO DO HOSPITAL MUNICIPAL  
31903400 - Outras Despesas de Pessoal Dec. Contratos Terceirização  
10200 - Receita de Impostos e Transf. Imp. Saúde

**CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO**  
O Presente Contrato poderá ser rescindido por qualquer uma das partes nos seguintes casos:

- a) Pelo inadimplemento de quaisquer das partes.
- b) Transferir o contrato a terceiros ou sub-empregar sem concordância escrita da CONTRATANTE.
- c) Interromper o fornecimento da locação dos serviços sem justa causa e prévia comunicação a CONTRATANTE.
- d) Por aviso escrito e assinado, com prazo mínimo de trinta dias, ou de comum acordo, reduzindo o prazo acima, sem que isso venha a trazer prejuízo ao objeto do presente contrato.

**CLÁUSULA OITAVA - DO FORO**  
Fica eleito o Foro da Comarca de Guaramirim (SC), para dirimir eventuais dúvidas da execução do presente Contrato.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente contrato em duas vias de igual teor e forma, juntamente com duas testemunhas.

Massaranduba, 31 de maio de 2013.  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MASSARANDUBA  
ANNA KARINE REINKE FRANZ  
CONTRATANTE

PEDRO GASPAR SOARES JUSTO  
CPF: 013.535.200-21  
CONTRATADO

Testemunhas:

1) Elaine Cristina Gums Vick  
CPF: 019.781.789-05

2) Carina R. F. Stolf  
CPF: 031.659.379-66

**Ata de Registro de Preços 01/2013 - FASS**  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 1/2013-FASS  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 1/2013-FASS  
PREGÃO PRESENCIAL Nº.1/2013 - FASS  
VALIDADE: 12 (doze) meses

Aos 11 de Fevereiro de 2013, o FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE MASSARANDUBA, pessoa jurídica de direito público, situado na Rua 11 de Novembro, 432, Centro, Município de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº. 01.743.462/0001-61, neste ato representado pela Gestora dos Fundos Municipais, Sra CHEILA PATRICIA ROHWEDER e pelo Prefeito Municipal, Sr. MÁRIO FERNANDO REINKE, nos termos do artigo 15 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações, Decreto Municipal nº. 2051/2010 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Processo Licitatório Nº. 1/2013 - Pregão Presencial Nº. - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, homologado pelo Prefeito Municipal, abaixo assinado, RESOLVE registrar os valores oferecidos para FORNECIMENTO DE CESTAS BASICAS PARA DISTRIBUICAO AOS USUARIOS DA ASSISTENCIA SOCIAL DO MUNICIPIO DE MASSARANADUBA, DEVIDAMENTE CADASTRADOS, para atender a demanda do Fundo Municipal de Assistência Social de Massaranduba, pelo período de 12 (doze) meses, conforme consta no Anexo X do Edital de Pregão Presencial que passa a fazer parte desta Ata, tendo sido, os referidos valores, oferecidos pelas empresas cujas propostas foram classificadas no certame. Presentes às empresas e seus representantes:

Participantes Presentes  
MERCADO SPEZIA LTDA - EPP, neste ato representado por VANDERLEI SPEZIA  
CNPJ/CPF 03.916.528/0001-01  
DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA EPP, neste ato representado por ARILSON JOSE ALVES  
CNPJ/CPF 00.750.862/0001-31

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**  
1.0. CONTRATAÇÃO: FORNECIMENTO DE CESTAS BASICAS PARA DISTRIBUICAO AOS USUARIOS DA ASSISTENCIA SOCIAL DO MUNICIPIO DE MASSARANADUBA, DEVIDAMENTE CADASTRADOS, em um prazo que se estende 12 (doze) meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços, de acordo com as especificações e quantitativos estimados no Edital e seus anexos.

## Empresa Vencedora

Item	Nome Empresa	Descrição Produto	Unid.	Marca	Quantidade	Valor Unit.	Valor Total
00001	MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	KIT DE CESTA BÁSICA	KIT	MERCADO SPEZIA	360,00000	58,0000	20.880,00
00001.00001	MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	FARINHA DE TRIGO ESPECIAL, BRANCA, DE 1 QUALIDADE, EMBALAGEM DE 01 KG	KG	NORDESTE	2,00000	2,0400	4,08
00001.00002	MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	ACUCAR BRANCO REFINADO DE 1ª QUALIDADE	KG	DA BARRA	2,00000	2,1000	4,20
00001.00003	MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	ARROZ PARBOILIZADO - TIPO 1 ( PCT. 1 KG )	KG	BURITI	2,00000	2,0500	4,10
00001.00004	MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	FEIJAO PRETO, TIPO 1, GRUPO ANAO, ISENTO DE GRAOSARDIDOS, DE 1 QUALIDADE	KG	CAMPEAO	2,00000	3,4800	6,96
00001.00005	MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	SAL REFINADO IODADO, PACOTE DE 1 KG, EMBALAGEM PLASTICA RESISTENTE E TRANSPARENTE COM DATA DE FABRICACAO E PRAZO DE VALIDADE	KG	DIANA	1,00000	1,0100	1,01
00001.00006	MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	FARINHA DE MANDIOCA SUBGRUPO FINA, CLASSE BRANCA,GRUPO FARINHA SECA, TIPO 1, ACONDICIONADA EM PACOTES DE 1 QUILO	KG	ANINHA	2,00000	3,3900	6,78
00001.00007	MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	OLEO DE SOJA REFINADO, FRASCOS DE 900 ML	UNID	SUAVIT	1,00000	3,7100	3,71
00001.00008	MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	FLOCOS DE MILHO PRE-COZIDO, PACOTES DE 500 GRAMAS	UNID	SINHA	2,00000	3,5400	7,08
00001.00009	MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	MACARRAO DE SEMOLA COM OVOS, COM FARINHA DE TRIGOESPECIAL, TIPO SPAGUETTI, EMBALAGEM DE 500 GRAMAS	UNID	OGLIARI	2,00000	2,0700	4,14
00001.00010	MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	LEITE INTEGRAL ESTERILIZADO, CAIXA LONGA VIDA	LITRO	CORDILAT	2,00000	1,9900	3,98
00001.00011	MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	BOLACHA DE LEITE, SEM RECHEIO, PACOTE CONTENDO 400 GRAMAS	UNID	TODESCHINI	4,00000	2,9900	11,96

Total do Fornecedor: 20.880,00

Total Geral dos Itens: 20.880,00

Fornecedor	Item/Sub	Marca	Qtde	Unid	Preço Unitário	Preço Total
179361 - DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇ	1	NOVA ESPERANÇA	360,00000	KIT	58,17	20.941,20
179361 - DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇ	1.	NOVA ESPERANÇA	2,00000	KG	26,04	4,09
179361 - DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇ	1.	NOVA ESPERANÇA	2,00000	KG	262,10	4,21
179361 - DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇ	1.	NOVA ESPERANÇA	2,00000	KG	26,05	4,11
179361 - DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇ	1.	NOVA ESPERANÇA	2,00000	KG	302,49	6,98
179361 - DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇ	1.	NOVA ESPERANÇA	1,00000	KG	13,01	1,01
179361 - DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇ	1.	NOVA ESPERANÇA	2,00000	KG	399,39	6,79
179361 - DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇ	1.	NOVA ESPERANÇA	1,00000	UNID	309,72	3,72
179361 - DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇ	1.	NOVA ESPERANÇA	2,00000	UNID	304,55	7,10
179361 - DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇ	1.	NOVA ESPERANÇA	2,00000	UNID	261,07	4,15
179361 - DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇ	1. 1	NOVA ESPERANÇA	2,00000	LITRO	158,99	3,99
179361 - DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇ	1. 1	NOVA ESPERANÇA	4,00000	UNID	289,99	11,99
56162 - MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	1	MERCADO SPEZIA	360,00000	KIT	58,00	20.880,00
56162 - MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	1.	NORDESTE	2,00000	KG	2,04	4,08
56162 - MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	1.	DA BARRA	2,00000	KG	2,10	4,20
56162 - MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	1.	BURITI	2,00000	KG	2,05	4,10
56162 - MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	1.	CAMPEAO	2,00000	KG	3,48	6,96
56162 - MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	1.	DIANA	1,00000	KG	1,01	1,01
56162 - MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	1.	ANINHA	2,00000	KG	3,39	6,78
56162 - MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	1.	SUAVIT	1,00000	UNID	3,71	3,71
56162 - MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	1.	SINHA	2,00000	UNID	3,54	7,08
56162 - MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	1.	OGLIARI	2,00000	UNID	2,07	4,14
56162 - MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	1. 1	CORDILAT	2,00000	LITRO	1,99	3,98
56162 - MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	1. 1	TODESCHINI	4,00000	UNID	2,99	11,96
Total Geral ----> 41.937,34						



1.1. CONSUMO MÉDIO: O valor estimado para a citada aquisição pelo período de 12 (doze) meses é de R\$ CINQUENTA E OITO REAIS.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DOS PREÇOS

2.0. A presente Ata de Registro de Preços terá validade até 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura, não podendo ser prorrogada.

2.1. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município não será obrigado a contratar o objeto referido na Cláusula I exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.0. A presente Ata de Registro de Preços será usada pela Secretaria de Administração, que será o Órgão Gerenciador da presente Ata de Registro de Preços.

3.1. O valor ofertado pelas empresas signatárias da presente Ata de Registro de Preços é o relacionado na Cláusula Primeira, de acordo com a respectiva classificação no Processo Licitatório N° 1/2013 - Pregão Presencial N°.

3.2. Em cada fornecimento de materiais decorrente desta Ata, serão observadas as cláusulas e condições constantes do Edital de Processo Licitatório N° 1/2013 - Pregão Presencial N° e seus Anexos, que a precederam e integram o presente instrumento de compromisso.

#### CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO

4.0. Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias após a entrega dos materiais, através de depósito na conta corrente informada pela empresa vencedora do certame, mediante a apresentação de Nota Fiscal, com os materiais descritos detalhadamente e devidamente atestada pela Secretaria requisitante, ou outro servidor responsável pela requisição/solicitação. Na nota fiscal deverá constar o número da licitação, da Ata de Registro de Preços e ainda serão observados os seguintes requisitos:

a) Nenhum pagamento será efetuado à empresa, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

b) Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

4.1. As despesas decorrentes da presente ata de registro de preços serão efetuadas a conta dos recursos financeiros do ano corrente.

Código Dotação	Descrição
07	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
001	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
2023	Assistência Social à Famílias Carentes
33903007000000	GENEROS DE ALIMENTACAO
10000	Recursos Ordinários

#### CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA.

5.0. O prazo de entrega será de \_\_\_\_ ( \_\_\_\_ ) dias após o recebimento da Ordem de Compra ou Nota de Empenho que será fornecida pelo Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços.

5.1. Local de entrega: Fundo Municipal de Assistência Social de Massaranduba, situada na Rua 11 de Novembro, 432, Centro, na cidade de Massaranduba/SC.

5.2. A Empresa deverá entregar o objeto contratado dentro do prazo estipulado previamente em instrumento convocatório, independente de quantidade solicitada, distância da contratada do local de entrega, ou do valor do frete, pois o preço deverá ser

elaborado prevendo estes custos.

#### CLÁUSULA SEXTA - DAS PENALIDADES

6.0. A recusa da empresa com proposta classificada na licitação e indicada para registro dos respectivos preços ensejará a aplicação das penalidades enunciadas no artigo 87 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações e no Decreto Municipal nº. 2051/2010, ao critério da Administração.

6.1. Aos proponentes que ensejarem o retardamento da execução do certame, não mantiverem a proposta e não assinarem a Ata de Registro de Preços, comportarem-se de modo inidôneo, fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal, poderão ser aplicadas, conforme o caso, resguardados os procedimentos legais, as seguintes sanções, a critério da Administração, isolada ou cumulativamente, sem prejuízo da reparação dos danos causados à Administração Municipal pelo infrator:

6.1.1. Impedimento para registro na Ata, se concluída a fase licitatória;

6.1.2. Cancelamento do registro na Ata;

6.1.3. Advertência e anotação restritiva no Cadastro de Fornecedores;

6.1.4. Multa de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

6.1.5. Suspensão temporária do direito de licitar ou de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 02 (dois) anos ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou, ainda, até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade.

6.1.6. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

6.2. A aplicação das penalidades ocorrerá depois de defesa prévia do interessado, no prazo estabelecido na Lei de Licitações, a contar da intimação do ato.

6.3. Não será aplicada multa se, comprovadamente, o atraso do atendimento, advir de caso fortuito ou motivo de força maior.

6.4. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pelo fornecedor no momento da execução da Ata de Registro de Preços, sem justificativa aceita pelo órgão ou entidade usuária, resguardados os procedimentos legais pertinentes, poderá acarretar, isolada ou cumulativamente, nas seguintes sanções:

6.4.1. Advertência;

6.4.2. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado total do contrato, em caso de recusa do 1.º colocado de cada item em assinar a Ata de Registro de Preços.

6.4.3. Multa de 10% (dez por cento) por dia de inadimplência, até o trigésimo dia de fornecimento incompleto ou em atraso, incidentes sobre o valor estimado mensal da contratação, além do desconto do valor correspondente ao serviço não realizado pela detentora da Ata.

6.5. Suspensão temporária do direito de participar de licitação e de fornecer à Administração Pública, por prazo de até 02 (dois) anos;

6.6 Em qualquer hipótese de aplicação de penalidades será assegurado ao fornecedor o contraditório e ampla defesa.

6.7. A aplicação das sanções previstas nesta Ata não exclui a possibilidade de aplicação de outras, previstas em Lei, inclusive responsabilização do fornecedor por eventuais perdas e danos causados à Administração.

6.8. As importâncias relativas a multas serão descontadas dos pagamentos a serem efetuados à detentora da Ata, podendo, entretanto, conforme o caso, processar-se a cobrança judicialmente.

6.9. As penalidades serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções cabíveis, sejam estas administrativas ou penais, previstas na Lei nº. 8.666/93 e alterações.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

7.1. O objeto licitado poderá sofrer reajuste depois de expirado o prazo de 90 dias contados da homologação, desde que atendidas as prerrogativas da lei e mediante a efetiva comprovação do aumento por parte do fornecedor e aprovação da administração,

devendo ser utilizado o mesmo percentual.

7.2. Se no decorrer dos fornecimentos oriundos da Ata de Registro de Preços, ficar comprovado que os preços registrados são incompatíveis com os fixados por órgãos oficiais ou com os praticados no mercado, a Administração reserva-se o direito de aplicar o disposto no artigo 24, inciso VII da Lei nº. 8.666/93 e alterações, efetuando a compra direta, por valor não superior ao constante da Ata de Registro de Preços. Tal comprovação será feita através de tabelas oficiais e/ou cotações de mercado.

#### CLÁUSULA OITAVA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.0. A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito:

8.1. Pela Administração Municipal, quando:

8.1.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;

8.1.2. A detentora não retirar a Nota de Empenho no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

8.1.3. A detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;

8.1.4. Em qualquer das hipóteses de recusa na entrega total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços;

8.1.5. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

8.1.6. Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração;

8.2. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação na Imprensa Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado após 01(um) dia da publicação.

8.3. Pelas detentoras, quando, mediante solicitação por escrito, comprovarem estar impossibilitadas de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços.

8.4. A solicitação das detentoras para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, cabendo a Administração a aplicação das penalidades previstas em lei.

#### CLÁUSULA NONA - DA AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO E EMISSÃO DAS NOTAS DE EMPENHO

9.1. O fornecimento do objeto da presente Ata de Registro de Preços será autorizado, caso a caso, pela Secretaria de Administração, que é o órgão gerenciador da mesma e também pela unidade financeira competente para os pagamentos.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

10. Compete ao Órgão Gerenciador:

10.1 Efetuar o pagamento nas condições pactuadas.

10.2 Notificar a Contratada relativamente a qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos materiais.

10.3 O Município não será responsável por quaisquer ônus, direitos ou obrigações vinculadas à legislação trabalhista, tributárias ou securitárias decorrentes da execução do presente contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberão, exclusivamente, à Contratada.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO

#### FORNECEDOR

11.1. Compete ao Fornecedor:

11.1.1. Efetuar a entrega no prazo previsto na Cláusula V, independentemente da quantidade solicitada e do local de entrega.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. Integram esta Ata, o Edital de PREGÃO PRESENCIAL nº. 1/2013, e as propostas das empresas classificadas no certame supra numerado.

12.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Guaramirim (SC), para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente Ata.

12.3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações, e demais normas aplicáveis.

Massaranduba(SC), 11/02/2013.

MARIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

#### Participantes Presentes

MERCADO SPEZIA LTDA - EPP, neste ato representado por VANDERLEI SPEZIA

CNPJ/CPF 03.916.528/0001-01

DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA EPP, neste ato representado por ARILSON JOSE ALVES

CNPJ/CPF 00.750.862/0001-31

#### CONTRATADA

MERCADO SPEZIA LTDA - EPP

VANDERLEI SPEZIA

Contratada

#### Ata de Registro de Preços 05/2013 - FMS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 05/2013 - FMS

Pregão Presencial Nº. 02/2013 - FMS

VALIDADE: 12 (doze) meses

No primeiro dia, do mês de março do ano de dois mil e treze, o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MASSARANDUBA, pessoa jurídica de direito público, situado na Rua 11 de Novembro, 2998, Centro, Município de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº. 11.231.203/0001-05, neste ato representado pela Gestora dos Fundos Municipais, Sra. ANNA KARINE REIKE FRANZ e pelo Prefeito Municipal, Sr. MÁRIO FERNANDO REINKE, nos termos do artigo 15 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações, Decreto Municipal nº. 2051/2010 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial nº. 02/2013 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, homologado pelo Prefeito Municipal, abaixo assinado, RESOLVE registrar os valores oferecidos para aquisição de tiras de glicemia e lancetas, com fornecimento de glicosímetros a título de comodato, destinados a atender a demanda de pacientes do município de Massaranduba, pelo período de 12 (doze) meses, conforme consta no Anexo X do Edital de Pregão Presencial que passa a fazer parte desta Ata, tendo sido, os referidos valores, oferecidos pelas empresas cujas propostas foram classificadas no certame. Presentes às empresas e seus representantes:

Altermed Mat. Medico Hospitalar Ltda	Cleiton André Wagner
CQC Tecnologia em Sistemas Diagnósticos Ltda	Sem representante
Especialista produtos para laboratório Ltda	Sem representante
Metromed Mat. Med. Hospitalar Ltda	Ramon Francisco Andrade
DIMACI Mat. Cirurgico Ltda	Alison Luiz Pereira

Medilar Imp. Exp. Prod. Méd. Hospitalares Ltda	Roberta Torelly Feix
Cointer Material Medico Hospitalar Ltda	Luiz Carlos da Rosa
Biomed Material Medico Hospitalar Ltda- ME	Adolfo Erico Negherbon

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.0. CONTRATAÇÃO: aquisição de tiras de glicemia e lancetas, com fornecimento de glicosímetros a título de comodato, destinados a atender a demanda de pacientes do município de Massaranduba, pelo período de 12 (doze) meses, a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços, de acordo com as especificações e quantitativos estimados no Edital e seus anexos. Segue Abaixo as empresas vencedoras:

ITEM	EMPRESA	PRODUTO	UNID	MARCA	QTD.	VLR. UNIT.	VLR. TOTAL
01	Biomed Material Medico Hospitalar Ltda- ME	Lanceta descartável automática retrátil	Unid	Premium	30.000	0,17	5.100,00
02	Medilar Imp. Distr. Produtos med. Hosp. Ltda	Tira teste p/ medição quantitativa de glicose	Unid	On call Plus	30.000	0,37	11.000,00

1.1. CONSUMO MÉDIO: O valor estimado para a citada aquisição pelo período de 12 (doze) meses é de R\$ 16.200,00 (Dezesseis mil e duzentos reais).

**1.2. CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DOS PREÇOS**

2.0. A presente Ata de Registro de Preços terá validade até 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura, não podendo ser prorrogada.

2.1. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Fundo Municipal não será obrigado a contratar o objeto referido na Cláusula I exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

3.0. A presente Ata de Registro de Preços será usada pela Secretaria de Saúde Municipal, que será o Órgão Gerenciador da presente Ata de Registro de Preços.

3.1. O valor ofertado pelas empresas signatárias da presente Ata de Registro de Preços é o relacionado na Cláusula Primeira, de acordo com a respectiva classificação no Processo Licitatório Nº. 04/2013 - Pregão Presencial Nº. 02/2013

3.2. Em cada fornecimento de materiais decorrente desta Ata, serão observadas as cláusulas e condições constantes do Edital de Processo Licitatório Nº. 04/2013 - Pregão Presencial Nº. 02/2013 e seus Anexos, que a precederam e integram o presente instrumento de compromisso.

**CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO**

4.0. Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias após a entrega dos materiais, através de depósito na conta corrente informada pela empresa vencedora do certame, mediante a apresentação de Nota Fiscal, com os materiais descritos detalhadamente e devidamente atestada pela Secretaria requisitante, ou outro servidor responsável pela requisição/solicitação. Na nota

fiscal deverá constar o número da licitação, da Ata de Registro de Preços e ainda serão observados os seguintes requisitos:

a) Nenhum pagamento será efetuado à empresa, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

b) Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

4.1. As despesas decorrentes da presente ata de registro de preços serão efetuadas a conta dos recursos financeiros do ano corrente.

**CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA.**

5.0. O prazo de entrega será de 10 (dez) dias consecutivos após o recebimento da Ordem de Compra ou Nota de Empenho que será fornecida pelo Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços.

5.1. Local de entrega: Prefeitura Municipal, situada na Rua 11 de Novembro, 2765, Centro, na cidade de Massaranduba/SC.

5.2. A Empresa deverá entregar o objeto contratado dentro do prazo estipulado previamente em instrumento convocatório, independente de quantidade solicitada, distância da contratada do local de entrega, ou do valor do frete, pois o preço deverá ser elaborado prevendo estes custos.

**CLÁUSULA SEXTA - DAS PENALIDADES**

6.0. A recusa da empresa com proposta classificada na licitação e indicada para registro dos respectivos preços ensejará a aplicação das penalidades enunciadas no artigo 87 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações e no Decreto Municipal nº. 2051/2010, a critério do Fundo Municipal.

6.1. Aos proponentes que ensejarem o retardamento da execução do certame, não mantiverem a proposta e não assinarem a Ata de Registro de Preços, comportarem-se de modo inidôneo, fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal, poderão ser aplicadas, conforme o caso, resguardados os procedimentos legais, as seguintes sanções, a critério da Administração, isolada ou cumulativamente, sem prejuízo da reparação dos danos causados ao Fundo Municipal pelo infrator:

6.1.1. Impedimento para registro na Ata, se concluída a fase licitatória;

6.1.2. Cancelamento do registro na Ata;

6.1.3. Advertência e anotação restritiva no Cadastro de Fornecedores;

6.1.4. Multa de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

6.1.5. Suspensão temporária do direito de licitar ou de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 02 (dois) anos ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou, ainda, até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade.

6.1.6. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

6.2. A aplicação das penalidades ocorrerá depois de defesa prévia do interessado, no prazo estabelecido na Lei de Licitações, a contar da intimação do ato.

6.3. Não será aplicada multa se, comprovadamente, o atraso do atendimento, advir de caso fortuito ou motivo de força maior.

6.4. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pelo fornecedor no momento da execução da Ata de Registro de Preços, sem justificativa aceita pelo órgão ou entidade usuária, resguardados os procedimentos legais pertinentes, poderá acarretar, isolada ou cumulativamente, nas seguintes sanções:

6.4.1. Advertência;

6.4.2. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado total do contrato, em caso de recusa do 1.º colocado de cada item em assinar a Ata de Registro de Preços.

6.4.3. Multa de 10% (dez por cento) por dia de inadimplência, até o trigésimo dia de fornecimento incompleto ou em atraso, incidentes sobre o valor estimado mensal da contratação, além do



desconto do valor correspondente ao serviço não realizado pela detentora da Ata.

6.5. Suspensão temporária do direito de participar de licitação e de fornecer à Administração Pública, por prazo de até 02 (dois) anos;

6.6 Em qualquer hipótese de aplicação de penalidades será assegurado ao fornecedor o contraditório e ampla defesa.

6.7. A aplicação das sanções previstas nesta Ata não exclui a possibilidade de aplicação de outras, previstas em Lei, inclusive responsabilização do fornecedor por eventuais perdas e danos causados à Administração.

6.8. As importâncias relativas a multas serão descontadas dos pagamentos a serem efetuados à detentora da Ata, podendo, entretanto, conforme o caso, processar-se a cobrança judicialmente.

6.9. As penalidades serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções cabíveis, sejam estas administrativas ou penais, previstas na Lei nº. 8.666/93 e alterações.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

7.1. O objeto licitado poderá sofrer reajuste depois de expirado o prazo de 90 dias contados da homologação, desde que atendidas as prerrogativas da lei e mediante a efetiva comprovação do aumento por parte do fornecedor e aprovação da administração, devendo ser utilizado o mesmo percentual.

7.2. Se no decorrer dos fornecimentos oriundos da Ata de Registro de Preços, ficar comprovado que os preços registrados são incompatíveis com os fixados por órgãos oficiais ou com os praticados no mercado, a Administração reserva-se o direito de aplicar o disposto no artigo 24, inciso VII da Lei nº. 8.666/93 e alterações, efetuando a compra direta, por valor não superior ao constante da Ata de Registro de Preços. Tal comprovação será feita através de tabelas oficiais e/ou cotações de mercado.

#### CLÁUSULA OITAVA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.0. A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito:

8.1. Pela Administração Municipal, quando:

8.1.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;

8.1.2. A detentora não retirar a Nota de Empenho no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

8.1.3. A detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;

8.1.4. Em qualquer das hipóteses de recusa na entrega total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços;

8.1.5. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

8.1.6. Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração;

8.2. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação na Imprensa Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado após 01 (um) dia da publicação.

8.3. Pelas detentoras, quando, mediante solicitação por escrito, comprovarem estar impossibilitadas de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços.

8.4. A solicitação das detentoras para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, cabendo a Administração a aplicação das penalidades previstas em lei.

#### CLÁUSULA NONA - DA AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO E EMISSÃO DAS NOTAS DE EMPENHO

9.1. O fornecimento do objeto da presente Ata de Registro de Preços será autorizado, caso a caso, pela Secretaria de Saúde Municipal, que é o órgão gerenciador da mesma e também pela unidade financeira competente para os pagamentos.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

10. Compete ao Órgão Gerenciador:

10.1 Efetuar o pagamento nas condições pactuadas.

10.2 Notificar a Contratada relativamente a qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos materiais.

10.3 O Fundo Municipal não será responsável por quaisquer ônus, direitos ou obrigações vinculadas à legislação trabalhista, tributárias ou securitárias decorrentes da execução do presente contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberão, exclusivamente, à Contratada.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

11.1. Compete ao Fornecedor:

11.1.1. Efetuar a entrega no prazo previsto na Cláusula V, independentemente da quantidade solicitada e do local de entrega.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. Integram esta Ata, o Edital de PREGÃO PRESENCIAL nº. /, e as propostas das empresas classificadas no certame supra numerado.

12.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Guaramirim (SC), para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente Ata.

12.3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações, e demais normas aplicáveis.

Massaranduba(SC), 01 de março de 2013

ANNA KARINE REINKE FRANZ

Gestora dos Fundos Municipais

MARIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

BIOMEDI MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA  
CONTRATADA

MEDILAR IMP. EXP. PROD. MÉD. HOSPITALARES LTDA  
CONTRATADA

#### Ata Registro de Preços 02/2013

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 2/2013-FMS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 4/2013-FMS

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 2/2013-FMS

VALIDADE: 12 (doze) meses

Aos 04 de Março de 2013, o FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE MASSARANDUBA, pessoa jurídica de direito público, situado na Rua 11 de Novembro, 432, Centro, Município de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº. 01.743.462/0001-61, neste ato representado pela Gestora dos Fundos Municipais, Sra ANNA KARINE REINKE FRANZ e pelo Prefeito Municipal, Sr. MÁRIO FERNANDO REINKE, nos termos do artigo 15 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações, Decreto Municipal nº. 2051/2010 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Processo Licitatório Nº. 4/2013 - Pregão Presencial Nº. - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, homologado pelo Prefeito Municipal, abaixo assinado,



RESOLVE registrar os valores oferecidos para AQUISIÇÃO DE DIVERSOS GENEROS ALIMENTÍCIOS PARA OS CAFÉS DOS ENCONTROS DOS GRUPOS DA TERCEIRA IDADE DO MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA, para atender a demanda do Fundo Municipal de Assistência Social de Massaranduba, pelo período de 12 (doze) meses, conforme consta no Anexo X do Edital de Pregão Presencial que passa a fazer parte desta Ata, tendo sido, os referidos valores, oferecidos pelas empresas cujas propostas foram classificadas no certame. Presentes às empresas e seus representantes: Participantes Presentes CNPJ/CPF  
SCEPAN PRAWUTZKI ME, neste ato representado por MOACIR PRAWUTZKI 84.093.574/0001-41  
MERCADO SPEZIA LTDA - EPP, neste ato representado por VANDERLEI SPEZIA 03.916.528/0001-01

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.0. CONTRATAÇÃO: AQUISIÇÃO DE DIVERSOS GENEROS ALIMENTÍCIOS PARA OS CAFÉS DOS ENCONTROS DOS GRUPOS DA TERCEIRA IDADE DO MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA., em um prazo que se estende 12 (doze) meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços, de acordo com as especificações e quantitativos estimados no Edital e seus anexos.

Empresa Vencedora

Item	Nome Empresa	Descrição Produto	Unid.	Marca	Quantidade	Valor Unit.	Valor Total
00001	SCEPAN PRAWUTZKI ME	PÃO FATIADO, TIPO SANDUICHE, FEITO A BASE DE FARINHA DE TRIGO ESPECIAL, ENRIQUECIDA COM ÁCIDO FOLICO, ÁGUA, FERMENTO BIOLÓGICO, OVOS, AÇUCAR, SAL, ENTRE OUTROS.	UNID	THABRULAI	190,00000	3,1000	589,00
00002	SCEPAN PRAWUTZKI ME	PÃO DE FORMA, TIPO CASEIRO, COM MASSA DE FARINHA DE TRIGO ESPECIAL, ÁGUA, FERMENTO BIOLÓGICO, AÇÚCAR, SAL, ENTRE OUTROS. PESANDO APROXIMADAMENTE 500 GR.	UNID	THABRULAI	418,00000	3,5300	1.475,54
00003	SCEPAN PRAWUTZKI ME	MINI PÃO FRANCES, COM MASSA DE FARINHA DE TRIGO ESPECIAL, FERMENTO E ÁGUA. PESO APROXIMADO 25GRAMAS	UNID	SR PAO	2.775,00000	0,2700	749,25
00005	SCEPAN PRAWUTZKI ME	PRESUNTO FATIADO COZIDO, PRODUTO DA EMULSAO DE CARNES (GADO E PORCO), EMBUTIDO.	FATIA	FRICASA	2.315,00000	0,4500	1.041,75
00006	SCEPAN PRAWUTZKI ME	QUEIJO MUSSARELA, FATIADO DE PRIMEIRA QUALIDADE, PRODUTO A BASE DE LEITE PASTEURIZADO, FERMENTO LÁCTEO, SAL, COALHO, CLORETO DE CALCIO.	FATIA	LACTOVALE	2.315,00000	0,5500	1.273,25
00007	SCEPAN PRAWUTZKI ME	MORTADELA, SEM GORDURA, FATIADA, PRODUTO DA EMULSAO DE CARNE DE GADO, EMBUTIDO.	FATIA	FRICASA	1.389,00000	0,2000	277,80
00013	SCEPAN PRAWUTZKI ME	LINGUIÇA MISTA, PRODUTO EMBUTIDO DE CARNES DE PORCO E GADO.	KG	GLAU	97,50000	12,9000	1.257,75

00017	SCEPAN ME	PRAWUTZKI	PÃO DE QUEIJO ASSADO - PRODUTO A BASE DE POLVILHO, LEITE SAL, OVO, QUEIJO, OLEO E CREME VEGETAL. PESANDO APROXIMADAMENTE 30 GRAMAS.	UNID	SR PAO	5.550,00000	1,6500	9.157,50
00022	SCEPAN ME	PRAWUTZKI	MAÇA GALA, IN NATURA, TAMANHO MÉDIO, FIRMES, DE 1ª QUALIDADE, SEM PONTOS DE APODRECIMENTO.	KG	IN NATURA	331,00000	3,0000	993,00
00023	SCEPAN ME	PRAWUTZKI	PERA - IN NATURA DE 1ª QUALIDADE, FIRMES, SEM PONTOS DE APODRECIMENTO.	KG	IN NATURA	331,00000	5,9500	1.969,45
00024	SCEPAN ME	PRAWUTZKI	BANANA COMUM, IN NATURA DE 1 QUALIDADE	KG	IN NATURA	163,00000	1,5000	244,50
00025	SCEPAN ME	PRAWUTZKI	TANGERINA, MEXERICA, IN NATURA DE 1 QUALIDADE	KG	IN NATURA	168,00000	3,8300	643,44
00026	SCEPAN ME	PRAWUTZKI	LARANJA COMUM, IN NATURA, DE 1 QUALIDADE	KG	IN NATURA	494,00000	1,5000	741,00
00027	SCEPAN ME	PRAWUTZKI	MELÃO, IN NATURA DE 1 QUALIDADE	KG	IN NATURA	92,00000	3,8000	349,60
00028	SCEPAN ME	PRAWUTZKI	GOIABA, IN NATURA, DE 1 QUALIDADE	KG	IN NATURA	168,00000	5,5000	924,00
00029	SCEPAN ME	PRAWUTZKI	MELÂNCIA - IN NATURA DE 1 QUALIDADE	KG	IN NATURA	163,00000	1,5000	244,50
00030	SCEPAN ME	PRAWUTZKI	ALFACE CRESPA EM CABEÇA, IN NATURA DE 1 QUALIDADE.	UNID	IN NATURA	281,00000	1,6000	449,60

Total do Fornecedor: 22.380,93

00004	MERCADO LTDA - EPP	SPEZIA	MARGARINA CREMOSA, PRODUZIDA EXCLUSIVAMENTE COM GORDURA VEGETAL, COM ADIÇÃO DE SAL, ACONDICIONADA EM POTES DE POLIPROPILENO, COM LACRE DE PAPEL ALUMINIZADO ENTRE A TAMPÁ E O POTE, RESISTENTES QUE GARANTAM A INTEGRIDADE DO PRODUTO. PESO LIQUIDO 500 GRAMAS	UNID	DELICIA	210,00000	3,7800	793,80
00008	MERCADO LTDA - EPP	SPEZIA	SARDINHA EM CONSERVA PREPARADA COM PESCADOR FRESCO, LIMPO E VISCERADO, COZIDO. IMERSA EM ÓLEO COMESTÍVEL. ACONDICIONADA EM RECIPIENTE DE FOLHA DE FLANDRES ÍNTEGRO, RESISTENTE, VEDADO HERMETICAMENTE E LIMPO, CONTENDO APROXIMADAMENTE 125 GRAMAS.	LATA	BEIRA MAR	152,00000	2,7500	418,00
00009	MERCADO LTDA - EPP	SPEZIA	GELÉIA DE FRUTAS - PRODUTO A BASE DE POLPA DE FRUTAS, AÇÚCAR, ENTRE OUTROS. SABORES DIVERSOS, BANANA, UVA, MORANGO, PESSEGO, FIGO. PESO LIQUIDO 450 GRAMAS.	UNID	DO CAL	42,00000	2,7000	113,40

00010	MERCADO LTDA - EPP	SPEZIA	NATA - CREME DE LEITE FRESCO, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE 250 GRAMAS.	UNID	LACTOVALE	76,00000	2,8500	216,60
00011	MERCADO LTDA - EPP	SPEZIA	MAIONESE:CREME A BASE DE OLEO VEGETAL. INGREDIENTES: ÁGUA, OLEO VEGETAL, OVOS PASTEURIZADOS,AMIDO MODIFICADO, VINAGRE, AÇUCAR, SAL,SUCO DE LIMÃO, ENTRE OUTROS. ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE 500 GRAMAS.	UNID	SOYA	84,00000	2,8000	235,20
00012	MERCADO LTDA - EPP	SPEZIA	OVOS DE GALINHAS, VERMELHOS, TIPO GRANDE, FRESCOSSELECIONADOS, COM EMBALAGEM ATÓXICA EM DÚZIAS E NÃO REUTILIZADAS.	UNID	RONCHI	84,00000	4,4500	373,80
00014	MERCADO LTDA - EPP	SPEZIA	DOCE AMANTEIGADO - BISCOITO AMANTEIGADO, TIPO CASEIRO, PRODUTO A BASE DE MANTEIGA, FARINHA DE TRIGOE AÇUCAR. EMBALAGEM CONTENDO 1 KG.	UNID	D ANITA	76,00000	7,6000	577,60
00015	MERCADO LTDA - EPP	SPEZIA	CUCA COM RECHEIO DE FRUTAS - PRODUTO A BASE DE FARINHA DE TRIGO ESPECIAL, FERMENTO, AÇUCAR, MARGARINA, OLEO, OVOS E FRUTAS DIVERSAS.PESO APROXIMADO 300 GRAMAS.	UNID	BAUER	519,00000	7,6000	3.944,40
00016	MERCADO LTDA - EPP	SPEZIA	CUCA COM RECHEIOS VARIADOS - FAROFA, NATA, BANANAE QUEIJO	UNID	BAUER	648,00000	7,6000	4.924,80
00018	MERCADO LTDA - EPP	SPEZIA	REQUEIJÃO CREMOSO: LATICINIO PASTOSO, DE COR BRANCA, FEITO DE LEITE DESNATADO E CREME DE LEITE FRESCO, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE APROXIMADAMENTE 220 GRAMAS.	UNID	DO VALE	114,00000	3,5800	408,12
00019	MERCADO LTDA - EPP	SPEZIA	BOLO DE CENOURA COM COBERTURA DE CHOCOLATE	UNID	BAUER	279,00000	6,8000	1.897,20
00020	MERCADO LTDA - EPP	SPEZIA	BOLO SECO: EM SABORES VARIADOS, NEUTRO, LARANJA, COCO, LIMÃO, CHOCOLATE. PESO APROXIMADO 250 GRAMAS.	UNID	BAUER	279,00000	5,2000	1.450,80
00021	MERCADO LTDA - EPP	SPEZIA	ROCAMBOLE, PRODUTO RECHEADO COM FRUTAS, CHOCOLATE, PUDIM OU OUTROS. PESO APROXIMADO 1 KG.	UNID	BAUER	460,00000	19,9000	9.154,00

Total do Fornecedor: 24.507,72

Total Geral dos Itens: 46.888,65

Fornecedor	Item/Sub	Marca	Qtde	Unid	Preço Unitário	Preço Total
56162 - MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	1	BAUER	190,00000	UNID	3,13	594,70
56162 - MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	2	BAUER	418,00000	UNID	3,60	1.504,80
56162 - MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	3	BAUER	2.775,00000	UNID	0,35	971,25
56162 - MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	4	DELICIA	210,00000	UNID	3,78	793,80
56162 - MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	5	PANPLONA	2.315,00000	FATIA	0,49	1.134,35
56162 - MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	6	LACTOVALE	2.315,00000	FATIA	0,65	1.504,75
56162 - MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	7	SEARA	1.389,00000	FATIA	0,32	444,48
56162 - MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	8	BEIRA MAR	152,00000	LATA	2,75	418,00
56162 - MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	9	DO CAL	42,00000	UNID	2,70	113,40
56162 - MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	10	LACTOVALE	76,00000	UNID	2,85	216,60
56162 - MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	11	SOYA	84,00000	UNID	2,80	235,20
56162 - MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	12	RONCHI	84,00000	UNID	4,45	373,80
56162 - MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	13	13 DE MAIO	97,50000	KG	13,34	1.300,65
56162 - MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	14	D ANITA	76,00000	UNID	7,60	577,60
56162 - MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	15	BAUER	519,00000	UNID	7,60	3.944,40
56162 - MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	16	BAUER	648,00000	UNID	7,60	4.924,80
56162 - MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	17	BAUER	5.550,00000	UNID	1,74	9.657,00
56162 - MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	18	DO VALE	114,00000	UNID	3,58	408,12
56162 - MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	19	BAUER	279,00000	UNID	6,80	1.897,20
56162 - MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	20	BAUER	279,00000	UNID	5,20	1.450,80
56162 - MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	21	BAUER	460,00000	UNID	19,90	9.154,00
56162 - MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	22	IN NATURA	331,00000	KG	3,05	1.009,55
56162 - MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	23	IN NATURA	331,00000	KG	6,07	2.009,17
56162 - MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	24	IN NATURA	163,00000	KG	1,54	251,02
56162 - MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	25	IN NATURA	168,00000	KG	3,84	645,12
56162 - MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	26	IN NATURA	494,00000	KG	1,65	815,10
56162 - MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	27	IN NATURA	92,00000	KG	3,82	351,44
56162 - MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	28	IN NATURA	168,00000	KG	5,60	940,80
56162 - MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	29	IN NATURA	163,00000	KG	1,65	268,95
56162 - MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	30	IN NATURA	281,00000	UNID	1,85	519,85
15369 - SCEPAN PRAWUT-ZKI ME	1	THABRULAI	190,00000	UNID	3,10	589,00



15369 - SCEPAN PRAWUT-ZKI ME	2	THABRULAI	418,00000	UNID	3,53	1.475,54
15369 - SCEPAN PRAWUT-ZKI ME	3	SR PAO	2.775,00000	UNID	0,27	749,25
15369 - SCEPAN PRAWUT-ZKI ME	4	DELICIA	210,00000	UNID	3,85	808,50
15369 - SCEPAN PRAWUT-ZKI ME	5	FRICASA	2.315,00000	FATIA	0,45	1.041,75
15369 - SCEPAN PRAWUT-ZKI ME	6	LACTOVALE	2.315,00000	FATIA	0,55	1.273,25
15369 - SCEPAN PRAWUT-ZKI ME	7	FRICASA	1.389,00000	FATIA	0,20	277,80
15369 - SCEPAN PRAWUT-ZKI ME	8	NAVEGANTES	152,00000	LATA	2,77	421,04
15369 - SCEPAN PRAWUT-ZKI ME	9	JUREIA	42,00000	UNID	2,73	114,66
15369 - SCEPAN PRAWUT-ZKI ME	10	LACTOVALE	76,00000	UNID	2,90	220,40
15369 - SCEPAN PRAWUT-ZKI ME	11	MESA	84,00000	UNID	2,90	243,60
15369 - SCEPAN PRAWUT-ZKI ME	12	RONCHI	84,00000	UNID	4,50	378,00
15369 - SCEPAN PRAWUT-ZKI ME	13	GLAU	97,50000	KG	12,90	1.257,75
15369 - SCEPAN PRAWUT-ZKI ME	14	DANITA	76,00000	UNID	7,89	599,64
15369 - SCEPAN PRAWUT-ZKI ME	15	CANTINHO DOCE	519,00000	UNID	7,66	3.975,54
15369 - SCEPAN PRAWUT-ZKI ME	16	CANTINHO DOCE	648,00000	UNID	7,66	4.963,68
15369 - SCEPAN PRAWUT-ZKI ME	17	SR PAO	5.550,00000	UNID	1,65	9.157,50
15369 - SCEPAN PRAWUT-ZKI ME	18	LACTOVALE	114,00000	UNID	3,65	416,10
15369 - SCEPAN PRAWUT-ZKI ME	19	CANTINHO DOCE	279,00000	UNID	6,96	1.941,84
15369 - SCEPAN PRAWUT-ZKI ME	20	CANTINHO DOCE	279,00000	UNID	5,28	1.473,12
15369 - SCEPAN PRAWUT-ZKI ME	21	CANTINHO DOCE	460,00000	UNID	20,00	9.200,00
15369 - SCEPAN PRAWUT-ZKI ME	22	IN NATURA	331,00000	KG	3,00	993,00
15369 - SCEPAN PRAWUT-ZKI ME	23	IN NATURA	331,00000	KG	5,95	1.969,45
15369 - SCEPAN PRAWUT-ZKI ME	24	IN NATURA	163,00000	KG	1,50	244,50
15369 - SCEPAN PRAWUT-ZKI ME	25	IN NATURA	168,00000	KG	3,83	643,44
15369 - SCEPAN PRAWUT-ZKI ME	26	IN NATURA	494,00000	KG	1,50	741,00
15369 - SCEPAN PRAWUT-ZKI ME	27	IN NATURA	92,00000	KG	3,80	349,60
15369 - SCEPAN PRAWUT-ZKI ME	28	IN NATURA	168,00000	KG	5,50	924,00
15369 - SCEPAN PRAWUT-ZKI ME	29	IN NATURA	163,00000	KG	1,50	244,50
15369 - SCEPAN PRAWUT-ZKI ME	30	IN NATURA	281,00000	UNID	1,60	449,60
Total Geral ---> 95.567,75						

1.1. CONSUMO MÉDIO: O valor estimado para a citada aquisição pelo período de 12 (doze) meses é de R\$ QUARENTA E SEIS MIL E OITOCENTOS E OITENTA E OITO REAIS E SESENTA E CINCO CENTAVOS.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DOS PREÇOS

2.0. A presente Ata de Registro de Preços terá validade até 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura, não podendo ser prorrogada.

2.1. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município não será obrigado a contratar o objeto referido na Cláusula I exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.0. A presente Ata de Registro de Preços será usada pela Secretaria de Administração, que será o Órgão Gerenciador da presente Ata de Registro de Preços.

3.1. O valor ofertado pelas empresas signatárias da presente Ata de Registro de Preços é o relacionado na Cláusula Primeira, de acordo com a respectiva classificação no Processo Licitatório Nº. 4/2013 - Pregão Presencial Nº.

3.2. Em cada fornecimento de materiais decorrente desta Ata, serão observadas as cláusulas e condições constantes do Edital de Processo Licitatório Nº. 4/2013 - Pregão Presencial Nº. e seus Anexos, que a precederam e integram o presente instrumento de compromisso.

#### CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO

4.0. Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias após a entrega dos materiais, através de depósito na conta corrente informada pela empresa vencedora do certame, mediante a apresentação de Nota Fiscal, com os materiais descritos detalhadamente e devidamente atestada pela Secretaria requisitante, ou outro servidor responsável pela requisição/solicitação. Na nota fiscal deverá constar o número da licitação, da Ata de Registro de Preços e ainda serão observados os seguintes requisitos:

a) Nenhum pagamento será efetuado à empresa, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

b) Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

4.1. As despesas decorrentes da presente ata de registro de preços serão efetuadas a conta dos recursos financeiros do ano corrente.

Código Dotação	Descrição
07	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
001	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
2018	Integração de Idosos
33903007000000	GENEROS DE ALIMENTACAO
10000	Recursos Ordinários

#### CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA.

5.0. A entrega será efetuada no ato do recebimento da Ordem de Compra ou Nota de Empenho que será fornecida pelo Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços.

5.1. O objeto será retirado no local, devendo ser entregue mediante a apresentação da ordem de compra.

5.2. A Empresa deverá entregar o objeto contratado dentro do prazo estipulado previamente em instrumento convocatório, independente de quantidade solicitada, distância da contratada do local de entrega, ou do valor do frete, pois o preço deverá ser

elaborado prevendo estes custos.

#### CLÁUSULA SEXTA - DAS PENALIDADES

6.0. A recusa da empresa com proposta classificada na licitação e indicada para registro dos respectivos preços ensejará a aplicação das penalidades enunciadas no artigo 87 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações e no Decreto Municipal nº. 2051/2010, ao critério da Administração.

6.1. Aos proponentes que ensejarem o retardamento da execução do certame, não mantiverem a proposta e não assinarem a Ata de Registro de Preços, comportarem-se de modo inidôneo, fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal, poderão ser aplicadas, conforme o caso, resguardados os procedimentos legais, as seguintes sanções, a critério da Administração, isolada ou cumulativamente, sem prejuízo da reparação dos danos causados à Administração Municipal pelo infrator:

6.1.1. Impedimento para registro na Ata, se concluída a fase licitatória;

6.1.2. Cancelamento do registro na Ata;

6.1.3. Advertência e anotação restritiva no Cadastro de Fornecedores;

6.1.4. Multa de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

6.1.5. Suspensão temporária do direito de licitar ou de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 02 (dois) anos ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou, ainda, até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade.

6.1.6. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

6.2. A aplicação das penalidades ocorrerá depois de defesa prévia do interessado, no prazo estabelecido na Lei de Licitações, a contar da intimação do ato.

6.3. Não será aplicada multa se, comprovadamente, o atraso do atendimento, advir de caso fortuito ou motivo de força maior.

6.4. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pelo fornecedor no momento da execução da Ata de Registro de Preços, sem justificativa aceita pelo órgão ou entidade usuária, resguardados os procedimentos legais pertinentes, poderá acarretar, isolada ou cumulativamente, nas seguintes sanções:

6.4.1. Advertência;

6.4.2. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado total do contrato, em caso de recusa do 1.º colocado de cada item em assinar a Ata de Registro de Preços.

6.4.3. Multa de 10% (dez por cento) por dia de inadimplência, até o trigésimo dia de fornecimento incompleto ou em atraso, incidentes sobre o valor estimado mensal da contratação, além do desconto do valor correspondente ao serviço não realizado pela detentora da Ata.

6.5. Suspensão temporária do direito de participar de licitação e de fornecer à Administração Pública, por prazo de até 02 (dois) anos;

6.6 Em qualquer hipótese de aplicação de penalidades será assegurado ao fornecedor o contraditório e ampla defesa.

6.7. A aplicação das sanções previstas nesta Ata não exclui a possibilidade de aplicação de outras, previstas em Lei, inclusive responsabilização do fornecedor por eventuais perdas e danos causados à Administração.

6.8. As importâncias relativas a multas serão descontadas dos pagamentos a serem efetuados à detentora da Ata, podendo, entretanto, conforme o caso, processar-se a cobrança judicialmente.

6.9. As penalidades serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções cabíveis, sejam estas administrativas ou penais, previstas na Lei nº. 8.666/93 e alterações.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

7.1. O objeto licitado poderá sofrer reajuste depois de expirado o prazo de 90 dias contados da homologação, desde que atendidas as prerrogativas da lei e mediante a efetiva comprovação do aumento por parte do fornecedor e aprovação da administração, devendo ser utilizado o mesmo percentual.

7.2. Se no decorrer dos fornecimentos oriundos da Ata de Registro de Preços, ficar comprovado que os preços registrados são incompatíveis com os fixados por órgãos oficiais ou com os praticados no mercado, a Administração reserva-se o direito de aplicar o disposto no artigo 24, inciso VII da Lei nº. 8.666/93 e alterações, efetuando a compra direta, por valor não superior ao constante da Ata de Registro de Preços. Tal comprovação será feita através de tabelas oficiais e/ou cotações de mercado.

#### CLÁUSULA OITAVA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.0. A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito:

8.1. Pela Administração Municipal, quando:

8.1.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;

8.1.2. A detentora não retirar a Nota de Empenho no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

8.1.3. A detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;

8.1.4. Em qualquer das hipóteses de recusa na entrega total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços;

8.1.5. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

8.1.6. Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração;

8.2. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação na Imprensa Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado após 01(um) dia da publicação.

8.3. Pelas detentoras, quando, mediante solicitação por escrito, comprovarem estar impossibilitadas de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços.

8.4. A solicitação das detentoras para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, cabendo a Administração a aplicação das penalidades previstas em lei.

#### CLÁUSULA NONA - DA AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO E EMISSÃO DAS NOTAS DE EMPENHO

9.1. O fornecimento do objeto da presente Ata de Registro de Preços será autorizado, caso a caso, pela Secretaria de Administração, que é o órgão gerenciador da mesma e também pela unidade financeira competente para os pagamentos.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

10. Compete ao Órgão Gerenciador:

10.1 Efetuar o pagamento nas condições pactuadas.

10.2 Notificar a Contratada relativamente a qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos materiais.

10.3 O Município não será responsável por quaisquer ônus, direitos ou obrigações vinculadas à legislação trabalhista, tributárias ou securitárias decorrentes da execução do presente contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberão, exclusivamente, à Contratada.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

11.1. Compete ao Fornecedor:

11.1.1. Efetuar a entrega no prazo previsto na Cláusula V, independentemente da quantidade solicitada e do local de entrega.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. Integram esta Ata, o Edital de PREGÃO PRESENCIAL nº. 4/2013, e as propostas das empresas classificadas no certame supra numerado.

12.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Guaramirim (SC), para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente Ata.

12.3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações, e demais normas aplicáveis.

Massaranduba(SC), 04 de março de 2013.

ANNA KARINE REINKE FRANZ

Secretária de Saúde e Bem Estar Social

MARIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

## Meleiro

### PREFEITURA

#### Extrato Contrato N° 007/2013 - SAMAE

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 007/2013

Contratante: SAMAE - SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO.

Contratado: TECNOELETRO DELLA VECCHIA LTDA EPP

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO TÉCNICO DE MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE BOMBAS, POÇOS E SISTEMA ELÉTRICO DA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA DO MUNICÍPIO.

Valor: R\$ 14.000,00

Vigência: Início: 07/05/2013 Término: 31/12/2013.

Data da assinatura: 07 de maio 2013.

#### Aditivo N.º 004/2013 - Contrato N°. 078/2010

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Aditivo n.º 004/2013 (PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA)

Contrato nº. 078/2010

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Contratado: CARLESSI ENGENHARIA COMÉRCIO E CONSTRUÇÃO LTDA

Objeto: Construção do sistema de esgotamento sanitário de Meleiro, compreendendo rede coletora de esgoto, ligações domiciliares, estação de recalque e estação de tratamento sanitário, tudo de conformidade com os projetos arquitetônicos e complementares.

Vigência: Início: 17/06/2013 Término: 16/09/2013

Data da assinatura: 03 de junho de 2013

#### Aditivo N° 001/2013 ao Contrato N.º 077/2012

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE PAVIMENTAÇÃO EM LAJOTA SEXTAVADA E REDE DE DRENAGEM PLUVIAL EM RUAS DO MUNICÍPIO.

(CONTRATO N° 077/2012)

ADITIVO n° 001/2013 AO CONTRATO N.º 077/2012  
PRORROGA A VIGÊNCIA

"PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 077/2012, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE MELEIRO E A EMPRESA PAVIMENTADORA JEREMIAS LTDA".

Aos treze dias do mês de maio de dois mil e treze, nesta cidade de Meleiro, Estado de Santa Catarina, presentes, de um lado o MUNICÍPIO DE MELEIRO, representado por seu Prefeito Municipal o Sr. JONNEI ZANETTE, doravante denominado CONTRATANTE e de outro lado, a empresa PAVIMENTADORA JEREMIAS LTDA estabelecida na Rua Ernesto Grechi, nº. 290 sala 01 - Cidade Alta - Ararangua/SC inscrita no CNPJ sob o nº. 05.763.785/0001-78 representada neste ato pelo Sr. REGINALDO JEREMIAS CPF nº. 594.694.719-20 ora denominada CONTRATADA, ambas as partes qualificadas no Contrato Administrativo nº 077/2012, datado em 25 de maio de 2012, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo de prorrogação da vigência, mediante as cláusulas e condições abaixo enumeradas as quais, mutuamente, aceitam e outorgam:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

Compõe o objeto do presente termo aditivo de Contrato a Contratação de empresa para prestação de serviço de pavimentação em lajota sextavada e rede de drenagem pluvial em diversas ruas do município (Rua Luiza Napoli Canela, Rua Leandro Coral, Rua Quintino Scardueli, Rua Madre Bertila Moro, Estrada Municipal-MEL 255 e Servidão 01) com fornecimento de mão de obra e material, conforme planilhas orçamentárias e projeto básico.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO DE EXECUÇÃO**

O presente Contrato terá seu prazo de execução prorrogado a partir do dia 27 de maio de 2013 com vigência até o dia 31 de dezembro de 2013, conforme justificativa em anexo.

**CLÁUSULA TERCEIRA:**

As partes estabelecem de comum acordo que o presente Termo Aditivo faz parte integrante ao Contrato original, e que as demais cláusulas do Contrato original permanecem inalteradas.

E por assim, estarem justos os contratados, após lido e achado de conformidade, para que surta seus efeitos jurídicos e legais, firmamos o presente Termo Aditivo, em 2 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Meleiro, 13 de maio de 2013  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO  
CONTRATANTE  
JONNEI ZANETTE  
Prefeito Municipal

PAVIMENTADORA JEREMIAS LTDA  
CONTRATADA

**TESTEMUNHAS:**

a) \_\_\_\_\_  
CPF nº. \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ - \_\_\_\_

b) \_\_\_\_\_  
CPF nº. \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ - \_\_\_\_

**Aditivo N° 001/2013 ao Contrato N.º 084/2012**

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE PAVIMENTAÇÃO EM LAJOTA SEXTAVADA E REDE DE DRENAGEM PLUVIAL EM RUAS DO MUNICÍPIO  
(CONTRATO N°. 084/2012)

ADITIVO n° 001/2013 AO CONTRATO N.º 084/2012  
PRORROGA A VIGÊNCIA

"PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 084/2012, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE

MELEIRO E A EMPRESA PAVIMENTADORA JEREMIAS LTDA".

Aos vinte e quatro dias do mês de maio de dois mil e treze, nesta cidade de Meleiro, Estado de Santa Catarina, presentes, de um lado o MUNICÍPIO DE MELEIRO, representado por seu Prefeito Municipal o Sr. JONNEI ZANETTE, doravante denominado CONTRATANTE e de outro lado, a empresa PAVIMENTADORA JEREMIAS LTDA estabelecida na Rua Ernesto Grechi, nº. 290 sala 01 - Cidade Alta - Ararangua/SC inscrita no CNPJ sob o nº. 05.763.785/0001-78 representada neste ato pelo Sr. REGINALDO JEREMIAS CPF nº. 594.694.719-20 ora denominada CONTRATADA, ambas as partes qualificadas no Contrato Administrativo nº 084/2012, datado em 05 de junho de 2012, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo de prorrogação da vigência, mediante as cláusulas e condições abaixo enumeradas as quais, mutuamente, aceitam e outorgam:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

Compõe o objeto do presente termo aditivo de Contrato a Contratação de empresa para prestação de serviço de pavimentação em lajota sextavada e rede de drenagem pluvial em diversas ruas do município (Rua Altair Macarini, Servidão 01, Rua Getúlio Vargas, Rua 41, Rua Silvino Rocha, Rua Vereador Manoel Alexandre e Rua Affonso Venson) com fornecimento de mão de obra e material, conforme planilhas orçamentárias e projeto básico.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO DE EXECUÇÃO**

O presente Contrato terá seu prazo de execução prorrogado a partir do dia 06 de junho de 2013 com vigência até o dia 31 de dezembro de 2013, conforme justificativa em anexo.

**CLÁUSULA TERCEIRA:**

As partes estabelecem de comum acordo que o presente Termo Aditivo faz parte integrante ao Contrato original, e que as demais cláusulas do Contrato original permanecem inalteradas.

E por assim, estarem justos os contratados, após lido e achado de conformidade, para que surta seus efeitos jurídicos e legais, firmamos o presente Termo Aditivo, em 2 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Meleiro, 24 de maio de 2013  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO  
CONTRATANTE  
JONNEI ZANETTE  
Prefeito Municipal

PAVIMENTADORA JEREMIAS LTDA  
CONTRATADA

**TESTEMUNHAS:**

a) \_\_\_\_\_  
CPF nº. \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ - \_\_\_\_

b) \_\_\_\_\_  
CPF nº. \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ - \_\_\_\_

**Extrato Contrato N° 008/2013 - SAMAE**

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO  
EXTRATO CONTRATUAL  
Contrato n°. 008/2013  
Contratante: SAMAE - SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO.  
Contratado: TORNEARIA NOLLA LTDA ME

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO TÉCNICO DE MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE BOMBAS, POÇOS E SISTEMA ELÉTRICO DA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA DO MUNICÍPIO.

Valor: R\$ 32.700,00

Vigência: Início: 07/05/2013 Término: 31/12/2013.

Data da assinatura: 07 de maio 2013.



**Extrato Contrato N° 009/2013 - SAMAE**

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato n°. 009/2013

Contratante: SAMAE - SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO.

Contratado: POÇOS PERFURAÇÕES LTDA ME

Objeto: Prestação de serviço com equipamento especializado na perfuração de poços artesianos, para a Estação de Tratamento de Água - ETA.

Valor: R\$ 21.600,00

Vigência: Início: 22/05/2013 Término: 31/12/2013.

Data da assinatura: 22 de maio 2013.

**Extrato Contrato N° 017/2013 - Saúde**

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato n°. 017/2013

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MELEIRO

Contratado: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS PARA MANter ATIVIDADES DOS POSTOS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO NO EXERCÍCIO DE 2013.

Valor: R\$ 31.005,13

Vigência: Início: 14/05/2013 Término: 31/12/2013.

Data da assinatura: 14 de maio de 2013.

**Extrato Contrato N° 053/2013**

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato n°. 053/2013

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Contratado: PAVIMENTADORA JEREMIAS LTDA

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO NA RECUPERAÇÃO DE CALÇAMENTO COM LAJOTA SEXTAVADA E PEDRA IRREGULAR COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA EM DIVERSAS RUAS DO MUNICÍPIO

Valor: R\$ 52.500,00

Vigência: Início: 15/05/2013 Término: 31/12/2013.

Data da assinatura: 15 de maio de 2013.

**Extrato Contrato N° 054/2013**

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato n°. 054/2013

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Contratado: REAL COMÉRCIO DE PEÇAS E PNEUS EPP

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE RECAPAGEM/RESTAURAÇÃO DE PNEUS USADOS DE VEÍCULOS DA FROTA MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE MELEIRO.

Valor: R\$ 57.360,00

Vigência: Início: 16/05/2013 Término: 31/12/2013.

Data da assinatura: 16 de maio de 2013.

**Extrato Contrato N° 055/2013**

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato n°. 055/2013

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Contratado: EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA - EPAGRI

Objeto: O presente instrumento de contrato tem como objetivo a prestação de serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural pela CONTRATADA para a CONTRATANTE, contendo as ações descritas no Plano anual de trabalho - PAT.

Valor: R\$ 31.512,00

Vigência: Início: 03/06/2013 Término: 31/05/2014.

Data da assinatura: 22 de maio de 2013.

**Extrato Contrato N° 056/2013**

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato n°. 056/2013

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Contratado: COMERCIAL AUTOMOTIVA S.A

Objeto: AQUISIÇÃO DE PNEUS NOVOS NACIONAIS PARA ÔNIBUS E PARA CAMINHÕES DA FROTA MUNICIPAL.

Valor: R\$ 100.500,00

Vigência: Início: 27/05/2013 Término: 31/12/2013.

Data da assinatura: 27 de maio de 2013.

**Extrato Contrato N° 057/2013**

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato n°. 057/2013

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Contratado: CERSUL - COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA

Objeto: Manutenção e ampliação do sistema de iluminação pública.

Vigência: Início: 27/05/2013 Término: 26/05/2014.

Data da assinatura: 27 de maio de 2013.

**Extrato Contrato N° 058-2013**

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato n°. 058/2013

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Contratado: CERSUL - Cooperativa de Distribuição de Energia

Objeto: É objeto do presente contrato o fornecimento, pela COOPERATIVA, de energia elétrica para o MUNICÍPIO, destinada ao atendimento do serviço público municipal de iluminação pública.

Vigência: Início: 03/06/2013 Término: 31/12/2013.

Data da assinatura: 27 de maio de 2013.

**Extrato Contrato N° 059-2013**

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato n°. 059/2013

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Contratado: JOAOZINHO MANTOVANI

Objeto: Prestação de Serviço de Apresentação Artística aos Grupos de Idosos do Município de Meleiro.

Valor: 3.150,00

Vigência: Início: 03/06/2013 Término: 31/12/2013.

Data da assinatura: 27 de maio de 2013.

**Extrato Contrato N° 061-2013**

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato n°. 061/2013

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Contratado: TATIANE SOUZA DE FREITAS LORENÇO

Objeto: Contratação de profissional para prestação de serviço de monitor de músicas e técnicas vocais para atividades do CRAS - Centro de Referência de Assistência Social.

Valor: 3.255,00

Vigência: Início: 04/06/2013 Término: 31/12/2013.

Data da assinatura: 04 de junho de 2013.

## Morro da Fumaça

### PREFEITURA

**Lei N° 1552/2013**

LEI N° 1552/2013

"Institui o Dia Municipal de Combate às Drogas e a Semana Municipal de Combate às Drogas, no Município de Morro da Fumaça, e dá outras providências".

AGNALDO DAVID MACCARI, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 69, inciso VI da Lei Orgânica Municipal:

Faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu Sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica instituído, no Município de Morro da Fumaça, o Dia Municipal de Combate às Drogas, que será levado a efeito, anualmente, no dia 08 de outubro.

§ 1º. Fica também instituída, através desta lei, no Município de Morro da Fumaça, a Semana Municipal de Combate às Drogas, que será levada a efeito, anualmente, na mesma semana que coincidir com a data estabelecida no caput deste artigo.

§ 2º. Ambas as datas deverão passar a constar do calendário oficial de eventos do Município de Morro da Fumaça.

§ 3º. Durante o dia referido no caput deste artigo, serão desenvolvidas atividades visando metas a serem alcançadas.

§ 4º. As metas propostas visam ações de prevenção e redução de danos do uso de drogas.

Art. 2º Por ocasião da realização do Dia Municipal de Combate às Drogas, e também da Semana Municipal de Combate às Drogas, deverão ser desenvolvidas palestras, campanhas educativas e atividades didáticas, com ênfase sobre qualidade de vida e os malefícios causados a saúde física, mental, psicológica e emocional.

Art. 3º Para a consecução das atividades que serão desenvolvidas neste dia, em como na semana respectiva, poderão ser realizados convênios e parcerias com órgãos e entidades públicas e privadas.

Art. 4º A Semana Municipal de Combate às Drogas, deverá incluir entre outras, as seguintes atividades:

I - campanhas institucionais nos meios de comunicação, com mensagens demonstrando os danos e conseqüências causadas a saúde física, mental, psicológica e emocional;

II - confecção de cartazes, panfletos e informativos, com textos que esclareçam, orientem e conscientizem sobre os danos provocados à saúde tanto pela substância quanto pela forma de uso;

III - a Redução de danos como estratégia de prevenção primária e secundária dos danos e conseqüências causadas pelo uso de Substâncias Psicoativas (SPA) e pelo vírus HIV;

IV - Realização de palestras, cursos, seminários, debates atinentes ao tema em apreço.

V - outras ações e procedimentos úteis para a consecução dos objetivos da presente LEI.

§ 2º. As metas propostas nesta lei visam à efetiva prevenção ao uso de drogas.

Art. 5º - Para dinamizar a campanha, serão incluídas informações, orientações e o engajamento dos seguintes segmentos:

- a) meios de comunicação;
- b) rede escolar de ensino;
- c) associações de pais e professores;
- d) polícias civil e militar;
- e) poderes executivo, legislativo e judiciário;
- f) clubes de serviço;
- g) entidades religiosas;
- h) associações, sindicatos e entidades de classe;
- i) conselho municipal antidrogas - COMAD.

Parágrafo único - As escolas da rede municipal de ensino, através da Secretaria de Educação, e as unidades de saúde, através da Secretaria de Saúde, e a Secretária Municipal da Família e do Desenvolvimento Social farão constar de seu calendário de eventos a data mencionada no art.1º.

Art. 6º - A campanha desenvolvida levantará diversas questões e em especial sobre:

- a) o uso das drogas e seus efeitos;
- b) a influência dos meios de comunicação sobre o uso das drogas pelos jovens;
- c) as doenças, os acidentes e as mortes devido ao uso das drogas.

Art. 7º - A campanha será coordenada pelo Conselho Municipal Antidrogas - COMAD, e sistema municipal antidrogas.

Art. 8º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 9º - Revogam-se todas as disposições e contrário, em especial, a Lei Municipal nº. 1.496/2011.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson, 07 de Junho de 2013.

AGNALDO DAVID MACCARI  
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

MICHEL ANTONIO MACCARI  
Secretário Interino de Adm., Planejamento e Finanças

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

### Decreto N° 022/2013

DECRETO N° 022/2013, em 05 de Março de 2013.

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO EXERCÍCIO DE 2013 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DA FUMAÇA, USANDO COMO RECURSOS ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO.”

AGNALDO DAVID MACCARI, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Morro da Fumaça, e em conformidade com o que determina a Lei Municipal nº. 1.535/12, de 18 de Dezembro de 2012, DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 817.558,59 (oitocentos e dezessete mil quinhentos e cinquenta e oito reais e cinquenta e nove centavos), para as seguintes dotações orçamentárias:

10 - Secretaria de Educação e Cultura

10.01 - Secretaria de Educação e Cultura

10.01.12.361.0007.2.010-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas

Valor de R\$ 817.558,59

Art. 2º - Para atendimento da suplementação que trata o artigo serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total das seguintes dotações orçamentárias

10 - Secretaria da Educação e Cultura

10.01 - Secretaria da Educação e Cultura

10.01.12.361.0007.2.010-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas

Valor de R\$ 817.558,59

Art. 3º - Ficam ajustadas nos anexos do Plano Plurianual 2010/2013 - Lei Municipal nº. 1.335/2009, nos anexos da Lei de Diretrizes Orçamentárias/2013 - Lei Municipal nº. 1.533/2012 e nos anexos da Lei Orçamentária Anual/2013 - Lei nº. 1.535/2012,

que se fizerem necessários em função da transposição de dotações constantes do presente Decreto.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor nesta data.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson, em 05 de Março de 2013.  
AGNALDO DAVID MACCARI  
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

MICHEL ANTONIO MACCARI  
Secretário de Administração, Planejamento e Finanças

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

### Pregão Presencial N° 044/2013

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MORRO DA FUMAÇA- SC PREGÃO PRESENCIAL N° 044/2013. OBJETO: AQUISIÇÃO DE COMPUTADORES E IMPRESSORAS PARA AS UNIDADES BASICAS DE SAUDE, conforme ANEXO I - DATA 24/06/2013 - 09:00 horas. LOCAL: Secretaria de Administração e Planejamento, Rua Vinte de Maio, 100, Centro.

Morro da Fumaça - SC.  
MICHEL ANTONIO MACCARI  
SECRETÁRIO DE FINANÇAS

### Pregão Presencial N° 045/2013

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MORRO DA FUMAÇA- SC PREGÃO PRESENCIAL N° 045/2013. OBJETO: AQUISIÇÃO DE UNIFORMES PARA A SECRETARIA DE SAUDE, conforme ANEXO I - DATA 26/06/2013 - 09:00 horas. LOCAL: Secretaria de Administração e Planejamento, Rua Vinte de Maio, 100, Centro.

Morro da Fumaça - SC.  
MICHEL ANTONIO MACCARI  
SECRETÁRIO DE FINANÇAS

### Registro de Preços N° 054/2013

MUNICIPIO DE MORRO FUMAÇA- SC. PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS N° 054/2013. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA COM VISTAS AO FORNECIMENTO DE TELEFONIA MÓVEL, CONFORME ANEXOS DO EDITAL - DATA 21/06/2013 - 10:00 horas. LOCAL: Setor de Licitação da Secretaria de Administração e Planejamento, Rua Vinte de Maio, 100, Centro.

Morro da Fumaça - SC.  
MICHEL ANTONIO MACCARI  
SECRETÁRIO DE FINANÇAS

### Registro de Preços N° 056/2013

MUNICIPIO DE MORRO FUMAÇA- SC. PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS N° 056/2013. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA COM VISTAS A PRESTAÇÃO DE CONSULTORIA EM GESTÃO DE PESSOAS E PALESTRAS, MOTIVACIONAIS, TREINAMENTOS, ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL UTILIZANDO-SE DE RECURSOS E FERRAMENTAS DA PNL (PROGRAMAÇÃO NEOLINGÜÍSTICA) E COACHING, CONFORME ANEXOS DO EDITAL - DATA 19/06/2013 - 10:00 horas. LOCAL: Setor de Licitação da Secretaria de Administração e Planejamento, Rua Vinte de Maio, 100, Centro.

Morro da Fumaça - SC.  
MICHEL ANTONIO MACCARI  
SECRETÁRIO DE FINANÇAS

### Termo de Homologação do Processo Seletivo 001/2013 Agentes

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO 001/2013

AGNALDO DAVID MACCARI, prefeito municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, RESOLVE homologar o processo seletivo 001/2013, nos seguintes termos: Motorista: 1º - CACIO RICARDO FERRARI DUARTE (APROVADO); 2º - DIEGO BORTOLIN (APROVADO); 3º - PAULO RICARDO LOPES DA SILVA (APROVADO); 4º CARLOS MAGNI NUNES (APROVADO); 5º - DANILO DE FARIAS VIANA (APROVADO); 6º - FABRICIO MAURICIO NUNES (CLASSIFICADO); 7º - EDINEI DONATO (CLASSIFICADO); 8º - WILLIANS SBASTIÃO (CLASSIFICADO); 9º

- FABRICIO JOSE BORGES (CLASSIFICADO); 10º - SIVONEY MACHADO DE SOUZA (CLASSIFICADO); 11º - RAMIREZ MARCELINO (CLASSIFICADO); 12º - FABIO DE AZEVEDO (CLASSIFICADO); 13º - ROBSON POSPICHIL (CLASSIFICADO).

Técnico de Enfermagem: 1º - SILVANA MOREIRA DA SILVA CHINI (APROVADO); 2º - MARCIA TEREZA ANFILOQUIO SOTERO (APROVADO); 3º - ELIZANDRA DARABAS ROCHA (APROVADO); 4º - LUZIA ROSA DOMINGOS (APROVADO); 5º - CLAITON WOLLENSCHLAGER (APROVADO); 6º - FILIPE SOARES MACALÃO (CLASSIFICADO); 7º - NIDIANE MARGOTTI DE BONA PORTON (CLASSIFICADO); 8º - HELEN MORAES LUIZ (CLASSIFICADO); 9º - RAFAEL ELIBIO LUIZ (CLASSIFICADO); 10º - MARLENE CONSTANE LUIZ GOULART (CLASSIFICADO); 11º - ADRIANA RIBEIRO (CLASSIFICADO); 12º - VALDINEIA DIMAS (CLASSIFICADO); 13º - MARCIO GONÇALVES (CLASSIFICADO); 14º - MILENA DA SILVA FORMENTIN (CLASSIFICADO).

Morro da Fumaça, 27 de maio de 2013  
AGNALDO DAVID MACCARI  
Prefeito Municipal



## O Poder Legislativo Municipal Acessível ao Cidadão

O Programa de Gestão das Câmaras de Vereadores, contém aplicativos para controle da tramitação de matérias, para o gerenciamento dos portais institucionais na internet, além de prover contas de e-mail aos vereadores e servidores das câmaras municipais.

- Controle da tramitação legislativa
- Desenvolvimento de portal institucional na internet
- Autonomia no gerenciamento do conteúdo do portal
- Contas de email para vereadores e servidores
- Canal direto com o cidadão
- Cumprimento da Lei de Acesso a Informação (Lei 12.527/2011)
- Módulo especial para as publicações obrigatórias da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei 101/2000) e demais regulamentações
- Economia de recursos públicos

[www.ciga.sc.gov.br](http://www.ciga.sc.gov.br)



# Navegantes

## PREFEITURA

### Autoriza Cobrança de Contribuição de Melhoria

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

CGC 83.102.855/0001-50

Rua João Emílio n° 100 - Centro

CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

Fone/Fax: (47) 3342-9500

www.navegantes.sc.gov.br

LEI N° 2721 DE 6 DE MAIO DE 2013

INSTITUI E AUTORIZA A COBRANÇA DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais. FAÇO saber a todos os munícipes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e EU o sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a promover os atos necessários à cobrança da Contribuição de Melhoria em decorrência da valorização imobiliária relativo às obras públicas de pavimentação em lajotas de concreto, calçadas com acessibilidade, drenagem pluvial, sinalização e obras complementares, tendo como limite global a despesa realizada da obra e, como limite individual, o acréscimo de valor que resultar para cada imóvel, compreendendo aqueles diretamente localizados na Rua Anita Garibaldi, localizada no trecho entre a Avenida Jose Juvenal Mafra e o Rio Gravata, Bairro Gravata, com extensão de 365,90 metros lineares (Anexo I - área de influência direta).

Parágrafo Único: O custo total/orçamento estimado considerando a extensão da via (Anexo II), no que se refere à consecução das obras públicas definidas nesta Lei, possui como fonte de recursos os valores obtidos através de recursos próprios do Município de Navegantes e por meio de financiamento obtido junto a CEF - Caixa Econômica Federal (Recursos através, OGU - Orçamento Geral da União, Ministérios das Cidades, Pró-Transportes e FGTS), correspondendo à quantia de R\$ 286.998,73 (Duzentos e oitenta e seis mil novecentos e noventa e oito reais e setenta e três centavos).

Art. 2º. O Sujeito Passivo da Contribuição de Melhoria é o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor a qualquer título, de imóvel localizado na área de influência da obra pública.

§ 1º Responde pelo pagamento do tributo o proprietário do imóvel ao tempo do seu lançamento e esta responsabilidade se transmite aos adquirentes e sucessores da propriedade sobre o imóvel, a qualquer título.

§ 2º No caso de enfiteuse, responde pela Contribuição de Melhoria o enfiteuta.

§ 3º Tratando-se de bens indivisos, o tributo será lançado no nome de qualquer cadastrado, cabendo-lhe exigir dos demais as parcelas que lhes couberem por direito.

Art. 3º. O Chefe do Poder Executivo Municipal determinará as providências para a elaboração e atendimento dos atos administrativos abaixo descritos, sem prejuízo de outros que se fizerem necessários para o cumprimento desta LEI:

I - Publicação prévia de Edital anterior à execução das obras referidas nesta Lei, através de meio oficial do Município e em jornal de maior circulação local, contendo os seguintes elementos, sem prejuízo de outros:

- a) memorial descritivo do projeto;
- b) orçamento total ou parcial do custo das obras;

c) determinação da parcela do custo das obras a ser ressarcida pela contribuição, com o correspondente plano rateio entre os imóveis beneficiados;

d) delimitação na zona beneficiada das áreas direta e indiretamente beneficiadas e a relação de todos os imóveis nelas compreendidos;

e) determinação do fator de absorção do benefício da valorização para toda zona ou para cada uma das áreas diferenciadas nela contidas.

§ 1º O Contribuinte, querendo, poderá mediante protocolo impugnar administrativamente qualquer dos elementos referidos no Edital de que trata o inciso I deste artigo, no prazo de 30 (trinta) dias, a começar no primeiro dia útil após a publicação oficial pelo Município de Navegantes, cabendo ao impugnante o ônus da prova, sem prejuízo do exame pelo Poder Judiciário.

§ 2º As impugnações oferecidas aos elementos a que se refere este artigo, serão apresentadas por meio de petição fundamentada e devidamente identificada, descrevendo as provas requeridas, sob pena de preclusão neste sentido, e endereçadas ao Presidente da Comissão Especial de Avaliação de Bens Imóveis do Município, nomeado através do Decreto nº 636 de 02 de Maio de 2013, o qual, após manifestação da Secretaria de Governo, e do Parecer Jurídico, deverá proferir decisão final em prazo não superior a 30 (trinta) dias, contados da data do protocolo da petição da parte interessada.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

CGC 83.102.855/0001-50

Rua João Emílio n° 100 - Centro

CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

Fone/Fax: (47) 3342-9500

www.navegantes.sc.gov.br

I - Da decisão proferida pela Municipalidade será cientificada pessoalmente a parte interessada e encaminhada correspondência oficial aos Setores da Administração envolvidos para, sendo o caso, providenciarem as medidas cabíveis.

II - A comunicação ao interessado da decisão referida no inciso anterior, será feita:

- a) pessoalmente, por aposição do ciente no processo;
- b) pelo correio, com Aviso de Recebimento (AR) se contribuinte pessoa física, ou, Contribuinte Pessoa Jurídica;
- c) por edital publicado em jornal de grande circulação local.

III - Em havendo necessidade de instrução do procedimento, consistente em diligências, emissão de laudos técnicos e oitiva de testemunhas etc., será determinada a realização do ato necessário e agendada a data para a solenidade, ocasião em que encerrada a instrução, a parte interessada deverá se manifestar oralmente acerca da prova produzida, sendo que no prazo de 5 (cinco) dias, a contar desta data, a Administração proferirá decisão final, do que obrigatoriamente dará ciência ao interessado, sem prejuízo de outras formas de publicidade.

IV - No caso da instrução do procedimento administrativo de que trata este artigo, o prazo definido no parágrafo segundo poderá ser prorrogado em até 30 (trinta) dias.

Art. 4º A determinação da Contribuição de Melhoria far-se-á rateando-se, proporcionalmente, o custo parcial ou total da obra, entre todos os imóveis incluídos na zona beneficiada pela valorização imobiliária decorrente da melhoria descrita na presente Lei, em função dos fatores individuais.

§ 1º Na determinação do valor individual da contribuição será observado o limite estabelecido pelo acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado, em estrita observância ao disposto nesta Lei, no artigo 145, inciso III, da Constituição Federal de 1988 c/c artigos 81 e 82, ambos da Lei nº. 5.172/1966 (Código Tributário Nacional), Decreto-lei nº. 195/1967, Lei

Complementar nº. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), Lei nº. 10.257/2001 (Estatuto da Cidade) e Lei Complementar nº. 6/2002 (Código Tributário Municipal).

§ 2º. A apuração far-se-á levando em conta:

I - situação do imóvel na zona de influência;

II - testada do imóvel;

III - área do imóvel;

IV - finalidade de exploração econômica do imóvel.

§ 3º A Contribuição de Melhoria terá como limite o custo total da obra tendo em vista a natureza desta, os benefícios para os usuários, atividades econômicas predominantes e o nível de desenvolvimento da região, sendo aí computadas todas as despesas necessárias aos estudos, projetos, fiscalização, desapropriações, administrações, execução e financiamento, inclusive prêmios de reembolso e outras de praxe em financiamento ou empréstimos e terá a sua expressão monetária atualizada na época do lançamento mediante aplicação de coeficientes oficiais de correção e atualização monetária.

§ 4º Estão incluídos nos orçamentos de custo das obras todos os investimentos necessários para que os benefícios delas decorrentes sejam integralmente alcançados pelos imóveis situados nas respectivas zonas de influência.

Art. 5º Executada a obra de melhoramento na sua totalidade ou em parte suficiente para beneficiar determinados imóveis, de modo a justificar o início da cobrança da Contribuição de Melhoria calculada na forma prevista nesta Lei, proceder-se-á ao lançamento referente a esses imóveis, depois de publicado o respectivo demonstrativo de custos em meio oficial do Município e em jornal de grande circulação local, através de Edital prévio que conterá os seguintes elementos, dentre outros que se fizerem necessários:

I - determinação da parcela do custo das obras a ser ressarcida pela contribuição, com o correspondente plano de rateio entre os imóveis beneficiados devidamente identificados;

II - determinação do fator de absorção do benefício da valorização para toda zona ou para cada uma das áreas diferenciadas nela contidas após a execução total ou parcial da obra;

III - valor da Contribuição de Melhoria lançada individualmente por imóvel situado na área beneficiada pela obra pública (zona de influência);

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

CGC 83.102.855/0001-50

Rua João Emílio n° 100 - Centro

CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

Fone/Fax: (47) 3342-9500

www.navegantes.sc.gov.br

IV - local do pagamento, prazo para o seu pagamento, suas prestações e vencimentos;

V - prazo para a impugnação;

Parágrafo Único: As impugnações/reclamações e recursos administrativos interpostos contra o lançamento da Contribuição de Melhoria não suspendem o prosseguimento da obra quando a cobrança se referir à melhoria decorrente de obra executada em parte, na forma prevista no caput deste artigo, nem impedem a administração de praticar os atos necessários ao lançamento e cobrança do tributo.

Art. 6º Os lançamentos da contribuição de melhoria e suas alterações serão disponibilizados aos sujeitos passivos mediante notificação pessoal ou via postal em caso de Contribuinte Pessoa Física ou Contribuinte Pessoa Jurídica, juntamente com o carnê de pagamento do tributo, indicando o prazo de 30 (trinta) dias para efeitos de recolhimento do valor devido ou, para os fins de reclamação na forma desta LEI.

Art. 7º Na impossibilidade da prática dos atos para a notificação do sujeito passivo na forma prevista no artigo anterior,

considerar-se-á feita a Notificação pelo Edital de Lançamento previsto no Art.5º desta Lei.

Art. 8º Vencido o prazo fixado na notificação, sem que o sujeito passivo tenha cumprido a exigência fiscal ou contra ele tenha interposto impugnação/reclamação, ou, ainda, sem que tenha recorrido da decisão de primeira instância, será o valor do crédito tributário inscrito em dívida ativa, para os devidos fins.

Art. 9º A notificação, de modelo a ser fixado pelo órgão fazendário, será emitida em duas vias, e conterá, além de outros, os seguintes elementos:

I - tipo da obra;

II - local;

III - valor do imóvel do contribuinte antes do início das obras;

IV - valor atualizado do imóvel do contribuinte;

V - montante de valorização do imóvel do contribuinte;

VI - valor atualizado da contribuição de melhoria lançada;

VII - parcela do custo da obra a ser financiado pelo tributo, expresso em percentual, com indicação do respectivo dispositivo legal;

VIII - prazo, forma e local para pagamento;

IX - prazo e forma da impugnação e recurso administrativo.

Parágrafo Único: A recusa da assinatura da notificação pelo notificado a ele não aproveita nem prejudica.

Art. 10 As duas vias da notificação terão o seguinte destino:

I - a primeira, para o notificado;

II - a segunda, para a repartição em que deve ser procedido o recolhimento.

Art. 11 São competentes para notificar o lançamento e suas alterações por ato próprio do Chefe do Poder Executivo:

I - os Agentes Fiscais;

II - a Autoridade Administrativa legalmente responsável pelo lançamento de tributos.

Art. 12 A Contribuição de Melhoria a que se refere esta Lei poderá ser paga de uma só vez ou parceladamente, de acordo com os seguintes critérios:

I - O pagamento de uma só vez gozará de desconto de 20% (vinte por cento), se efetuando nos primeiros 30 (trinta) dias, a contar do recebimento da notificação do lançamento.

II - O contribuinte que não se quiser valer das faculdades previstas no inciso I deste Artigo, poderá pleitear o parcelamento de seu débito em 10(dez) prestações, expressas em modelo constitucional, corrigidas mensalmente de acordo com o IPCA - Índice de Preços ao Consumidor Ampliado - publicado pelo IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

CGC 83.102.855/0001-50

Rua João Emílio n° 100 - Centro

CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

Fone/Fax: (47) 3342-9500

www.navegantes.sc.gov.br

III - Considerando o valor total da obra, o valor da contribuição de melhoria individual e a renda do contribuinte, o Chefe do Poder Executivo poderá ampliar o número de parcelas além das estabelecidas no inciso II deste artigo.

§ 1º Independentemente do nº de prestações, no parcelamento será observado:

I - O valor mínimo de cada parcela não será inferior a 1 UFM (uma unidade fiscal do Município).

II - O pagamento da primeira parcela deverá ser efetuado até 30 (trinta) dias da data da notificação ou do deferimento do pedido

de parcelamento, sob pena de cancelamento do parcelamento.  
§ 2º O parcelamento do crédito tributário importa no seu reconhecimento, pelo sujeito passivo.

Art. 13 Ficam excluídas da incidência da contribuição de melhoria prevista nesta Lei, os imóveis de propriedade do Poder Público Federal, Estadual ou Municipal.

Parágrafo Único: Serão transferidas à responsabilidade do Município, as parcelas devidas por contribuintes isentos de pagamento da Contribuição de Melhoria, após o rateio, desde que atendam os requisitos previstos no Código Tributário Municipal (Lei Complementar nº. 6/2002, sem prejuízo de outras normas aplicáveis ao tema).

Art. 14 Nos recolhimentos extemporâneos decorrentes de requerimentos relativos a isenções, reclamações ou recursos interpostos contra o lançamento de tributos, havendo comprovada e injustificada má-fé do contribuinte em relação aos atos praticados, será exigido o valor atualizado do tributo, com o correspondente acréscimo de multa e juros de mora.

Art. 15 Os valores lançados a título de contribuição de melhoria não quitados até seu vencimento, ficarão sujeitos à incidência de juros de mora, multa moratória e atualização monetária, previstos no Código Tributário Municipal (Lei Complementar nº 6/2002).

Art. 16 É facultado ao sujeito passivo de obrigação tributária principal reclamar de lançamento de crédito tributário regularmente notificado, devendo no documento da impugnação/reclamação indicar o fato e os fundamentos jurídicos do pedido, suas especificações, as provas documentais e testemunhais com que pretende demonstrar a verdade dos fatos alegados e, em especial, poderá impugnar perante a Autoridade Administrativa de primeira instância, em face de erro na localização e dimensões do imóvel, do cálculo dos índices atribuídos, do valor da contribuição e do número de prestações.

§ 1º O prazo para interpor a reclamação à Autoridade competente, mediante protocolo no Município de Navegantes é de até 30 (trinta) dias a contar do 1º. dia útil seguinte à data da notificação do lançamento, cabendo ao contribuinte o ônus da prova, sem prejuízo do exame pelo Poder Judiciário.

§ 2º Serão consideradas peremptas as reclamações interpostas fora do prazo concedido para satisfação da obrigação a que se referir o lançamento ou a notificação.

§ 3º Os recursos voluntários interpostos fora do prazo previsto no parágrafo primeiro deste artigo serão encaminhados à Procuradoria, que deles poderá conhecer, excepcionalmente, desconsiderando a preclusão, nos casos em que demonstre o contribuinte ocorrência de caso fortuito ou força maior que o tenha impedido de protocolizar a peça recursal em modo e tempo tempestivos.

Art. 17 Os litígios fiscais suscitados pela aplicação da legislação tributária no que se refere ao lançamento serão decididos, administrativamente, em duas instâncias.

§ 1º Em primeira instância, decide o representante da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Receita, e em segunda, a Procuradoria.

§ 2º Ao contribuinte ou interessado, será ofertada plena garantia de defesa ou de prova.

Art. 18 Nas decisões administrativas não se poderá questionar sobre a existência, a capitulação legal, a autoria, as circunstâncias materiais, a natureza e a extensão dos efeitos de fato já apreciado sob esses aspectos por decisão judicial ou administrativa definitiva, sem prejuízo, porém, da apreciação dos fatos conexos ou consequentes.

Art. 19 O representante da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Receita proferirá decisão de primeira instância, devidamente

fundamentada e, quando cabível, aplicará as penalidades fixadas pela legislação tributária.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

CGC 83.102.855/0001-50

Rua João Emílio n° 100 - Centro

CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

Fone/Fax: (47) 3342-9500

www.navegantes.sc.gov.br

§ 1º A decisão deverá ser proferida em prazo não superior a 90 (noventa dias), contados da data do recebimento do processo conclusivo.

§ 2º Interrompe-se o prazo citado no parágrafo anterior sempre que houver diligência dos autos.

Art. 20 A comunicação ao interessado da decisão proferida em primeira instância será feita:

I - pessoalmente, por aposição do "ciente" no processo;

II - pelo correio, em caso de Contribuinte Pessoa Física ou Contribuinte Pessoa Jurídica, ou,

III - por edital publicado em jornal de circulação local ou regional.

Parágrafo Único: A comunicação indicará, obrigatoriamente, o prazo para interposição de recurso voluntário na instância superior.

Art. 21 O representante da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Receita fica impedido de julgar quando:

I - tiver participado diretamente da ação administrativa que originou o litígio;

II - for sócio, cotista ou acionista do notificado ou autuado;

III - estiverem envolvidos no processo interesses de parentes até terceiro grau.

Parágrafo Único: O representante da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Receita será substituído, nos seus impedimentos, por autoridade de nível hierárquico imediatamente inferior ou por servidor qualificado, pertencente ao quadro funcional da respectiva Secretaria.

Art. 22 É facultado à parte interpor recurso voluntário quando a autoridade julgadora deixar de proferir decisão no prazo legal, dando-se como julgada improcedente a reclamação ou defesa, exceto no caso de suspensão do julgamento para diligência dos autos.

Art. 23 São consideradas definitivas e irrecorríveis as decisões proferidas em primeira instância após o trânsito em julgado, que se dará no prazo de 10 (dez) dias a partir da ciência pelo interessado.

Art. 24 As decisões de segunda instância, definitivas e irrecorríveis, serão proferidas pela Procuradoria do Município, observados os prazos e demais normas previstas no Código Tributário Municipal (Lei Complementar nº. 6/2002) e na legislação complementar no que couber.

§ 1º Mantido o lançamento, considera-se em decurso o prazo nele fixado para pagamento da Contribuição de Melhoria, desde a data da ciência do contribuinte;

§ 2º A anulação do lançamento dos termos desta Lei não ilide a efetivação de novo, em substituição ao anterior, com as correções impostas pela impugnação/reclamação.

Art. 25 Aplicam-se à Contribuição de Melhoria de que trata esta Lei, no que couber e lhe forem aplicáveis, as disposições contidas nos artigos 81 e 82, ambos da Lei nº. 5.172/1966 (Código Tributário Nacional), Decreto-lei nº. 195/1967, Lei Complementar nº. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), Lei nº. 10.257/2001 (Estatuto da Cidade) e Código Tributário Municipal (Lei Complementar nº 6/2002).



Art. 26 Para os fins da aplicação desta Lei, poderá a Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Receita solicitar o apoio de servidores públicos que compõem o quadro da Municipalidade, em especial quanto à emissão de laudos técnicos e demais orientações que se fizerem necessárias, bem como solicitar auxílio à Comissão de Avaliação, nomeada através de Decreto Municipal, em estrita observância às normas legais indicadas nesta LEI.

Art. 27 Os prazos fixados nesta Lei, em consonância ao previsto no Código Tributário Municipal (Lei Complementar nº. 6/2002) serão contínuos, excluindo-se, na sua contagem, o dia do início, e incluindo-se o do vencimento.

§ 1º Os prazos só se iniciam ou vencem em dia de expediente normal na repartição que corra o processo ou deva ser praticado o ato.

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
CGC 83.102.855/0001-50  
Rua João Emílio n° 100 - Centro  
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC  
Fone/Fax: (47) 3342-9500  
www.navegantes.sc.gov.br

§ 2º Para os fins das disposições desta lei é considerado exercício o período compreendido entre os meses de janeiro a dezembro do ano civil.

Art. 28 Os anexos a que se refere a presente Lei (Anexo I e II) fazem parte integrante dos procedimentos administrativos individualizados para viabilização da obra pública tratadas nesta lei, os quais encontram-se à disposição dos interessados junto à Secretaria de Governo.

Art. 29 As despesas constantes da presente lei correrão por conta da dotação orçamentária específica do Município de Navegantes.

Art. 30 Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Navegantes, 6 DE JUNHO DE 2013.  
ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
Prefeito

### **Autoriza Cobrança de Contribuição de Melhoria**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
CGC 83.102.855/0001-50  
Rua João Emílio n° 100 - Centro  
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC  
Fone/Fax: (47) 3342-9500  
www.navegantes.sc.gov.br

LEI N° 2722 DE 6 DE MAIO DE 2013  
INSTITUI E AUTORIZA A COBRANÇA DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais. FAÇO saber a todos os munícipes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e EU o sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a promover os atos necessários à cobrança da Contribuição de Melhoria em decorrência da valorização imobiliária relativo às obras públicas de pavimentação em lajotas de concreto, calçadas com acessibilidade, drenagem pluvial, sinalização e obras complementares, tendo como limite global a despesa realizada da obra e, como limite individual, o acréscimo de valor que resultar para cada imóvel, compreendendo aqueles diretamente localizados na Rua Argentina, localizada no trecho entre a Rua Hercílio Gonçalves e Rua F Loteamento Rio Gravata, Bairro Gravata, com extensão de 110,60 metros lineares (Anexo I - área de influência direta).  
Parágrafo Único: O custo total/orçamento estimado considerando

a extensão da via (Anexo II), no que se refere à consecução das obras públicas definidas nesta Lei, possui como fonte de recursos os valores obtidos através de recursos próprios do Município de Navegantes e por meio de financiamento obtido junto a CEF - Caixa Econômica Federal (Recursos através, OGU - Orçamento Geral da União, Ministérios das Cidades, Pró-Transportes e FGTS), correspondendo à quantia de R\$ 87.259,66 (Oitenta e sete mil duzentos e cinquenta e nove reais e sessenta e seis centavos).

Art. 2º. O Sujeito Passivo da Contribuição de Melhoria é o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor a qualquer título, de imóvel localizado na área de influência da obra pública.

§ 1º Responde pelo pagamento do tributo o proprietário do imóvel ao tempo do seu lançamento e esta responsabilidade se transmite aos adquirentes e sucessores da propriedade sobre o imóvel, a qualquer título.

§ 2º No caso de enfiteuse, responde pela Contribuição de Melhoria o enfiteuta.

§ 3º Tratando-se de bens indivisos, o tributo será lançado no nome de qualquer cadastrado, cabendo-lhe exigir dos demais as parcelas que lhes couberem por direito.

Art. 3º. O Chefe do Poder Executivo Municipal determinará as providências para a elaboração e atendimento dos atos administrativos abaixo descritos, sem prejuízo de outros que se fizerem necessários para o cumprimento desta Lei:

I - Publicação prévia de Edital anterior à execução das obras referidas nesta Lei, através de meio oficial do Município e em jornal de maior circulação local, contendo os seguintes elementos, sem prejuízo de outros:

- a) memorial descritivo do projeto;
- b) orçamento total ou parcial do custo das obras;
- c) determinação da parcela do custo das obras a ser ressarcida pela contribuição, com o correspondente plano rateio entre os imóveis beneficiados;
- d) delimitação na zona beneficiada das áreas direta e indiretamente beneficiadas e a relação de todos os imóveis nelas compreendidos;
- e) determinação do fator de absorção do benefício da valorização para toda zona ou para cada uma das áreas diferenciadas nela contidas.

§ 1º O Contribuinte, querendo, poderá mediante protocolo impugnar administrativamente qualquer dos elementos referidos no Edital de que trata o inciso I deste artigo, no prazo de 30 (trinta) dias, a começar no primeiro dia útil após a publicação oficial pelo Município de Navegantes, cabendo ao impugnante o ônus da prova, sem prejuízo do exame pelo Poder Judiciário.

§ 2º As impugnações oferecidas aos elementos a que se refere este artigo, serão apresentadas por meio de petição fundamentada e devidamente identificada, descrevendo as provas requeridas, sob pena de preclusão neste sentido, e endereçadas ao Presidente da Comissão Especial de Avaliação de Bens Imóveis do Município, nomeado através do Decreto nº 636 de 02 de Maio de 2013, o qual, após manifestação da Secretaria de Governo, e do Parecer Jurídico, deverá proferir decisão final em prazo não superior a 30 (trinta) dias, contados da data do protocolo da petição da parte interessada.

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
CGC 83.102.855/0001-50  
Rua João Emílio n° 100 - Centro  
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC  
Fone/Fax: (47) 3342-9500  
www.navegantes.sc.gov.br

I - Da decisão proferida pela Municipalidade será cientificada pessoalmente a parte interessada e encaminhada correspondência oficial aos Setores da Administração envolvidos para, sendo o



caso, providenciaram as medidas cabíveis.

II - A comunicação ao interessado da decisão referida no inciso anterior, será feita:

- a) pessoalmente, por aposição do ciente no processo;
- b) pelo correio, com Aviso de Recebimento (AR) se contribuinte pessoa física, ou, Contribuinte Pessoa Jurídica;
- c) por edital publicado em jornal de grande circulação local.

III - Em havendo necessidade de instrução do procedimento, consistente em diligências, emissão de laudos técnicos e oitiva de testemunhas etc., será determinada a realização do ato necessário e agendada a data para a solenidade, ocasião em que encerrada a instrução, a parte interessada deverá se manifestar oralmente acerca da prova produzida, sendo que no prazo de 5 (cinco) dias, a contar desta data, a Administração proferirá decisão final, do que obrigatoriamente dará ciência ao interessado, sem prejuízo de outras formas de publicidade.

IV - No caso da instrução do procedimento administrativo de que trata este artigo, o prazo definido no parágrafo segundo poderá ser prorrogado em até 30 (trinta) dias.

Art. 4º A determinação da Contribuição de Melhoria far-se-á rateando-se, proporcionalmente, o custo parcial ou total da obra, entre todos os imóveis incluídos na zona beneficiada pela valorização imobiliária decorrente da melhoria descrita na presente Lei, em função dos fatores individuais.

§ 1º Na determinação do valor individual da contribuição será observado o limite estabelecido pelo acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado, em estrita observância ao disposto nesta Lei, no artigo 145, inciso III, da Constituição Federal de 1988 c/c artigos 81 e 82, ambos da Lei nº. 5.172/1966 (Código Tributário Nacional), Decreto-lei nº. 195/1967, Lei Complementar nº. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), Lei nº. 10.257/2001 (Estatuto da Cidade) e Lei Complementar nº. 6/2002 (Código Tributário Municipal).

§ 2º. A apuração far-se-á levando em conta:

I - situação do imóvel na zona de influência;

II - testada do imóvel;

III - área do imóvel;

IV - finalidade de exploração econômica do imóvel.

§ 3º A Contribuição de Melhoria terá como limite o custo total da obra tendo em vista a natureza desta, os benefícios para os usuários, atividades econômicas predominantes e o nível de desenvolvimento da região, sendo aí computadas todas as despesas necessárias aos estudos, projetos, fiscalização, desapropriações, administrações, execução e financiamento, inclusive prêmios de reembolso e outras de praxe em financiamento ou empréstimos e terá a sua expressão monetária atualizada na época do lançamento mediante aplicação de coeficientes oficiais de correção e atualização monetária.

§ 4º Estão incluídos nos orçamentos de custo das obras todos os investimentos necessários para que os benefícios delas decorrentes sejam integralmente alcançados pelos imóveis situados nas respectivas zonas de influência.

Art. 5º Executada a obra de melhoramento na sua totalidade ou em parte suficiente para beneficiar determinados imóveis, de modo a justificar o início da cobrança da Contribuição de Melhoria calculada na forma prevista nesta Lei, proceder-se-á ao lançamento referente a esses imóveis, depois de publicado o respectivo demonstrativo de custos em meio oficial do Município e em jornal de grande circulação local, através de Edital prévio que conterá os seguintes elementos, dentre outros que se fizerem necessários:

I - determinação da parcela do custo das obras a ser ressarcida pela contribuição, com o correspondente plano de rateio entre os imóveis beneficiados devidamente identificados;

II - determinação do fator de absorção do benefício da valorização para toda zona ou para cada uma das áreas diferenciadas nela contidas após a execução total ou parcial da obra;

III - valor da Contribuição de Melhoria lançada individualmente por imóvel situado na área beneficiada pela obra pública (zona de influência);

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

CGC 83.102.855/0001-50

Rua João Emílio n° 100 - Centro

CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

Fone/Fax: (47) 3342-9500

www.navegantes.sc.gov.br

IV - local do pagamento, prazo para o seu pagamento, suas prestações e vencimentos;

V - prazo para a impugnação;

Parágrafo Único: As impugnações/reclamações e recursos administrativos interpostos contra o lançamento da Contribuição de Melhoria não suspendem o prosseguimento da obra quando a cobrança se referir à melhoria decorrente de obra executada em parte, na forma prevista no caput deste artigo, nem impedem a administração de praticar os atos necessários ao lançamento e cobrança do tributo.

Art. 6º Os lançamentos da contribuição de melhoria e suas alterações serão disponibilizados aos sujeitos passivos mediante notificação pessoal ou via postal em caso de Contribuinte Pessoa Física ou Contribuinte Pessoa Jurídica, juntamente com o carnê de pagamento do tributo, indicando o prazo de 30 (trinta) dias para efeitos de recolhimento do valor devido ou, para os fins de reclamação na forma desta LEI.

Art. 7º Na impossibilidade da prática dos atos para a notificação do sujeito passivo na forma prevista no artigo anterior, considerar-se-á feita a Notificação pelo Edital de Lançamento previsto no Art.5º desta Lei.

Art. 8º Vencido o prazo fixado na notificação, sem que o sujeito passivo tenha cumprido a exigência fiscal ou contra ele tenha interposto impugnação/reclamação, ou, ainda, sem que tenha recorrido da decisão de primeira instância, será o valor do crédito tributário inscrito em dívida ativa, para os devidos fins.

Art. 9º A notificação, de modelo a ser fixado pelo órgão fazendário, será emitida em duas vias, e conterá, além de outros, os seguintes elementos:

I - tipo da obra;

II - local;

III - valor do imóvel do contribuinte antes do início das obras;

IV - valor atualizado do imóvel do contribuinte;

V - montante de valorização do imóvel do contribuinte;

VI - valor atualizado da contribuição de melhoria lançada;

VII - parcela do custo da obra a ser financiado pelo tributo, expresso em percentual, com indicação do respectivo dispositivo legal;

VIII - prazo, forma e local para pagamento;

IX - prazo e forma da impugnação e recurso administrativo.

Parágrafo Único: A recusa da assinatura da notificação pelo notificado a ele não aproveita nem prejudica.

Art. 10 As duas vias da notificação terão o seguinte destino:

I - a primeira, para o notificado;

II - a segunda, para a repartição em que deve ser procedido o recolhimento.

Art. 11 São competentes para notificar o lançamento e suas alterações por ato próprio do Chefe do Poder Executivo:

I - os Agentes Fiscais;

II - a Autoridade Administrativa legalmente responsável pelo lançamento de tributos.

Art. 12 A Contribuição de Melhoria a que se refere esta Lei poderá ser paga de uma só vez ou parceladamente, de acordo com os seguintes critérios:

I - O pagamento de uma só vez gozará de desconto de 20% (vinte por cento), se efetuando nos primeiros 30 (trinta) dias, a contar do recebimento da notificação do lançamento.

II - O contribuinte que não se quiser valer das faculdades previstas no inciso I deste Artigo, poderá pleitear o parcelamento de seu débito em 10(dez) prestações, expressas em modelo constitucional, corrigidas mensalmente de acordo com o IPCA - Índice de Preços ao Consumidor Ampliado - publicado pelo IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
CGC 83.102.855/0001-50  
Rua João Emílio n° 100 - Centro  
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC  
Fone/Fax: (47) 3342-9500  
www.navegantes.sc.gov.br

III - Considerando o valor total da obra, o valor da contribuição de melhoria individual e a renda do contribuinte, o Chefe do Poder Executivo poderá ampliar o número de parcelas além das estabelecidas no inciso II deste artigo.

§ 1º Independentemente do nº de prestações, no parcelamento será observado:

I - O valor mínimo de cada parcela não será inferior a 1 UFM (uma unidade fiscal do Município).

II - O pagamento da primeira parcela deverá ser efetuado até 30 (trinta) dias da data da notificação ou do deferimento do pedido de parcelamento, sob pena de cancelamento do parcelamento.

§ 2º O parcelamento do crédito tributário importa no seu reconhecimento, pelo sujeito passivo.

Art. 13 Ficam excluídas da incidência da contribuição de melhoria prevista nesta Lei, os imóveis de propriedade do Poder Público Federal, Estadual ou Municipal.

Parágrafo Único: Serão transferidas à responsabilidade do Município, as parcelas devidas por contribuintes isentos de pagamento da Contribuição de Melhoria, após o rateio, desde que atendam os requisitos previstos no Código Tributário Municipal (Lei Complementar nº. 6/2002, sem prejuízo de outras normas aplicáveis ao tema).

Art. 14 Nos recolhimentos extemporâneos decorrentes de requerimentos relativos a isenções, reclamações ou recursos interpostos contra o lançamento de tributos, havendo comprovada e injustificada má-fé do contribuinte em relação aos atos praticados, será exigido o valor atualizado do tributo, com o correspondente acréscimo de multa e juros de mora.

Art. 15 Os valores lançados a título de contribuição de melhoria não quitados até seu vencimento, ficarão sujeitos à incidência de juros de mora, multa moratória e atualização monetária, previstos no Código Tributário Municipal (Lei Complementar nº 6/2002).

Art. 16 É facultado ao sujeito passivo de obrigação tributária principal reclamar de lançamento de crédito tributário regularmente notificado, devendo no documento da impugnação/reclamação indicar o fato e os fundamentos jurídicos do pedido, suas especificações, as provas documentais e testemunhais com que pretende demonstrar a verdade dos fatos alegados e, em especial, poderá impugnar perante a Autoridade Administrativa de primeira instância, em face de erro na localização e dimensões do imóvel, do cálculo dos índices atribuídos, do valor da contribuição e do número de prestações.

§ 1º O prazo para interpor a reclamação à Autoridade competente,

mediante protocolo no Município de Navegantes é de até 30 (trinta) dias a contar do 1º. dia útil seguinte à data da notificação do lançamento, cabendo ao contribuinte o ônus da prova, sem prejuízo do exame pelo Poder Judiciário.

§ 2º Serão consideradas peremptas as reclamações interpostas fora do prazo concedido para satisfação da obrigação a que se referir o lançamento ou a notificação.

§ 3º Os recursos voluntários interpostos fora do prazo previsto no parágrafo primeiro deste artigo serão encaminhados à Procuradoria, que deles poderá conhecer, excepcionalmente, desconsiderando a preclusão, nos casos em que demonstre o contribuinte ocorrência de caso fortuito ou força maior que o tenha impedido de protocolizar a peça recursal em modo e tempo tempestivos.

Art. 17 Os litígios fiscais suscitados pela aplicação da legislação tributária no que se refere ao lançamento serão decididos, administrativamente, em duas instâncias.

§ 1º Em primeira instância, decide o representante da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Receita, e em segunda, a Procuradoria.

§ 2º Ao contribuinte ou interessado, será ofertada plena garantia de defesa ou de prova.

Art. 18 Nas decisões administrativas não se poderá questionar sobre a existência, a capitulação legal, a autoria, as circunstâncias materiais, a natureza e a extensão dos efeitos de fato já apreciado sob esses aspectos por decisão judicial ou administrativa definitiva, sem prejuízo, porém, da apreciação dos fatos conexos ou consequentes.

Art. 19 O representante da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Receita proferirá decisão de primeira instância, devidamente fundamentada e, quando cabível, aplicará as penalidades fixadas pela legislação tributária.

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
CGC 83.102.855/0001-50  
Rua João Emílio n° 100 - Centro  
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC  
Fone/Fax: (47) 3342-9500  
www.navegantes.sc.gov.br

§ 1º A decisão deverá ser proferida em prazo não superior a 90 (noventa dias), contados da data do recebimento do processo conclusivo.

§ 2º Interrompe-se o prazo citado no parágrafo anterior sempre que houver diligência dos autos.

Art. 20 A comunicação ao interessado da decisão proferida em primeira instância será feita:

I - pessoalmente, por aposição do "ciente" no processo;  
II - pelo correio, em caso de Contribuinte Pessoa Física ou Contribuinte Pessoa Jurídica, ou,  
III - por edital publicado em jornal de circulação local ou regional.  
Parágrafo Único: A comunicação indicará, obrigatoriamente, o prazo para interposição de recurso voluntário na instância superior.

Art. 21 O representante da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Receita fica impedido de julgar quando:

I - tiver participado diretamente da ação administrativa que originou o litígio;  
II - for sócio, cotista ou acionista do notificado ou autuado;  
III - estiverem envolvidos no processo interesses de parentes até terceiro grau.

Parágrafo Único: O representante da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Receita será substituído, nos seus impedimentos, por autoridade de nível hierárquico imediatamente inferior ou por servidor qualificado, pertencente ao quadro funcional

da respectiva Secretaria.

Art. 22 É facultado à parte interpor recurso voluntário quando a autoridade julgadora deixar de proferir decisão no prazo legal, dando-se como julgada improcedente a reclamação ou defesa, exceto no caso de suspensão do julgamento para diligência dos autos.

Art. 23 São consideradas definitivas e irrecorríveis as decisões proferidas em primeira instância após o trânsito em julgado, que se dará no prazo de 10 (dez) dias a partir da ciência pelo interessado.

Art. 24 As decisões de segunda instância, definitivas e irrecorríveis, serão proferidas pela Procuradoria do Município, observados os prazos e demais normas previstas no Código Tributário Municipal (Lei Complementar nº. 6/2002) e na legislação complementar no que couber.

§ 1º Mantido o lançamento, considera-se em decurso o prazo nele fixado para pagamento da Contribuição de Melhoria, desde a data da ciência do contribuinte;

§ 2º A anulação do lançamento dos termos desta Lei não ilide a efetivação de novo, em substituição ao anterior, com as correções impostas pela impugnação/reclamação.

Art. 25 Aplicam-se à Contribuição de Melhoria de que trata esta Lei, no que couber e lhe forem aplicáveis, as disposições contidas nos artigos 81 e 82, ambos da Lei nº. 5.172/1966 (Código Tributário Nacional), Decreto-lei nº. 195/1967, Lei Complementar nº. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), Lei nº. 10.257/2001 (Estatuto da Cidade) e Código Tributário Municipal (Lei Complementar nº 6/2002).

Art. 26 Para os fins da aplicação desta Lei, poderá a Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Receita solicitar o apoio de servidores públicos que compõem o quadro da Municipalidade, em especial quanto à emissão de laudos técnicos e demais orientações que se fizerem necessárias, bem como solicitar auxílio à Comissão de Avaliação, nomeada através de Decreto Municipal, em estrita observância às normas legais indicadas nesta LEI.

Art. 27 Os prazos fixados nesta Lei, em consonância ao previsto no Código Tributário Municipal (Lei Complementar nº. 6/2002) serão contínuos, excluindo-se, na sua contagem, o dia do início, e incluindo-se o do vencimento.

§ 1º Os prazos só se iniciam ou vencem em dia de expediente normal na repartição que corra o processo ou deva ser praticado o ato.

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
CGC 83.102.855/0001-50  
Rua João Emílio n° 100 - Centro  
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC  
Fone/Fax: (47) 3342-9500  
www.navegantes.sc.gov.br

§ 2º Para os fins das disposições desta lei é considerado exercício o período compreendido entre os meses de janeiro a dezembro do ano civil.

Art. 28 Os anexos a que se refere a presente Lei (Anexo I e II) fazem parte integrante dos procedimentos administrativos individualizados para viabilização da obra pública tratadas nesta lei, os quais encontram-se à disposição dos interessados junto à Secretaria de Governo.

Art. 29 As despesas constantes da presente lei correrão por conta da dotação orçamentária específica do Município de Navegantes.

Art. 30 Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Navegantes, 6 DE JUNHO DE 2013.  
ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
Prefeito

## Autoriza Cobrança de Contribuição de Melhoria

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

CGC 83.102.855/0001-50

Rua João Emílio n° 100 - Centro

CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

Fone/Fax: (47) 3342-9500

www.navegantes.sc.gov.br

LEI N° 2723 DE 6 DE MAIO DE 2013

INSTITUI E AUTORIZA A COBRANÇA DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais. FAÇO saber a todos os munícipes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e EU o sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a promover os atos necessários à cobrança da Contribuição de Melhoria em decorrência da valorização imobiliária relativo às obras públicas de pavimentação em lajotas de concreto, calçadas com acessibilidade, drenagem pluvial, sinalização e obras complementares, tendo como limite global a despesa realizada da obra e, como limite individual, o acréscimo de valor que resultar para cada imóvel, compreendendo aqueles diretamente localizados na Rua Costa Panorâmica, localizada no trecho entre a Rua Hercílio Gonçalves e Rua Ney Joao Gaya, Bairro Gravata, com extensão de 154,78 metros lineares (Anexo I - área de influência direta).

Parágrafo Único: O custo total/orçamento estimado considerando a extensão da via (Anexo II), no que se refere à consecução das obras públicas definidas nesta Lei, possui como fonte de recursos os valores obtidos através de recursos próprios do Município de Navegantes e por meio de financiamento obtido junto a CEF - Caixa Econômica Federal (Recursos através, OGU - Orçamento Geral da União, Ministérios das Cidades, Pró-Transportes e FGTS), correspondendo à quantia de R\$ 115.543,83 (Cento e Quinze mil quinhentos e quarenta e três reais e oitenta e três centavos).

Art. 2º. O Sujeito Passivo da Contribuição de Melhoria é o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor a qualquer título, de imóvel localizado na área de influência da obra pública.

§ 1º Responde pelo pagamento do tributo o proprietário do imóvel ao tempo do seu lançamento e esta responsabilidade se transmite aos adquirentes e sucessores da propriedade sobre o imóvel, a qualquer título.

§ 2º No caso de enfiteuse, responde pela Contribuição de Melhoria o enfiteuta.

§ 3º Tratando-se de bens indivisos, o tributo será lançado no nome de qualquer cadastrado, cabendo-lhe exigir dos demais as parcelas que lhes couberem por direito.

Art. 3º. O Chefe do Poder Executivo Municipal determinará as providências para a elaboração e atendimento dos atos administrativos abaixo descritos, sem prejuízo de outros que se fizerem necessários para o cumprimento desta Lei:

I - Publicação prévia de Edital anterior à execução das obras referidas nesta Lei, através de meio oficial do Município e em jornal de maior circulação local, contendo os seguintes elementos, sem prejuízo de outros:

a) memorial descritivo do projeto;

b) orçamento total ou parcial do custo das obras;

c) determinação da parcela do custo das obras a ser ressarcida pela contribuição, com o correspondente plano rateio entre os imóveis beneficiados;

d) delimitação na zona beneficiada das áreas direta e indiretamente beneficiadas e a relação de todos os imóveis nelas compreendidos;

e) determinação do fator de absorção do benefício da valorização para toda zona ou para cada uma das áreas diferenciadas nela



contidas.

§ 1º O Contribuinte, querendo, poderá mediante protocolo impugnar administrativamente qualquer dos elementos referidos no Edital de que trata o inciso I deste artigo, no prazo de 30 (trinta) dias, a começar no primeiro dia útil após a publicação oficial pelo Município de Navegantes, cabendo ao impugnante o ônus da prova, sem prejuízo do exame pelo Poder Judiciário.

§ 2º As impugnações oferecidas aos elementos a que se refere este artigo, serão apresentadas por meio de petição fundamentada e devidamente identificada, descrevendo as provas requeridas, sob pena de preclusão neste sentido, e endereçadas ao Presidente da Comissão Especial de Avaliação de Bens Imóveis do Município, nomeado através do Decreto nº 636 de 02 de Maio de 2013, o qual, após manifestação da Secretaria de Governo, e do Parecer Jurídico, deverá proferir decisão final em prazo não superior a 30 (trinta) dias, contados da data do protocolo da petição da parte interessada.

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
CGC 83.102.855/0001-50  
Rua João Emílio n° 100 - Centro  
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC  
Fone/Fax: (47) 3342-9500  
www.navegantes.sc.gov.br

I - Da decisão proferida pela Municipalidade será cientificada pessoalmente a parte interessada e encaminhada correspondência oficial aos Setores da Administração envolvidos para, sendo o caso, providenciarem as medidas cabíveis.

II - A comunicação ao interessado da decisão referida no inciso anterior, será feita:

- a) pessoalmente, por aposição do ciente no processo;
- b) pelo correio, com Aviso de Recebimento (AR) se contribuinte pessoa física, ou, Contribuinte Pessoa Jurídica;
- c) por edital publicado em jornal de grande circulação local.

III - Em havendo necessidade de instrução do procedimento, consistente em diligências, emissão de laudos técnicos e oitiva de testemunhas etc., será determinada a realização do ato necessário e agendada a data para a solenidade, ocasião em que encerrada a instrução, a parte interessada deverá se manifestar oralmente acerca da prova produzida, sendo que no prazo de 5 (cinco) dias, a contar desta data, a Administração proferirá decisão final, do que obrigatoriamente dará ciência ao interessado, sem prejuízo de outras formas de publicidade.

IV - No caso da instrução do procedimento administrativo de que trata este artigo, o prazo definido no parágrafo segundo poderá ser prorrogado em até 30 (trinta) dias.

Art. 4º A determinação da Contribuição de Melhoria far-se-á rateando-se, proporcionalmente, o custo parcial ou total da obra, entre todos os imóveis incluídos na zona beneficiada pela valorização imobiliária decorrente da melhoria descrita na presente Lei, em função dos fatores individuais.

§ 1º Na determinação do valor individual da contribuição será observado o limite estabelecido pelo acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado, em estrita observância ao disposto nesta Lei, no artigo 145, inciso III, da Constituição Federal de 1988 c/c artigos 81 e 82, ambos da Lei nº. 5.172/1966 (Código Tributário Nacional), Decreto-lei nº. 195/1967, Lei Complementar nº. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), Lei nº. 10.257/2001 (Estatuto da Cidade) e Lei Complementar nº. 6/2002 (Código Tributário Municipal).

§ 2º. A apuração far-se-á levando em conta:

- I - situação do imóvel na zona de influência;
- II - testada do imóvel;
- III - área do imóvel;
- IV - finalidade de exploração econômica do imóvel.

§ 3º A Contribuição de Melhoria terá como limite o custo total da obra tendo em vista a natureza desta, os benefícios para os usuários, atividades econômicas predominantes e o nível de desenvolvimento da região, sendo aí computadas todas as despesas necessárias aos estudos, projetos, fiscalização, desapropriações, administrações, execução e financiamento, inclusive prêmios de reembolso e outras de praxe em financiamento ou empréstimos e terá a sua expressão monetária atualizada na época do lançamento mediante aplicação de coeficientes oficiais de correção e atualização monetária.

§ 4º Estão incluídos nos orçamentos de custo das obras todos os investimentos necessários para que os benefícios delas decorrentes sejam integralmente alcançados pelos imóveis situados nas respectivas zonas de influência.

Art. 5º Executada a obra de melhoramento na sua totalidade ou em parte suficiente para beneficiar determinados imóveis, de modo a justificar o início da cobrança da Contribuição de Melhoria calculada na forma prevista nesta Lei, proceder-se-á ao lançamento referente a esses imóveis, depois de publicado o respectivo demonstrativo de custos em meio oficial do Município e em jornal de grande circulação local, através de Edital prévio que conterá os seguintes elementos, dentre outros que se fizerem necessários:

- I - determinação da parcela do custo das obras a ser ressarcida pela contribuição, com o correspondente plano de rateio entre os imóveis beneficiados devidamente identificados;
- II - determinação do fator de absorção do benefício da valorização para toda zona ou para cada uma das áreas diferenciadas nela contidas após a execução total ou parcial da obra;
- III - valor da Contribuição de Melhoria lançada individualmente por imóvel situado na área beneficiada pela obra pública (zona de influência);

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
CGC 83.102.855/0001-50  
Rua João Emílio n° 100 - Centro  
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC  
Fone/Fax: (47) 3342-9500  
www.navegantes.sc.gov.br

IV - local do pagamento, prazo para o seu pagamento, suas prestações e vencimentos;

V - prazo para a impugnação;

Parágrafo Único: As impugnações/reclamações e recursos administrativos interpostos contra o lançamento da Contribuição de Melhoria não suspendem o prosseguimento da obra quando a cobrança se referir à melhoria decorrente de obra executada em parte, na forma prevista no caput deste artigo, nem impedem a administração de praticar os atos necessários ao lançamento e cobrança do tributo.

Art. 6º Os lançamentos da contribuição de melhoria e suas alterações serão disponibilizados aos sujeitos passivos mediante notificação pessoal ou via postal em caso de Contribuinte Pessoa Física ou Contribuinte Pessoa Jurídica, juntamente com o carnê de pagamento do tributo, indicando o prazo de 30 (trinta) dias para efeitos de recolhimento do valor devido ou, para os fins de reclamação na forma desta LEI.

Art. 7º Na impossibilidade da prática dos atos para a notificação do sujeito passivo na forma prevista no artigo anterior, considerar-se-á feita a Notificação pelo Edital de Lançamento previsto no Art.5º desta Lei.

Art. 8º Vencido o prazo fixado na notificação, sem que o sujeito passivo tenha cumprido a exigência fiscal ou contra ele tenha interposto impugnação/reclamação, ou, ainda, sem que tenha recorrido da decisão de primeira instância, será o valor do crédito tributário inscrito em dívida ativa, para os devidos fins.



Art. 9 ° A notificação, de modelo a ser fixado pelo órgão fazendário, será emitida em duas vias, e conterá, além de outros, os seguintes elementos:

I - tipo da obra;

II - local;

III - valor do imóvel do contribuinte antes do início das obras;

IV - valor atualizado do imóvel do contribuinte;

V - montante de valorização do imóvel do contribuinte;

VI - valor atualizado da contribuição de melhoria lançada;

VII - parcela do custo da obra a ser financiado pelo tributo, expresso em percentual, com indicação do respectivo dispositivo legal;

VIII - prazo, forma e local para pagamento;

IX - prazo e forma da impugnação e recurso administrativo.

Parágrafo Único: A recusa da assinatura da notificação pelo notificado a ele não aproveita nem prejudica.

Art. 10 As duas vias da notificação terão o seguinte destino:

I - a primeira, para o notificado;

II - a segunda, para a repartição em que deve ser procedido o recolhimento.

Art. 11 São competentes para notificar o lançamento e suas alterações por ato próprio do Chefe do Poder Executivo:

I - os Agentes Fiscais;

II - a Autoridade Administrativa legalmente responsável pelo lançamento de tributos.

Art. 12 A Contribuição de Melhoria a que se refere esta Lei poderá ser paga de uma só vez ou parceladamente, de acordo com os seguintes critérios:

I - O pagamento de uma só vez gozará de desconto de 20% (vinte por cento), se efetuando nos primeiros 30 (trinta) dias, a contar do recebimento da notificação do lançamento.

II - O contribuinte que não se quiser valer das faculdades previstas no inciso I deste Artigo, poderá pleitear o parcelamento de seu débito em 10(dez) prestações, expressas em modelo constitucional, corrigidas mensalmente de acordo com o IPCA - Índice de Preços ao Consumidor Ampliado - publicado pelo IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
CGC 83.102.855/0001-50  
Rua João Emílio n ° 100 - Centro  
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC  
Fone/Fax: (47) 3342-9500  
www.navegantes.sc.gov.br

III - Considerando o valor total da obra, o valor da contribuição de melhoria individual e a renda do contribuinte, o Chefe do Poder Executivo poderá ampliar o número de parcelas além das estabelecidas no inciso II deste artigo.

§ 1 ° Independentemente do n° de prestações, no parcelamento será observado:

I - O valor mínimo de cada parcela não será inferior a 1 UFM (uma unidade fiscal do Município).

II - O pagamento da primeira parcela deverá ser efetuado até 30 (trinta) dias da data da notificação ou do deferimento do pedido de parcelamento, sob pena de cancelamento do parcelamento.

§ 2 ° O parcelamento do crédito tributário importa no seu reconhecimento, pelo sujeito passivo.

Art. 13 Ficam excluídas da incidência da contribuição de melhoria prevista nesta Lei, os imóveis de propriedade do Poder Público Federal, Estadual ou Municipal.

Parágrafo Único: Serão transferidas à responsabilidade do

Município, as parcelas devidas por contribuintes isentos de pagamento da Contribuição de Melhoria, após o rateio, desde que atendam os requisitos previstos no Código Tributário Municipal (Lei Complementar n°. 6/2002, sem prejuízo de outras normas aplicáveis ao tema).

Art. 14 Nos recolhimentos extemporâneos decorrentes de requerimentos relativos a isenções, reclamações ou recursos interpostos contra o lançamento de tributos, havendo comprovada e injustificada má-fé do contribuinte em relação aos atos praticados, será exigido o valor atualizado do tributo, com o correspondente acréscimo de multa e juros de mora.

Art. 15 Os valores lançados a título de contribuição de melhoria não quitados até seu vencimento, ficarão sujeitos à incidência de juros de mora, multa moratória e atualização monetária, previstos no Código Tributário Municipal (Lei Complementar n° 6/2002).

Art. 16 É facultado ao sujeito passivo de obrigação tributária principal reclamar de lançamento de crédito tributário regularmente notificado, devendo no documento da impugnação/reclamação indicar o fato e os fundamentos jurídicos do pedido, suas especificações, as provas documentais e testemunhais com que pretende demonstrar a verdade dos fatos alegados e, em especial, poderá impugnar perante à Autoridade Administrativa de primeira instância, em face de erro na localização e dimensões do imóvel, do cálculo dos índices atribuídos, do valor da contribuição e do número de prestações.

§ 1 ° O prazo para interpor a reclamação à Autoridade competente, mediante protocolo no Município de Navegantes é de até 30 (trinta) dias a contar do 1º. dia útil seguinte à data da notificação do lançamento, cabendo ao contribuinte o ônus da prova, sem prejuízo do exame pelo Poder Judiciário.

§ 2 ° Serão consideradas peremptas as reclamações interpostas fora do prazo concedido para satisfação da obrigação a que se referir o lançamento ou a notificação.

§ 3 ° Os recursos voluntários interpostos fora do prazo previsto no parágrafo primeiro deste artigo serão encaminhados à Procuradoria, que deles poderá conhecer, excepcionalmente, desconsiderando a preclusão, nos casos em que demonstre o contribuinte ocorrência de caso fortuito ou força maior que o tenha impedido de protocolizar a peça recursal em modo e tempo tempestivos.

Art. 17 Os litígios fiscais suscitados pela aplicação da legislação tributária no que se refere ao lançamento serão decididos, administrativamente, em duas instâncias.

§ 1 ° Em primeira instância, decide o representante da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Receita, e em segunda, a Procuradoria.

§ 2 ° Ao contribuinte ou interessado, será ofertada plena garantia de defesa ou de prova.

Art. 18 Nas decisões administrativas não se poderá questionar sobre a existência, a capitulação legal, a autoria, as circunstâncias materiais, a natureza e a extensão dos efeitos de fato já apreciado sob esses aspectos por decisão judicial ou administrativa definitiva, sem prejuízo, porém, da apreciação dos fatos conexos ou consequentes.

Art. 19 O representante da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Receita proferirá decisão de primeira instância, devidamente fundamentada e, quando cabível, aplicará as penalidades fixadas pela legislação tributária.

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
CGC 83.102.855/0001-50  
Rua João Emílio n ° 100 - Centro  
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

Fone/Fax: (47) 3342-9500  
www.navegantes.sc.gov.br

§ 1º A decisão deverá ser proferida em prazo não superior a 90 (noventa dias), contados da data do recebimento do processo concluso.

§ 2º Interrompe-se o prazo citado no parágrafo anterior sempre que houver diligência dos autos.

Art. 20 A comunicação ao interessado da decisão proferida em primeira instância será feita:

I - pessoalmente, por aposição do "ciente" no processo;

II - pelo correio, em caso de Contribuinte Pessoa Física ou Contribuinte Pessoa Jurídica, ou,

III - por edital publicado em jornal de circulação local ou regional.

Parágrafo Único: A comunicação indicará, obrigatoriamente, o prazo para interposição de recurso voluntário na instância superior.

Art. 21 O representante da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Receita fica impedido de julgar quando:

I - tiver participado diretamente da ação administrativa que originou o litígio;

II - for sócio, cotista ou acionista do notificado ou autuado;

III - estiverem envolvidos no processo interesses de parentes até terceiro grau.

Parágrafo Único: O representante da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Receita será substituído, nos seus impedimentos, por autoridade de nível hierárquico imediatamente inferior ou por servidor qualificado, pertencente ao quadro funcional da respectiva Secretaria.

Art. 22 É facultado à parte interpor recurso voluntário quando a autoridade julgadora deixar de proferir decisão no prazo legal, dando-se como julgada improcedente a reclamação ou defesa, exceto no caso de suspensão do julgamento para diligência dos autos.

Art. 23 São consideradas definitivas e irrecorríveis as decisões proferidas em primeira instância após o trânsito em julgado, que se dará no prazo de 10 (dez) dias a partir da ciência pelo interessado.

Art. 24 As decisões de segunda instância, definitivas e irrecorríveis, serão proferidas pela Procuradoria do Município, observados os prazos e demais normas previstas no Código Tributário Municipal (Lei Complementar nº. 6/2002) e na legislação complementar no que couber.

§ 1º Mantido o lançamento, considera-se em decurso o prazo nele fixado para pagamento da Contribuição de Melhoria, desde a data da ciência do contribuinte;

§ 2º A anulação do lançamento dos termos desta Lei não ilide a efetivação de novo, em substituição ao anterior, com as correções impostas pela impugnação/reclamação.

Art. 25 Aplicam-se à Contribuição de Melhoria de que trata esta Lei, no que couber e lhe forem aplicáveis, as disposições contidas nos artigos 81 e 82, ambos da Lei nº. 5.172/1966 (Código Tributário Nacional), Decreto-lei nº. 195/1967, Lei Complementar nº. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), Lei nº. 10.257/2001 (Estatuto da Cidade) e Código Tributário Municipal (Lei Complementar nº 6/2002).

Art. 26 Para os fins da aplicação desta Lei, poderá a Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Receita solicitar o apoio de servidores públicos que compõem o quadro da Municipalidade, em especial quanto à emissão de laudos técnicos e demais orientações que se fizerem necessárias, bem como solicitar auxílio à Comissão de Avaliação, nomeada através de Decreto Municipal, em estrita observância às normas legais indicadas nesta LEI.

Art. 27 Os prazos fixados nesta Lei, em consonância ao previsto

no Código Tributário Municipal (Lei Complementar nº. 6/2002) serão contínuos, excluindo-se, na sua contagem, o dia do início, e incluindo-se o do vencimento.

§ 1º Os prazos só se iniciam ou vencem em dia de expediente normal na repartição que corra o processo ou deva ser praticado o ato.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

CGC 83.102.855/0001-50

Rua João Emílio n° 100 - Centro

CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

Fone/Fax: (47) 3342-9500

www.navegantes.sc.gov.br

§ 2º Para os fins das disposições desta lei é considerado exercício o período compreendido entre os meses de janeiro a dezembro do ano civil.

Art. 28 Os anexos a que se refere a presente Lei (Anexo I e II) fazem parte integrante dos procedimentos administrativos individualizados para viabilização da obra pública tratadas nesta lei, os quais encontram-se à disposição dos interessados junto à Secretaria de Governo.

Art. 29 As despesas constantes da presente lei correrão por conta da dotação orçamentária específica do Município de Navegantes.

Art. 30 Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Navegantes, 6 DE JUNHO DE 2013.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

### **Autoriza Cobrança de Contribuição de Melhoria**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

CGC 83.102.855/0001-50

Rua João Emílio n° 100 - Centro

CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

Fone/Fax: (47) 3342-9500

www.navegantes.sc.gov.br

LEI N° 2724 DE 6 DE MAIO DE 2013

INSTITUI E AUTORIZA A COBRANÇA DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais. FAÇO saber a todos os munícipes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e EU o sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a promover os atos necessários à cobrança da Contribuição de Melhoria em decorrência da valorização imobiliária relativo às obras públicas de pavimentação em lajotas de concreto, calçadas com acessibilidade, drenagem pluvial, sinalização e obras complementares, tendo como limite global a despesa realizada da obra e, como limite individual, o acréscimo de valor que resultar para cada imóvel, compreendendo aqueles diretamente localizados na Rua Francisco Avelino Antunes, localizada no trecho entre a Rua Herclício Gonçalves e Avenida José Juvenal Mafra, com extensão de 466,13 metros lineares (Anexo I - área de influência direta).

Parágrafo Único: O custo total/orçamento estimado considerando a extensão da via (Anexo II), no que se refere à consecução das obras públicas definidas nesta Lei, possui como fonte de recursos os valores obtidos através de recursos próprios do Município de Navegantes e por meio de financiamento obtido junto a CEF - Caixa Econômica Federal (Recursos através, OGU - Orçamento Geral da União, Ministérios das Cidades, Pró-Transportes e FGTS), correspondendo à quantia de R\$ 340.428,51 (Trezentos e quarenta mil quatrocentos e vinte e oito reais e cinquenta e um centavos).

Art. 2º. O Sujeito Passivo da Contribuição de Melhoria é o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor a qualquer título, de imóvel localizado na área de influência da obra pública.

§ 1º Responde pelo pagamento do tributo o proprietário do imóvel ao tempo do seu lançamento e esta responsabilidade se transmite aos adquirentes e sucessores da propriedade sobre o imóvel, a qualquer título.

§ 2º No caso de enfiteuse, responde pela Contribuição de Melhoria o enfiteuta.

§ 3º Tratando-se de bens indivisos, o tributo será lançado no nome de qualquer cadastrado, cabendo-lhe exigir dos demais as parcelas que lhes couberem por direito.

Art. 3º. O Chefe do Poder Executivo Municipal determinará as providências para a elaboração e atendimento dos atos administrativos abaixo descritos, sem prejuízo de outros que se fizerem necessários para o cumprimento desta Lei:

I - Publicação prévia de Edital anterior à execução das obras referidas nesta Lei, através de meio oficial do Município e em jornal de maior circulação local, contendo os seguintes elementos, sem prejuízo de outros:

- a) memorial descritivo do projeto;
- b) orçamento total ou parcial do custo das obras;
- c) determinação da parcela do custo das obras a ser ressarcida pela contribuição, com o correspondente plano rateio entre os imóveis beneficiados;
- d) delimitação na zona beneficiada das áreas direta e indiretamente beneficiadas e a relação de todos os imóveis nelas compreendidos;
- e) determinação do fator de absorção do benefício da valorização para toda zona ou para cada uma das áreas diferenciadas nela contidas.

§ 1º O Contribuinte, querendo, poderá mediante protocolo impugnar administrativamente qualquer dos elementos referidos no Edital de que trata o inciso I deste artigo, no prazo de 30 (trinta) dias, a começar no primeiro dia útil após a publicação oficial pelo Município de Navegantes, cabendo ao impugnante o ônus da prova, sem prejuízo do exame pelo Poder Judiciário.

§ 2º As impugnações oferecidas aos elementos a que se refere este artigo, serão apresentadas por meio de petição fundamentada e devidamente identificada, descrevendo as provas requeridas, sob pena de preclusão neste sentido, e endereçadas ao Presidente da Comissão Especial de Avaliação de Bens Imóveis do Município, nomeado através do Decreto nº 636 de 02 de Maio de 2013, o qual, após manifestação da Secretaria de Governo, e do Parecer Jurídico, deverá proferir decisão final em prazo não superior a 30 (trinta) dias, contados da data do protocolo da petição da parte interessada.

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
CGC 83.102.855/0001-50  
Rua João Emílio n° 100 - Centro  
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC  
Fone/Fax: (47) 3342-9500  
www.navegantes.sc.gov.br

I - Da decisão proferida pela Municipalidade será cientificada pessoalmente a parte interessada e encaminhada correspondência oficial aos Setores da Administração envolvidos para, sendo o caso, providenciarem as medidas cabíveis.

II - A comunicação ao interessado da decisão referida no inciso anterior, será feita:

- a) pessoalmente, por aposição do ciente no processo;
  - b) pelo correio, com Aviso de Recebimento (AR) se contribuinte pessoa física, ou, Contribuinte Pessoa Jurídica;
  - c) por edital publicado em jornal de grande circulação local.
- III - Em havendo necessidade de instrução do procedimento,

consistente em diligências, emissão de laudos técnicos e oitiva de testemunhas etc., será determinada a realização do ato necessário e agendada a data para a solenidade, ocasião em que encerrada a instrução, a parte interessada deverá se manifestar oralmente acerca da prova produzida, sendo que no prazo de 5 (cinco) dias, a contar desta data, a Administração proferirá decisão final, do que obrigatoriamente dará ciência ao interessado, sem prejuízo de outras formas de publicidade.

IV - No caso da instrução do procedimento administrativo de que trata este artigo, o prazo definido no parágrafo segundo poderá ser prorrogado em até 30 (trinta) dias.

Art. 4º A determinação da Contribuição de Melhoria far-se-á rateando-se, proporcionalmente, o custo parcial ou total da obra, entre todos os imóveis incluídos na zona beneficiada pela valorização imobiliária decorrente da melhoria descrita na presente Lei, em função dos fatores individuais.

§ 1º Na determinação do valor individual da contribuição será observado o limite estabelecido pelo acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado, em estrita observância ao disposto nesta Lei, no artigo 145, inciso III, da Constituição Federal de 1988 c/c artigos 81 e 82, ambos da Lei nº. 5.172/1966 (Código Tributário Nacional), Decreto-lei nº. 195/1967, Lei Complementar nº. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), Lei nº. 10.257/2001 (Estatuto da Cidade) e Lei Complementar nº. 6/2002 (Código Tributário Municipal).

§ 2º. A apuração far-se-á levando em conta:

I - situação do imóvel na zona de influência;

II - testada do imóvel;

III - área do imóvel;

IV - finalidade de exploração econômica do imóvel.

§ 3º A Contribuição de Melhoria terá como limite o custo total da obra tendo em vista a natureza desta, os benefícios para os usuários, atividades econômicas predominantes e o nível de desenvolvimento da região, sendo aí computadas todas as despesas necessárias aos estudos, projetos, fiscalização, desapropriações, administrações, execução e financiamento, inclusive prêmios de reembolso e outras de praxe em financiamento ou empréstimos e terá a sua expressão monetária atualizada na época do lançamento mediante aplicação de coeficientes oficiais de correção e atualização monetária.

§ 4º Estão incluídos nos orçamentos de custo das obras todos os investimentos necessários para que os benefícios delas decorrentes sejam integralmente alcançados pelos imóveis situados nas respectivas zonas de influência.

Art. 5º Executada a obra de melhoramento na sua totalidade ou em parte suficiente para beneficiar determinados imóveis, de modo a justificar o início da cobrança da Contribuição de Melhoria calculada na forma prevista nesta Lei, proceder-se-á ao lançamento referente a esses imóveis, depois de publicado o respectivo demonstrativo de custos em meio oficial do Município e em jornal de grande circulação local, através de Edital prévio que conterà os seguintes elementos, dentre outros que se fizerem necessários:

I - determinação da parcela do custo das obras a ser ressarcida pela contribuição, com o correspondente plano de rateio entre os imóveis beneficiados devidamente identificados;

II - determinação do fator de absorção do benefício da valorização para toda zona ou para cada uma das áreas diferenciadas nela contidas após a execução total ou parcial da obra;

III - valor da Contribuição de Melhoria lançada individualmente por imóvel situado na área beneficiada pela obra pública (zona de influência);

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
CGC 83.102.855/0001-50  
Rua João Emílio n° 100 - Centro  
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC



Fone/Fax: (47) 3342-9500  
www.navegantes.sc.gov.br

IV - local do pagamento, prazo para o seu pagamento, suas prestações e vencimentos;

V - prazo para a impugnação;

**Parágrafo Único:** As impugnações/reclamações e recursos administrativos interpostos contra o lançamento da Contribuição de Melhoria não suspendem o prosseguimento da obra quando a cobrança se referir à melhoria decorrente de obra executada em parte, na forma prevista no caput deste artigo, nem impedem a administração de praticar os atos necessários ao lançamento e cobrança do tributo.

**Art. 6º** Os lançamentos da contribuição de melhoria e suas alterações serão disponibilizados aos sujeitos passivos mediante notificação pessoal ou via postal em caso de Contribuinte Pessoa Física ou Contribuinte Pessoa Jurídica, juntamente com o carnê de pagamento do tributo, indicando o prazo de 30 (trinta) dias para efeitos de recolhimento do valor devido ou, para os fins de reclamação na forma desta Lei.

**Art. 7º** Na impossibilidade da prática dos atos para a notificação do sujeito passivo na forma prevista no artigo anterior, considerar-se-á feita a Notificação pelo Edital de Lançamento previsto no Art.5º desta Lei.

**Art. 8º** Vencido o prazo fixado na notificação, sem que o sujeito passivo tenha cumprido a exigência fiscal ou contra ele tenha interposto impugnação/reclamação, ou, ainda, sem que tenha recorrido da decisão de primeira instância, será o valor do crédito tributário inscrito em dívida ativa, para os devidos fins.

**Art. 9º** A notificação, de modelo a ser fixado pelo órgão fazendário, será emitida em duas vias, e conterá, além de outros, os seguintes elementos:

I - tipo da obra;

II - local;

III - valor do imóvel do contribuinte antes do início das obras;

IV - valor atualizado do imóvel do contribuinte;

V - montante de valorização do imóvel do contribuinte;

VI - valor atualizado da contribuição de melhoria lançada;

VII - parcela do custo da obra a ser financiado pelo tributo, expresso em percentual, com indicação do respectivo dispositivo legal;

VIII - prazo, forma e local para pagamento;

IX - prazo e forma da impugnação e recurso administrativo.

**Parágrafo Único:** A recusa da assinatura da notificação pelo notificado a ele não aproveita nem prejudica.

**Art. 10** As duas vias da notificação terão o seguinte destino:

I - a primeira, para o notificado;

II - a segunda, para a repartição em que deve ser procedido o recolhimento.

**Art. 11** São competentes para notificar o lançamento e suas alterações por ato próprio do Chefe do Poder Executivo:

I - os Agentes Fiscais;

II - a Autoridade Administrativa legalmente responsável pelo lançamento de tributos.

**Art. 12** A Contribuição de Melhoria a que se refere esta Lei poderá ser paga de uma só vez ou parceladamente, de acordo com os seguintes critérios:

I - O pagamento de uma só vez gozará de desconto de 20% (vinte por cento), se efetuando nos primeiros 30 (trinta) dias, a contar do recebimento da notificação do lançamento.

II - O contribuinte que não se quiser valer das faculdades previstas no inciso I deste Artigo, poderá pleitear o parcelamento de seu

débito em 10(dez) prestações, expressas em modelo constitucional, corrigidas mensalmente de acordo com o IPCA - Índice de Preços ao Consumidor Ampliado - publicado pelo IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

CGC 83.102.855/0001-50

Rua João Emílio n° 100 - Centro

CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

Fone/Fax: (47) 3342-9500

www.navegantes.sc.gov.br

III - Considerando o valor total da obra, o valor da contribuição de melhoria individual e a renda do contribuinte, o Chefe do Poder Executivo poderá ampliar o número de parcelas além das estabelecidas no inciso II deste artigo.

§ 1º Independentemente do nº de prestações, no parcelamento será observado:

I - O valor mínimo de cada parcela não será inferior a 1 UFM (uma unidade fiscal do Município).

II - O pagamento da primeira parcela deverá ser efetuado até 30 (trinta) dias da data da notificação ou do deferimento do pedido de parcelamento, sob pena de cancelamento do parcelamento.

§ 2º O parcelamento do crédito tributário importa no seu reconhecimento, pelo sujeito passivo.

**Art. 13** Ficam excluídas da incidência da contribuição de melhoria prevista nesta Lei, os imóveis de propriedade do Poder Público Federal, Estadual ou Municipal.

**Parágrafo Único:** Serão transferidas à responsabilidade do Município, as parcelas devidas por contribuintes isentos de pagamento da Contribuição de Melhoria, após o rateio, desde que atendam os requisitos previstos no Código Tributário Municipal (Lei Complementar nº. 6/2002, sem prejuízo de outras normas aplicáveis ao tema).

**Art. 14** Nos recolhimentos extemporâneos decorrentes de requerimentos relativos a isenções, reclamações ou recursos interpostos contra o lançamento de tributos, havendo comprovada e injustificada má-fé do contribuinte em relação aos atos praticados, será exigido o valor atualizado do tributo, com o correspondente acréscimo de multa e juros de mora.

**Art. 15** Os valores lançados a título de contribuição de melhoria não quitados até seu vencimento, ficarão sujeitos à incidência de juros de mora, multa moratória e atualização monetária, previstos no Código Tributário Municipal (Lei Complementar nº 6/2002).

**Art. 16** É facultado ao sujeito passivo de obrigação tributária principal reclamar de lançamento de crédito tributário regularmente notificado, devendo no documento da impugnação/reclamação indicar o fato e os fundamentos jurídicos do pedido, suas especificações, as provas documentais e testemunhais com que pretende demonstrar a verdade dos fatos alegados e, em especial, poderá impugnar perante a Autoridade Administrativa de primeira instância, em face de erro na localização e dimensões do imóvel, do cálculo dos índices atribuídos, do valor da contribuição e do número de prestações.

§ 1º O prazo para interpor a reclamação à Autoridade competente, mediante protocolo no Município de Navegantes é de até 30 (trinta) dias a contar do 1º. dia útil seguinte à data da notificação do lançamento, cabendo ao contribuinte o ônus da prova, sem prejuízo do exame pelo Poder Judiciário.

§ 2º Serão consideradas peremptas as reclamações interpostas fora do prazo concedido para satisfação da obrigação a que se referir o lançamento ou a notificação.

§ 3º Os recursos voluntários interpostos fora do prazo previsto no parágrafo primeiro deste artigo serão encaminhados à



Procuradoria, que deles poderá conhecer, excepcionalmente, desconsiderando a preclusão, nos casos em que demonstre o contribuinte ocorrência de caso fortuito ou força maior que o tenha impedido de protocolizar a peça recursal em modo e tempo tempestivos.

Art. 17 Os litígios fiscais suscitados pela aplicação da legislação tributária no que se refere ao lançamento serão decididos, administrativamente, em duas instâncias.

§ 1º Em primeira instância, decide o representante da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Receita, e em segunda, a Procuradoria.

§ 2º Ao contribuinte ou interessado, será ofertada plena garantia de defesa ou de prova.

Art. 18 Nas decisões administrativas não se poderá questionar sobre a existência, a capitulação legal, a autoria, as circunstâncias materiais, a natureza e a extensão dos efeitos de fato já apreciado sob esses aspectos por decisão judicial ou administrativa definitiva, sem prejuízo, porém, da apreciação dos fatos conexos ou consequentes.

Art. 19 O representante da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Receita proferirá decisão de primeira instância, devidamente fundamentada e, quando cabível, aplicará as penalidades fixadas pela legislação tributária.

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
CGC 83.102.855/0001-50  
Rua João Emílio n° 100 - Centro  
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC  
Fone/Fax: (47) 3342-9500  
www.navegantes.sc.gov.br

§ 1º A decisão deverá ser proferida em prazo não superior a 90 (noventa dias), contados da data do recebimento do processo conclusivo.

§ 2º Interrompe-se o prazo citado no parágrafo anterior sempre que houver diligência dos autos.

Art. 20 A comunicação ao interessado da decisão proferida em primeira instância será feita:

I - pessoalmente, por aposição do "ciente" no processo;  
II - pelo correio, em caso de Contribuinte Pessoa Física ou Contribuinte Pessoa Jurídica, ou,  
III - por edital publicado em jornal de circulação local ou regional.  
Parágrafo Único: A comunicação indicará, obrigatoriamente, o prazo para interposição de recurso voluntário na instância superior.

Art. 21 O representante da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Receita fica impedido de julgar quando:

I - tiver participado diretamente da ação administrativa que originou o litígio;  
II - for sócio, cotista ou acionista do notificado ou autuado;  
III - estiverem envolvidos no processo interesses de parentes até terceiro grau.

Parágrafo Único: O representante da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Receita será substituído, nos seus impedimentos, por autoridade de nível hierárquico imediatamente inferior ou por servidor qualificado, pertencente ao quadro funcional da respectiva Secretaria.

Art. 22 É facultado à parte interpor recurso voluntário quando a autoridade julgadora deixar de proferir decisão no prazo legal, dando-se como julgada improcedente a reclamação ou defesa, exceto no caso de suspensão do julgamento para diligência dos autos.

Art. 23 São consideradas definitivas e irrecorríveis as decisões proferidas em primeira instância após o trânsito em julgado, que se dará no prazo de 10 (dez) dias a partir da ciência pelo interessado.

Art. 24 As decisões de segunda instância, definitivas e irrecorríveis, serão proferidas pela Procuradoria do Município, observados os prazos e demais normas previstas no Código Tributário Municipal (Lei Complementar nº. 6/2002) e na legislação complementar no que couber.

§ 1º Mantido o lançamento, considera-se em decurso o prazo nele fixado para pagamento da Contribuição de Melhoria, desde a data da ciência do contribuinte;

§ 2º A anulação do lançamento dos termos desta Lei não ilide a efetivação de novo, em substituição ao anterior, com as correções impostas pela impugnação/reclamação.

Art. 25 Aplicam-se à Contribuição de Melhoria de que trata esta Lei, no que couber e lhe forem aplicáveis, as disposições contidas nos artigos 81 e 82, ambos da Lei nº. 5.172/1966 (Código Tributário Nacional), Decreto-lei nº. 195/1967, Lei Complementar nº. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), Lei nº. 10.257/2001 (Estatuto da Cidade) e Código Tributário Municipal (Lei Complementar nº 6/2002).

Art. 26 Para os fins da aplicação desta Lei, poderá a Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Receita solicitar o apoio de servidores públicos que compõem o quadro da Municipalidade, em especial quanto à emissão de laudos técnicos e demais orientações que se fizerem necessárias, bem como solicitar auxílio à Comissão de Avaliação, nomeada através de Decreto Municipal, em estrita observância às normas legais indicadas nesta LEI.

Art. 27 Os prazos fixados nesta Lei, em consonância ao previsto no Código Tributário Municipal (Lei Complementar nº. 6/2002) serão contínuos, excluindo-se, na sua contagem, o dia do início, e incluindo-se o do vencimento.

§ 1º Os prazos só se iniciam ou vencem em dia de expediente normal na repartição que corra o processo ou deva ser praticado o ato.

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
CGC 83.102.855/0001-50  
Rua João Emílio n° 100 - Centro  
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC  
Fone/Fax: (47) 3342-9500  
www.navegantes.sc.gov.br

§ 2º Para os fins das disposições desta lei é considerado exercício o período compreendido entre os meses de janeiro a dezembro do ano civil.

Art. 28 Os anexos a que se refere a presente Lei (Anexo I e II) fazem parte integrante dos procedimentos administrativos individualizados para viabilização da obra pública tratadas nesta lei, os quais encontram-se à disposição dos interessados junto à Secretaria de Governo.

Art. 29 As despesas constantes da presente lei correrão por conta da dotação orçamentária específica do Município de Navegantes.

Art. 30 Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Navegantes, 6 DE JUNHO DE 2013.  
ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
Prefeito

**Autoriza Cobrança de Contribuição de Melhoria**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

CGC 83.102.855/0001-50

Rua João Emílio n° 100 - Centro

CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

Fone/Fax: (47) 3342-9500

www.navegantes.sc.gov.br

LEI N° 2725 DE 6 DE MAIO DE 2013

INSTITUI E AUTORIZA A COBRANÇA DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais. FAÇO saber a todos os munícipes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e EU o sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a promover os atos necessários à cobrança da Contribuição de Melhoria em decorrência da valorização imobiliária relativo às obras públicas de pavimentação em lajotas de concreto, calçadas com acessibilidade, drenagem pluvial, sinalização e obras complementares, tendo como limite global a despesa realizada da obra e, como limite individual, o acréscimo de valor que resultar para cada imóvel, compreendendo aqueles diretamente localizados na Rua Hercílio Gonçalves (Trecho 01), localizada no trecho entre a Avenida Rio do Sul e Rua Costa Panorâmica, Bairro Gravata, com extensão de 137,24 metros lineares (Anexo I - área de influência direta). Parágrafo Único: O custo total/orçamento estimado considerando a extensão da via (Anexo II), no que se refere à consecução das obras públicas definidas nesta Lei, possui como fonte de recursos os valores obtidos através de recursos próprios do Município de Navegantes e por meio de financiamento obtido junto a CEF - Caixa Econômica Federal (Recursos através, OGU - Orçamento Geral da União, Ministérios das Cidades, Pró-Transportes e FGTS), correspondendo à quantia de R\$ 99.536,41 (noventa e nove mil quinhentos e trinta e seis reais e quarenta e um centavos).

Art. 2º. O Sujeito Passivo da Contribuição de Melhoria é o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor a qualquer título, de imóvel localizado na área de influência da obra pública.

§ 1º Responde pelo pagamento do tributo o proprietário do imóvel ao tempo do seu lançamento e esta responsabilidade se transmite aos adquirentes e sucessores da propriedade sobre o imóvel, a qualquer título.

§ 2º No caso de enfiteuse, responde pela Contribuição de Melhoria o enfiteuta.

§ 3º Tratando-se de bens indivisos, o tributo será lançado no nome de qualquer cadastrado, cabendo-lhe exigir dos demais as parcelas que lhes couberem por direito.

Art. 3º. O Chefe do Poder Executivo Municipal determinará as providências para a elaboração e atendimento dos atos administrativos abaixo descritos, sem prejuízo de outros que se fizerem necessários para o cumprimento desta Lei:

I - Publicação prévia de Edital anterior à execução das obras referidas nesta Lei, através de meio oficial do Município e em jornal de maior circulação local, contendo os seguintes elementos, sem prejuízo de outros:

- a) memorial descritivo do projeto;
- b) orçamento total ou parcial do custo das obras;
- c) determinação da parcela do custo das obras a ser ressarcida pela contribuição, com o correspondente plano rateio entre os imóveis beneficiados;
- d) delimitação na zona beneficiada das áreas direta e indiretamente beneficiadas e a relação de todos os imóveis nelas compreendidos;
- e) determinação do fator de absorção do benefício da valorização para toda zona ou para cada uma das áreas diferenciadas nela

contidas.

§ 1º O Contribuinte, querendo, poderá mediante protocolo impugnar administrativamente qualquer dos elementos referidos no Edital de que trata o inciso I deste artigo, no prazo de 30 (trinta) dias, a começar no primeiro dia útil após a publicação oficial pelo Município de Navegantes, cabendo ao impugnante o ônus da prova, sem prejuízo do exame pelo Poder Judiciário.

§ 2º As impugnações oferecidas aos elementos a que se refere este artigo, serão apresentadas por meio de petição fundamentada e devidamente identificada, descrevendo as provas requeridas, sob pena de preclusão neste sentido, e endereçadas ao Presidente da Comissão Especial de Avaliação de Bens Imóveis do Município, nomeado através do Decreto nº 636 de 02 de Maio de 2013, o qual, após manifestação da Secretaria de Governo, e do Parecer Jurídico, deverá proferir decisão final em prazo não superior a 30 (trinta) dias, contados da data do protocolo da petição da parte interessada.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

CGC 83.102.855/0001-50

Rua João Emílio n° 100 - Centro

CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

Fone/Fax: (47) 3342-9500

www.navegantes.sc.gov.br

I - Da decisão proferida pela Municipalidade será cientificada pessoalmente a parte interessada e encaminhada correspondência oficial aos Setores da Administração envolvidos para, sendo o caso, providenciarem as medidas cabíveis.

II - A comunicação ao interessado da decisão referida no inciso anterior, será feita:

- a) pessoalmente, por aposição do ciente no processo;
- b) pelo correio, com Aviso de Recebimento (AR) se contribuinte pessoa física, ou, Contribuinte Pessoa Jurídica;
- c) por edital publicado em jornal de grande circulação local.

III - Em havendo necessidade de instrução do procedimento, consistente em diligências, emissão de laudos técnicos e oitiva de testemunhas etc., será determinada a realização do ato necessário e agendada a data para a solenidade, ocasião em que encerrada a instrução, a parte interessada deverá se manifestar oralmente acerca da prova produzida, sendo que no prazo de 5 (cinco) dias, a contar desta data, a Administração proferirá decisão final, do que obrigatoriamente dará ciência ao interessado, sem prejuízo de outras formas de publicidade.

IV - No caso da instrução do procedimento administrativo de que trata este artigo, o prazo definido no parágrafo segundo poderá ser prorrogado em até 30 (trinta) dias.

Art. 4º A determinação da Contribuição de Melhoria far-se-á rateando-se, proporcionalmente, o custo parcial ou total da obra, entre todos os imóveis incluídos na zona beneficiada pela valorização imobiliária decorrente da melhoria descrita na presente Lei, em função dos fatores individuais.

§ 1º Na determinação do valor individual da contribuição será observado o limite estabelecido pelo acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado, em estrita observância ao disposto nesta Lei, no artigo 145, inciso III, da Constituição Federal de 1988 c/c artigos 81 e 82, ambos da Lei nº. 5.172/1966 (Código Tributário Nacional), Decreto-lei nº. 195/1967, Lei Complementar nº. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), Lei nº. 10.257/2001 (Estatuto da Cidade) e Lei Complementar nº. 6/2002 (Código Tributário Municipal).

§ 2º. A apuração far-se-á levando em conta:

- I - situação do imóvel na zona de influência;
- II - testada do imóvel;
- III - área do imóvel;
- IV - finalidade de exploração econômica do imóvel.

§ 3º A Contribuição de Melhoria terá como limite o custo total da obra tendo em vista a natureza desta, os benefícios para os usuários, atividades econômicas predominantes e o nível de desenvolvimento da região, sendo aí computadas todas as despesas necessárias aos estudos, projetos, fiscalização, desapropriações, administrações, execução e financiamento, inclusive prêmios de reembolso e outras de praxe em financiamento ou empréstimos e terá a sua expressão monetária atualizada na época do lançamento mediante aplicação de coeficientes oficiais de correção e atualização monetária.

§ 4º Estão incluídos nos orçamentos de custo das obras todos os investimentos necessários para que os benefícios delas decorrentes sejam integralmente alcançados pelos imóveis situados nas respectivas zonas de influência.

Art. 5º Executada a obra de melhoramento na sua totalidade ou em parte suficiente para beneficiar determinados imóveis, de modo a justificar o início da cobrança da Contribuição de Melhoria calculada na forma prevista nesta Lei, proceder-se-á ao lançamento referente a esses imóveis, depois de publicado o respectivo demonstrativo de custos em meio oficial do Município e em jornal de grande circulação local, através de Edital prévio que conterá os seguintes elementos, dentre outros que se fizerem necessários:

I - determinação da parcela do custo das obras a ser ressarcida pela contribuição, com o correspondente plano de rateio entre os imóveis beneficiados devidamente identificados;  
II - determinação do fator de absorção do benefício da valorização para toda zona ou para cada uma das áreas diferenciadas nela contidas após a execução total ou parcial da obra;  
III - valor da Contribuição de Melhoria lançada individualmente por imóvel situado na área beneficiada pela obra pública (zona de influência);

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
CGC 83.102.855/0001-50  
Rua João Emílio n° 100 - Centro  
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC  
Fone/Fax: (47) 3342-9500  
www.navegantes.sc.gov.br

IV - local do pagamento, prazo para o seu pagamento, suas prestações e vencimentos;

V - prazo para a impugnação;

Parágrafo Único: As impugnações/reclamações e recursos administrativos interpostos contra o lançamento da Contribuição de Melhoria não suspendem o prosseguimento da obra quando a cobrança se referir à melhoria decorrente de obra executada em parte, na forma prevista no caput deste artigo, nem impedem a administração de praticar os atos necessários ao lançamento e cobrança do tributo.

Art. 6º Os lançamentos da contribuição de melhoria e suas alterações serão disponibilizados aos sujeitos passivos mediante notificação pessoal ou via postal em caso de Contribuinte Pessoa Física ou Contribuinte Pessoa Jurídica, juntamente com o carnê de pagamento do tributo, indicando o prazo de 30 (trinta) dias para efeitos de recolhimento do valor devido ou, para os fins de reclamação na forma desta LEI.

Art. 7º Na impossibilidade da prática dos atos para a notificação do sujeito passivo na forma prevista no artigo anterior, considerar-se-á feita a Notificação pelo Edital de Lançamento previsto no Art.5º desta Lei.

Art. 8º Vencido o prazo fixado na notificação, sem que o sujeito passivo tenha cumprido a exigência fiscal ou contra ele tenha interposto impugnação/reclamação, ou, ainda, sem que tenha recorrido da decisão de primeira instância, será o valor do crédito tributário inscrito em dívida ativa, para os devidos fins.

Art. 9º A notificação, de modelo a ser fixado pelo órgão fazendário, será emitida em duas vias, e conterá, além de outros, os seguintes elementos:

I - tipo da obra;

II - local;

III - valor do imóvel do contribuinte antes do início das obras;

IV - valor atualizado do imóvel do contribuinte;

V - montante de valorização do imóvel do contribuinte;

VI - valor atualizado da contribuição de melhoria lançada;

VII - parcela do custo da obra a ser financiado pelo tributo, expresso em percentual, com indicação do respectivo dispositivo legal;

VIII - prazo, forma e local para pagamento;

IX - prazo e forma da impugnação e recurso administrativo.

Parágrafo Único: A recusa da assinatura da notificação pelo notificado a ele não aproveita nem prejudica.

Art. 10 As duas vias da notificação terão o seguinte destino:

I - a primeira, para o notificado;

II - a segunda, para a repartição em que deve ser procedido o recolhimento.

Art. 11 São competentes para notificar o lançamento e suas alterações por ato próprio do Chefe do Poder Executivo:

I - os Agentes Fiscais;

II - a Autoridade Administrativa legalmente responsável pelo lançamento de tributos.

Art. 12 A Contribuição de Melhoria a que se refere esta Lei poderá ser paga de uma só vez ou parceladamente, de acordo com os seguintes critérios:

I - O pagamento de uma só vez gozará de desconto de 20% (vinte por cento), se efetuando nos primeiros 30 (trinta) dias, a contar do recebimento da notificação do lançamento.

II - O contribuinte que não se quiser valer das faculdades previstas no inciso I deste Artigo, poderá pleitear o parcelamento de seu débito em 10(dez) prestações, expressas em modelo constitucional, corrigidas mensalmente de acordo com o IPCA - Índice de Preços ao Consumidor Ampliado - publicado pelo IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
CGC 83.102.855/0001-50  
Rua João Emílio n° 100 - Centro  
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC  
Fone/Fax: (47) 3342-9500  
www.navegantes.sc.gov.br

III - Considerando o valor total da obra, o valor da contribuição de melhoria individual e a renda do contribuinte, o Chefe do Poder Executivo poderá ampliar o número de parcelas além das estabelecidas no inciso II deste artigo.

§ 1º Independentemente do nº de prestações, no parcelamento será observado:

I - O valor mínimo de cada parcela não será inferior a 1 UFM (uma unidade fiscal do Município).

II - O pagamento da primeira parcela deverá ser efetuado até 30 (trinta) dias da data da notificação ou do deferimento do pedido de parcelamento, sob pena de cancelamento do parcelamento.

§ 2º O parcelamento do crédito tributário importa no seu reconhecimento, pelo sujeito passivo.

Art. 13 Ficam excluídas da incidência da contribuição de melhoria prevista nesta Lei, os imóveis de propriedade do Poder Público Federal, Estadual ou Municipal.

Parágrafo Único: Serão transferidas à responsabilidade do



Município, as parcelas devidas por contribuintes isentos de pagamento da Contribuição de Melhoria, após o rateio, desde que atendam os requisitos previstos no Código Tributário Municipal (Lei Complementar nº. 6/2002, sem prejuízo de outras normas aplicáveis ao tema).

Art. 14 Nos recolhimentos extemporâneos decorrentes de requerimentos relativos a isenções, reclamações ou recursos interpostos contra o lançamento de tributos, havendo comprovada e injustificada má-fé do contribuinte em relação aos atos praticados, será exigido o valor atualizado do tributo, com o correspondente acréscimo de multa e juros de mora.

Art. 15 Os valores lançados a título de contribuição de melhoria não quitados até seu vencimento, ficarão sujeitos à incidência de juros de mora, multa moratória e atualização monetária, previstos no Código Tributário Municipal (Lei Complementar nº 6/2002).

Art. 16 É facultado ao sujeito passivo de obrigação tributária principal reclamar de lançamento de crédito tributário regularmente notificado, devendo no documento da impugnação/reclamação indicar o fato e os fundamentos jurídicos do pedido, suas especificações, as provas documentais e testemunhais com que pretende demonstrar a verdade dos fatos alegados e, em especial, poderá impugnar perante à Autoridade Administrativa de primeira instância, em face de erro na localização e dimensões do imóvel, do cálculo dos índices atribuídos, do valor da contribuição e do número de prestações.

§ 1º O prazo para interpor a reclamação à Autoridade competente, mediante protocolo no Município de Navegantes é de até 30 (trinta) dias a contar do 1º. dia útil seguinte à data da notificação do lançamento, cabendo ao contribuinte o ônus da prova, sem prejuízo do exame pelo Poder Judiciário.

§ 2º Serão consideradas peremptas as reclamações interpostas fora do prazo concedido para satisfação da obrigação a que se referir o lançamento ou a notificação.

§ 3º Os recursos voluntários interpostos fora do prazo previsto no parágrafo primeiro deste artigo serão encaminhados à Procuradoria, que deles poderá conhecer, excepcionalmente, desconsiderando a preclusão, nos casos em que demonstre o contribuinte ocorrência de caso fortuito ou força maior que o tenha impedido de protocolizar a peça recursal em modo e tempo tempestivos.

Art. 17 Os litígios fiscais suscitados pela aplicação da legislação tributária no que se refere ao lançamento serão decididos, administrativamente, em duas instâncias.

§ 1º Em primeira instância, decide o representante da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Receita, e em segunda, a Procuradoria.

§ 2º Ao contribuinte ou interessado, será ofertada plena garantia de defesa ou de prova.

Art. 18 Nas decisões administrativas não se poderá questionar sobre a existência, a capitulação legal, a autoria, as circunstâncias materiais, a natureza e a extensão dos efeitos de fato já apreciado sob esses aspectos por decisão judicial ou administrativa definitiva, sem prejuízo, porém, da apreciação dos fatos conexos ou consequentes.

Art. 19 O representante da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Receita proferirá decisão de primeira instância, devidamente fundamentada e, quando cabível, aplicará as penalidades fixadas pela legislação tributária.

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
CGC 83.102.855/0001-50  
Rua João Emílio n° 100 - Centro  
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

Fone/Fax: (47) 3342-9500  
www.navegantes.sc.gov.br

§ 1º A decisão deverá ser proferida em prazo não superior a 90 (noventa dias), contados da data do recebimento do processo concluso.

§ 2º Interrompe-se o prazo citado no parágrafo anterior sempre que houver diligência dos autos.

Art. 20 A comunicação ao interessado da decisão proferida em primeira instância será feita:

I - pessoalmente, por aposição do "ciente" no processo;

II - pelo correio, em caso de Contribuinte Pessoa Física ou Contribuinte Pessoa Jurídica, ou,

III - por edital publicado em jornal de circulação local ou regional.

Parágrafo Único: A comunicação indicará, obrigatoriamente, o prazo para interposição de recurso voluntário na instância superior.

Art. 21 O representante da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Receita fica impedido de julgar quando:

I - tiver participado diretamente da ação administrativa que originou o litígio;

II - for sócio, cotista ou acionista do notificado ou autuado;

III - estiverem envolvidos no processo interesses de parentes até terceiro grau.

Parágrafo Único: O representante da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Receita será substituído, nos seus impedimentos, por autoridade de nível hierárquico imediatamente inferior ou por servidor qualificado, pertencente ao quadro funcional da respectiva Secretaria.

Art. 22 É facultado à parte interpor recurso voluntário quando a autoridade julgadora deixar de proferir decisão no prazo legal, dando-se como julgada improcedente a reclamação ou defesa, exceto no caso de suspensão do julgamento para diligência dos autos.

Art. 23 São consideradas definitivas e irrecorríveis as decisões proferidas em primeira instância após o trânsito em julgado, que se dará no prazo de 10 (dez) dias a partir da ciência pelo interessado.

Art. 24 As decisões de segunda instância, definitivas e irrecorríveis, serão proferidas pela Procuradoria do Município, observados os prazos e demais normas previstas no Código Tributário Municipal (Lei Complementar nº. 6/2002) e na legislação complementar no que couber.

§ 1º Mantido o lançamento, considera-se em decurso o prazo nele fixado para pagamento da Contribuição de Melhoria, desde a data da ciência do contribuinte;

§ 2º A anulação do lançamento dos termos desta Lei não ilide a efetivação de novo, em substituição ao anterior, com as correções impostas pela impugnação/reclamação.

Art. 25 Aplicam-se à Contribuição de Melhoria de que trata esta Lei, no que couber e lhe forem aplicáveis, as disposições contidas nos artigos 81 e 82, ambos da Lei nº. 5.172/1966 (Código Tributário Nacional), Decreto-lei nº. 195/1967, Lei Complementar nº. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), Lei nº. 10.257/2001 (Estatuto da Cidade) e Código Tributário Municipal (Lei Complementar nº 6/2002).

Art. 26 Para os fins da aplicação desta Lei, poderá a Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Receita solicitar o apoio de servidores públicos que compõem o quadro da Municipalidade, em especial quanto à emissão de laudos técnicos e demais orientações que se fizerem necessárias, bem como solicitar auxílio à Comissão de Avaliação, nomeada através de Decreto Municipal, em estrita observância às normas legais indicadas nesta LEI.

Art. 27 Os prazos fixados nesta Lei, em consonância ao previsto



no Código Tributário Municipal (Lei Complementar nº. 6/2002) serão contínuos, excluindo-se, na sua contagem, o dia do início, e incluindo-se o do vencimento.

§ 1º Os prazos só se iniciam ou vencem em dia de expediente normal na repartição que corra o processo ou deva ser praticado o ato.

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
CGC 83.102.855/0001-50  
Rua João Emílio n° 100 - Centro  
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC  
Fone/Fax: (47) 3342-9500  
www.navegantes.sc.gov.br

§ 2º Para os fins das disposições desta lei é considerado exercício o período compreendido entre os meses de janeiro a dezembro do ano civil.

Art. 28 Os anexos a que se refere a presente Lei (Anexo I e II) fazem parte integrante dos procedimentos administrativos individualizados para viabilização da obra pública tratadas nesta lei, os quais encontram-se à disposição dos interessados junto à Secretaria de Governo.

Art. 29 As despesas constantes da presente lei correrão por conta da dotação orçamentária específica do Município de Navegantes.

Art. 30 Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Navegantes, 6 DE JUNHO DE 2013.  
ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
Prefeito

#### **Autoriza Cobrança de Contribuição de Melhoria**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
CGC 83.102.855/0001-50  
Rua João Emílio n° 100 - Centro  
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC  
Fone/Fax: (47) 3342-9500  
www.navegantes.sc.gov.br

LEI N° 2726 DE 6 DE MAIO DE 2013  
INSTITUI E AUTORIZA A COBRANÇA DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais. FAÇO saber a todos os munícipes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e EU o sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a promover os atos necessários à cobrança da Contribuição de Melhoria em decorrência da valorização imobiliária relativo às obras públicas de pavimentação em lajotas de concreto, calçadas com acessibilidade, drenagem pluvial, sinalização e obras complementares, tendo como limite global a despesa realizada da obra e, como limite individual, o acréscimo de valor que resultar para cada imóvel, compreendendo aqueles diretamente localizados na Rua Hercílio Gonçalves (Trecho 02), localizada no trecho entre a Rua Uruguai e Rua Costa Panorâmica, Bairro Gravata, com extensão de 137,24 metros lineares (Anexo I - área de influência direta).

Parágrafo Único: O custo total/orçamento estimado considerando a extensão da via (Anexo II), no que se refere à consecução das obras públicas definidas nesta Lei, possui como fonte de recursos os valores obtidos através de recursos próprios do Município de Navegantes e por meio de financiamento obtido junto a CEF - Caixa Econômica Federal (Recursos através, OGU - Orçamento Geral da União, Ministérios das Cidades, Pró-Transportes e FGTS), correspondendo à quantia de R\$ 206.933,43 (Duzentos e seis mil novecentos e trinta e três reais e quarenta e três centavos).

Art. 2º O Sujeito Passivo da Contribuição de Melhoria é o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor a qualquer título, de imóvel localizado na área de influência da obra pública.

§ 1º Responde pelo pagamento do tributo o proprietário do imóvel ao tempo do seu lançamento e esta responsabilidade se transmite aos adquirentes e sucessores da propriedade sobre o imóvel, a qualquer título.

§ 2º No caso de enfiteuse, responde pela Contribuição de Melhoria o enfiteuta.

§ 3º Tratando-se de bens indivisos, o tributo será lançado no nome de qualquer cadastrado, cabendo-lhe exigir dos demais as parcelas que lhes couberem por direito.

Art. 3º. O Chefe do Poder Executivo Municipal determinará as providências para a elaboração e atendimento dos atos administrativos abaixo descritos, sem prejuízo de outros que se fizerem necessários para o cumprimento desta Lei:

I - Publicação prévia de Edital anterior à execução das obras referidas nesta Lei, através de meio oficial do Município e em jornal de maior circulação local, contendo os seguintes elementos, sem prejuízo de outros:

- a) memorial descritivo do projeto;
- b) orçamento total ou parcial do custo das obras;
- c) determinação da parcela do custo das obras a ser ressarcida pela contribuição, com o correspondente plano rateio entre os imóveis beneficiados;
- d) delimitação na zona beneficiada das áreas direta e indiretamente beneficiadas e a relação de todos os imóveis nelas compreendidos;
- e) determinação do fator de absorção do benefício da valorização para toda zona ou para cada uma das áreas diferenciadas nela contidas.

§ 1º O Contribuinte, querendo, poderá mediante protocolo impugnar administrativamente qualquer dos elementos referidos no Edital de que trata o inciso I deste artigo, no prazo de 30 (trinta) dias, a começar no primeiro dia útil após a publicação oficial pelo Município de Navegantes, cabendo ao impugnante o ônus da prova, sem prejuízo do exame pelo Poder Judiciário.

§ 2º As impugnações oferecidas aos elementos a que se refere este artigo, serão apresentadas por meio de petição fundamentada e devidamente identificada, descrevendo as provas requeridas, sob pena de preclusão neste sentido, e endereçadas ao Presidente da Comissão Especial de Avaliação de Bens Imóveis do Município, nomeado através do Decreto nº 636 de 02 de Maio de 2013, o qual, após manifestação da Secretaria de Governo, e do Parecer Jurídico, deverá proferir decisão final em prazo não superior a 30 (trinta) dias, contados da data do protocolo da petição da parte interessada.

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
CGC 83.102.855/0001-50  
Rua João Emílio n° 100 - Centro  
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC  
Fone/Fax: (47) 3342-9500  
www.navegantes.sc.gov.br

I - Da decisão proferida pela Municipalidade será cientificada pessoalmente a parte interessada e encaminhada correspondência oficial aos Setores da Administração envolvidos para, sendo o caso, providenciarem as medidas cabíveis.

II - A comunicação ao interessado da decisão referida no inciso anterior, será feita:

- a) pessoalmente, por aposição do ciente no processo;
  - b) pelo correio, com Aviso de Recebimento (AR) se contribuinte pessoa física, ou, Contribuinte Pessoa Jurídica;
  - c) por edital publicado em jornal de grande circulação local.
- III - Em havendo necessidade de instrução do procedimento,

consistente em diligências, emissão de laudos técnicos e oitiva de testemunhas etc., será determinada a realização do ato necessário e agendada a data para a solenidade, ocasião em que encerrada a instrução, a parte interessada deverá se manifestar oralmente acerca da prova produzida, sendo que no prazo de 5 (cinco) dias, a contar desta data, a Administração proferirá decisão final, do que obrigatoriamente dará ciência ao interessado, sem prejuízo de outras formas de publicidade.

IV - No caso da instrução do procedimento administrativo de que trata este artigo, o prazo definido no parágrafo segundo poderá ser prorrogado em até 30 (trinta) dias.

**Art. 4º** A determinação da Contribuição de Melhoria far-se-á rateando-se, proporcionalmente, o custo parcial ou total da obra, entre todos os imóveis incluídos na zona beneficiada pela valorização imobiliária decorrente da melhoria descrita na presente Lei, em função dos fatores individuais.

§ 1º Na determinação do valor individual da contribuição será observado o limite estabelecido pelo acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado, em estrita observância ao disposto nesta Lei, no artigo 145, inciso III, da Constituição Federal de 1988 c/c artigos 81 e 82, ambos da Lei nº. 5.172/1966 (Código Tributário Nacional), Decreto-lei nº. 195/1967, Lei Complementar nº. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), Lei nº. 10.257/2001 (Estatuto da Cidade) e Lei Complementar nº. 6/2002 (Código Tributário Municipal).

§ 2º. A apuração far-se-á levando em conta:

I - situação do imóvel na zona de influência;

II - testada do imóvel;

III - área do imóvel;

IV - finalidade de exploração econômica do imóvel.

§ 3º A Contribuição de Melhoria terá como limite o custo total da obra tendo em vista a natureza desta, os benefícios para os usuários, atividades econômicas predominantes e o nível de desenvolvimento da região, sendo aí computadas todas as despesas necessárias aos estudos, projetos, fiscalização, desapropriações, administrações, execução e financiamento, inclusive prêmios de reembolso e outras de praxe em financiamento ou empréstimos e terá a sua expressão monetária atualizada na época do lançamento mediante aplicação de coeficientes oficiais de correção e atualização monetária.

§ 4º Estão incluídos nos orçamentos de custo das obras todos os investimentos necessários para que os benefícios delas decorrentes sejam integralmente alcançados pelos imóveis situados nas respectivas zonas de influência.

**Art. 5º** Executada a obra de melhoramento na sua totalidade ou em parte suficiente para beneficiar determinados imóveis, de modo a justificar o início da cobrança da Contribuição de Melhoria calculada na forma prevista nesta Lei, proceder-se-á ao lançamento referente a esses imóveis, depois de publicado o respectivo demonstrativo de custos em meio oficial do Município e em jornal de grande circulação local, através de Edital prévio que conterá os seguintes elementos, dentre outros que se fizerem necessários:

I - determinação da parcela do custo das obras a ser ressarcida pela contribuição, com o correspondente plano de rateio entre os imóveis beneficiados devidamente identificados;

II - determinação do fator de absorção do benefício da valorização para toda zona ou para cada uma das áreas diferenciadas nela contidas após a execução total ou parcial da obra;

III - valor da Contribuição de Melhoria lançada individualmente por imóvel situado na área beneficiada pela obra pública (zona de influência);

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
CGC 83.102.855/0001-50  
Rua João Emílio n° 100 - Centro  
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

Fone/Fax: (47) 3342-9500  
www.navegantes.sc.gov.br

IV - local do pagamento, prazo para o seu pagamento, suas prestações e vencimentos;

V - prazo para a impugnação;

**Parágrafo Único:** As impugnações/reclamações e recursos administrativos interpostos contra o lançamento da Contribuição de Melhoria não suspendem o prosseguimento da obra quando a cobrança se referir à melhoria decorrente de obra executada em parte, na forma prevista no caput deste artigo, nem impedem a administração de praticar os atos necessários ao lançamento e cobrança do tributo.

**Art. 6º** Os lançamentos da contribuição de melhoria e suas alterações serão disponibilizados aos sujeitos passivos mediante notificação pessoal ou via postal em caso de Contribuinte Pessoa Física ou Contribuinte Pessoa Jurídica, juntamente com o carnê de pagamento do tributo, indicando o prazo de 30 (trinta) dias para efeitos de recolhimento do valor devido ou, para os fins de reclamação na forma desta LEI.

**Art. 7º** Na impossibilidade da prática dos atos para a notificação do sujeito passivo na forma prevista no artigo anterior, considerar-se-á feita a Notificação pelo Edital de Lançamento previsto no Art.5º desta Lei.

**Art. 8º** Vencido o prazo fixado na notificação, sem que o sujeito passivo tenha cumprido a exigência fiscal ou contra ele tenha interposto impugnação/reclamação, ou, ainda, sem que tenha recorrido da decisão de primeira instância, será o valor do crédito tributário inscrito em dívida ativa, para os devidos fins.

**Art. 9º** A notificação, de modelo a ser fixado pelo órgão fazendário, será emitida em duas vias, e conterá, além de outros, os seguintes elementos:

I - tipo da obra;

II - local;

III - valor do imóvel do contribuinte antes do início das obras;

IV - valor atualizado do imóvel do contribuinte;

V - montante de valorização do imóvel do contribuinte;

VI - valor atualizado da contribuição de melhoria lançada;

VII - parcela do custo da obra a ser financiado pelo tributo, expresso em percentual, com indicação do respectivo dispositivo legal;

VIII - prazo, forma e local para pagamento;

IX - prazo e forma da impugnação e recurso administrativo.

**Parágrafo Único:** A recusa da assinatura da notificação pelo notificado a ele não aproveita nem prejudica.

**Art. 10** As duas vias da notificação terão o seguinte destino:

I - a primeira, para o notificado;

II - a segunda, para a repartição em que deve ser procedido o recolhimento.

**Art. 11** São competentes para notificar o lançamento e suas alterações por ato próprio do Chefe do Poder Executivo:

I - os Agentes Fiscais;

II - a Autoridade Administrativa legalmente responsável pelo lançamento de tributos.

**Art. 12** A Contribuição de Melhoria a que se refere esta Lei poderá ser paga de uma só vez ou parceladamente, de acordo com os seguintes critérios:

I - O pagamento de uma só vez gozará de desconto de 20% (vinte por cento), se efetuando nos primeiros 30 (trinta) dias, a contar do recebimento da notificação do lançamento.

II - O contribuinte que não se quiser valer das faculdades previstas no inciso I deste Artigo, poderá pleitear o parcelamento de seu

débito em 10(dez) prestações, expressas em modelo constitucional, corrigidas mensalmente de acordo com o IPCA - Índice de Preços ao Consumidor Ampliado - publicado pelo IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
CGC 83.102.855/0001-50  
Rua João Emílio n° 100 - Centro  
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC  
Fone/Fax: (47) 3342-9500  
www.navegantes.sc.gov.br

III - Considerando o valor total da obra, o valor da contribuição de melhoria individual e a renda do contribuinte, o Chefe do Poder Executivo poderá ampliar o número de parcelas além das estabelecidas no inciso II deste artigo.

§ 1º Independentemente do nº de prestações, no parcelamento será observado:

I - O valor mínimo de cada parcela não será inferior a 1 UFM (uma unidade fiscal do Município).

II - O pagamento da primeira parcela deverá ser efetuado até 30 (trinta) dias da data da notificação ou do deferimento do pedido de parcelamento, sob pena de cancelamento do parcelamento.

§ 2º O parcelamento do crédito tributário importa no seu reconhecimento, pelo sujeito passivo.

Art. 13 Ficam excluídas da incidência da contribuição de melhoria prevista nesta Lei, os imóveis de propriedade do Poder Público Federal, Estadual ou Municipal.

Parágrafo Único: Serão transferidas à responsabilidade do Município, as parcelas devidas por contribuintes isentos de pagamento da Contribuição de Melhoria, após o rateio, desde que atendam os requisitos previstos no Código Tributário Municipal (Lei Complementar nº. 6/2002, sem prejuízo de outras normas aplicáveis ao tema).

Art. 14 Nos recolhimentos extemporâneos decorrentes de requerimentos relativos a isenções, reclamações ou recursos interpostos contra o lançamento de tributos, havendo comprovada e injustificada má-fé do contribuinte em relação aos atos praticados, será exigido o valor atualizado do tributo, com o correspondente acréscimo de multa e juros de mora.

Art. 15 Os valores lançados a título de contribuição de melhoria não quitados até seu vencimento, ficarão sujeitos à incidência de juros de mora, multa moratória e atualização monetária, previstos no Código Tributário Municipal (Lei Complementar nº 6/2002).

Art. 16 É facultado ao sujeito passivo de obrigação tributária principal reclamar de lançamento de crédito tributário regularmente notificado, devendo no documento da impugnação/reclamação indicar o fato e os fundamentos jurídicos do pedido, suas especificações, as provas documentais e testemunhais com que pretende demonstrar a verdade dos fatos alegados e, em especial, poderá impugnar perante a Autoridade Administrativa de primeira instância, em face de erro na localização e dimensões do imóvel, do cálculo dos índices atribuídos, do valor da contribuição e do número de prestações.

§ 1º O prazo para interpor a reclamação à Autoridade competente, mediante protocolo no Município de Navegantes é de até 30 (trinta) dias a contar do 1º. dia útil seguinte à data da notificação do lançamento, cabendo ao contribuinte o ônus da prova, sem prejuízo do exame pelo Poder Judiciário.

§ 2º Serão consideradas peremptas as reclamações interpostas fora do prazo concedido para satisfação da obrigação a que se referir o lançamento ou a notificação.

§ 3º Os recursos voluntários interpostos fora do prazo previsto no parágrafo primeiro deste artigo serão encaminhados à

Procuradoria, que deles poderá conhecer, excepcionalmente, desconsiderando a preclusão, nos casos em que demonstre o contribuinte ocorrência de caso fortuito ou força maior que o tenha impedido de protocolizar a peça recursal em modo e tempo tempestivos.

Art. 17 Os litígios fiscais suscitados pela aplicação da legislação tributária no que se refere ao lançamento serão decididos, administrativamente, em duas instâncias.

§ 1º Em primeira instância, decide o representante da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Receita, e em segunda, a Procuradoria.

§ 2º Ao contribuinte ou interessado, será ofertada plena garantia de defesa ou de prova.

Art. 18 Nas decisões administrativas não se poderá questionar sobre a existência, a capitulação legal, a autoria, as circunstâncias materiais, a natureza e a extensão dos efeitos de fato já apreciado sob esses aspectos por decisão judicial ou administrativa definitiva, sem prejuízo, porém, da apreciação dos fatos conexos ou consequentes.

Art. 19 O representante da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Receita proferirá decisão de primeira instância, devidamente fundamentada e, quando cabível, aplicará as penalidades fixadas pela legislação tributária.

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
CGC 83.102.855/0001-50  
Rua João Emílio n° 100 - Centro  
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC  
Fone/Fax: (47) 3342-9500  
www.navegantes.sc.gov.br

§ 1º A decisão deverá ser proferida em prazo não superior a 90 (noventa dias), contados da data do recebimento do processo conclusivo.

§ 2º Interrompe-se o prazo citado no parágrafo anterior sempre que houver diligência dos autos.

Art. 20 A comunicação ao interessado da decisão proferida em primeira instância será feita:

I - pessoalmente, por aposição do "ciente" no processo;  
II - pelo correio, em caso de Contribuinte Pessoa Física ou Contribuinte Pessoa Jurídica, ou,  
III - por edital publicado em jornal de circulação local ou regional.  
Parágrafo Único: A comunicação indicará, obrigatoriamente, o prazo para interposição de recurso voluntário na instância superior.

Art. 21 O representante da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Receita fica impedido de julgar quando:

I - tiver participado diretamente da ação administrativa que originou o litígio;  
II - for sócio, cotista ou acionista do notificado ou autuado;  
III - estiverem envolvidos no processo interesses de parentes até terceiro grau.

Parágrafo Único: O representante da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Receita será substituído, nos seus impedimentos, por autoridade de nível hierárquico imediatamente inferior ou por servidor qualificado, pertencente ao quadro funcional da respectiva Secretaria.

Art. 22 É facultado à parte interpor recurso voluntário quando a autoridade julgadora deixar de proferir decisão no prazo legal, dando-se como julgada improcedente a reclamação ou defesa, exceto no caso de suspensão do julgamento para diligência dos autos.



Art. 23 São consideradas definitivas e irrecorríveis as decisões proferidas em primeira instância após o trânsito em julgado, que se dará no prazo de 10 (dez) dias a partir da ciência pelo interessado.

Art. 24 As decisões de segunda instância, definitivas e irrecorríveis, serão proferidas pela Procuradoria do Município, observados os prazos e demais normas previstas no Código Tributário Municipal (Lei Complementar nº. 6/2002) e na legislação complementar no que couber.

§ 1º Mantido o lançamento, considera-se em decurso o prazo nele fixado para pagamento da Contribuição de Melhoria, desde a data da ciência do contribuinte;

§ 2º A anulação do lançamento dos termos desta Lei não ilide a efetivação de novo, em substituição ao anterior, com as correções impostas pela impugnação/reclamação.

Art. 25 Aplicam-se à Contribuição de Melhoria de que trata esta Lei, no que couber e lhe forem aplicáveis, as disposições contidas nos artigos 81 e 82, ambos da Lei nº. 5.172/1966 (Código Tributário Nacional), Decreto-lei nº. 195/1967, Lei Complementar nº. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), Lei nº. 10.257/2001 (Estatuto da Cidade) e Código Tributário Municipal (Lei Complementar nº 6/2002).

Art. 26 Para os fins da aplicação desta Lei, poderá a Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Receita solicitar o apoio de servidores públicos que compõem o quadro da Municipalidade, em especial quanto à emissão de laudos técnicos e demais orientações que se fizerem necessárias, bem como solicitar auxílio à Comissão de Avaliação, nomeada através de Decreto Municipal, em estrita observância às normas legais indicadas nesta LEI.

Art. 27 Os prazos fixados nesta Lei, em consonância ao previsto no Código Tributário Municipal (Lei Complementar nº. 6/2002) serão contínuos, excluindo-se, na sua contagem, o dia do início, e incluindo-se o do vencimento.

§ 1º Os prazos só se iniciam ou vencem em dia de expediente normal na repartição que corra o processo ou deva ser praticado o ato.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

CGC 83.102.855/0001-50

Rua João Emílio n° 100 - Centro

CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

Fone/Fax: (47) 3342-9500

www.navegantes.sc.gov.br

§ 2º Para os fins das disposições desta lei é considerado exercício o período compreendido entre os meses de janeiro a dezembro do ano civil.

Art. 28 Os anexos a que se refere a presente Lei (Anexo I e II) fazem parte integrante dos procedimentos administrativos individualizados para viabilização da obra pública tratadas nesta lei, os quais encontram-se à disposição dos interessados junto à Secretaria de Governo.

Art. 29 As despesas constantes da presente lei correrão por conta da dotação orçamentária específica do Município de Navegantes.

Art. 30 Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Navegantes, 6 DE JUNHO DE 2013.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

### **Autoriza Cobrança de Contribuição de Melhoria**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

CGC 83.102.855/0001-50

Rua João Emílio n° 100 - Centro

CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

Fone/Fax: (47) 3342-9500

www.navegantes.sc.gov.br

LEI N° 2727 DE 6 DE MAIO DE 2013

INSTITUI E AUTORIZA A COBRANÇA DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais. FAÇO saber a todos os munícipes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e EU o sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a promover os atos necessários à cobrança da Contribuição de Melhoria em decorrência da valorização imobiliária relativo às obras públicas de pavimentação em lajotas de concreto, calçadas com acessibilidade, drenagem pluvial, sinalização e obras complementares, tendo como limite global a despesa realizada da obra e, como limite individual, o acréscimo de valor que resultar para cada imóvel, compreendendo aqueles diretamente localizados na Rua Leonel Seara (Trecho 01), localizada no trecho entre a Avenida Rio do Sul e Rua Anita Garibaldi, Bairro Gravata, com extensão de 338,74 metros lineares (Anexo I - área de influência direta).

Parágrafo Único: O custo total/orçamento estimado considerando a extensão da via (Anexo II), no que se refere à consecução das obras públicas definidas nesta Lei, possui como fonte de recursos os valores obtidos através de recursos próprios do Município de Navegantes e por meio de financiamento obtido junto a CEF - Caixa Econômica Federal (Recursos através, OGU - Orçamento Geral da União, Ministérios das Cidades, Pró-Transportes e FGTS), correspondendo à quantia de R\$ 256.644,09 (Duzentos e cinquenta e seis mil seiscentos e quarenta e quatro reais e nove centavos).

Art. 2º O Sujeito Passivo da Contribuição de Melhoria é o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor a qualquer título, de imóvel localizado na área de influência da obra pública.

§ 1º Responde pelo pagamento do tributo o proprietário do imóvel ao tempo do seu lançamento e esta responsabilidade se transmite aos adquirentes e sucessores da propriedade sobre o imóvel, a qualquer título.

§ 2º No caso de enfiteuse, responde pela Contribuição de Melhoria o enfiteuta.

§ 3º Tratando-se de bens indivisos, o tributo será lançado no nome de qualquer cadastrado, cabendo-lhe exigir dos demais as parcelas que lhes couberem por direito.

Art. 3º. O Chefe do Poder Executivo Municipal determinará as providências para a elaboração e atendimento dos atos administrativos abaixo descritos, sem prejuízo de outros que se fizerem necessários para o cumprimento desta Lei:

I - Publicação prévia de Edital anterior à execução das obras referidas nesta Lei, através de meio oficial do Município e em jornal de maior circulação local, contendo os seguintes elementos, sem prejuízo de outros:

a) memorial descritivo do projeto;

b) orçamento total ou parcial do custo das obras;

c) determinação da parcela do custo das obras a ser ressarcida pela contribuição, com o correspondente plano rateio entre os imóveis beneficiados;

d) delimitação na zona beneficiada das áreas direta e indiretamente beneficiadas e a relação de todos os imóveis nelas compreendidos;

e) determinação do fator de absorção do benefício da valorização para toda zona ou para cada uma das áreas diferenciadas nela contidas.

§ 1º O Contribuinte, querendo, poderá mediante protocolo impugnar administrativamente qualquer dos elementos referidos no Edital de que trata o inciso I deste artigo, no prazo de 30 (trinta) dias, a começar no primeiro dia útil após a publicação oficial pelo



Município de Navegantes, cabendo ao impugnante o ônus da prova, sem prejuízo do exame pelo Poder Judiciário.

§ 2º As impugnações oferecidas aos elementos a que se refere este artigo, serão apresentadas por meio de petição fundamentada e devidamente identificada, descrevendo as provas requeridas, sob pena de preclusão neste sentido, e endereçadas ao Presidente da Comissão Especial de Avaliação de Bens Imóveis do Município, nomeado através do Decreto nº 636 de 02 de Maio de 2013, o qual, após manifestação da Secretaria de Governo, e do Parecer Jurídico, deverá proferir decisão final em prazo não superior a 30 (trinta) dias, contados da data do protocolo da petição da parte interessada.

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
CGC 83.102.855/0001-50  
Rua João Emílio n° 100 - Centro  
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC  
Fone/Fax: (47) 3342-9500  
www.navegantes.sc.gov.br

I - Da decisão proferida pela Municipalidade será cientificada pessoalmente a parte interessada e encaminhada correspondência oficial aos Setores da Administração envolvidos para, sendo o caso, providenciarem as medidas cabíveis.

II - A comunicação ao interessado da decisão referida no inciso anterior, será feita:

- a) pessoalmente, por aposição do ciente no processo;
- b) pelo correio, com Aviso de Recebimento (AR) se contribuinte pessoa física, ou, Contribuinte Pessoa Jurídica;
- c) por edital publicado em jornal de grande circulação local.

III - Em havendo necessidade de instrução do procedimento, consistente em diligências, emissão de laudos técnicos e oitiva de testemunhas etc., será determinada a realização do ato necessário e agendada a data para a solenidade, ocasião em que encerrada a instrução, a parte interessada deverá se manifestar oralmente acerca da prova produzida, sendo que no prazo de 5 (cinco) dias, a contar desta data, a Administração proferirá decisão final, do que obrigatoriamente dará ciência ao interessado, sem prejuízo de outras formas de publicidade.

IV - No caso da instrução do procedimento administrativo de que trata este artigo, o prazo definido no parágrafo segundo poderá ser prorrogado em até 30 (trinta) dias.

Art. 4º A determinação da Contribuição de Melhoria far-se-á rateando-se, proporcionalmente, o custo parcial ou total da obra, entre todos os imóveis incluídos na zona beneficiada pela valorização imobiliária decorrente da melhoria descrita na presente Lei, em função dos fatores individuais.

§ 1º Na determinação do valor individual da contribuição será observado o limite estabelecido pelo acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado, em estrita observância ao disposto nesta Lei, no artigo 145, inciso III, da Constituição Federal de 1988 c/c artigos 81 e 82, ambos da Lei nº. 5.172/1966 (Código Tributário Nacional), Decreto-lei nº. 195/1967, Lei Complementar nº. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), Lei nº. 10.257/2001 (Estatuto da Cidade) e Lei Complementar nº. 6/2002 (Código Tributário Municipal).

§ 2º. A apuração far-se-á levando em conta:

- I - situação do imóvel na zona de influência;
- II - testada do imóvel;
- III - área do imóvel;
- IV - finalidade de exploração econômica do imóvel.

§ 3º A Contribuição de Melhoria terá como limite o custo total da obra tendo em vista a natureza desta, os benefícios para os usuários, atividades econômicas predominantes e o nível de desenvolvimento da região, sendo aí computadas todas as despesas necessárias aos estudos, projetos, fiscalização, desapropriações,

administrações, execução e financiamento, inclusive prêmios de reembolso e outras de praxe em financiamento ou empréstimos e terá a sua expressão monetária atualizada na época do lançamento mediante aplicação de coeficientes oficiais de correção e atualização monetária.

§ 4º Estão incluídos nos orçamentos de custo das obras todos os investimentos necessários para que os benefícios delas decorrentes sejam integralmente alcançados pelos imóveis situados nas respectivas zonas de influência.

Art. 5º Executada a obra de melhoramento na sua totalidade ou em parte suficiente para beneficiar determinados imóveis, de modo a justificar o início da cobrança da Contribuição de Melhoria calculada na forma prevista nesta Lei, proceder-se-á ao lançamento referente a esses imóveis, depois de publicado o respectivo demonstrativo de custos em meio oficial do Município e em jornal de grande circulação local, através de Edital prévio que conterá os seguintes elementos, dentre outros que se fizerem necessários:

I - determinação da parcela do custo das obras a ser ressarcida pela contribuição, com o correspondente plano de rateio entre os imóveis beneficiados devidamente identificados;

II - determinação do fator de absorção do benefício da valorização para toda zona ou para cada uma das áreas diferenciadas nela contidas após a execução total ou parcial da obra;

III - valor da Contribuição de Melhoria lançada individualmente por imóvel situado na área beneficiada pela obra pública (zona de influência);

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
CGC 83.102.855/0001-50  
Rua João Emílio n° 100 - Centro  
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC  
Fone/Fax: (47) 3342-9500  
www.navegantes.sc.gov.br

IV - local do pagamento, prazo para o seu pagamento, suas prestações e vencimentos;

V - prazo para a impugnação;

Parágrafo Único: As impugnações/reclamações e recursos administrativos interpostos contra o lançamento da Contribuição de Melhoria não suspendem o prosseguimento da obra quando a cobrança se referir à melhoria decorrente de obra executada em parte, na forma prevista no caput deste artigo, nem impedem a administração de praticar os atos necessários ao lançamento e cobrança do tributo.

Art. 6º Os lançamentos da contribuição de melhoria e suas alterações serão disponibilizados aos sujeitos passivos mediante notificação pessoal ou via postal em caso de Contribuinte Pessoa Física ou Contribuinte Pessoa Jurídica, juntamente com o carnê de pagamento do tributo, indicando o prazo de 30 (trinta) dias para efeitos de recolhimento do valor devido ou, para os fins de reclamação na forma desta LEI.

Art. 7º Na impossibilidade da prática dos atos para a notificação do sujeito passivo na forma prevista no artigo anterior, considerar-se-á feita a Notificação pelo Edital de Lançamento previsto no Art.5º desta Lei.

Art. 8º Vencido o prazo fixado na notificação, sem que o sujeito passivo tenha cumprido a exigência fiscal ou contra ele tenha interposto impugnação/reclamação, ou, ainda, sem que tenha recorrido da decisão de primeira instância, será o valor do crédito tributário inscrito em dívida ativa, para os devidos fins.

Art. 9º A notificação, de modelo a ser fixado pelo órgão fazendário, será emitida em duas vias, e conterá, além de outros, os seguintes elementos:

- I - tipo da obra;
- II - local;

III - valor do imóvel do contribuinte antes do início das obras;  
IV - valor atualizado do imóvel do contribuinte;  
V - montante de valorização do imóvel do contribuinte;  
VI - valor atualizado da contribuição de melhoria lançada;  
VII - parcela do custo da obra a ser financiado pelo tributo, expresso em percentual, com indicação do respectivo dispositivo legal;  
VIII - prazo, forma e local para pagamento;  
IX - prazo e forma da impugnação e recurso administrativo.

Parágrafo Único: A recusa da assinatura da notificação pelo notificado a ele não aproveita nem prejudica.

Art. 10 As duas vias da notificação terão o seguinte destino:

I - a primeira, para o notificado;  
II - a segunda, para a repartição em que deve ser procedido o recolhimento.

Art. 11 São competentes para notificar o lançamento e suas alterações por ato próprio do Chefe do Poder Executivo:

I - os Agentes Fiscais;  
II - a Autoridade Administrativa legalmente responsável pelo lançamento de tributos.

Art. 12 A Contribuição de Melhoria a que se refere esta Lei poderá ser paga de uma só vez ou parceladamente, de acordo com os seguintes critérios:

I - O pagamento de uma só vez gozará de desconto de 20% (vinte por cento), se efetuando nos primeiros 30 (trinta) dias, a contar do recebimento da notificação do lançamento.

II - O contribuinte que não se quiser valer das faculdades previstas no inciso I deste Artigo, poderá pleitear o parcelamento de seu débito em 10(dez) prestações, expressas em modelo constitucional, corrigidas mensalmente de acordo com o IPCA - Índice de Preços ao Consumidor Ampliado - publicado pelo IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
CGC 83.102.855/0001-50  
Rua João Emílio n° 100 - Centro  
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC  
Fone/Fax: (47) 3342-9500  
www.navegantes.sc.gov.br

III - Considerando o valor total da obra, o valor da contribuição de melhoria individual e a renda do contribuinte, o Chefe do Poder Executivo poderá ampliar o número de parcelas além das estabelecidas no inciso II deste artigo.

§ 1º Independentemente do nº de prestações, no parcelamento será observado:

I - O valor mínimo de cada parcela não será inferior a 1 UFM (uma unidade fiscal do Município).

II - O pagamento da primeira parcela deverá ser efetuado até 30 (trinta) dias da data da notificação ou do deferimento do pedido de parcelamento, sob pena de cancelamento do parcelamento.

§ 2º O parcelamento do crédito tributário importa no seu reconhecimento, pelo sujeito passivo.

Art. 13 Ficam excluídas da incidência da contribuição de melhoria prevista nesta Lei, os imóveis de propriedade do Poder Público Federal, Estadual ou Municipal.

Parágrafo Único: Serão transferidas à responsabilidade do Município, as parcelas devidas por contribuintes isentos de pagamento da Contribuição de Melhoria, após o rateio, desde que atendam os requisitos previstos no Código Tributário Municipal (Lei Complementar nº. 6/2002, sem prejuízo de outras normas aplicáveis ao tema).

Art. 14 Nos recolhimentos extemporâneos decorrentes de requerimentos relativos a isenções, reclamações ou recursos interpostos contra o lançamento de tributos, havendo comprovada e injustificada má-fé do contribuinte em relação aos atos praticados, será exigido o valor atualizado do tributo, com o correspondente acréscimo de multa e juros de mora.

Art. 15 Os valores lançados a título de contribuição de melhoria não quitados até seu vencimento, ficarão sujeitos à incidência de juros de mora, multa moratória e atualização monetária, previstos no Código Tributário Municipal (Lei Complementar nº 6/2002).

Art. 16 É facultado ao sujeito passivo de obrigação tributária principal reclamar de lançamento de crédito tributário regularmente notificado, devendo no documento da impugnação/reclamação indicar o fato e os fundamentos jurídicos do pedido, suas especificações, as provas documentais e testemunhais com que pretende demonstrar a verdade dos fatos alegados e, em especial, poderá impugnar perante a Autoridade Administrativa de primeira instância, em face de erro na localização e dimensões do imóvel, do cálculo dos índices atribuídos, do valor da contribuição e do número de prestações.

§ 1º O prazo para interpor a reclamação à Autoridade competente, mediante protocolo no Município de Navegantes é de até 30 (trinta) dias a contar do 1º. dia útil seguinte à data da notificação do lançamento, cabendo ao contribuinte o ônus da prova, sem prejuízo do exame pelo Poder Judiciário.

§ 2º Serão consideradas peremptas as reclamações interpostas fora do prazo concedido para satisfação da obrigação a que se referir o lançamento ou a notificação.

§ 3º Os recursos voluntários interpostos fora do prazo previsto no parágrafo primeiro deste artigo serão encaminhados à Procuradoria, que deles poderá conhecer, excepcionalmente, desconsiderando a preclusão, nos casos em que demonstre o contribuinte ocorrência de caso fortuito ou força maior que o tenha impedido de protocolizar a peça recursal em modo e tempo tempestivos.

Art. 17 Os litígios fiscais suscitados pela aplicação da legislação tributária no que se refere ao lançamento serão decididos, administrativamente, em duas instâncias.

§ 1º Em primeira instância, decide o representante da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Receita, e em segunda, a Procuradoria.

§ 2º Ao contribuinte ou interessado, será ofertada plena garantia de defesa ou de prova.

Art. 18 Nas decisões administrativas não se poderá questionar sobre a existência, a capitulação legal, a autoria, as circunstâncias materiais, a natureza e a extensão dos efeitos de fato já apreciado sob esses aspectos por decisão judicial ou administrativa definitiva, sem prejuízo, porém, da apreciação dos fatos conexos ou consequentes.

Art. 19 O representante da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Receita proferirá decisão de primeira instância, devidamente fundamentada e, quando cabível, aplicará as penalidades fixadas pela legislação tributária.

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
CGC 83.102.855/0001-50  
Rua João Emílio n° 100 - Centro  
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC  
Fone/Fax: (47) 3342-9500  
www.navegantes.sc.gov.br

§ 1º A decisão deverá ser proferida em prazo não superior a 90 (noventa dias), contados da data do recebimento do processo concluso.

§ 2º Interrompe-se o prazo citado no parágrafo anterior sempre que houver diligência dos autos.

Art. 20 A comunicação ao interessado da decisão proferida em primeira instância será feita:

- I - pessoalmente, por aposição do "ciente" no processo;
  - II - pelo correio, em caso de Contribuinte Pessoa Física ou Contribuinte Pessoa Jurídica, ou,
  - III - por edital publicado em jornal de circulação local ou regional.
- Parágrafo Único: A comunicação indicará, obrigatoriamente, o prazo para interposição de recurso voluntário na instância superior.

Art. 21 O representante da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Receita fica impedido de julgar quando:

- I - tiver participado diretamente da ação administrativa que originou o litígio;
- II - for sócio, cotista ou acionista do notificado ou autuado;
- III - estiverem envolvidos no processo interesses de parentes até terceiro grau.

Parágrafo Único: O representante da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Receita será substituído, nos seus impedimentos, por autoridade de nível hierárquico imediatamente inferior ou por servidor qualificado, pertencente ao quadro funcional da respectiva Secretaria.

Art. 22 É facultado à parte interpor recurso voluntário quando a autoridade julgadora deixar de proferir decisão no prazo legal, dando-se como julgada improcedente a reclamação ou defesa, exceto no caso de suspensão do julgamento para diligência dos autos.

Art. 23 São consideradas definitivas e irrecorríveis as decisões proferidas em primeira instância após o trânsito em julgado, que se dará no prazo de 10 (dez) dias a partir da ciência pelo interessado.

Art. 24 As decisões de segunda instância, definitivas e irrecorríveis, serão proferidas pela Procuradoria do Município, observados os prazos e demais normas previstas no Código Tributário Municipal (Lei Complementar nº. 6/2002) e na legislação complementar no que couber.

§ 1º Mantido o lançamento, considera-se em decurso o prazo nele fixado para pagamento da Contribuição de Melhoria, desde a data da ciência do contribuinte;

§ 2º A anulação do lançamento dos termos desta Lei não ilide a efetivação de novo, em substituição ao anterior, com as correções impostas pela impugnação/reclamação.

Art. 25 Aplicam-se à Contribuição de Melhoria de que trata esta Lei, no que couber e lhe forem aplicáveis, as disposições contidas nos artigos 81 e 82, ambos da Lei nº. 5.172/1966 (Código Tributário Nacional), Decreto-lei nº. 195/1967, Lei Complementar nº. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), Lei nº. 10.257/2001 (Estatuto da Cidade) e Código Tributário Municipal (Lei Complementar nº 6/2002).

Art. 26 Para os fins da aplicação desta Lei, poderá a Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Receita solicitar o apoio de servidores públicos que compõem o quadro da Municipalidade, em especial quanto à emissão de laudos técnicos e demais orientações que se fizerem necessárias, bem como solicitar auxílio à Comissão de Avaliação, nomeada através de Decreto Municipal, em estrita observância às normas legais indicadas nesta LEI.

Art. 27 Os prazos fixados nesta Lei, em consonância ao previsto no Código Tributário Municipal (Lei Complementar nº. 6/2002) serão contínuos, excluindo-se, na sua contagem, o dia do início, e incluindo-se o do vencimento.

§ 1º Os prazos só se iniciam ou vencem em dia de expediente normal na repartição que corra o processo ou deva ser praticado

o ato.

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
CGC 83.102.855/0001-50  
Rua João Emílio n° 100 - Centro  
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC  
Fone/Fax: (47) 3342-9500  
www.navegantes.sc.gov.br

§ 2º Para os fins das disposições desta lei é considerado exercício o período compreendido entre os meses de janeiro a dezembro do ano civil.

Art. 28 Os anexos a que se refere a presente Lei (Anexo I e II) fazem parte integrante dos procedimentos administrativos individualizados para viabilização da obra pública tratadas nesta lei, os quais encontram-se à disposição dos interessados junto à Secretaria de Governo.

Art. 29 As despesas constantes da presente lei correrão por conta da dotação orçamentária específica do Município de Navegantes.

Art. 30 Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Navegantes, 6 DE JUNHO DE 2013.  
ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
Prefeito

### **Autoriza Cobrança de Contribuição de Melhoria**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
CGC 83.102.855/0001-50  
Rua João Emílio n° 100 - Centro  
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC  
Fone/Fax: (47) 3342-9500  
www.navegantes.sc.gov.br

LEI N° 2728 DE 6 DE MAIO DE 2013  
INSTITUI E AUTORIZA A COBRANÇA DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais. FAÇO saber a todos os munícipes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e EU o sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a promover os atos necessários à cobrança da Contribuição de Melhoria em decorrência da valorização imobiliária relativo às obras públicas de pavimentação em lajotas de concreto, calçadas com acessibilidade, drenagem pluvial, sinalização e obras complementares, tendo como limite global a despesa realizada da obra e, como limite individual, o acréscimo de valor que resultar para cada imóvel, compreendendo aqueles diretamente localizados na Rua Leonel Seara (Trecho 02), localizada no trecho entre a Rua Uruguai e Rua Anita Garibaldi, Bairro Gravata, com extensão de 76,96 metros lineares (Anexo I - área de influência direta).

Parágrafo Único: O custo total/orçamento estimado considerando a extensão da via (Anexo II), no que se refere à consecução das obras públicas definidas nesta Lei, possui como fonte de recursos os valores obtidos através de recursos próprios do Município de Navegantes e por meio de financiamento obtido junto a CEF - Caixa Econômica Federal (Recursos através, OGU - Orçamento Geral da União, Ministérios das Cidades, Pró-Transportes e FGTS), correspondendo à quantia de R\$ 50.690,61 (cinquenta mil seiscentos e noventa reais e sessenta e um centavos).

Art. 2º O Sujeito Passivo da Contribuição de Melhoria é o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor a qualquer título, de imóvel localizado na área de influência da obra pública.

§ 1º Responde pelo pagamento do tributo o proprietário do



imóvel ao tempo do seu lançamento e esta responsabilidade se transmite aos adquirentes e sucessores da propriedade sobre o imóvel, a qualquer título.

§ 2º No caso de enfiteuse, responde pela Contribuição de Melhoria o enfiteuta.

§ 3º Tratando-se de bens indivisos, o tributo será lançado no nome de qualquer cadastrado, cabendo-lhe exigir dos demais as parcelas que lhes couberem por direito.

Art. 3º. O Chefe do Poder Executivo Municipal determinará as providências para a elaboração e atendimento dos atos administrativos abaixo descritos, sem prejuízo de outros que se fizerem necessários para o cumprimento desta Lei:

I - Publicação prévia de Edital anterior à execução das obras referidas nesta Lei, através de meio oficial do Município e em jornal de maior circulação local, contendo os seguintes elementos, sem prejuízo de outros:

- a) memorial descritivo do projeto;
- b) orçamento total ou parcial do custo das obras;
- c) determinação da parcela do custo das obras a ser ressarcida pela contribuição, com o correspondente plano rateio entre os imóveis beneficiados;
- d) delimitação na zona beneficiada das áreas direta e indiretamente beneficiadas e a relação de todos os imóveis nelas compreendidos;
- e) determinação do fator de absorção do benefício da valorização para toda zona ou para cada uma das áreas diferenciadas nela contidas.

§ 1º O Contribuinte, querendo, poderá mediante protocolo impugnar administrativamente qualquer dos elementos referidos no Edital de que trata o inciso I deste artigo, no prazo de 30 (trinta) dias, a começar no primeiro dia útil após a publicação oficial pelo Município de Navegantes, cabendo ao impugnante o ônus da prova, sem prejuízo do exame pelo Poder Judiciário.

§ 2º As impugnações oferecidas aos elementos a que se refere este artigo, serão apresentadas por meio de petição fundamentada e devidamente identificada, descrevendo as provas requeridas, sob pena de preclusão neste sentido, e endereçadas ao Presidente da Comissão Especial de Avaliação de Bens Imóveis do Município, nomeado através do Decreto nº 636 de 02 de Maio de 2013, o qual, após manifestação da Secretaria de Governo, e do Parecer Jurídico, deverá proferir decisão final em prazo não superior a 30 (trinta) dias, contados da data do protocolo da petição da parte interessada.

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
CGC 83.102.855/0001-50  
Rua João Emílio nº 100 - Centro  
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC  
Fone/Fax: (47) 3342-9500  
www.navegantes.sc.gov.br

I - Da decisão proferida pela Municipalidade será cientificada pessoalmente a parte interessada e encaminhada correspondência oficial aos Setores da Administração envolvidos para, sendo o caso, providenciarem as medidas cabíveis.

II - A comunicação ao interessado da decisão referida no inciso anterior, será feita:

- a) pessoalmente, por aposição do ciente no processo;
- b) pelo correio, com Aviso de Recebimento (AR) se contribuinte pessoa física, ou, Contribuinte Pessoa Jurídica;
- c) por edital publicado em jornal de grande circulação local.

III - Em havendo necessidade de instrução do procedimento, consistente em diligências, emissão de laudos técnicos e oitiva de testemunhas etc., será determinada a realização do ato necessário e agendada a data para a solenidade, ocasião em que encerrada a instrução, a parte interessada deverá se manifestar oralmente

acerca da prova produzida, sendo que no prazo de 5 (cinco) dias, a contar desta data, a Administração proferirá decisão final, do que obrigatoriamente dará ciência ao interessado, sem prejuízo de outras formas de publicidade.

IV - No caso da instrução do procedimento administrativo de que trata este artigo, o prazo definido no parágrafo segundo poderá ser prorrogado em até 30 (trinta) dias.

Art. 4º A determinação da Contribuição de Melhoria far-se-á rateando-se, proporcionalmente, o custo parcial ou total da obra, entre todos os imóveis incluídos na zona beneficiada pela valorização imobiliária decorrente da melhoria descrita na presente Lei, em função dos fatores individuais.

§ 1º Na determinação do valor individual da contribuição será observado o limite estabelecido pelo acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado, em estrita observância ao disposto nesta Lei, no artigo 145, inciso III, da Constituição Federal de 1988 c/c artigos 81 e 82, ambos da Lei nº. 5.172/1966 (Código Tributário Nacional), Decreto-lei nº. 195/1967, Lei Complementar nº. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), Lei nº. 10.257/2001 (Estatuto da Cidade) e Lei Complementar nº. 6/2002 (Código Tributário Municipal).

§ 2º. A apuração far-se-á levando em conta:

I - situação do imóvel na zona de influência;

II - testada do imóvel;

III - área do imóvel;

IV - finalidade de exploração econômica do imóvel.

§ 3º A Contribuição de Melhoria terá como limite o custo total da obra tendo em vista a natureza desta, os benefícios para os usuários, atividades econômicas predominantes e o nível de desenvolvimento da região, sendo aí computadas todas as despesas necessárias aos estudos, projetos, fiscalização, desapropriações, administrações, execução e financiamento, inclusive prêmios de reembolso e outras de praxe em financiamento ou empréstimos e terá a sua expressão monetária atualizada na época do lançamento mediante aplicação de coeficientes oficiais de correção e atualização monetária.

§ 4º Estão incluídos nos orçamentos de custo das obras todos os investimentos necessários para que os benefícios delas decorrentes sejam integralmente alcançados pelos imóveis situados nas respectivas zonas de influência.

Art. 5º Executada a obra de melhoramento na sua totalidade ou em parte suficiente para beneficiar determinados imóveis, de modo a justificar o início da cobrança da Contribuição de Melhoria calculada na forma prevista nesta Lei, proceder-se-á ao lançamento referente a esses imóveis, depois de publicado o respectivo demonstrativo de custos em meio oficial do Município e em jornal de grande circulação local, através de Edital prévio que conterá os seguintes elementos, dentre outros que se fizerem necessários:

I - determinação da parcela do custo das obras a ser ressarcida pela contribuição, com o correspondente plano de rateio entre os imóveis beneficiados devidamente identificados;

II - determinação do fator de absorção do benefício da valorização para toda zona ou para cada uma das áreas diferenciadas nela contidas após a execução total ou parcial da obra;

III - valor da Contribuição de Melhoria lançada individualmente por imóvel situado na área beneficiada pela obra pública (zona de influência);

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
CGC 83.102.855/0001-50  
Rua João Emílio nº 100 - Centro  
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC  
Fone/Fax: (47) 3342-9500  
www.navegantes.sc.gov.br

IV - local do pagamento, prazo para o seu pagamento, suas



prestações e vencimentos;

V - prazo para a impugnação;

**Parágrafo Único:** As impugnações/reclamações e recursos administrativos interpostos contra o lançamento da Contribuição de Melhoria não suspendem o prosseguimento da obra quando a cobrança se referir à melhoria decorrente de obra executada em parte, na forma prevista no caput deste artigo, nem impedem a administração de praticar os atos necessários ao lançamento e cobrança do tributo.

**Art. 6 °** Os lançamentos da contribuição de melhoria e suas alterações serão disponibilizados aos sujeitos passivos mediante notificação pessoal ou via postal em caso de Contribuinte Pessoa Física ou Contribuinte Pessoa Jurídica, juntamente com o carnê de pagamento do tributo, indicando o prazo de 30 (trinta) dias para efeitos de recolhimento do valor devido ou, para os fins de reclamação na forma desta LEI.

**Art. 7 °** Na impossibilidade da prática dos atos para a notificação do sujeito passivo na forma prevista no artigo anterior, considerar-se-á feita a Notificação pelo Edital de Lançamento previsto no Art.5º desta Lei.

**Art. 8 °** Vencido o prazo fixado na notificação, sem que o sujeito passivo tenha cumprido a exigência fiscal ou contra ele tenha interposto impugnação/reclamação, ou, ainda, sem que tenha recorrido da decisão de primeira instância, será o valor do crédito tributário inscrito em dívida ativa, para os devidos fins.

**Art. 9 °** A notificação, de modelo a ser fixado pelo órgão fazendário, será emitida em duas vias, e conterá, além de outros, os seguintes elementos:

I - tipo da obra;

II - local;

III - valor do imóvel do contribuinte antes do início das obras;

IV - valor atualizado do imóvel do contribuinte;

V - montante de valorização do imóvel do contribuinte;

VI - valor atualizado da contribuição de melhoria lançada;

VII - parcela do custo da obra a ser financiado pelo tributo, expresso em percentual, com indicação do respectivo dispositivo legal;

VIII - prazo, forma e local para pagamento;

IX - prazo e forma da impugnação e recurso administrativo.

**Parágrafo Único:** A recusa da assinatura da notificação pelo notificado a ele não aproveita nem prejudica.

**Art. 10** As duas vias da notificação terão o seguinte destino:

I - a primeira, para o notificado;

II - a segunda, para a repartição em que deve ser procedido o recolhimento.

**Art. 11** São competentes para notificar o lançamento e suas alterações por ato próprio do Chefe do Poder Executivo:

I - os Agentes Fiscais;

II - a Autoridade Administrativa legalmente responsável pelo lançamento de tributos.

**Art. 12** A Contribuição de Melhoria a que se refere esta Lei poderá ser paga de uma só vez ou parceladamente, de acordo com os seguintes critérios:

I - O pagamento de uma só vez gozará de desconto de 20% (vinte por cento), se efetuando nos primeiros 30 (trinta) dias, a contar do recebimento da notificação do lançamento.

II - O contribuinte que não se quiser valer das faculdades previstas no inciso I deste Artigo, poderá pleitear o parcelamento de seu débito em 10(dez) prestações, expressas em modelo constitucional, corrigidas mensalmente de acordo com o IPCA - Índice de Preços ao Consumidor Ampliado - publicado pelo IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

CGC 83.102.855/0001-50

Rua João Emílio n ° 100 - Centro

CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

Fone/Fax: (47) 3342-9500

www.navegantes.sc.gov.br

III - Considerando o valor total da obra, o valor da contribuição de melhoria individual e a renda do contribuinte, o Chefe do Poder Executivo poderá ampliar o número de parcelas além das estabelecidas no inciso II deste artigo.

§ 1 ° Independentemente do nº de prestações, no parcelamento será observado:

I - O valor mínimo de cada parcela não será inferior a 1 UFM (uma unidade fiscal do Município).

II - O pagamento da primeira parcela deverá ser efetuado até 30 (trinta) dias da data da notificação ou do deferimento do pedido de parcelamento, sob pena de cancelamento do parcelamento.

§ 2 ° O parcelamento do crédito tributário importa no seu reconhecimento, pelo sujeito passivo.

**Art. 13** Ficam excluídas da incidência da contribuição de melhoria prevista nesta Lei, os imóveis de propriedade do Poder Público Federal, Estadual ou Municipal.

**Parágrafo Único:** Serão transferidas à responsabilidade do Município, as parcelas devidas por contribuintes isentos de pagamento da Contribuição de Melhoria, após o rateio, desde que atendam os requisitos previstos no Código Tributário Municipal (Lei Complementar nº. 6/2002, sem prejuízo de outras normas aplicáveis ao tema).

**Art. 14** Nos recolhimentos extemporâneos decorrentes de requerimentos relativos a isenções, reclamações ou recursos interpostos contra o lançamento de tributos, havendo comprovada e injustificada má-fé do contribuinte em relação aos atos praticados, será exigido o valor atualizado do tributo, com o correspondente acréscimo de multa e juros de mora.

**Art. 15** Os valores lançados a título de contribuição de melhoria não quitados até seu vencimento, ficarão sujeitos à incidência de juros de mora, multa moratória e atualização monetária, previstos no Código Tributário Municipal (Lei Complementar nº 6/2002).

**Art. 16** É facultado ao sujeito passivo de obrigação tributária principal reclamar de lançamento de crédito tributário regularmente notificado, devendo no documento da impugnação/reclamação indicar o fato e os fundamentos jurídicos do pedido, suas especificações, as provas documentais e testemunhais com que pretende demonstrar a verdade dos fatos alegados e, em especial, poderá impugnar perante a Autoridade Administrativa de primeira instância, em face de erro na localização e dimensões do imóvel, do cálculo dos índices atribuídos, do valor da contribuição e do número de prestações.

§ 1 ° O prazo para interpor a reclamação à Autoridade competente, mediante protocolo no Município de Navegantes é de até 30 (trinta) dias a contar do 1º. dia útil seguinte à data da notificação do lançamento, cabendo ao contribuinte o ônus da prova, sem prejuízo do exame pelo Poder Judiciário.

§ 2 ° Serão consideradas peremptas as reclamações interpostas fora do prazo concedido para satisfação da obrigação a que se referir o lançamento ou a notificação.

§ 3 ° Os recursos voluntários interpostos fora do prazo previsto no parágrafo primeiro deste artigo serão encaminhados à Procuradoria, que deles poderá conhecer, excepcionalmente, desconsiderando a preclusão, nos casos em que demonstre o contribuinte ocorrência de caso fortuito ou força maior que o tenha impedido de protocolizar a peça recursal em modo e tempo tempestivos.

Art. 17 Os litígios fiscais suscitados pela aplicação da legislação tributária no que se refere ao lançamento serão decididos, administrativamente, em duas instâncias.

§ 1º Em primeira instância, decide o representante da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Receita, e em segunda, a Procuradoria.

§ 2º Ao contribuinte ou interessado, será ofertada plena garantia de defesa ou de prova.

Art. 18 Nas decisões administrativas não se poderá questionar sobre a existência, a capitulação legal, a autoria, as circunstâncias materiais, a natureza e a extensão dos efeitos de fato já apreciado sob esses aspectos por decisão judicial ou administrativa definitiva, sem prejuízo, porém, da apreciação dos fatos conexos ou consequentes.

Art. 19 O representante da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Receita proferirá decisão de primeira instância, devidamente fundamentada e, quando cabível, aplicará as penalidades fixadas pela legislação tributária.

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
CGC 83.102.855/0001-50  
Rua João Emílio n° 100 - Centro  
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC  
Fone/Fax: (47) 3342-9500  
www.navegantes.sc.gov.br

§ 1º A decisão deverá ser proferida em prazo não superior a 90 (noventa dias), contados da data do recebimento do processo conclusivo.

§ 2º Interrompe-se o prazo citado no parágrafo anterior sempre que houver diligência dos autos.

Art. 20 A comunicação ao interessado da decisão proferida em primeira instância será feita:

I - pessoalmente, por aposição do "ciente" no processo;  
II - pelo correio, em caso de Contribuinte Pessoa Física ou Contribuinte Pessoa Jurídica, ou,  
III - por edital publicado em jornal de circulação local ou regional.  
Parágrafo Único: A comunicação indicará, obrigatoriamente, o prazo para interposição de recurso voluntário na instância superior.

Art. 21 O representante da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Receita fica impedido de julgar quando:

I - tiver participado diretamente da ação administrativa que originou o litígio;  
II - for sócio, cotista ou acionista do notificado ou autuado;  
III - estiverem envolvidos no processo interesses de parentes até terceiro grau.

Parágrafo Único: O representante da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Receita será substituído, nos seus impedimentos, por autoridade de nível hierárquico imediatamente inferior ou por servidor qualificado, pertencente ao quadro funcional da respectiva Secretaria.

Art. 22 É facultado à parte interpor recurso voluntário quando a autoridade julgadora deixar de proferir decisão no prazo legal, dando-se como julgada improcedente a reclamação ou defesa, exceto no caso de suspensão do julgamento para diligência dos autos.

Art. 23 São consideradas definitivas e irrecorríveis as decisões proferidas em primeira instância após o trânsito em julgado, que se dará no prazo de 10 (dez) dias a partir da ciência pelo interessado.

Art. 24 As decisões de segunda instância, definitivas e irrecorríveis, serão proferidas pela Procuradoria do Município, observados

os prazos e demais normas previstas no Código Tributário Municipal (Lei Complementar nº. 6/2002) e na legislação complementar no que couber.

§ 1º Mantido o lançamento, considera-se em decurso o prazo nele fixado para pagamento da Contribuição de Melhoria, desde a data da ciência do contribuinte;

§ 2º A anulação do lançamento dos termos desta Lei não ilide a efetivação de novo, em substituição ao anterior, com as correções impostas pela impugnação/reclamação.

Art. 25 Aplicam-se à Contribuição de Melhoria de que trata esta Lei, no que couber e lhe forem aplicáveis, as disposições contidas nos artigos 81 e 82, ambos da Lei nº. 5.172/1966 (Código Tributário Nacional), Decreto-lei nº. 195/1967, Lei Complementar nº. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), Lei nº. 10.257/2001 (Estatuto da Cidade) e Código Tributário Municipal (Lei Complementar nº 6/2002).

Art. 26 Para os fins da aplicação desta Lei, poderá a Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Receita solicitar o apoio de servidores públicos que compõem o quadro da Municipalidade, em especial quanto à emissão de laudos técnicos e demais orientações que se fizerem necessárias, bem como solicitar auxílio à Comissão de Avaliação, nomeada através de Decreto Municipal, em estrita observância às normas legais indicadas nesta LEI.

Art. 27 Os prazos fixados nesta Lei, em consonância ao previsto no Código Tributário Municipal (Lei Complementar nº. 6/2002) serão contínuos, excluindo-se, na sua contagem, o dia do início, e incluindo-se o do vencimento.

§ 1º Os prazos só se iniciam ou vencem em dia de expediente normal na repartição que corra o processo ou deva ser praticado o ato.

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
CGC 83.102.855/0001-50  
Rua João Emílio n° 100 - Centro  
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC  
Fone/Fax: (47) 3342-9500  
www.navegantes.sc.gov.br

§ 2º Para os fins das disposições desta lei é considerado exercício o período compreendido entre os meses de janeiro a dezembro do ano civil.

Art. 28 Os anexos a que se refere a presente Lei (Anexo I e II) fazem parte integrante dos procedimentos administrativos individualizados para viabilização da obra pública tratadas nesta lei, os quais encontram-se à disposição dos interessados junto à Secretaria de Governo.

Art. 29 As despesas constantes da presente lei correrão por conta da dotação orçamentária específica do Município de Navegantes.

Art. 30 Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Navegantes, 6 DE JUNHO DE 2013.  
ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
Prefeito

### **Autoriza Cobrança de Contribuição de Melhoria**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
CGC 83.102.855/0001-50  
Rua João Emílio n° 100 - Centro  
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC  
Fone/Fax: (47) 3342-9500  
www.navegantes.sc.gov.br

LEI N° 2729 DE 6 DE MAIO DE 2013  
INSTITUI E AUTORIZA A COBRANÇA DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais. FAÇO saber a todos os munícipes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e EU o sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a promover os atos necessários à cobrança da Contribuição de Melhoria em decorrência da valorização imobiliária relativo às obras públicas de pavimentação em lajotas de concreto, calçadas com acessibilidade, drenagem pluvial, sinalização e obras complementares, tendo como limite global a despesa realizada da obra e, como limite individual, o acréscimo de valor que resultar para cada imóvel, compreendendo aqueles diretamente localizados na Rua Servidão Manoel Teodoro Dos Santos, localizada na Esquina com a Rua Hercílio Gonçalves, Bairro Gravata, com extensão de 110,00 metros lineares (Anexo I - área de influência direta).

Parágrafo Único: O custo total/orçamento estimado considerando a extensão da via (Anexo II), no que se refere à consecução das obras públicas definidas nesta Lei, possui como fonte de recursos os valores obtidos através de recursos próprios do Município de Navegantes e por meio de financiamento obtido junto a CEF - Caixa Econômica Federal (Recursos através, OGU - Orçamento Geral da União, Ministérios das Cidades, Pró-Transportes e FGTS), correspondendo à quantia de R\$ 80.125,88 (Oitenta mil cento e vinte e cinco reais e oitenta e oito centavos).

Art. 2º O Sujeito Passivo da Contribuição de Melhoria é o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor a qualquer título, de imóvel localizado na área de influência da obra pública.

§ 1º Responde pelo pagamento do tributo o proprietário do imóvel ao tempo do seu lançamento e esta responsabilidade se transmite aos adquirentes e sucessores da propriedade sobre o imóvel, a qualquer título.

§ 2º No caso de enfiteuse, responde pela Contribuição de Melhoria o enfiteuta.

§ 3º Tratando-se de bens indivisos, o tributo será lançado no nome de qualquer cadastrado, cabendo-lhe exigir dos demais as parcelas que lhes couberem por direito.

Art. 3º. O Chefe do Poder Executivo Municipal determinará as providências para a elaboração e atendimento dos atos administrativos abaixo descritos, sem prejuízo de outros que se fizerem necessários para o cumprimento desta Lei:

I - Publicação prévia de Edital anterior à execução das obras referidas nesta Lei, através de meio oficial do Município e em jornal de maior circulação local, contendo os seguintes elementos, sem prejuízo de outros:

- a) memorial descritivo do projeto;
- b) orçamento total ou parcial do custo das obras;
- c) determinação da parcela do custo das obras a ser ressarcida pela contribuição, com o correspondente plano rateio entre os imóveis beneficiados;
- d) delimitação na zona beneficiada das áreas direta e indiretamente beneficiadas e a relação de todos os imóveis nelas compreendidos;
- e) determinação do fator de absorção do benefício da valorização para toda zona ou para cada uma das áreas diferenciadas nela contidas.

§ 1º O Contribuinte, querendo, poderá mediante protocolo impugnar administrativamente qualquer dos elementos referidos no Edital de que trata o inciso I deste artigo, no prazo de 30 (trinta) dias, a começar no primeiro dia útil após a publicação oficial pelo Município de Navegantes, cabendo ao impugnante o ônus da prova, sem prejuízo do exame pelo Poder Judiciário.

§ 2º As impugnações oferecidas aos elementos a que se refere este artigo, serão apresentadas por meio de petição fundamentada e devidamente identificada, descrevendo as provas requeridas, sob pena de preclusão neste sentido, e endereçadas ao Presidente da Comissão Especial de Avaliação de Bens Imóveis do Município, nomeado através do Decreto nº 636 de 02 de Maio de 2013, o

qual, após manifestação da Secretaria de Governo, e do Parecer Jurídico, deverá proferir decisão final em prazo não superior a 30 (trinta) dias, contados da data do protocolo da petição da parte interessada.

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
CGC 83.102.855/0001-50  
Rua João Emílio n° 100 - Centro  
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC  
Fone/Fax: (47) 3342-9500  
www.navegantes.sc.gov.br

I - Da decisão proferida pela Municipalidade será cientificada pessoalmente a parte interessada e encaminhada correspondência oficial aos Setores da Administração envolvidos para, sendo o caso, providenciarem as medidas cabíveis.

II - A comunicação ao interessado da decisão referida no inciso anterior, será feita:

- a) pessoalmente, por aposição do ciente no processo;
- b) pelo correio, com Aviso de Recebimento (AR) se contribuinte pessoa física, ou, Contribuinte Pessoa Jurídica;
- c) por edital publicado em jornal de grande circulação local.

III - Em havendo necessidade de instrução do procedimento, consistente em diligências, emissão de laudos técnicos e oitiva de testemunhas etc., será determinada a realização do ato necessário e agendada a data para a solenidade, ocasião em que encerrada a instrução, a parte interessada deverá se manifestar oralmente acerca da prova produzida, sendo que no prazo de 5 (cinco) dias, a contar desta data, a Administração proferirá decisão final, do que obrigatoriamente dará ciência ao interessado, sem prejuízo de outras formas de publicidade.

IV - No caso da instrução do procedimento administrativo de que trata este artigo, o prazo definido no parágrafo segundo poderá ser prorrogado em até 30 (trinta) dias.

Art. 4º A determinação da Contribuição de Melhoria far-se-á rateando-se, proporcionalmente, o custo parcial ou total da obra, entre todos os imóveis incluídos na zona beneficiada pela valorização imobiliária decorrente da melhoria descrita na presente Lei, em função dos fatores individuais.

§ 1º Na determinação do valor individual da contribuição será observado o limite estabelecido pelo acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado, em estrita observância ao disposto nesta Lei, no artigo 145, inciso III, da Constituição Federal de 1988 c/c artigos 81 e 82, ambos da Lei nº. 5.172/1966 (Código Tributário Nacional), Decreto-lei nº. 195/1967, Lei Complementar nº. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), Lei nº. 10.257/2001 (Estatuto da Cidade) e Lei Complementar nº. 6/2002 (Código Tributário Municipal).

§ 2º. A apuração far-se-á levando em conta:

I - situação do imóvel na zona de influência;

II - testada do imóvel;

III - área do imóvel;

IV - finalidade de exploração econômica do imóvel.

§ 3º A Contribuição de Melhoria terá como limite o custo total da obra tendo em vista a natureza desta, os benefícios para os usuários, atividades econômicas predominantes e o nível de desenvolvimento da região, sendo aí computadas todas as despesas necessárias aos estudos, projetos, fiscalização, desapropriações, administrações, execução e financiamento, inclusive prêmios de reembolso e outras de praxe em financiamento ou empréstimos e terá a sua expressão monetária atualizada na época do lançamento mediante aplicação de coeficientes oficiais de correção e atualização monetária.

§ 4º Estão incluídos nos orçamentos de custo das obras todos os investimentos necessários para que os benefícios delas decorrentes sejam integralmente alcançados pelos imóveis situados nas



respectivas zonas de influência.

Art. 5º Executada a obra de melhoramento na sua totalidade ou em parte suficiente para beneficiar determinados imóveis, de modo a justificar o início da cobrança da Contribuição de Melhoria calculada na forma prevista nesta Lei, proceder-se-á ao lançamento referente a esses imóveis, depois de publicado o respectivo demonstrativo de custos em meio oficial do Município e em jornal de grande circulação local, através de Edital prévio que conterá os seguintes elementos, dentre outros que se fizerem necessários:

I - determinação da parcela do custo das obras a ser ressarcida pela contribuição, com o correspondente plano de rateio entre os imóveis beneficiados devidamente identificados;

II - determinação do fator de absorção do benefício da valorização para toda zona ou para cada uma das áreas diferenciadas nela contidas após a execução total ou parcial da obra;

III - valor da Contribuição de Melhoria lançada individualmente por imóvel situado na área beneficiada pela obra pública (zona de influência);

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

CGC 83.102.855/0001-50

Rua João Emílio n° 100 - Centro

CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

Fone/Fax: (47) 3342-9500

www.navegantes.sc.gov.br

IV - local do pagamento, prazo para o seu pagamento, suas prestações e vencimentos;

V - prazo para a impugnação;

Parágrafo Único: As impugnações/reclamações e recursos administrativos interpostos contra o lançamento da Contribuição de Melhoria não suspendem o prosseguimento da obra quando a cobrança se referir à melhoria decorrente de obra executada em parte, na forma prevista no caput deste artigo, nem impedem a administração de praticar os atos necessários ao lançamento e cobrança do tributo.

Art. 6º Os lançamentos da contribuição de melhoria e suas alterações serão disponibilizados aos sujeitos passivos mediante notificação pessoal ou via postal em caso de Contribuinte Pessoa Física ou Contribuinte Pessoa Jurídica, juntamente com o carnê de pagamento do tributo, indicando o prazo de 30 (trinta) dias para efeitos de recolhimento do valor devido ou, para os fins de reclamação na forma desta LEI.

Art. 7º Na impossibilidade da prática dos atos para a notificação do sujeito passivo na forma prevista no artigo anterior, considerar-se-á feita a Notificação pelo Edital de Lançamento previsto no Art.5º desta Lei.

Art. 8º Vencido o prazo fixado na notificação, sem que o sujeito passivo tenha cumprido a exigência fiscal ou contra ele tenha interposto impugnação/reclamação, ou, ainda, sem que tenha recorrido da decisão de primeira instância, será o valor do crédito tributário inscrito em dívida ativa, para os devidos fins.

Art. 9º A notificação, de modelo a ser fixado pelo órgão fazendário, será emitida em duas vias, e conterá, além de outros, os seguintes elementos:

I - tipo da obra;

II - local;

III - valor do imóvel do contribuinte antes do início das obras;

IV - valor atualizado do imóvel do contribuinte;

V - montante de valorização do imóvel do contribuinte;

VI - valor atualizado da contribuição de melhoria lançada;

VII - parcela do custo da obra a ser financiado pelo tributo, expresso em percentual, com indicação do respectivo dispositivo legal;

VIII - prazo, forma e local para pagamento;

IX - prazo e forma da impugnação e recurso administrativo.

Parágrafo Único: A recusa da assinatura da notificação pelo notificado a ele não aproveita nem prejudica.

Art. 10 As duas vias da notificação terão o seguinte destino:

I - a primeira, para o notificado;

II - a segunda, para a repartição em que deve ser procedido o recolhimento.

Art. 11 São competentes para notificar o lançamento e suas alterações por ato próprio do Chefe do Poder Executivo:

I - os Agentes Fiscais;

II - a Autoridade Administrativa legalmente responsável pelo lançamento de tributos.

Art. 12 A Contribuição de Melhoria a que se refere esta Lei poderá ser paga de uma só vez ou parceladamente, de acordo com os seguintes critérios:

I - O pagamento de uma só vez gozará de desconto de 20% (vinte por cento), se efetuando nos primeiros 30 (trinta) dias, a contar do recebimento da notificação do lançamento.

II - O contribuinte que não se quiser valer das faculdades previstas no inciso I deste Artigo, poderá pleitear o parcelamento de seu débito em 10(dez) prestações, expressas em modelo constitucional, corrigidas mensalmente de acordo com o IPCA - Índice de Preços ao Consumidor Ampliado - publicado pelo IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

CGC 83.102.855/0001-50

Rua João Emílio n° 100 - Centro

CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

Fone/Fax: (47) 3342-9500

www.navegantes.sc.gov.br

III - Considerando o valor total da obra, o valor da contribuição de melhoria individual e a renda do contribuinte, o Chefe do Poder Executivo poderá ampliar o número de parcelas além das estabelecidas no inciso II deste artigo.

§ 1º Independentemente do nº de prestações, no parcelamento será observado:

I - O valor mínimo de cada parcela não será inferior a 1 UFM (uma unidade fiscal do Município).

II - O pagamento da primeira parcela deverá ser efetuado até 30 (trinta) dias da data da notificação ou do deferimento do pedido de parcelamento, sob pena de cancelamento do parcelamento.

§ 2º O parcelamento do crédito tributário importa no seu reconhecimento, pelo sujeito passivo.

Art. 13 Ficam excluídas da incidência da contribuição de melhoria prevista nesta Lei, os imóveis de propriedade do Poder Público Federal, Estadual ou Municipal.

Parágrafo Único: Serão transferidas à responsabilidade do Município, as parcelas devidas por contribuintes isentos de pagamento da Contribuição de Melhoria, após o rateio, desde que atendam os requisitos previstos no Código Tributário Municipal (Lei Complementar nº. 6/2002, sem prejuízo de outras normas aplicáveis ao tema).

Art. 14 Nos recolhimentos extemporâneos decorrentes de requerimentos relativos a isenções, reclamações ou recursos interpostos contra o lançamento de tributos, havendo comprovada e injustificada má-fé do contribuinte em relação aos atos praticados, será exigido o valor atualizado do tributo, com o correspondente acréscimo de multa e juros de mora.



Art. 15 Os valores lançados a título de contribuição de melhoria não quitados até seu vencimento, ficarão sujeitos à incidência de juros de mora, multa moratória e atualização monetária, previstos no Código Tributário Municipal (Lei Complementar nº 6/2002).

Art. 16 É facultado ao sujeito passivo de obrigação tributária principal reclamar de lançamento de crédito tributário regularmente notificado, devendo no documento da impugnação/reclamação indicar o fato e os fundamentos jurídicos do pedido, suas especificações, as provas documentais e testemunhais com que pretende demonstrar a verdade dos fatos alegados e, em especial, poderá impugnar perante a Autoridade Administrativa de primeira instância, em face de erro na localização e dimensões do imóvel, do cálculo dos índices atribuídos, do valor da contribuição e do número de prestações.

§ 1º O prazo para interpor a reclamação à Autoridade competente, mediante protocolo no Município de Navegantes é de até 30 (trinta) dias a contar do 1º. dia útil seguinte à data da notificação do lançamento, cabendo ao contribuinte o ônus da prova, sem prejuízo do exame pelo Poder Judiciário.

§ 2º Serão consideradas peremptas as reclamações interpostas fora do prazo concedido para satisfação da obrigação a que se referir o lançamento ou a notificação.

§ 3º Os recursos voluntários interpostos fora do prazo previsto no parágrafo primeiro deste artigo serão encaminhados à Procuradoria, que deles poderá conhecer, excepcionalmente, desconsiderando a preclusão, nos casos em que demonstre o contribuinte ocorrência de caso fortuito ou força maior que o tenha impedido de protocolizar a peça recursal em modo e tempo tempestivos.

Art. 17 Os litígios fiscais suscitados pela aplicação da legislação tributária no que se refere ao lançamento serão decididos, administrativamente, em duas instâncias.

§ 1º Em primeira instância, decide o representante da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Receita, e em segunda, a Procuradoria.

§ 2º Ao contribuinte ou interessado, será ofertada plena garantia de defesa ou de prova.

Art. 18 Nas decisões administrativas não se poderá questionar sobre a existência, a capitulação legal, a autoria, as circunstâncias materiais, a natureza e a extensão dos efeitos de fato já apreciado sob esses aspectos por decisão judicial ou administrativa definitiva, sem prejuízo, porém, da apreciação dos fatos conexos ou consequentes.

Art. 19 O representante da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Receita proferirá decisão de primeira instância, devidamente fundamentada e, quando cabível, aplicará as penalidades fixadas pela legislação tributária.

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
CGC 83.102.855/0001-50  
Rua João Emílio n° 100 - Centro  
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC  
Fone/Fax: (47) 3342-9500  
www.navegantes.sc.gov.br

§ 1º A decisão deverá ser proferida em prazo não superior a 90 (noventa dias), contados da data do recebimento do processo conclusivo.

§ 2º Interrompe-se o prazo citado no parágrafo anterior sempre que houver diligência dos autos.

Art. 20 A comunicação ao interessado da decisão proferida em primeira instância será feita:

I - pessoalmente, por aposição do "ciente" no processo;

II - pelo correio, em caso de Contribuinte Pessoa Física ou

Contribuinte Pessoa Jurídica, ou,  
III - por edital publicado em jornal de circulação local ou regional.  
Parágrafo Único: A comunicação indicará, obrigatoriamente, o prazo para interposição de recurso voluntário na instância superior.

Art. 21 O representante da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Receita fica impedido de julgar quando:

I - tiver participado diretamente da ação administrativa que originou o litígio;

II - for sócio, cotista ou acionista do notificado ou autuado;

III - estiverem envolvidos no processo interesses de parentes até terceiro grau.

Parágrafo Único: O representante da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Receita será substituído, nos seus impedimentos, por autoridade de nível hierárquico imediatamente inferior ou por servidor qualificado, pertencente ao quadro funcional da respectiva Secretaria.

Art. 22 É facultado à parte interpor recurso voluntário quando a autoridade julgadora deixar de proferir decisão no prazo legal, dando-se como julgada improcedente a reclamação ou defesa, exceto no caso de suspensão do julgamento para diligência dos autos.

Art. 23 São consideradas definitivas e irrecorríveis as decisões proferidas em primeira instância após o trânsito em julgado, que se dará no prazo de 10 (dez) dias a partir da ciência pelo interessado.

Art. 24 As decisões de segunda instância, definitivas e irrecorríveis, serão proferidas pela Procuradoria do Município, observados os prazos e demais normas previstas no Código Tributário Municipal (Lei Complementar nº. 6/2002) e na legislação complementar no que couber.

§ 1º Mantido o lançamento, considera-se em decurso o prazo nele fixado para pagamento da Contribuição de Melhoria, desde a data da ciência do contribuinte;

§ 2º A anulação do lançamento dos termos desta Lei não ilide a efetivação de novo, em substituição ao anterior, com as correções impostas pela impugnação/reclamação.

Art. 25 Aplicam-se à Contribuição de Melhoria de que trata esta Lei, no que couber e lhe forem aplicáveis, as disposições contidas nos artigos 81 e 82, ambos da Lei nº. 5.172/1966 (Código Tributário Nacional), Decreto-lei nº. 195/1967, Lei Complementar nº. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), Lei nº. 10.257/2001 (Estatuto da Cidade) e Código Tributário Municipal (Lei Complementar nº 6/2002).

Art. 26 Para os fins da aplicação desta Lei, poderá a Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Receita solicitar o apoio de servidores públicos que compõem o quadro da Municipalidade, em especial quanto à emissão de laudos técnicos e demais orientações que se fizerem necessárias, bem como solicitar auxílio à Comissão de Avaliação, nomeada através de Decreto Municipal, em estrita observância às normas legais indicadas nesta LEI.

Art. 27 Os prazos fixados nesta Lei, em consonância ao previsto no Código Tributário Municipal (Lei Complementar nº. 6/2002) serão contínuos, excluindo-se, na sua contagem, o dia do início, e incluindo-se o do vencimento.

§ 1º Os prazos só se iniciam ou vencem em dia de expediente normal na repartição que corra o processo ou deva ser praticado o ato.

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
CGC 83.102.855/0001-50  
Rua João Emílio n° 100 - Centro  
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC  
Fone/Fax: (47) 3342-9500

www.navegantes.sc.gov.br

§ 2º Para os fins das disposições desta lei é considerado exercício o período compreendido entre os meses de janeiro a dezembro do ano civil.

Art. 28 Os anexos a que se refere a presente Lei (Anexo I e II) fazem parte integrante dos procedimentos administrativos individualizados para viabilização da obra pública tratadas nesta lei, os quais encontram-se à disposição dos interessados junto à Secretaria de Governo.

Art. 29 As despesas constantes da presente lei correrão por conta da dotação orçamentária específica do Município de Navegantes.

Art. 30 Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Navegantes, 6 DE JUNHO DE 2013.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

### **Autoriza Cobrança de Contribuição de Melhoria**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

CGC 83.102.855/0001-50

Rua João Emílio n° 100 - Centro

CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

Fone/Fax: (47) 3342-9500

www.navegantes.sc.gov.br

LEI N° 2730 DE 6 DE MAIO DE 2013

INSTITUI E AUTORIZA A COBRANÇA DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais. FAÇO saber a todos os munícipes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e EU o sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a promover os atos necessários à cobrança da Contribuição de Melhoria em decorrência da valorização imobiliária relativo às obras públicas de pavimentação em lajetas de concreto, calçadas com acessibilidade, drenagem pluvial, sinalização e obras complementares, tendo como limite global a despesa realizada da obra e, como limite individual, o acréscimo de valor que resultar para cada imóvel, compreendendo aqueles diretamente localizados na Rua Nereu Ramos (Trecho 01), localizada no trecho entre a Rua Valmor Hostermann e Rua Panama, Bairro Gravata, com extensão de 126,94 metros lineares (Anexo I - área de influência direta).

Parágrafo Único: O custo total/orçamento estimado considerando a extensão da via (Anexo II), no que se refere à consecução das obras públicas definidas nesta Lei, possui como fonte de recursos os valores obtidos através de recursos próprios do Município de Navegantes e por meio de financiamento obtido junto a CEF - Caixa Econômica Federal (Recursos através, OGU - Orçamento Geral da União, Ministérios das Cidades, Pró-Transportes e FGTS), correspondendo à quantia de R\$ 98.058,56 (noventa e oito mil e cinquenta e oito reais e cinquenta e seis centavos).

Art. 2º O Sujeito Passivo da Contribuição de Melhoria é o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor a qualquer título, de imóvel localizado na área de influência da obra pública.

§ 1º Responde pelo pagamento do tributo o proprietário do imóvel ao tempo do seu lançamento e esta responsabilidade se transmite aos adquirentes e sucessores da propriedade sobre o imóvel, a qualquer título.

§ 2º No caso de enfiteuse, responde pela Contribuição de Melhoria o enfiteuta.

§ 3º Tratando-se de bens indivisos, o tributo será lançado no nome de qualquer cadastrado, cabendo-lhe exigir dos demais as parcelas que lhes couberem por direito.

Art. 3º. O Chefe do Poder Executivo Municipal determinará as providências para a elaboração e atendimento dos atos administrativos abaixo descritos, sem prejuízo de outros que se fizerem necessários para o cumprimento desta Lei:

I - Publicação prévia de Edital anterior à execução das obras referidas nesta Lei, através de meio oficial do Município e em jornal de maior circulação local, contendo os seguintes elementos, sem prejuízo de outros:

a) memorial descritivo do projeto;

b) orçamento total ou parcial do custo das obras;

c) determinação da parcela do custo das obras a ser ressarcida pela contribuição, com o correspondente plano rateio entre os imóveis beneficiados;

d) delimitação na zona beneficiada das áreas direta e indiretamente beneficiadas e a relação de todos os imóveis nelas compreendidos;

e) determinação do fator de absorção do benefício da valorização para toda zona ou para cada uma das áreas diferenciadas nela contidas.

§ 1º O Contribuinte, querendo, poderá mediante protocolo impugnar administrativamente qualquer dos elementos referidos no Edital de que trata o inciso I deste artigo, no prazo de 30 (trinta) dias, a começar no primeiro dia útil após a publicação oficial pelo Município de Navegantes, cabendo ao impugnante o ônus da prova, sem prejuízo do exame pelo Poder Judiciário.

§ 2º As impugnações oferecidas aos elementos a que se refere este artigo, serão apresentadas por meio de petição fundamentada e devidamente identificada, descrevendo as provas requeridas, sob pena de preclusão neste sentido, e endereçadas ao Presidente da Comissão Especial de Avaliação de Bens Imóveis do Município, nomeado através do Decreto nº 636 de 02 de Maio de 2013, o qual, após manifestação da Secretaria de Governo, e do Parecer Jurídico, deverá proferir decisão final em prazo não superior a 30 (trinta) dias, contados da data do protocolo da petição da parte interessada.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

CGC 83.102.855/0001-50

Rua João Emílio n° 100 - Centro

CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

Fone/Fax: (47) 3342-9500

www.navegantes.sc.gov.br

I - Da decisão proferida pela Municipalidade será cientificada pessoalmente a parte interessada e encaminhada correspondência oficial aos Setores da Administração envolvidos para, sendo o caso, providenciarem as medidas cabíveis.

II - A comunicação ao interessado da decisão referida no inciso anterior, será feita:

a) pessoalmente, por aposição do ciente no processo;

b) pelo correio, com Aviso de Recebimento (AR) se contribuinte pessoa física, ou, Contribuinte Pessoa Jurídica;

c) por edital publicado em jornal de grande circulação local.

III - Em havendo necessidade de instrução do procedimento, consistente em diligências, emissão de laudos técnicos e oitiva de testemunhas etc., será determinada a realização do ato necessário e agendada a data para a solenidade, ocasião em que encerrada a instrução, a parte interessada deverá se manifestar oralmente acerca da prova produzida, sendo que no prazo de 5 (cinco) dias, a contar desta data, a Administração proferirá decisão final, do que obrigatoriamente dará ciência ao interessado, sem prejuízo de outras formas de publicidade.

IV - No caso da instrução do procedimento administrativo de que trata este artigo, o prazo definido no parágrafo segundo poderá ser prorrogado em até 30 (trinta) dias.

Art. 4º A determinação da Contribuição de Melhoria far-se-á

rateando-se, proporcionalmente, o custo parcial ou total da obra, entre todos os imóveis incluídos na zona beneficiada pela valorização imobiliária decorrente da melhoria descrita na presente Lei, em função dos fatores individuais.

§ 1º Na determinação do valor individual da contribuição será observado o limite estabelecido pelo acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado, em estrita observância ao disposto nesta Lei, no artigo 145, inciso III, da Constituição Federal de 1988 c/c artigos 81 e 82, ambos da Lei nº. 5.172/1966 (Código Tributário Nacional), Decreto-lei nº. 195/1967, Lei Complementar nº. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), Lei nº. 10.257/2001 (Estatuto da Cidade) e Lei Complementar nº. 6/2002 (Código Tributário Municipal).

§ 2º. A apuração far-se-á levando em conta:

I - situação do imóvel na zona de influência;

II - testada do imóvel;

III - área do imóvel;

IV - finalidade de exploração econômica do imóvel.

§ 3º A Contribuição de Melhoria terá como limite o custo total da obra tendo em vista a natureza desta, os benefícios para os usuários, atividades econômicas predominantes e o nível de desenvolvimento da região, sendo aí computadas todas as despesas necessárias aos estudos, projetos, fiscalização, desapropriações, administrações, execução e financiamento, inclusive prêmios de reembolso e outras de praxe em financiamento ou empréstimos e terá a sua expressão monetária atualizada na época do lançamento mediante aplicação de coeficientes oficiais de correção e atualização monetária.

§ 4º Estão incluídos nos orçamentos de custo das obras todos os investimentos necessários para que os benefícios delas decorrentes sejam integralmente alcançados pelos imóveis situados nas respectivas zonas de influência.

Art. 5º Executada a obra de melhoramento na sua totalidade ou em parte suficiente para beneficiar determinados imóveis, de modo a justificar o início da cobrança da Contribuição de Melhoria calculada na forma prevista nesta Lei, proceder-se-á ao lançamento referente a esses imóveis, depois de publicado o respectivo demonstrativo de custos em meio oficial do Município e em jornal de grande circulação local, através de Edital prévio que conterá os seguintes elementos, dentre outros que se fizerem necessários:

I - determinação da parcela do custo das obras a ser ressarcida pela contribuição, com o correspondente plano de rateio entre os imóveis beneficiados devidamente identificados;

II - determinação do fator de absorção do benefício da valorização para toda zona ou para cada uma das áreas diferenciadas nela contidas após a execução total ou parcial da obra;

III - valor da Contribuição de Melhoria lançada individualmente por imóvel situado na área beneficiada pela obra pública (zona de influência);

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

CGC 83.102.855/0001-50

Rua João Emílio n° 100 - Centro

CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

Fone/Fax: (47) 3342-9500

www.navegantes.sc.gov.br

IV - local do pagamento, prazo para o seu pagamento, suas prestações e vencimentos;

V - prazo para a impugnação;

Parágrafo Único: As impugnações/reclamações e recursos administrativos interpostos contra o lançamento da Contribuição de Melhoria não suspendem o prosseguimento da obra quando a cobrança se referir à melhoria decorrente de obra executada em parte, na forma prevista no caput deste artigo, nem impedem a administração de praticar os atos necessários ao lançamento e cobrança do tributo.

Art. 6º Os lançamentos da contribuição de melhoria e suas alterações serão disponibilizados aos sujeitos passivos mediante notificação pessoal ou via postal em caso de Contribuinte Pessoa Física ou Contribuinte Pessoa Jurídica, juntamente com o carnê de pagamento do tributo, indicando o prazo de 30 (trinta) dias para efeitos de recolhimento do valor devido ou, para os fins de reclamação na forma desta LEI.

Art. 7º Na impossibilidade da prática dos atos para a notificação do sujeito passivo na forma prevista no artigo anterior, considerar-se-á feita a Notificação pelo Edital de Lançamento previsto no Art.5º desta Lei.

Art. 8º Vencido o prazo fixado na notificação, sem que o sujeito passivo tenha cumprido a exigência fiscal ou contra ele tenha interposto impugnação/reclamação, ou, ainda, sem que tenha recorrido da decisão de primeira instância, será o valor do crédito tributário inscrito em dívida ativa, para os devidos fins.

Art. 9º A notificação, de modelo a ser fixado pelo órgão fazendário, será emitida em duas vias, e conterá, além de outros, os seguintes elementos:

I - tipo da obra;

II - local;

III - valor do imóvel do contribuinte antes do início das obras;

IV - valor atualizado do imóvel do contribuinte;

V - montante de valorização do imóvel do contribuinte;

VI - valor atualizado da contribuição de melhoria lançada;

VII - parcela do custo da obra a ser financiado pelo tributo, expresso em percentual, com indicação do respectivo dispositivo legal;

VIII - prazo, forma e local para pagamento;

IX - prazo e forma da impugnação e recurso administrativo.

Parágrafo Único: A recusa da assinatura da notificação pelo notificado a ele não aproveita nem prejudica.

Art. 10 As duas vias da notificação terão o seguinte destino:

I - a primeira, para o notificado;

II - a segunda, para a repartição em que deve ser procedido o recolhimento.

Art. 11 São competentes para notificar o lançamento e suas alterações por ato próprio do Chefe do Poder Executivo:

I - os Agentes Fiscais;

II - a Autoridade Administrativa legalmente responsável pelo lançamento de tributos.

Art. 12 A Contribuição de Melhoria a que se refere esta Lei poderá ser paga de uma só vez ou parceladamente, de acordo com os seguintes critérios:

I - O pagamento de uma só vez gozará de desconto de 20% (vinte por cento), se efetuando nos primeiros 30 (trinta) dias, a contar do recebimento da notificação do lançamento.

II - O contribuinte que não se quiser valer das faculdades previstas no inciso I deste Artigo, poderá pleitear o parcelamento de seu débito em 10(dez) prestações, expressas em modelo constitucional, corrigidas mensalmente de acordo com o IPCA - Índice de Preços ao Consumidor Ampliado - publicado pelo IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

CGC 83.102.855/0001-50

Rua João Emílio n° 100 - Centro

CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

Fone/Fax: (47) 3342-9500

www.navegantes.sc.gov.br

III - Considerando o valor total da obra, o valor da contribuição



de melhoria individual e a renda do contribuinte, o Chefe do Poder Executivo poderá ampliar o número de parcelas além das estabelecidas no inciso II deste artigo.

§ 1º Independentemente do nº de prestações, no parcelamento será observado:

I - O valor mínimo de cada parcela não será inferior a 1 UFM (uma unidade fiscal do Município).

II - O pagamento da primeira parcela deverá ser efetuado até 30 (trinta) dias da data da notificação ou do deferimento do pedido de parcelamento, sob pena de cancelamento do parcelamento.

§ 2º O parcelamento do crédito tributário importa no seu reconhecimento, pelo sujeito passivo.

Art. 13 Ficam excluídas da incidência da contribuição de melhoria prevista nesta Lei, os imóveis de propriedade do Poder Público Federal, Estadual ou Municipal.

Parágrafo Único: Serão transferidas à responsabilidade do Município, as parcelas devidas por contribuintes isentos de pagamento da Contribuição de Melhoria, após o rateio, desde que atendam os requisitos previstos no Código Tributário Municipal (Lei Complementar nº. 6/2002, sem prejuízo de outras normas aplicáveis ao tema).

Art. 14 Nos recolhimentos extemporâneos decorrentes de requerimentos relativos a isenções, reclamações ou recursos interpostos contra o lançamento de tributos, havendo comprovada e injustificada má-fé do contribuinte em relação aos atos praticados, será exigido o valor atualizado do tributo, com o correspondente acréscimo de multa e juros de mora.

Art. 15 Os valores lançados a título de contribuição de melhoria não quitados até seu vencimento, ficarão sujeitos à incidência de juros de mora, multa moratória e atualização monetária, previstos no Código Tributário Municipal (Lei Complementar nº 6/2002).

Art. 16 É facultado ao sujeito passivo de obrigação tributária principal reclamar de lançamento de crédito tributário regularmente notificado, devendo no documento da impugnação/reclamação indicar o fato e os fundamentos jurídicos do pedido, suas especificações, as provas documentais e testemunhais com que pretende demonstrar a verdade dos fatos alegados e, em especial, poderá impugnar perante a Autoridade Administrativa de primeira instância, em face de erro na localização e dimensões do imóvel, do cálculo dos índices atribuídos, do valor da contribuição e do número de prestações.

§ 1º O prazo para interpor a reclamação à Autoridade competente, mediante protocolo no Município de Navegantes é de até 30 (trinta) dias a contar do 1º. dia útil seguinte à data da notificação do lançamento, cabendo ao contribuinte o ônus da prova, sem prejuízo do exame pelo Poder Judiciário.

§ 2º Serão consideradas peremptas as reclamações interpostas fora do prazo concedido para satisfação da obrigação a que se referir o lançamento ou a notificação.

§ 3º Os recursos voluntários interpostos fora do prazo previsto no parágrafo primeiro deste artigo serão encaminhados à Procuradoria, que deles poderá conhecer, excepcionalmente, desconsiderando a preclusão, nos casos em que demonstre o contribuinte ocorrência de caso fortuito ou força maior que o tenha impedido de protocolizar a peça recursal em modo e tempo tempestivos.

Art. 17 Os litígios fiscais suscitados pela aplicação da legislação tributária no que se refere ao lançamento serão decididos, administrativamente, em duas instâncias.

§ 1º Em primeira instância, decide o representante da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Receita, e em segunda, a Procuradoria.

§ 2º Ao contribuinte ou interessado, será ofertada plena garantia de defesa ou de prova.

Art. 18 Nas decisões administrativas não se poderá questionar sobre a existência, a capitulação legal, a autoria, as circunstâncias materiais, a natureza e a extensão dos efeitos de fato já apreciado sob esses aspectos por decisão judicial ou administrativa definitiva, sem prejuízo, porém, da apreciação dos fatos conexos ou consequentes.

Art. 19 O representante da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Receita proferirá decisão de primeira instância, devidamente fundamentada e, quando cabível, aplicará as penalidades fixadas pela legislação tributária.

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
CGC 83.102.855/0001-50  
Rua João Emílio n° 100 - Centro  
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC  
Fone/Fax: (47) 3342-9500  
www.navegantes.sc.gov.br

§ 1º A decisão deverá ser proferida em prazo não superior a 90 (noventa dias), contados da data do recebimento do processo concluso.

§ 2º Interrompe-se o prazo citado no parágrafo anterior sempre que houver diligência dos autos.

Art. 20 A comunicação ao interessado da decisão proferida em primeira instância será feita:

I - pessoalmente, por aposição do "ciente" no processo;  
II - pelo correio, em caso de Contribuinte Pessoa Física ou Contribuinte Pessoa Jurídica, ou,  
III - por edital publicado em jornal de circulação local ou regional.  
Parágrafo Único: A comunicação indicará, obrigatoriamente, o prazo para interposição de recurso voluntário na instância superior.

Art. 21 O representante da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Receita fica impedido de julgar quando:

I - tiver participado diretamente da ação administrativa que originou o litígio;  
II - for sócio, cotista ou acionista do notificado ou autuado;  
III - estiverem envolvidos no processo interesses de parentes até terceiro grau.

Parágrafo Único: O representante da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Receita será substituído, nos seus impedimentos, por autoridade de nível hierárquico imediatamente inferior ou por servidor qualificado, pertencente ao quadro funcional da respectiva Secretaria.

Art. 22 É facultado à parte interpor recurso voluntário quando a autoridade julgadora deixar de proferir decisão no prazo legal, dando-se como julgada improcedente a reclamação ou defesa, exceto no caso de suspensão do julgamento para diligência dos autos.

Art. 23 São consideradas definitivas e irrecorríveis as decisões proferidas em primeira instância após o trânsito em julgado, que se dará no prazo de 10 (dez) dias a partir da ciência pelo interessado.

Art. 24 As decisões de segunda instância, definitivas e irrecorríveis, serão proferidas pela Procuradoria do Município, observados os prazos e demais normas previstas no Código Tributário Municipal (Lei Complementar nº. 6/2002) e na legislação complementar no que couber.

§ 1º Mantido o lançamento, considera-se em decurso o prazo nele fixado para pagamento da Contribuição de Melhoria, desde a data da ciência do contribuinte;

§ 2º A anulação do lançamento dos termos desta Lei não ilide a efetivação de novo, em substituição ao anterior, com as correções impostas pela impugnação/reclamação.



Art. 25 Aplicam-se à Contribuição de Melhoria de que trata esta Lei, no que couber e lhe forem aplicáveis, as disposições contidas nos artigos 81 e 82, ambos da Lei nº. 5.172/1966 (Código Tributário Nacional), Decreto-lei nº. 195/1967, Lei Complementar nº. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), Lei nº. 10.257/2001 (Estatuto da Cidade) e Código Tributário Municipal (Lei Complementar nº 6/2002).

Art. 26 Para os fins da aplicação desta Lei, poderá a Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Receita solicitar o apoio de servidores públicos que compõem o quadro da Municipalidade, em especial quanto à emissão de laudos técnicos e demais orientações que se fizerem necessárias, bem como solicitar auxílio à Comissão de Avaliação, nomeada através de Decreto Municipal, em estrita observância às normas legais indicadas nesta LEI.

Art. 27 Os prazos fixados nesta Lei, em consonância ao previsto no Código Tributário Municipal (Lei Complementar nº. 6/2002) serão contínuos, excluindo-se, na sua contagem, o dia do início, e incluindo-se o do vencimento.

§ 1º Os prazos só se iniciam ou vencem em dia de expediente normal na repartição que corra o processo ou deva ser praticado o ato.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

CGC 83.102.855/0001-50

Rua João Emílio n° 100 - Centro

CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

Fone/Fax: (47) 3342-9500

www.navegantes.sc.gov.br

§ 2º Para os fins das disposições desta lei é considerado exercício o período compreendido entre os meses de janeiro a dezembro do ano civil.

Art. 28 Os anexos a que se refere a presente Lei (Anexo I e II) fazem parte integrante dos procedimentos administrativos individualizados para viabilização da obra pública tratadas nesta lei, os quais encontram-se à disposição dos interessados junto à Secretaria de Governo.

Art. 29 As despesas constantes da presente lei correrão por conta da dotação orçamentária específica do Município de Navegantes.

Art. 30 Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Navegantes, 6 DE JUNHO DE 2013.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

### **Autoriza Cobrança de Contribuição de Melhoria**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

CGC 83.102.855/0001-50

Rua João Emílio n° 100 - Centro

CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

Fone/Fax: (47) 3342-9500

www.navegantes.sc.gov.br

LEI N° 2731 DE 6 DE MAIO DE 2013

INSTITUI E AUTORIZA A COBRANÇA DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais. FAÇO saber a todos os munícipes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e EU o sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a promover os atos necessários à cobrança da Contribuição de Melhoria em decorrência da valorização imobiliária relativo às obras públicas de pavimentação em lajotas de concreto, calçadas com acessibilidade, drenagem pluvial, sinalização e obras

complementares, tendo como limite global a despesa realizada da obra e, como limite individual, o acréscimo de valor que resultar para cada imóvel, compreendendo aqueles diretamente localizados na Rua Nereu Ramos (Trecho 02), localizada no trecho entre a Rua Valmor Hostermann e Rua Panamá, Bairro Gravata, com extensão de 38,27 metros lineares (Anexo I - área de influência direta).

Parágrafo Único: O custo total/orçamento estimado considerando a extensão da via (Anexo II), no que se refere à consecução das obras públicas definidas nesta Lei, possui como fonte de recursos os valores obtidos através de recursos próprios do Município de Navegantes e por meio de financiamento obtido junto a CEF - Caixa Econômica Federal (Recursos através, OGU - Orçamento Geral da União, Ministérios das Cidades, Pró-Transportes e FGTS), correspondendo à quantia de R\$ 26.099,23 (Vinte e seis mil e noventa e nove reais e vinte e três centavos).

Art. 2º O Sujeito Passivo da Contribuição de Melhoria é o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor a qualquer título, de imóvel localizado na área de influência da obra pública.

§ 1º Responde pelo pagamento do tributo o proprietário do imóvel ao tempo do seu lançamento e esta responsabilidade se transmite aos adquirentes e sucessores da propriedade sobre o imóvel, a qualquer título.

§ 2º No caso de enfiteuse, responde pela Contribuição de Melhoria o enfiteuta.

§ 3º Tratando-se de bens indivisíveis, o tributo será lançado no nome de qualquer cadastrado, cabendo-lhe exigir dos demais as parcelas que lhes couberem por direito.

Art. 3º. O Chefe do Poder Executivo Municipal determinará as providências para a elaboração e atendimento dos atos administrativos abaixo descritos, sem prejuízo de outros que se fizerem necessários para o cumprimento desta Lei:

I - Publicação prévia de Edital anterior à execução das obras referidas nesta Lei, através de meio oficial do Município e em jornal de maior circulação local, contendo os seguintes elementos, sem prejuízo de outros:

a) memorial descritivo do projeto;

b) orçamento total ou parcial do custo das obras;

c) determinação da parcela do custo das obras a ser ressarcida pela contribuição, com o correspondente plano rateio entre os imóveis beneficiados;

d) delimitação na zona beneficiada das áreas direta e indiretamente beneficiadas e a relação de todos os imóveis nelas compreendidos;

e) determinação do fator de absorção do benefício da valorização para toda zona ou para cada uma das áreas diferenciadas nela contidas.

§ 1º O Contribuinte, querendo, poderá mediante protocolo impugnar administrativamente qualquer dos elementos referidos no Edital de que trata o inciso I deste artigo, no prazo de 30 (trinta) dias, a começar no primeiro dia útil após a publicação oficial pelo Município de Navegantes, cabendo ao impugnante o ônus da prova, sem prejuízo do exame pelo Poder Judiciário.

§ 2º As impugnações oferecidas aos elementos a que se refere este artigo, serão apresentadas por meio de petição fundamentada e devidamente identificada, descrevendo as provas requeridas, sob pena de preclusão neste sentido, e endereçadas ao Presidente da Comissão Especial de Avaliação de Bens Imóveis do Município, nomeado através do Decreto nº 636 de 02 de Maio de 2013, o qual, após manifestação da Secretaria de Governo, e do Parecer Jurídico, deverá proferir decisão final em prazo não superior a 30 (trinta) dias, contados da data do protocolo da petição da parte interessada.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

CGC 83.102.855/0001-50

Rua João Emílio n° 100 - Centro

CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC  
Fone/Fax: (47) 3342-9500  
www.navegantes.sc.gov.br

I - Da decisão proferida pela Municipalidade será cientificada pessoalmente a parte interessada e encaminhada correspondência oficial aos Setores da Administração envolvidos para, sendo o caso, providenciarem as medidas cabíveis.

II - A comunicação ao interessado da decisão referida no inciso anterior, será feita:

- a) pessoalmente, por aposição do ciente no processo;
- b) pelo correio, com Aviso de Recebimento (AR) se contribuinte pessoa física, ou, Contribuinte Pessoa Jurídica;
- c) por edital publicado em jornal de grande circulação local.

III - Em havendo necessidade de instrução do procedimento, consistente em diligências, emissão de laudos técnicos e oitiva de testemunhas etc., será determinada a realização do ato necessário e agendada a data para a solenidade, ocasião em que encerrada a instrução, a parte interessada deverá se manifestar oralmente acerca da prova produzida, sendo que no prazo de 5 (cinco) dias, a contar desta data, a Administração proferirá decisão final, do que obrigatoriamente dará ciência ao interessado, sem prejuízo de outras formas de publicidade.

IV - No caso da instrução do procedimento administrativo de que trata este artigo, o prazo definido no parágrafo segundo poderá ser prorrogado em até 30 (trinta) dias.

Art. 4 ° A determinação da Contribuição de Melhoria far-se-á rateando-se, proporcionalmente, o custo parcial ou total da obra, entre todos os imóveis incluídos na zona beneficiada pela valorização imobiliária decorrente da melhoria descrita na presente Lei, em função dos fatores individuais.

§ 1 ° Na determinação do valor individual da contribuição será observado o limite estabelecido pelo acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado, em estrita observância ao disposto nesta Lei, no artigo 145, inciso III, da Constituição Federal de 1988 c/c artigos 81 e 82, ambos da Lei nº. 5.172/1966 (Código Tributário Nacional), Decreto-lei nº. 195/1967, Lei Complementar nº. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), Lei nº. 10.257/2001 (Estatuto da Cidade) e Lei Complementar nº. 6/2002 (Código Tributário Municipal).

§ 2 ° A apuração far-se-á levando em conta:

I - situação do imóvel na zona de influência;

II - testada do imóvel;

III - área do imóvel;

IV - finalidade de exploração econômica do imóvel.

§ 3 ° A Contribuição de Melhoria terá como limite o custo total da obra tendo em vista a natureza desta, os benefícios para os usuários, atividades econômicas predominantes e o nível de desenvolvimento da região, sendo aí computadas todas as despesas necessárias aos estudos, projetos, fiscalização, desapropriações, administrações, execução e financiamento, inclusive prêmios de reembolso e outras de praxe em financiamento ou empréstimos e terá a sua expressão monetária atualizada na época do lançamento mediante aplicação de coeficientes oficiais de correção e atualização monetária.

§ 4 ° Estão incluídos nos orçamentos de custo das obras todos os investimentos necessários para que os benefícios delas decorrentes sejam integralmente alcançados pelos imóveis situados nas respectivas zonas de influência.

Art. 5 ° Executada a obra de melhoramento na sua totalidade ou em parte suficiente para beneficiar determinados imóveis, de modo a justificar o início da cobrança da Contribuição de Melhoria calculada na forma prevista nesta Lei, proceder-se-á ao lançamento referente a esses imóveis, depois de publicado o respectivo demonstrativo de custos em meio oficial do Município e em jornal de grande circulação local, através de Edital prévio que conterá os

seguintes elementos, dentre outros que se fizerem necessários:

I - determinação da parcela do custo das obras a ser ressarcida pela contribuição, com o correspondente plano de rateio entre os imóveis beneficiados devidamente identificados;

II - determinação do fator de absorção do benefício da valorização para toda zona ou para cada uma das áreas diferenciadas nela contidas após a execução total ou parcial da obra;

III - valor da Contribuição de Melhoria lançada individualmente por imóvel situado na área beneficiada pela obra pública (zona de influência);

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

CGC 83.102.855/0001-50

Rua João Emílio n ° 100 - Centro

CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

Fone/Fax: (47) 3342-9500

www.navegantes.sc.gov.br

IV - local do pagamento, prazo para o seu pagamento, suas prestações e vencimentos;

V - prazo para a impugnação;

Parágrafo Único: As impugnações/reclamações e recursos administrativos interpostos contra o lançamento da Contribuição de Melhoria não suspendem o prosseguimento da obra quando a cobrança se referir à melhoria decorrente de obra executada em parte, na forma prevista no caput deste artigo, nem impedem a administração de praticar os atos necessários ao lançamento e cobrança do tributo.

Art. 6 ° Os lançamentos da contribuição de melhoria e suas alterações serão disponibilizados aos sujeitos passivos mediante notificação pessoal ou via postal em caso de Contribuinte Pessoa Física ou Contribuinte Pessoa Jurídica, juntamente com o carnê de pagamento do tributo, indicando o prazo de 30 (trinta) dias para efeitos de recolhimento do valor devido ou, para os fins de reclamação na forma desta LEI.

Art. 7 ° Na impossibilidade da prática dos atos para a notificação do sujeito passivo na forma prevista no artigo anterior, considerar-se-á feita a Notificação pelo Edital de Lançamento previsto no Art.5º desta Lei.

Art. 8 ° Vencido o prazo fixado na notificação, sem que o sujeito passivo tenha cumprido a exigência fiscal ou contra ele tenha interposto impugnação/reclamação, ou, ainda, sem que tenha recorrido da decisão de primeira instância, será o valor do crédito tributário inscrito em dívida ativa, para os devidos fins.

Art. 9 ° A notificação, de modelo a ser fixado pelo órgão fazendário, será emitida em duas vias, e conterá, além de outros, os seguintes elementos:

I - tipo da obra;

II - local;

III - valor do imóvel do contribuinte antes do início das obras;

IV - valor atualizado do imóvel do contribuinte;

V - montante de valorização do imóvel do contribuinte;

VI - valor atualizado da contribuição de melhoria lançada;

VII - parcela do custo da obra a ser financiado pelo tributo, expresso em percentual, com indicação do respectivo dispositivo legal;

VIII - prazo, forma e local para pagamento;

IX - prazo e forma da impugnação e recurso administrativo.

Parágrafo Único: A recusa da assinatura da notificação pelo notificado a ele não aproveita nem prejudica.

Art. 10 As duas vias da notificação terão o seguinte destino:

I - a primeira, para o notificado;

II - a segunda, para a repartição em que deve ser procedido o recolhimento.

Art. 11 São competentes para notificar o lançamento e suas alterações por ato próprio do Chefe do Poder Executivo:

I - os Agentes Fiscais;

II - a Autoridade Administrativa legalmente responsável pelo lançamento de tributos.

Art. 12 A Contribuição de Melhoria a que se refere esta Lei poderá ser paga de uma só vez ou parceladamente, de acordo com os seguintes critérios:

I - O pagamento de uma só vez gozará de desconto de 20% (vinte por cento), se efetuando nos primeiros 30 (trinta) dias, a contar do recebimento da notificação do lançamento.

II - O contribuinte que não se quiser valer das faculdades previstas no inciso I deste Artigo, poderá pleitear o parcelamento de seu débito em 10(dez) prestações, expressas em modelo constitucional, corrigidas mensalmente de acordo com o IPCA - Índice de Preços ao Consumidor Ampliado - publicado pelo IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

CGC 83.102.855/0001-50

Rua João Emílio n° 100 - Centro

CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

Fone/Fax: (47) 3342-9500

www.navegantes.sc.gov.br

III - Considerando o valor total da obra, o valor da contribuição de melhoria individual e a renda do contribuinte, o Chefe do Poder Executivo poderá ampliar o número de parcelas além das estabelecidas no inciso II deste artigo.

§ 1º Independentemente do nº de prestações, no parcelamento será observado:

I - O valor mínimo de cada parcela não será inferior a 1 UFM (uma unidade fiscal do Município).

II - O pagamento da primeira parcela deverá ser efetuado até 30 (trinta) dias da data da notificação ou do deferimento do pedido de parcelamento, sob pena de cancelamento do parcelamento.

§ 2º O parcelamento do crédito tributário importa no seu reconhecimento, pelo sujeito passivo.

Art. 13 Ficam excluídas da incidência da contribuição de melhoria prevista nesta Lei, os imóveis de propriedade do Poder Público Federal, Estadual ou Municipal.

Parágrafo Único: Serão transferidas à responsabilidade do Município, as parcelas devidas por contribuintes isentos de pagamento da Contribuição de Melhoria, após o rateio, desde que atendam os requisitos previstos no Código Tributário Municipal (Lei Complementar nº. 6/2002, sem prejuízo de outras normas aplicáveis ao tema).

Art. 14 Nos recolhimentos extemporâneos decorrentes de requerimentos relativos a isenções, reclamações ou recursos interpostos contra o lançamento de tributos, havendo comprovada e injustificada má-fé do contribuinte em relação aos atos praticados, será exigido o valor atualizado do tributo, com o correspondente acréscimo de multa e juros de mora.

Art. 15 Os valores lançados a título de contribuição de melhoria não quitados até seu vencimento, ficarão sujeitos à incidência de juros de mora, multa moratória e atualização monetária, previstos no Código Tributário Municipal (Lei Complementar nº 6/2002).

Art. 16 É facultado ao sujeito passivo de obrigação tributária principal reclamar de lançamento de crédito tributário regularmente notificado, devendo no documento da impugnação/reclamação indicar o fato e os fundamentos jurídicos do pedido, suas especificações, as provas documentais e testemunhais com que pretende

demonstrar a verdade dos fatos alegados e, em especial, poderá impugnar perante a Autoridade Administrativa de primeira instância, em face de erro na localização e dimensões do imóvel, do cálculo dos índices atribuídos, do valor da contribuição e do número de prestações.

§ 1º O prazo para interpor a reclamação à Autoridade competente, mediante protocolo no Município de Navegantes é de até 30 (trinta) dias a contar do 1º. dia útil seguinte à data da notificação do lançamento, cabendo ao contribuinte o ônus da prova, sem prejuízo do exame pelo Poder Judiciário.

§ 2º Serão consideradas peremptas as reclamações interpostas fora do prazo concedido para satisfação da obrigação a que se referir o lançamento ou a notificação.

§ 3º Os recursos voluntários interpostos fora do prazo previsto no parágrafo primeiro deste artigo serão encaminhados à Procuradoria, que deles poderá conhecer, excepcionalmente, desconsiderando a preclusão, nos casos em que demonstre o contribuinte ocorrência de caso fortuito ou força maior que o tenha impedido de protocolizar a peça recursal em modo e tempo tempestivos.

Art. 17 Os litígios fiscais suscitados pela aplicação da legislação tributária no que se refere ao lançamento serão decididos, administrativamente, em duas instâncias.

§ 1º Em primeira instância, decide o representante da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Receita, e em segunda, a Procuradoria.

§ 2º Ao contribuinte ou interessado, será ofertada plena garantia de defesa ou de prova.

Art. 18 Nas decisões administrativas não se poderá questionar sobre a existência, a capitulação legal, a autoria, as circunstâncias materiais, a natureza e a extensão dos efeitos de fato já apreciado sob esses aspectos por decisão judicial ou administrativa definitiva, sem prejuízo, porém, da apreciação dos fatos conexos ou consequentes.

Art. 19 O representante da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Receita proferirá decisão de primeira instância, devidamente fundamentada e, quando cabível, aplicará as penalidades fixadas pela legislação tributária.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

CGC 83.102.855/0001-50

Rua João Emílio n° 100 - Centro

CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

Fone/Fax: (47) 3342-9500

www.navegantes.sc.gov.br

§ 1º A decisão deverá ser proferida em prazo não superior a 90 (noventa dias), contados da data do recebimento do processo concluso.

§ 2º Interrompe-se o prazo citado no parágrafo anterior sempre que houver diligência dos autos.

Art. 20 A comunicação ao interessado da decisão proferida em primeira instância será feita:

I - pessoalmente, por aposição do "ciente" no processo;

II - pelo correio, em caso de Contribuinte Pessoa Física ou Contribuinte Pessoa Jurídica, ou,

III - por edital publicado em jornal de circulação local ou regional.

Parágrafo Único: A comunicação indicará, obrigatoriamente, o prazo para interposição de recurso voluntário na instância superior.

Art. 21 O representante da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Receita fica impedido de julgar quando:

I - tiver participado diretamente da ação administrativa que originou o litígio;

II - for sócio, cotista ou acionista do notificado ou autuado;



III - estiverem envolvidos no processo interesses de parentes até terceiro grau.

Parágrafo Único: O representante da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Receita será substituído, nos seus impedimentos, por autoridade de nível hierárquico imediatamente inferior ou por servidor qualificado, pertencente ao quadro funcional da respectiva Secretaria.

Art. 22 É facultado à parte interpor recurso voluntário quando a autoridade julgadora deixar de proferir decisão no prazo legal, dando-se como julgada improcedente a reclamação ou defesa, exceto no caso de suspensão do julgamento para diligência dos autos.

Art. 23 São consideradas definitivas e irrecorríveis as decisões proferidas em primeira instância após o trânsito em julgado, que se dará no prazo de 10 (dez) dias a partir da ciência pelo interessado.

Art. 24 As decisões de segunda instância, definitivas e irrecorríveis, serão proferidas pela Procuradoria do Município, observados os prazos e demais normas previstas no Código Tributário Municipal (Lei Complementar nº. 6/2002) e na legislação complementar no que couber.

§ 1º Mantido o lançamento, considera-se em decurso o prazo nele fixado para pagamento da Contribuição de Melhoria, desde a data da ciência do contribuinte;

§ 2º A anulação do lançamento dos termos desta Lei não ilide a efetivação de novo, em substituição ao anterior, com as correções impostas pela impugnação/reclamação.

Art. 25 Aplicam-se à Contribuição de Melhoria de que trata esta Lei, no que couber e lhe forem aplicáveis, as disposições contidas nos artigos 81 e 82, ambos da Lei nº. 5.172/1966 (Código Tributário Nacional), Decreto-lei nº. 195/1967, Lei Complementar nº. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), Lei nº. 10.257/2001 (Estatuto da Cidade) e Código Tributário Municipal (Lei Complementar nº 6/2002).

Art. 26 Para os fins da aplicação desta Lei, poderá a Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Receita solicitar o apoio de servidores públicos que compõem o quadro da Municipalidade, em especial quanto à emissão de laudos técnicos e demais orientações que se fizerem necessárias, bem como solicitar auxílio à Comissão de Avaliação, nomeada através de Decreto Municipal, em estrita observância às normas legais indicadas nesta LEI.

Art. 27 Os prazos fixados nesta Lei, em consonância ao previsto no Código Tributário Municipal (Lei Complementar nº. 6/2002) serão contínuos, excluindo-se, na sua contagem, o dia do início, e incluindo-se o do vencimento.

§ 1º Os prazos só se iniciam ou vencem em dia de expediente normal na repartição que corra o processo ou deva ser praticado o ato.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

CGC 83.102.855/0001-50

Rua João Emílio n° 100 - Centro

CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

Fone/Fax: (47) 3342-9500

www.navegantes.sc.gov.br

§ 2º Para os fins das disposições desta lei é considerado exercício o período compreendido entre os meses de janeiro a dezembro do ano civil.

Art. 28 Os anexos a que se refere a presente Lei (Anexo I e II) fazem parte integrante dos procedimentos administrativos individualizados para viabilização da obra pública tratadas nesta lei, os quais encontram-se à disposição dos interessados junto à Secretaria de Governo.

Art. 29 As despesas constantes da presente lei correrão por conta da dotação orçamentária específica do Município de Navegantes.

Art. 30 Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Navegantes, 6 DE JUNHO DE 2013.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

### **Autoriza Cobrança de Contribuição de Melhoria**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

CGC 83.102.855/0001-50

Rua João Emílio n° 100 - Centro

CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

Fone/Fax: (47) 3342-9500

www.navegantes.sc.gov.br

LEI N° 2732 DE 6 DE MAIO DE 2013

INSTITUI E AUTORIZA A COBRANÇA DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais. FAÇO saber a todos os munícipes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e EU o sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a promover os atos necessários à cobrança da Contribuição de Melhoria em decorrência da valorização imobiliária relativo às obras públicas de pavimentação em lajotas de concreto, calçadas com acessibilidade, drenagem pluvial, sinalização e obras complementares, tendo como limite global a despesa realizada da obra e, como limite individual, o acréscimo de valor que resultar para cada imóvel, compreendendo aqueles diretamente localizados na Rua Osvaldo Schmidt, localizada no trecho entre a Rua Beira Rio e Rua Osvaldo Schmidt numero 960, Bairro Gravata, com extensão de 110,30 metros lineares (Anexo I - área de influência direta).

Parágrafo Único: O custo total/orçamento estimado considerando a extensão da via (Anexo II), no que se refere à consecução das obras públicas definidas nesta Lei, possui como fonte de recursos os valores obtidos através de recursos próprios do Município de Navegantes e por meio de financiamento obtido junto a CEF - Caixa Econômica Federal (Recursos através, OGU - Orçamento Geral da União, Ministérios das Cidades, Pró-Transportes e FGTS), correspondendo à quantia de R\$ 77.887,90 (Setenta e sete mil oitocentos e oitenta e sete reais e noventa centavos).

Art. 2º O Sujeito Passivo da Contribuição de Melhoria é o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor a qualquer título, de imóvel localizado na área de influência da obra pública.

§ 1º Responde pelo pagamento do tributo o proprietário do imóvel ao tempo do seu lançamento e esta responsabilidade se transmite aos adquirentes e sucessores da propriedade sobre o imóvel, a qualquer título.

§ 2º No caso de enfiteuse, responde pela Contribuição de Melhoria o enfiteuta.

§ 3º Tratando-se de bens indivisos, o tributo será lançado no nome de qualquer cadastrado, cabendo-lhe exigir dos demais as parcelas que lhes couberem por direito.

Art. 3º. O Chefe do Poder Executivo Municipal determinará as providências para a elaboração e atendimento dos atos administrativos abaixo descritos, sem prejuízo de outros que se fizerem necessários para o cumprimento desta Lei:

I - Publicação prévia de Edital anterior à execução das obras referidas nesta Lei, através de meio oficial do Município e em jornal de maior circulação local, contendo os seguintes elementos, sem prejuízo de outros:

a) memorial descritivo do projeto;



- b) orçamento total ou parcial do custo das obras;
- c) determinação da parcela do custo das obras a ser ressarcida pela contribuição, com o correspondente plano rateio entre os imóveis beneficiados;
- d) delimitação na zona beneficiada das áreas direta e indiretamente beneficiadas e a relação de todos os imóveis nelas compreendidos;
- e) determinação do fator de absorção do benefício da valorização para toda zona ou para cada uma das áreas diferenciadas nela contidas.

§ 1º O Contribuinte, querendo, poderá mediante protocolo impugnar administrativamente qualquer dos elementos referidos no Edital de que trata o inciso I deste artigo, no prazo de 30 (trinta) dias, a começar no primeiro dia útil após a publicação oficial pelo Município de Navegantes, cabendo ao impugnante o ônus da prova, sem prejuízo do exame pelo Poder Judiciário.

§ 2º As impugnações oferecidas aos elementos a que se refere este artigo, serão apresentadas por meio de petição fundamentada e devidamente identificada, descrevendo as provas requeridas, sob pena de preclusão neste sentido, e endereçadas ao Presidente da Comissão Especial de Avaliação de Bens Imóveis do Município, nomeado através do Decreto nº 636 de 02 de Maio de 2013, o qual, após manifestação da Secretaria de Governo, e do Parecer Jurídico, deverá proferir decisão final em prazo não superior a 30 (trinta) dias, contados da data do protocolo da petição da parte interessada.

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
CGC 83.102.855/0001-50  
Rua João Emílio n° 100 - Centro  
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC  
Fone/Fax: (47) 3342-9500  
www.navegantes.sc.gov.br

I - Da decisão proferida pela Municipalidade será cientificada pessoalmente a parte interessada e encaminhada correspondência oficial aos Setores da Administração envolvidos para, sendo o caso, providenciarem as medidas cabíveis.

II - A comunicação ao interessado da decisão referida no inciso anterior, será feita:

- a) pessoalmente, por aposição do ciente no processo;
  - b) pelo correio, com Aviso de Recebimento (AR) se contribuinte pessoa física, ou, Contribuinte Pessoa Jurídica;
  - c) por edital publicado em jornal de grande circulação local.
- III - Em havendo necessidade de instrução do procedimento, consistente em diligências, emissão de laudos técnicos e oitiva de testemunhas etc., será determinada a realização do ato necessário e agendada a data para a solenidade, ocasião em que encerrada a instrução, a parte interessada deverá se manifestar oralmente acerca da prova produzida, sendo que no prazo de 5 (cinco) dias, a contar desta data, a Administração proferirá decisão final, do que obrigatoriamente dará ciência ao interessado, sem prejuízo de outras formas de publicidade.
- IV - No caso da instrução do procedimento administrativo de que trata este artigo, o prazo definido no parágrafo segundo poderá ser prorrogado em até 30 (trinta) dias.

Art. 4º A determinação da Contribuição de Melhoria far-se-á rateando-se, proporcionalmente, o custo parcial ou total da obra, entre todos os imóveis incluídos na zona beneficiada pela valorização imobiliária decorrente da melhoria descrita na presente Lei, em função dos fatores individuais.

§ 1º Na determinação do valor individual da contribuição será observado o limite estabelecido pelo acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado, em estrita observância ao disposto nesta Lei, no artigo 145, inciso III, da Constituição Federal de 1988 c/c artigos 81 e 82, ambos da Lei nº. 5.172/1966

(Código Tributário Nacional), Decreto-lei nº. 195/1967, Lei Complementar nº. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), Lei nº. 10.257/2001 (Estatuto da Cidade) e Lei Complementar nº. 6/2002 (Código Tributário Municipal).

§ 2º. A apuração far-se-á levando em conta:

I - situação do imóvel na zona de influência;

II - testada do imóvel;

III - área do imóvel;

IV - finalidade de exploração econômica do imóvel.

§ 3º A Contribuição de Melhoria terá como limite o custo total da obra tendo em vista a natureza desta, os benefícios para os usuários, atividades econômicas predominantes e o nível de desenvolvimento da região, sendo aí computadas todas as despesas necessárias aos estudos, projetos, fiscalização, desapropriações, administrações, execução e financiamento, inclusive prêmios de reembolso e outras de praxe em financiamento ou empréstimos e terá a sua expressão monetária atualizada na época do lançamento mediante aplicação de coeficientes oficiais de correção e atualização monetária.

§ 4º Estão incluídos nos orçamentos de custo das obras todos os investimentos necessários para que os benefícios delas decorrentes sejam integralmente alcançados pelos imóveis situados nas respectivas zonas de influência.

Art. 5º Executada a obra de melhoramento na sua totalidade ou em parte suficiente para beneficiar determinados imóveis, de modo a justificar o início da cobrança da Contribuição de Melhoria calculada na forma prevista nesta Lei, proceder-se-á ao lançamento referente a esses imóveis, depois de publicado o respectivo demonstrativo de custos em meio oficial do Município e em jornal de grande circulação local, através de Edital prévio que conterá os seguintes elementos, dentre outros que se fizerem necessários:

I - determinação da parcela do custo das obras a ser ressarcida pela contribuição, com o correspondente plano de rateio entre os imóveis beneficiados devidamente identificados;

II - determinação do fator de absorção do benefício da valorização para toda zona ou para cada uma das áreas diferenciadas nela contidas após a execução total ou parcial da obra;

III - valor da Contribuição de Melhoria lançada individualmente por imóvel situado na área beneficiada pela obra pública (zona de influência);

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
CGC 83.102.855/0001-50  
Rua João Emílio n° 100 - Centro  
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC  
Fone/Fax: (47) 3342-9500  
www.navegantes.sc.gov.br

IV - local do pagamento, prazo para o seu pagamento, suas prestações e vencimentos;

V - prazo para a impugnação;

Parágrafo Único: As impugnações/reclamações e recursos administrativos interpostos contra o lançamento da Contribuição de Melhoria não suspendem o prosseguimento da obra quando a cobrança se referir à melhoria decorrente de obra executada em parte, na forma prevista no caput deste artigo, nem impedem a administração de praticar os atos necessários ao lançamento e cobrança do tributo.

Art. 6º Os lançamentos da contribuição de melhoria e suas alterações serão disponibilizados aos sujeitos passivos mediante notificação pessoal ou via postal em caso de Contribuinte Pessoa Física ou Contribuinte Pessoa Jurídica, juntamente com o carnê de pagamento do tributo, indicando o prazo de 30 (trinta) dias para efeitos de recolhimento do valor devido ou, para os fins de reclamação na forma desta LEI.

Art. 7º Na impossibilidade da prática dos atos para a notificação

do sujeito passivo na forma prevista no artigo anterior, considerar-se-á feita a Notificação pelo Edital de Lançamento previsto no Art.5º desta Lei.

Art. 8º Vencido o prazo fixado na notificação, sem que o sujeito passivo tenha cumprido a exigência fiscal ou contra ele tenha interposto impugnação/reclamação, ou, ainda, sem que tenha recorrido da decisão de primeira instância, será o valor do crédito tributário inscrito em dívida ativa, para os devidos fins.

Art. 9º A notificação, de modelo a ser fixado pelo órgão fazendário, será emitida em duas vias, e conterá, além de outros, os seguintes elementos:

I - tipo da obra;

II - local;

III - valor do imóvel do contribuinte antes do início das obras;

IV - valor atualizado do imóvel do contribuinte;

V - montante de valorização do imóvel do contribuinte;

VI - valor atualizado da contribuição de melhoria lançada;

VII - parcela do custo da obra a ser financiado pelo tributo, expresso em percentual, com indicação do respectivo dispositivo legal;

VIII - prazo, forma e local para pagamento;

IX - prazo e forma da impugnação e recurso administrativo.

Parágrafo Único: A recusa da assinatura da notificação pelo notificado a ele não aproveita nem prejudica.

Art. 10 As duas vias da notificação terão o seguinte destino:

I - a primeira, para o notificado;

II - a segunda, para a repartição em que deve ser procedido o recolhimento.

Art. 11 São competentes para notificar o lançamento e suas alterações por ato próprio do Chefe do Poder Executivo:

I - os Agentes Fiscais;

II - a Autoridade Administrativa legalmente responsável pelo lançamento de tributos.

Art. 12 A Contribuição de Melhoria a que se refere esta Lei poderá ser paga de uma só vez ou parceladamente, de acordo com os seguintes critérios:

I - O pagamento de uma só vez gozará de desconto de 20% (vinte por cento), se efetuando nos primeiros 30 (trinta) dias, a contar do recebimento da notificação do lançamento.

II - O contribuinte que não se quiser valer das faculdades previstas no inciso I deste Artigo, poderá pleitear o parcelamento de seu débito em 10(dez) prestações, expressas em modelo constitucional, corrigidas mensalmente de acordo com o IPCA - Índice de Preços ao Consumidor Ampliado - publicado pelo IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

CGC 83.102.855/0001-50

Rua João Emílio n° 100 - Centro

CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

Fone/Fax: (47) 3342-9500

www.navegantes.sc.gov.br

III - Considerando o valor total da obra, o valor da contribuição de melhoria individual e a renda do contribuinte, o Chefe do Poder Executivo poderá ampliar o número de parcelas além das estabelecidas no inciso II deste artigo.

§ 1º Independentemente do nº de prestações, no parcelamento será observado:

I - O valor mínimo de cada parcela não será inferior a 1 UFM (uma unidade fiscal do Município).

II - O pagamento da primeira parcela deverá ser efetuado até 30

(trinta) dias da data da notificação ou do deferimento do pedido de parcelamento, sob pena de cancelamento do parcelamento.

§ 2º O parcelamento do crédito tributário importa no seu reconhecimento, pelo sujeito passivo.

Art. 13 Ficam excluídas da incidência da contribuição de melhoria prevista nesta Lei, os imóveis de propriedade do Poder Público Federal, Estadual ou Municipal.

Parágrafo Único: Serão transferidas à responsabilidade do Município, as parcelas devidas por contribuintes isentos de pagamento da Contribuição de Melhoria, após o rateio, desde que atendam os requisitos previstos no Código Tributário Municipal (Lei Complementar nº. 6/2002, sem prejuízo de outras normas aplicáveis ao tema).

Art. 14 Nos recolhimentos extemporâneos decorrentes de requerimentos relativos a isenções, reclamações ou recursos interpostos contra o lançamento de tributos, havendo comprovada e injustificada má-fé do contribuinte em relação aos atos praticados, será exigido o valor atualizado do tributo, com o correspondente acréscimo de multa e juros de mora.

Art. 15 Os valores lançados a título de contribuição de melhoria não quitados até seu vencimento, ficarão sujeitos à incidência de juros de mora, multa moratória e atualização monetária, previstos no Código Tributário Municipal (Lei Complementar nº 6/2002).

Art. 16 É facultado ao sujeito passivo de obrigação tributária principal reclamar de lançamento de crédito tributário regularmente notificado, devendo no documento da impugnação/reclamação indicar o fato e os fundamentos jurídicos do pedido, suas especificações, as provas documentais e testemunhais com que pretende demonstrar a verdade dos fatos alegados e, em especial, poderá impugnar perante a Autoridade Administrativa de primeira instância, em face de erro na localização e dimensões do imóvel, do cálculo dos índices atribuídos, do valor da contribuição e do número de prestações.

§ 1º O prazo para interpor a reclamação à Autoridade competente, mediante protocolo no Município de Navegantes é de até 30 (trinta) dias a contar do 1º. dia útil seguinte à data da notificação do lançamento, cabendo ao contribuinte o ônus da prova, sem prejuízo do exame pelo Poder Judiciário.

§ 2º Serão consideradas peremptas as reclamações interpostas fora do prazo concedido para satisfação da obrigação a que se referir o lançamento ou a notificação.

§ 3º Os recursos voluntários interpostos fora do prazo previsto no parágrafo primeiro deste artigo serão encaminhados à Procuradoria, que deles poderá conhecer, excepcionalmente, desconsiderando a preclusão, nos casos em que demonstre o contribuinte ocorrência de caso fortuito ou força maior que o tenha impedido de protocolizar a peça recursal em modo e tempo tempestivos.

Art. 17 Os litígios fiscais suscitados pela aplicação da legislação tributária no que se refere ao lançamento serão decididos, administrativamente, em duas instâncias.

§ 1º Em primeira instância, decide o representante da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Receita, e em segunda, a Procuradoria.

§ 2º Ao contribuinte ou interessado, será ofertada plena garantia de defesa ou de prova.

Art. 18 Nas decisões administrativas não se poderá questionar sobre a existência, a capitulação legal, a autoria, as circunstâncias materiais, a natureza e a extensão dos efeitos de fato já apreciado sob esses aspectos por decisão judicial ou administrativa definitiva, sem prejuízo, porém, da apreciação dos fatos conexos ou consequentes.

Art. 19 O representante da Secretaria de Desenvolvimento

Econômico e Receita proferirá decisão de primeira instância, devidamente fundamentada e, quando cabível, aplicará as penalidades fixadas pela legislação tributária.

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
CGC 83.102.855/0001-50  
Rua João Emílio n° 100 - Centro  
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC  
Fone/Fax: (47) 3342-9500  
www.navegantes.sc.gov.br

§ 1º A decisão deverá ser proferida em prazo não superior a 90 (noventa dias), contados da data do recebimento do processo concluso.

§ 2º Interrompe-se o prazo citado no parágrafo anterior sempre que houver diligência dos autos.

Art. 20 A comunicação ao interessado da decisão proferida em primeira instância será feita:

- I - pessoalmente, por aposição do "ciente" no processo;
  - II - pelo correio, em caso de Contribuinte Pessoa Física ou Contribuinte Pessoa Jurídica, ou,
  - III - por edital publicado em jornal de circulação local ou regional.
- Parágrafo Único: A comunicação indicará, obrigatoriamente, o prazo para interposição de recurso voluntário na instância superior.

Art. 21 O representante da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Receita fica impedido de julgar quando:

- I - tiver participado diretamente da ação administrativa que originou o litígio;
- II - for sócio, cotista ou acionista do notificado ou autuado;
- III - estiverem envolvidos no processo interesses de parentes até terceiro grau.

Parágrafo Único: O representante da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Receita será substituído, nos seus impedimentos, por autoridade de nível hierárquico imediatamente inferior ou por servidor qualificado, pertencente ao quadro funcional da respectiva Secretaria.

Art. 22 É facultado à parte interpor recurso voluntário quando a autoridade julgadora deixar de proferir decisão no prazo legal, dando-se como julgada improcedente a reclamação ou defesa, exceto no caso de suspensão do julgamento para diligência dos autos.

Art. 23 São consideradas definitivas e irrecorríveis as decisões proferidas em primeira instância após o trânsito em julgado, que se dará no prazo de 10 (dez) dias a partir da ciência pelo interessado.

Art. 24 As decisões de segunda instância, definitivas e irrecorríveis, serão proferidas pela Procuradoria do Município, observados os prazos e demais normas previstas no Código Tributário Municipal (Lei Complementar nº. 6/2002) e na legislação complementar no que couber.

§ 1º Mantido o lançamento, considera-se em decurso o prazo nele fixado para pagamento da Contribuição de Melhoria, desde a data da ciência do contribuinte;

§ 2º A anulação do lançamento dos termos desta Lei não ilide a efetivação de novo, em substituição ao anterior, com as correções impostas pela impugnação/reclamação.

Art. 25 Aplicam-se à Contribuição de Melhoria de que trata esta Lei, no que couber e lhe forem aplicáveis, as disposições contidas nos artigos 81 e 82, ambos da Lei nº. 5.172/1966 (Código Tributário Nacional), Decreto-lei nº. 195/1967, Lei Complementar nº. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), Lei nº. 10.257/2001 (Estatuto da Cidade) e Código Tributário Municipal (Lei Complementar nº 6/2002).

Art. 26 Para os fins da aplicação desta Lei, poderá a Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Receita solicitar o apoio de servidores públicos que compõem o quadro da Municipalidade, em especial quanto à emissão de laudos técnicos e demais orientações que se fizerem necessárias, bem como solicitar auxílio à Comissão de Avaliação, nomeada através de Decreto Municipal, em estrita observância às normas legais indicadas nesta LEI.

Art. 27 Os prazos fixados nesta Lei, em consonância ao previsto no Código Tributário Municipal (Lei Complementar nº. 6/2002) serão contínuos, excluindo-se, na sua contagem, o dia do início, e incluindo-se o do vencimento.

§ 1º Os prazos só se iniciam ou vencem em dia de expediente normal na repartição que corra o processo ou deva ser praticado o ato.

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
CGC 83.102.855/0001-50  
Rua João Emílio n° 100 - Centro  
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC  
Fone/Fax: (47) 3342-9500  
www.navegantes.sc.gov.br

§ 2º Para os fins das disposições desta lei é considerado exercício o período compreendido entre os meses de janeiro a dezembro do ano civil.

Art. 28 Os anexos a que se refere a presente Lei (Anexo I e II) fazem parte integrante dos procedimentos administrativos individualizados para viabilização da obra pública tratadas nesta lei, os quais encontram-se à disposição dos interessados junto à Secretaria de Governo.

Art. 29 As despesas constantes da presente lei correrão por conta da dotação orçamentária específica do Município de Navegantes.

Art. 30 Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Navegantes, 6 DE JUNHO DE 2013.  
ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
Prefeito

### **Autoriza Cobrança de Contribuição de Melhoria**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
CGC 83.102.855/0001-50  
Rua João Emílio n° 100 - Centro  
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC  
Fone/Fax: (47) 3342-9500  
www.navegantes.sc.gov.br

LEI N° 2733 DE 6 DE MAIO DE 2013  
INSTITUI E AUTORIZA A COBRANÇA DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais. FAÇO saber a todos os munícipes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e EU o sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a promover os atos necessários à cobrança da Contribuição de Melhoria em decorrência da valorização imobiliária relativo às obras públicas de pavimentação em lajotas de concreto, calçadas com acessibilidade, drenagem pluvial, sinalização e obras complementares, tendo como limite global a despesa realizada da obra e, como limite individual, o acréscimo de valor que resultar para cada imóvel, compreendendo aqueles diretamente localizados na Rua Beira Rio, anteriormente Sem Denominação, localizada no trecho entre a Rua Francisco Avelino Antunes e Rua Osvaldo Schimitz, Bairro Gravata, com extensão de 69,32 metros lineares (Anexo I - área de influência direta).



Parágrafo Único: O custo total/orçamento estimado considerando a extensão da via (Anexo II), no que se refere à consecução das obras públicas definidas nesta Lei, possui como fonte de recursos os valores obtidos através de recursos próprios do Município de Navegantes e por meio de financiamento obtido junto a CEF - Caixa Econômica Federal (Recursos através, OGU - Orçamento Geral da União, Ministérios das Cidades, Pró-Transportes e FGTS), correspondendo à quantia de R\$ 46.707,10 (Quarenta e seis mil setecentos e sete reais e dez centavos).

Art. 2º O Sujeito Passivo da Contribuição de Melhoria é o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor a qualquer título, de imóvel localizado na área de influência da obra pública.

§ 1º Responde pelo pagamento do tributo o proprietário do imóvel ao tempo do seu lançamento e esta responsabilidade se transmite aos adquirentes e sucessores da propriedade sobre o imóvel, a qualquer título.

§ 2º No caso de enfiteuse, responde pela Contribuição de Melhoria o enfiteuta.

§ 3º Tratando-se de bens indivisos, o tributo será lançado no nome de qualquer cadastrado, cabendo-lhe exigir dos demais as parcelas que lhes couberem por direito.

Art. 3º. O Chefe do Poder Executivo Municipal determinará as providências para a elaboração e atendimento dos atos administrativos abaixo descritos, sem prejuízo de outros que se fizerem necessários para o cumprimento desta Lei:

I - Publicação prévia de Edital anterior à execução das obras referidas nesta Lei, através de meio oficial do Município e em jornal de maior circulação local, contendo os seguintes elementos, sem prejuízo de outros:

- a) memorial descritivo do projeto;
- b) orçamento total ou parcial do custo das obras;
- c) determinação da parcela do custo das obras a ser ressarcida pela contribuição, com o correspondente plano rateio entre os imóveis beneficiados;
- d) delimitação na zona beneficiada das áreas direta e indiretamente beneficiadas e a relação de todos os imóveis nelas compreendidos;
- e) determinação do fator de absorção do benefício da valorização para toda zona ou para cada uma das áreas diferenciadas nela contidas.

§ 1º O Contribuinte, querendo, poderá mediante protocolo impugnar administrativamente qualquer dos elementos referidos no Edital de que trata o inciso I deste artigo, no prazo de 30 (trinta) dias, a começar no primeiro dia útil após a publicação oficial pelo Município de Navegantes, cabendo ao impugnante o ônus da prova, sem prejuízo do exame pelo Poder Judiciário.

§ 2º As impugnações oferecidas aos elementos a que se refere este artigo, serão apresentadas por meio de petição fundamentada e devidamente identificada, descrevendo as provas requeridas, sob pena de preclusão neste sentido, e endereçadas ao Presidente da Comissão Especial de Avaliação de Bens Imóveis do Município, nomeado através do Decreto nº 636 de 02 de Maio de 2013, o qual, após manifestação da Secretaria de Governo, e do Parecer Jurídico, deverá proferir decisão final em prazo não superior a 30 (trinta) dias, contados da data do protocolo da petição da parte interessada.

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
CGC 83.102.855/0001-50  
Rua João Emílio nº 100 - Centro  
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC  
Fone/Fax: (47) 3342-9500  
www.navegantes.sc.gov.br

I - Da decisão proferida pela Municipalidade será cientificada pessoalmente a parte interessada e encaminhada correspondência

oficial aos Setores da Administração envolvidos para, sendo o caso, providenciarem as medidas cabíveis.

II - A comunicação ao interessado da decisão referida no inciso anterior, será feita:

- a) pessoalmente, por aposição do ciente no processo;
- b) pelo correio, com Aviso de Recebimento (AR) se contribuinte pessoa física, ou, Contribuinte Pessoa Jurídica;
- c) por edital publicado em jornal de grande circulação local.

III - Em havendo necessidade de instrução do procedimento, consistente em diligências, emissão de laudos técnicos e oitiva de testemunhas etc., será determinada a realização do ato necessário e agendada a data para a solenidade, ocasião em que encerrada a instrução, a parte interessada deverá se manifestar oralmente acerca da prova produzida, sendo que no prazo de 5 (cinco) dias, a contar desta data, a Administração proferirá decisão final, do que obrigatoriamente dará ciência ao interessado, sem prejuízo de outras formas de publicidade.

IV - No caso da instrução do procedimento administrativo de que trata este artigo, o prazo definido no parágrafo segundo poderá ser prorrogado em até 30 (trinta) dias.

Art. 4º A determinação da Contribuição de Melhoria far-se-á rateando-se, proporcionalmente, o custo parcial ou total da obra, entre todos os imóveis incluídos na zona beneficiada pela valorização imobiliária decorrente da melhoria descrita na presente Lei, em função dos fatores individuais.

§ 1º Na determinação do valor individual da contribuição será observado o limite estabelecido pelo acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado, em estrita observância ao disposto nesta Lei, no artigo 145, inciso III, da Constituição Federal de 1988 c/c artigos 81 e 82, ambos da Lei nº. 5.172/1966 (Código Tributário Nacional), Decreto-lei nº. 195/1967, Lei Complementar nº. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), Lei nº. 10.257/2001 (Estatuto da Cidade) e Lei Complementar nº. 6/2002 (Código Tributário Municipal).

§ 2º. A apuração far-se-á levando em conta:

I - situação do imóvel na zona de influência;

II - testada do imóvel;

III - área do imóvel;

IV - finalidade de exploração econômica do imóvel.

§ 3º A Contribuição de Melhoria terá como limite o custo total da obra tendo em vista a natureza desta, os benefícios para os usuários, atividades econômicas predominantes e o nível de desenvolvimento da região, sendo aí computadas todas as despesas necessárias aos estudos, projetos, fiscalização, desapropriações, administrações, execução e financiamento, inclusive prêmios de reembolso e outras de praxe em financiamento ou empréstimos e terá a sua expressão monetária atualizada na época do lançamento mediante aplicação de coeficientes oficiais de correção e atualização monetária.

§ 4º Estão incluídos nos orçamentos de custo das obras todos os investimentos necessários para que os benefícios delas decorrentes sejam integralmente alcançados pelos imóveis situados nas respectivas zonas de influência.

Art. 5º Executada a obra de melhoramento na sua totalidade ou em parte suficiente para beneficiar determinados imóveis, de modo a justificar o início da cobrança da Contribuição de Melhoria calculada na forma prevista nesta Lei, proceder-se-á ao lançamento referente a esses imóveis, depois de publicado o respectivo demonstrativo de custos em meio oficial do Município e em jornal de grande circulação local, através de Edital prévio que conterá os seguintes elementos, dentre outros que se fizerem necessários:

I - determinação da parcela do custo das obras a ser ressarcida pela contribuição, com o correspondente plano de rateio entre os imóveis beneficiados devidamente identificados;

II - determinação do fator de absorção do benefício da valorização para toda zona ou para cada uma das áreas diferenciadas nela



contidas após a execução total ou parcial da obra;  
III - valor da Contribuição de Melhoria lançada individualmente por imóvel situado na área beneficiada pela obra pública (zona de influência);

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
CGC 83.102.855/0001-50  
Rua João Emílio n° 100 - Centro  
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC  
Fone/Fax: (47) 3342-9500  
www.navegantes.sc.gov.br

IV - local do pagamento, prazo para o seu pagamento, suas prestações e vencimentos;

V - prazo para a impugnação;

Parágrafo Único: As impugnações/reclamações e recursos administrativos interpostos contra o lançamento da Contribuição de Melhoria não suspendem o prosseguimento da obra quando a cobrança se referir à melhoria decorrente de obra executada em parte, na forma prevista no caput deste artigo, nem impedem a administração de praticar os atos necessários ao lançamento e cobrança do tributo.

Art. 6º Os lançamentos da contribuição de melhoria e suas alterações serão disponibilizados aos sujeitos passivos mediante notificação pessoal ou via postal em caso de Contribuinte Pessoa Física ou Contribuinte Pessoa Jurídica, juntamente com o carnê de pagamento do tributo, indicando o prazo de 30 (trinta) dias para efeitos de recolhimento do valor devido ou, para os fins de reclamação na forma desta LEI.

Art. 7º Na impossibilidade da prática dos atos para a notificação do sujeito passivo na forma prevista no artigo anterior, considerar-se-á feita a Notificação pelo Edital de Lançamento previsto no Art.5º desta Lei.

Art. 8º Vencido o prazo fixado na notificação, sem que o sujeito passivo tenha cumprido a exigência fiscal ou contra ele tenha interposto impugnação/reclamação, ou, ainda, sem que tenha recorrido da decisão de primeira instância, será o valor do crédito tributário inscrito em dívida ativa, para os devidos fins.

Art. 9º A notificação, de modelo a ser fixado pelo órgão fazendário, será emitida em duas vias, e conterá, além de outros, os seguintes elementos:

I - tipo da obra;

II - local;

III - valor do imóvel do contribuinte antes do início das obras;

IV - valor atualizado do imóvel do contribuinte;

V - montante de valorização do imóvel do contribuinte;

VI - valor atualizado da contribuição de melhoria lançada;

VII - parcela do custo da obra a ser financiado pelo tributo, expresso em percentual, com indicação do respectivo dispositivo legal;

VIII - prazo, forma e local para pagamento;

IX - prazo e forma da impugnação e recurso administrativo.

Parágrafo Único: A recusa da assinatura da notificação pelo notificado a ele não aproveita nem prejudica.

Art. 10 As duas vias da notificação terão o seguinte destino:

I - a primeira, para o notificado;

II - a segunda, para a repartição em que deve ser procedido o recolhimento.

Art. 11 São competentes para notificar o lançamento e suas alterações por ato próprio do Chefe do Poder Executivo:

I - os Agentes Fiscais;

II - a Autoridade Administrativa legalmente responsável pelo lançamento de tributos.

Art. 12 A Contribuição de Melhoria a que se refere esta Lei poderá ser paga de uma só vez ou parceladamente, de acordo com os seguintes critérios:

I - O pagamento de uma só vez gozará de desconto de 20% (vinte por cento), se efetuando nos primeiros 30 (trinta) dias, a contar do recebimento da notificação do lançamento.

II - O contribuinte que não se quiser valer das faculdades previstas no inciso I deste Artigo, poderá pleitear o parcelamento de seu débito em 10(dez) prestações, expressas em modelo constitucional, corrigidas mensalmente de acordo com o IPCA - Índice de Preços ao Consumidor Ampliado - publicado pelo IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
CGC 83.102.855/0001-50  
Rua João Emílio n° 100 - Centro  
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC  
Fone/Fax: (47) 3342-9500  
www.navegantes.sc.gov.br

III - Considerando o valor total da obra, o valor da contribuição de melhoria individual e a renda do contribuinte, o Chefe do Poder Executivo poderá ampliar o número de parcelas além das estabelecidas no inciso II deste artigo.

§ 1º Independentemente do nº de prestações, no parcelamento será observado:

I - O valor mínimo de cada parcela não será inferior a 1 UFM (uma unidade fiscal do Município).

II - O pagamento da primeira parcela deverá ser efetuado até 30 (trinta) dias da data da notificação ou do deferimento do pedido de parcelamento, sob pena de cancelamento do parcelamento.

§ 2º O parcelamento do crédito tributário importa no seu reconhecimento, pelo sujeito passivo.

Art. 13 Ficam excluídas da incidência da contribuição de melhoria prevista nesta Lei, os imóveis de propriedade do Poder Público Federal, Estadual ou Municipal.

Parágrafo Único: Serão transferidas à responsabilidade do Município, as parcelas devidas por contribuintes isentos de pagamento da Contribuição de Melhoria, após o rateio, desde que atendam os requisitos previstos no Código Tributário Municipal (Lei Complementar nº. 6/2002, sem prejuízo de outras normas aplicáveis ao tema).

Art. 14 Nos recolhimentos extemporâneos decorrentes de requerimentos relativos a isenções, reclamações ou recursos interpostos contra o lançamento de tributos, havendo comprovada e injustificada má-fé do contribuinte em relação aos atos praticados, será exigido o valor atualizado do tributo, com o correspondente acréscimo de multa e juros de mora.

Art. 15 Os valores lançados a título de contribuição de melhoria não quitados até seu vencimento, ficarão sujeitos à incidência de juros de mora, multa moratória e atualização monetária, previstos no Código Tributário Municipal (Lei Complementar nº 6/2002).

Art. 16 É facultado ao sujeito passivo de obrigação tributária principal reclamar de lançamento de crédito tributário regularmente notificado, devendo no documento da impugnação/reclamação indicar o fato e os fundamentos jurídicos do pedido, suas especificações, as provas documentais e testemunhais com que pretende demonstrar a verdade dos fatos alegados e, em especial, poderá impugnar perante a Autoridade Administrativa de primeira instância, em face de erro na localização e dimensões do imóvel, do cálculo dos índices atribuídos, do valor da contribuição e do número de prestações.

§ 1º O prazo para interpor a reclamação à Autoridade competente,

mediante protocolo no Município de Navegantes é de até 30 (trinta) dias a contar do 1º. dia útil seguinte à data da notificação do lançamento, cabendo ao contribuinte o ônus da prova, sem prejuízo do exame pelo Poder Judiciário.

§ 2º Serão consideradas peremptas as reclamações interpostas fora do prazo concedido para satisfação da obrigação a que se referir o lançamento ou a notificação.

§ 3º Os recursos voluntários interpostos fora do prazo previsto no parágrafo primeiro deste artigo serão encaminhados à Procuradoria, que deles poderá conhecer, excepcionalmente, desconsiderando a preclusão, nos casos em que demonstre o contribuinte ocorrência de caso fortuito ou força maior que o tenha impedido de protocolizar a peça recursal em modo e tempo tempestivos.

Art. 17 Os litígios fiscais suscitados pela aplicação da legislação tributária no que se refere ao lançamento serão decididos, administrativamente, em duas instâncias.

§ 1º Em primeira instância, decide o representante da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Receita, e em segunda, a Procuradoria.

§ 2º Ao contribuinte ou interessado, será ofertada plena garantia de defesa ou de prova.

Art. 18 Nas decisões administrativas não se poderá questionar sobre a existência, a capitulação legal, a autoria, as circunstâncias materiais, a natureza e a extensão dos efeitos de fato já apreciado sob esses aspectos por decisão judicial ou administrativa definitiva, sem prejuízo, porém, da apreciação dos fatos conexos ou consequentes.

Art. 19 O representante da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Receita proferirá decisão de primeira instância, devidamente fundamentada e, quando cabível, aplicará as penalidades fixadas pela legislação tributária.

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
CGC 83.102.855/0001-50  
Rua João Emílio n° 100 - Centro  
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC  
Fone/Fax: (47) 3342-9500  
www.navegantes.sc.gov.br

§ 1º A decisão deverá ser proferida em prazo não superior a 90 (noventa dias), contados da data do recebimento do processo concluso.

§ 2º Interrompe-se o prazo citado no parágrafo anterior sempre que houver diligência dos autos.

Art. 20 A comunicação ao interessado da decisão proferida em primeira instância será feita:

I - pessoalmente, por aposição do "ciente" no processo;  
II - pelo correio, em caso de Contribuinte Pessoa Física ou Contribuinte Pessoa Jurídica, ou,  
III - por edital publicado em jornal de circulação local ou regional.  
Parágrafo Único: A comunicação indicará, obrigatoriamente, o prazo para interposição de recurso voluntário na instância superior.

Art. 21 O representante da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Receita fica impedido de julgar quando:

I - tiver participado diretamente da ação administrativa que originou o litígio;  
II - for sócio, cotista ou acionista do notificado ou autuado;  
III - estiverem envolvidos no processo interesses de parentes até terceiro grau.

Parágrafo Único: O representante da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Receita será substituído, nos seus impedimentos, por autoridade de nível hierárquico imediatamente inferior ou por servidor qualificado, pertencente ao quadro funcional

da respectiva Secretaria.

Art. 22 É facultado à parte interpor recurso voluntário quando a autoridade julgadora deixar de proferir decisão no prazo legal, dando-se como julgada improcedente a reclamação ou defesa, exceto no caso de suspensão do julgamento para diligência dos autos.

Art. 23 São consideradas definitivas e irrecorríveis as decisões proferidas em primeira instância após o trânsito em julgado, que se dará no prazo de 10 (dez) dias a partir da ciência pelo interessado.

Art. 24 As decisões de segunda instância, definitivas e irrecorríveis, serão proferidas pela Procuradoria do Município, observados os prazos e demais normas previstas no Código Tributário Municipal (Lei Complementar nº. 6/2002) e na legislação complementar no que couber.

§ 1º Mantido o lançamento, considera-se em decurso o prazo nele fixado para pagamento da Contribuição de Melhoria, desde a data da ciência do contribuinte;

§ 2º A anulação do lançamento dos termos desta Lei não ilide a efetivação de novo, em substituição ao anterior, com as correções impostas pela impugnação/reclamação.

Art. 25 Aplicam-se à Contribuição de Melhoria de que trata esta Lei, no que couber e lhe forem aplicáveis, as disposições contidas nos artigos 81 e 82, ambos da Lei nº. 5.172/1966 (Código Tributário Nacional), Decreto-lei nº. 195/1967, Lei Complementar nº. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), Lei nº. 10.257/2001 (Estatuto da Cidade) e Código Tributário Municipal (Lei Complementar nº 6/2002).

Art. 26 Para os fins da aplicação desta Lei, poderá a Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Receita solicitar o apoio de servidores públicos que compõem o quadro da Municipalidade, em especial quanto à emissão de laudos técnicos e demais orientações que se fizerem necessárias, bem como solicitar auxílio à Comissão de Avaliação, nomeada através de Decreto Municipal, em estrita observância às normas legais indicadas nesta LEI.

Art. 27 Os prazos fixados nesta Lei, em consonância ao previsto no Código Tributário Municipal (Lei Complementar nº. 6/2002) serão contínuos, excluindo-se, na sua contagem, o dia do início, e incluindo-se o do vencimento.

§ 1º Os prazos só se iniciam ou vencem em dia de expediente normal na repartição que corra o processo ou deva ser praticado o ato.

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
CGC 83.102.855/0001-50  
Rua João Emílio n° 100 - Centro  
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC  
Fone/Fax: (47) 3342-9500  
www.navegantes.sc.gov.br

§ 2º Para os fins das disposições desta lei é considerado exercício o período compreendido entre os meses de janeiro a dezembro do ano civil.

Art. 28 Os anexos a que se refere a presente Lei (Anexo I e II) fazem parte integrante dos procedimentos administrativos individualizados para viabilização da obra pública tratadas nesta lei, os quais encontram-se à disposição dos interessados junto à Secretaria de Governo.

Art. 29 As despesas constantes da presente lei correrão por conta da dotação orçamentária específica do Município de Navegantes.

Art. 30 Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Navegantes, 6 DE JUNHO DE 2013.  
ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
Prefeito

**Autoriza Cobrança de Contribuição de Melhoria**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

CGC 83.102.855/0001-50

Rua João Emílio n° 100 - Centro

CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

Fone/Fax: (47) 3342-9500

www.navegantes.sc.gov.br

LEI N° 2734 DE 6 DE MAIO DE 2013

INSTITUI E AUTORIZA A COBRANÇA DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais. FAÇO saber a todos os munícipes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e EU o sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a promover os atos necessários à cobrança da Contribuição de Melhoria em decorrência da valorização imobiliária relativo às obras públicas de pavimentação em lajotas de concreto, calçadas com acessibilidade, drenagem pluvial, sinalização e obras complementares, tendo como limite global a despesa realizada da obra e, como limite individual, o acréscimo de valor que resultar para cada imóvel, compreendendo aqueles diretamente localizados na Rua Uruguai, localizada no trecho entre a Rua Leonel Seara e Rua F Loteamento Rio Gravata, Bairro Gravata, com extensão de 110,60 metros lineares (Anexo I - área de influência direta).

Parágrafo Único: O custo total/orçamento estimado considerando a extensão da via (Anexo II), no que se refere à consecução das obras públicas definidas nesta Lei, possui como fonte de recursos os valores obtidos através de recursos próprios do Município de Navegantes e por meio de financiamento obtido junto a CEF - Caixa Econômica Federal (Recursos através, OGU - Orçamento Geral da União, Ministérios das Cidades, Pró-Transportes e FGTS), correspondendo à quantia de R\$ 87.259,66 (Oitenta e sete mil duzentos e cinquenta e nove reais e sessenta e seis centavos).

Art. 2º O Sujeito Passivo da Contribuição de Melhoria é o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor a qualquer título, de imóvel localizado na área de influência da obra pública.

§ 1º Responde pelo pagamento do tributo o proprietário do imóvel ao tempo do seu lançamento e esta responsabilidade se transmite aos adquirentes e sucessores da propriedade sobre o imóvel, a qualquer título.

§ 2º No caso de enfiteuse, responde pela Contribuição de Melhoria o enfiteuta.

§ 3º Tratando-se de bens indivisos, o tributo será lançado no nome de qualquer cadastrado, cabendo-lhe exigir dos demais as parcelas que lhes couberem por direito.

Art. 3º. O Chefe do Poder Executivo Municipal determinará as providências para a elaboração e atendimento dos atos administrativos abaixo descritos, sem prejuízo de outros que se fizerem necessários para o cumprimento desta Lei:

I - Publicação prévia de Edital anterior à execução das obras referidas nesta Lei, através de meio oficial do Município e em jornal de maior circulação local, contendo os seguintes elementos, sem prejuízo de outros:

- a) memorial descritivo do projeto;
- b) orçamento total ou parcial do custo das obras;
- c) determinação da parcela do custo das obras a ser ressarcida pela contribuição, com o correspondente plano rateio entre os imóveis beneficiados;
- d) delimitação na zona beneficiada das áreas direta e indiretamente beneficiadas e a relação de todos os imóveis nelas compreendidos;
- e) determinação do fator de absorção do benefício da valorização para toda zona ou para cada uma das áreas diferenciadas nela contidas.

§ 1º O Contribuinte, querendo, poderá mediante protocolo impugnar administrativamente qualquer dos elementos referidos no Edital de que trata o inciso I deste artigo, no prazo de 30 (trinta) dias, a começar no primeiro dia útil após a publicação oficial pelo Município de Navegantes, cabendo ao impugnante o ônus da prova, sem prejuízo do exame pelo Poder Judiciário.

§ 2º As impugnações oferecidas aos elementos a que se refere este artigo, serão apresentadas por meio de petição fundamentada e devidamente identificada, descrevendo as provas requeridas, sob pena de preclusão neste sentido, e endereçadas ao Presidente da Comissão Especial de Avaliação de Bens Imóveis do Município, nomeado através do Decreto nº 636 de 02 de Maio de 2013, o qual, após manifestação da Secretaria de Governo, e do Parecer Jurídico, deverá proferir decisão final em prazo não superior a 30 (trinta) dias, contados da data do protocolo da petição da parte interessada.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

CGC 83.102.855/0001-50

Rua João Emílio n° 100 - Centro

CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

Fone/Fax: (47) 3342-9500

www.navegantes.sc.gov.br

I - Da decisão proferida pela Municipalidade será cientificada pessoalmente a parte interessada e encaminhada correspondência oficial aos Setores da Administração envolvidos para, sendo o caso, providenciarem as medidas cabíveis.

II - A comunicação ao interessado da decisão referida no inciso anterior, será feita:

- a) pessoalmente, por aposição do ciente no processo;
- b) pelo correio, com Aviso de Recebimento (AR) se contribuinte pessoa física, ou, Contribuinte Pessoa Jurídica;
- c) por edital publicado em jornal de grande circulação local.

III - Em havendo necessidade de instrução do procedimento, consistente em diligências, emissão de laudos técnicos e oitiva de testemunhas etc., será determinada a realização do ato necessário e agendada a data para a solenidade, ocasião em que encerrada a instrução, a parte interessada deverá se manifestar oralmente acerca da prova produzida, sendo que no prazo de 5 (cinco) dias, a contar desta data, a Administração proferirá decisão final, do que obrigatoriamente dará ciência ao interessado, sem prejuízo de outras formas de publicidade.

IV - No caso da instrução do procedimento administrativo de que trata este artigo, o prazo definido no parágrafo segundo poderá ser prorrogado em até 30 (trinta) dias.

Art. 4º A determinação da Contribuição de Melhoria far-se-á rateando-se, proporcionalmente, o custo parcial ou total da obra, entre todos os imóveis incluídos na zona beneficiada pela valorização imobiliária decorrente da melhoria descrita na presente Lei, em função dos fatores individuais.

§ 1º Na determinação do valor individual da contribuição será observado o limite estabelecido pelo acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado, em estrita observância ao disposto nesta Lei, no artigo 145, inciso III, da Constituição Federal de 1988 c/c artigos 81 e 82, ambos da Lei nº. 5.172/1966 (Código Tributário Nacional), Decreto-lei nº. 195/1967, Lei Complementar nº. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), Lei nº. 10.257/2001 (Estatuto da Cidade) e Lei Complementar nº. 6/2002 (Código Tributário Municipal).

§ 2º. A apuração far-se-á levando em conta:

I - situação do imóvel na zona de influência;

II - testada do imóvel;

III - área do imóvel;

IV - finalidade de exploração econômica do imóvel.

§ 3º A Contribuição de Melhoria terá como limite o custo total



da obra tendo em vista a natureza desta, os benefícios para os usuários, atividades econômicas predominantes e o nível de desenvolvimento da região, sendo aí computadas todas as despesas necessárias aos estudos, projetos, fiscalização, desapropriações, administrações, execução e financiamento, inclusive prêmios de reembolso e outras de praxe em financiamento ou empréstimos e terá a sua expressão monetária atualizada na época do lançamento mediante aplicação de coeficientes oficiais de correção e atualização monetária.

§ 4º Estão incluídos nos orçamentos de custo das obras todos os investimentos necessários para que os benefícios delas decorrentes sejam integralmente alcançados pelos imóveis situados nas respectivas zonas de influência.

Art. 5º Executada a obra de melhoramento na sua totalidade ou em parte suficiente para beneficiar determinados imóveis, de modo a justificar o início da cobrança da Contribuição de Melhoria calculada na forma prevista nesta Lei, proceder-se-á ao lançamento referente a esses imóveis, depois de publicado o respectivo demonstrativo de custos em meio oficial do Município e em jornal de grande circulação local, através de Edital prévio que conterá os seguintes elementos, dentre outros que se fizerem necessários:

I - determinação da parcela do custo das obras a ser ressarcida pela contribuição, com o correspondente plano de rateio entre os imóveis beneficiados devidamente identificados;

II - determinação do fator de absorção do benefício da valorização para toda zona ou para cada uma das áreas diferenciadas nela contidas após a execução total ou parcial da obra;

III - valor da Contribuição de Melhoria lançada individualmente por imóvel situado na área beneficiada pela obra pública (zona de influência);

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
CGC 83.102.855/0001-50  
Rua João Emílio n° 100 - Centro  
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC  
Fone/Fax: (47) 3342-9500  
www.navegantes.sc.gov.br

IV - local do pagamento, prazo para o seu pagamento, suas prestações e vencimentos;

V - prazo para a impugnação;

Parágrafo Único: As impugnações/reclamações e recursos administrativos interpostos contra o lançamento da Contribuição de Melhoria não suspendem o prosseguimento da obra quando a cobrança se referir à melhoria decorrente de obra executada em parte, na forma prevista no caput deste artigo, nem impedem a administração de praticar os atos necessários ao lançamento e cobrança do tributo.

Art. 6º Os lançamentos da contribuição de melhoria e suas alterações serão disponibilizados aos sujeitos passivos mediante notificação pessoal ou via postal em caso de Contribuinte Pessoa Física ou Contribuinte Pessoa Jurídica, juntamente com o carnê de pagamento do tributo, indicando o prazo de 30 (trinta) dias para efeitos de recolhimento do valor devido ou, para os fins de reclamação na forma desta LEI.

Art. 7º Na impossibilidade da prática dos atos para a notificação do sujeito passivo na forma prevista no artigo anterior, considerar-se-á feita a Notificação pelo Edital de Lançamento previsto no Art.5º desta Lei.

Art. 8º Vencido o prazo fixado na notificação, sem que o sujeito passivo tenha cumprido a exigência fiscal ou contra ele tenha interposto impugnação/reclamação, ou, ainda, sem que tenha recorrido da decisão de primeira instância, será o valor do crédito tributário inscrito em dívida ativa, para os devidos fins.

Art. 9º A notificação, de modelo a ser fixado pelo órgão fazendário,

será emitida em duas vias, e conterá, além de outros, os seguintes elementos:

I - tipo da obra;

II - local;

III - valor do imóvel do contribuinte antes do início das obras;

IV - valor atualizado do imóvel do contribuinte;

V - montante de valorização do imóvel do contribuinte;

VI - valor atualizado da contribuição de melhoria lançada;

VII - parcela do custo da obra a ser financiado pelo tributo, expresso em percentual, com indicação do respectivo dispositivo legal;

VIII - prazo, forma e local para pagamento;

IX - prazo e forma da impugnação e recurso administrativo.

Parágrafo Único: A recusa da assinatura da notificação pelo notificado a ele não aproveita nem prejudica.

Art. 10 As duas vias da notificação terão o seguinte destino:

I - a primeira, para o notificado;

II - a segunda, para a repartição em que deve ser procedido o recolhimento.

Art. 11 São competentes para notificar o lançamento e suas alterações por ato próprio do Chefe do Poder Executivo:

I - os Agentes Fiscais;

II - a Autoridade Administrativa legalmente responsável pelo lançamento de tributos.

Art. 12 A Contribuição de Melhoria a que se refere esta Lei poderá ser paga de uma só vez ou parceladamente, de acordo com os seguintes critérios:

I - O pagamento de uma só vez gozará de desconto de 20% (vinte por cento), se efetuando nos primeiros 30 (trinta) dias, a contar do recebimento da notificação do lançamento.

II - O contribuinte que não se quiser valer das faculdades previstas no inciso I deste Artigo, poderá pleitear o parcelamento de seu débito em 10(dez) prestações, expressas em modelo constitucional, corrigidas mensalmente de acordo com o IPCA - Índice de Preços ao Consumidor Ampliado - publicado pelo IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
CGC 83.102.855/0001-50  
Rua João Emílio n° 100 - Centro  
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC  
Fone/Fax: (47) 3342-9500  
www.navegantes.sc.gov.br

III - Considerando o valor total da obra, o valor da contribuição de melhoria individual e a renda do contribuinte, o Chefe do Poder Executivo poderá ampliar o número de parcelas além das estabelecidas no inciso II deste artigo.

§ 1º Independentemente do nº de prestações, no parcelamento será observado:

I - O valor mínimo de cada parcela não será inferior a 1 UFM (uma unidade fiscal do Município).

II - O pagamento da primeira parcela deverá ser efetuado até 30 (trinta) dias da data da notificação ou do deferimento do pedido de parcelamento, sob pena de cancelamento do parcelamento.

§ 2º O parcelamento do crédito tributário importa no seu reconhecimento, pelo sujeito passivo.

Art. 13 Ficam excluídas da incidência da contribuição de melhoria prevista nesta Lei, os imóveis de propriedade do Poder Público Federal, Estadual ou Municipal.

Parágrafo Único: Serão transferidas à responsabilidade do Município, as parcelas devidas por contribuintes isentos de pagamento



da Contribuição de Melhoria, após o rateio, desde que atendam os requisitos previstos no Código Tributário Municipal (Lei Complementar nº. 6/2002, sem prejuízo de outras normas aplicáveis ao tema).

Art. 14 Nos recolhimentos extemporâneos decorrentes de requerimentos relativos a isenções, reclamações ou recursos interpostos contra o lançamento de tributos, havendo comprovada e injustificada má-fé do contribuinte em relação aos atos praticados, será exigido o valor atualizado do tributo, com o correspondente acréscimo de multa e juros de mora.

Art. 15 Os valores lançados a título de contribuição de melhoria não quitados até seu vencimento, ficarão sujeitos à incidência de juros de mora, multa moratória e atualização monetária, previstos no Código Tributário Municipal (Lei Complementar nº 6/2002).

Art. 16 É facultado ao sujeito passivo de obrigação tributária principal reclamar de lançamento de crédito tributário regularmente notificado, devendo no documento da impugnação/reclamação indicar o fato e os fundamentos jurídicos do pedido, suas especificações, as provas documentais e testemunhais com que pretende demonstrar a verdade dos fatos alegados e, em especial, poderá impugnar perante a Autoridade Administrativa de primeira instância, em face de erro na localização e dimensões do imóvel, do cálculo dos índices atribuídos, do valor da contribuição e do número de prestações.

§ 1º O prazo para interpor a reclamação à Autoridade competente, mediante protocolo no Município de Navegantes é de até 30 (trinta) dias a contar do 1º. dia útil seguinte à data da notificação do lançamento, cabendo ao contribuinte o ônus da prova, sem prejuízo do exame pelo Poder Judiciário.

§ 2º Serão consideradas peremptas as reclamações interpostas fora do prazo concedido para satisfação da obrigação a que se referir o lançamento ou a notificação.

§ 3º Os recursos voluntários interpostos fora do prazo previsto no parágrafo primeiro deste artigo serão encaminhados à Procuradoria, que deles poderá conhecer, excepcionalmente, desconsiderando a preclusão, nos casos em que demonstre o contribuinte ocorrência de caso fortuito ou força maior que o tenha impedido de protocolizar a peça recursal em modo e tempo tempestivos.

Art. 17 Os litígios fiscais suscitados pela aplicação da legislação tributária no que se refere ao lançamento serão decididos, administrativamente, em duas instâncias.

§ 1º Em primeira instância, decide o representante da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Receita, e em segunda, a Procuradoria.

§ 2º Ao contribuinte ou interessado, será ofertada plena garantia de defesa ou de prova.

Art. 18 Nas decisões administrativas não se poderá questionar sobre a existência, a capitulação legal, a autoria, as circunstâncias materiais, a natureza e a extensão dos efeitos de fato já apreciado sob esses aspectos por decisão judicial ou administrativa definitiva, sem prejuízo, porém, da apreciação dos fatos conexos ou consequentes.

Art. 19 O representante da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Receita proferirá decisão de primeira instância, devidamente fundamentada e, quando cabível, aplicará as penalidades fixadas pela legislação tributária.

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
CGC 83.102.855/0001-50  
Rua João Emílio n° 100 - Centro  
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC  
Fone/Fax: (47) 3342-9500

[www.navegantes.sc.gov.br](http://www.navegantes.sc.gov.br)

§ 1º A decisão deverá ser proferida em prazo não superior a 90 (noventa dias), contados da data do recebimento do processo concluso.

§ 2º Interrompe-se o prazo citado no parágrafo anterior sempre que houver diligência dos autos.

Art. 20 A comunicação ao interessado da decisão proferida em primeira instância será feita:

I - pessoalmente, por aposição do "ciente" no processo;

II - pelo correio, em caso de Contribuinte Pessoa Física ou Contribuinte Pessoa Jurídica, ou,

III - por edital publicado em jornal de circulação local ou regional.

Parágrafo Único: A comunicação indicará, obrigatoriamente, o prazo para interposição de recurso voluntário na instância superior.

Art. 21 O representante da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Receita fica impedido de julgar quando:

I - tiver participado diretamente da ação administrativa que originou o litígio;

II - for sócio, cotista ou acionista do notificado ou autuado;

III - estiverem envolvidos no processo interesses de parentes até terceiro grau.

Parágrafo Único: O representante da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Receita será substituído, nos seus impedimentos, por autoridade de nível hierárquico imediatamente inferior ou por servidor qualificado, pertencente ao quadro funcional da respectiva Secretaria.

Art. 22 É facultado à parte interpor recurso voluntário quando a autoridade julgadora deixar de proferir decisão no prazo legal, dando-se como julgada improcedente a reclamação ou defesa, exceto no caso de suspensão do julgamento para diligência dos autos.

Art. 23 São consideradas definitivas e irrecorríveis as decisões proferidas em primeira instância após o trânsito em julgado, que se dará no prazo de 10 (dez) dias a partir da ciência pelo interessado.

Art. 24 As decisões de segunda instância, definitivas e irrecorríveis, serão proferidas pela Procuradoria do Município, observados os prazos e demais normas previstas no Código Tributário Municipal (Lei Complementar nº. 6/2002) e na legislação complementar no que couber.

§ 1º Mantido o lançamento, considera-se em decurso o prazo nele fixado para pagamento da Contribuição de Melhoria, desde a data da ciência do contribuinte;

§ 2º A anulação do lançamento dos termos desta Lei não ilide a efetivação de novo, em substituição ao anterior, com as correções impostas pela impugnação/reclamação.

Art. 25 Aplicam-se à Contribuição de Melhoria de que trata esta Lei, no que couber e lhe forem aplicáveis, as disposições contidas nos artigos 81 e 82, ambos da Lei nº. 5.172/1966 (Código Tributário Nacional), Decreto-lei nº. 195/1967, Lei Complementar nº. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), Lei nº. 10.257/2001 (Estatuto da Cidade) e Código Tributário Municipal (Lei Complementar nº 6/2002).

Art. 26 Para os fins da aplicação desta Lei, poderá a Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Receita solicitar o apoio de servidores públicos que compõem o quadro da Municipalidade, em especial quanto à emissão de laudos técnicos e demais orientações que se fizerem necessárias, bem como solicitar auxílio à Comissão de Avaliação, nomeada através de Decreto Municipal, em estrita observância às normas legais indicadas nesta LEI.

Art. 27 Os prazos fixados nesta Lei, em consonância ao previsto no Código Tributário Municipal (Lei Complementar nº. 6/2002) serão contínuos, excluindo-se, na sua contagem, o dia do início, e

incluindo-se o do vencimento.

§ 1º Os prazos só se iniciam ou vencem em dia de expediente normal na repartição que corra o processo ou deva ser praticado o ato.

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
CGC 83.102.855/0001-50  
Rua João Emílio n° 100 - Centro  
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC  
Fone/Fax: (47) 3342-9500  
www.navegantes.sc.gov.br

§ 2º Para os fins das disposições desta lei é considerado exercício o período compreendido entre os meses de janeiro a dezembro do ano civil.

Art. 28 Os anexos a que se refere a presente Lei (Anexo I e II) fazem parte integrante dos procedimentos administrativos individualizados para viabilização da obra pública tratadas nesta lei, os quais encontram-se à disposição dos interessados junto à Secretaria de Governo.

Art. 29 As despesas constantes da presente lei correrão por conta da dotação orçamentária específica do Município de Navegantes.

Art. 30 Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Navegantes, 6 DE JUNHO DE 2013.  
ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
Prefeito

### **Cria Centro de Cidadania Professora Ester Sedrez Régis**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
CGC 83.102.855/0001-50  
Rua João Emílio n° 100 - Centro  
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC  
Fone/Fax: (47) 3342-9500  
www.navegantes.sc.gov.br

LEI N° 2720 DE 6 DE JUNHO DE 2013  
CRIA O CENTRO DE CIDADANIA PROFESSORA ESTER SEDREZ RÉGIS

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais. FAÇO saber a todos os munícipes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e EU sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica criado o Centro de Cidadania Professora Ester Sedrez Régis, conforme Resolução 001/2013 do Conselho Municipal da Educação, com o objetivo de atender a adolescentes, jovens e suas famílias por meio de equipe multidisciplinar com Assistente Social, Pedagogo, Psicólogo e outros profissionais, oferecendo várias oficinas e oportunizando o conhecimento para o ingresso no mercado de trabalho.

Art. 2º O Centro de Cidadania Professora Ester Sedrez Régis funcionará em prédio de propriedade do município de Navegantes, localizado na Rua Orlando Ferreira s/nº, Bairro de Machados, em frente à antiga Caramujo's Danceteria.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 6 DE JUNHO DE 2013.  
ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
Prefeito

Esta lei foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 6 de junho de 2013.  
BENILDE PERÃO  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

### **Vantagens Pecuniárias**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
www.navegantes.sc.gov.br  
Rua João Emílio n° 100 - Centro  
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC  
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br  
Fone/Fax: (047) 3342-9500  
DECRETO N° 758 DE 5 DE JUNHO DE 2013  
AUTORIZA A INCORPORAÇÃO DE VANTAGENS PECUNIÁRIAS PERMANENTES E SEUS REFLEXOS NO CÁLCULO DE PROVENTOS DE APOSENTADORIA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar n° 106 de 2/8/2011, DECRETA:

Art. 1º Fica, por este ato, concedido o direito da incorporação da fração de 1/5 (um quinto) da função de confiança exercida a cada doze meses, consecutivos ou não, a título de VPG1, o qual incorpora-se ao vencimento do cargo efetivo do servidor, a título de vantagem pessoal, conforme Histórico Remuneratório referente a 12 meses de contribuição do servidor JOÃO CARLOS RODRIGUES do quadro de pessoal de provimento efetivo.

Art. 2º O histórico remuneratório compreende as competências de 2/2012, 3/2012, 4/2012, 5/2012, 6/2012, 7/2012, 8/2012, 9/2012, 10/2012, 11/2012, 1/2013, 2/2013.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação com efeito retroativo a fevereiro de 2012.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 5 DE JUNHO DE 2013.  
ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística.

Navegantes, 5 de junho de 2013.  
BENILDE PERÃO  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
www.navegantes.sc.gov.br  
Rua João Emílio n° 100 - Centro  
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC  
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br  
Fone/Fax: (047) 3342-9500

DECRETO N° 759 DE 5 DE JUNHO DE 2013  
AUTORIZA A INCORPORAÇÃO DE VANTAGENS PECUNIÁRIAS PERMANENTES E SEUS REFLEXOS NO CÁLCULO DE PROVENTOS DE APOSENTADORIA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar n° 106 de 2/8/2011, DECRETA:

Art. 1º Fica, por este ato, concedido o direito da incorporação da fração de 1/5 (um quinto) da função de confiança exercida a cada doze meses, consecutivos ou não, a título de VPG1, o qual

incorpora-se ao vencimento do cargo efetivo do servidor, a título de vantagem pessoal, conforme Histórico Remuneratório referente a 12 meses de contribuição do servidor JULIANO DE AMORIM BUSANA do quadro de pessoal de provimento efetivo.

Art. 2º O histórico remuneratório compreende as competências de 1/2012, 2/2012, 3/2012, 4/2012, 5/2012, 6/2012, 7/2012, 8/2012, 9/2012, 10/2012, 11/2012, 12/2012.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação com efeito retroativo a janeiro de 2012.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 5 DE JUNHO DE 2013.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística.

Navegantes, 5 de junho de 2013.

BENILDE PERÃO

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

www.navegantes.sc.gov.br

Rua João Emílio n° 100 - Centro

CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br

Fone/Fax: (047) 3342-9500

DECRETO N° 760 DE 5 DE JUNHO DE 2013

AUTORIZA A INCORPORAÇÃO DE VANTAGENS PECUNIÁRIAS PERMANENTES E SEUS REFLEXOS NO CÁLCULO DE PROVENTOS DE APOSENTADORIA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar n° 106 de 2/8/2011, DECRETA:

Art. 1º Fica, por este ato, concedido o direito da incorporação da fração de 1/5 (um quinto) da função de confiança exercida a cada doze meses, consecutivos ou não, a título de VPG1, o qual incorpora-se ao vencimento do cargo efetivo do servidor, a título de vantagem pessoal, conforme Histórico Remuneratório referente a 12 meses de contribuição do servidor DANIEL CUNHA do quadro de pessoal de provimento efetivo.

Art. 2º O histórico remuneratório compreende as competências de 10/11, 11/11, 12/11, 1/2012, 2/2012, 3/2012, 4/2012, 5/2012, 6/2012, 7/2012, 8/2012, 9/2012.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação com efeito retroativo a outubro de 2011.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 5 DE JUNHO DE 2013.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística.

Navegantes, 5 de junho de 2013.

BENILDE PERÃO

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

www.navegantes.sc.gov.br

Rua João Emílio n° 100 - Centro

CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br

Fone/Fax: (047) 3342-9500

DECRETO N° 761 DE 5 DE JUNHO DE 2013

AUTORIZA A INCORPORAÇÃO DE VANTAGENS PECUNIÁRIAS PERMANENTES E SEUS REFLEXOS NO CÁLCULO DE PROVENTOS DE APOSENTADORIA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar n° 106 de 2/8/2011, DECRETA:

Art. 1º Fica, por este ato, concedido o direito da incorporação da fração de 1/5 (um quinto) da função de confiança exercida a cada doze meses, consecutivos ou não, a título de VPG1, o qual incorpora-se ao vencimento do cargo efetivo do servidor, a título de vantagem pessoal, conforme Histórico Remuneratório referente a 12 meses de contribuição do servidor OSMILDO DOMINGOS FASSBINDER. do quadro de pessoal de provimento efetivo.

Art. 2º O histórico remuneratório compreende as competências de 3/2012, 4/2012, 5/2012, 6/2012, 7/2012, 8/2012, 9/2012, 10/2012, 1/2013, 2/2013, 3/2013, 4/2013.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação com efeito retroativo a março de 2012.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 5 DE JUNHO DE 2013.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística.

Navegantes, 5 de junho de 2013.

BENILDE PERÃO

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

www.navegantes.sc.gov.br

Rua João Emílio n° 100 - Centro

CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br

Fone/Fax: (047) 3342-9500

DECRETO N° 762 DE 5 DE JUNHO DE 2013

AUTORIZA A INCORPORAÇÃO DE VANTAGENS PECUNIÁRIAS PERMANENTES E SEUS REFLEXOS NO CÁLCULO DE PROVENTOS DE APOSENTADORIA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar n° 106 de 2/8/2011, DECRETA:

Art. 1º Fica, por este ato, concedido o direito da incorporação da fração de 1/5 (um quinto) da função de confiança exercida a cada doze meses, consecutivos ou não, a título de VPG1, o qual incorpora-se ao vencimento do cargo efetivo do servidor, a título de vantagem pessoal, conforme Histórico Remuneratório referente a 12 meses de contribuição da servidora GRAZIELA CRISTIANE CORRÊA do quadro de pessoal de provimento efetivo.

Art. 2º O histórico remuneratório compreende as competências de 5/2012, 6/2012, 7/2012, 8/2012, 9/2012, 10/2012, 11/2012, 1/2013, 2/2013, 3/2013, 4/2013.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação com efeito retroativo a maio de 2012.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 5 DE JUNHO DE 2013.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística.

Navegantes, 5 de junho de 2013.

BENILDE PERÃO

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES

www.navegantes.sc.gov.br

Rua João Emílio n° 100 - Centro

CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br

Fone/Fax: (047) 3342-9500

DECRETO N° 763 DE 5 DE JUNHO DE 2013

AUTORIZA A INCORPORAÇÃO DE VANTAGENS PECUNIÁRIAS PERMANENTES E SEUS REFLEXOS NO CÁLCULO DE PROVENTOS DE APOSENTADORIA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar n° 106 de 2/8/2011, DECRETA:

Art. 1° Fica, por este ato, concedido o direito da incorporação da fração de 1/5 (um quinto) da função de confiança exercida a cada doze meses, consecutivos ou não, a título de VPG1, o qual incorpora-se ao vencimento do cargo efetivo do servidor, a título de vantagem pessoal, conforme Histórico Remuneratório referente a 12 meses de contribuição da servidora SALETE MARIA BRANCHI do quadro de pessoal de provimento efetivo.

Art. 2° O histórico remuneratório compreende as competências de 2/2012, 3/2012, 4/2012, 5/2012, 6/2012, 7/2012, 8/2012, 9/2012, 10/2012, 11/2012, 12/2012, 1/2013..

Art. 3° Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação com efeito retroativo a fevereiro de 2012.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 5 DE JUNHO DE 2013.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística.

Navegantes, 5 de junho de 2013.

BENILDE PERÃO

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES

www.navegantes.sc.gov.br

Rua João Emílio n° 100 - Centro

CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br

Fone/Fax: (047) 3342-9500

DECRETO N° 764 DE 5 DE JUNHO DE 2013

AUTORIZA A INCORPORAÇÃO DE VANTAGENS PECUNIÁRIAS PERMANENTES E SEUS REFLEXOS NO CÁLCULO DE PROVENTOS DE APOSENTADORIA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar n° 106 de 2/8/2011, DECRETA:

Art. 1° Fica, por este ato, concedido o direito da incorporação da fração de 1/5 (um quinto) da função de confiança exercida a cada doze meses, consecutivos ou não, a título de VPG1, o qual incorpora-se ao vencimento do cargo efetivo do servidor, a título

de vantagem pessoal, conforme Histórico Remuneratório referente a 12 meses de contribuição da servidora ANA MARIA CORRÊA DA SILVA do quadro de pessoal de provimento efetivo.

Art. 2° O histórico remuneratório compreende as competências de 10/2011, 11/2011, 12/2011, 1/2012, 2/2012, 3/2012, 4/2012, 5/2012, 6/2012, 7/2012, 8/2012, 9/2012.

Art. 3° Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação com efeito retroativo a outubro de 2011.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 5 DE JUNHO DE 2013.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística.

Navegantes, 5 de junho de 2013.

BENILDE PERÃO

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES

www.navegantes.sc.gov.br

Rua João Emílio n° 100 - Centro

CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br

Fone/Fax: (047) 3342-9500

DECRETO N° 765 DE 5 DE JUNHO DE 2013

AUTORIZA A INCORPORAÇÃO DE VANTAGENS PECUNIÁRIAS PERMANENTES E SEUS REFLEXOS NO CÁLCULO DE PROVENTOS DE APOSENTADORIA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar n° 106 de 2/8/2011, DECRETA:

Art. 1° Fica, por este ato, concedido o direito da incorporação da fração de 1/5 (um quinto) da função de confiança exercida a cada doze meses, consecutivos ou não, a título de VPG1, o qual incorpora-se ao vencimento do cargo efetivo do servidor, a título de vantagem pessoal, conforme Histórico Remuneratório referente a 12 meses de contribuição da servidora CÁTIA REGINA DA COSTA do quadro de pessoal de provimento efetivo.

Art. 2° O histórico remuneratório compreende as competências de 10/2011, 11/2011, 12/2011, 1/2012, 2/2012, 3/2012, 4/2012, 5/2012, 6/2012, 7/2012, 8/2012, 9/2012.

Art. 3° Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação com efeito retroativo a outubro de 2011.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 5 DE JUNHO DE 2013.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística.

Navegantes, 5 de junho de 2013.

BENILDE PERÃO

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES

www.navegantes.sc.gov.br

Rua João Emílio n° 100 - Centro

CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC



E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br  
Fone/Fax: (047) 3342-9500

DECRETO N ° 766 DE 5 DE JUNHO DE 2013  
AUTORIZA A INCORPORAÇÃO DE VANTAGENS PECUNIÁRIAS PERMANENTES E SEUS REFLEXOS NO CÁLCULO DE PROVENTOS DE APOSENTADORIA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar n ° 106 de 2/8/2011, DECRETA:

Art. 1 ° Fica, por este ato, concedido o direito da incorporação da fração de 1/5 (um quinto) da função de confiança exercida a cada doze meses, consecutivos ou não, a título de VPG1, o qual incorpora-se ao vencimento do cargo efetivo do servidor, a título de vantagem pessoal, conforme Histórico Remuneratório referente a 12 meses de contribuição da servidora ANA LÚCIA SANTOS COELHO do quadro de pessoal de provimento efetivo.

Art. 2 ° O histórico remuneratório compreende as competências de 10/2011, 11/2011, 12/2011, 1/2012, 2/2012, 3/2012, 4/2012, 5/2012, 6/2012, 7/2012, 8/2012, 9/2012.

Art. 3 ° Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação com efeito retroativo a outubro de 2011.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 5 DE JUNHO DE 2013.  
ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística.

Navegantes, 5 de junho de 2013.  
Benilde Perão  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
www.navegantes.sc.gov.br  
Rua João Emílio n ° 100 - Centro  
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC  
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br  
Fone/Fax: (047) 3342-9500

DECRETO N ° 767 DE 5 DE JUNHO DE 2013  
AUTORIZA A INCORPORAÇÃO DE VANTAGENS PECUNIÁRIAS PERMANENTES E SEUS REFLEXOS NO CÁLCULO DE PROVENTOS DE APOSENTADORIA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar n ° 106 de 2/8/2011, DECRETA:

Art. 1 ° Fica, por este ato, concedido o direito da incorporação da fração de 1/5 (um quinto) da função de confiança exercida a cada doze meses, consecutivos ou não, a título de VPG1, o qual incorpora-se ao vencimento do cargo efetivo do servidor, a título de vantagem pessoal, conforme Histórico Remuneratório referente a 12 meses de contribuição da servidora ANA CLÁUDIA DE SOUZA COSTA do quadro de pessoal de provimento efetivo.

Art. 2 ° O histórico remuneratório compreende as competências de 10/2011, 11/2011, 12/2011, 1/2012, 2/2012, 3/2012, 4/2012, 5/2012, 6/2012, 7/2012, 8/2012, 9/2012.

Art. 3 ° Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação com efeito retroativo a outubro de 2011.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 5 DE JUNHO DE 2013.  
ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística.

Navegantes, 5 de junho de 2013.  
Benilde Perão  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
www.navegantes.sc.gov.br  
Rua João Emílio n ° 100 - Centro  
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC  
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br  
Fone/Fax: (047) 3342-9500  
DECRETO N ° 768 DE 5 DE JUNHO DE 2013

AUTORIZA A INCORPORAÇÃO DE VANTAGENS PECUNIÁRIAS PERMANENTES E SEUS REFLEXOS NO CÁLCULO DE PROVENTOS DE APOSENTADORIA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar n ° 106 de 2/8/2011, DECRETA:

Art. 1 ° Fica, por este ato, concedido o direito da incorporação da fração de 1/5 (um quinto) da função de confiança exercida a cada doze meses, consecutivos ou não, a título de VPG1, o qual incorpora-se ao vencimento do cargo efetivo do servidor, a título de vantagem pessoal, conforme Histórico Remuneratório referente a 12 meses de contribuição da servidora FABRÍCIA GISELE PEREIRA do quadro de pessoal de provimento efetivo.

Art. 2 ° O histórico remuneratório compreende as competências de 10/2011, 11/2011, 12/2011, 1/2012, 2/2012, 3/2012, 4/2012, 5/2012, 6/2012, 7/2012, 8/2012, 9/2012.

Art. 3 ° Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação com efeito retroativo a outubro de 2011.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 5 DE JUNHO DE 2013.  
ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística.

Navegantes, 5 de junho de 2013.  
BENILDE PERÃO  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
www.navegantes.sc.gov.br  
Rua João Emílio n ° 100 - Centro  
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC  
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br  
Fone/Fax: (047) 3342-9500

DECRETO N ° 769 DE 5 DE JUNHO DE 2013  
AUTORIZA A INCORPORAÇÃO DE VANTAGENS PECUNIÁRIAS PERMANENTES E SEUS REFLEXOS NO CÁLCULO DE PROVENTOS DE APOSENTADORIA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar n ° 106 de 2/8/2011, DECRETA:

Art. 1º Fica, por este ato, concedido o direito da incorporação da fração de 1/5 (um quinto) da função de confiança exercida a cada doze meses, consecutivos ou não, a título de VPG1, o qual incorpora-se ao vencimento do cargo efetivo do servidor, a título de vantagem pessoal, conforme Histórico Remuneratório referente a 12 meses de contribuição do servidor SÉRGIO NEY DA CRUZ JÚNIOR do quadro de pessoal de provimento efetivo.

Art. 2º O histórico remuneratório compreende as competências de 3/2012, 4/2012, 5/2012, 6/2012, 7/2012, 8/2012, 9/2012, 10/2012, 2/2013, 3/2013, 4/2013, 5/2013.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação com efeito retroativo a março de 2012.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 5 DE JUNHO DE 2013.  
ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística.

Navegantes, 5 de junho de 2013.  
BENILDE PERÃO  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
www.navegantes.sc.gov.br  
Rua João Emílio n° 100 - Centro  
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC  
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br  
Fone/Fax: (047) 3342-9500  
DECRETO N° 775 DE 6 DE JUNHO DE 2013

AUTORIZA A INCORPORAÇÃO DE VANTAGENS PECUNIÁRIAS PERMANENTES E SEUS REFLEXOS NO CÁLCULO DE PROVENTOS DE APOSENTADORIA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar n° 106 de 2/8/2011, DECRETA:

Art. 1º Fica, por este ato, concedido o direito da incorporação da fração de 1/5 (um quinto) da função de confiança exercida a cada doze meses, consecutivos ou não, a título de VPG1, o qual incorpora-se ao vencimento do cargo efetivo do servidor, a título de vantagem pessoal, conforme Histórico Remuneratório referente a 12 meses de contribuição da servidora FÁBIA CRISTINA LEITE do quadro de pessoal de provimento efetivo.

Art. 2º O histórico remuneratório compreende as competências de 3/2012, 4/2012, 5/2012, 6/2012, 7/2012, 8/2012, 9/2012, 10/2012, 1/2013, 2/2013, 3/2013, 4/2013.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação com efeito retroativo a março de 2012.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 6 DE JUNHO DE 2013.  
ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística.

Navegantes, 6 de junho de 2013.  
BENILDE PERÃO  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

## Contratações e Exonerações Em Caráter Temporário

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

www.navegantes.sc.gov.br

Rua João Emílio n° 100 - Centro

CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br

Fone/Fax: (047) 3342-9500

PORTARIA N° 2432 DE 17 DE MAIO DE 2013  
CONTRATA SERVIDORA EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - ,

RESOLVE:

I CONTRATAR pelo Processo Seletivo 004/2012 a senhora GLÁUCIA ELAINE AGUSTINHO para exercer a função de Agente Comunitária de Saúde ESF com 40 horas semanais no período de 16/5/2013 a 30/6/2013.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação .

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 17 DE MAIO DE 2013.  
ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 17 de maio de 2013.  
BENILDE PERÃO  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
www.navegantes.sc.gov.br  
Rua João Emílio n° 100 - Centro  
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC  
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br  
Fone/Fax: (047) 3342-9500

PORTARIA N° 2496 DE 29 DE MAIO DE 2013  
CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - ,

RESOLVE:

I CONTRATAR pelo Processo Seletivo 004/2012 o senhor KELTON HANSEN para exercer a função de Agente Comunitário de Saúde com 40 horas semanais no período de 21/5/2013 a 30/6/2013.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação com efeito retroativo a 21/5/2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 29 DE MAIO DE 2013.  
ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 29 de maio de 2013.  
BENILDE PERÃO  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
www.navegantes.sc.gov.br  
Rua João Emílio n° 100 - Centro  
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC  
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br  
Fone/Fax: (047) 3342-9500

**PORTARIA N° 2497 DE 29 DE MAIO DE 2013  
CONTRATA SERVIDORA EM CARÁTER TEMPORÁRIO**

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

**RESOLVE:**

I CONTRATAR pelo Processo Seletivo 004/2012 a senhora EDILAMAR APARECIDA DA SILVA para exercer a função de Agente Comunitária de Saúde com 40 horas semanais no período de 24/4/2013 a 30/6/2013.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação com efeito retroativo a 24/4/2013.

**REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.**

Prefeitura de Navegantes, 29 DE MAIO DE 2013.  
ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 29 de maio de 2013.  
BENILDE PERÃO  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
www.navegantes.sc.gov.br  
Rua João Emílio n° 100 - Centro  
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC  
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br  
Fone/Fax: (047) 3342-9500

**PORTARIA N° 2498 DE 29 DE MAIO DE 2013  
CONTRATA SERVIDORA EM CARÁTER TEMPORÁRIO**

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

**RESOLVE:**

I CONTRATAR pelo Processo Seletivo 004/2012 a senhora HELOISA DE SOUZA GARCIA para exercer a função de Agente Comunitária de Saúde com 40 horas semanais no período de 23/4/2013 a 30/6/2013.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação com efeito retroativo a 23/4/2013.

**REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.**

Prefeitura de Navegantes, 29 DE MAIO DE 2013.  
ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 29 de maio de 2013.  
BENILDE PERÃO  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
www.navegantes.sc.gov.br  
Rua João Emílio n° 100 - Centro  
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC  
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br  
Fone/Fax: (047) 3342-9500

**PORTARIA N° 2510 DE 3 DE JUNHO DE 2013  
EXONERA SERVIDORA CONTRATADA EM CARÁTER TEMPORÁRIO,  
A PEDIDO**

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

**RESOLVE:**

I EXONERAR a servidora SUSANA TEIXEIRA DA SILVA RODRIGUES da função de Agente Comunitária de Saúde ACT, A PEDIDO, a partir de 3/6/2013.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação .

**REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.**

Prefeitura de Navegantes, 3 DE JUNHO DE 2013.  
ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 3 de junho de 2013.  
BENILDE PERÃO  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
www.navegantes.sc.gov.br  
Rua João Emílio n° 100 - Centro  
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC  
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br  
Fone/Fax: (047) 3342-9500

**PORTARIA N° 2517 DE 3 DE JUNHO DE 2013  
EXONERA, A PEDIDO, SERVIDORA CONTRATADA EM CARÁTER  
TEMPORÁRIO**

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

**RESOLVE:**

I EXONERAR a servidora CARMELU REGINA DE CÓRDOVA LOPES da função de Técnica em Enfermagem PSF ACT, A PEDIDO, a partir de 3/6/2013.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação .

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 3 DE JUNHO DE 2013.  
ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 3 de junho de 2013.  
Benilde Perão  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
www.navegantes.sc.gov.br  
Rua João Emílio n° 100 - Centro  
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC  
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br  
Fone/Fax: (047) 3342-9500

PORTARIA N° 2518 DE 3 DE JUNHO DE 2013  
EXONERA, A PEDIDO, SERVIDORA CONTRATADA EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - ,

RESOLVE:

I EXONERAR a servidora ANDRÉIA MACHADO da função de Agente Comunitária de Saúde ACT, A PEDIDO, a partir de 4/6/2013.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 4/6/2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 3 DE JUNHO DE 2013.  
ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 3 de junho de 2013.  
BENILDE PERÃO  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
www.navegantes.sc.gov.br  
Rua João Emílio n° 100 - Centro  
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC  
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br  
Fone/Fax: (047) 3342-9500

PORTARIA N° 2539 DE 6 DE JUNHO DE 2013  
CONTRATA SERVIDORA EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - ,

RESOLVE:

I CONTRATAR pelo Processo Seletivo 004/2012 a senhora CARIN

SIMONI FRITZKE para exercer a função de Agente Comunitária de Saúde com 40 horas semanais no período de 7/6/2013 a 30/6/2013.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 7/6/2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 6 DE JUNHO DE 2013.  
ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 6 de junho de 2013.  
BENILDE PERÃO  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
www.navegantes.sc.gov.br  
Rua João Emílio n° 100 - Centro  
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC  
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br  
Fone/Fax: (047) 3342-9500

PORTARIA N° 2540 DE 6 DE JUNHO DE 2013  
CONTRATA SERVIDORA EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - ,

RESOLVE:

I CONTRATAR pelo Processo Seletivo 004/2012 a senhora DANIELE DE ALENCAR LIMA para exercer a função de Agente Comunitária de Saúde com 40 horas semanais no período de 7/6/2013 a 30/6/2013.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 7/6/2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 6 DE JUNHO DE 2013.  
ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 6 de junho de 2013.  
BENILDE PERÃO  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
www.navegantes.sc.gov.br  
Rua João Emílio n° 100 - Centro  
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC  
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br  
Fone/Fax: (047) 3342-9500



**PORTARIA N º 2541 DE 6 DE JUNHO DE 2013**  
**CONTRATA SERVIDORA EM CARÁTER TEMPORÁRIO**

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - ,

**RESOLVE:**

I CONTRATAR pelo Processo Seletivo 004/2012 a senhora ANDRÉIA MACHADO para exercer a função de Agente Comunitária de Saúde com 40 horas semanais no período de 5/6/2013 a 30/6/2013.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação com efeito retroativo a 5/6/2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 6 DE JUNHO DE 2013.  
ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 6 de junho de 2013.  
BENILDE PERÃO  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

**Exonera, a Pedido, Servidora Contratada Em Caráter Temporário**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
www.navegantes.sc.gov.br  
Rua João Emílio n º 100 - Centro  
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC  
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br  
Fone/Fax: (047) 3342-9500

**PORTARIA N º 2538 -"A" - DE 6 DE JUNHO DE 2013**  
**EXONERA, A PEDIDO, SERVIDORA CONTRATADA EM CARÁTER TEMPORÁRIO**

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - ,

**RESOLVE:**

I EXONERAR a servidora CARIN SIMONE FRITZKE da função de Agente Comunitária de Saúde ACT a partir de 6/6/2013, A PEDIDO.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação .

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 6 DE JUNHO DE 2013.  
ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 6 de junho de 2013.  
BENILDE PERÃO  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

**Aviso de Licitação Pregão Presencial N° 28/2013 FMS**

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES  
PREGÃO PRESENCIAL N° 028/2013 FMS

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: REGISTRO DE PREÇO VISANDO A CONFECÇÃO DE CAMISETAS PARA EVENTOS DOS PROGRAMAS DST/AIDS, DA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA, DO CRMH (REDE CEGONHA) E DO PROGRAMA SAÚDE NA ESCOLA REALIZADOS NO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC. Data da entrega dos envelopes: até às 08:50 hs do dia 20/06/2013. Abertura envelopes: às 09:00 hs do dia 20/06/2013. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio n°. 100 em Navegantes/SC ou no site; www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor.

Navegantes, 07 de junho de 2013.  
ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
Prefeito

**Extrato Contrato N° 87/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES  
EXTRATO CONTRATUAL  
Contrato N°.: 087/2013.  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES  
Contratada : CIASC - CENTRO DE INFORMÁTICA E AUTOMAÇÃO S.A.  
Valor : 4.400,00 (quatro mil e quatrocentos reais)  
Vigência : Início: 29/05/2013 Término: 29/01/2014  
Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços N°.: 83/2013.  
Recursos : Dotação: 2.137.3.3.90.00.00.00.00.00.

Objeto : CONTRATO DE CESSÃO DE DIREITO DE USO DO SISTEMA DE OUVIDORIA PARA A SECRETARIA DE GESTÃO E CONTROLE DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES-SC.

Navegantes, 29 de maio de 2013.

**Extrato Contrato N° 89/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES  
EXTRATO CONTRATUAL  
Contrato N°.: 089/2013.  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES.  
Contratada : BRANCO MAQUINAS LTDA ME.  
Valor : 42.200,00 (quarenta e dois mil e duzentos reais).  
Vigência : Início: 29/05/2013 Término: 28/07/2013  
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL N°.: 58/2013  
Recursos : Dotação: 2.115.4.4.90.00.00.00.00.00.

Objeto : CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE PRESSURIZADOR AUTOMÁTICO TIPO "BOOSTER" COMPLETO (INCLUSO ACESSÓRIOS) E ACOMPANHAMENTO TÉCNICO NA MONTAGEM DO EQUIPAMENTO PARA MANUTENÇÃO DA REDE DE ÁGUA POTÁVEL NO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC, CONFORME PREGÃO PRESENCIAL PMN 58/2013.

Navegantes, 29 de maio de 2013

**Extrato Ata Registro de Preço N° 17/2013 FMS**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

Extrato da Ata de Registro de Preços FMS nº 17/2013.  
O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES torna pública a Ata de Registro

de Preços FMS nº 17/2013, relativa ao Pregão Presencial FMS nº 13/2013 - contendo os preços registrados pelas empresas listadas abaixo:

Empresa: DENTÁRIA E DISTR. HOSPITALAR PORTO ALEGRENSE LTDA.  
VALOR: R\$ 40.622,25 (quarenta mil seiscentos e vinte e dois reais e vinte e cinco centavos).

Empresa: PRHODENT COM. REPR. HOSP. ODONT. LTDA.  
VALOR DA DESPESA: R\$ 39.757,32 (trinta e nove mil setecentos e cinquenta e sete reais e trinta e dois centavos)

Empresa: TRADE MEDICAL COM MAT HOSPITALARES LTDA.  
VALOR DA DESPESA: R\$ 27.573,50 (vinte e sete mil quinhentos e setenta e três reais e cinquenta centavos)

Empresa: SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA EPP.  
VALOR DA DESPESA: R\$ 43.436,80 (quarenta e três mil quatrocentos e trinta e seis reais e oitenta centavos).

Empresa: DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLÓGICOS LTDA.  
VALOR DA DESPESA: R\$ 82.416,30 (oitenta e dois mil quatrocentos e dezesseis reais e trinta centavos).

Empresa: BIO BIDS COM. ATAC. DE PRO. MÉDICOS HOSPITALARES.  
VALOR DA DESPESA: R\$ 45.710,15 (quarenta e cinco mil setecentos e dez reais e quinze centavos)

Vigência: 24/05/2014.  
A ata está disponível no Departamento de Licitações.  
Informações: tel.: (47) 3342-9500.

Navegantes, 24 de maio de 2013.  
CARLA CLAUDINO  
Pregoeira

#### **Extrato Ata Registro de Preço Nº 69/2013** **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

Extrato da Ata de Registro de Preços nº 69/2013.  
O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES torna pública a Ata de Registro de Preços nº 69/2013, relativa ao Pregão Presencial nº 69/2013 - contendo os preços registrados pela empresa Postmix Soluções Gráficas Ltda, no valor de R\$ 10.920,00 (dez mil novecentos e vinte reais).

Vigência: 05/06/2014.  
A ata está disponível no Departamento de Licitações.  
Informações: tel.: (47) 3342-9500.

Navegantes, 05 de junho de 2013.

CARLA CLAUDINO  
Pregoeira



## **O Poder Legislativo Municipal Acessível ao Cidadão**

O Programa de Gestão das Câmaras de Vereadores, contém aplicativos para controle da tramitação de matérias, para o gerenciamento dos portais institucionais na internet, além de prover contas de e-mail aos vereadores e servidores das câmaras municipais.

- Controle da tramitação legislativa
- Desenvolvimento de portal institucional na internet
- Autonomia no gerenciamento do conteúdo do portal
- Contas de email para vereadores e servidores
- Canal direto com o cidadão
- Cumprimento da Lei de Acesso a Informação (Lei 12.527/2011)
- Módulo especial para as publicações obrigatórias da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei 101/2000) e demais regulamentações
- Economia de recursos públicos

**[www.ciga.sc.gov.br](http://www.ciga.sc.gov.br)**

**Edital de Notificação de Cobrança de Dívida Ativa Referente À Issqn / Issre / Tll / Multas / Recfi / Rd / Ntav**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

CGC 83.102.855/0001-50

Avenida João Emílio, 100.

Centro - 88.375-000 - Navegantes -sc

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE COBRANÇA DE DÍVIDA ATIVA REFERENTE À ISSQN / ISSRE / TLL / MULTAS / RECFI / RD / NTAV**

A Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Receita do Município de Navegantes, comunica a todos os Contribuintes, devedores do Fazenda Pública Municipal referente a ISSQN, ISSRE, TLL, MULTAS, RECFI, RD E NTAV foram inscritos em Dívida Ativa.

O não pagamento da Dívida com o Município até o Dia 10 de Julho de 2013 implicará em cobrança Judicial.

O Contribuinte que quiser quitar seu débito ou parcela-lo, antes da propositura da ação judicial deve procurar a Prefeitura Municipal, no Atendimento do Setor de IPTU, ou pelo telefone 047 3342 9553.

**EXECUÇÃO FISCAL 2013**

CAD. ECON.	CAD. CONT.	NOME	RECEITA	ANOS
9815	12903	A.S TIETJEN ROSA BAR ME	MULTA E TLL	2011 E 2012
9279	11690	A.S.O SERVIÇOS LTDA	TLL	2010
10827	15514	ABELARDO PEREIRA DOS SANTOS	TLL/MULTA	2009/2011 E 2012
9140	11374	ACADEMICA DE GINASTICA MUVUCA	ISSQN/TLL	2010 E 2012
10745	15064	ACF APOIO ADMINISTRATIVO	TLL	2009/2010 E 2012
10103930	14238	ADAO ALBERTO DOS SANTOS	MULTA E TLL	2011
9625	5238	ADAO MELLO	TLL/ISSQN E ISS	2009/2010 E 2011
8185	9695	ADELAIDE FUECHTER & CIA LTDA	TLL	2009 E 2010
10031	13487	ADI SCHINAIDER ME	MULTA E TLL	2011 E 2012
11034	14147	ADILSON CESAR BORGES JUNIOR	MULTA E TLL	2010/2011 E 2012
8248	9755	ADILSON WALDEMAR ROSA	TLL E RD	2009/2010 E 2011
10878	15838	ADJ PREST. SERV. DE CARGA E DESCARGA	MULTA E TLL	2009/2010/2011 E 2012
8487	10001	ADJAIMEALMEIDA ME	TLL	2009 E 2010
10751	15091	ADRIANA DA CONCEICAO ME	TLL	2009 E 2010
8477	9979	ADRIANO ARLINDO LANA ME	MULTA E TLL	2009/2010/2011 E 2012
11281	822	AFREU ROGERIO DE SOUZA	TLL E ISS	2011 E 2012
5280	5261	AGENCIADORA DE SERVICOS NAVEGANTES	RD E TLL	2009 E 2010
10781	15218	AGROPECUARIA JOSIMERI LTDA ME	MULTA E TLL	2009 E 2012
7206	7286	ALACINA SANTIAGO DIAS	TLL/ISSQN E ISS	2009/2010/2011 E 2012
10350	14113	ALESSANDRA CARLA DOS SANTOS	MULTA E TLL	2011 E 2012
8285	9799	ALESSANDRA DE OLIVEIRA ME	RD	2009
8852	10740	ALESSANDRA MASCARENHAS DO AMARAL	TLL/ISSQN E ISS	2009/2010 E 2011
11528	19519	ALESSANDRO DIAS ME	MULTA E TLL	2011 E 2012
11403	18672	ALEXSANDER RIBEIRO	TLL E ISS	2010
9568	12430	ALFARTH RESTAURANTE E ARTESANATOS	TLL	2009 E 2010
5561	5276	ALLFINS IMP. E EXP. DE PESCADOS LTDA	TLL	2009 E 2010
10467	14420	AIRTO DE MELO & CIA LTDA ME	TLL	2009 E 2010
10749	15078	ALO GAS COMERCIO DE TTANSPOR	MULTA E TLL	2009 E 2011
8987	10956	ALVES & WOLSKI LTDA ME	TLL	2009 E 2010
8137	9647	ALVINO NOVAK DA VEIGA	TLL/ISSQN E ISS	2009/2010/2011 E 2012
8742	10316	AMARAL SEAFOOD COMPANY	TLL	2009 E 2010
7657	9181	AMERICA LANCHES	TLL	2010/2011 E 2012
8965	10927	AMILTON JESUS DOS SANTOS	TLL/ISSQN E ISS	2009/2010/2011 E 2012
11110	17278	AMORIM TECNOLOGIA E SERVIÇOS	ISSQN	2009/2010/2011
11234	17774	ANDERSON DALSENTER	TLL E ISS	2010

10129	13768	ANDRE L. PRADO DE ASSIS	TLL/ISSQN E ISS	2009/2010/2011
10280	14026	ANDRE LUIZ GOLL DA SILVA	TLL E ISS	2010
8718	10285	ANDRE LUIZ PIMENTEL DA SILVA	TLL/ISSQN E ISS	2009 E 2010
10445	14381	ANDRE LUIZ RAMOS DA SILVA	TLL	2008
10567	14658	ANDREA PATRICIA VOLKMANN	TLL/ISSQN E ISS	2009 E 2010
10062	13539	ANGELA CRECENCIO	TLL	2011 E 2012
8193	9703	ANGELA RODRIGUES DA SILVA ME	TLL/ISSQN E ISS	2009 E 2010
7748	9272	ANTOGEL PASSAGENS RODOVIARIA	MULTA/ISSQN E RD	2009 E 2011
7763	9289	ANTONIO ALVES ALMEIDA	TLL/ISSQN E ISS	2009/2010/2011 E 2012
5605	5225	ANTONIO BARBARINI	TLL/ISSQN E ISS	2009 E 2010
7449	7813	ANTONIO COSTA DA ROSA	TLL	2009/2010/2011 E 2012
11668	20181	ANTONIO GALKOWSKI JUNIOR	TLL E ISS	2011 E 2012
9644	12561	ANTONIO GONCALVES DIAS	TLL/ISSQN E ISS	2009 E 2010
9698	12666	ANTONIO MARCOS DE LIZ	TLL/ISSQN E ISS	2009/2010 E 2012
11692	20250	ARIANA VALENTINA LONGTIN	MULTA E TLL	2010/2011 E 2012
11371	18317	ARISTOGNO ESPINDOLA DA CUNHA	TLL E ISS	2010 E 2011
9793	12874	ARLETE APARECIDA PAULO	TLL	2009/2010/2011 E 2012
10103665	63717	ARNO BITTENCOURT JUNIOR	ISSQN	2011 E 2012
10901	15962	ARTE COMERCIO DE VOLANTES LT	TLL	2009/2010/2011 E 2012
9991	13404	ARTESANATOS GRAVATA LTDA ME	MULTA E TLL	2010 E 2012
10103610	14772	ASSOCIACAO DE TRANSP. DE COM	MULTA E TLL	2009/2010/2011 E 2012
8772	10438	ATALIBA COZINHA INDUSTRIAL LTD	TLL	2009 E 2010
8438	9952	AUREDELMO COM. DE BRINQUEDOS	TLL	2009 E 2010
8032	9553	AUTO LOCADORA E ESTACIONAMENTO	TLL	2009 E 2010
8429	9941	AUTO POSTO BEIRA RIO LTDA	TLL	2009
10952	16182	AZEVEDO & AZEVEDO AGENCIA ME	MULTA/ISSQN/RD E TLL	2009/2010/2011 E 2012
10103637	63616	B.B.PRIME COMERCIO E DISTRIBUI	MULTA E TLL	2011 E 2012
10573	14665	BAHIA DEL PLATA COM. ATACADIS	MULTA E TLL	2009/2010 E 2011
9873	2927	BALDUINO DE SOUZA	NTAV/MULTA/TLL/ISSQN E ISS	2009/2010/2011 E 2012
9830	60661	BANCO BRADESCO AS	MULTA	2011
10904	15974	BANCO DO BRASIL AS	MULTA	2011
11245	17806	BARBARA BONGIOLO SACHETTI	TLL E ISS	2010 E 2011
10606	14710	BEBE FACEIRO LTDA ME	MULTA E TLL	2010 E 2011
8846	2879	BENONI LONGEN JUNIOR	TLL/ISSQN E ISS	2009 E 2010
5488	5340	BENTA FERMINO VENANCIO	TLL	2009/2010/2011 E 2012
8670	10172	BLOCON CONSTRUTORA LTDA ME	MULTA E TLL	2011 E 2012
9752	12768	BLU MONTAGENS E ISOL. INDUSTR	RD	2009
4685	5352	BRAZMAR - PEIXARIA DO BRAZ	TLL	2009/2010/2011 E 2012
10368	14173	BROMELIAS IND. E COM. DE BRIQU	TLL	2009 E 2010
5093	5355	BRUMA SEGUROS E REPRESENTAC	TLL	2009/2010/2011 E 2012
11441	18883	BRUNA THAIS LEMOS ME	MULTA E TLL	2010/2011 E 2012
10300	14057	BRUNO CESAR VIEIRA ME	MULTA E ISSQN	2010/2011 E 2012
10462	14414	BUZZO & CIA LTDA ME	TLL	2009 E 2010
8031	9537	C.S.V. TURISMO LTDA	TLL	2009 E 2010
8423	9937	CABOMAR DISTRIBUIDORA MARITIM	TLL	2009 E 2010
10662	14813	CALHAS PARES LTDA ME	MULTA/TLL E RECDI	2009/2010/2011 E 2012
9936	13313	CAMARGO & BERNARDES VIGILAN.	ISSQN E TLL	2010/2011 E 2012
10938	16113	CAMILA & EDUARDO COM. DE AUTO	TLL	2010
4439	5429	CAMPING CLUBE DO BRASIL	TLL	2009 E 2010
8161	9673	CAPTURA E COMERCIO DE PESC. IS	TLL	2009 E 2010
8541	10046	CARGO SUL REPRES. DE SERV. AE	TLL	2009 E 2010
8681	10252	CARLOS ALBERTO ALVES DE FREIT	TLL/ISSQN/ISS E RD	2009 E 2010
10103889	64765	CARLOS ALBERTO ALVES DE FREIT	TLL E ISS	2011 E 2012
9390	12044	CARLOS ANDRE MUNIZ ME	TLL	2009/2010/2011 E 2012
10248	13973	CARLOS EDUARDO DA COSTA	TLL	2011 E 2012
10825	15485	CARLOS FERNANDO MULLER	TLL/ISSQN E ISS	2009 E 2010
10550	14636	CARLOS GUIMARAES CORREA ME	MULTA E TLL	2009 E 2010
8255	9766	CARMEM MULLER	TLL	2009/2010/2011 E 2012
10103932	64978	CAROLINE DINIZ ROSATI ME	TLL E ISSQN	2011 E 2012



9063	11083	CASSIANO & MAFRA MONT. DE RE	MULTA/TLL E ISSRE	2009/2010 E 2011
8170	9668	CASTAWAY SURF WEAR LTDA	TLL	2009 E 2010
10523	14518	CDM COMERCIO DE CELULARES LT	TLL	2009 E 2010
10524	14520	CELIA MARTINS FERREIRA DAS CH	MULTA E TLL	2009/2010/2011 E 2012
11359	18454	CENTRO DE ESTETICA E SALAO DE	MULTA E TLL	2010 E 2012
11036	16908	CENTRO EDUCACIONAL REGIS LTD	MULTA E TLL	2010 E 2012
10464	14417	CERAMICA E TRANSP. IRMAOS ALV	MULTA E TLL	2011 E 2012
8378	9889	CESAR AUGUSTO VIETORIA MARTINS	TLL/ISSQN E ISS	2009 E 2010
10802	15310	CESAR DA SILVA REPRESENTAÇÃO	MULTA E TLL	2009/2010/2011 E 2012
10559	3224	CHARLES ROBERTO PETRY	MULTA/TLL/ISSQN E ISS	2009/2010/2011 E 2012
9509	12249	CHARLES SOUZA ANTUNES	TLL/ISSQN E ISS	2009 E 2010
10480	14433	CHAVES & PIRES LTDA ME	MULTA E TLL	2010/2011 E 2012
10718	14953	CHIARINI NETO & CIA LTDA ME	TLL	2009 E 2010
10466	14419	CHRISTIAN BERNARDO ME	MULTA E TLL	2009/2010/2011 E 2012
10144	11242	CIA CATARINENSE DE AGUAS E AS	TLL	2009 E 2010
7968	2926	CIDALIA MACIEL DOS SANTOS	TLL	2009 E 2010
8359	2926	CIDALIA MACIEL DOS SANTOS	TLL	2009 E 2010
8699	10256	CLAUDIO MARCOS KRUEGER	TLL/ISSQN E ISS	2009 E 2010
8762	10417	CLEBER BARRETO ZACARIAS ME	TLL	2009 E 2010
8446	9966	CLEITON WALDECIR CUSTODIO	NTAV/TLL/ISSQN E ISS	2009/2010/2011 E 2012
8356	9869	CLEUSA TEREZINHA ANTUNES DE C	TLL	2009/2010/2011 E 2012
4583	6267	CLOVIS DE BORBA ME	TLL/ISSQN E ISS	2009/2010/2011 E 2012
8529	10055	CLOVIS EMENDORFER ME	TLL	2009 E 2010
10542	13542	CLOVIS MURILO DEBORTILI	TLL E ISS	2010
8511	10025	CLOVIS PEDRO CONCEICAO	TLL	2009/2010/2011 E 2012
9745	12757	CLUBE DA TERCEIRA IDADE	RD E TLL	2009/2010/2011 E 2012
8400	9924	CLUSTER ELETRONICA E TELEINFO	TLL	2009 E 2010
10913	16017	COELHO NAVAL MONTAGEM LTDA	ISSQN E TLL	2009/2010/2011 E 2012
9217	11541	COMERCIO DE AUTO PEÇAS E PINT	MULTA/TLL E RD	2009/2010/2011 E 2012
10256	13990	COMERCIO DE MADEIRAS GAZAMA	TLL	2009 E 2010
7316	7401	COMERCIO DE MADEIRAS J.V.L LTDA	TLL	2009 E 2010
10868	15772	COMERCIO DE MADEIRAS SLIVINS	TLL E MULTA	2011 E 2012
5132	5409	COMERCIO DE PESCADO BM LTDA	TLL	2009 E 2010
11466	19044	COMETA LIMPEZA CONSERVAÇÃO	TLL E ISS-R	2010 E 2011
8807	10627	COMISSARIA DE DESPACHOS J.G.I	TLL E RD	2009 E 2010
3890	8977	CONSTANTE RIBEIRO DA LUZ	TLL/ISSQN E ISS	2009/2010 E 2011
7583	8977	CONSTANTE RIBEIRO DA LUZ	TLL/ISSQN E ISS	2009/2010 E 2011
9245	11602	CONSTRULU PRESTADORA DE SER	TLL	2009 E 2010
8715	10278	CONSTRUTORA BLOCO LTDA	TLL	2009 E 2010
9832	12971	CONSTRUTORA CONSTRUNOLL	MULTA E TLL	2011 E 2012
7635	9174	CONSULTORIA UTCHE LTDA	TLL	2009/2010/2011 E 2012
9642	12555	COOPERATIVA DE COSTURA MACHADOS	TLL	2009 E 2010
8616	10134	COOPERATIVA DE TRAB. AUTONOMOS	TLL	2009 E 2010
9381	14872	COPANAZA IND. COM. DE MAT. DE LIMPEZA	MSUR/MULTA E TLL	2011 E 2012
2727	5387	COPREM IND. DE CONCRETO PRE MOLDADOS	TLL E MULTA	2009/2010/2011 E 2012
10103790	64308	CORES EM PINTURA LTDA ME	TLL E MULTA	2011 E 2012
2722	5440	COSTA PALACE HOTEL LTDA	TLL/ISSQN/MULTA E RD	2009/2010/2011 E 2012
8686	10245	COSTEIRA PESCADOS LTDA	TLL E RD	2009 E 2010
10744	15044	COURO DO SUL COM. DE COUROS LTDA	TLL	2009 E 2010
11708	20301	CREDIFOZ	MULTA E ISS-R	2011 E 2012
11509	19399	CRISTIANO SILVA DE CASTRO ME	MULTA/ISSQN E TLL	2010/2011 E 2012
10615	14727	CRISTIANO TRUFFI LIMA	TLL/ISSQN E ISS	2009 E 2010
11050	16952	CRISTINA TATIANE ALVES DOS SANTOS ME	MULTA E TLL	2010/2011 E 2012
10770	15183	CURT CARLOS BECHTOLD ME	MULTA E TLL	2010 E 2011
10635	14764	D R MEDEIROS EDITORA ME	MULTA E TLL	2009/2010 E 2011
84199	9938	D.N. COMERCIO DE FRUTAS E LEGUMES LTDA	TLL	2009 E 2010
11225	17733	DAIR JOSE ANTUNES	MULTA/TLL/ISSQN E ISS	2009/2010/2011 E 2012
11185	13286	DAISY TURNES	MULTA/NTAV/TLL/ISSQN E ISS	2009/2010/2011 E 2012
8791	10482	DAMIAO & BENTHAS LTDA	TLL	2009 E 2010

10400	14275	DANIEL PIRES STOLARUK	TLL/ISSQN E ISS	2009 E 2010
10900	15472	DANIELA DA SILVA SEVERINO	TLL/ISSQN E ISS	2009/2010 E 2011
11490	19230	DANIELI RUBIAN MULLER ME	MULTA E TLL	2010 E 2011
9191	11505	DARCI AZEVEDO VELHO	TLL	2009/2010/2011 E 2012
9482	32319	DARCI CAMILO	TLL/ISSQN E ISS	2009/2010 E 2011
8049	32319	DARCI CAMILO	TLL/ISSQN E ISS	2009/2010 E 2011
7707	9237	DARCY SANTANA DIAS	TLL	2009/2010/2011 E 2012
5107	7478	DAYCIN REPRESENTACOES COMERCIAL LTDA	TLL	2009/2010/2011 E 2012
10218	13927	DAYSE NASS DOS SANTOS	TLL/ISSQN E ISS	2009 E 2010
10104270	66577	DELCOPLAST ATACADO E VAREJO	MULTA E TLL	2011 E 2012
8479	9992	DELLA CRIS AGENCIA DE PROP. E PUBLICI-DADE	TLL	2009 E 2010
10747	11022	DIAS & CUSTODIO LTDA ME	MULTA/RD E TLL	2009/2010 E 2011
9034	11022	DIAS & CUSTODIO LTDA ME	MULTA/RD E TLL	2009/2010 E 2011
10288	14037	DIEGO GIOVANI SACHETTI	TLL E ISS	2010 E 2011
10561	11355	DIHOR REPRESENTACOES S/C LTDA	MULTA E TLL	2009 E 2010
9907	13234	DILMA GOMES	TLL/ISSQN E ISS	2009 E 2010
8029	9535	DIMENSAO CONSTRUTORA LTDA	MULTA E TLL	2009/2010/2011 E 2012
9889	13212	DIOGO LEMES DOS SANTOS O COMERCIANTE	TLL E ISSQN	2009 E 2010
8391	9907	DLENNI CONFECÇÕES LTDA ME	TLL	2009 E 2010
251094	569	DOMINGOS DE OLIVEIRA	TLL	2009/2010/2011 E 2012
8746	10321	DORALICE AFONSO PEREIRA DOS SANTOS ME	TLL	2009 E 2010
8463	9976	DULCINEIA DALCASTAGNE	TLL/ISSQN E ISS	2009/2010 E 2011
8542	10045	DURIEUX & NUNES LTDA ME	ISSQN E TLL	2011 E 2012
11295	18077	EDENILSO BENTO CAVIGLIA	MULTA E TLL	2010/2011 E 2012
8467	9984	EDILSON MONTEBELLO	TLL	2009 E 2010
9729	12729	EDINA MARIA MURARO	TLL	2009/2010/2011 E 2012
8680	3128	EDMIR JOSE CAMPESTRINI	MULTA/TLL/ISSQN E ISS	2009/2010/2011 E 2012
10547	14634	EDSON PEDROSSO DE SOUZA ME	MULTA E TLL	2009/2010 E 2011
7794	9660	ELIANA VIEIRA MELZI	TLL	2009 E 2010
9081	11154	ELIANA ZECH	MULTA E TLL	2011 E 2012
8668	10168	ELIANAI ALVES CORDEIRO & CIA LTDA EPP	TLL	2009 E 2010
10976	60416	ELIANE APARECIDA MICHELON HAJIADO-NIOU	MULTA E TLL	2010/2011 E 2012
251160	9653	ELIANE OLIVEIRA SOUZA	TLL	2009/2010/2011 E 2012
8019	1892	ELIANORA DE GOES REBELLO ADRIANO	TLL/ISSQN E ISS	2009 E 2010
8383	9895	ELIETE DOS SANTOS	TLL	2009/2010 E 2011
8482	9972	ELISABETE ROSA	TLL	2009 E 2010
10156	13797	ELISANGELA MARTINS ME	MULTA E TLL	2010 E 2011
9496	12225	ELISIANE DALARIVA	TLL	2009/2010/2011 E 2012
8469	9985	ELY VICENTE ME	TLL	2009 E 2010
7202	7264	EMPREIT. MAO DE OBRA FAIXA AZUL	TLL	2004 A 2010
10729	15002	EMPREITEIRA ROQUE SIPP LTDA ME	MULTA E TLL	2010/2011/2012
10414	56627	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELE	MULTA E TLL	2010 E 2012
8336	9841	EMPRESA DE PESCA BELAPESCA LTDA	TLL	2010
10499	14459	ENGITA NAVAL CONSTRUÇÕES LTDA EPP	ISSQN	2011
5292	5484	ENIA GOULART	TLL/ISSQN E ISS	2009/2010 E 2011
11525	19507	ERIKA MOREIRA BINI ME	MULTA E TLL	2011
10765	5417	ESCALPLAST IND. E COM. DE PLÁSTICOS LTDA	TLL	2009 E 2010
251157	9597	ESGOTAM PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA	MULTA E TLL	2009/2010 E 2011
2464	5506	ESTALEIRO D'LEON LTDA	MULTA/TLL E RD	2009/2010/2011
1868	5490	ESTALEIRO DOM OSVALDO LTDA	TLL/RECFI/ISSQN/RD E MULTA	1998 A 2012
8892	10820	ESTALEIRO NAVAL BORNHAUSEN LTDA	TLL	2009 E 2010
2819	5489	ESTALEIRO RAMOS LTDA	TLL	2009/2010 E 2012
9308	11881	ESTALEIRO TOMBADILHO LTDA ME	MULTA E TLL	2009 E 2011
8872	10790	EURONETE SUDAMERICANA DO BRASIL LTDA	TLL	2009 E 2010
9267	11661	EXXOMED COM. IMP. DE PROD. MED. HOSP.	MULTA E TLL	2009/2010/2011 E 2012
10695	14887	EZAIR FRANCISCO BORBA	TLL/ISSQN E ISS	2009 E 2011

8131	9641	F.C.J. CONSTRUCAO E REP. DE ESTR. FLUTUA	TLL	2009 E 2010
8796	10490	FABIANA APARECIDA DOS SANTOS ME	TLL	2009 E 2010
10533	14540	FABIO ARANTES DE ASSIS BARROS ME	TLL	2009 E 2010
10620	14737	FABIO JOSE DE MENEZES ME	MULTA E TLL	2009/2010/2011 E 2012
8912	10853	FABIO MACIEL	TLL/ISSQN E ISS	2009/2010/2011 E 2012
8563	292	FABIO MARCONDES DE SOUZA	TLL	2009/2010 E 2011
8497	10006	FAPESC FARINHA DE PESCADOS LTDA	TLL	2009 E 2010
10579	14672	FARMACIA DO PESCADOR LTDA ME	MULTA E TLL	2010 E 2012
2596	10895	FELIPE CELSO RODRIGUES	TLL E ISSQN	2009
10807	15354	FERNANDA CARMEN REIS	TLL	2009/2010/2011 E 2012
8468	9983	FERNANDO CESAR DIAS	TLL/ISSQN E ISS	2009/2010/2011 E 2012
10895	15928	FERNANDO LUIZ GARCIA	TLL/ISSQN E ISS	2009 E 2010
9175	59650	GILSON ANTONIO DA SILVA RAMOS	MULTA E TLL	2009/2010/2011 E 2012
11500	19339	GIULINO CESAR MULLER	TLL E ISS	2011 E 2012
10607	14246	GMV CENTRO DE PINTURAS LTDA	MULTA E TLL	2009 E 2011
10783	15222	GPMA TRANSPORTES LTDA ME	TLL	2009/2011 E 2012
7955	9464	GRACIELA DA SILVA	TLL	2009/2010/2011 E 2012
9009	10985	GRACIELA DE LIMA GODOY DE OLIVEIRA	MULTA E TLL	2010/2011 E 2012
8296	9806	GRASIELA CORREA	TLL/ISSQN E ISS	2009/2010/2011 E 2012
9806	12889	GRAVATAS BAR E CHOPERIA LTDA ME	TLL	2009 E 2010
8390	9890	GRAZIELA FEIJO	TLL/ISSQN E ISS	2009 E 2010
7024	7107	GRIPAO PANIFICADORA E CONFEITARIA LTDA	TLL	2009 E 2010
9058	11064	H PRUST MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	TLL	2009
10415	14309	HACKBARTH TRANSPORTES LTDA	MULTA E TLL	2010/2011 E 2012
5615	5574	HEFISUL CORRETORA DE SEGUROS LTDA	TLL	2009 E 2010
8642	10141	HELIO LUIZ ZAGUINI	TLL/ISSQN E ISS	2009 E 2010
8639	2081	HELOISA CASTRO DE ALMEIDA	ISSQN	2009
4840	5577	HERONDINO DA SILVA	MULTA/ISSQN E TLL	2009/2010 E 2011
9733	12736	HIDRAULICA SÃO DOMINGOS LTDA	TLL	2009 E 2010
9053	11052	HOME BABY CONFECCOES INFANTIS LTDA ME	TLL	2009 E 2010
7770	9995	HOSPITAL NOSSA SENHORA DO NAVEGANTES	TLL	2009 E 2010
853	6048	HOTEL RIGO LTDA ME	ISSQN/TLL E RD	2009 E 2010
11791	20535	IGOR GOMES RABITO	MULTA E TLL	2011 E 2012
10060	13535	ILCENEIA CORREA	TLL	2009/2010/2011 E 2012
8271	9779	ILHASUL DISTRI. DE ALIMENTOS LTDA	TLL	2009 E 2010
10687	5312	ILLUSION STUDIO VIRTUAL LTDA ME	TLL	2009 E 2010
10098	13706	ILTON VOGEL	TLL/ISSQN E ISS	2009/2010 E 2011
1204	34475	INAVE IMOBILIARIA NAVEGANTES LTDA	TLL E ISS	2010/2011 E 2012
4364	5609	IND. E COM. DE MADEIRAS ESCALVADOS LTDA	MULTA E TLL	2011 E 2012
9720	12708	IND. COM. DE PLAST. E TIJ. PAULO B. LTDA	TLL E RD	2009 E 2010
4756	5613	IND COM. AVILA LTDA	TLL	2009 E 2010
8960	10922	INDUSTRIA E COMERCIO DE CABANAS CANAD	TLL	2009 E 2010
10149	13788	INFOCHIP INFORMATICA LTDA ME	MULTA/TLL E RD	2009/2010/2011 E 2012
6326	6226	INFORMASTER TECNOLOGIA E INFORMATICA	TLL	2009 E 2010
11486	19203	INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO PUBLICO	MULTA E TLL	2010 E 2012
7553	8947	INTERBRASIL STAR S/A SISTEMA TRANS. AEREO	TLL	2009 E 2010
10677	14837	INVISTTA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA	MULTA/ISSQN/TLL E ISSRE	2009/2010 E 2011
10626	14745	IOLANDA MARQUES KORB ME	MULTA E TLL	2009/2010 E 2011
10398	14271	IOMAI PAPELARIA E PRESENTES LTDA	MULTA E TLL	2011 E 2012
9872	13171	IONAR DE SOUZA ECHART ME	TLL	2009 E 2010
10822	10202	IRINEU DA ROCHA	TLL/ISSQN E ISS	2009 E 2012
6347	6939	ISABEL CONINCK ME	TLL E ISSQN	2009 E 2010
8376	9884	ISABEL CRISTINA DA SILVA ME	TLL	2009 E 2010
7867	10021	ISAIAS FRANCELINO	TLL/ISSQN E ISS	2009/2010 E 2011
5261	5628	ISOLDE HARDT	TLL	2009/2010/2011 E 2012

7578	8972	ITAFISH - CAPTURA E COMERCIO DE PESC. LTDA	TLL	2009 E 2010
10048	13145	ITAU UNIBANCO AS	MULTA E ISSQN	2011
2254	5634	IVAIR ADALINO DE OLIVEIRA ME	MSUR	2010
10505	14473	IVALMIR ALFONS WEIDMANN	TLL/ISSQN E ISS	2009/2010/2011 E 2012
10973	16402	IVAN KUEHLEWIN	TLL E ISS	2011
10261	13995	IVANOR JOSE BUSARELLO	TLL/ISSQN E ISS	2009/2010 E 2011
8633	10142	IVONETE SCHIMITT ME	TLL	2009 E 2010
7988	9502	JACKSON ALVES & IRMAOS LTDA ME	TLL	2010
10786	13418	JACKSON RODRIGO VIEIRA	MULTA/TLL/ISSQN E RD	2009 E 2012
8624	10131	JAILSON ACACIO DA SILVA	MULTA E TLL	2009 E 2011
8869	10783	JAIME CELSO GONÇALVES	TLL/ISSQN E ISS	2009/2010 E 2011
7783	9311	JAIR FABRICIO ME - J.J. MANUTENCAO	TLL	2009 E 2010
9270	11668	JAIR MIRANDA	TLL/ISSQN E ISS	2009/2010 E 2011
9947	13336	JAISON HOMERO DE OLIVEIRA KNOBLAUCH	TLL/ISSQN E ISS	2009 E 2010
9430	12137	JAMES SIEWERDT	TLL/ISSQN E ISS	2009 E 2010
9750	12765	JANAINA DA COSTA	TLL/ISSQN E ISS	2009 E 2010
9115	11318	JANETE APARECIDA CARDOSO	TLL E ISS	2010/2011 E 2012
8641	10140	JAQUELINE RUSZINSKI ANTUNES	TLL/ISSQN E ISS	2009 E 2010
11164	17494	JEAN CARLOS SCHNEIDER	TLL E ISS	2010
8414	9925	JEAN CLEBER ENGELS	TLL	2009 E 2010
10015	13445	JEANE APARECIDA FELICIO	TLL	2011 E 2012
8346	9853	JEMINA DOS SANTOS ME	TLL	2009 E 2010
9647	12565	JERRE FIGUEIREDO MARQUES	TLL E ISS	2010 E 2011
7560	8956	JEVE EMPRESA JORNALISTICA E IMOBILIARIA	TLL	2009 E 2010
2486	32128	JOACIR NEGHERBON	TLL/ISSQN E ISS	2009/2010/2011 E 2012
8598	10105	JOAO ADEMIR BECHTOLD	TLL/ISSQN E ISS	2009 E 2010
10310	14066	JOAO BATISTA FLORES	MULTA/TLL E ISS	2010/2011 E 2012
8140	9649	JOAO CARLOS TOTH	TLL E ISS	2010
9190	11504	JOAO DONATO DOS SANTOS	TLL/ISSQN E ISS	2009/2010/2011 E 2012
10651	14788	JOAO DONIZETE FERREIRA NEVES	MULTA E TLL	2010 E 2011
9469	12196	JOAO JOCEMAR TELLES	TLL	2009/2010/2011 E 2012
11305	18119	JOAO MARCOS PEREIRA	TLL E ISS	2010
8964	10926	JOAO MARIA BARBOSA	TLL/ISSQN E ISS	2009/2010/2011 E 2012
8866	10772	JOAO NUNES	TLL/ISSQN E ISS	2009/2010/2011 E 2012
9517	12263	JOAO NUNES FERREIRA	TLL	2009/2010/2011 E 2012
8191	9705	JOAO OSNI DA ROSA E CIA LTDA ME	TLL	2009 E 2010
8181	9691	JOAO VALNEI RODRIGUES DE ALMEIDA	TLL	2009 E 2010
7091	7175	JOAO VICTOR HARBS ME	MULTA E TLL	2009/2010/2011 E 2012
9692	12656	JOAQUIM ERNANI C VASCONCELOS	TLL/ISSQN E ISS	2009 E 2010
9237	11582	JOEL JOSNEI GRASSMANN	TLL	2009 E 2010
7121	7225	JOEL RONE HOFFMANN	TLL/ISSQN E ISS	2009/2010/2011 E 2012
7933	9656	JOHANN CORRETORA DE SEGUROS	TLL E ISSQN	2009 E 2010
8698	10260	JONAS DIETER OEHELMANN	TLL/ISSQN E ISS	2009 E 2010
10066	13538	JONATHAN PEREIRA	TLL	2009/2010/2011 E 2012
10675	14835	JOSE AGNALDO DA SILVA	TLL/ISSQN E ISS	2009/2010/2011 E 2012
10784	15230	JOSE AGOSTINHO	MULTA E TLL	2009/2010/2011 E 2012
4772	5650	JOSE ALVES DOS SANTOS	TLL	2009/2010/2011 E 2012
8075	9583	JOSE CAMILO	TLL/ISSQN E ISS	2009/2010/2011 E 2012
8836	10715	JOSE CARDOSO COMERCIANTE	MULTA E TLL	2009/2010/2011 E 2012
11443	13449	JOSE CARLOS CIDRAL	TLL E ISS	2010
8738	10315	JOSE CARLOS LOPES	RD/TLL/ISSQN E ISS	2009/2010/2011 E 2012
8195	9701	JOSE JAIR VARGAS ME	TLL	2009 E 2010
8340	9847	JOSE JUVENAL BENTO	TLL	2009/2010/2011 E 2012
9941	13220	JOSE LUCINDO CARDOSO	TLL	2011 E 2012
9525	1332	JOSE LUIS LOPES GUIMARAES	TLL/ISSQN E ISS	2009 E 2010
9026	10071	JOSE LUIZ BALADELLI ME	TLL	2009/2010/2011 E 2012
10828	58559	JOSE LUIZ TRAVAGLIA	TLL/ISSQN E ISS	2009/2010/2011 E 2012
10375	14190	JOSE LUIZ TRAVAGLIA ME	MULTA E TLL	2010/2011 E 2012



8848	10735	JOSE MAURO FERRACIOLI	TLL/ISSQN E ISS	2009 E 2010
9266	11660	JOSE MIRANDA	TLL	2011 E 2012
8775	10443	JOSE NANDI RECH	TLL/ISSQN E ISS	2009/2010/2011 E 2012
2934	8096	JOSE ROBERTO DE SOUZA	RD	2009
10103870	64686	JOSE SERGIO RAMOS VIEIRA	MULTA E TLL	2011 E 2012
8366	9880	JOSE TOBIAS	MULTA E TLL	2010 E 2012
9774	1747	JOSE WAGNER MAFRA	RD	2009
4848	5663	JOVENTINO MATHIOLA	TLL	2009/2010 E 2012
8473	9988	JUCIEL AVELINO ROSA	TLL/ISSQN E ISS	2009/2010/2011 E 2012
9645	12562	JUCIMAR BELO DE ANDRADE	TLL/ISSQN E ISS	2009/2010 E 2011
7651	9175	JUCIMARA CARLA HENSEL	TLL	2009 E 2010
5361	6565	JULIA CARDOSO	TLL/ISSQN E ISS	2009 E 2010
11020	4380	JULIANO CORDEIRO DA LUZ	ISS/TLL	2010/2011 E 2012
8495	10014	JULIANO RODRIGUES DE LIMA E CIA	TLL	2009 E 2010
9060	11075	JULIANO WIPPEL	TLL/ISSQN E ISS	2009 E 2010
11200	17691	JUMARCIO COMERCIO LTDA ME	MULTA E TLL	2010/2011 E 2012
9646	12564	JUSANDRA ANDREIA LUY	TLL E ISS	2010 E 2011
8853	2343	JUSSARA OLIVEIRA	TLL/ISSQN E ISS	2009 E 2010
8025	9530	K.A.M EMPREENDIMENTOS TURISTICOS	RD	2009
11285	18042	KATIUSCIA LIESENBERG	TLL E ISS	2010
9652	12577	KELLI VIEIRA ME	RD	2009
10104019	65430	KERTICHKA GRAFICA LTDA ME	MULTA E TLL	2011 E 2012
7537	8922	KLIP RESTAURANTE LTDA	TLL	2009 E 2010
10294	14048	KRIEGER & KRIEGER CONFECÇÕES LTDA ME	MULTA E TLL	2009 E 2011
10772	15192	L G CARTUCHOS E TONER LTDA ME	MULTA E TLL	2010 E 2011
7543	8928	L.R. COM. E LAB. FOTOG. LTDA ME	ISSQN	2009
10948	16174	LA RHEMA CONSTRUÇÕES LTDA	MULTA E TLL	2010/2011 E 2012
8770	10435	LABORATORIO AFFINITÁ LTDA	TLL	2009 E 2010
5020	5735	LAGES SANTANA LTDA ME	TLL	2009 E 2010
5345	12006	LAURO ALFREDO HORACIO SCHEUNEMANN	ISS	2011 E 2012
11306	18123	LAVANDERIA LEVE SPUMA LTDA ME	MULTA E TLL	2010/2011 E 2012
10103800	64380	LAVAX COMERCIO DE UTENSILIOS DOMESTICO	MULTA E TLL	2011 E 2012
11425	18757	LAZARO ANTONIO LUCIANO ME	MULTA E TLL	2011 E 2012
8162	9671	LD ENGENHARIA LTDA	TLL	2009 E 2010
10071	13550	LEANDRO COMANDOLI	TLL E ISSQN	2009
8658	10159	LEANDRO DE MORAES CONST. REP. EST. FLUT.	TLL	2009 E 2010
8799	10528	LEOMAR INDUSTRIA E COMERCIO DE PESCAD	TLL	2009 E 2010
10103969	65164	LEONARDO MULLER DELLAGIUSTINA	TLL E ISS	2011 E 2012
10585	12610	LEONARDO T. MATSUBARA	TLL/ISSQN E ISS	2009/2010 E 2011
10428	14343	LEONIDAS GOMES DE CAMPOS NETO	TLL/ISSQN E ISS	2009 E 2010
10820	15456	LEVI JOHANES LEHN	TLL/ISSQN E ISS	2009 E 2010
7605	9130	LIDIANE PINTO FIGUEROA	TLL	2009/2010/2011 E 2012
9483	4622	LIGIA BEGNINI	TLL E ISS	2011 E 2012
10844	15661	LILIAN MOURA BLUYUS ME	TLL	2009 E 2010
2808	6604	LINO BERTOTI DA SILVA	TLL	2009 E 2010
8921	10863	LIS MAIRA DA SILVA	MULTA/TLL/ISSQN E ISS	2009/2010/2011 E 2012
9040	11031	LITORAL IND. E COMERCIO DE LATICINIOS	TLL	2009 E 2010
11275	17978	LITORAL PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA	MULTA E TLL	2011 E 2012
8226	9735	LIZANDRO LANCHONETE E CONVENIENCIA	TLL	2009 E 2010
9897	13222	LOOK ALARMES COM. DISTR. DE EQUIP. DE	MULTA E TLL	2010/2011 E 2012
10725	14965	LUANA & LUAN COM. DE ARMARINHOS LTDA	MULTA E TLL	2010 E 2011
8759	10358	LUCIANI DE SOUZA ME	TLL	2009 E 2010
9730	14860	LUCIELE PESCE BOSI EPP	ISSQN E TLL	2011 E 2012
8781	10459	LUCILENE SANTANA RODRIGUES ME	TLL	2009 E 2010
11289	18055	LUIS FERNANDO PACHECO GOMES	TLL E ISS	2010
8217	31385	LUIZ ANTONIO BORGES	TLL/ISSQN E ISS	2009/2010 E 2011

10103709	63964	LUIZ FELIPE DE ALMEIDA BARROS	TLL E ISS	2010/2011 E 2012
9669	12619	LUIZ FERNANDO MAGALHAES	TLL/ISSQN E ISS	2009 E 2010
10991	16559	LUIZ HENRIQUE DALAGO ME	MULTA E TLL	2011 E 2012
10391	14260	LUIZ ROBERTO RIBEIRO LONGO ME	MULTA E TLL	2011 E 2012
9768	12829	LUMefa DECORAÇÕES LTDA ME	MULTA E TLL	2009 E 2010
9028	11010	LUSO - PLUART COMERCIO E REPRESENTA- ÇÕES	TLL	2009 E 2010
9282	11692	M.C. MANIPULADORA DE PESCADOS LTDA	TLL	2009 E 2010
5105	5887	M.H.F. MADEIREIRA DE PRE CORTADO LTDA	TLL	2009/2010 E 2011
10839	15573	MADEIREIRA NAVEGANTES LTDA	MULTA E TLL	2011 E 2012
10986	16539	MADSON ELIAS MAFRA	TLL/ISSQN E ISS	2009 E 2010
8915	10857	MAIBUK & MAIBUK TRANSP. ESCOLARES E TU	ISSQN E RD	2009/2011 E 2012
8073	9581	MAIKE REITER	TLL	2009 E 2010
9424	12128	MAIQUE STAROSCKY	MULTA E TLL	2010/2011 E 2012
10103931	64976	MAIRO VOLKMANN	TLL E ISS	2011 E 2012
6328	6227	MANIPULACAO DE PESCADO BENTO LTDA ME	TLL	2009 E 2010
8520	10026	MANOEL ROBERTO FELICIO	MULTA E TLL	2011 E 2012
8595	10102	MANOEL VIEIRA	TLL/ISSQN E ISS	2009/2010/2011 E 2012
10303	14062	MANZOLI COMERCIO LTDA ME	MULTA E TLL	2009 E 2011
11042	16926	MAR BRASIL COM. ATACADISTA DE PESCA- DOS	MULTA E TLL	2010/2011 E 2012
9087	11256	MARCELO MORASTONI	TLL/ISSQN E ISS	2009 E 2010
5025	6941	MARCELO ANTONIO PEIXER ME	RD	2009
8739	10312	MARCELO JOAO COUTO E CIA LTDA	MULTA E TLL	2010 E 2012
9914	13258	MARCELO LONDERO	TLL/ISSQN E ISS	2009 E 2010
11748	14230	MARCIA CLAUDETE SOARES	TLL E ISS	2011 E 2012
8239	9746	MARCIA HELENA MARIA DA SILVA ME	TLL E ISSQN	2009 E 2010
10650	14787	MARCIA LENARTOVICZ	TLL	2009/2010/2011 E 2012
2195	5555	MARCIA SUELI ROSA MOREIRA	MULTA/TLL/RD E ISSQN	2009/2010/2011 E 2012
11102	17241	MARCIELA FLORES	TLL E ISS	2010 E 2011
4415	5844	MARCIO LUIZ ROSA	TLL/ISSQN E ISS	2009/2010 E 2011
9119	11327	MARCIO MOSCHETTA PONTES	TLL/ISSQN E ISS	2009 E 2010
11430	18819	MARCO ANTONIO PERES	TLL E ISS	2010
10104039	65572	MARCOS ALEXANDRE PEREIRA DE VARGAS	MULTA E TLL	2011 E 2012
10257	13991	MARCOS ANTONIO DAMIANI	TLL/ISSQN E ISS	2009 E 2010
11914	17314	MARCOS ANTONIO FERREIRA DA SILVA	TLL E ISS	2011
9143	11398	MARCOS BIAGGIO FONTELLES	TLL/ISSQN E ISS	2009 E 2010
10103703	63924	MARCOS SCHIRMER	MULTA E TLL	2011 E 2012
10137	13776	MARI HELENA ANHAIA RUFINO	TLL	2010/2011 E 2012
11631	20068	MARIA ANDREIA COELHO	TLL E ISS	2011 E 2012
7255	7338	MARIA CARMEN FELIPE LOHN	TLL	2009/2010/2011 E 2012
9973	12474	MARIA CLAUDETE BOEIRA	TLL	2010/2011 E 2012
5706	5896	MARIA DAS DORES SANTOS ARAUJO	RD	2009
9459	12179	MARIA F. DA SILVA RODRIGUES	TLL/ISSQN E ISS	2009/2010/2011 E 2012
9050	11043	MARIA HELENA ANDREOLA	TLL/ISSQN E ISS	2009 E 2010
7100	7174	MARIA LUCIA BRESSANINI DE SOUZA	TLL/ISSQN E ISS	2009/2010/2011 E 2012
10666	14819	MARIA LUIZA SIMAO TAVARES ME	MULTA E TLL	2009/2011 E 2012
8810	10636	MARIA NALVA OESTREICH ME	TLL	2009 E 2010
7268	7339	MARIA ORSI CORDEIRO	TLL	2009 E 2010
7692	9217	MARIA VANZELA	TLL	2009/2010/2011 E 2012
10103756	64171	MARIJARA PINTO ME	MULTA E TLL	2011 E 2012
8731	10301	MARILENI DO ROSARIO DE BORBA	TLL	2009 E 2010
10658	14804	MARINEZ NIERADKA	TLL/ISSQN E ISS	2009/2010 E 2011
8854	10741	MARIO CELSO BITENCOURTT	TLL/ISSQN E ISS	2009 E 2010
8811	10637	MARIO JOAO DA SILVA ME	TLL	2009 E 2010
8881	10803	MARISTELA GERMANO ME	MULTA E TLL	2010/2011 E 2012
8931	10881	MARISTELA MARIA BENTO	MULTA E TLL	2010/2011 E 2012
10135	13774	MARITE DE FATIMA GANZER	TLL	2010/2011 E 2012
7897	9407	MARIZETE MARIA DA SILVA FLORISBELO ME	TLL	2009 E 2010

11156	17483	MARLI BARTH RAPHAELLI	MULTA/TLL/ISSQN E ISS	2009/2010/2011 E 2012
8976	10942	MARLI CORONETTI	TLL	2009/2010/2011 E 2012
5099	5825	MARLI RAMOS	TLL	2009/2010/2011 E 2012
1138	9795	MARTA GONCALVES CUNHA	TLL	2009 E 2010
8922	10866	MAURICIO JOSE PROVESI TRANSPORTE	MULTA E TLL	2010 E 2011
8308	9810	MAURICIO JOSE SCHELTER	TLL/ISSQN E ISS	2009/2010/2011 E 2012
11839	20671	MAURO LUIS COELHO ME	TLL E RECDI	2010 E 2012
7439	7524	MAXIMILO JOAO BENTO	TLL/ISSQN E ISS	2009/2010/2011 E 2012
10546	14633	MAYARA REGINA WEISS	TLL/ISSQN E ISS	2009/2010/2011 E 2012
10902	15966	MAYCON NERY OLIVEIRA	TLL	2009 E 2010
10453	14398	MDL INCORPORADORA DE IMOVEIS	RD E MULTA	2009/2010 E 2011
9637	12549	MEDELI RIBAS RODRIGUES ME	MULTA E TLL	2009 E 2011
6322	6235	MEGAPC CONSULTORIA E SISTEMAS LTDA	TLL E RD	2009 E 2010
11144	17438	MICHELLO GRITTEN BARROS ME	MULTA E TLL	2010 E 2011
10333	14096	MIDIA COMUNICACAO E MARKETING LTDA	MULTA E TLL	2011 E 2012
10189	13867	MIGUEL RANGUETTI ME	TLL	2009
4168	5849	MILPIN REPRESENT. COMERCIAIS LTDA	ISSQN/RD E RECDV	2009/2010 E 2012
8368	9877	MINI MERCADO DO CONSUMIDOR LTDA ME	TLL	2009 E 2010
7340	7417	MIRAN MOVEIS= MIGUEL RANGUETTI	TLL	2011 E 2012
9925	12879	MOACIR LUIZ BOECK	TLL/ISSQN E ISS	2009 E 2010
10708	5867	MODA BRASIL IND. E COMERCIO DE CON- FECCOES	TLL	2009 E 2010
8710	10280	MOLDADOS CONSTRUÇÕES INDUSTRIALIZAD	TLL	2009 E 2010
11061	17037	MOLINA CONSULTORES ADUANEIROS & TRIBU	MULTA/ISSQN E TLL	2009 E 2011
11056	16972	MONICA ANGIOLETTI NEGRAO	TLL E ISS	2010 E 2011
6369	6952	MONTEREY CONSTR. LOTEAD. IMOBIL. E REPR	MULTA/TLL E RD	2010/2011 E 2012
7629	9154	MOREIRA E BECKER LTDA	TLL	2009/2010/2011 E 2012
9985	13395	MRS TRANSPORTES LTDA ME	MULTA E TLL	2010/2011 E 2012
10184	13855	N.G NEGOCIOS IMOBILIARIOS LTDA	ISSQN	2011 E 2012
8544	32230	NATANAEL DOS SANTOS	TLL/MULTA E ISS	2010/2011 E 2012
11519	19493	NAVE IMP. E EXP. LTDA	MULTA/ISSQN E TLL	2010/2011 E 2012
9677	12634	NAVEGANTES COM. DE VEICULOS	MULTA E TLL	2010 E 2012
5122	14441	NAVELAR MATR. P/ CONSTRUCAO E ELETRO	MULTA E TLL	2011 E 2012
5608	5910	NAVEMAC LTDA	TLL/ISSQN E ISS	2009/2010 E 2011
9816	12904	NAVESOM SERVICOS DE SONORIZ. E EVENTO	MULTA E TLL	2010/2011 E 2012
10608	14716	NAYARA JEANE CARDOSO ME	TLL E RD	2009 E 2010
10716	14934	NEDIO ZEFERINO MOVEIS ME	MULTA/TLL E RECDI	2009/2010/2011 E 2012
8355	50538	NELI MOTA AU	MULTA/TLL E ISS	2010/2011 E 2012
8867	10773	NEUZA DE GODOY MACHADO	TLL E ISS	2010/2011 E 2012
9949	13341	NEW PORT AGENC. DESP. ADUANEIROS	MULTA E TLL	2010/2011 E 2012
10099	13714	NHT LINHAS AEREAS LTDA	MULTA E TLL	2011 E 2012
11243	17798	NICACIO HERMOGENES APARICIO	MULTA E TLL	2010/2011 E 2012
5578	5935	NICASSIO H. APARICIO	TLL	2009 E 2010
9485	10631	NICOMEDES JOSE DA COSTA	TLL/ISSQN E ISS	2009/2010 E 2011
10510	5938	NILMODA IND. DE CONFECCOES LTDA	TLL	2009 E 2010
8757	10333	NILO SERGIO RIBEIRO ME	TLL	2009 E 2010
4088	5915	NILSON METZLER	MULTA/ISSQ E TLL	2009/2010/2011 E 2012
10087	13586	NOEMAR GROUP EMPREENDIMENTOS LTDA	ISSQN E RD	2009
10401	14278	NORALEX REPRES. COMERCIAIS LTDA	MULTA E TLL	2009/2010 E 2011
10872	15783	NOVA GESSO DECORAÇÕES LTDA	MULTA E TLL	2009/2010/2011 E 2012
8447	9964	NOVA PESCA IND. COM. DE PESCADOS LTDA	TLL	2009 E 2010
11740	20393	O BARATEIRO DISTRIBUIDORA E COMERCIO	MULTA E TLL	2010/2011 E 2012
9893	13219	OB CAR AUTOMOVEIS LTDA	TLL	2010
11091	17212	OCEANO SUL E COMERCIO ATACADISTA	MULTA E TLL	2010/2011 E 2012
10232	1668	OCIMAR PEDRO MEDEIROS	TLL/ISSQN E ISS	2009/2010/2011 E 2012
6336	6281	ODAIR GERMANO LEMOS ME	MULTA E TLL	2011 E 2012
7298	7375	OLGA MARTINS DE PAULO & CIA LTDA	RD	2009

10627	14746	OMAR & OCAMPO COM. ESXP. DE PESCADOS	MULTA E TLL	2011
10502	14468	ONSEG SERVICO DE VIGILANCIA E SEGU-RANCA	MULTA E TLL	2010 E 2011
9205	11517	ORGANIZACOES REIS PREST. DE SERVICOS	MULTA E TLL	2010/2011 E 2012
9045	11037	ORLANDO HENRIQUE FERREIRA SANTOS ME	MULTA E TLL	2010/2011 E 2012
10431	14348	ORSEGUPS -ORGANIZACAO DE SEG.	MULTA E TLL	2011 E 2012
9188	11502	OSNI DA VEIGA	TLL	2009 E 2010
10148	11781	OSNILDO OSNI DOS SANTOS	TLL	2009/2010 E 2011
9417	12112	OSVALDO OSNI SOARES ME	ISSQN	2011 E 2012
10791	15258	OZEIAS BORBA CARVALHO	TLL	2009 E 2010
11559	19707	OZEIAS RIBEIRO DE LIMA	MULTA E TLL	2011 E 2012
11030	16870	P S CARROCERIAS LTDA ME	TLL	2010
10039	13501	PABLO CESAR DA SILVA	TLL E ISS	2010 E 2011
10103938	63300	PABLO GONZALEZ LIMA ME	MULTA/TLL E ISSQN	2010/2011 E 2012
10743	15059	PANIFICADORA E CONFEITARIA EDU KATY	MULTA E TLL	2009/2010/2011 E 2012
9066	11088	PAPEIS & SUPRIMENTOS LTDA ME	TLL	2009 E 2010
8798	10501	PATRIOTA CAP. REP. DE PESC. E ACES. EMBA	TLL	2009 E 2010
10153	13791	PAULINA CAMPOS DA SILVA	TLL	2011 E 2012
8644	10136	PAULO HENRIQUE VILLELA	TLL/ISSQN E ISS	2009 E 2010
8733	10308	PAULO JOSE DIAS DE SOUZA ME	TLL/ISSQN E ISS	2009 E 2010
10688	5695	PAULO RENATO KLEIS	TLL/ISSQN E ISS	2009/2010 E 2011
8590	10100	PAULO ROBERTO BORNHAUSEN E CIA LTDA	TLL	2009 E 2010
10119	13374	PAULO ROBERTO DA SILVA	TLL/ISSQN E ISS	2009/2010/2011 E 2012
10103874	16909	PAULO SCHARF	TLL E ISS	2011 E 2012
10750	15090	PAULO SERGIO MIRANDA VIEIRA ME	TLL	2009 E 2010
11940	2138	PAULO VILMAR CORDEIRO DE LIMA	RD	2009
8997	10970	PAVE ENGENHARIA E PLANEJAMENTOS LTDA	TLL	2009 E 2010
10105	13731	PAVIMENTACAO DIELL LTDA ME	TLL	2009 E 2010
9445	5203	PEDRA DA MIRAGUAIA HOTEL E TURISMO LTDA	MULTA E TLL	2010/2011 E 2012
8653	10156	PEDRINA SUTIL	MULTA E TLL	2009/2010/2011 E 2012
11714	20321	PEDRO HENRIQUE VIANNA DA SILVA	TLL E ISS	2010
2159	5969	PEDRO REBELLO ME	TLL/ISSQN E ISS	2009 E 2010
10956	16203	PEREIRA & PASSOS PIZZARIA LTDA	MULTA E TLL	2010/2011 E 2012
1077	13558	PERFURACAO DE POCOS. J.M.N LTDA	MULTA E TLL	2010/2011 E 2012
10670	14825	PERSONAL EDITORA LTDA ME	ISSQN	2009
5563	5627	PESCADOS AMARAL CP. IND. COM. IMP. EXP.	MULTA E TLL	2009/2011 E 2012
9112	11314	PESCADOS SETE BARBAS LTDA ME	MULTA E TLL	2011
5821	5999	PESQUEIRA OGC LTDA	TLL	2009 E 2010
2173	5988	PETISQUEIRA E LANCHERIA DO OSWALDO	TLL	2009/2010/2011 E 2012
10803	15321	PLANETA N NCOMERCIO DE CONFECÇÕES LTDA	MULTA E TLL	2009/2010 E 2011
8053	9561	PLAYCO CONSULTORIA LTDA ME	TLL	2009 E 2010
10104350	66935	PMF REPRESENTACOES LTDA	MULTA E TLL	2011 E 2012
8203	9714	PMR = ZANDONA COMERCIO DE FRUTOS DO MAR	TLL	2009 E 2010
9349	33683	POOL SERVICE COM. IMP. E EXP. E ASS. INT	MULTA E RD	2009 E 2010
9865	13156	POOL SERVICE COM. IMP. E EXP. E ASS. INT	TLL	2010
5872	5966	PRESTADORA DE SERV. PORTUARIO CAMISOL	MULTA E TLL	2011 E 2012
7947	9459	PRINSERCON PRESTACAO DE SERVICOS LTDA	MULTA E TLL	2011 E 2012
10665	14817	PRINSERCON PRESTACAO DE SERVICOS LTDA	MULTA E TLL	2010/2011 E 2012
9210	11526	PRISCILA KAREN PACHECO	TLL	2009/2010/2011 E 2012
10551	14637	PROCAUTI ENGENHARIA S/S LTDA	MULTA/TLL/ISSQN	2010/2011 E 2012
10162	13813	Q BELA COZINHA COM. DE UTILIDADES LTDA	TLL	2009 E 2010
8652	10154	R.D.M. INDUSTRIA E COMERCIO LTDA ME	MULTA E TLL	2009/2010/2011 E 2012
7912	9430	R.H - SERVICOS DA CONSTRUCAO LTDA	TLL	2009 E 2010
10007	13426	RAFAEL LUIZ SAUTNER ME	TLL	2009 E 2010
8755	10330	RAFAELO DE GOES REBELLO ADRIANO ME	TLL	2009 E 2010
8474	52521	RAIMUNDO QUIRINO PIZZA	TLL/ISSQN E ISS	2009/2010/2011 E 2012
8440	9951	RAQUEL SEVERINO ME	TLL	2009 E 2010



10634	14763	RCR AUTO PECAS E REP AUTOMOTIVOS LTDA	MULTA/ISSQN E TLL	2009/2010 E 2011
9538	12247	RDR SERVICOS DE LOGISTICA LTDA	MULTA E TLL	2009/2010/2011 E 2012
8445	9961	REGINALDO AMORIM VIEGAS	TLL/ISSQN E ISS	2009/2010/2011 E 2012
10104096	65802	REINERT PRESTADORA DE SERVICOS LTDA	MULTA E TLL	2011 E 2012
11813	20611	RENAN DALLEGRAVE QUEIROZ	TLL E ISS	2011
9269	11666	RENATO EDUARDO BACHAMANN	TLL E ISSQN	2009
9950	13351	RENATO PISKE	TLL/ISSQN E ISS	2009 E 2010
10733	15015	RESTAURANTE E CHOPERIA DPEROS LTDA ME	MULTA E TLL	2009 E 2010
9122	11334	RESTAURANTE E POUSSADA GRAVATA LTDA	MULTA E TLL	2009/2010 E 2011
10345	14109	RESTAURANTE LIRIASSAN LTDA ME	TLL	2009 E 2010
8887	4939	REZOLETE MACANEIRO DA SILVA	TLL	2009/2010/2011 E 2012
8730	10300	RICAL SERVIÇOS EXPRESSOS LTDA ME	TLL	2009 E 2010
4515	6272	RICARDO JOSE SACAVERM	TLL/ISSQN E ISS	2009 E 2010
11203	17693	RIO DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS ALIMENTI	MULTA E TLL	2010 E 2012
4443	6021	RIO SUL SERVICOS AEREOS TRGIONAIS S/A	TLL	2009
11481	19153	ROBERLEY ELIAS ME	MULTA E TLL	2010 E 2011
8456	3550	ROBERTA DEISY CABRAL	NTAV/TLL E ISS/TCER	2009 E 2011
7291	7364	ROBERTO CARLOS PIVATTO - BETO'S	TLL E ISS	2010/2011 E 2012
70736	15025	ROBSON CARLOS DA SILVA	NTAV/TLL E ISS E ISSQN	2009/2010 E 2011
8478	9981	RODRIGO ELEOTERIO	TLL/ISSQN E ISS	2009/2010/2011 E 2012
8826	10684	RODRIGO EVARISTO CORREA ME	MULTA E TLL	2009/2010/2011 E 2012
10486	14443	RODRIGO SPIAZZI TERRA	TLL/ISSQN E ISS	2009 E 2010
5027	6028	ROGERIO SEBOLD ME	TLL	2009 E 2010
10104082	65769	ROGERIO WELTER	TLL E ISS	2011 E 2012
4662	6031	ROLAND SCHMAIDA ME	TLL	2009 E 2010
10435	14363	ROMAO,S DISTRIBUICAO DE PANFLETOS LTDA	MULTA E TLL	2010/2011 E 2012
9835	13038	RONALD ZIMMERMANN	TLL/ISSQN E ISS	2009 E 2010
10766	15162	RONALDO SOUZA GAMBARTI	TLL E ISS	2010
9219	11544	RONCALIO & FERREIRA CONSTRUCOES LTDA	RD E TLL	2009 E 2010
10654	14795	ROSANE SILVEIRA DA COSTA CUSTODIO ME	MULTA E TLL	2009/2010/2011 E 2012
8054	9562	ROSANGELA DE FATIMA FEDELCHIN	TLL/ISSQN E ISS	2009/2010/2011 E 2012
11095	17219	ROSANGELA FERREIRA DIAS	TLL E ISS	2010/2011 E 2012
7365	7445	ROSANGELA FRANCISCA RODRIGUES	TLL/ISSQN E ISS	2009/2010 E 2011
8184	9694	ROSANGELA MARIA NASCIMENTO ME	TLL	2009 E 2010
10816	15433	ROSELI MARI NATEL DE MOURA ME	MULTA E TLL	2009/2010/2011 E 2012
9515	12262	ROSELI T. GUAPIANO CAMPOS	TLL	2010/2011 E 2012
10537	14563	ROSIANE MARIA DOS SANTOS ME	MULTA E TLL	2009 E 2010
573	6783	RUBENS KRUEGER	TLL/ISSQN E ISS	2009 E 2010
10818	38921	RUDINEY ROSSINI MAAS	TLL/ISSQN E ISS	2009 E 2010
10104288	66653	S&S PROJECTS MANAGEMENT LTDA	ISSQN	2011
7299	7378	SA OLIVEIRA REPRES. DE SERVIÇOS AEREOS	TLL	2009 E 2010
10432	14250	SABRINA ELIAS COM. DE MOTO PECAS LTDA	TLL	2009 E 2010
10848	15695	SALMIRA MARLI DOS SANTOS	TLL E RECDI	2009/2010/2011 E 2012
9014	10988	SANCLARA CALÇADOS E CONFECÇÕES LTDA	TLL	2009 E 2010
9008	10983	SANCLER JOSE DOS SANTOS ME	TLL	2009 E 2010
11442	18894	SANDRA DARON ME	MULTA E TLL	2010 E 2011
9315	11894	SANDRA MARQUES	TLL	2009/2010/2011 E 2012
8528	10040	SANDRA TORRES MALDONATO FRANCA ME	TLL/ISSQN E ISS	2009 E 2010
9076	11136	SANDRA VIROTE GOULARTE	TLL/ISSQN E ISS	2009/2010/2011 E 2012
632	6094	SANTA MARIA IND. COM. DA PESCA LTDA	TLL E MULTA	2011 E 2012
7392	7474	SANTILIA DA SILVA	TLL	2009/2010/2011 E 2012
10104047	63490	SCHEFFER IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA	TLL	2011
8426	9944	SEA LOBSTER IND. COMERCIO DE PESCADOS	TLL	2009 E 2010
10779	42750	SEBASTIAO BASTOS DE ARAUJO	TLL/ISSQN E ISS	2009/2010/2011 E 2012
8011	9517	SEBASTIAO TRAJANO	TLL	2009/2010 E 2011
9551	12372	SERGIO ALLBANO	TLL E ISS	2010/2011 E 2012

8978	10945	SERGIO DE ANDRADE ME	TLL	2009 E 2010
11264	17900	SERGIO JOSE DE BRITO FILHO	TLL E ISS	2010
10720	61756	SERGIO PAULO GIRARDI	TLL/ISSQN E ISS	2009/2011 E 2012
10595	14699	SERGIO PEREIRA ALVES ME	TLL	2009 E 2010
8918	10861	SERGIO/ISAIAS PEREIRA DA ROCHA	TLL/ISSQN E ISS	2009/2010/2011 E 2012
11458	18985	SERVIMED SERVIÇOS MEDICOS LTDA	ISSQN	2010/2011 E 2012
9915	4774	SHEILA SORAIA SOUSA DA SILVA	TLL E ISS	2011 E 2012
10103662	63711	SIDNEI PEREIRA	MULTA E TLL	2011 E 2012
11048	16946	SILMAR JOSE DOS ANJOS	MULTA E TLL	2010/2011 E 2012
9660	12597	SILMARA BARBOSA DOS SANTOS	TLL E ISS	2010 E 2011
7886	9396	SILVA & SOUZA MATRS. CONSTRUÇOES LTDA	TLL	2009/2010 E 2011
8384	9897	SILVANA SILENE RAMOS ME	TLL	2009 E 2010
8578	10086	SILVANA SILENE RAMOS ME FILIAL	TLL	2009 E 2010
10693	13375	SILVIA ODETE VIEIRA	MULTA E TLL	2009/2010/2011 E 2012
9180	11495	SILVIO JOVITA	TLL E ISS	2010/2011 E 2012
10707	14922	SILVIO KOVALSKI & CIA LTDA	TLL	2009 E 2010
8693	10244	SIMONE APARECIDA HAENDCHEN ME	TLL	2009 E 2010
9708	12694	SL COMUNICACOES LTDA	MULTA E TLL	2010/2011 E 2012
9415	12105	SOARES & SOARES TURISMO LTDA ME	TLL E RD	2009 E 2010
8740	10309	SOLECI LIMA DA SILVA ME	TLL	2009 E 2010
12091	9408	SOLANGE PEREIRA ME	TLL	2007/2008 E 2009
10104020	65442	SONIA MARIA GARDINI ME	ISSQN E TLL	2011 E 2012
8903	10843	SOUZA E ALBANO LTDA ME	TLL	2009 E 2010
8260	9768	SOUZA MAR IND. E COM. DE PESCADOS LTDA	MULTA E TLL	2009/2010 E 2011
10541	14580	SPECIALY MOVEIS E DECORAÇÕES LTDA	TLL	2009 E 2010
10812	15399	SPORT EVENTOS LTDA ME	TLL	2009 E 2010
11266	17905	SRA MANUTENÇÃO E REPARS DE EMBARCA	MULTA E TLL	2010/2011 E 2012
11072	17112	SUELITA APARECIDA DE SOUZA	MULTA/TLL E ISS	2010/2011 E 2012
9090	11276	SUL TRADING EXP. IMPORT. E NEGOC DA PES	MULTA E TLL	2009/2010/2011 E 2012
10539	14577	TAFFAREL KOVALSKI	TLL/ISSQN E ISS	2009/2010/2011 E 2012
11040	16921	TAMYRES ELIZANA MARTINS FERREIRA	TLL	2009 E 2010
10255	13992	TARSO ROGERIO DONINI	MULTA/TLL/ISSQN E ISS	2009/2011 E 2012
11337	18307	TCN TERMINAL DE CONTAINER NAVEGANTES	TLL	2010
4522	6815	TERENCIO MACHADOS	TLL/ISSQN E ISS	2009/2010/2011 E 2012
8543	10043	TERESA DE SOUZA	TLL/ISSQN E ISS	2009/2010/2011 E 2012
9054	9913	TERMATEC INFORMATICA LTDA ME	MULTA E TLL	2011 E 2012
7835	9363	TERRAPLANAGEM REGIS LTDA	TLL E RD	2009 E 2010
10999	16597	THAIANA SOUZA MAFRA	TLL E ISS	2010/2011 E 2012
10103886	63948	THAIS ELISE GONÇALVES	MULTA E TLL	2011 E 2012
9926	13294	THAISA KLEINUBING	TLL/ISSQN E ISS	2009 E 2010
8362	9876	THAUANY TURISMO LTDA	MULTA/TLL E RD	2009/2010/2011 E 2012
9272	11670	THAYO PESC. MANIP DE PESCADOS LTDA ME	TLL E RD	2007/2008/2009 E 2011
9397	12057	TIETJEN PROP. E PUBLICIDADES LTDA	MULTA E TLL	2009/2010/2011 E 2012
8316	9823	TOGA TRANSPORTES E COM. DE MADEIRAS	MULTA E TLL	2011 E 2012
10259	13994	TONI ROBERTO DE SOUZA	TLL/ISSQN E ISS	2009 E 2010
8464	9962	TRAJET AGENCIAMENTO DE SERVICOS LTDA ME	TLL	2009 E 2010
5625	6131	TRANSPORTE ADELAIDE LTDA	TLL	2009 E 2010
8401	9923	TRANSPORTES LINHARES LTDA ME	TLL	2009 E 2010
8519	10027	TRANSPORTES TORQUATO LTDA ME	MULTA E TLL	2009/2010/2011 E 2012
2657	34758	TWB S/A CONSTRUÇÃO NAVAL E SERV. DE TR	MULTA/TLL E TXCER	2011
7012	7091	ULISSES SILVA VALLE	TLL/ISSQN E ISS	2009/2010/2011 E 2012
10571	14662	ULISSES TOMIO ME	MULTA E TLL	2009 E 2010
8884	10807	ULTRAMAR PESCA LTDA	TLL	2009 E 2010
10253	13988	UMBERTO GRANDO PAGANELLA	TLL/ISSQN E ISS	2009 E 2010
10871	15781	VALCIR RACHI	TLL	2009/2010/2011 E 2012
8525	20980	VALDECIR CORREA DOS SANTOS	TLL/ISSQN E ISS	2009/2010/2011 E 2012
7459	7970	VALDECIR CORREA ME MARMORARIA COR- REA	MULTA E TLL	2009/2010/2011 E 2012

11251	17847	VALDELIRIO JOAO GONÇALVES ME	MULTA E TLL	2010 E 2011
4810	57808	VALDEMAR CONRADO	TLL	2009/2010/2011 E 2012
11105	17245	VALDEMIR ALVES MORENO & CIA LTDA ME	MULTA E TLL	2011 E 2012
8508	10023	VALDEMIR DO CARMO PORFIRIO ME	TLL	2009 E 2010
8357	9871	VALDENI SOTEL	TLL	2009/2010 E 2011
4560	47026	VALDIR DIAS	MSUR E TXFO	2011 E 2012
10686	9769	VALDIR FLORES JATO DE AREIA LTDA	MULTA E TLL	2009 E 2010
7384	7463	VALDIR LORENZETTI	TLL E RECDI	2009/2010/2011 E 2012
5322	6174	VALMOR MANOEL COUTO	TLL	2010/2011 E 2012
2042	6144	VALMOR PEYERL	MULTA/TLL/ISSQN E ISS	2009/2010/2011 E 2012
10998	16596	VANDERLEI DO NASCIMENTO	TLL	2010/2011 E 2012
8737	10311	VANDERLEI SLIVINSKI	TLL/ISSQN E ISS	2009/2010/2011 E 2012
11059	17023	VANILDO CORREA JUNIOR ME	MULTA E TLL	
4444	6179	BARIG S.A VIACAO AEREA RIO GRANDENSE	TLL	2009
10890	15917	VB ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA	MULTA E TLL	2010 E 2012
9747	12759	VELOPORT TRANSPORTES LTDA ME	MULTA	2010 E 2011
9226	11558	VEM - VARIG ENGENHARIA E MANUT. S/A	TLL	2009 E 2010
6346	45926	VENDECASA EMPREENDIMENTOS IMOBILIA- RIO	MSUR/RD/TXCER E SERV	2009/2010/2011 E 2012
5124	3461	VENILDO CARDOSO FERREIRA	RD	2009
8577	10085	VERA EMILIA CARDOSO DE MIRANDA	TLL/ISSQN E ISS	2009/2010/2011 E 2012
9145	9775	VERA LUCIA SILVA DE SOUZA	TLL E ISS	2010/2011 E 2012
9554	11893	VIGILANCIA PEDROZO LTDA	MULTA E RD	2009 E 2010
8036	9541	VLMAR VALDIR DA SILVA	MULTA E TLL	2009/2010 E 2011
5336	6161	VILSON DOEGE	TLL/ISSQN E ISS	2009/2010/2011 E 2012
10638	14767	VILSON JOOS	TLL E ISS	2010
8910	10854	VITOR PAULO ANSELMO	TLL/ISSQN E ISS	2009/2010/2011 E 2012
8966	10928	VITOR PAULO MACIEL	TLL/ISSQN E ISS	2009/2010/2011 E 2012
9055	11055	VIVIFY CORP LTDA	TLL	2009 E 2010
9166	11475	VLADIMIR MARCOLIN TRAUTWEIN	TLL/ISSQN E ISS	2009 E 2010
5062	34853	VOLNEI DUARTE MENEGHEL	MULTA/TLL E TXCER	2010/2011 E 2012
10512	14495	W&A FARMACIA LTDA ME	MULTA E TLL	2009/2010/2011 E 2012
8983	10951	W. COIMBRA COMERCIAL E DISTRIBUIDORA	TLL	2009 E 2010
11402	18670	W.A.S ESTRUTURAS NAVAIS LTDA	MULTA E TLL	2010/2011 E 2012
11861	20755	WALDEMAR RADUENZ	TLL E ISS	2010
10276	14020	WALDIR ANASTACIO PEREIRA	MULTA/TLL E RECDI	2009/2011 E 2012
8471	9978	WATER TECH BRASIL LTDA	TLL	2009 E 2010
10103893	64783	WENDEL REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA	MULTA/TLL E ISSQN	2011 E 2012
9506	12240	WIILIAN SILVA MARTINS ME	ISSQN E TLL	2009 E 2010
10426	14339	WILSON CARLOS HOEMKE	TLL/ISSQN E ISS	2009 E 2010
11181	14874	WILSON PEREIRA JUNIOR	NTAV/TLL/ISSQN E ISS	2009/2010/2011 E 2012
11548	19585	WJ THOMAZ SERVIÇOS DE CONSTRUÇÕES	MULTA E TLL	2011 E 2012
10103784	64283	WOLNEI MARZENBACHER ME	MULTA E TLL	2011 E 2012
9932	13305	YUZI ANAI ZANARDO	TLL/ISSQN E ISS	2009 E 2010

Obs.: Caso sua dívida já tenha sido quitada, favor desconsiderar este edital.

ANTÔNIO CARLOS CARMONA

SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E RECEITA

**Edital de Notificação de Contribuição de Melhoria Nº 01/2013**

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES ESTADO DE SANTA CATARINA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 01/2013

CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

OPrefeito do Município de Navegantes Estado de Santa Catarina, Roberto Carlos de Souza e o Secretário de Governo CASSIANO RICARDO WEISS, no exercício de suas atribuições e, CONSIDERANDO o previsto na CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988 e também o disposto nos diplomas legais a seguir relacionados:

CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL (Lei nº. 5.172/1966);

LEI COMPLEMENTAR nº. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal);

LEI FEDERAL nº. 10.257/2001 (Estatuto da Cidade);

LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES;

LEI COMPLEMENTAR Nº. 6/2002 (Código Tributário Municipal) alterada pela LEI COMPLEMENTAR nº 137/2011

LEI MUNICIPAL Nº 2702/2013 (Institui e Autoriza a Cobrança de Contribuição de Melhoria Referente à Rua Bernardino Antônio Narciso)

FAZ SABER: a todos os proprietários, titulares do domínio útil ou possuidores a qualquer título, de imóveis localizados na área de influência da obra pública de que trata a Lei Municipal nº 2702/2013 (Institui e Autoriza a Cobrança de Contribuição de Melhoria Referente à Rua Bernardino Antônio Narciso), localizada na Rua Bernardino Antônio Narciso, no trecho compreendido entre a Avenida Prefeito José Juvenal Mafra e Avenida Prefeito Cirino Adolfo Cabral, com extensão de 568,60metros, neste município de navegantes que, nesta data TORNA PÚBLICO queo Poder Público Municipal, a partir da publicação deste EDITAL, promoverá todos os atos necessários à execução das obras públicas de pavimentação de lajota, drenagem pluvial, sinalização, calçada com acessibilidade e demais obras complementares.

**1.DADOS FISCAIS E FINANCEIROS DA OBRA**

1.1 ORÇAMENTO/CUSTO ESTIMADO DA OBRA: O custo total/orçamento estimado para a consecução da obra pública de que trata este Edital com previsão na Lei Complementar Municipal nº 06, de 31/12/2002, alterada pela Lei Municipal nº 137, de 16/12/2011, e Lei Municipal nº 2702/2013 (Institui e Autoriza a Cobrança de Contribuição de Melhoria Referente à Rua Bernardino Antônio Narciso) corresponde à quantia de R\$448.419,21 (Quatrocentos e quarenta e oito mil quatrocentos e dezenove reais e vinte e um centavos).

1.2. FONTE DE RECURSO: Para execução desta obra pública o Poder Executivo contará com os valores obtidos através de financiamento obtido junto CEF – Caixa Econômica Federal (Recursos através: OGU - Orçamento Geral da União, Ministérios das Cidades, Pró-Transportes e FGTS)e, mediante aplicação de recursos próprios do Município de Navegantes.

1.3. PARCELA DE CUSTO DA OBRA A SER FINANCIADA PELA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA: Limite global da despesa realizada com a obra, mediante apuração do custo real aplicado após a finalização do serviço, ocasião em que serão promovidos os atos necessários à publicação de Edital constando os dados e informações necessárias ao lançamento fiscal, prazo e forma para eventuais impugnações, em conformidade com a Lei Complementar nº 6 de 31/12/2002, alterada pela Lei Municipal nº 137, de 16/12/2011, bem como da Lei Municipal nº2702/2013 (Institui e Autoriza a Cobrança de Contribuição de Melhoria Referente à Rua Bernardino Antônio Narciso).

1.4. DELIMITAÇÃO DA ZONA DE INFLUÊNCIA: A zona de influência do benefício direto da obra é aquela correspondente à extensão da Rua Bernardino Antônio Narciso, no trecho compreendido entre a Avenida Prefeito José Juvenal Mafra e Avenida Prefeito Cirino Adolfo Cabral, localizada no Bairro Meia Praia, com extensão

de 568,60 metros, neste município de Navegantes, nela compreendendo a relação de todos os imóveis descritos individualmente no ANEXO I, que passa a fazer parte integrante deste Edital.

**1.5. FATOR DE RATEIO DO CUSTO DA OBRA :**

1.5.1. A determinação da Contribuição de Melhoria far-se-á rateando-se, proporcionalmente, o custo parcial ou total da obra, entre todos os imóveis incluídos na zona beneficiada pela valorização imobiliária decorrente da melhoria descrita no presente Edital, em função dos fatores individuais, sendo que para a apuração do valor individual do tributo será observado o limite estabelecido pelo acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado, em estrita observância ao disposto na Lei Complementar Municipal nº 6/2002, de 31/12/2002 (Código Tributário Municipal), alterada pela Lei Municipal nº 137, de 16/12/2011, no artigo 145, inciso III, da Constituição Federal de 1988 c/c artigos 81 e 82, ambos da Lei nº. 5.172/1966 (Código Tributário Nacional), Decreto-lei nº. 195/1967, Lei Complementar nº. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), Lei nº. 10.257/2001 (Estatuto da Cidade) e Lei Municipal 2702/2013 (Institui e Autoriza a Cobrança de Contribuição de Melhoria Referente à Rua Bernardino Antônio Narciso).

1.5.2. A apuração far-se-á levando em conta:

I - situação do imóvel na zona de influência;

II - testada do imóvel;

III - área do imóvel;

IV - finalidade de exploração econômica do imóvel.

1.5.3. A Contribuição de Melhoria de que trata este Edital terá como limite o custo total da obra tendo em vista a natureza desta, os benefícios para os usuários, atividades econômicas predominantes e o nível de desenvolvimento da região, sendo aí computadas todas as despesas necessárias aos estudos, projetos, fiscalização, desapropriações, administração, execução e financiamento, inclusive prêmios de reembolso e outras de praxe em financiamento ou empréstimos e terá a sua expressão monetária atualizada na época do lançamento mediante aplicação de coeficientes oficiais de correção e atualização monetária.

1.5.4. Estão incluídos nos orçamentos de custo da obra todos os investimentos necessários para que os benefícios delas decorrentes sejam integralmente alcançados pelos imóveis situados na respectiva zona de influência.

1.5.5. Ficam excluídas da incidência da contribuição de melhoria de que trata este Edital, conforme previsão na Lei Municipal nº 06/2002, de 31/12/2002, alterada pela Lei Municipal nº 137, de 16/12/2011 e ainda a Lei Municipal nº 2702/2013 (Institui e Autoriza a Cobrança de Contribuição de Melhoria Referente à Rua Bernardino Antônio Narciso), Art.13, os imóveis de propriedade do Poder Público Federal, Estadual ou Municipal.

1.5.6. Serão transferidas à responsabilidade do Município, as parcelas devidas por contribuintes isentos de pagamento da Contribuição de Melhoria, após o rateio, desde que atendam os requisitos previstos no Código Tributário Municipal (Lei Complementar nº. 6/2002), sem prejuízo de outras normas aplicáveis ao tema.

**2. MEMORIAL DESCRITIVO DO PROJETO DA OBRA:****2.1. DO OBJETO:**

2.1.1.Execução dos serviços de terraplanagem, calçada com acessibilidade, calçamento em lajota, drenagem pluvial, obras arte corrente, sinalização viária e obras complementares da Rua Bernardino Antônio Narciso, no trecho compreendido entre a Avenida Prefeito José Juvenal Mafra e Avenida Prefeito Cirino Adolfo Cabral, localizada no Bairro Meia Praia, com extensão de 568,60 metros.

2.1.2. Os trabalhos serão executados conforme os projetos aprovados pela CEF e serão realizados conforme especificações constantes das Normas Técnicas do DEINFRA e do DNIT.Todos os detalhes e dimensões serão executados conforme projeto, que se encontra à disposição dos interessados junto à Secretaria de



Governo da Prefeitura de Navegantes.

2.1.3. Serão rigorosamente observados os procedimentos técnicos e equipamentos exigidos pelas normas técnicas da ABNT, Normas Complementares do DEINFRA e DNIT, sob fiscalização da Prefeitura do Município de Navegantes

## 2.2. ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS PARA EXECUÇÃO DA OBRA PÚBLICA DEFINIDA

Lei Municipal nº 2702/2013 (Institui e Autoriza a Cobrança de Contribuição de Melhoria Referente à Rua Bernardino Antônio Narciso):

### A) Drenagem Pluvial

Este serviço compreende escavação e reaterro de valas executados de acordo com especificações do DNIT além da colocação do lastro de brita, colocação de tubulação no diâmetro de acordo com o cálculo de drenagem, além da colocação de poços de visita, caixas coletoras e boca de bueiro.

### B) Pavimentação com lajotas de concreto

Este serviço compreende a regularização e compactação do subleito da superfície a pavimentar, a colocação do coxim de areia, do meio fio pré-moldado e do assentamento das lajotas com espessuras definidas em projeto

### C) Sinalização Viária

Os serviços de sinalização viária serão executados de acordo com o Projeto, o qual obedece as Especificações e Normas do "Manual de Sinalização Rodoviária" - DNIT, com a colocação de Placas de sinalização "PARE", Placas nominativas de rua e pintura de faixas horizontais.

### D) Obras Complementares

Compreendem os serviços execução das calçadas (passeio público) em paver que consiste na execução de aterro em passeios, colocação do meio-fio pré-moldado, colocação do coxim de pó de pedra, colocação do paver e do piso tátil direcional de alerta, a execução da rampa de acesso em concreto alisado e a limpeza geral.

## 3. DISPOSIÇÕES FINAIS

3.1. REGULAMENTAÇÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO Lei nº 2702/2013 (Institui e Autoriza a Cobrança de Contribuição de Melhoria Referente à Rua Bernardino Antônio Narciso).

3.1.1. A impugnação de quaisquer dos elementos constantes no presente Edital, será feita mediante procedimento administrativo, que deverá ser protocolado em horário de expediente normal junto no Paço Municipal, dirigida ao Presidente da Comissão Especial de Avaliação de Imóveis, observando-se as seguintes disposições:

3.1.2. O Contribuinte, querendo, poderá impugnar administrativamente qualquer dos elementos referidos neste Edital, no prazo de 30 (trinta) dias, a começar no primeiro dia útil seguinte à publicação deste Edital, cabendo ao impugnante o ônus da prova, sem prejuízo do exame pelo Poder Judiciário.

3.1.3. As impugnações oferecidas aos elementos a que se refere este artigo, serão apresentadas por meio de petição fundamentada e devidamente identificada, descrevendo as provas requeridas, sob pena de preclusão neste sentido, e endereçadas ao Presidente da Comissão Especial de Avaliação de Bens Imóveis do Município, nomeado através do Decreto nº 636 de 02 de Maio de 2013, o qual, após manifestação da Secretaria de Governo, e do Parecer Jurídico, deverá proferir decisão final em prazo não superior a 30 (trinta) dias, contados da data do protocolo da petição da parte interessada.

I - Da decisão proferida pela Municipalidade será cientificada pessoalmente a parte interessada e encaminhada correspondência oficial aos Setores da Administração envolvidos para, sendo o caso, providenciarem as medidas cabíveis.

II - A comunicação ao interessado da decisão referida no inciso

anterior, será feita:

pessoalmente, por aposição do ciente no processo ou; pelo correio, com Aviso de Recebimento (AR) se contribuinte pessoa física, ou, Contribuinte Pessoa Jurídica ou; por edital publicado em jornal de grande circulação local ou;

III – Em havendo necessidade de instrução do procedimento, consistente em diligências, emissão de laudos técnicos e oitiva de testemunhas, etc, será determinada a realização do ato necessário e agendada a data para a solenidade, ocasião em que encerrada a instrução, a parte interessada deverá se manifestar oralmente acerca da prova produzida, sendo que no prazo de 5 (cinco) dias, a contar desta data, a Administração proferirá decisão final, do que obrigatoriamente dará ciência ao interessado, sem prejuízo de outras formas de publicidade.

IV - No caso da instrução do procedimento administrativo de que trata este artigo, o prazo definido no parágrafo segundo poderá ser prorrogado em até 30 (trinta) dias.

3.1.4. Aplicam-se à Contribuição de Melhoria de que trata este Edital, no que couber e lhe forem aplicáveis as disposições contidas nos artigos 145, inciso III, da Constituição Federal de 1988 c/c artigos 81 e 82, ambos da Lei nº. 5.172/1966 (Código Tributário Nacional), Decreto-lei nº. 195/1967, Lei Complementar nº. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), Lei nº. 10.257/2001 (Estatuto da Cidade), Lei Complementar nº. 6/2002 (Código Tributário Municipal) e Lei Municipal nº 2702 (Institui e Autoriza a Cobrança de Contribuição de Melhoria Referente à Rua Bernardino Antônio Narciso).

3.1.5. Os prazos fixados neste Edital, em consonância ao previsto na Lei Municipal 2702/2013 (Institui e Autoriza a Cobrança de Contribuição de Melhoria Referente à Rua Bernardino Antônio Narciso), Código Tributário Municipal (Lei Complementar nº. 6/2002) serão contínuos, excluindo-se, na sua contagem, o dia do início, e incluindo-se o do vencimento, sendo que os prazos só se iniciam ou vencem em dia de expediente normal na repartição que corra o processo ou deva ser praticado o ato.

3.1.6. Os anexos a que se refere o presente Edital (Anexo I) fazem parte integrante dos procedimentos administrativos para viabilização da obra pública, os quais se encontram à disposição dos interessados junto à Secretaria de Governo.

Registre-se e publique-se na forma da lei.

Navegantes/SC, 03 de junho de 2013.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

CASSIANO RICARDO WEISS

Secretário de Governo

## ANEXO I

PREFEITURAMUNICIPAL DE NAVEGANTES

COMISSÃO DE AVALIAÇÃO

AVALIAÇÃO DE TERRENO PARA PAVIMENTAÇÃO.

OBRA/ SERVIÇO:PAVIMENTAÇÃO EM LAJOTAS, DERAGEM PLUVIAL E CALÇADAS COM ACESSIBILIDADE

LOCAL: RUAS: BERNARDINO ANTONIO NARCISO

EXTENSÃO: 568,60

VALOR: R\$ 448.419,21

Nome do Contribuinte	Localização do Imóvel		Descrição do Terreno	
	Nome da Rua	Margem da Rua	Inscrição Imobiliária	Valor Total da Área
				(R\$)
Alexandre CabriniLiborio	Bernardino Antonio Narciso	Esquina	01.02.053.0177.001.001	163.817,20
EdionClarestonFronza	Bernardino Antonio Narciso	Esquina	01.02.053.0141.001.002	149.440,00
Solange Nicoluzi	Bernardino Antonio Narciso	Esquina	01.02.050.0175.003.001	192.130,00
EzioBez Zanella	Bernardino Antonio Narciso	Esquina	01.02.050.0140.001.001	123.680,00
Paulo Afonso Garrozi	Bernardino Antonio Narciso	Esquina	01.02.047.0153.001.001	170.514,40
Vilmar De Faverri/M Cristina V Faverri	Bernardino Antonio Narciso	Esquina	01.02.047.0118	121.052,00
Heitor Benigno Erbs	Bernardino Antonio Narciso	Esquina	01.02.044.0175	84.000,00
Artur Tironi	Bernardino Antonio Narciso	Esquina	01.02.044.0139	96.230,00
ASPMN ASSOC SERV PUB MUN DE NAVEGANTES	Bernardino Antonio Narciso	Esquina	01.02.039.0387	2.342.499,00
NI	Bernardino Antonio Narciso	Esquina	01.02.036.0169	85.540,00
Supermercado XandeLtda	Bernardino Antonio Narciso	Esquina	01.02.036.0134	171.080,00
Daiy Mafra Tavares	Bernardino Antonio Narciso	Esquina	01.02.033.0173	94.640,00
FinancaLtda	Bernardino Antonio Narciso	Esquina	01.02.030.0040	89.570,00
Joao Mario De Melo	Bernardino Antonio Narciso	Esquina	01.02.030.0157.001.001	65.448,00
Valmira Maria Pavesi	Bernardino Antonio Narciso	Esquerdo	01.02.030.0131.001.001	166.448,05
Edith Gonçalves Rolao	Bernardino Antonio Narciso	Esquina	01.02.030.0118.001.002	221.867,10
Wilson Diogo Fernandes	Bernardino Antonio Narciso	Esquina	01.02.027.0164	89.320,00
Nilson Moacir Bonatti	Bernardino Antonio Narciso	Esquina	01.02.072.0129	89.320,00
EgomLempke	Bernardino Antonio Narciso	Esquina	01.02.024.0163.001.001	185.911,00
Valdir Schneider	Bernardino Antonio Narciso	Esquina	01.02.024.0128.001.003	104.184,00
Jose Debarba	Bernardino Antonio Narciso	Esquina	01.02.021.0167	89.230,00
Arlindo Alberto Pitzer	Bernardino Antonio Narciso	Esquerdo	01.02.021.0132.001.001	91.915,12
Dimar Distribuidora De Maquinas E Representações	Bernardino Antonio Narciso	Direito	01.02.002.0014.002.001	296.852,88
Dimar Distribuidora De Maquinas E Representações	Bernardino Antonio Narciso	Esquina	01.02.022.0207	98.802,00
Sergio Leoni	Bernardino Antonio Narciso	Esquina	01.02.025.0014.001.001	156.004,00
NelsoHoge	Bernardino Antonio Narciso	Esquina	01.02.025.0206	89.320,00
BertholdoHaale E Outros	Bernardino Antonio Narciso	Esquina	01.02.028.0014	241.754,20
Laudeci Da Silva	Bernardino Antonio Narciso	Esquina	01.02.028.0206	86.240,00
Douglas Jose Kraisch	Bernardino Antonio Narciso	Esquina	01.02.031.0012	96.460,00
Elza De Souza	Bernardino Antonio Narciso	Esquina	01.02.031.0228.001.003	248.552,40
Adilson Ficher	Bernardino Antonio Narciso	Esquina	01.02.034.0013	140.855,40
Vitor Hugo Rodrigue	Bernardino Antonio Narciso	Esquina	01.02.034.0232.001.001	115.158,75
Erica Demmer	Bernardino Antonio Narciso	Esquina	01.02.037.0013	85.540,00
Comercio De Cereais AlgacirLtda - EPP	Bernardino Antonio Narciso	Esquina	01.02.037.0224.001.002	118.048,00



FinancaLtda	Bernardino Antonio Narciso	Esquina	01.02.040.0013	85.540,00
Ymara dos Anjos	Bernardino Antonio Narciso	Esquina	01.02.040.0225	238.084,00
Jociane Gonsalves Do Carmo	Bernardino Antonio Narciso	Esquina	01.02.042.0013	85.400,00
Gilson De Souza Batista	Bernardino Antonio Narciso	Esquina	01.02.042.0225.001.002	91.720,00
Rubens Hosch	Bernardino Antonio Narciso	Esquina	01.02.045.0013.001.001	161.229,00
Gisele Anne Giraldi	Bernardino Antonio Narciso	Esquina	01.02.045.0219.001.001	142.091,00
Ricardo Luiz Leal	Bernardino Antonio Narciso	Esquina	01.02.048.0013	85.540,00
Almir Horner e Odete Maria Horner	Bernardino Antonio Narciso	Esquina	01.02.048.0222	94.094,00
Rodrigo Claudio Ceruti	Bernardino Antonio Narciso	Esquina	01.02.051.0012	120.941,00
Ludwig Dickmann	Bernardino Antonio Narciso	Esquina	01.02.051.0223.001.002	124.199,60
Antonio Bernardino	Bernardino Antonio Narciso	Esquina	01.02.054.0013	328.546,40
Doralice Suave	Bernardino Antonio Narciso	Esquina	01.02.054.0225	85.540,00
TOTAL				8.318.808,50

Por ser expressão de verdade, firmamos em duas vias de igual teor, a presente avaliação.

NAVEGANTES SC, 04 de JULHO de 2.013.

Comissão de Avaliação:

CELIODE OLIVEIRA

PRESIDENTE DA COMISSÃO

ANNA CLAUDIA GAYA COSTA

MEMBRO DA COMISSÃO

VILMAR CANDIDO

MEMBRO DA COMISSÃO

## Edital de Notificação de Contribuição de Melhoria Nº 02/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES ESTADO DE SANTA CATARINA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO nº 02/2013

CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

OPrefeito do Município de Navegantes Estado de Santa Catarina, Roberto Carlos de Souza e o Secretário de Governo CASSIANO RICARDO WEISS, no exercício de suas atribuições e, CONSIDERANDO o previsto na CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988 e também o disposto nos diplomas legais a seguir relacionados:

CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL (Lei nº. 5.172/1966);  
LEI COMPLEMENTAR nº. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal);

LEI FEDERAL nº. 10.257/2001 (Estatuto da Cidade);  
LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES;  
LEI COMPLEMENTAR Nº. 6/2002 (Código Tributário Municipal) alterada pela LEI COMPLEMENTAR nº 137/2011

LEI MUNICIPAL Nº 2712/2013 (Institui e Autoriza a Cobrança de Contribuição de Melhoria Referente à Rua Egídio Narciso).

FAZ SABER: a todos os proprietários, titulares do domínio útil ou possuidores a qualquer título, de imóveis localizados na área de influência da obra pública de que trata a Lei Municipal nº 2712/2013 (Institui e Autoriza a Cobrança de Contribuição de Melhoria Referente à Rua Egídio Narciso) localizada na Rua Egídio Narciso, no

trecho compreendido entre a Avenida Prefeito José Juvenal Mafra e Avenida Prefeito Cirino Adolfo Cabral, com extensão de 273,90 metros, neste município de navegantes que, nesta data TORNA PÚBLICO queo Poder Público Municipal, a partir da publicação deste EDITAL, promoverá todos os atos necessários à execução das obras públicas de pavimentação de lajota, drenagem pluvial, sinalização, calçada com acessibilidade e demais obras complementares.

### 1.DADOS FISCAIS E FINANCEIROS DA OBRA

1.1 ORÇAMENTO/CUSTO ESTIMADO DA OBRA: O custo total/orçamento estimado para a consecução da obra pública de que trata este Edital com previsão na Lei Complementar Municipal nº 06, de 31/12/2002, alterada pela Lei Municipal nº 137, de 16/12/2011, e Lei Municipal nº 2712/2013 (Institui e Autoriza a Cobrança de Contribuição de Melhoria Referente à Rua Egídio Narciso)corresponde à quantia de R\$448.419,21 (Quatrocentos e quarenta e oito mil quatrocentos e dezenove reais e vinte e um centavos).

1.2. FONTE DE RECURSO: Para execução desta obra pública o Poder Executivo contará com os valores obtidos através de financiamento obtido junto CEF – Caixa Econômica Federal (Recursos através: OGU - Orçamento Geral da União, Ministérios das Cidades, Pró-Transportes e FGTS)e, mediante aplicação de recursos próprios do Município de Navegantes.

1.3. PARCELA DE CUSTO DA OBRA A SER FINANCIADA PELA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA: Limite global da despesa realizada com a obra, mediante apuração do custo real aplicado após a finalização do serviço, ocasião em que serão promovidos



**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

os atos necessários à publicação de Edital constando os dados e informações necessárias ao lançamento fiscal, prazo e forma para eventuais impugnações, em conformidade com a Lei Complementar nº 6 de 31/12/2002, alterada pela Lei Municipal nº 137, de 16/12/2011, bem como da Lei Municipal 2712/2013 (Institui e Autoriza a Cobrança de Contribuição de Melhoria Referente à Rua Egídio Narciso).

1.4. DELIMITAÇÃO DA ZONA DE INFLUÊNCIA: A zona de influência do benefício direto da obra é aquela correspondente à extensão da Rua Bernardino Antônio Narciso, no trecho compreendido entre a Avenida Prefeito José Juvenal Mafra e Avenida Prefeito Cirino Adolfo Cabral, localizada no Bairro Meia Praia, com extensão de 273,90 metros, neste município de Navegantes, nela compreendendo a relação de todos os imóveis descritos individualmente no ANEXO I, que passa a fazer parte integrante deste Edital.

#### 1.5. FATOR DE RATEIO DO CUSTO DA OBRA :

1.5.1. A determinação da Contribuição de Melhoria far-se-á rateando-se, proporcionalmente, o custo parcial ou total da obra, entre todos os imóveis incluídos na zona beneficiada pela valorização imobiliária decorrente da melhoria descrita no presente Edital, em função dos fatores individuais, sendo que para a apuração do valor individual do tributo será observado o limite estabelecido pelo acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado, em estrita observância ao disposto na Lei Complementar Municipal nº 6/2002, de 31/12/2002 (Código Tributário Municipal), alterada pela Lei Municipal nº 137, de 16/12/2011, no artigo 145, inciso III, da Constituição Federal de 1988 c/c artigos 81 e 82, ambos da Lei nº. 5.172/1966 (Código Tributário Nacional), Decreto-lei nº. 195/1967, Lei Complementar nº. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), Lei nº. 10.257/2001 (Estatuto da Cidade) e Lei Municipal nº 2712/2013 (Institui e Autoriza a Cobrança de Contribuição de Melhoria Referente à Rua Egídio Narciso).

1.5.2. A apuração far-se-á levando em conta:

I - situação do imóvel na zona de influência;

II - testada do imóvel;

III - área do imóvel;

IV - finalidade de exploração econômica do imóvel.

1.5.3. A Contribuição de Melhoria de que trata este Edital terá como limite o custo total da obra tendo em vista a natureza desta, os benefícios para os usuários, atividades econômicas predominantes e o nível de desenvolvimento da região, sendo aí computadas todas as despesas necessárias aos estudos, projetos, fiscalização, desapropriações, administração, execução e financiamento, inclusive prêmios de reembolso e outras de praxe em financiamento ou empréstimos e terá a sua expressão monetária atualizada na época do lançamento mediante aplicação de coeficientes oficiais de correção e atualização monetária.

1.5.4. Estão incluídos nos orçamentos de custo da obra todos os investimentos necessários para que os benefícios delas decorrentes sejam integralmente alcançados pelos imóveis situados na respectiva zona de influência.

1.5.5. Ficam excluídas da incidência da contribuição de melhoria de que trata este Edital, conforme previsão na Lei Municipal nº 06/2002, de 31/12/2002, alterada pela Lei Municipal nº 137, de 16/12/2011 e ainda a Lei Municipal nº 2712/2013 (Institui e Autoriza a Cobrança de Contribuição de Melhoria Referente à Rua Egídio Narciso), Art.13, os imóveis de propriedade do Poder Público Federal, Estadual ou Municipal.

1.5.6. Serão transferidas à responsabilidade do Município, as parcelas devidas por contribuintes isentos de pagamento da Contribuição de Melhoria, após o rateio, desde que atendam os requisitos previstos no Código Tributário Municipal (Lei Complementar nº. 6/2002), sem prejuízo de outras normas aplicáveis ao tema.

#### 2. MEMORIAL DESCRITIVO DO PROJETO DA OBRA:

##### 2.1. DO OBJETO:

2.1.1. Execução dos serviços de terraplanagem, calçada com

acessibilidade, calçamento em lajota, drenagem pluvial, obras arte corrente, sinalização viária e obras complementares da Rua Bernardino Antônio Narciso, no trecho compreendido entre a Avenida Prefeito José Juvenal Mafra e Avenida Prefeito Cirino Adolfo Cabral, localizada no Bairro Meia Praia, com extensão de 273,90 metros.

2.1.2. Os trabalhos serão executados conforme os projetos aprovados pela CEF e serão realizados conforme especificações constantes das Normas Técnicas do DEINFRA e do DNIT. Todos os detalhes e dimensões serão executados conforme projeto, que se encontra à disposição dos interessados junto à Secretaria de Governo da Prefeitura de Navegantes.

2.1.3. Serão rigorosamente observados os procedimentos técnicos e equipamentos exigidos pelas normas técnicas da ABNT, Normas Complementares do DEINFRA e DNIT, sob fiscalização da Prefeitura do Município de Navegantes.

#### 2.2. ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS PARA EXECUÇÃO DA OBRA PÚBLICA DEFINIDA

Lei Municipal nº 2712/2013 (Institui e Autoriza a Cobrança de Contribuição de Melhoria Referente à Rua Egídio Narciso).

##### A) Drenagem Pluvial

Este serviço compreende escavação e reaterro de valas executados de acordo com especificações do DNIT além da colocação do lastro de brita, colocação de tubulação no diâmetro de acordo com o cálculo de drenagem, além da colocação de poços de visita, caixas coletoras e boca de buero.

##### B) Pavimentação com lajotas de concreto

Este serviço compreende a regularização e compactação do subleito da superfície a pavimentar, a colocação do coxim de areia, do meio fio pré-moldado e do assentamento das lajotas com espessuras definidas em projeto

##### C) Sinalização Viária

Os serviços de sinalização viária serão executados de acordo com o Projeto, o qual obedece as Especificações e Normas do "Manual de Sinalização Rodoviária" - DNIT, com a colocação de Placas de sinalização "PARE", Placas nominativas de rua e pintura de faixas horizontais.

##### D) Obras Complementares

Compreendem os serviços execução das calçadas (passeio público) em paver que consiste na execução de aterro em passeios, colocação do meio-fio pré-moldado, colocação do coxim de pó de pedra, colocação do paver e do piso tátil direcional de alerta, a execução da rampa de acesso em concreto alisado e a limpeza geral.

#### 3. DISPOSIÇÕES FINAIS

3.1. REGULAMENTAÇÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO (Lei nº 2712/2013 (Institui e Autoriza a Cobrança de Contribuição de Melhoria Referente à Rua Egídio Narciso).

3.1.1. A impugnação de quaisquer dos elementos constantes no presente Edital, será feita mediante procedimento administrativo, que deverá ser protocolado em horário de expediente normal junto no Paço Municipal, dirigida ao Presidente da Comissão Especial de Avaliação de Imóveis, observando-se as seguintes disposições:

3.1.2. O Contribuinte, querendo, poderá impugnar administrativamente qualquer dos elementos referidos neste Edital, no prazo de 30 (trinta) dias, a começar no primeiro dia útil seguinte à publicação deste Edital, cabendo ao impugnante o ônus da prova, sem prejuízo do exame pelo Poder Judiciário.

3.1.3. As impugnações oferecidas aos elementos a que se refere este artigo, serão apresentadas por meio de petição fundamentada e devidamente identificada, descrevendo as provas requeridas, sob pena de preclusão neste sentido, e endereçadas ao Presidente da Comissão Especial de Avaliação de Bens Imóveis do Município,



nomeado através do Decreto nº 636 de 02 de Maio de 2013, o qual, após manifestação da Secretaria de Governo, e do Parecer Jurídico, deverá proferir decisão final em prazo não superior a 30 (trinta) dias, contados da data do protocolo da petição da parte interessada.

I - Da decisão proferida pela Municipalidade será cientificada pessoalmente a parte interessada e encaminhada correspondência oficial aos Setores da Administração envolvidos para, sendo o caso, providenciarem as medidas cabíveis.

II - A comunicação ao interessado da decisão referida no inciso anterior, será feita:

pessoalmente, por aposição do ciente no processo;  
pelo correio, com Aviso de Recebimento (AR) se contribuinte pessoa física, ou, Contribuinte Pessoa Jurídica;  
por edital publicado em jornal de grande circulação local.

III - Em havendo necessidade de instrução do procedimento, consistente em diligências, emissão de laudos técnicos e oitiva de testemunhas, etc, será determinada a realização do ato necessário e agendada a data para a solenidade, ocasião em que encerrada a instrução, a parte interessada deverá se manifestar oralmente acerca da prova produzida, sendo que no prazo de 5 (cinco) dias, a contar desta data, a Administração proferirá decisão final, do que obrigatoriamente dará ciência ao interessado, sem prejuízo de outras formas de publicidade.

IV - No caso da instrução do procedimento administrativo de que trata este artigo, o prazo definido no parágrafo segundo poderá ser prorrogado em até 30 (trinta) dias.

3.1.4. Aplicam-se à Contribuição de Melhoria de que trata este Edital, no que couber e lhe forem aplicáveis as disposições contidas nos artigos 145, inciso III, da Constituição Federal de 1988 c/c artigos 81 e 82, ambos da Lei nº. 5.172/1966 (Código Tributário Nacional), Decreto-lei nº. 195/1967, Lei Complementar nº. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), Lei nº. 10.257/2001 (Estatuto da Cidade), Lei Complementar nº. 6/2002 (Código Tributário Municipal) e Lei Municipal nº2712/2013 (Institui e Autoriza a Cobrança de Contribuição de Melhoria Referente à Rua Egídio Narciso).

3.1.5. Os prazos fixados neste Edital, em consonância ao previsto na Lei Municipal nº2712/2013 (Institui e Autoriza a Cobrança de Contribuição de Melhoria Referente à Rua Egídio Narciso), Código Tributário Municipal (Lei Complementar nº. 6/2002) serão contínuos, excluindo-se, na sua contagem, o dia do início, e incluindo-se o do vencimento, sendo que os prazos só se iniciam ou vencem em dia de expediente normal na repartição que corra o processo ou deva ser praticado o ato.

3.1.6. Os anexos a que se refere o presente Edital (Anexo I) fazem parte integrante dos procedimentos administrativos para viabilização da obra pública, os quais se encontram à disposição dos interessados junto à Secretaria de Governo.

Registre-se e publique-se na forma da lei.

Navegantes/SC, 04 de junho de 2013.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

CASSIANO RICARDO WEISS

Secretário de Governo

## COMISSÃO DE AVALIAÇÃO

## AVALIAÇÃO DE TERRENO PARA PAVIMENTAÇÃO

OBRA/ SERVIÇO: PAVIMENTAÇÃO EM LAJOTAS, DERAGEM PLUVIAL E CALÇADAS COM ACESSIBILIDADE

LOCAL: RUAS:Egidio Narciso

EXTENSÃO:273,90 metros

VALOR: R\$ 198.638,57

Nome do Contribuinte		Localização do Imóvel		Descrição do Terreno	
		Nome da Rua	Margem da Rua	Inscrição Imobiliária	Valor Total da Área
					(R\$)
Tereza Pereira Correia	Egidio Narciso	Esquina		01.02.050.0015	111.547,20
Giovana Soares	Egidio Narciso	Direito		01.02.050.0028	90.107,00
Neiva Roeder	Egidio Narciso	Direito		01.02.050.0041.001.001	111.485,70
Nei Januario Teixeira	Egidio Narciso	Direito		01.02.050.0054	155.218,00
Mario AmericoRonchi	Egidio Narciso	Direito		01.02.050.0067.001.001	335.338,80
Reni Osni Koch	Egidio Narciso	Direito		01.02.050.0079	79.430,00
Avelita Muller Campestrini	Egidio Narciso	Direito		01.02.050.0091	94.924,40
Rogério Antonio Abreu	Egidio Narciso	Direito		01.02.050.0104	79.430,00
EzioBez Zanella	Egidio Narciso	Esquina		01.02.050.0140.001.001	123.682,00
Rodrigo Claudio Ceruti	Egidio Narciso	Esquina		01.02.051.0012	112.387,00
Joao Batista Zucco	Egidio Narciso	Direito		01.02.051.0025.001.001	188.118,50
Pedro Manes	Egidio Narciso	Direito		01.02.051.0038.001.001	238.294,75
Claudio Campi	Egidio Narciso	Direito		01.02.051.0051.001.001	182.388,50
Ionara De Souza Reichert	Egidio Narciso	Direito		01.02.051.0064	84.012,50
Leonel de Souza	Egidio Narciso	Esquina		01.02.051.0100.001.001	234.512,00
FianaçaLtda	Egidio Narciso	Esquina		01.02.052.0016	117.760,00
HelmuthGaulke	Egidio Narciso	Esquina		01.02.052.0054	172.645,00
Lindomar Hersing	Egidio Narciso	Esquina		01.02.049.0114.001.001	276.834,00
Maria De Lurdes Spzia Me	Egidio Narciso	Esquina		01.02.049.0152.001.001	266.745,10
Maria De Lurdes Spzia	Egidio Narciso	Esquina		01.02.048.0135	97.760,00
Ivete Moller	Egidio Narciso	Esquerda		01.02.048.0147	88.172,50
Edson Spenglesr	Egidio Narciso	esquerda		01.02.048.0160.001.001	200.676,50
Vilson Werling	Egidio Narciso	Esquerda		01.02.048.0173.001.001	177.292,50
Juliana Santos Rodrigues Dos Reis e Outros	Egidio Narciso	Esquerda		01.02.048.0186	84.012,50
Almir Horner e Odete Maria Horner	Egidio Narciso	Esquerda		01.02.048.0222	85.540,00
Paulo Afonso Garrozi	Egidio Narciso	Esquina		01.02.047.0153.001.001	170.514,40
R F Ton	Egidio Narciso	Esquerda		01.02.047.0166	79.430,00
Jacson Schenato Hoffmann	Egidio Narciso	esquerda		01.02.047.0179	79.430,00
Monica Soraria Schmitt Francisco	Egidio Narciso	Esquerda		01.02.047.0192.001.002	242.770,80
Jose Fernando Schmitt	Egidio Narciso	Esquerda		01.02.047.0205.001.001	206.702,00
Nelson Kieser	Egidio Narciso	Esquerda		01.02.047.0218.001.001	122.424,00
Carlos Roberto Girolla	Egidio Narciso	Esquerda		01.02.047.0230.001.001	130.275,80
Giovana Soares	Egidio Narciso	esquerda		01.02.047.0278	176.283,20
TOTAL					4.996.144,65

Por ser expressão de verdade, firmamos em duas vias de igual teor, a presente avaliação.

NAVEGANTES SC, 07 de MAIO de 2.013.

Comissão de Avaliação:				
	CELIO FRANCISCO DE OLIVEIRA		ANNA CLAUDIA GAYA COSTA	
	PRESIDENTE DA COMISSÃO		MEMBRO DA COMISSÃO	
	VILMAR CANDIDO			
	MEMBRO DA COMISSÃO			

### **Editais de Notificação de Contribuição de Melhoria Nº 03/2013**

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES ESTADO DE SANTA CATARINA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO nº 03/2013

CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

O Prefeito do Município de Navegantes Estado de Santa Catarina, Roberto Carlos de Souza e o Secretário de Governo CASSIANO RICARDO WEISS, no exercício de suas atribuições e, CONSIDERANDO o previsto na CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988 e também o disposto nos diplomas legais a seguir relacionados:

CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL (Lei nº. 5.172/1966);

LEI COMPLEMENTAR nº. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal);

LEI FEDERAL nº. 10.257/2001 (Estatuto da Cidade);

LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES;

LEI COMPLEMENTAR Nº. 6/2002 (Código Tributário Municipal) alterada pela LEI COMPLEMENTAR nº 137/2011

LEI MUNICIPAL Nº 2711/2013 (Institui e Autoriza a Cobrança de Contribuição de Melhoria Referente à Rua Zózimo André).

**FAZ SABER:** a todos os proprietários, titulares do domínio útil ou possuidores a qualquer título, de imóveis localizados na área de influência da obra pública de que trata a Lei Municipal nº 2711/2013 (Institui e Autoriza a Cobrança de Contribuição de Melhoria Referente à Rua Zózimo André), localizada na Rua Zózimo André, no trecho compreendido entre a Avenida Prefeito José Juvenal Mafra e Avenida Prefeito Cirino Adolfo Cabral, com extensão de 245,40 metros, neste município de navegantes que, nesta data TORNA PÚBLICO o Poder Público Municipal, a partir da publicação deste EDITAL, promoverá todos os atos necessários à execução das obras públicas de pavimentação de lajota, drenagem pluvial, sinalização, calçada com acessibilidade e demais obras complementares.

#### **1. DADOS FISCAIS E FINANCEIROS DA OBRA**

**1.1 ORÇAMENTO/CUSTO ESTIMADO DA OBRA:** O custo total/orçamento estimado para a consecução da obra pública de que trata este Edital com previsão na Lei Complementar Municipal nº 06, de 31/12/2002, alterada pela Lei Municipal nº 137, de 16/12/2011, e Lei Municipal nº 2711/2013 (Institui e Autoriza a Cobrança de Contribuição de Melhoria Referente à Rua Zózimo André) corresponde à quantia de R\$448.419,21 (Quatrocentos e quarenta e oito mil quatrocentos e dezenove reais e vinte e um centavos).

**1.2. FONTE DE RECURSO:** Para execução desta obra pública o Poder Executivo contará com os valores obtidos através de financiamento obtido junto CEF – Caixa Econômica Federal (Recursos através: OGU - Orçamento Geral da União, Ministérios das Cidades, Pró-Transportes e FGTS) e, mediante aplicação de recursos próprios do Município de Navegantes.

**1.3. PARCELA DE CUSTO DA OBRA A SER FINANCIADA PELA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA:** Limite global da despesa realizada com a obra, mediante apuração do custo real aplicado após a finalização do serviço, ocasião em que serão promovidos os atos necessários à publicação de Edital constando os dados e informações necessárias ao lançamento fiscal, prazo e forma para eventuais impugnações, em conformidade com a Lei Complementar nº 6 de 31/12/2002, alterada pela Lei Municipal nº 137, de 16/12/2011, bem como da Lei Municipal 2711/2013 (Institui e Autoriza a Cobrança de Contribuição de Melhoria Referente à Rua Zózimo André).

**1.4. DELIMITAÇÃO DA ZONA DE INFLUÊNCIA:** A zona de influência do benefício direto da obra é aquela correspondente à extensão da Rua Zózimo André, no trecho compreendido entre a Avenida Prefeito José Juvenal Mafra e Avenida Prefeito Cirino Adolfo Cabral, localizada no Bairro Meia Praia, com extensão de 245,40 metros, neste município de Navegantes, nela compreendendo a relação de todos os imóveis descritos individualmente no ANEXO I, que passa a fazer parte integrante deste Edital.

#### **1.5. FATOR DE RATEIO DO CUSTO DA OBRA :**

**1.5.1. A determinação da Contribuição de Melhoria far-se-á rateando-se, proporcionalmente, o custo parcial ou total da obra, entre todos os imóveis incluídos na zona beneficiada pela valorização imobiliária decorrente da melhoria descrita no presente Edital, em função dos fatores individuais, sendo que para a apuração do valor individual do tributo será observado o limite estabelecido pelo acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado, em estrita observância ao disposto na Lei Complementar Municipal nº 6/2002, de 31/12/2002 (Código Tributário Municipal), alterada pela Lei Municipal nº 137, de 16/12/2011, no artigo 145, inciso III, da Constituição Federal de 1988 c/c artigos 81 e 82, ambos da Lei nº. 5.172/1966 (Código Tributário Nacional), Decreto-lei nº. 195/1967, Lei Complementar nº. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), Lei nº. 10.257/2001 (Estatuto da Cidade) e Lei Municipal nº 2711/2013 (Institui e Autoriza a Cobrança de Contribuição de Melhoria Referente à Rua Zózimo André).**

**1.5.2. A apuração far-se-á levando em conta:**

I - situação do imóvel na zona de influência;

II - testada do imóvel;

III - área do imóvel;

IV - finalidade de exploração econômica do imóvel.

**1.5.3. A Contribuição de Melhoria de que trata este Edital terá como limite o custo total da obra tendo em vista a natureza desta, os benefícios para os usuários, atividades econômicas predominantes e o nível de desenvolvimento da região, sendo aí computadas todas as despesas necessárias aos estudos, projetos, fiscalização, desapropriações, administração, execução e financiamento, inclusive prêmios de reembolso e outras de praxe em financiamento ou empréstimos e terá a sua expressão monetária atualizada na época do lançamento mediante aplicação de coeficientes oficiais**

de correção e atualização monetária.

1.5.4. Estão incluídos nos orçamentos de custo da obra todos os investimentos necessários para que os benefícios delas decorrentes sejam integralmente alcançados pelos imóveis situados na respectiva zona de influência.

1.5.5. Ficam excluídas da incidência da contribuição de melhoria de que trata este Edital, conforme previsão na Lei Municipal nº 06/2002, de 31/12/2002, alterada pela Lei Municipal nº 137, de 16/12/2011 e ainda a Lei Municipal nº 2711/2013 (Institui e Autoriza a Cobrança de Contribuição de Melhoria Referente à Rua Zózimo André), Art.13, os imóveis de propriedade do Poder Público Federal, Estadual ou Municipal.

1.5.6. Serão transferidas à responsabilidade do Município, as parcelas devidas por contribuintes isentos de pagamento da Contribuição de Melhoria, após o rateio, desde que atendam os requisitos previstos no Código Tributário Municipal (Lei Complementar nº. 6/2002), sem prejuízo de outras normas aplicáveis ao tema.

## 2. MEMORIAL DESCRITIVO DO PROJETO DA OBRA:

### 2.1. DO OBJETO:

2.1.1. Execução dos serviços de terraplanagem, calçada com acessibilidade, calçamento em lajota, drenagem pluvial, obras arte corrente, sinalização viária e obras complementares da Rua Zózimo André, no trecho compreendido entre a Avenida Prefeito José Juvenal Mafra e Avenida Prefeito Cirino Adolfo Cabral, localizada no Bairro Meia Praia, com extensão de 245,40 metros.

2.1.2. Os trabalhos serão executados conforme os projetos aprovados pela CEF e serão realizados conforme especificações constantes das Normas Técnicas do DEINFRA e do DNIT. Todos os detalhes e dimensões serão executados conforme projeto, que se encontra à disposição dos interessados junto à Secretaria de Governo da Prefeitura de Navegantes.

2.1.3. Serão rigorosamente observados os procedimentos técnicos e equipamentos exigidos pelas normas técnicas da ABNT, Normas Complementares do DEINFRA e DNIT, sob fiscalização da Prefeitura do Município de Navegantes.

### 2.2. ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS PARA EXECUÇÃO DA OBRA PÚBLICA DEFINIDA

Lei Municipal nº2711/2013 (Institui e Autoriza a Cobrança de Contribuição de Melhoria Referente à Rua Zózimo André):

#### A) Drenagem Pluvial

Este serviço compreende escavação e reaterro de valas executados de acordo com especificações do DNIT além da colocação do lastro de brita, colocação de tubulação no diâmetro de acordo com o cálculo de drenagem, além da colocação de poços de visita, caixas coletoras e boca de buéiro.

#### B) Pavimentação com lajotas de concreto

Este serviço compreende a regularização e compactação do subleito da superfície a pavimentar, a colocação do coxim de areia, do meio fio pré-moldado e do assentamento das lajotas com espessuras definidas em projeto

#### C) Sinalização Viária

Os serviços de sinalização viária serão executados de acordo com o Projeto, o qual obedece as Especificações e Normas do "Manual de Sinalização Rodoviária" - DNIT, com a colocação de Placas de sinalização "PARE", Placas nominativas de rua e pintura de faixas horizontais.

#### D) Obras Complementares

Compreendem os serviços execução das calçadas (passeio público) em paver que consiste na execução de aterro em passeios, colocação do meio-fio pré-moldado, colocação do coxim de pó de pedra, colocação do paver e do piso tátil direcional de alerta, a execução da rampa de acesso em concreto alisado e a limpeza

geral.

## 3. DISPOSIÇÕES FINAIS

3.1. REGULAMENTAÇÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO (Lei nº2711/2013 (Institui e Autoriza a Cobrança de Contribuição de Melhoria Referente à Rua Zózimo André).

3.1.1. A impugnação de quaisquer dos elementos constantes no presente Edital, será feita mediante procedimento administrativo, que deverá ser protocolado em horário de expediente normal junto no Paço Municipal, dirigida ao Presidente da Comissão Especial de Avaliação de Imóveis, observando-se as seguintes disposições:

3.1.2. O Contribuinte, querendo, poderá impugnar administrativamente qualquer dos elementos referidos neste Edital, no prazo de 30 (trinta) dias, a começar no primeiro dia útil seguinte à publicação deste Edital, cabendo ao impugnante o ônus da prova, sem prejuízo do exame pelo Poder Judiciário.

3.1.3. As impugnações oferecidas aos elementos a que se refere este artigo, serão apresentadas por meio de petição fundamentada e devidamente identificada, descrevendo as provas requeridas, sob pena de preclusão neste sentido, e endereçadas ao Presidente da Comissão Especial de Avaliação de Bens Imóveis do Município, nomeado através do Decreto nº 636 de 02 de Maio de 2013, o qual, após manifestação da Secretaria de Governo, e do Parecer Jurídico, deverá proferir decisão final em prazo não superior a 30 (trinta) dias, contados da data do protocolo da petição da parte interessada.

I - Da decisão proferida pela Municipalidade será cientificada pessoalmente a parte interessada e encaminhada correspondência oficial aos Setores da Administração envolvidos para, sendo o caso, providenciarem as medidas cabíveis.

II - A comunicação ao interessado da decisão referida no inciso anterior, será feita:

pessoalmente, por aposição do ciente no processo;  
pelo correio, com Aviso de Recebimento (AR) se contribuinte pessoa física, ou, Contribuinte Pessoa Jurídica;  
por edital publicado em jornal de grande circulação local.

III - Em havendo necessidade de instrução do procedimento, consistente em diligências, emissão de laudos técnicos e oitiva de testemunhas, etc, será determinada a realização do ato necessário e agendada a data para a solenidade, ocasião em que encerrada a instrução, a parte interessada deverá se manifestar oralmente acerca da prova produzida, sendo que no prazo de 5 (cinco) dias, a contar desta data, a Administração proferirá decisão final, do que obrigatoriamente dará ciência ao interessado, sem prejuízo de outras formas de publicidade.

IV - No caso da instrução do procedimento administrativo de que trata este artigo, o prazo definido no parágrafo segundo poderá ser prorrogado em até 30 (trinta) dias.

3.1.4. Aplicam-se à Contribuição de Melhoria de que trata este Edital, no que couber e lhe forem aplicáveis as disposições contidas nos artigos 145, inciso III, da Constituição Federal de 1988 c/c artigos 81 e 82, ambos da Lei nº. 5.172/1966 (Código Tributário Nacional), Decreto-lei nº. 195/1967, Lei Complementar nº. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), Lei nº. 10.257/2001 (Estatuto da Cidade), Lei Complementar nº. 6/2002 (Código Tributário Municipal) e Lei Municipal nº 2711/2013 (Institui e Autoriza a Cobrança de Contribuição de Melhoria Referente à Rua Zózimo André).

3.1.5. Os prazos fixados neste Edital, em consonância ao previsto na Lei Municipal nº2711/2013 (Institui e Autoriza a Cobrança de Contribuição de Melhoria Referente à Rua Zózimo André), Código Tributário Municipal (Lei Complementar nº. 6/2002) serão contínuos, excluindo-se, na sua contagem, o dia do início, e incluindo-se o do vencimento, sendo que os prazos só se iniciam ou vencem em dia de expediente normal na repartição que corra o processo ou deva ser praticado o ato.

3.1.6. Os anexos a que se refere o presente Edital (Anexo I e II) fazem parte integrante dos procedimentos administrativos para viabilização da obra pública, os quais se encontram à disposição dos interessados junto à Secretaria de Governo.



Registre-se e publique-se na forma da lei.

Navegantes/SC, 04 de junho de 2013.  
ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
Prefeito

CASSIANO RICARDO WEISS  
Secretário de Governo

# ANEXO I

PREFEITURAMUNICIPAL DE NAVEGANTES

COMISSÃO DE AVALIAÇÃO

AVALIAÇÃO DE TERRENO PARA PAVIMENTAÇÃO

OBRA/ SERVIÇO: PAVIMENTAÇÃO EM LAJOTAS, DERAGEM PLUVIAL E CALÇADAS COM ACESSIBILIDADE

LOCAL: RUAS:ZozimoAndre

EXTENSÃO: 245,40 metros

VALOR: R\$ 220.630,89

Nome do Contribuinte	Localização do Imóvel		Descrição do Terreno	
	Nome da Rua	Margem da Rua	Inscrição Imobiliária	Valor Total da Área
				(R\$)
Dalvair Jacinto Angheben	ZozimoAndre	Esquina	01.02.024.0024	89.760,00
Guilherme Roberto Bieging	ZozimoAndre	Direita	01.02.024.0038	183.765,20
Maristela Mara R Vicenti	ZozimoAndre	Direita	01.02.024.0051	78.988,00
EvilasioScheweigert	ZozimoAndre	Direita	01.02.024.0065	124.953,20
VendelinLenfers	ZozimoAndre	Direita	01.02.024.0079.001.001	120.441,40
Arno Hardt	ZozimoAndre	Direita	01.02.024.0093.001.0001	119.228,60
Valdri Schneider	ZozimoAndre	Esquina	01.02.024.0128.001.003	104.184,00
Sergio Leoni	ZozimoAndre	Esquina	01.02.025.0014.001.001	156.004,00
Joaquim Pereira Alves	ZozimoAndre	Direita	01.02.025.0028	87.725,00
Marcia Donisete De Oliveira	ZozimoAndre	Direita	01.02.025.0042.001.001	264.989,00
Marcelo AngeloBonatti	ZozimoAndre	Direita	01.02.025.0056	87.725,00
Francisco Suavi	ZozimoAndre	Esquina	01.02.025.0093.001.001	162.379,00
IsoldeMoreti	ZozimoAndre	Esquina	01.02.026.0011.001.001	150.963,00
Leonor Antonio Beling	ZozimoAndre	Esquina	01.02.026.0080	270.613,20
AutoboxInd E Com De Equipamentos Ltda	ZozimoAndre	Esquina	01.02.023.0116	106.349,10
Agostinho Bridi	ZozimoAndre	Esquina	01.02.023.0162.003.002	322.169,00
Raul Atilio Borga	ZozimoAndre	Esquerda	01.02.022.0129	101.587,20
Hans Juergem Von Knoblauch	ZozimoAndre	Esquerda	01.02.022.0157.001.002	152.163,80
Mauricio De Bittencourt				
Larocca	ZozimoAndre	Esquerda	01.02.022.0172.001.001	353.042,24
Dimar Distribuidora de Maq e Representações	ZozimoAndre	Esquerda	01.02.022.0207	98.802,00
Jose Debar da	ZozimoAndre	Esquerda	01.02.021.0167	89.320,00
Alice Duwe	ZozimoAndre	Esquerda	01.02.021.0181.001.001	192.410,90
Jose Debar da	ZozimoAndre	Esquerda	01.02.021.0196	82.940,00
Jose Debar da	ZozimoAndre	Esquerda	01.02.021.0210	82.940,00
Jose Debar da	ZozimoAndre	Esquerda	01.02.021.0224	82.940,00
Lindo Gessner	ZozimoAndre	Esquerda	01.02.021.0238	171.867,80
Stela InesKohler e Outros	ZozimoAndre	Esquina	01.02.021.0273	89.760,00
TOTAL				3.928.010,64

Por ser expressão de verdade, firmamos em duas vias de igual teor, a presente avaliação.



**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

NAVEGANTES SC, 07 de MAIO de 2.013.				
Comissão de Avaliação:				
CELIO FRANCISCO DE OLIVEIRA		ANNA CLAUDIA GAYA COSTA		
PRESIDENTE DA COMISSÃO		MEMBRO DA COMISSÃO		
VILMAR CANDIDO				
MEMBRO DA COMISSÃO				

### Edital de Notificação de Contribuição de Melhoria Nº 04/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES ESTADO DE SANTA CATARINA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO nº 04/2013

CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

OPrefeito do Município de Navegantes Estado de Santa Catarina, Roberto Carlos de Souza e o Secretário de Governo CASSIANO RICARDO WEISS, no exercício de suas atribuições e, CONSIDERANDO o previsto na CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988 e também o disposto nos diplomas legais a seguir relacionados:

CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL (Lei nº. 5.172/1966);

LEI COMPLEMENTAR nº. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal);

LEI FEDERAL nº. 10.257/2001 (Estatuto da Cidade);

LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES;

LEI COMPLEMENTAR Nº. 6/2002 (Código Tributário Municipal) alterada pela LEI COMPLEMENTAR nº 137/2011

LEI MUNICIPAL Nº 2699/2013 (Institui e Autoriza a Cobrança de Contribuição de Melhoria Referente à Rua Osvaldo José Reiser).

FAZ SABER: a todos os proprietários, titulares do domínio útil ou possuidores a qualquer título, de imóveis localizados na área de influência da obra pública de que trata a Lei Municipal nº 2699/2013(Institui e Autoriza a Cobrança de Contribuição de Melhoria Referente à Rua Osvaldo José Reiser), localizada na Av: Osvaldo Jose Reiser, no trecho compreendido entre a Avenida Prefeito José Juvenal Mafra e Avenida Prefeito Cirino Adolfo Cabral, com extensão de 254,40metros, neste município de navegantes que, nesta data TORNA PÚBLICO queo Poder Público Municipal, a partir da publicação deste EDITAL, promoverá todos os atos necessários à execução das obras públicas de pavimentação de lajota, drenagem pluvial, sinalização, calçada com acessibilidade e demais obras complementares.

#### 1.DADOS FISCAIS E FINANCEIROS DA OBRA

1.1 ORÇAMENTO/CUSTO ESTIMADO DA OBRA: O custo total/orçamento estimado para a consecução da obra pública de que trata este Edital com previsão na Lei Complementar Municipal nº 06, de 31/12/2002, alterada pela Lei Municipal nº 137, de 16/12/2011, e Lei Municipal nº 2699/2013(Institui e Autoriza a Cobrança de Contribuição de Melhoria Referente à Rua Osvaldo José Reiser) corresponde à quantia de R\$448.419,21 (Quatrocentos e quarenta e oito mil quatrocentos e dezenove reais e vinte e um centavos).

1.2. FONTE DE RECURSO: Para execução desta obra pública o Poder Executivo contará com os valores obtidos através de financiamento obtido junto CEF – Caixa Econômica Federal (Recursos através, OGU - Orçamento Geral da União, Ministérios das Cidades, Pró-Transportes e FGTS)e, mediante aplicação de recursos

próprios do Município de Navegantes.

1.3. PARCELA DE CUSTO DA OBRA A SER FINANCIADA PELA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA: Limite global da despesa realizada com a obra, mediante apuração do custo real aplicado após a finalização do serviço, ocasião em que serão promovidos os atos necessários à publicação de Edital constando os dados e informações necessárias ao lançamento fiscal, prazo e forma para eventuais impugnações, em conformidade com a Lei Complementar nº 6 de 31/12/2002, alterada pela Lei Municipal nº 137, de 16/12/2011, bem como da Lei Municipal nº2699/2013(Institui e Autoriza a Cobrança de Contribuição de Melhoria Referente à Rua Osvaldo José Reiser).

1.4. DELIMITAÇÃO DA ZONA DE INFLUÊNCIA: A zona de influência do benefício direto da obra é aquela correspondente à extensão da Rua Bernardino Antônio Narciso, no trecho compreendido entre a Avenida Prefeito José Juvenal Mafra e Avenida Prefeito Cirino Adolfo Cabral, localizada no Bairro Meia Praia, com extensão de 254,40 metros, neste município de Navegantes, nela compreendendo a relação de todos os imóveis descritos individualmente no ANEXO I, que passa a fazer parte integrante deste Edital.

#### 1.5. FATOR DE RATEIO DO CUSTO DA OBRA :

1.5.1. A determinação da Contribuição de Melhoria far-se-á rateando-se, proporcionalmente, o custo parcial ou total da obra, entre todos os imóveis incluídos na zona beneficiada pela valorização imobiliária decorrente da melhoria descrita no presente Edital, em função dos fatores individuais, sendo que para a apuração do valor individual do tributo será observado o limite estabelecido pelo acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado, em estrita observância ao disposto na Lei Complementar Municipal nº 6/2002, de 31/12/2002 (Código Tributário Municipal), alterada pela Lei Municipal nº 137, de 16/12/2011, no artigo 145, inciso III, da Constituição Federal de 1988 c/c artigos 81 e 82, ambos da Lei nº. 5.172/1966 (Código Tributário Nacional), Decreto-lei nº. 195/1967, Lei Complementar nº. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), Lei nº. 10.257/2001 (Estatuto da Cidade) e Lei Municipal nº2699/2013(Institui e Autoriza a Cobrança de Contribuição de Melhoria Referente à Rua Osvaldo José Reiser).

#### 1.5.2. A apuração far-se-á levando em conta:

I - situação do imóvel na zona de influência;

II - testada do imóvel;

III - área do imóvel;

IV - finalidade de exploração econômica do imóvel.

1.5.3. A Contribuição de Melhoria de que trata este Edital terá como limite o custo total da obra tendo em vista a natureza desta, os benefícios para os usuários, atividades econômicas predominantes e o nível de desenvolvimento da região, sendo aí computadas todas as despesas necessárias aos estudos, projetos, fiscalização, desapropriações, administração, execução e financiamento,

inclusive prêmios de reembolso e outras de praxe em financiamento ou empréstimos e terá a sua expressão monetária atualizada na época do lançamento mediante aplicação de coeficientes oficiais de correção e atualização monetária.

1.5.4. Estão incluídos nos orçamentos de custo da obra todos os investimentos necessários para que os benefícios delas decorrentes sejam integralmente alcançados pelos imóveis situados na respectiva zona de influência.

1.5.5. Ficam excluídas da incidência da contribuição de melhoria de que trata este Edital, conforme previsão na Lei Municipal nº 06/2002, de 31/12/2002, alterada pela Lei Municipal nº 137, de 16/12/2011 e ainda a Lei Municipal nº 2699/2013 (Institui e Autoriza a Cobrança de Contribuição de Melhoria Referente à Rua Osvaldo José Reiser), Art.13, os imóveis de propriedade do Poder Público Federal, Estadual ou Municipal.

1.5.6. Serão transferidas à responsabilidade do Município, as parcelas devidas por contribuintes isentos de pagamento da Contribuição de Melhoria, após o rateio, desde que atendam os requisitos previstos no Código Tributário Municipal (Lei Complementar nº. 6/2002), sem prejuízo de outras normas aplicáveis ao tema.

## 2. MEMORIAL DESCRITIVO DO PROJETO DA OBRA:

### 2.1. DO OBJETO:

2.1.1. Execução dos serviços de terraplanagem, calçada com acessibilidade, calçamento em lajota, drenagem pluvial, obras arte corrente, sinalização viária e obras complementares da Rua Bernardino Antônio Narciso, no trecho compreendido entre a Avenida Prefeito José Juvenal Mafra e Avenida Prefeito Cirino Adolfo Cabral, localizada no Bairro Meia Praia, com extensão de 568,60 metros.

2.1.2. Os trabalhos serão executados conforme os projetos aprovados pela CEF e serão realizados conforme especificações constantes das Normas Técnicas do DEINFRA e do DNIT. Todos os detalhes e dimensões serão executados conforme projeto, que se encontra à disposição dos interessados junto à Secretaria de Governo da Prefeitura de Navegantes.

2.1.3. Serão rigorosamente observados os procedimentos técnicos e equipamentos exigidos pelas normas técnicas da ABNT, Normas Complementares do DEINFRA e DNIT, sob fiscalização da Prefeitura do Município de Navegantes.

### 2.2. ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS PARA EXECUÇÃO DA OBRA PÚBLICA DEFINIDA

Lei Municipal nº2699/2013 (Institui e Autoriza a Cobrança de Contribuição de Melhoria Referente à Rua Osvaldo José Reiser):

#### A) Drenagem Pluvial

Este serviço compreende escavação e reaterro de valas executados de acordo com especificações do DNIT além da colocação do lastro de brita, colocação de tubulação no diâmetro de acordo com o cálculo de drenagem, além da colocação de poços de visita, caixas coletoras e boca de bueiro.

#### B) Pavimentação com lajotas de concreto

Este serviço compreende a regularização e compactação do subleito da superfície a pavimentar, a colocação do coxim de areia, do meio fio pré-moldado e do assentamento das lajotas com espessuras definidas em projeto

#### C) Sinalização Viária

Os serviços de sinalização viária serão executados de acordo com o Projeto, o qual obedece as Especificações e Normas do "Manual de Sinalização Rodoviária" - DNIT, com a colocação de Placas de sinalização "PARE", Placas nominativas de rua e pintura de faixas horizontais.

#### D) Obras Complementares

Compreendem os serviços execução das calçadas (passeio público)

em paver que consiste na execução de aterro em passeios, colocação do meio-fio pré-moldado, colocação do coxim de pó de pedra, colocação do paver e do piso tátil direcional de alerta, a execução da rampa de acesso em concreto alisado e a limpeza geral.

## 3. DISPOSIÇÕES FINAIS

3.1. REGULAMENTAÇÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO Lei nº2699/2013 (Institui e Autoriza a Cobrança de Contribuição de Melhoria Referente à Rua Osvaldo José Reiser).

3.1.1. A impugnação de quaisquer dos elementos constantes no presente Edital, será feita mediante procedimento administrativo, que deverá ser protocolado em horário de expediente normal junto no Paço Municipal, dirigida ao Presidente da Comissão Especial de Avaliação de Imóveis, observando-se as seguintes disposições:

3.1.2. O Contribuinte, querendo, poderá impugnar administrativamente qualquer dos elementos referidos neste Edital, no prazo de 30 (trinta) dias, a começar no primeiro dia útil seguinte à publicação deste Edital, cabendo ao impugnante o ônus da prova, sem prejuízo do exame pelo Poder Judiciário.

3.1.3. As impugnações oferecidas aos elementos a que se refere este artigo, serão apresentadas por meio de petição fundamentada e devidamente identificada, descrevendo as provas requeridas, sob pena de preclusão neste sentido, e endereçadas ao Presidente da Comissão Especial de Avaliação de Bens Imóveis do Município, nomeado através do Decreto nº 636 de 02 de Maio de 2013, o qual, após manifestação da Secretaria de Governo, e do Parecer Jurídico, deverá proferir decisão final em prazo não superior a 30 (trinta) dias, contados da data do protocolo da petição da parte interessada.

I - Da decisão proferida pela Municipalidade será cientificada pessoalmente a parte interessada e encaminhada correspondência oficial aos Setores da Administração envolvidos para, sendo o caso, providenciarem as medidas cabíveis.

II - A comunicação ao interessado da decisão referida no inciso anterior, será feita:

pessoalmente, por aposição do ciente no processo, ou; pelo correio, com Aviso de Recebimento (AR) se contribuinte pessoa física, ou, Contribuinte Pessoa Jurídica, ou; por edital publicado em jornal de grande circulação local, ou.

III - Em havendo necessidade de instrução do procedimento, consistente em diligências, emissão de laudos técnicos e oitiva de testemunhas, etc, será determinada a realização do ato necessário e agendada a data para a solenidade, ocasião em que encerrada a instrução, a parte interessada deverá se manifestar oralmente acerca da prova produzida, sendo que no prazo de 5 (cinco) dias, a contar desta data, a Administração proferirá decisão final, do que obrigatoriamente dará ciência ao interessado, sem prejuízo de outras formas de publicidade.

IV - No caso da instrução do procedimento administrativo de que trata este artigo, o prazo definido no parágrafo segundo poderá ser prorrogado em até 30 (trinta) dias.

3.1.4. Aplicam-se à Contribuição de Melhoria de que trata este Edital, no que couber e lhe forem aplicáveis as disposições contidas nos artigos 145, inciso III, da Constituição Federal de 1988 c/c artigos 81 e 82, ambos da Lei nº. 5.172/1966 (Código Tributário Nacional), Decreto-lei nº. 195/1967, Lei Complementar nº. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), Lei nº. 10.257/2001 (Estatuto da Cidade), Lei Complementar nº. 6/2002 (Código Tributário Municipal) e Lei Municipal nº 2699/2013 (Institui e Autoriza a Cobrança de Contribuição de Melhoria Referente à Rua Osvaldo José Reiser).

3.1.5. Os prazos fixados neste Edital, em consonância ao previsto na Lei Municipal nº2699/2013 (Institui e Autoriza a Cobrança de Contribuição de Melhoria Referente à Rua Osvaldo José Reiser); Código Tributário Municipal (Lei Complementar nº. 6/2002) serão contínuos, excluindo-se, na sua contagem, o dia do início, e incluindo-se o do vencimento, sendo que os prazos só se iniciam ou vencem em dia de expediente normal na repartição que corra o processo ou deva ser praticado o ato.

3.1.6. Os anexos a que se refere o presente Edital (Anexo I) fazem

parte integrante dos procedimentos administrativos para viabilização da obra pública, os quais se encontram à disposição dos interessados junto à Secretaria de Governo.

Registre-se e publique-se na forma da lei.

Navegantes/SC, 04 de Junho de 2013.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

CASSIANO RICARDO WEISS

Secretário de Governo

#### ANEXO I

#### PREFEITURAMUNICIPAL DE NAVEGATES

#### COMISSÃO DE AVALIAÇÃO

#### AVALIAÇÃO DE TERRENO PARA PAVIMENTAÇÃO

#### OBRA/ SERVIÇO:PAVIMENTAÇÃO EM LAJOTAS, DERAGEM PLUVIAL E CALÇADAS COM ACESSIBILIDADE

LOCAL: RUAS: Osvaldo Jose Reiser

EXTENSÃO: 254,40 metros

VALOR: R\$ 273.678,19

Nome do Contribuinte	Localização do Imóvel		Descrição do Terreno	
	Nome da Rua	Margem da Rua	Inscrição Imobiliária	Valor Total da Área
				(R\$)
Emilson Dutra	Osvaldo Jose Reiser	Esquina	01.02.030.0014	155.638,40
FinancaLtda	Osvaldo Jose Reiser	Direito	01.02.030.0027.001.001	242.177,53
FinancaLtda	Osvaldo Jose Reiser	Direito	01.02.030.0040	89.570,00
FinancaLtda	Osvaldo Jose Reiser	Direito	01.02.030.0053.001.001	127.905,00
Maria Santa Sandro Moser	Osvaldo Jose Reiser	Direito	01.02.030.0066	89.570,00
Marcela Nayara Moser	Osvaldo Jose Reiser	Direito	01.02.030.0079	89.570,00
Edith Gonçalves Rolao	Osvaldo Jose Reiser	Esquina	01.02.030.0118.001.002	163.263,10
Douglas Jose Kraisch	Osvaldo Jose Reiser	Esquina	01.02.031.0012	96.460,00
Tobias Gilmar Kraisch	Osvaldo Jose Reiser	Direito	01.02.031.0024	94.737,50
Tobias Gilmar Kraisch	Osvaldo Jose Reiser	Direito	01.02.031.0037	94.737,50
Raquel Kraisch	Osvaldo Jose Reiser	Direito	01.02.031.0049	94.737,50
Sergio Medeiros	Osvaldo Jose Reiser	Direito	01.02.031.0062.001.001	159.973,00
Marcelo Antonio Kretzer	Osvaldo Jose Reiser	Direito	01.02.031.0101	391.668,80
EgidioKretzer	Osvaldo Jose Reiser	Esquina	01.02.032.0013.001.002	902.315,25
Minas Construçãoese Incltda	Osvaldo Jose Reiser	Esquina	01.02.029.0116	103.603,50
Minas Construçãoese Incltda	Osvaldo Jose Reiser	Esquerdo	01.02.029.0128	95.040,00
Minas Construçãoese Incltda	Osvaldo Jose Reiser	Esquina	01.02.029.0162	89.760,00
Waldecir João Balbinot	Osvaldo Jose Reiser	Esquina	01.02.028.0142	218.756,00
Jose Carlos De Castro	Osvaldo Jose Reiser	Esquerdo	01.02.028.0156.001.001	148.730,00
Bruna KoglinCamozzato	Osvaldo Jose Reiser	Esquerdo	01.02.028.0171.001.001	182.304,20
Laudeci Da Silva	Osvaldo Jose Reiser	Esquina	01.02.028.0206	86.240,00
Wilson Diego Fernandes	Osvaldo Jose Reiser	Esquina	01.02.027.0164	89.320,00
Maria Bernadete De Souza	Osvaldo Jose Reiser	Esquerdo	01.02.027.0178.001.001	101.420,00
Gilberto Luiz Bodemuller	Osvaldo Jose Reiser	Esquerdo	01.02.027.0192	82.940,00
Jose Debarba	Osvaldo Jose Reiser	Esquerdo	01.02.027.0206	82.940,00
JeseDebarba	Osvaldo Jose Reiser	Esquerdo	01.02.027.0220	82.940,00
Rubens Hadlich	Osvaldo Jose Reiser	Esquerdo	01.02.027.0234	82.940,00
Artur Krauss Neto	Osvaldo Jose Reiser	Esquina	01.02.027.0268	89.760,00
TOTAL				4.329.017,28



Por ser expressão de verdade, firmamos em duas vias de igual teor, a presente avaliação.				
NAVEGANTES SC, 04 de JUNHO de 2.013.				
Comissão de Avaliação:				
CELIO FRANCISCO DE OLIVEIRA			ANNA CLAUDIA GAYA COSTA	
PRESIDENTE DA COMISSÃO			MEMBRO DA COMISSÃO	
VILMAR CANDIDO				
MEMBRO DA COMISSÃO				

## Orleans

### PREFEITURA

#### Decreto 3.546 Dispõe Sobre Os Procedimentos Para Encaminhamento de Pacientes ao Centro de Fisioterapia e Dá Outras Providências

DECRETO MUNICIPAL Nº 3.546 DE 03 DE JUNHO DE 2013.

"DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS PARA ENCAMINHAMENTO DE PACIENTES AO CENTRO DE FISIOTERAPIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES, Prefeito do Município de Orleans/SC, no uso de suas atribuições, nos termos do art. 68, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal.

#### CAPITULO I

##### ENCAMINHAMENTO PARA FISIOTERAPIA

Art. 1º Acesso ao Centro de Fisioterapia pelo Sistema Único de Saúde do município de Orleans será realizado obrigatoriamente através do encaminhamento do médico responsável da Estratégia de Saúde da Família e/ou do médico credenciado pelo Sistema Único de Saúde da Secretaria do Município de Orleans.

Art. 2º Cabe ao médico responsável o preenchimento correto do encaminhamento de Fisioterapia, em letra legível ou impresso, onde deverão constar obrigatoriamente os seguintes itens:

- 1- Nome completo do paciente;
- 2 - Motivo do encaminhamento;
- 3- Solicitação de Fisioterapia (por escrito);
- 4- Data da solicitação;
- 5- Carimbo e assinatura do médico responsável.

§1º O motivo do encaminhamento deverá conter de forma clara a indicação e diagnóstico clínico do paciente, bem como seu respectivo código CID 10.

§2º Fica a critério do médico responsável o acréscimo de demais informações sobre o quadro clínico.

#### CAPITULO II

##### RECEPÇÃO E AUTORIZAÇÃO DE ENCAMINHAMENTOS

Art.3º Os encaminhamentos para Fisioterapia deverão ser entregues no Centro De Fisioterapia.

Art. 4º responsável pela marcação no Centro de Fisioterapia deverá aceitar apenas os encaminhamentos originais e preenchidos

corretamente.

Art. 5º Não serão aceitos fotocópias ou fax de encaminhamentos para fisioterapia, assim como serão recusados os encaminhamentos preenchidos de forma ilegível, rasurados ou danificados de tal forma que dificultem a correta identificação das informações necessárias.

Art. 6º Cabe ao servidor responsável pela marcação no Centro de Fisioterapia para conferência das informações contidas no encaminhamento de Fisioterapia.

Art. 7º No caso de recusa do encaminhamento pelo setor de marcação é de total e exclusiva responsabilidade do paciente retornar ao médico responsável pela prescrição correta das informações.

Art. 8º O setor de marcação do Centro de Fisioterapia deverá registrar o nome do paciente, diagnóstico clínico, data da entrega e telefone para que o setor possa entrar em contato com o paciente para realizar a primeira consulta (TRIAGEM).

Art. 9º O setor de marcação do Centro de Fisioterapia não aceitará encaminhamentos com data de solicitação superior a 90 dias.

Art. 10º Encaminhamento aceito será incluído na fila de espera do Centro de Fisioterapia, para autorização da primeira consulta inicial, também denominada como triagem em fisioterapia com o fisioterapeuta responsável.

Art. 11º Paciente será chamado por via telefônica para a sua primeira consulta em fisioterapia.

Art. 12º Será ligado para os pacientes três vezes, caso não atenda continuará na lista de espera.

#### CAPITULO III

##### PRIMEIRA CONSULTA EM FISIOTERAPIA

Art. 13º Na consulta inicial cabe ao fisioterapeuta à avaliação do caso para a classificação da prioridade no atendimento, conforme critérios definidos, no anexo único, parte integrante deste Decreto.

Art. 14º Durante a consulta inicial o paciente receberá orientações sobre as atividades da vida diária até o início do tratamento fisioterapêutico no Centro de Fisioterapia.

Art. 15º No caso de não comparecimento na data e horário agendados para consulta inicial em Fisioterapia, a autorização será cancelada e o paciente perderá o direito à vaga.

#### CAPITULO IV

##### DO ATENDIMENTO FISIOTERAPÊUTICO

Art. 16º As vagas para atendimento fisioterapêutico serão preenchidas conforme os critérios de classificação e prioridade, a partir da data da consulta inicial.

Art. 17º No primeiro atendimento, o paciente será submetido a uma avaliação cinético-funcional para definição dos objetivos terapêuticos e prescrição do tratamento fisioterapêutico.

Art. 18º A duração do tratamento é de até 10 (dez) atendimentos,



de acordo com a evolução do paciente.

Art. 19 Nos casos onde for necessária prorrogação de tratamento o profissional, o fisioterapeuta poderá indicar até mais 10 (dez) atendimentos.

Art. 20 É de responsabilidade do paciente o comparecimento aos atendimentos agendados sob o risco de perder a vaga.

Art. 21 Cabe ao fisioterapeuta reencaminhar ao médico responsável para reavaliação clínica e acompanhamento do caso através da contra-referência, justificando a alta fisioterapêutica ou a necessidade de continuação do tratamento.

## CAPITULO V

### ATENDIMENTO FISIOTERAPÊUTICO DOMICILAR

Art. 22 Os encaminhamentos de fisioterapia domiciliar deverão ser entregues no Centro De Fisioterapia.

Art. 23 O setor de marcação receberá os encaminhamentos para fisioterapia domiciliar apenas com todos os requisitos preenchidos corretamente, os quais sejam: nome completo, solicitação de fisioterapia domiciliar, diagnóstico clínico, carimbo e assinatura do médico responsável da ESF do paciente.

Art. 24 O servidor que realiza a marcação receberá o encaminhamento para obtenção dos dados do paciente (nome, telefone, endereço, diagnóstico clínico CID10), para agendamento da triagem domiciliar.

Art. 25 O paciente que receberá a triagem domiciliar deverá ser acamado ou impossibilitado para estar no Centro de Fisioterapia.

Art. 26 O fisioterapeuta responsável pela triagem realizará a avaliação do quadro funcional do paciente e deverá fazer um relatório do caso.

Art. 27 Depois de realizado o relatório o fisioterapeuta indica o tratamento de fisioterapia domiciliar, comunicando aos familiares os dias e horários da semana que o paciente receberá o atendimento domiciliar.

Art. 28 A alta domiciliar será realizada através do entendimento do fisioterapeuta responsável ou médico responsável da ESF, conforme o quadro clínico - funcional do paciente.

Art. 29 As vagas de fisioterapia domiciliar serão preenchidas conforme a quantidade concedida pelo Centro de Fisioterapia e Secretário de Saúde do Município de Orleans.

Art. 30 A duração do tratamento domiciliar acontecerá de acordo com a tabela abaixo:

1 ano de atendimento / acamado	40 atendimentos / anual
2 ano de atendimento/ acamado	20 atendimentos /anual
3 ou mais anos de atendimentos/ acamado	10 atendimentos/ anual
Obs.: os casos em que o fisioterapeuta avaliar mudanças no quadro acima, o mesmo realizará um relatório justificando o quadro do paciente e a quantidade que por ele seria necessário para serem avaliados pela equipe de fisioterapeutas responsáveis.	

## CAPITULO VI

### DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 31 Os casos não contemplados no presente documento serão avaliados por representantes da Fisioterapia, mediante a aprovação do Secretário Municipal de Saúde.

Art. 32. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as demais disposições em contrário.

Orleans, SC, 03 de junho de 2013; 128º anos da Fundação e 99º anos da Emancipação Político Administrativo.

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES

Prefeito Municipal

PUBLICADO O PRESENTE DECRETO NESTA SEC RETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, AOS TRÊS DIAS DO MÊS DE JUNHO DO ANO DE DOIS MIL E TREZE.

MARCELO GALVANE

Secretário de Administração

## ANEXO ÚNICO

### CRITÉRIOS DE PRIORIDADE NO ATENDIMENTO

Os seguintes quadros clínicos terão prioridade para agendamento pela regulação. Para tal, será necessário um parecer (laudo) detalhado do médico relatando o quadro clínico e a urgência no atendimento.

#### NEUROLOGIA:

Acidente vascular encefálico isquêmico ou hemorrágico, primário ou recidivante, com data inferior a 3 meses do episódio mais recente.

#### ORTOPEDIA/TRAUMATOLOGIA/REUMATOLOGIA:

Pós-entorse ligamentar ou fratura, recidivantes ou não, tratados conservadoramente com data inferior a 3 meses do último episódio ou da retirada da imobilização gessada.

Pós-operatórios diversos (próteses, fraturas, osteotomias, retirada de tumores ósseos, reconstrução tendinosa ou ligamentar) com menos de 3 meses de alta hospitalar ou retirada da imobilização. Episódios agudos (inferior a 3 meses) de dor cervical com ou sem irradiação e parestesia em membros superiores, bilateral ou unilateral, com incapacidade funcional grave para as atividades de vida diária ou trabalho.

Episódios agudos (inferior a 3 meses) de dor lombar baixa com ou sem irradiação e parestesia em membros inferiores, bilateral ou unilateral, com incapacidade funcional grave para as atividades de vida diária ou trabalho.

Episódios agudos (inferior a 3 meses) de dor em membros superiores ou inferiores, de origem ocupacional, com incapacidade funcional grave para as atividades de vida diária ou trabalho.

#### GINECOLOGIA/OBSTETRÍCIA:

Lombalgia ou lombociatalgia gestacional.

Síndrome do túnel do carpo decorrente do edema comum na gestação.

Patologias osteomusculares prévias agravadas pela gestação, comprometendo diretamente o bem estar físico e qualidade de vida da gestante e do bebê.

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES

Prefeito Municipal

### Decreto 3.547 Regulamenta o Item VII e VIII do Artigo 4º da Lei Mun. 2.408 de 3/11/2013

DECRETO MUNICIPAL Nº 3.547 DE 03 DE JUNHO DE 2013.

“REGULAMENTA O ITEM VII E VIII DO ARTIGO 4º DA LEI MUNICIPAL Nº 2.408, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2011 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES, Prefeito do Município de Orleans/SC, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 68, inciso VII, da Lei Orgânica do Município e considerando a Lei Municipal nº 2.408, de 03 de novembro de 2011, etc..

#### DECRETA:

Art. 1º As Entidades ligadas à cultura para compor o Conselho Municipal de Política Cultural, conforme determina a legislação em vigor são: Academia Orleanense de Letras - ACOL, Fundação Educacional Barriga Verde, Academia de Dança Corpo Total e Instituto Francesco Zomer.

Parágrafo Único - As Entidades relacionadas no art. 1º deste Decreto, indicarão 02 (dois) representantes, Efetivo e Suplente, respectivamente.

Art. 2º As Entidades não governamentais para compor o Conselho Municipal de Política Cultural, são: CTG Orleanense e Sociedade Descendente de ALLA.

Parágrafo Único - As Entidades relacionadas no art. 2º deste Decreto, indicarão 02 (dois) representantes, Efetivo e Suplente,

respectivamente.

Art.3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as demais disposições em contrário.

Orleans, SC, 03 de junho de 2013; 128º anos da Fundação e 99º anos da Emancipação Político Administrativo.

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES

Prefeito Municipal

PUBLICADO O PRESENTE DECRETO NESTA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, AOS TRÊS DIAS DO MÊS DE JUNHO DO NA O DE DOIS MIL E TREZE.

MARCELO GALVANE

Secretário de Administração

## Palhoça

### PREFEITURA

#### Resolução N°. 10 / 2013

RESOLUÇÃO N°. 10 / 2013

Dispõe sobre a organização da Conferência Municipal de Assistência Social.

O Conselho Municipal de Assistência Social, em reunião ordinária realizada no dia 10 de abril de 2013, às 14 horas, nas dependências da Secretaria de Assistência Social de Palhoça, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei de Criação do Conselho Municipal de Assistência Social nº. 3.521, de 20 de setembro de 2011.

Considerando que o CMAS é instância deliberativa do sistema descentralizado e participativo da Assistência Social de Palhoça, de caráter permanente e de composição paritária entre governo e a sociedade civil;

Considerando que o CMAS é responsável em convocar a Conferência Municipal de Assistência Social, conforme as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), bem como aprovar as normas de funcionamento das mesmas, constituir a comissão organizadora e o respectivo regimento interno.

RESOLVE:

Art. 1º Convocar a IX Conferência Municipal de Assistência Social, cujo tema é "A Gestão e o Financiamento na efetivação do SUAS" divididos em seis eixos:

1. O cofinanciamento obrigatório da assistência social;
2. Gestão do SUAS: vigilância socioassistencial, processos de planejamento, monitoramento e avaliação;
3. Gestão do trabalho;
4. Gestão dos serviços, programas e projetos;
5. Gestão dos benefícios no SUAS;
6. Regionalização;

Art. 2º Aprovar a data da Conferência Municipal de Assistência Social para o dia 01 de agosto de 2013.

Art. 3º Aprovar a formação da comissão composta por:

- Coordenação Geral: Roberto de Souza Chenk e Vânia de Fátima G. Souto.

- Temática e Programação: Janaína p. da Silva, Rafael A. Stobbe, Rosi Meri da Silva, Judite Seresoli.

- Infra-estrutura, acessibilidade e credenciamento: Alex, Daniel, Gabriel, Denise, Miriam de L. da Fonseca e Flávia R. G. Theisen.

- Regimento Interno e Relatoria: Enedir de Bona, Maristela Truppel, Daniela Bombazaro e Franceline F. Schneider.

Art.4º Aprovar a contratação de Assessoria Técnica para a Conferência Municipal de Assistência Social e elaboração do Plano Plurianual da Secretaria de Assistência Social.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ROBERTO DE SOUZA CHENK

PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

PALHOÇA SC

#### Resolução N°. 12/ 2013

RESOLUÇÃO N°. 12/ 2013

Dispõe sobre o cofinanciamento dos Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade, entre o Fundo Estadual de Assistência Social - FEAS e o Fundo Municipal de Assistência Social de Palhoça - FMAS.

O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, no uso de suas atribuições resolve:

Art. 1º Aprovar a partilha dos recursos referentes ao cofinanciamento da Proteção Social Especial de Alta Complexidade, proveniente do Fundo Estadual de Assistência Social no valor R\$: 174.240,00 (cento setenta quatro mil e duzentos e quarenta reais), sendo que desde, 40% destina-se a investimento e 60% a custeio.

Art. 2º Os recursos serão destinados aos seguintes serviços/ entidades:

ENTIDADE	SERVIÇO	VALOR
AÇÃO SOCIAL PAROQUIAL PALHOÇA	Serviço de Acolhimento Institucional na modalidade abrigo institucional para idosos.	R\$: 52.272,00
ASSOCIAÇÃO VIDA NUEVA	Serviço de Acolhimento Institucional na modalidade abrigo institucional para pessoas em situação de rua.	R\$: 52.272,00
ABRIGOS MUNICIPAIS	Serviço de Acolhimento Institucional na modalidade abrigo institucional para crianças e adolescentes.	R\$: 69.696,00

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação. Palhoça, 18 de abril de 2013.

ROBERTO DE SOUZA CHENK

PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

PALHOÇA SC

Dispõe sobre o cofinanciamento dos Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade, entre o Fundo Estadual de Assistência Social - FEAS e o Fundo Municipal de Assistência Social de Palhoça - FMAS.

O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, no uso de suas atribuições resolve:

Art. 1º Aprovar a partilha dos recursos referentes ao

cofinanciamento da Proteção Social Especial de Alta Complexidade, proveniente do Fundo Estadual de Assistência Social no valor R\$: 174.240,00 (cento setenta quatro mil e duzentos e quarenta reais), sendo que desde, 40% destina-se a investimento e 60% a custeio.

Art. 2º Os recursos serão destinados aos seguintes serviços/ entidades:

ENTIDADE	SERVIÇO	VALOR
AÇÃO SOCIAL PARO- QUIAL PALHOÇA	Serviço de Acolhimento Institucional na modalidade abrigo institucional para idosos.	R\$: 52.272,00
ASSOCIAÇÃO VIDA NUEVA	Serviço de Acolhimento Institucional na modalidade abrigo institucional para pessoas em situação de rua.	R\$: 52.272,00
ABRIGOS MUNICIPAIS	Serviço de Acolhimento Institucional na modalidade abrigo institucional para crianças e adolescentes.	R\$: 69.696,00

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 18 de abril de 2013.

ROBERTO DE SOUZA CHENK

PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL  
PALHOÇA SC

### Resolução N°. 13/ 2013

RESOLUÇÃO N°. 13/ 2013

Dispõe sobre o cofinanciamento dos Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade, entre o Fundo Estadual de Assistência Social - FEAS e o Fundo Municipal de Assistência Social de Palhoça - FMAS.

O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, no uso de suas atribuições resolve:

Art. 1º Aprovar a partilha dos recursos referentes ao cofinanciamento da Proteção Social Especial de Média Complexidade, proveniente do Fundo Estadual de Assistência Social no valor R\$: 95.040,00 (noventa e cinco mil quatrocentos reais), sendo que desde, 40% destina-se a investimento e 60% a custeio.

Art. 2º Os recursos serão destinados aos seguintes serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade executados no CREAS: PAEFI - Serviço de Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos e Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Sócio Educativa de Prestação de Serviço a Comunidade - PSC e Liberdade Assistida - LA.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 18 de abril de 2013.

ROBERTO DE SOUZA CHENK

PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL  
PALHOÇA SC

### Resolução N°. 15 / 2013

RESOLUÇÃO N°. 15 / 2013

Dispõe sobre a adesão ao reordenamento dos Serviços de Convivência e fortalecimento de vínculos.

O Conselho Municipal de Assistência Social, em reunião ordinária realizada no dia 22 de maio de 2013, às 14 horas, nas dependências da Secretaria de Assistência Social de Palhoça, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei de Criação do Conselho Municipal de Assistência Social nº. 3.521, de 20 de setembro de 2011.

Considerando que o CMAS é instância deliberativa do sistema descentralizado e participativo da Assistência Social de Palhoça, de caráter permanente e de composição paritária entre governo e a sociedade civil;

Considerando que é de responsabilidade do CMAS analisar se os recursos destinados às despesas correntes e de capital relacionadas aos serviços, programas, projetos e benefícios governamentais e não governamentais estão alocados no fundo municipal, constituído como unidade orçamentária; e se os recursos voltados as atividades meio, estão alocados no orçamento do órgão gestor da política.

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a adesão ao reordenamento ao Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.

Art. 2º O valor do cofinanciamento é de R\$: 24.500,00 (vinte e quatro mil e quinhentos reais) para atender a capacidade máxima ofertada de 490 pessoas sendo 245 pessoas para público prioritário.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ROBERTO DE SOUZA CHENK

PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL  
PALHOÇA SC

### Resolução N°. 15 / 2013

RESOLUÇÃO N°. 15 / 2013

Dispõe sobre a adesão ao reordenamento dos Serviços de Convivência e fortalecimento de vínculos.

O Conselho Municipal de Assistência Social, em reunião ordinária realizada no dia 22 de maio de 2013, às 14 horas, nas dependências da Secretaria de Assistência Social de Palhoça, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei de Criação do Conselho Municipal de Assistência Social nº. 3.521, de 20 de setembro de 2011.

Considerando que o CMAS é instância deliberativa do sistema descentralizado e participativo da Assistência Social de Palhoça, de caráter permanente e de composição paritária entre governo e a sociedade civil;

Considerando que é de responsabilidade do CMAS analisar se os recursos destinados às despesas correntes e de capital relacionadas aos serviços, programas, projetos e benefícios governamentais e não governamentais estão alocados no fundo municipal, constituído como unidade orçamentária; e se os recursos voltados as atividades meio, estão alocados no orçamento do órgão gestor da política.

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a adesão ao reordenamento ao Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.

Art. 2º O valor do cofinanciamento é de R\$: 24.500,00 (vinte e quatro mil e quinhentos reais) para atender a capacidade máxima ofertada de 490 pessoas sendo 245 pessoas para público prioritário.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.



ROBERTO DE SOUZA CHENK  
PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL  
PALHOÇA SC

**Resolução N°. 16 / 2013**

RESOLUÇÃO N°. 16 / 2013

Dispõe sobre a adesão ao Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho - Acessuas Trabalho.

O Conselho Municipal de Assistência Social, em reunião ordinária realizada no dia 22 de maio de 2013, às 14 horas, nas dependências da Secretaria de Assistência Social de Palhoça, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei de Criação do Conselho Municipal de Assistência Social n°. 3.521, de 20 de setembro de 2011.

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a adesão Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho - Acessuas Trabalho;

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ROBERTO DE SOUZA CHENK  
PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL  
PALHOÇA SC

**Edital Pregão 117-2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N° 117/2013

O Município de Palhoça torna público que fica marcado para o dia 24 de junho de 2013 às 14:00, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280-Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC, a abertura do PREGÃO PRESENCIAL N°. 117/2013, que tem por objeto aquisição de veículos para Autarquia Águas de Palhoça. O edital que está embasado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 13:00 às 18:00 horas, diariamente, ou pelo site: [www.palhoça.sc.gov.br](http://www.palhoça.sc.gov.br).

Palhoça, 06 de junho de 2013.  
A PREGOEIRA.

**Edital de Prorrogação**

EDITAL DE PRORROGAÇÃO

CONCURSO PÚBLICO N° 001/2011

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

PRORROGAR por mais 02 (dois) anos, o prazo de validade do Concurso Público n° 001/2011, de acordo com o disposto no artigo 37, inciso III, da Constituição Federal, para os seguintes cargos: AUDITOR INTERNO, BIBLIOTECONOMISTA, FISIOTERAPEUTA, MÉDICO VETERINÁRIO, ODONTOLOGO, PEDAGOGO, SOCORRISTA, TÉCNICO EM AGRIMENSURA, TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO, TÉCNICO EM TURISMO, MERENDEIRA, MOTORISTA E VIGIA.

Palhoça, SC, em 09 de maio de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ  
Prefeito Municipal

**Edital de Prorrogação**

EDITAL DE PRORROGAÇÃO

CONCURSO PÚBLICO N° 002/2011

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

PRORROGAR por mais 02 (dois) anos, o prazo de validade do Concurso Público n° 002/2011, de acordo com o disposto no artigo 37, inciso III, da Constituição Federal, para os seguintes cargos: AUXILIAR DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO.

Palhoça, SC, em 09 de maio de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ  
Prefeito Municipal

**Edital de Prorrogação**

EDITAL DE PRORROGAÇÃO

CONCURSO PÚBLICO N° 003/2011

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

PRORROGAR por mais 02 (dois) anos, o prazo de validade do Concurso Público n° 003/2011, de acordo com o disposto no artigo 37, inciso III, da Constituição Federal, para os seguintes cargos: MEDICO ESPECIALISTA - ACUMPULTURA, MEDICO ESPECIALISTA - CIRURGIA GERAL, MEDICO ESPECIALISTA - CIRURGIA PEDIATRA, MEDICO ESPECIALISTA - FISIATRA, MEDICO ESPECIALISTA - HOMEOPATA, MEDICO ESPECIALISTA - NEUROLOGIA, MEDICO ESPECIALISTA - OFTALMOLOGIA, MEDICO ESPECIALISTA - ORTOPEDIA GERAL, MEDICO ESPECIALISTA - RADIOLOGIA.

Palhoça, SC, em 09 de maio de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ  
Prefeito Municipal

**Edital de Prorrogação**

EDITAL DE PRORROGAÇÃO

CONCURSO PÚBLICO N° 003/2011

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

PRORROGAR por mais 02 (dois) anos, o prazo de validade do Concurso Público n° 003/2011, de acordo com o disposto no artigo 37, inciso III, da Constituição Federal, para os seguintes cargos: MEDICO ESPECIALISTA - ACUMPULTURA, MEDICO ESPECIALISTA - CIRURGIA GERAL, MEDICO ESPECIALISTA - CIRURGIA PEDIATRA, MEDICO ESPECIALISTA - FISIATRA, MEDICO ESPECIALISTA - HOMEOPATA, MEDICO ESPECIALISTA - NEUROLOGIA, MEDICO ESPECIALISTA - OFTALMOLOGIA, MEDICO ESPECIALISTA - ORTOPEDIA GERAL, MEDICO ESPECIALISTA - RADIOLOGIA.

Palhoça, SC, em 09 de maio de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ  
Prefeito Municipal

## Papanduva

### PREFEITURA

#### Aviso de Licitação -Tomada de Preços Para Obras e Serviços de Engenharia Nº 097/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA.

MUNICÍPIO DE PAPANDUVA.

#### AVISO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 097/2013. Objeto: Contratação de empresa para a execução de Pavimentação asfáltica com Concreto Betuminoso Usinado à Quente para as ruas Francisco Frederico com área de 3.150,00m² e rua 07 de Setembro com área de 1.575,00m², com fornecimento de matérias, equipamentos e mão de obra. Tipo: Empreitada por Preço Global, Menor preço por item; Entrega dos envelopes: 26/06/2013 às 08:30hs; Início da Sessão Pública: 26/06/2013 - 08:45hs. Base legal: Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores e demais legislação vigente e pertinente à matéria. O edital e esclarecimentos poderão ser obtidos na Prefeitura Municipal em dias úteis de 2ª a 6ª feiras, das 08:00 às 12:00 horas e da 13:30 às 17:00 horas, na Rua Sérgio Glevinski 134, fone (0\*\*47) 3653-2166.

Papanduva, 07 de junho de 2013

DARIO SCHICOVSKI

Prefeito Municipal

## Peritiba

### PREFEITURA

#### Resumo de Edital 07/2013 - FMS

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE PERITIBA

#### AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Peritiba por intermédio do Fundo Municipal de Saúde torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo Menor Preço Por Item, cujo processamento e julgamento darão na forma da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores e nas condições do edital de Pregão Presencial 03/2013.

Dados do Processo Licitatório:

Processo de Licitação 07/2013 - Pregão Presencial 03/2013, julgamento Menor Preço Por Item.

Objeto: Aquisição de Medicamentos.

Data da Entrega dos envelopes e abertura:

Os envelopes contendo a documentação e proposta de preços deverão ser entregues no Prédio do Centro Administrativo Municipal até as 08h45min do dia 20 de Junho de 2013, sendo que a abertura dos envelopes contendo a documentação das empresas participantes ocorrerá no mesmo local com início as 09h do mesmo dia. Informações complementares:

Demais informações, bem como o Edital completo, informações complementares poderão ser solicitadas junto ao Departamento de Licitações do Município de Peritiba, sito a Rua Frei Bonifácio nº 63, Centro, Município de Peritiba de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3453-1122.

Município de Peritiba - SC em 07 de Junho de 2013.

VALMOR PEDRO BACCA

Prefeito Municipal em Exercício

## Pescaria Brava

### PREFEITURA

#### Lei Nº 24/2013 - Cria o CMDCA

Lei Nº 024 de PESCARIA BRAVA-SC, de 02/05 /2013.

Dispõe sobre a Política Municipal de Atendimento aos Direitos da Criança e do Adolescente e da outras Providências

O PREFEITO MUNICIPAL DE PESCARIA BRAVA/SC, faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara Municipal aprovou, e eu sanciono a seguinte LEI:

#### TÍTULO I

#### DA POLÍTICA MUNICIPAL DE ATENDIMENTO AOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

#### CAPÍTULO I

#### Disposições Gerais

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a Política Municipal de Atendimento aos Direitos da Criança e do Adolescente, fixando as normas gerais para sua adequada aplicação, estabelecendo normas concernentes ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, ao Fundo Municipal dos Direitos da criança e do Adolescente e ao Conselho Tutelar.

Art. 2º A Política de Atendimento aos Direitos da Criança e do Adolescente, no âmbito Municipal, far-se-á por meio das seguintes linhas de ação:

I - políticas sociais básicas;

II - políticas e programas de assistência social, em caráter supletivo, para aqueles que deles necessitem;

III - serviços especiais de prevenção e atendimento médico e psicossocial às vítimas de negligência, maus tratos, exploração, abuso, crueldade e opressão;

IV - serviço de identificação e localização de pais, responsáveis, crianças e adolescentes desaparecidos;

V - proteção jurídico-social por entidades de defesa dos direitos da criança e do adolescente.

VI - políticas e programas destinados a prevenir ou abreviar o período de afastamento do convívio familiar e a garantir o efetivo exercício do direito à convivência familiar de crianças e adolescentes;

VII - campanhas de estímulo ao acolhimento sob forma de guarda de crianças e adolescentes afastados do convívio familiar e à adoção, especificamente inter-racial, de crianças maiores ou de adolescentes, com necessidades específicas de saúde ou com deficiências e de grupos de irmãos.

Art. 3º São diretrizes da Política Municipal de Atendimento aos Direitos da Criança e do Adolescente:

I - municipalização do atendimento;

II - criação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, órgão deliberativo e controlador das ações municipais, assegurada a participação popular paritária por meio de organizações representativas, na forma desta lei;

III - criação e manutenção de programas específicos, observada a descentralização político-administrativa;

IV - manutenção do Fundo Municipal, vinculado ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

V - integração operacional de órgãos do Judiciário, Ministério

Público, Defensoria, Segurança Pública e Assistência Social, preferencialmente em um mesmo local, para efeito de agilização do atendimento inicial a adolescente a quem se atribua autoria de ato infracional;

VI - integração operacional de órgãos do Judiciário, Ministério Público, Defensoria, Conselho Tutelar e encarregados da execução das políticas sociais básicas e de assistência social, para efeito de agilização do atendimento de crianças e de adolescentes inseridos em programas de acolhimento familiar ou institucional, com vista a sua rápida reintegração à família de origem ou, se tal solução se mostrar comprovadamente inviável, sua colocação em família substituta, em quaisquer das modalidades previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente;

VII - mobilização da opinião pública para a indispensável participação dos diversos segmentos da sociedade.

## CAPÍTULO II

### Das Entidades de Atendimento

Art. 4º As entidades de atendimento, governamentais e não governamentais, são responsáveis pela manutenção das próprias unidades, assim como pelo planejamento e execução de programas de proteção e sócio-educativos destinados a crianças e adolescentes, em regime de:

- I - orientação e apoio sócio-familiar;
- II - apoio sócio-educativo em meio aberto;
- III - colocação familiar;
- IV - acolhimento institucional;
- V - prestação de serviços à comunidade;
- VI - liberdade assistida;
- VII - semiliberdade;
- VIII - internação.

Art. 5º As entidades de atendimento, governamentais e não governamentais, deverão proceder à inscrição de seus programas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, devendo especificar os regimes de atendimento na forma do Estatuto da Criança e do Adolescente.

§ 1º O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente manterá registro das inscrições e de suas alterações, do que fará comunicação ao Conselho Tutelar e à autoridade Judiciária.

§ 2º As regras sobre o procedimento de inscrição, requisitos e obrigações das entidades, bem como a sua fiscalização, obedecem às disposições contidas no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990).

## TÍTULO II

### Dos Instrumentos da Política Municipal de Atendimento aos Direitos da Criança e do Adolescente

Art. 6º São instrumentos da Política Municipal de Atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente:

- I - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA;
- II - Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FMDCA

- III - Conselho Tutelar.

## CAPÍTULO I

### Do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

#### Seção I Disposições gerais

Art. 7º Fica criado o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Pescaria Brava (CMDCA) é um órgão

deliberativo, formulador e controlador da política de atendimento aos direitos da criança e do adolescente, vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social, com composição paritária de seus membros nos termos do artigo 88, inciso II da Lei Federal de Nº 8.069/90 de 13 de julho de 1990;

#### Seção II

Composição, requisitos, processo de escolha, natureza jurídica e perda da função.

Art. 8º O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Pescaria Brava (CMDCA) é composto por 14 (catorze) membros titulares e seus respectivos suplentes, sendo 07 (sete) representantes do Poder Executivo Municipal e 07 (sete) representantes das Entidades Sociais.

Art. 9º A Assembléia Geral de Entidades Sociais realizar-se-á a cada 02 (dois) anos e será convocada oficialmente pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente em atividade, 45 (quarenta e cinco) dias antes do término do mandato.

Parágrafo Único. O Presidente do CMDCA em atividade presidirá a Assembléia Geral de Entidades Sociais, zelando pela ordem, objetividade e cumprimento das disposições desta lei.

Art. 10. A escolha dos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente obedece à seguinte composição:

I - 07 (sete) representantes do Poder Executivo Municipal e seus respectivos suplentes, a serem indicados e designados pelo Prefeito, conforme a seguir especificado:

- a) 1(um) representante da Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esporte;
- b) 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Saúde;
- c) 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Finanças e Administração;
- d) 1 (um) representante da Secretaria de Obras e Planejamentos;
- e) 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Assistência Social;
- f) 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Agricultura Pecuária Pesca e Turismo;
- h) 1 (um) representante da Secretaria do Desenvolvimento Econômico de Indústria e Comércio;

II - 07 (sete) representantes, e seus respectivos suplentes, das Entidades Sociais promotoras do estudo, pesquisa, defesa ou atendimento dos direitos da criança e do adolescente, a serem escolhidos na Assembléia Geral de Entidades Sociais.

§ 1º Participarão da Assembléia Geral os líderes ou presidentes das Entidades Sociais convocadas, desde que essas entidades estejam regularmente inscritas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

§ 2º O líder ou presidente da Entidade Social terá direito a voto, devendo indicar dois candidatos à representação de sua entidade, sendo um titular e um suplente, desde que referidos candidatos sejam membros da entidade a pelo menos um ano ininterrupto.

§ 3º O representantes das Entidades Sociais terão mandato de 02 (dois) anos, permitida uma recondução, por igual período, sendo substituídos pelos suplentes nas ocasiões de faltas, impossibilidade de comparecimento ou quaisquer impedimentos.

§ 4º Os representantes das Entidades Sociais não poderão ser servidores municipais.

§ 5º Feita a escolha dos titulares e suplentes que irão representar as Entidades Sociais conforme as disposições desta lei, a

Assembléia Geral de Entidades Sociais encaminhará os nomes e demais dados pessoais ao Secretário de Assistência Social, que no prazo de 05 (cinco) expedirá Resolução, designando-os.

§ 6º Perderá a função o membro do Conselho:

I - que não comparecer, injustificadamente, a 03 (três) reuniões consecutivas ou a 05 (cinco) alternadas no mesmo ano, decisão que será tomada por deliberação de 2/3 (dois terços) dos membros do Conselho;

II - que tenha sido condenado, por sentença judicial transitada em julgado, por crime ou contravenção penal, ocasião em que o respectivo suplente será convocado para assumir a titularidade da função.

Art. 11. A função de membro do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente é considerada de interesse público relevante e não será remunerada.

Seção III  
Das diretrizes de atuação

Art. 12. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente escolherá, pelo quorum de 2/3 (dois terços) de seus membros, o Presidente, o Vice-presidente e o Secretário Geral, observada a paridade entre representantes das Entidades Sociais e do Poder Executivo no momento da eleição e as demais regras especificadas no Regimento Interno do Conselho.

Art. 13. Compete ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente:

I - zelar pelo cumprimento das disposições contidas nesta lei, fiscalizando as ações de execução, observadas as linhas de ação e as diretrizes estabelecidas no Estatuto da Criança e do Adolescente.

II - zelar pela aplicação da Política Nacional de Atendimento aos Direitos da Criança e do Adolescente no Município de Pescaria Brava;

III - atuar em consonância com os Conselhos Nacionais e Estaduais dos Direitos da Criança e do Adolescente, órgãos federais e estaduais ou entidades não-governamentais, para tornar efetivos os princípios, as diretrizes e os direitos estabelecidos na Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990;

IV - acompanhar o ordenamento institucional, propondo, sempre que necessário, as modificações na estrutura pública e privada destinada ao atendimento da criança e do adolescente, no âmbito municipal;

V - apoiar a promoção de campanhas educativas sobre os direitos da criança e do adolescente, com a indicação das medidas a serem adotadas nos casos de atentados ou violação dos mesmos;

VI - acompanhar a elaboração e a execução da proposta orçamentária do Município, indicando modificações necessárias à consecução da Política Municipal formulada para a promoção dos direitos da criança e do adolescente;

VII - gerir o Fundo Municipal de que trata esta lei, fixando os critérios para sua utilização, nos termos do Estatuto da Criança e do Adolescente;

VIII - elaborar seu Regimento Interno, aprovando-o pelo voto de, no mínimo, 2/3 (dois terços) de seus membros, nele definindo as demais especificações quanto a escolha e atribuições do Presidente, Vice-presidente e Secretário Geral do CMDCA.

Art. 14. A Secretaria Municipal de Assistência Social disponibilizará o suporte técnico-administrativo-financeiro necessário a eficiente atuação do CMDCA, que utilizará as instalações físicas da Secretaria.

Art. 15. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente divulgará amplamente à comunidade:

I - o calendário de suas reuniões;

II - as ações prioritárias para aplicação das políticas de atendimento à criança e ao adolescente;

III - os requisitos para a apresentação de projetos a serem beneficiados com recursos do Fundo Municipal de que trata esta lei;

IV - a relação dos projetos aprovados em cada ano-calendário e o valor dos recursos previstos para implementação das ações, por projeto;

V - o total dos recursos recebidos e a respectiva destinação, por projeto atendido; e

VI - a avaliação dos resultados dos projetos beneficiados com recursos do Fundo Municipal de que trata esta lei.

## CAPÍTULO II

Do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FMDCA

Art. 16. Fica criado o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (FMDCA), instrumento da Política Municipal de Atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente e será gerido pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), cabendo-lhe fixar as diretrizes, critérios e prioridades para a aplicação das disponibilidades financeiras existentes, nos termos do artigo 260 do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990) e conforme esta lei.

Art. 17. O FMDCA tem como princípios:

I - a participação das entidades governamentais e não governamentais, desde o planejamento até o controle das políticas e programas voltados para a criança e o adolescente;

II - a descentralização político-administrativa das ações governamentais;

III - a coordenação com as ações obrigatórias e permanentes de responsabilidade do Poder Público;

IV - a flexibilidade e agilidade na movimentação dos recursos, sem prejuízo da plena visibilidade das respectivas ações.

Art. 18. O FMDCA tem como receita:

I - doações de pessoas físicas e jurídicas, dedutíveis do Imposto de Renda, nos termos do artigo 260 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, alterada pela Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012;

II - recursos destinados ao Fundo Municipal, consignados no orçamento do Município;

III - contribuições dos governos e organismos estrangeiros e internacionais;

IV - o resultado de aplicações do governo e organismos estrangeiros e internacionais;



V - o resultado de aplicações no mercado financeiro, observada a legislação pertinente;

VI - os valores das multas aplicadas pelo Poder Judiciário, conforme previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente.

VII - outros recursos que lhe forem destinados.

**Parágrafo Único.** É vedado, sob pena de responsabilidade e descredenciamento, o repasse de recursos provenientes de organismos estrangeiros encarregados de intermediar pedidos de adoção internacional a organismos nacionais ou a pessoas físicas; eventuais repasses somente poderão ser efetuados via Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e estarão sujeitos às deliberações do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

**Art. 19.** Os recursos do FMDCA serão primordialmente aplicados:

I - no apoio ao desenvolvimento das ações priorizadas na Política Municipal de Atendimento aos Direitos da Criança e do Adolescente;

II - no apoio aos programas e projetos de pesquisas, de estudos e de capacitação de recursos humanos necessários à execução das ações de promoção, defesa e atendimento à criança e ao adolescente;

III - no apoio aos programas e projetos de comunicação e divulgação das ações de defesa dos direitos da criança e do adolescente;

IV - no apoio ao desenvolvimento e à implementação de sistemas de controle e avaliação de políticas públicas, programas governamentais e não governamentais de caráter municipal, voltados para a criança e o adolescente;

V - na promoção do intercâmbio de informações tecnológicas e experiências entre o CMDCA, o Conselho Nacional e os Conselhos Estaduais dos Direitos da Criança e do Adolescente.

§ 1º Na definição das prioridades a serem atendidas com os recursos captados pelo Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, serão consideradas as disposições do Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar, bem como as regras e princípios relativos à garantia do direito à convivência familiar previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal 8.069 de 13 de julho de 1990).

§ 2º Fica expressamente vedada a utilização de recursos do FMDCA para a manutenção de quaisquer outras atividades que não sejam as destinadas unicamente aos programas explicitados neste artigo e na Legislação Federal, exceto os casos excepcionais aprovados pelo Plenário do CMDCA.

**Art. 20.** A Prefeitura Municipal manterá conta em instituição financeira oficial, sobre título "Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente", que será movimentada pelo presidente do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente e pelo Secretário de Finanças e Administração do Município.

§ 1º A Secretaria de Finanças e Administração do Município manterá os controles contábeis e financeiros de movimentação dos recursos do Fundo Municipal, obedecido na lei Federal nº 4320 de 17 de março de 1964, e fará tomada de contas dos recursos aplicados.

### CAPÍTULO III

Do Conselho Tutelar

Seção I

Disposições Gerais

**Art. 21.** Fica criado o Conselho Tutelar, órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente.

**Art. 22.** No Município de Pescaria Brava haverá 01 (um) Conselho Tutelar como órgão integrante da administração pública local, composto de 5 (cinco) membros, escolhidos pela população local para mandato de 04 (quatro) anos, permitida 01 (uma) recondução, mediante novo processo de escolha.

Seção II

Do funcionamento

**Art. 23.** O Conselho Tutelar deve funcionar com a presença de todos os conselheiros, de segunda à sexta-feira, das 08h00min às 12h00min e das 13h00min às 17h00min.

**Parágrafo Único.** Fora do dia e horário de expediente, bem como nos feriados, os conselheiros distribuirão entre si, segundo as normas do Regimento Interno, o atendimento em regime de plantão, sendo que para o regime de plantão o Conselheiro terá seu nome divulgado em escala previamente elaborada pelo Conselho Tutelar, para o atendimento das emergências e ocorrências.

**Art. 24.** O Conselho Tutelar lavrará ata diária de suas deliberações, fazendo constar as ausências dos conselheiros, justificadas ou não.

**Art. 25.** Os conselheiros escolherão, na data da posse, o seu presidente, vice-presidente e secretário, para um mandato de 06 (seis) meses, não havendo limitação para quantidade de reeleições.

**Art. 26.** A Administração Pública Municipal disponibilizará o suporte técnico-administrativo-financeiro necessário à eficiente atuação do Conselho Tutelar, também disponibilizando as instalações físicas para o eficiente exercício das atividades do Conselho.

Seção III

Das Atribuições do Conselho Tutelar

**Art. 27.** São atribuições do Conselho Tutelar, conforme o Estatuto da Criança e o Adolescente:

I - atender as crianças e adolescentes nas hipóteses previstas nos artigos 98 e 105, aplicando as medidas previstas no artigos 101, I a VII, da Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990;

II - atender e aconselhar os pais ou responsável, aplicando as medidas previstas no art. 129, I a VII da Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990;

III - promover a execução de suas decisões, podendo para tanto:

a) requisitar serviços públicos nas áreas de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança;  
b) representar junto à autoridade judiciária nos casos de descumprimento injustificado de suas deliberações;

IV - encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal contra os direitos da criança ou adolescente;

V - encaminhar à autoridade judiciária os casos de sua competência;

VI - providenciar a medida estabelecida pela autoridade judiciária, dentre as previstas no artigo 101, de I a VI da Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para o adolescente autor de ato infracional;

VII - expedir notificações;

VIII - requisitar certidões de nascimento e de óbito de criança ou adolescente quando necessário;

IX - assessorar o Poder Executivo local na elaboração da proposta orçamentária para planos e programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente;

X - representar, em nome da pessoa e da família, contra a violação dos direitos previstos no artigo 220, § 3º, inciso II, da Constituição Federal;

XI - representar ao Ministério Público para efeito das ações de perda ou suspensão do poder familiar, após esgotadas as possibilidades de manutenção da criança ou do adolescente junto à família natural.

**Parágrafo Único.** Se, no exercício de suas atribuições, o Conselho Tutelar entender necessário o afastamento do convívio familiar, comunicará imediatamente o fato ao Ministério Público, prestando-lhe informações sobre os motivos de tal entendimento e as providências tomadas para a orientação, o apoio e a promoção social da família.

**Art. 28.** As decisões do Conselho Tutelar somente poderão ser revistas pela autoridade judiciária, a pedido de quem tenha legítimo interesse.

#### Seção IV Remuneração e Garantias

**Art. 29.** A remuneração mensal do conselheiro tutelar ocupante do cargo eletivo, será no valor de R\$ 1.017,00 (Hum mil e dezessete reais), sendo reajustada nos mesmos índices e nas mesmas datas dos reajustes gerais concedidos ao funcionalismo público municipal.

§ 1º O Conselheiro Tutelar será segurado do Regime Geral de Previdência - RGPS, ficando a Prefeitura Municipal obrigada a proceder o recolhimento devido ao INSS.

**Art. 30.** É assegurado ao conselheiro tutelar o direito a:

I - cobertura previdenciária;

II - gozo de férias anuais remuneradas, acrescidas de 1/3 (um terço) do valor da remuneração mensal;

III - licença-maternidade;

IV - licença-paternidade;

V - gratificação natalina.

**Parágrafo Único.** O cargo de Conselheiro Tutelar é de dedicação exclusiva, exceto nos casos em que houver compatibilidade de horários, devidamente comprovada no ato da inscrição.

**Art. 31.** Os Conselheiros Tutelares terão direito as diárias ou ajuda de custo para assegurar a indenização de suas despesas pessoais quando, fora de seu município, participar de eventos de formação, seminários, conferências, encontros e outras atividades semelhantes, e quando nas situações de representação do Conselho, desde

que autorizado pelo CMDCA.

#### Seção V

##### Processo de Escolha dos Conselheiros

**Art. 32.** O processo para a escolha dos membros do Conselho Tutelar fica estabelecido nesta Lei Municipal e será realizado sob a responsabilidade do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), com a fiscalização do Ministério Público, isto conforme Estatuto da Criança e do Adolescente.

§ 1º O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar ocorrerá em data unificada em todo o território nacional a cada 04 (quatro) anos, no primeiro domingo do mês de outubro do ano subsequente ao da eleição presidencial.

§ 2º A posse dos conselheiros tutelares ocorrerá no dia 10 (dez) de janeiro do ano subsequente ao processo de escolha.

§ 3º Durante o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar, é vedado ao candidato doar, oferecer, prometer ou entregar ao eleitor bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor, sob pena de cancelamento de sua candidatura, o que será decidido mediante voto da maioria absoluta dos membros do CMDCA, sob a fiscalização do Ministério Público.

#### Subseção I

##### Da candidatura e processo de inscrição

**Art. 33.** Para a candidatura a membro do Conselho Tutelar, o interessado deverá inscrever-se conforme Edital, sendo necessário o deferimento de sua candidatura pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA).

**Art. 34.** No ato da inscrição, o interessado deverá comprovar o preenchimento dos seguintes requisitos:

I - reconhecida idoneidade moral;

II - idade superior a 21(vinte e um) anos;

III - residir no município;

IV- obter aprovação em teste escrito com questões objetivas e discursivas de conhecimentos sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente;

V - estar em gozo de seus direitos políticos;

VI - comprovação de conclusão de ensino médio.

**Parágrafo Único.** O cargo de Conselheiro Tutelar é de dedicação exclusiva, sendo-lhe vedada qualquer outra atividade profissional pública ou privada.

**Art. 35.** A inscrição de que trata os artigos 33 e 34 desta lei será realizada perante o CMDCA e seu prazo de início e término será fixado no Edital a ser publicado no diário oficial do município, onde constarão os requisitos, atribuições, remuneração, garantias e demais características concernentes à função de Conselheiro.

**Art. 36.** O Edital deverá ser publicado até 60 (sessenta dias) antes da data de votação especificada no § 1º do artigo 32 desta lei, conforme Estatuto da Criança e do Adolescente, artigo 139, § 1º.

§ 1º O pedido de inscrição deverá ser formulado pelo interessado, em requerimento assinado e protocolizado junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, devidamente instruído com todos os documentos necessários à comprovação

dos requisitos estabelecidos nesta lei.

§ 2º Cada candidato poderá registrar, além do nome completo, um codinome.

Art. 37. O candidato que for membro do CMDCA e que desejar se candidatar à função de Conselheiro Tutelar, deverá comunicar seu afastamento no ato do pedido de inscrição de sua candidatura.

Art. 38. Encerradas as inscrições, o CMDCA decidirá pelo deferimento ou indeferimento da inscrição, de modo fundamentado, até 20 (vinte) dias antes da data legal para realização da votação, devendo ser publicado no Diário Oficial do Município o rol das inscrições deferidas e indeferidas, no mesmo prazo fixado neste artigo.

Parágrafo Único. Na ocasião da publicação do rol das inscrições deferidas, também será publicado o número referente a cada candidato, para efeito de votação, número este a ser definido pelo CMDCA. Na mesma publicação deverá constar a data da eleição, conforme artigo 32, § 1º desta lei, bem como o local em que estarão as urnas e o horário para votação.

#### Subseção II

##### Da Escolha dos Conselheiros

Art. 39. O Poder Executivo Municipal, mediante requerimento do CMDCA, providenciará urnas eletrônicas ou cédulas oficiais mediante modelo aprovado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. Em caso de cédulas, estas deverão ser rubricadas pelos membros titulares do CMDCA ou pelos suplentes que os estejam substituindo, na forma desta lei.

§ 1º Nas cabines de votação serão fixadas listas com relação de nomes, codinomes e números dos candidatos ao Conselho Tutelar, sendo essas listas elaboradas e fixadas pelos membros do CMDCA.

§ 2º Cada candidato poderá credenciar 01 (um) fiscal para cada mesa receptora e apuradora.

Art. 40. Os conselheiros tutelares serão definidos mediante voto direto, secreto e facultativo dos eleitores do Município de Pescaria Brava, em processo de escolha coordenado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) e fiscalizado pelo Ministério Público.

Art. 41. Está habilitado a votar o eleitor que apresentar o título eleitoral, podendo votar em até 05 (cinco) candidatos.

Art. 42. No processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar, é vedado ao candidato doar, oferecer, prometer ou entregar ao eleitor bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor.

Art. 43. Sendo o candidato eleito servidor público municipal de cargo efetivo, este deverá optar entre a remuneração da função de conselheiro ou a remuneração do seu cargo público, sendo o seu afastamento regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Pescaria Brava.

#### Subseção III

##### Da Proclamação, nomeação e posse.

Art. 44. Encerrada a votação, proceder-se-á imediatamente a apuração dos votos, sob responsabilidade do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e fiscalização do Ministério Público.

§ 1º Concluída a apuração dos votos, o Conselho Municipal dos Diretos da Criança e do Adolescente proclamará o resultado, providenciando a divulgação dos nomes dos candidatos, com número

de sufrágios recebidos.

§ 2º Os 05 (cinco) candidatos mais votados serão considerados eleitos, ficando os demais candidatos que obtiveram votos, pelas respectivas ordens de votação, como suplentes.

§ 3º Em caso de empate considerar-se-á o candidato de maior idade.

Art. 45. A nomeação dos candidatos eleitos ocorrerá mediante decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 46. A posse dos conselheiros tutelares ocorrerá no dia 10 (dez) de janeiro do ano subsequente ao processo de escolha.

Art. 47. Ocorrendo vacância da função, assumirá o suplente que houver recebido o maior número de votos, obedecidos os demais critérios descritos no artigo 44 desta lei.

#### Seção VI

##### Dos Impedimentos

Art. 48. São impedidos de servir no mesmo Conselho tutelar marido e mulher, ascendentes e descendentes, sogro e genro ou nora, irmãos, cunhados, durante o cunhadio, tio e sobrinho, padrasto ou madrasta e enteado.

§ 1º Conforme Estatuto da Criança e do Adolescente, estende-se o impedimento do conselheiro, na forma deste artigo, em relação à autoridade judiciária e ao representante do Ministério Público com atuação na Justiça da Infância e da Juventude, em exercício na comarca, foro regional ou distrital.

§ 2º Para concorrer a cargo eletivo, deverá o Conselheiro Tutelar afastar-se de sua função de conselheiro no prazo de até três meses antes do pleito, sendo hipótese de afastamento remunerado, obedecida a Legislação Eleitoral, prevalecendo sobre esta lei.

§ 3º Na hipótese do § 2º deste artigo, caso o conselheiro tutelar seja eleito para o cargo eletivo ao qual concorreu, tornar-se-á impedido para o exercício da função de Conselheiro a partir da data de diplomação do cargo eletivo, devendo ser destituído da função de conselheiro, convocando-se o suplente.

#### Seção VII

##### Do Conselho de Ética para os Conselheiros Tutelares

Art. 49. Fica criada a Comissão de Ética para os Conselheiros Tutelares no âmbito do Município.

Parágrafo Único. A Comissão de Ética é o órgão responsável pela apuração de irregularidades cometidas pelos Conselheiros Tutelares no exercício da função, e será composta por 05 (cinco) membros, sendo 03 (três) do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, 01 (um) indicado pela Secretaria Municipal de Assistência Social e 01 (um) indicado pela Procuradoria Geral do Município.

Art. 50. A Comissão de Ética escolherá seu presidente e respectivo Secretário.

Art. 51. Os trabalhos da Comissão de Ética serão desenvolvidos nas dependências da Secretaria Municipal de Assistência Social, cabendo-lhe disponibilizar o local e fornecer o material logístico, humano e demais equipamentos necessários à eficiência das atividades.

Art. 52. A função de membro da Comissão de Ética é considerada de interesse público relevante e não será remunerada.

Art. 53. Os representantes dos órgãos citados no artigo 49, parágrafo único desta lei serão designados pelo respectivo Secretário ou Chefe do órgão a que estão vinculados a cada 2 (dois) anos, contados da publicação desta lei, permitida uma recondução, por igual período.

Parágrafo Único. Em caso de vacância ou quaisquer impedimentos, o órgão ou entidade de origem indicará um substituto para cumprimento do mandato.

Art. 54. Compete à Comissão de Ética:

I - instaurar e conduzir processo administrativo disciplinar para apurar eventual irregularidade cometida por Conselheiro Tutelar no exercício da função;

II - emitir parecer conclusivo nos processos administrativos instaurados.

III - encaminhar o parecer conclusivo ao Chefe do Poder Executivo Municipal para decisão.

Art. 55. O processo administrativo disciplinar também poderá ser instaurado pela Comissão de Ética mediante denúncia de qualquer cidadão.

§ 1º A denúncia poderá ser efetuada por qualquer cidadão à Comissão de Ética desde que escrita, assinada, podendo estar acompanhada de qualquer documento que aponte indícios da conduta imprópria do conselheiro.

§ 2º As denúncias anônimas não serão atendidas pela Comissão de Ética.

§ 3º Quando a falta cometida pelo Conselheiro Tutelar constituir delito, caberá à Comissão de Ética, concomitantemente ao processo administrativo, oferecer notícia do fato ao Ministério Público para as providências cabíveis.

Art. 56. O processo administrativo é sigiloso, devendo ser concluído no prazo máximo de até 60 (sessenta) dias após a sua instauração.

Parágrafo Único. Em caso fortuito ou de força maior, devidamente justificado, o prazo previsto neste artigo poderá ser prorrogado por mais 30 (trinta) dias.

Art. 57. Como medida cautelar e a fim de que o Conselheiro processado não venha a influir na apuração da irregularidade, a Comissão de Ética, sempre que julgar necessário, poderá ordenar o seu afastamento do cargo, pelo prazo improrrogável de até sessenta dias, sem prejuízo da remuneração.

Art. 58. Poderão ser aplicadas aos Conselheiros Tutelares, de acordo com a gravidade da falta, as seguintes sanções:

I - advertência escrita;

II - suspensão não remunerada das funções;

III - perda da função.

§ 1º A sanção definida no inciso III deste artigo acarretará em veto da candidatura para reeleição ao Conselho Tutelar no processo de escolha subsequente.

§ 2º A sanção definida no inciso II deste artigo poderá ser de 1 (um) mês a 3 (três) meses, de acordo com a gravidade da falta.

Art. 59. Para efeito desta lei constitui falta praticada pelo Conselheiro Tutelar:

I - usar da função para benefício próprio ou de terceiros;

II - romper o sigilo em relação aos casos analisados pelo Conselho Tutelar;

III - exceder-se no exercício da função, de modo a exorbitar sua competência, abusando da autoridade que lhe foi conferida;

IV - recusar-se a prestar atendimento dentro das competências do Conselheiro Tutelar definidas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente e nesta lei;

V - quebra de decoro funcional, sendo:

a) a percepção de vantagens indevidas em decorrência do exercício da função;

b) o comportamento vexatório ou indigno, capaz de comprometer a dignidade do Conselho Tutelar;

c) o uso de substâncias entorpecentes ilícitas, que causem dependência psíquica.

d) o descumprimento do Regimento Interno do Conselho Tutelar ou desta Lei;

e) a promoção de atividade ou propaganda político-partidária, bem como campanha para recondução ao cargo de Conselheiro Tutelar, no exercício da função.

VI - omitir-se quanto ao exercício de suas atribuições, legalmente normatizadas;

VII - deixar de comparecer, injustificadamente, no horário de trabalho estabelecido;

VIII - exercer atividade incompatível com a função de Conselheiro Tutelar.

Art. 60. Aplica-se a penalidade de advertência à conduta descrita no inciso VII do artigo 59 desta lei.

Art. 61. Nas hipóteses previstas nos incisos I, III, IV, V "b" e "d" e VI do artigo 59 desta lei, será aplicada a penalidade de suspensão não remunerada das funções.

Parágrafo Único. Nos casos de reincidência de falta punida com sanção de advertência, será aplicada a sanção de suspensão não remunerada das funções.

Art. 62. A penalidade da perda de função será aplicada nas hipóteses descritas no artigo 59, inciso II, inciso V alíneas "a", "c" "e" e inciso VIII, desta lei.

Parágrafo Único. A penalidade de perda da função também será aplicada:

I - nos casos de reincidência de falta punida com a sanção de suspensão das funções sem remuneração, em processo administrativo anterior;

II - no caso de condenação, transitada em julgado, pela prática de crime ou contravenção penal ou ainda pela prática de quaisquer das infrações administrativas previstas na Lei Federal n. 8.069/90, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente.

### TÍTULO III DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 63. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do



Adolescente, a partir da data do início do mandato de seus membros escolhidos na forma desta lei, terá o prazo de 30 (trinta) dias para aprovar seu Regimento Interno, que disporá sobre seu funcionamento e as demais atribuições dos membros de sua Diretoria.

Art. 64. A fim de se adequar a Lei Federal 12.696, de 25 de julho de 2012 o mandato dos primeiros conselheiros tutelares eleitos excepcionalmente findar-se-á em 09 de janeiro de 2016, visando unificar as disposições contidas nos artigos anteriores.

Parágrafo Único Para fins de recondução este mandato não será contado.

Art. 65. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revoga das Lei Municipal nº 018, de 27 de janeiro de 2013.

Pescaria Brava, 26 de março de 2013.  
ANTÔNIO AVELINO HONORATO FILHO  
Prefeito

**Lei Nº 28 - Autoriza a Firmar o Contrato Cis Amurel**  
LEI ORDINÁRIA MUNICIPAL Nº 028/2013 DE 27DE MAIO DE 2013  
"Autoriza o Chefe do Poder Executivo a celebrar o Contrato de Rateio com o CIS AMUREL e a criação e abertura de Crédito Adicional Especial no Orçamento do Município de Pescaria Brava, no exercício de 2013 e dá outras providências."

O PREFEITO MUNICIPAL DE PESCARIA BRAVA

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a celebrar Contrato de Rateio com o Consórcio Intermunicipal de Saúde - CIS AMUREL.

Art. 2º Para cobrir as despesas decorrentes do respectivo contrato, fica ainda autorizado a criar e abrir Crédito Adicional Especial no orçamento de 2013 no valor de R\$ 66.000,00 (sessenta e seis mil reais), a saber:

Órgão: 05- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
Unidade: 05.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
Proj./Ativ: 2.013 Manutenção da Secretaria de Saúde  
Projeto/Atividade: 2.013 Manutenção do Fundo Municipal de Saúde  
Elemento: 3.1.71Aplicações Diretas  
Valor: R\$ 500,00

Órgão: 05- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
Unidade: 05.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
Projeto/Atividade: 2.013 Manutenção da Secretaria de Saúde  
Elemento: 3.3.71 Aplicações Diretas  
Valor: R\$ 65.000,00

Órgão: 05- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
Unidade: 05.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
Projeto/Atividade: 2.013 Manutenção da Secretaria de Saúde  
Elemento: 4.4.71Aplicações Diretas  
Valor: R\$ 500,00

Art. 3º - Como fonte de recursos anula-se parcialmente a dotações orçamentárias abaixo descritas, totalizado o valor de R \$ 66.000,00 (sessenta e seis mil reais):

Órgão: 05- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
Unidade: 05.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
Proj./Ativ: 2.013 Manutenção da Secretaria de Saúde

Elemento: 3.1.90Aplicações Diretas  
Valor: R\$ 500,00  
Órgão: 05- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
Unidade: 05.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
Projeto/Atividade: 2.013 Manutenção da Secretaria de Saúde  
Elemento: 3.3.90 Aplicações Diretas  
Valor: R\$ 65.000,00

Órgão: 05- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
Unidade: 05.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
Projeto/Atividade: 2.013 Manutenção da Secretaria de Saúde  
Elemento: 4.4.90 Aplicações Diretas  
Valor: R\$ 500,00

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Pescaria Brava, 27 de Maio de 2013; 1º Ano da Instalação do Município.  
ANTONIO AVELINO HONORATO FILHO

Mensagem ao PL XXX

Senhores Vereadores, encaminhamos o incluso Projeto cuja matéria trata da autorização para o Município celebrar o Contrato de Rateio com o CIS AMUREL e a criação e abertura de Crédito Adicional Especial no Orçamento do Município de Pescaria Brava, no exercício de 2013.

Justificamos o envio da matéria, tendo em vista que o orçamento vigente não contempla as dotações orçamentárias específicas, o que inviabiliza o repasse para o Consórcio Intermunicipal de Saúde - CIS AMUREL, ao qual o Município é consorciado.

**Lei Nº 29 - Autoriza a Firmar Convênio com a Udesc**  
LEI Nº 029, 27 de maio de 2013.

Dispõe, conforme determina o art. 12, inciso XIV, da Lei Orgânica do Município, sobre autorização para o Município efetivar convênios com a Universidade do Estado de Santa Catarina-UDESC por intermédio do Centro de Educação Superior da Região Sul-CERES e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PESCARIA BRAVA

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica autorizada efetivação de convênios com a Universidade do Estado de Santa Catarina-UDESC por intermédio do Centro de Educação Superior da Região Sul-CERES, com o objetivo de cooperação no que se refere ao planejamento, sobretudo no que toca à estruturação urbanística e administrativa, bem como, às atividades de extensão e pesquisa que amparem os pescadores artesanais.

Art. 2º Para a consecução destes objetivos fica o Poder Executivo autorizado a prospectar local adequado para a construção de uma Unidade Laboratorial ou um Centro de Pesquisa na área da pesca neste Município.

Art. 3º Mantido o objeto, os convênios poderão ser modificados por meio de termos aditivos.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Pescaria Brava, 27 de maio de 2013; 1º Ano da Instalação do Município.  
ANTONIO AVELINO HONORATO FILHO

# Porto Belo

## PREFEITURA

### Lei Municipal N° 2.048/2013

LEI MUNICIPAL N° 2.048, DE 5 DE JUNHO DE 2013.

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE PORTO BELO A RECEBER ÁREAS DE TERRAS EM DOAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente LEI:

Art. 1º Fica o Município de Porto Belo autorizado a receber em doação a área abaixo identificada, de propriedade de Marcos Vinícius Souza da Silva, brasileiro, solteiro, corretor de imóveis, portador do RG nº 8749856 SSP-SP, inscrito no CPF sob o nº 785.708.088-87:

I - O imóvel objeto da matrícula nº 7600, do Ofício do Registro Imobiliário da Comarca de Porto Belo, localizado em zona urbana, bairro Perequê, no Município de Porto Belo, com 255,00m² de área, fazendo frente com a Rua João Manoel Jaques.

Art. 2º A presente doação destina-se para abertura de uma rua para acesso ao imóvel objeto da matrícula nº 10.839 do Ofício do Registro Imobiliário da Comarca de Porto Belo, tendo em vista que o mesmo encontra-se encravado.

Art. 3º A presente doação é a título gratuito, e em caráter irrevogável, irretratável e irrenunciável.

Art. 4º Serão de responsabilidade do Município as despesas decorrentes de escritura e despesas de registro no Ofício de Registro de Imóveis.

Art. 5º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Porto Belo - SC, aos 5 dias de junho de 2013.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO

Prefeito de Porto Belo

### Lei Municipal N° 2.049/2013

LEI MUNICIPAL N° 2.049, DE 5 DE JUNHO DE 2013.

ALTERA O PARÁGRAFO SEGUNDO, SEU INCISO III E ACRESCENTA O PARÁGRAFO TERCEIRO AO ARTIGO 30 DA LEI N° 1.481/2006, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente LEI:

Art. 1º Ficam alterados o parágrafo segundo e o inciso III, e acrescenta-se o parágrafo terceiro ao artigo 30 da Lei nº 1.481, de 15 de dezembro de 2006, que passam a vigorar com as seguintes redações:

“Art. 30. O Conselho Tutelar funcionará, diariamente, inclusive sábados, domingos e feriados, durante as 24 horas do dia, observado:

[ ]

§ 2º Nos casos de plantão o mesmo será realizado em regime de sobreaviso.

[ ]

III - a organização do regime de trabalho ficará sob a responsabilidade do Conselho Tutelar, que terá plena autonomia para sua

elaboração”.

§ 3º Os sobreavisos deverão ser apresentados em relatórios prévios pela Coordenação do Conselho Tutelar para o Departamento de Recursos Humanos, a fim de que seja efetuado o pagamento, à razão de 1/5 (um quinto) das horas normais.”

Art. 2º Os demais dispositivos legais da Lei nº 1.481, de 15 de dezembro de 2006, não modificados por esta Lei, permanecem inalterados.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Porto Belo - SC, aos 5 dias do mês de junho de 2013.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO

Prefeito de Porto Belo

### Lei Municipal N° 2.050/2013

LEI MUNICIPAL N° 2.050, DE 5 DE JUNHO DE 2013.

ALTERA O ARTIGO 1º DA LEI MUNICIPAL N° 1091, DE 2 DE JUNHO DE 1999.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente LEI:

Art. 1º Altera o art. 1º da Lei Municipal nº 1.091, de 2 de junho de 1999, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica reconhecida de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE RESGATE DE VIDAS - ABREV, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº 03.075.092/0001-67, com sede na Avenida José Neoli Cruz, nº 2426, Bairro Alto Perequê, neste Município de Porto Belo - SC, cujo estatuto foi registrado sob o nº 643, Livro nº A-4, às fls. 196-v, no Cartório de Registro Civil, Títulos e Documentos da Comarca de Tijucas, em 21 de dezembro de 1998.”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Porto Belo - SC, aos 5 dias do mês de junho de 2013.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO

Prefeito de Porto Belo

### Lei Municipal N° 2.051/2013

LEI MUNICIPAL N° 2.051, DE 5 DE JUNHO DE 2013.

INSTITUI A NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA - NFS-E E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente LEI:

Art. 1º Fica instituída a Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e, documento de natureza digital, emitido e armazenado eletronicamente sob a responsabilidade da Administração Municipal.

Art. 2º A NFS-e é de uso obrigatório para o registro das operações de prestação de serviços sujeitos ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, por todos os prestadores estabelecidos no município, inclusive os imunes ou isentos e aqueles organizados em caráter eventual ou temporário.

Art. 3º A emissão da NFS-e será regulamentada por Decreto do Poder Executivo, que deverá também:

I - dispor sobre o respectivo modelo;  
II - instituir e regular o uso do Recibo Provisório de Serviço - RPS, como documento auxiliar da NFS-e;  
III - disciplinar o acesso ao sistema emissor da NFS-e, estabelecendo os requisitos que garantam a segurança da informação;  
IV - regular o recolhimento do ISSQN apurado pelas NFS-e.  
Parágrafo único. O regulamento poderá dispensar a emissão da NFS-e por entidades ou setores de atividade, observado o cumprimento de obrigação acessória que permita o acompanhamento mensal das operações por elas praticadas.

Art. 4º Os prestadores e tomadores de serviços estabelecidos no município ficam obrigados a providenciar credenciamento junto ao sistema emissor da NFS-e, obedecendo aos requisitos dispostos em regulamento e observando os procedimentos contidos em manuais disponibilizados com vistas ao cumprimento desta lei.  
Parágrafo único. O regulamento poderá dispensar procedimento de credenciamento por prestadores já homologados a emitir a nota fiscal eletrônica instituída pela Lei nº 1.957, de 07 de novembro de 2011.

Art. 5º O descumprimento das obrigações acessórias relacionadas à NFS-e sujeita o infrator às seguintes multas:

I - 15,0 (quinze) UFM-PB para cada NFS-e não emitida ou emitida em desacordo com a legislação;

II - 15,0 (quinze) UFM-PB para cada RPS emitido em desacordo com a legislação ou não convertido em NFS-e no prazo definido na legislação;

III - 15,0 (quinze) UFM-PB para cada NFS-e cancelada indevidamente ou sem a observância dos requisitos da legislação;

IV - 50 (cinquenta) UFM-PB por mês ou fração, até a regularização, para o sujeito passivo que deixar de solicitar acesso ao sistema emissor da NFS-e, sendo ele prestador de serviços ou tomador responsável pelo recolhimento do ISSQN;

V - 50 (cinquenta) UFM-PB por mês ou fração, até a regularização, para o sujeito passivo que deixar de solicitar autorização para emissão da NFS-e, sendo ele prestador de serviços;

VI - 150,00 (cento e cinquenta) UFM-PB pelo descumprimento de qualquer obrigação acessória relativa à NFS-e, para a qual não haja previsão de penalidade específica.

§1º As multas estabelecidas neste artigo, quando aplicadas em procedimento de fiscalização, observarão o valor mínimo equivalente a 150 (cento e cinquenta) UFM-PB.

§2º A aplicação das multas previstas neste artigo não inibe a incidência das multas previstas na lei pelo descumprimento da obrigação principal decorrente da infração a esta lei.

§3º Para fins de capitulação da penalidade por descumprimento da obrigação principal, considera-se fraude a não conversão do RPS em NFS-e.

Art. 6º O ISSQN apurado pelas NFS-e emitidas e não pago ou pago a menor no prazo legal poderá ser inscrito em dívida ativa com os acréscimos legais cabíveis.

Art. 7º É de competência da Administração Tributária Municipal todos os atos relativos a operacionalização do Sistema de NFS-e, cabendo à Secretaria Municipal da Fazenda especificar os procedimentos de credenciamento e operação do sistema através de atos normativos próprios ou manuais de ajuda a serem disponibilizados na página eletrônica da Prefeitura Municipal.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor em 1º de junho de 2013 revoga a Lei nº 1.957, de 07 de novembro de 2011.

Porto Belo - SC, aos 5 dias do mês de junho de 2013.  
EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO  
Prefeito de Porto Belo

## Lei Municipal Nº 2.052/2013

LEI MUNICIPAL Nº 2.052, DE 5 DE JUNHO DE 2013.

INSTITUI O PROGRAMA PARA ADOÇÃO DE ABRIGOS DE PASSAGEIROS DE ÔNIBUS, DE PLACAS E LIXEIRAS.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que submete a apreciação da Câmara Municipal de Vereadores o seguinte Projeto de LEI:

### CAPÍTULO I

#### DA INSTITUIÇÃO E DOS OBJETIVOS DO PROGRAMA

Art. 1º Fica instituído o Programa para Adoção de Abrigos de Passageiros de Ônibus, Placas e Lixeiras no âmbito do Município de Porto Belo, com os seguintes objetivos, entre outros:

I - promover a participação da sociedade civil organizada e das pessoas jurídicas na urbanização, nos cuidados e na manutenção dos Abrigos de Passageiros de Ônibus, Placas e Lixeiras do Município de Porto Belo, em conjunto com o Poder Público Municipal;

II - levar a população a assimilarem esses bens e espaços como de responsabilidade concorrente com o Poder Público Municipal.

### CAPÍTULO II

#### DO PROCESSO DE ADOÇÃO

Art. 2º Podem participar do Programa quaisquer entidades da sociedade civil, associações de moradores, sociedade amigos de bairro e pessoas jurídicas de direito público ou privado, legalmente constituídas e cadastradas no Município de Porto Belo.

Art. 3º Para participação no Programa será necessária a assinatura de termo/acordo entre a entidade que vai assumir a adoção e o Poder Público Municipal, onde constarão as competências das partes estabelecidas nos art. 6º e 8º desta lei.

Art. 4º Para dar início ao processo de adoção com vistas à assinatura do termo de acordo referido no artigo anterior, a entidade ou a pessoa jurídica, interessada em adotar determinado Abrigo de Passageiro de Ônibus, Placa ou Lixeira deve firmar compromisso no sentido de seguir o projeto de execução do Abrigo de Passageiros, Placa e Lixeira desenvolvido pelo Município.

### CAPÍTULO III

#### DAS ESPÉCIES E LIMITAÇÕES DA ADOÇÃO

Art. 5º A adoção de um Abrigo de Passageiros de Ônibus, Placa ou Lixeira será destinada a:

I - sua urbanização, de acordo com projeto elaborado pelo departamento competente da Administração Pública Municipal ou por ele aprovado;

II - constituição da melhoria da mobilidade urbana, de acordo com projeto elaborado pelo departamento competente da Administração Pública Municipal ou por ele aprovado;

III - conservação e manutenção dos Abrigos de Passageiros de Ônibus, Placas e Lixeiras adotadas;

Art. 6º Caberá ao Poder Executivo Municipal, através dos órgãos competentes:

I - a elaboração dos projetos de urbanização e construção dos Abrigos de Passageiros de Ônibus públicos que venham a ser adotados;

II - a elaboração dos projetos modelo de placas;

III - a elaboração dos projetos e construção de lixeiras;

IV - a aprovação dos projetos de urbanização de construção dos Abrigos de Passageiros de Ônibus públicos, Placas e Lixeiras que sejam elaborados fora dos órgãos do Executivo Municipal em função do termo de acordo estabelecido, quando for o caso;

V - a fiscalização das obras e do cumprimento do termo de acordo estabelecido.

Art. 7º A adoção de Abrigos de Passageiros de Ônibus opera-se sem prejuízo da função do Poder Executivo de administrar e adotar quaisquer medidas para o melhor funcionamento do sistema



de transporte urbano.

#### **CAPÍTULO IV DAS RESPONSABILIDADES**

Art. 8º Caberá à entidade ou pessoa jurídica adotante a responsabilidade:

I - pela execução dos projetos elaborados pelo Poder Executivo Municipal, com verba, pessoal e material próprios;

II - pela preservação e manutenção, conforme estabelecidos no termo de acordo e no projeto apresentado;

Art. 9º As entidades e pessoas jurídicas, que vierem a participar do Programa, deverão zelar pela manutenção, conservação, recuperação da área e/ou bem que adotar, seguindo estritamente a orientação do Poder Público Municipal.

#### **CAPÍTULO V DOS BENEFÍCIOS PELA ADOÇÃO DE ABRIGOS DE PASSAGEIROS DE ÔNIBUS, PLACAS E LIXEIRAS**

Art. 10. A entidade ou pessoa jurídica adotante ficará autorizada, após a assinatura do termo de acordo, a veicular publicidade alusiva ao acordo celebrado, conforme padrões e modelos a serem estabelecidos pelo Poder Público Municipal.

Parágrafo único. O ônus com relação à veiculação da publicidade será de inteira responsabilidade do adotante, observados os critérios estabelecidos pela legislação.

Art. 11. Caso a entidade adotante se trate de sociedade civil sem fins lucrativos, poderá a mesma usar dos espaços adotados para fins de publicidade a fim de arrecadar fundos para a consecução dos objetivos estabelecidos no convênio.

Parágrafo único. Fica proibida qualquer publicidade relacionada a cigarros e bebidas alcoólicas, bem como outras que possam ser consideradas impróprias aos objetivos propostos nesta lei, notadamente aquelas que possam promover a violência.

Art. 12. O termo em momento algum deverá conceder qualquer tipo de uso à entidade adotante a não ser aqueles estabelecidos nesta lei, principalmente no que diz respeito à concessão de uso ou permissão de uso.

#### **CAPÍTULO VI DISPOSIÇÕES FINAIS**

Art. 13. Esta lei será regulamentada no prazo de até 30 (trinta) dias, a contar de sua publicação, no qual se estabelecerá, entre outras medidas:

I - os órgãos responsáveis pela aprovação dos projetos citados no art. 4º desta lei;

II - a forma e tipo da publicidade;

III - na forma e tipo de publicidade estabelecida no art. 11 desta Lei.

Art. 14. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Porto Belo - SC, aos 5 dias do mês de junho de 2013.

**EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO**

Prefeito de Porto Belo

#### **Lei Municipal N° 2.053/2013**

LEI MUNICIPAL N° 2.053, DE 5 DE JUNHO DE 2013.

DÁ DENOMINAÇÃO AO CENTRO DE CIDADANIA DE PORTO BELO.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente LEI:

Art. 1º Fica denominado "Jane Mateus" o Centro de Cidadania de Porto Belo, localizado na Avenida Governador Celso Ramos, nº 57,

Bairro Vila Nova.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revoga as disposições em contrário.

Porto Belo - SC, aos 5 dias do mês de junho de 2013.

**EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO**

Prefeito de Porto Belo

#### **Decreto N° 1.090/2013**

DECRETO N° 1.090, DE 27 DE MAIO DE 2013.

REGULAMENTA E DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO DE AUDIÊNCIAS PÚBLICAS, ATRAVÉS DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO - OP E APROVA O SEU REGIMENTO INTERNO.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município, e

Considerando, a necessidade de assegurar transparência da gestão fiscal mediante incentivo a participação popular na realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração dos planos, leis de diretrizes orçamentárias e orçamentos, Considerando, o que preceitua a Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, especificamente o art. 48 e seu parágrafo único, DECRETA:

Art. 1º Este decreto institui o Orçamento Participativo - OP e aprova o seu regimento interno, conforme Anexo Único, que regulamenta o incentivo a participação popular e realização de audiências públicas durante o processo de elaboração do Orçamento Anual do Município de Porto Belo.

Art. 2º O Orçamento Participativo - OP é um instrumento de transparência da gestão fiscal, ao qual será dada ampla divulgação inclusive em meios eletrônicos de acesso públicos.

Art. 3º O Orçamento Participativo - OP será um instrumento administrativo para as prestações de contas do que for definido como prioridade e executado pelo Município de Porto Belo.

Art. 4º O regimento interno do Conselho Municipal do Orçamento Participativo, fica aprovado e regulamentado, e é parte integrante do presente Decreto (Anexo Único).

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, sendo seus efeitos retroativos ao dia dois de maio do ano em curso.

Porto Belo - SC, aos 27 dias do mês de maio de 2013.

**EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO**

Prefeito de Porto Belo

#### **REGIMENTO INTERNO DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO**

Dispõe sobre a organização interna do Orçamento Participativo

#### **CAPÍTULO I**

##### **DA ORGANIZAÇÃO INTERNA**

Art. 1º O Orçamento Participativo terá a seguinte organização interna:

I - Coordenação;

II - Delegados;

III - Conselheiros.

##### **SEÇÃO I**

##### **DA COORDENAÇÃO**

Art. 2º O Orçamento Participativo terá um coordenador escolhido pelo prefeito, auxiliado por servidores do Município, em suas atividades de implantação e acompanhamento das atividades.



## SUBSEÇÃO I DAS ATRIBUIÇÕES DA COORDENAÇÃO

Art. 3º São atribuições da Coordenação do Orçamento Participativo:

- I - Coordenar, convocar, auxiliar e presidir as reuniões nos Bairros e ou Regiões e as reuniões com Delegados;
- II - Confeccionar e distribuir material de propaganda visando dar conhecimento público e ciência a toda população dos atos e fatos;
- III - Manter banco de dados com todas as informações pertinentes ao bom andamento do Orçamento Participativo;
- IV - Elaborar documento provisório e final das reivindicações da população, com auxílio do Grupo de Apoio escolhido pelo Prefeito, para posterior análise dos Delegados e do Conselho Municipal do Orçamento Participativo;
- V - Convocar e auxiliar nas reuniões ordinárias e extraordinárias do Conselho;
- VI - Convocar os membros do Conselho para se fazerem presentes às atividades necessárias para o desempenho do mesmo, dando-lhes conhecimento prévio da pauta;
- VII - Agendar o comparecimento dos órgãos do Poder Público Municipal, quando a matéria em questão exigir, nas reuniões do Conselho;
- VIII - Apresentar para apreciação do Conselho a proposta de Lei Orçamentária Anual do Governo a ser enviada anualmente à Câmara de Vereadores;
- IX - Apresentar para apreciação do Conselho a proposta metodológica do Governo para a discussão e definição da peça orçamentária das Obras e Atividades que deverão constar no Plano de Investimentos e Custeio;
- X - Convocar os Delegados sempre que necessário;
- XI - Encaminhar junto ao Executivo Municipal as deliberações do Conselho;
- XII - Reservar os 15 (quinze) minutos iniciais das reuniões Ordinárias do Conselho para informes;
- XIII - Analisar e tomar providências quanto às faltas justificadas ou não dos Conselheiros, em conjunto com o Presidente do Conselho.

## SEÇÃO II DOS DELEGADOS

Art. 4º Os Delegados serão eleitos nas reuniões das seguintes Regiões em que foram divididas o Município de Porto Belo, sendo 2 (dois) delegados por Região:

- Região 01: Araçá
- Região 02: Centro
- Região 03: Vila Nova
- Região 04: Perequê
- Região 05: Jardim Dourado
- Região 06: Alto Perequê
- Região 07: Santa Luzia
- Região 08: Sertão de Santa Luzia
- Região 09: Valongo

§ 1º Não poderão ser Delegados os detentores de cargo comissionado na Administração Municipal, ou detentores de mandato eletivo no Poder Público (de qualquer esfera).

§ 2º Os 2 (dois) delegados de que trata o caput do art. 4º serão representados pelo Presidente da Associação de Bairros e o outro representante eleito com qualquer quorum no ato da primeira reunião.

## SUBSEÇÃO I DA ELEIÇÃO DOS DELEGADOS

Art. 5º Além dos 2 (dois) delegados representantes de cada Região, serão eleitos outros delegados a cada 30 (trinta) pessoas presentes nas audiências.

§ 1º Terão direito ao voto os cidadãos que possuírem idade acima

de 16 (dezesesseis) anos, comprovada através de Certidão de Nascimento ou Carteira de Identidade.

§ 2º Somente serão elegíveis os candidatos que possuírem idade acima dos 18 (dezoito) anos.

Art. 6º O mandato do delegado será de 1 (um) ano.

## SUBSEÇÃO II DAS ATRIBUIÇÕES DOS DELEGADOS

Art. 7º São atribuições dos Delegados:

- I - Organizar reuniões e encontros, de forma democrática, para que todos os habitantes da Região possam participar;
- II - Elaborar e organizar a lista provisória das reivindicações de sua Região;
- III - Encaminhar à Coordenação do Orçamento Participativo a lista das reivindicações durante a reunião nas regiões, acompanhado da ata, assinada pelos participantes da reunião da escolha das obras;
- IV - Eleger os 3 (três) Conselheiros e 2 (dois) Suplentes por região;
- V - Apoiar os Conselheiros na informação e divulgação para a população dos assuntos tratados no COP - Conselho Municipal do Orçamento Participativo;
- VI - Acompanhar e fiscalizar o Plano de Investimentos, desde a sua elaboração até a conclusão das obras;
- VII - Deliberar, em conjunto com representantes, sobre qualquer impasse ou dúvida que eventualmente surja no processo de elaboração do Plano de Investimentos;
- VIII - Propor e discutir os critérios para a seleção de demandas nas regiões do Município, tendo como orientação geral os critérios aprovados pelo Conselho;
- IX - Deliberar em conjunto com os Conselheiros, alterações no regimento interno do COP e modificações no processo do Orçamento Participativo.

## CAPÍTULO II DA METODOLOGIA DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO

### SEÇÃO I DAS REUNIÕES E RESPECTIVA REALIZAÇÃO

Art. 8º De acordo com a metodologia do Orçamento Participativo de Porto Belo fica determinado o seguinte:

I - Serão desenvolvidas 2 (duas) rodadas de reuniões, sendo a primeira desenvolvida nas Regiões do Município, onde:

- a) O Prefeito Municipal fará a prestação de contas da Administração com relação a Orçamentos, receitas e despesas;
  - b) A Coordenação do O.P. explicará a metodologia do Orçamento;
  - c) Os presentes elegerão seus Delegados após concluída a explicação da metodologia do Orçamento pela Coordenação do O.P.
- II - A segunda rodada de reuniões acontecerá em cada uma das 5 (cinco) Regiões em que se encontra dividido o Município, as quais se realizarão somente com a presença dos Delegados que deverão:

- a) Trazer a lista de prioridades e demandas de seus Bairros e/ou Comunidades;
  - b) Escolher os Conselheiros e Suplentes que farão parte do Conselho do Orçamento Participativo.
  - c) Negociar entre si as prioridades de demanda, bem como compor o respectivo documento final.
- III - O Conselho será chamado para ratificar o documento final.

### SUBSEÇÃO I DAS SOLICITAÇÕES E AVALIAÇÕES

Art. 9º Todas as solicitações passarão pela análise técnica e orçamentária das respectivas Secretarias a que estiverem ligadas, dependendo de referida avaliação à realização ou não das obras solicitadas.

Parágrafo Único. Dentro do conceito de absoluta transparência que prevê o art. 1º, parágrafo único, estas avaliações serão discutidas com o grupo de Delegados e Conselheiros.

## SUBSEÇÃO II DAS PLENÁRIAS TEMÁTICAS

Art. 10. As Plenárias são reuniões que fazem parte do Programa Orçamento Participativo, e sua instalação será definida pelo conselho do Orçamento Participativo.

§ 1º As Plenárias Temáticas serão coordenadas pelas Secretarias e Fundações afins e discutirá acerca dos temas voltados a: Educação, Saúde, Indústria e Comércio, Turismo, Agricultura, Desenvolvimento Urbano, Transporte, Cultura e Lazer, Meio Ambiente, Habitação, Ação Social e Esportes.

§ 2º Cada Secretaria e/ou Fundação apresentará seus grandes projetos e programas para as Comunidades, Delegados do O.P., Conselheiros, Sindicatos representantes de categorias profissionais, ONG's, Associações de Moradores e de Classes, Cooperativas de Classe e população em geral.

§ 3º Após discussão e definição através de metodologia a ser divulgada por cada Secretaria e/ou Fundação, serão retiradas 3 (três) demandas para investimentos, as quais servirão de base para as solicitações de investimentos a serem definidas pelas Comunidades na primeira rodada de reuniões do Orçamento Participativo.

§ 4º Deverá ser proporcionada ampla divulgação das datas e locais das reuniões.

## CAPÍTULO III DOS RECURSOS FINANCEIROS

Art. 11. Os recursos financeiros destinados ao Orçamento Participativo serão distribuídos entre as 9 (nove) Regiões em que o Município foi dividido, ficando estabelecido que:

I - 30% (trinta por cento) dos recursos destinados a investimento no O.P. serão distribuídos de forma equânime entre as Regiões;

II - 70% (setenta por cento) dos recursos destinados a investimento no O.P. serão distribuídos de maneira proporcional à população oficial do Município de Porto Belo, com base no último censo do IBGE, atendendo aos seguintes dados:

a) População total do Município = 16.118 pessoas.

## CAPÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 12. A Coordenação, Delegados e Conselheiros do O.P. deverão elaborar as possíveis e necessárias reformas que devem ser feitas nos documentos e regimentos para o Orçamento Participativo.

Art. 13. Toda e qualquer reunião com os Delegados e com o Conselho Municipal do Orçamento Participativo, deverá ser registrado em documentação específica (ata), cuja cópia autenticada deverá ser encaminhada à Coordenação do Orçamento Participativo.

Art. 14. Os casos omissos a este regimento deverão ser definidos em Assembléia do Conselho do Orçamento Participativo.

Art. 15. Este regimento entrará em vigor na data da primeira reunião dos Bairros e/ou Comunidades.

Porto Belo - SC, aos 27 dias do mês de maio de 2013.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO

Prefeito de Porto Belo

### Aviso de Edital de Pregão N° 020/2013-Pmpb

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

AVISO DE EDITAL DE PREGÃO N° 020/2013-PMPB

Registro de Preço

Modalidade de licitação: Pregão Presencial

Tipo de licitação: Menor Valor por Item

Objeto: REGISTRO DE PREÇO - Contratação de empresa para fornecimento e implantação de placas as em chapa de aço, suporte em aço galvanizado e demais materiais de sinalização, para atender as necessidades do município de Porto Belo, pelo período de doze meses, prorrogável nos termos da legislação vigente, conforme especificações e quantitativos descritos no anexo I do edital.

Data de entrega dos envelopes, credenciamento, abertura das propostas de preço e início da sessão de disputa: 20/06/2013 às 14:00 horas;

Local da Audiência Pública: Prefeitura Municipal de Porto Belo - sala de Licitações-End. Av. Governador Celso Ramos, 2.500-Centro-Porto Belo- SC

Aquisição do Edital: Site: [www.portobelo.sc.gov.br](http://www.portobelo.sc.gov.br)

Informações: Telefone: (0XX47) 3369-4111.

Porto Belo, 05 de junho de 2013.

CHIRLEY LAURENCIO

Secretária de Administração

## Porto União

### PREFEITURA

### Extrato de Edital de Pregão Presencial 044/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 064/2013

Extrato de Edital de Pregão Presencial 044/2013

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Pregão, com adjudicação por menor preço global, do tipo presencial, para aquisição de peças, linha de montagem e mão de obra para o conserto do trator de esteira D5 Caterpillar, da Secretaria Municipal de Agricultura. O recebimento dos envelopes se dará até as 09h00min do dia 20 de Junho de 2013, na Prefeitura Municipal, com início da sessão pública às 09h15min, no mesmo local e dia. Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, email [licitoportouniao@yahoo.com.br](mailto:licitoportouniao@yahoo.com.br), [licitacao@portouniao.sc.gov.br](mailto:licitacao@portouniao.sc.gov.br) e no site da Prefeitura Municipal de Porto União [www.portouniao.sc.gov.br](http://www.portouniao.sc.gov.br) fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 06 de Junho de 2013.

ANÍZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

## Rio do Sul

### PREFEITURA

### Portaria N. 0712/RH

PORTARIA N. 0712/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º. Com fundamento aos Arts. 39 ao 41, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010, conceder ao servidor CARLOS

ALBERTO LUITHARDT, matrícula n. 7005/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente Administrativo, o terceiro Adicional por Capacitação Profissional por ter comprovado no processo n. 124634/2010 a realização de cursos de capacitação/treinamento com carga horária prevista para seu grupo ocupacional e relacionados com a área de atuação e cargo que ocupa, bem como ter obtido homologação do Comitê Permanente de Progressão na Carreira, conforme disposto no Art. 50, inciso III, da Lei Complementar citada acima.

Art. 2º. O efeito financeiro do adicional será devido a partir de 01 de junho de 2013, de acordo com o Art. 46 da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 04 de junho de 2013.  
GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração  
Lsos

**Portaria N. 0719/RH**  
PORTARIA N. 0719/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Com fundamento aos Arts. 39 ao 41, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010, conceder à servidora CELESTE OELKE SCHAEFFER, matrícula n. 1074/01 ocupante do cargo de provimento efetivo Enfermeiro, o terceiro Adicional por Capacitação Profissional por ter comprovado no processo n. 123373/2010 a realização de cursos de capacitação/treinamento com carga horária prevista para seu grupo ocupacional e relacionados com a área de atuação e cargo que ocupa, bem como ter obtido homologação do Comitê Permanente de Progressão na Carreira, conforme disposto no Art. 50, inciso III, da Lei Complementar citada acima.

Art. 2º. O efeito financeiro do adicional será devido a partir de 01 de junho de 2013, de acordo com o Art. 46 da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 05 de junho de 2013.  
GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração  
Lsos

**Portaria N° 0637/RH**  
PORTARIA N°. 0637/RH

GARIBALDI ANTONIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear, nos termos do Art. 13, da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010, VALDIR RODRIGO DA ROSA para exercer o cargo de provimento efetivo de ASSISTENTE SOCIAL, 40h, vinculado ao quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul, em razão da sua aprovação no Concurso Público nº 002/2011.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 08 de maio de 2013.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO  
Prefeito Municipal

GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração  
Cfr

**Portaria N° 0713/2013**  
PORTARIA N°. 0713/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

**RESOLVE:**

Art. 1º Designar, para a partir de 03/06/2013, a servidora MARLISE DE SOUZA, matrícula nº 3509503, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor (40h), para atuar como Diretora de Unidade Educacional de "Pequeno Porte" da Rede Pública Municipal - CEI Raio de Luz. E pelo exercício da função, faz jus além da remuneração de seu cargo efetivo, a uma gratificação mensal no percentual de 30% do seu vencimento base, em cumprimento ao Art. 4º da Lei Complementar Nº 194/2009.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 03 de junho de 2013.  
GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração  
Vf

**Portaria N° 0714/2013**  
PORTARIA N°. 0714/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

**RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar, a partir de 18/06/2013, o servidor LINO ANDRE FIDELIS DA SILVA, matrícula nº 3236001, portador do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, da função comissionada de Chefe da Divisão de Bens Móveis e Imóveis da Secretaria de Administração, com fundamento no § 6º, do Art. 55º, da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010 e § 2º, do Art. 11, da Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 03 de maio de 2013.  
GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração  
Vf

**Portaria N° 0715/2013**  
PORTARIA N°. 0715/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

**RESOLVE:**

Art.1º Exonerar, a partir de 31/05/2013, a servidora KHELLEN KUHLL DELLA SANTOS, matrícula nº 2770701, portadora do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, da função comissionada de Assessor de Análise de Processos Fiscais da Secretaria da Fazenda, com fundamento no § 6º, do Art. 55º, da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010 e § 2º, do Art. 11, da Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 03 de maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Vf

### Portaria N° 0716/2013

PORTARIA N°. 0716/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

#### RESOLVE:

Art. 1º. Designar, de acordo com Art. 46 e 47 da Lei Complementar n.º 207 de 28/09/2010, o servidor ELIGIO LUIS PESSOA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar Administrativo II (em extinção), para atuar na função comissionada de Diretor da Defesa Civil - COMDEC no Gabinete do Prefeito, em substituição do titular devido afastamento por motivo de férias no período de 03/06/2013 a 02/07/2013.

Art. 2º. Pelo exercício da função, faz jus pela diferença de vencimento dos cargos.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 03 de junho de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Vf

### Pregão Presencial 059/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DEPARTAMENTO DE PROCESSOS LICITATÓRIOS

PREGÃO PRESENCIAL N° 059/2013

OBJETO: Contratação de serviços de vigilância humana desarmada na Escola Arvino Walter Gaertner localizada no Bairro Barragem. Secretaria de Educação.

REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 237/2006, de 25 de maio de 2006.

ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS: Até o dia 20/06/2013, às 08:30h.

CREDENCIAMENTO E ABERTURA DA SESSÃO DE LANCES: às 09:00h do dia 20/06/2013.

LOCAL: Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Rio do Sul sita à Praça 25 de Julho, 01, Centro, Rio do Sul/SC

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Pç. 25 de Julho, 01, centro, Departamento de Processos Licitatórios.

Rio do Sul (SC), 06 de junho de 2013.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

### Aditivos de Contratos/RH

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 154/2013 firmado em 13/02/2013, com término previsto para 29/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ADRIANA REGINA BITTENCOURT BARBOZA, portador(a) do CPF nº 741.671.979-87, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 154/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

#### "Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 154/2013, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2013 e encerrando-se em 19/07/2013."

#### Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 24 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

ADRIANA REGINA BITTENCOURT

BARBOZA

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 188/2013 firmado em 07/02/2013, com término previsto para 29/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ALCIRIS DE OLIVEIRA ZABEL, portador(a) do CPF nº 437.280.149-15, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 188/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

#### "Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 188/2013, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2013 e



encerrando-se em 20/07/2013.”

**Cláusula Segunda - Da Ratificação**

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 24 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

ALCIRIS DE OLIVEIRA ZABEL

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 187/2013 firmado em 13/02/2013, com término previsto para 29/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr(a) ANA PAULA PEREIRA HAASE, portador(a) do CPF nº 008.726.299-10, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 187/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**Cláusula Primeira - Do Objeto**

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 187/2013, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2013 e encerrando-se em 19/07/2013.”

**Cláusula Segunda - Da Ratificação**

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 24 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

ANA PAULA PEREIRA HAASE

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 165/2013 firmado em 01/02/2013, com término previsto para 29/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de

Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr(a) ANA PAULA ROSA COSTA, portador(a) do CPF nº 048.614.649-94, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 165/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**Cláusula Primeira - Do Objeto**

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 165/2013, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2013 e encerrando-se em 19/07/2013.”

**Cláusula Segunda - Da Ratificação**

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 24 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

ANA PAULA ROSA COSTA

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 190/2013 firmado em 07/02/2013, com término previsto para 29/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr(a) ANGELA MARIA ANGIOLETTI, portador(a) do CPF nº 596.420.259-49, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 190/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**Cláusula Primeira - Do Objeto**

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 190/2013, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2013 e encerrando-se em 19/07/2013.”

**Cláusula Segunda - Da Ratificação**

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 24 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

**ANGELA MARIA ANGIOLETTI**

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 175/2013 firmado em 11/02/2013, com término previsto para 29/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ANTONIO JANUARIO DA SILVA SOBRINHO, portador(a) do CPF nº 772.644.013-91, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 175/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**Cláusula Primeira - Do Objeto**

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

**"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência**

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 175/2013, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2013 e encerrando-se em 19/07/2013."

**Cláusula Segunda - Da Ratificação**

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 24 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

**ANTONIO JANUARIO DA SILVA SOBRINHO**

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 184/2013 firmado em 04/02/2013, com término previsto para 29/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ASTA HEIBER, portador(a) do CPF nº 379.333.889-49, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 184/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**Cláusula Primeira - Do Objeto**

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

**"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência**

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 184/2013, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2013 e encerrando-se em 19/07/2013."

**Cláusula Segunda - Da Ratificação**

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 24 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

**ASTA HEIBER**

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 186/2013 firmado em 07/02/2013, com término previsto para 29/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) BERNADETE CIPRIANI NAZARI, portador(a) do CPF nº 263.315.270-87, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 186/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**Cláusula Primeira - Do Objeto**

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

**"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência**

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 186/2013, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2013 e encerrando-se em 19/07/2013."

**Cláusula Segunda - Da Ratificação**

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 24 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

**BERNADETE CIPRIANI NAZARI**

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 176/2013 firmado em 13/02/2013, com término previsto para 29/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de

03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) CAROLINE FRIEDEL, portador(a) do CPF nº 078.157.729-27, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 176/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**Cláusula Primeira - Do Objeto**

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

**"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência**

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 176/2013, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2013 e encerrando-se em 19/07/2013."

**Cláusula Segunda - Da Ratificação**

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 24 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

CAROLINE FRIEDEL

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 180/2013 firmado em 13/02/2013, com término previsto para 29/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) CINTIA FRANZ, portador(a) do CPF nº 041.509.269-80, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 180/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**Cláusula Primeira - Do Objeto**

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

**"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência**

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 180/2013, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2013 e encerrando-se em 19/07/2013."

**Cláusula Segunda - Da Ratificação**

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 24 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

CINTIA FRANZ

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 155/2013 firmado em 13/02/2013, com término previsto para 29/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) CRISTIANI SCHMITZ, portador(a) do CPF nº 003.698.669-08, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 155/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**Cláusula Primeira - Do Objeto**

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

**"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência**

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 155/2013, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2013 e encerrando-se em 19/07/2013."

**Cláusula Segunda - Da Ratificação**

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 24 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

CRISTIANI SCHMITZ

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 199/2013 firmado em 04/02/2013, com término previsto para 29/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) DANUSA APARECIDA CORREIA, portador(a) do CPF nº 036.150.189-74, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 199/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**Cláusula Primeira - Do Objeto**

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

**"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência**

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 199/2013, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2013 e encerrando-se em 19/07/2013."

**Cláusula Segunda - Da Ratificação**

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 24 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

DANUSA APARECIDA CORREIA

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 177/2013 firmado em 07/02/2013, com término previsto para 29/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) DARLIN OLIVIA FRANCA, portador(a) do CPF nº 061.805.329-82, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 177/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**Cláusula Primeira - Do Objeto**

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 177/2013, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2013 e encerrando-se em 16/06/2013.”

**Cláusula Segunda - Da Ratificação**

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 24 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

DARLIN OLIVIA FRANCA

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 200/2013 firmado em 04/02/2013, com término previsto para 29/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de

03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) DIEGO JACOMINI, portador(a) do CPF nº 058.412.769-30, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 200/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**Cláusula Primeira - Do Objeto**

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 200/2013, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2013 e encerrando-se em 19/07/2013.”

**Cláusula Segunda - Da Ratificação**

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 24 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

DIEGO JACOMINI

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 231/2013 firmado em 25/02/2013, com término previsto para 29/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) DOUGLAS OLIVEIRA DOS SANTOS, portador(a) do CPF nº 053.416.289-42, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 231/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**Cláusula Primeira - Do Objeto**

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 231/2013, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2013 e encerrando-se em 19/07/2013.”

**Cláusula Segunda - Da Ratificação**

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 24 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

DOUGLAS OLIVEIRA DOS SANTOS

Contratado(a)



## Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 167/2013 firmado em 11/02/2013, com término previsto para 29/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) EDILSON MACHADO, portador(a) do CPF nº 824.312.649-04, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 167/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

## Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

## "Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 167/2013, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2013 e encerrando-se em 19/07/2013."

## Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 24 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

EDILSON MACHADO

Contratado(a)

## Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 219/2013 firmado em 04/02/2013, com término previsto para 29/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ELAINE LUCKMANN, portador(a) do CPF nº 004.315.429-88, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 219/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

## Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

## "Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 219/2013, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2013 e encerrando-se em 19/07/2013."

## Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 24 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

ELAINE LUCKMANN

Contratado(a)

## Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 173/2013 firmado em 11/02/2013, com término previsto para 29/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ELAINE PROCHNOW, portador(a) do CPF nº 986.166.339-87, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 173/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

## Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

## "Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 173/2013, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2013 e encerrando-se em 19/07/2013."

## Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 24 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

ELAINE PROCHNOW

Contratado(a)

## Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 205/2013 firmado em 04/02/2013, com término previsto para 29/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de

03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ELISÂNGELA MAFRA, portador(a) do CPF nº 817.979.409-10, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 205/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**Cláusula Primeira - Do Objeto**

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

**"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência**

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 205/2013, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2013 e encerrando-se em 19/07/2013."

**Cláusula Segunda - Da Ratificação**

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 24 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

ELISÂNGELA MAFRA

Contratado(a)

**Testemunhas:**

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 191/2013 firmado em 08/02/2013, com término previsto para 29/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ELZA NASATO, portador(a) do CPF nº 194.083.079-68, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 191/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**Cláusula Primeira - Do Objeto**

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

**"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência**

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 191/2013, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2013 e encerrando-se em 19/07/2013."

**Cláusula Segunda - Da Ratificação**

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 24 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

ELZA NASATO

Contratado(a)

**Testemunhas:**

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 163/2013 firmado em 04/02/2013, com término previsto para 29/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) INES FORNARA DALL OGLIO, portador(a) do CPF nº 824.284.099-72, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 163/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**Cláusula Primeira - Do Objeto**

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

**"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência**

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 163/2013, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2013 e encerrando-se em 19/07/2013."

**Cláusula Segunda - Da Ratificação**

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 24 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

INES FORNARA DALL OGLIO

Contratado(a)

**Testemunhas:**

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 178/2013 firmado em 11/02/2013, com término previsto para 29/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) JERUZA PIASSON DA CRUZ, portador(a) do CPF nº 023.995.429-75, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 178/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**Cláusula Primeira - Do Objeto**

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

**"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência**

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 178/2013, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2013 e encerrando-se em 19/07/2013."

**Cláusula Segunda - Da Ratificação**

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 24 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

JERUZA PIASSON DA CRUZ

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 154/2013 firmado em 13/02/2013, com término previsto para 29/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ADRIANA REGINA BITTENCOURT BARBOZA, portador(a) do CPF nº 741.671.979-87, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 154/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**Cláusula Primeira - Do Objeto**

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 154/2013, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2013 e encerrando-se em 19/07/2013."

**Cláusula Segunda - Da Ratificação**

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 24 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

ADRIANA REGINA BITTENCOURT BARBOZA

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 188/2013 firmado em 07/02/2013, com término previsto para 29/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de

outro lado o(a) Sr.(a) ALCIRIS

DE OLIVEIRA ZABEL, portador(a) do CPF nº 437.280.149-15, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 188/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**Cláusula Primeira - Do Objeto**

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 188/2013, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2013 e encerrando-se em 20/07/2013."

**Cláusula Segunda - Da Ratificação**

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 24 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

ALCIRIS DE OLIVEIRA ZABEL

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 187/2013 firmado em 13/02/2013, com término previsto para 29/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ANA PAULA PEREIRA HAASE, portador(a) do CPF nº 008.726.299-10, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 187/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**Cláusula Primeira - Do Objeto**

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 187/2013, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2013 e encerrando-se em 19/07/2013."

**Cláusula Segunda - Da Ratificação**

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 24 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

ANA PAULA PEREIRA HAASE

Contratado(a)

## Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 165/2013 firmado em 01/02/2013, com término previsto para 29/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ANA PAULA ROSA COSTA, portador(a) do CPF nº 048.614.649-94, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 165/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

## Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

## "Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 165/2013, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2013 e encerrando-se em 19/07/2013."

## Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 24 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

ANA PAULA ROSA COSTA

Contratado(a)

## Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 190/2013 firmado em 07/02/2013, com término previsto para 29/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ANGELA MARIA ANGIOLETTI, portador(a) do CPF nº 596.420.259-49, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 190/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

## Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

## "Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 190/2013, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2013 e encerrando-se em 19/07/2013."

## Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 24 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

ANGELA MARIA ANGIOLETTI

Contratado(a)

## Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 175/2013 firmado em 11/02/2013, com término previsto para 29/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ANTONIO JANUARIO DA SILVA SOBRINHO, portador(a) do CPF nº 772.644.013-91, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 175/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

## Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

## "Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 175/2013, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2013 e encerrando-se em 19/07/2013."

## Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 24 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

ANTONIO JANUARIO DA SILVA SOBRINHO

Contratado(a)

## Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 184/2013 firmado em 04/02/2013, com término previsto para 29/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de



outro lado o(a) Sr.(a) ASTA HEIBER, portador(a) do CPF nº 379.333.889-49, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 184/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**Cláusula Primeira - Do Objeto**

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

**“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência**

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 184/2013, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2013 e encerrando-se em 19/07/2013.”

**Cláusula Segunda - Da Ratificação**

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 24 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

ASTA HEIBER

Contratado(a)

**Testemunhas:**

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 186/2013 firmado em 07/02/2013, com término previsto para 29/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) BERNADETE CIPRIANI NAZARI, portador(a) do CPF nº 263.315.270-87, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 186/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**Cláusula Primeira - Do Objeto**

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

**“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência**

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 186/2013, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2013 e encerrando-se em 19/07/2013.”

**Cláusula Segunda - Da Ratificação**

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 24 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

BERNADETE CIPRIANI NAZARI

Contratado(a)

**Testemunhas:**

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 176/2013 firmado em 13/02/2013, com término previsto para 29/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) CAROLINE FRIEDEL, portador(a) do CPF nº 078.157.729-27, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 176/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**Cláusula Primeira - Do Objeto**

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

**“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência**

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 176/2013, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2013 e encerrando-se em 19/07/2013.”

**Cláusula Segunda - Da Ratificação**

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 24 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

CAROLINE FRIEDEL

Contratado(a)

**Testemunhas:**

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 180/2013 firmado em 13/02/2013, com término previsto para 29/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) CINTIA FRANZ, portador(a) do CPF nº 041.509.269-80, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 180/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**Cláusula Primeira - Do Objeto**

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

**“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência**

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 180/2013, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2013 e encerrando-se em 19/07/2013.”

**Cláusula Segunda - Da Ratificação**

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 24 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

CINTIA FRANZ

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 155/2013 firmado em 13/02/2013, com término previsto para 29/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) CRISTIANI SCHMITZ, portador(a) do CPF nº 003.698.669-08, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 155/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**Cláusula Primeira - Do Objeto**

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 155/2013, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2013 e encerrando-se em 19/07/2013.”

**Cláusula Segunda - Da Ratificação**

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 24 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

CRISTIANI SCHMITZ

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 199/2013 firmado em 04/02/2013, com término previsto para 29/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) DANUSA APARECIDA CORREIA, portador(a)

do CPF nº 036.150.189-74, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 199/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**Cláusula Primeira - Do Objeto**

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 199/2013, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2013 e encerrando-se em 19/07/2013.”

**Cláusula Segunda - Da Ratificação**

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 24 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

DANUSA APARECIDA CORREIA

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 177/2013 firmado em 07/02/2013, com término previsto para 29/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) DARLIN OLIVIA FRANCA, portador(a) do CPF nº 061.805.329-82, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 177/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**Cláusula Primeira - Do Objeto**

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 177/2013, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2013 e encerrando-se em 16/06/2013.”

**Cláusula Segunda - Da Ratificação**

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 24 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

DARLIN OLIVIA FRANCA

Contratado(a)

## Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 200/2013 firmado em 04/02/2013, com término previsto para 29/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) DIEGO JACOMINI, portador(a) do CPF nº 058.412.769-30, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 200/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

## Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

## "Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 200/2013, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2013 e encerrando-se em 19/07/2013."

## Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 24 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

DIEGO JACOMINI

Contratado(a)

## Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 231/2013 firmado em 25/02/2013, com término previsto para 29/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) DOUGLAS OLIVEIRA DOS SANTOS, portador(a) do CPF nº 053.416.289-42, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 231/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

## Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

## "Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 231/2013, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2013 e encerrando-se em 19/07/2013."

## Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 24 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

DOUGLAS OLIVEIRA DOS SANTOS

Contratado(a)

## Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 167/2013 firmado em 11/02/2013, com término previsto para 29/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) EDILSON MACHADO, portador(a) do CPF nº 824.312.649-04, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 167/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

## Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

## "Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 167/2013, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2013 e encerrando-se em 19/07/2013."

## Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 24 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

EDILSON MACHADO

Contratado(a)

## Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 219/2013 firmado em 04/02/2013, com término previsto para 29/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de

outro lado o(a) Sr.(a) ELAINE LUCKMANN, portador(a) do CPF nº 004.315.429-88, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 219/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**Cláusula Primeira - Do Objeto**

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

**“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência**

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 219/2013, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2013 e encerrando-se em 19/07/2013.”

**Cláusula Segunda - Da Ratificação**

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 24 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

ELAINE LUCKMANN

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 173/2013 firmado em 11/02/2013, com término previsto para 29/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ELAINE PROCHNOW, portador(a) do CPF nº 986.166.339-87, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 173/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**Cláusula Primeira - Do Objeto**

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

**“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência**

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 173/2013, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2013 e encerrando-se em 19/07/2013.”

**Cláusula Segunda - Da Ratificação**

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 24 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

ELAINE PROCHNOW

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 205/2013 firmado em 04/02/2013, com término previsto para 29/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ELISÂNGELA MAFRA, portador(a) do CPF nº 817.979.409-10, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 205/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**Cláusula Primeira - Do Objeto**

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

**“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência**

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 205/2013, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2013 e encerrando-se em 19/07/2013.”

**Cláusula Segunda - Da Ratificação**

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 24 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

ELISÂNGELA MAFRA

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 191/2013 firmado em 08/02/2013, com término previsto para 29/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ELZA NASATO, portador(a) do CPF nº 194.083.079-68, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 191/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**Cláusula Primeira - Do Objeto**

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

**“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência**

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 191/2013, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2013 e encerrando-se em 19/07/2013.”

**Cláusula Segunda - Da Ratificação**



Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 24 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

ELZA NASATO

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 163/2013 firmado em 04/02/2013, com término previsto para 29/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) INES FORNARA DALL OGLIO, portador(a) do CPF nº 824.284.099-72, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 163/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**Cláusula Primeira - Do Objeto**

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 163/2013, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2013 e encerrando-se em 19/07/2013."

**Cláusula Segunda - Da Ratificação**

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 24 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

INES FORNARA DALL OGLIO

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 178/2013 firmado em 11/02/2013, com término previsto para 29/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de

outro lado o(a) Sr.(a) JERUZA

PIASSON DA CRUZ, portador(a) do CPF nº 023.995.429-75, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 178/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**Cláusula Primeira - Do Objeto**

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 178/2013, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2013 e encerrando-se em 19/07/2013."

**Cláusula Segunda - Da Ratificação**

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 24 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

JERUZA PIASSON DA CRUZ

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

### **Contrato 15/2013 FMS**

CONTRATO Nº. 15/2013, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, QUE ENTRE SI FAZEM, DE UM LADO, O MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL, E DE OUTRO LADO, ISAC MIRANDA DE MENDONÇA, VISANDO A EXECUÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM CONSULTAS/ATENDIMENTOS MÉDICOS EM CLÍNICA MÉDICA/GERAL, CONFORME EDITAL DE CREDENCIAMENTO, PROCESSO Nº. 02/2013.

O município de Rio do Sul, pessoa jurídica de direito público, representado neste ato pelo Gestor do Fundo Municipal de Saúde, Dr. Luiz Carlos Zanis, com sede nesta cidade, na Rua Tuiuti, nº 154, Centro, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica CNPJ sob o nº 10.469.199/0001-55, doravante denominado simplesmente MUNICÍPIO e, de outro lado ISAC MIRANDA DE MENDONÇA, Pessoa Jurídica Inscrita no CNPJ sob nº. 12.148.741/0001-01, domiciliado no município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, doravante denominado CONTRATADO, celebram este CONTRATO mediante as cláusulas e condições seguintes:

### **CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

O presente contrato tem por objetivo a execução, pelo CONTRATADO, de serviços médicos em CONSULTAS/ATENDIMENTOS especializados em CLÍNICA MÉDICA/GERAL, aos usuários do SUS, conforme valor unitário e detalhamento abaixo:

código	Descrição do Procedimento	Valor Unitário
03.01.01.006-4	Consulta Médica em Atenção Básica	18,00

Parágrafo Único - O serviço do CONTRATADO está referido a uma

base populacional conforme Plano de Saúde da Secretaria Municipal de Saúde/FMS, e será ofertado com base nas indicações técnicas do planejamento da saúde, mediante compatibilização das necessidades da demanda e a disponibilidade de recursos financeiros.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

O serviço técnico referido na Cláusula Primeira será executado pelo profissional médico ISAC MIRANDA DE MENDONÇA, inscrito no CPF sob n°. 071.896.456-08, com registro no Conselho Regional de Medicina/CREMESC sob o n°. 16.031 e deverá ser executado nas dependências da Policlínica do município de Rio do Sul.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - NORMAS GERAIS

Parágrafo Primeiro - O CONTRATADO não poderá cobrar dos pacientes, seus acompanhantes, seus responsáveis ou seus prepostos, qualquer valor ou complementação do valor pago pelo serviço técnico profissional prestado nos termos deste contrato.

Parágrafo Segundo - O CONTRATADO é responsável por qualquer cobrança indevida feita ao paciente ou seu representante, por pessoa sua empregada ou por seu preposto, pela execução neste paciente do serviço técnico profissional objeto deste contrato.

Parágrafo Terceiro - Sem prejuízo do acompanhamento, da fiscalização e da normatividade suplementar exercida pela Secretaria Municipal de Saúde/FMS sobre a execução do objeto deste contrato, os contraentes reconhecem a prerrogativa de controle e a autoridade normativa genérica da direção nacional do Sistema Único de Saúde - SUS, decorrente da Lei Orgânica da Saúde.

#### CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

Para o cumprimento do objeto deste contrato o CONTRATADO se obriga a oferecer ao paciente todo o recurso técnico profissional necessário ao seu atendimento.

Parágrafo Único - O CONTRATADO se obriga, ainda, a:

- I - Manter sempre atualizado o prontuário dos pacientes;
- II - Não utilizar nem permitir que terceiros utilizem o paciente para fins de experimentação;
- III - Atender os pacientes com dignidade e respeito, de modo universal e igualitário, mantendo-se sempre a qualidade na prestação de serviços;
- IV - Justificar ao paciente, ou ao seu responsável, por escrito, as razões técnicas alegadas quando da decisão de não realização de qualquer ato previsto no contrato;

#### CLAUSULA QUINTA - DA RESPONSABILIDADE CIVIL DO CONTRATADO

O CONTRATADO é responsável pela indenização de danos causados aos pacientes, aos órgãos do SUS e a terceiros a eles vinculados, decorrentes de ato ou omissão voluntária, negligência, imperícia ou imprudência, praticados por ele, seus empregados ou seus prepostos, ficando-lhe assegurado o total acesso a todas as formas de defesa.

Parágrafo Primeiro - A fiscalização ou o acompanhamento da execução deste contrato pelos órgãos competentes do SUS, não inclui nem reduz a responsabilidade do CONTRATADO, nos termos da legislação referente a licitações e contratos administrativos.

Parágrafo Segundo - A responsabilidade de que trata esta cláusula estende-se aos casos de danos causados por efeitos relativos a prestação de serviços nos estritos termos do art. 14 da Lei

n°. 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor) e Lei federal 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas alterações (Lei de Licitações e Contratos Administrativos).

#### CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

A Secretaria Municipal de Saúde/FMS pagará mensalmente ao CONTRATADO, pelo valor total dos serviços efetivamente realizados por ele durante o mês, multiplicando-se ao valor unitário de R\$ 18,00 (dezoito reais) de acordo com a cláusula primeira.

Parágrafo Único - A alteração do limite financeiro poderá ser efetuada, em apenas e tão somente por comum acordo entre as partes, desde que haja demanda que as justifiquem.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas dos serviços realizados por força deste contrato correrão, no presente exercício, à conta de dotação consignada no orçamento da Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde:

Órgão: 40 Fundo Municipal de Saúde

Unidade: 01 Fundo Municipal de Saúde

Projeto/atividade: 2.095 - BLATB - PAB FIXO - ATENÇÃO BÁSICA

Parágrafo Primeiro - O Ministério da Saúde, de acordo com as Portarias Ministerial n°. 2.801/98, Portaria/GM n°. 1.286, de 26/10/1993 e Portaria/MS/GM n°. 204, de 29/01/2007, é o órgão responsável pelo envio de recursos ao MUNICÍPIO, para o pagamento dos serviços objeto deste contrato.

Parágrafo Segundo - nos exercícios financeiros futuros, as despesas correrão à conta das dotações próprias que forem aprovadas para os mesmos.

#### CLÁUSULA OITAVA - DA APRESENTAÇÃO DAS CONTAS E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O preço estipulado neste contrato será pago da seguinte forma:

I - O CONTRATADO encaminhará mensalmente os comprovantes dos atendimentos realizados ao setor competente da Secretaria/Divisão de Controle, Avaliação e Auditoria até o (25º) dia útil do mês da prestação do serviço. Após a validação dos atendimentos, realizada pela Divisão de Controle e Avaliação, o CONTRATADO receberá, 100% (cem por cento) do valor total do serviço produzido;

II - Ocorrendo erro, falha ou falta de processamento nas contas, por culpa da SECRETARIA/FMS, esta garantirá o CONTRATADO o pagamento, no prazo avançado neste contrato, pelos valores do mês imediatamente anterior ao do processamento com problemas, acertando-se as diferenças que eventualmente ocorrerem no pagamento seguinte, mas ficando exonerado do pagamento de multas e sanções financeiras obrigando-se, entretanto, a corrigir monetariamente os créditos de outros acréscimos porventura incidentes nas diferenças apuradas em favor do CONTRATADO;

III - As contas rejeitadas, quanto ao mérito, serão objeto de análise pelo órgão de Controle, Avaliação e Auditoria do SUS e passíveis de ressarcimento ao cofre público, respeitando-se o total acesso a todas as formas de defesa ao CONTRATADO.

IV - O pagamento será feito mediante a apresentação da Nota Fiscal eletrônica, onde será informado ao Contratado o valor correspondente ao faturamento do mês em conta corrente do contratado.

**CLÁUSULA NONA - DO REAJUSTE DO PREÇO**

Os valores estabelecidos na Cláusula Sexta poderão ser reajustados, desde que haja entendimento entre as partes, e independem de termo aditivo, sendo, necessário anotar no processo administrativo da SECRETARIA/FMS a origem e autorização do reajuste.

**CLÁUSULA DÉCIMA - DA OBRIGAÇÃO DE PAGAR**

Após a validação dos atendimentos, realizada pela Divisão de Controle, Avaliação e Auditoria, o CONTRATADO receberá da Secretaria Municipal de Saúde, 100% (cem por cento) do valor total dos serviços/atendimentos realizados.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO CONTROLE, AVALIAÇÃO, AUDITORIA, VISTORIA E FISCALIZAÇÃO.**

A execução do presente contrato será inicialmente avaliada pela Divisão de Controle e Avaliação e Auditoria da Secretaria Municipal de Saúde de Rio do Sul, mediante procedimentos de supervisão indireta ou local, os quais

observarão o cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas neste contrato, e de quaisquer outros dados necessários ao controle e avaliação dos serviços prestados.

Parágrafo Primeiro - Qualquer alteração ou modificação que importe em diminuição da capacidade operativa do CONTRATADO poderá ensejar a não prorrogação deste contrato ou a revisão das condições ora estipuladas.

Parágrafo Segundo - A fiscalização exercida pela SECRETARIA/FMS sobre os serviços ora contratados não eximirá o CONTRATADO da sua plena responsabilidade perante a SECRETARIA/FMS ou para com os pacientes e terceiros, decorrente de culpa ou dolo na execução do contrato.

Parágrafo Terceiro - O CONTRATADO facilitará a SECRETARIA/FMS o acompanhamento e a fiscalização permanente dos serviços e prestará todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelos servidores da SECRETARIA/FMS, designados para tal fim.

Parágrafo Quarto - Em qualquer hipótese é assegurado ao CONTRATADO amplo direito de defesa.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS PENALIDADES**

Fica o CONTRATADO sujeito a multa de 30 (trinta por cento) sobre o valor mensal do contrato, por infração de qualquer cláusula ou condição deste contrato sem prejuízo das demais penalidades previstas na Legislação referente a licitações e contratos administrativos, assegurado o direito a defesa.

Parágrafo Primeiro - O valor da multa será descontado dos pagamentos devidos pela SECRETARIA/FMS ao CONTRATADO.

Parágrafo Segundo - Para obtenção do valor anual do contrato, SECRETARIA/FMS, utilizará a média dos pagamentos efetuados ao CONTRATADO, referente aos 12 (doze) últimos meses pagos.

Parágrafo Terceiro - Caso o contrato possua menos de 12 (doze) meses de vigência, o valor anual do contrato será obtido pela média dos pagamentos efetuados ao CONTRATADO, desde o início da vigência do contrato multiplicado por 12 (doze).

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA RESCISÃO**

Constituem motivos para rescisão do presente contrato, o não cumprimento de quaisquer de suas cláusulas e condições, bem

como os motivos previstos na legislação referente a licitações e contratos administrativos, sem prejuízo das multas previstas na Cláusula Décima Segunda.

Parágrafo Primeiro - O CONTRATADO reconhece desde já os direitos da SECRETARIA/FMS em caso de rescisão administrativa prevista na legislação referente a licitações e contratos administrativos.

Parágrafo Segundo - Em caso de rescisão do contrato, se a interrupção das atividades em andamento puder causar prejuízo a população, será observado o prazo de 30 (trinta) dias para ocorrer a rescisão. Se neste prazo o CONTRATADO negligenciar a prestação dos serviços ora contratados a multa cabível poderá ser duplicada.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS RECURSOS PROCESSUAIS**

Dos atos de aplicação de penalidade prevista neste contrato, ou de sua rescisão, praticados pela SECRETARIA/FMS, cabe recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato.

Parágrafo Primeiro - Da decisão do Secretário Municipal de Saúde em rescindir o presente contrato cabe, inicialmente, pedido de reconsideração, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato.

Parágrafo Segundo - Sobre o pedido de reconsideração formulado nos termos do parágrafo primeiro, o Secretário Municipal de Saúde deverá manifestar-se no prazo de 15 (quinze) dias e poderá, ao recebê-lo, atribuir-lhe eficácia suspensiva, desde que o faça motivadamente diante de razões de interesse público.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA DURAÇÃO**

O prazo do presente contrato é de 12 (doze) meses, podendo ocorrer renovação, de comum acordo entre as partes, observando-se o artigo 57 da lei 8.666 de 21 de junho de 1993.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS ALTERAÇÕES**

Qualquer das alterações do presente contrato será objeto de termo aditivo, na forma da legislação referente a licitações e contratos administrativos, excetuando-se o disposto na Cláusula Nona.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA PUBLICAÇÃO**

O presente contrato será publicado, por extrato, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina/DOM/SC no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados de sua assinatura.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO FORO**

As partes elegem o Foro da Comarca de Rio do Sul, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja, para dirimir questões oriundas do presente contrato que não puderem ser resolvidas pelas partes e pelo Conselho Municipal de Saúde.

E, por estarem as partes justas e contratadas, firmam o presente contrato em 2 (duas) vias de igual teor e forma para um único efeito, na presença de 2 (duas) testemunhas.

Rio do Sul, 29 de maio de 2013.

DR. LUIZ CARLOS ZANIS

Secretário Municipal de Saúde

DR. ISAC MIRANDA DE MENDONÇA

Contratado



Testemunhas:

1) MARILEI DA SILVA

Divisão de Controle, Avaliação e Auditoria

CPF 590.700.649-87

2) DAYANE PEREIRA DE ANDRADE

Divisão de Controle, Avaliação e Auditoria

CPF 058.954.146-30

### **Contrato Administrativo 271/2013**

CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 271/2013

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário Municipal de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto n° 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, n° 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) HIPOLITO RAIMUNDO, portador(a) do CPF n° 193.666.479-87 na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Celestino Marcelino, 301, Bairro Margem Esquerda - Lontras - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

**CLÁUSULA PRIMEIRA:** O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Operador de Equipamentos - Motoniveladora, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas na Secretaria Municipal de Agricultura, em virtude de vaga não ocupada através de Concurso Público.

**CLÁUSULA SEGUNDA:** Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 1.432,10 (hum mil, quatrocentos e trinta e dois reais e dez centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

**Parágrafo único** - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar n° 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir (quando for o caso), desde que possua a mesma habilitação do titular.

**CLÁUSULA TERCEIRA:** O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 10/06/2013 e encerrando-se em 09/09/2013, podendo ser aditivado, desde que em conformidade com a lei n° 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores e desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

**Parágrafo único** - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

**CLÁUSULA QUARTA:** Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

**CLÁUSULA QUINTA:** Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei n° 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

**CLÁUSULA SEXTA:** Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei n° 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

**CLÁUSULA SÉTIMA:** Este contrato é celebrado com fundamento na

Lei n° 3.796, de 26 de junho

de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

**CLÁUSULA OITAVA:** Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 06 de junho de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

HIPOLITO RAIMUNDO

Contratado (a)

### **Resumo do Contrato 104/2013**

RESUMO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N° 104/2013

Pregão Presencial nr. 042/2013

Contratante: Município de Rio do Sul/SC

Contratada: CELSO CURIONI - ME.

**Objeto:** execução de trabalho técnico social do PAC 2 no Conjunto Habitacional Luiz Demarchi. Departamento de Assistência Social  
**Valor:** R\$ 12.900,00 (doze mil e novecentos reais)

**Condições de Pagamento:** 10 dias após entrega da Nota Fiscal;

**Prazo/entrega:** deverá seguir o Termo de Referência descrito no ANEXO 8 do Edital, sendo que deverá iniciar os serviços logo após a assinatura do Contrato.

**Fundamento Legal:** Parágrafo único do Art. 61 da Lei de Licitações n° 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Rio do Sul/SC, 06 de junho de 2013.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

### **Resumo dos Contratos do Mês 05/2013**

RESUMO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM FORNECIMENTO DE MATERIAL N° 095/2013

Carta Convite n° 022/2013

Contratante: Município de Rio do Sul/SC

Contratada: Presidente Industrial Importadora & Comercial Ltda,

**Objeto:** serviços e peças na retífica do motor do veículo Mercedes Bens 710, frota n° 198, do depto de trânsito

**Valor:** R\$ 8.854,00 (oito mil e oitocentos e cinquenta e quatro reais).

**Condições de Pagamento:** 15 dias após entrega da Nota Fiscal.

**Prazo/entrega:** deverá iniciar os serviços imediatamente após a Nota de Empenho, sendo de sua responsabilidade o transporte do equipamento até sua oficina e depois de feito o serviço entregar no pátio do depto de trânsito, sita a Rua Expedicionário Nardelli, 282, Centro, sem nenhum custo adicional.

**Recurso:** Próprio

**Fundamento Legal:** Parágrafo único do Art. 61 da Lei de Licitações n° 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Rio do Sul/SC, 02 de maio de 2013.

JEAN PIER XAVIER DE LIZ

Prefeito de Rio do Sul em exercício



**RESUMO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 098/2013**

Pregão Presencial nr. 043/2013

Contratante: Município de Rio do Sul/SC

Contratada: TATU Locação e Terraplenagem Ltda - ME

**Objeto:** SERVIÇOS DE FRETE DE MATERIAL BRITADO (REJEITO DE GRANITO) DO MUNICÍPIO DE LONTRAS ATÉ O PÁTIO DA SECRETARIA DE OBRAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

**Valor:** R\$ 209.000,00 (duzentos e nove mil reais)

**Condições de Pagamento:** 15 dias após entrega da Nota Fiscal.

**Prazo/entrega:** executar os serviços imediatamente após a assinatura do Contrato, sendo que a demanda e os locais da britagem serão indicados com antecedência de 24 horas, pela Secretaria de Obras. sem nenhum custo adicional para o município.

**Recurso:** Próprio

**Fundamento Legal:** Parágrafo único do Art. 61 da Lei de Licitações nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Rio do Sul/SC, 13 de maio de 2013.

**GARIBALDI ANTONIO AYROSO**

Prefeito de Rio do Sul

**RESUMO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 099/2012**

Pregão Presencial nr. 043/2013

Contratante: Município de Rio do Sul/SC

Contratada: TATU Locação e Terraplenagem Ltda - ME

**Objeto:** 500 horas de locação de 01 (um) britador móvel, com peso operacional mínimo de 42,5 ton. Com capacidade mínima de produção de 70 m³ por hora, para cominuição por processo de britagem de rocha, que resulte em produto final com granulometria máxima de 2". Fornecimento de equipamentos para alimentação do britador que deverá consistir em: 01 (uma) escavadeira hidráulica com peso operacional de 25 ton e 01 (uma) pá carregadeira com peso operacional de 15 ton. que deverão fazer parte da locação do britador, bem como, serviços de rompedor hidráulico para a fragmentação de pedras superior a capacidade do britador (matacos), que não poderão serem descartadas do processo de britagem.

**Valor:** R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais)

**Condições de Pagamento:** 15 dias após entrega da Nota Fiscal.

**Prazo/entrega:** executar os serviços imediatamente após a assinatura do Contrato, sendo que a demanda e os locais da britagem serão indicados com antecedência de 24 horas, pela Secretaria de Obras. sem nenhum custo adicional para o município.

**Recurso:** Próprio

**Fundamento Legal:** Parágrafo único do Art. 61 da Lei de Licitações nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Rio do Sul/SC, 13 de maio de 2013.

**GARIBALDI ANTONIO AYROSO**

Prefeito de Rio do Sul

**RESUMO DO CONTRATO DE COMPRA E VENDA Nº 100/2013**

Pregão Eletrônico nº 72 /2011b

Contratante: Município de Rio do Sul/SC

Contratada: DARUMA TELECOMUNICAÇÕES E INFORMÁTICA S.A

**Objeto:** 28 Computador Interativo e Solução de Lousa Digital, para o atendimento das redes públicas de ensino dos Estados, Distrito Federal e Municípios

**Valor:** R\$ 51.100,00, (cinquenta e um mil e cem reais).

**Condições de Pagamento:** 15 dias após entrega da Nota Fiscal.

**Prazo/entrega:** deverá (ão) ser entregue(s), com despesa de

transporte assumida pelo licitante, no seguinte endereço: Na sete da Secretaria Municipal de Educação, Rua Wenceslau Borini, 2951, bairro Canta Galo, Rio do Sul-SC

**Recurso:** Próprio/MEC

**Fundamento Legal:** Parágrafo único do Art. 61 da Lei de Licitações nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Rio do Sul/SC, 15 de maio de 2013.

**GARIBALDI ANTONIO AYROSO**

Prefeito de Rio do Sul

**RESUMO DO CONTRATO DE CONCESSÃO Nº 101/2013**

Concorrência Nº. 023/2013

Contratante: Município de Rio do Sul/SC

Contratada: Quiosque Sol Nascente Ltda - ME

**Objeto:** Permissão de uso para exploração de um quiosque situado Terminal Urbano, contendo 15.03 m², para instalação e exploração de ponto comercial

**Valor:** R\$ 678,00 (seiscentos e setenta e oito reais) mensais

**Condições de Pagamento:** 5 dias na Fazenda Municipal.

**Prazo/entrega:** 04 (quatro) anos, a contar da data de assinatura do presente instrumento.

**Fundamento Legal:** Parágrafo único do Art. 61 da Lei de Licitações nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Rio do Sul/SC, 27 de maio de 2013.

**GARIBALDI ANTONIO AYROSO**

Prefeito de Rio do Sul

**RESUMO DO CONTRATO DE CONCESSÃO Nº 102/2013**

Concorrência Nº. 023/2013

Contratante: Município de Rio do Sul/SC

Contratada: Comércio de Jornais e Revistas Claudia Ltda - ME

**Objeto:** Permissão de uso para exploração de um quiosque situado Praça Ermembergo Pellizzetti, contendo 15.00 m², para instalação e exploração de ponto comercial

**Valor:** R\$ 1.300,00 (um mil e trezentos reais) mensais

**Condições de Pagamento:** 5 dias na Fazenda Municipal.

**Prazo/entrega:** 04 (quatro) anos, a contar da data de assinatura do presente instrumento.

**Fundamento Legal:** Parágrafo único do Art. 61 da Lei de Licitações nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Rio do Sul/SC, 27 de maio de 2013.

**GARIBALDI ANTONIO AYROSO**

Prefeito de Rio do Sul

**Resumos dos Aditivos Ref. Mês 05/2013**

**RESUMO DO 7º TERMO ADITIVO Nº 084/2013 – DO CONTRATO DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DE MATERIAL NR. 049/2012**

Carta Convite nº 056/2012

Contratante: Município de Rio do Sul/SC

Contratado: METRO CÚBICO ENGENHARIA LTDA

**Do Objeto:** RECONSTRUÇÃO PARCIAL PONTE PÊNSIL MARTIM DE SOUZA, LIGANDO OS BAIRROS JARDIM AMÉRICA E CANTA GALO

**Dos Prazos:** Fica prorrogado o término do prazo contratual assumido constante da Cláusula Décima Primeira do contrato original e a Ordem de Serviço celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, tendo um acréscimo de 60 (sessenta) dias, com o seu término em 29 de junho de 2013.

Rio do Sul, 30 de abril de 2013.

**GARIBALDI ANTONIO AYROSO**

Prefeito de Rio do Sul

**RESUMO DO 3º TERMO ADITIVO Nº 085/2013 – DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO NR. 142/2012**

Dispensa de Licitação nº 102/2012

Contratante: Município de Rio do Sul/SC

Contratado: SERRANA ENGENHARIA LTDA

Do Objeto: EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE COLETA, TRANSBORDO, TRANSPORTE RODOVIÁRIO, TRATAMENTO E DESTINO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES E COMERCIAIS E COLETA E DESTINO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS RECICLÁVEIS

Dos Prazos: Fica prorrogado o término do prazo contratual assumido constante da Cláusula Quarta do contrato original celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, tendo um acréscimo de até 180 (cento e oitenta) dias, com o seu término em 19 de novembro de 2013.

Rio do Sul, 23 de maio de 2013.

**GARIBALDI ANTONIO AYROSO**

Prefeito de Rio do Sul

**RESUMO DO TERMO ADITIVO Nº 086/2013 – DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NR. 030/2009**

Pregão Presencial nº 034/2009

Contratante: Município de Rio do Sul/SC

Contratado: VIANA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA

Do Objeto: SERVIÇOS PARA LOCAÇÃO DE IMPRESSORAS LASER COM FORNECIMENTO DE SUPRIMENTOS

Do Reajuste: Fica reajustada em 7,16% do INPC, dos valores constante da Cláusula Quarta do contrato original celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA.

Rio do Sul, 15 de maio de 2013.

**GARIBALDI ANTONIO AYROSO**

Prefeito de Rio do Sul

**RESUMO DO TERMO DE ADITIVO Nº 087/2013 DO CONTRATO DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DE MATERIAL NR. 124/2012**

Concorrência nº 060/2012

Contratante: Município de Rio do Sul/SC

Contratado: ENGEPLAN – TERRAPLENAGEM, SANEAMENTO E URBANISMO LTDA.

Do Objeto: EXECUÇÃO DE OBRAS DE MURO DE CONTENÇÃO NA AV. OSCAR BARCELOS, CENTRO EM RIO DO SUL

Do Prazo: Fica prorrogado o término do prazo contratual assumido constante da Cláusula Décima Primeira do contrato original e a Ordem de Serviço celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, tendo um acréscimo de 180 (cento e oitenta) dias, com o seu término em 16 de setembro de 2013.

Rio do Sul, 20 de maio de 2013.

**GARIBALDI ANTONIO AYROSO**

Prefeito de Rio do Sul

**RESUMO DO 3º TERMO ADITIVO Nº 088/2013 – DO CONTRATO DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DE MATERIAL NR. 267/2012**

Concorrência nº 124/2012

Contratante: Município de Rio do Sul/SC

Contratado: SEPATE – SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO E TERRAPLENAGEM LTDA.

Do Objeto: EXECUÇÃO DA PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA, DRENAGEM E SINALIZAÇÃO VIÁRIA DA TRAVESSA PETRÓPOLIS, BOA VISTA EM RIO DO SUL

Do Prazo: Fica prorrogado o término do prazo contratual assumido constante da Cláusula Décima Primeira do contrato original e a Ordem de Serviço celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, tendo um acréscimo de 60 (sessenta) dias, com o seu término em 23 de julho de 2013.

Rio do Sul, 20 de maio de 2013.

**GARIBALDI ANTONIO AYROSO**

Prefeito de Rio do Sul

**RESUMO DO 3º TERMO ADITIVO Nº 089/2013 – DO CONTRATO DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DE MATERIAL NR. 266/2012**

Concorrência nº 124/2012

Contratante: Município de Rio do Sul/SC

Contratado: SEPATE – SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO E TERRAPLENAGEM LTDA.

Do Objeto: EXECUÇÃO DA PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA, DRENAGEM E SINALIZAÇÃO VIÁRIA DA RUA SÃO PAULO, BOA VISTA EM RIO DO SUL

Do Prazo: Fica prorrogado o término do prazo contratual assumido constante da Cláusula Décima Primeira do contrato original e a Ordem de Serviço celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, tendo um acréscimo de 60 (sessenta) dias, com o seu término em 17 de julho de 2013.

Rio do Sul, 17 de maio de 2013.

**GARIBALDI ANTONIO AYROSO**

Prefeito de Rio do Sul

**RESUMO DO 4º TERMO ADITIVO Nº 090/2013 – DO CONTRATO DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DE MATERIAL NR. 261/2012**

Concorrência nº 039/2012

Contratante: Município de Rio do Sul/SC

Contratado: RECAMAQ – CONSTRUÇÕES E LOCAÇÕES LTDA

Do Objeto: EXECUÇÃO DE OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO LAJOTAS, DRENAGEM PLUVIAL E SINALIZAÇÃO VIÁRIA NA RUA GENÉSIO DA CRUZ, BAIRRO TABOÃO

Do Prazo: Fica prorrogado o término do prazo contratual assumido constante da Cláusula Décima Primeira do contrato original e a Ordem de Serviço celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, tendo um acréscimo de 90 (noventa) dias, com o seu término em 10 de agosto de 2013.

Rio do Sul, 10 de maio de 2013.

**GARIBALDI ANTONIO AYROSO**

Prefeito de Rio do Sul

**1ª ALTERAÇÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS NR. 091/2013**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 013/2013**

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2013**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 007/2013**

**INTERESSADO: SECRETARIA MUN. OBRAS**

Aos vinte e oito (28) dias do mês de maio (05) do ano de dois mil e treze (2013), nesta cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, presentes de um lado o MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.574/0001-06, com sede na Praça 25 de Julho, 01, neste ato representada pelo Prefeito de Rio do Sul, Sr. Garibaldi Antonio Ayroso, ora denominado CONTRATANTE, e a empresa SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA., estabelecida na Rod. Br 470, Km 140, 5.350, sala 02 e 04, bairro Itoupava, na cidade de Rio do Sul/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 01.104.642/0001-01, ora denominada CONTRATADA, representado neste ato pelo seu Sócio Administrador, Sr. Osnei Rahmeier, resolvem os termos facultados por lei, obedecida as condições firmadas pelo Pregão Presencial nº 007/2013 de 14/02/2013, e de

acordo com parecer exarado pela Procuradoria Geral do Município, o qual faz parte como anexo ao presente, celebrar o presente TERMO DE ALTERAÇÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, mediante fundamentação na alínea "d", inciso II, do artigo 65 da Lei 8.666/93, alterações posteriores e justificativas em anexo, ficando com os seguintes valores:

ITEM 01	
Fornecedor: Siga Bem Distribuidora de Lubrificantes Ltda.	
Preço cotado para o Item: R\$ 143,93 (cento e quarenta e três reais e noventa e três centavos)	
DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
Óleo lubrificante 15W40 API CI4.	143,93

ITEM 05	
Fornecedor: Siga Bem Distribuidora de Lubrificantes Ltda.	
Preço cotado para o Item: R\$ 173,35 (cento e setenta e três reais e trinta e cinco centavos)	
DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
Óleo multifuncional 10W30 GL-4.	173,35

ITEM 10	
Fornecedor: Siga Bem Distribuidora de Lubrificantes Ltda.	
Preço cotado para o Item: R\$ 1.554,89 (um mil, quinhentos e cinquenta e quatro reais e oitenta e nove centavos)	
DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
Graxa para rolamentos a base de Litio NLG-2.	1.554,89

Ratificam-se as demais cláusulas e condições da Ata original, não colidentes com o presente Termo.

E, por se acharem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para surtir um só efeito, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e assinadas.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul  
mk

OSNEI RAHMEIER  
Sócio Administrador

### **Termo de Convocação Valdir Rodrigo da Rosa** TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) VALDIR RODRIGO DA ROSA, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S<sup>a</sup>., para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, a fim de iniciar os procedimentos para a posse do cargo conquistado através do Concurso Público nº 002/2011, homologado através do Decreto nº 2.725 de 03/07/2012 e suas retificações posteriores. (Cargo de ASSISTENTE SOCIAL – 40 HORAS).

Salientamos que V. S<sup>a</sup> foi nomeado (a) através da Portaria n. 0637/RH de 08/05/2013, publicada em 10/06/2013. Conforme § 1.º, do Art. 14, da Lei Complementar nº 207/2010, V. S<sup>a</sup> deverá tomar posse do cargo no prazo máximo de trinta dias, a contar da data de publicação da portaria de nomeação.

#### **Considerações importantes:**

Toda a documentação deverá ser entregue no Departamento de Recursos Humanos para análise. Após analisada a documentação é que será agendado o exame admissional.

O candidato nomeado deverá providenciar os exames abaixo relacionados e tão logo os tenha em mãos, deverá entrar em contato com o Departamento de Recursos Humanos para agendar o Exame Admissional.

O candidato nomeado deverá se atentar ao prazo que possui para Tomar Posse (30 dias a contar da publicação da portaria de nomeação). Somente poderá tomar posse o candidato que estiver com a documentação e o exame admissional entregues e aprovados pelo Departamento de Recursos Humanos.

Exames a serem apresentados ao Médico Perito, para o exame admissional, custeados pelo candidato:

Nome do Cargo	Exames necessários
Auxiliar De Serviços Gerais Calceteiro Carpinteiro Coveiro Eletricista Motorista De Caminhão Motorista De Veículo Leve Operador De Equipamentos Pedreiro	HEMOGRAMA COMPLETO, GLICEMIA, VDRL, RX TORAX, RX COLUNA LOMBO-SACRA, ECG - 40 ANOS, ATESTADO SANIDADE MENTAL FORNECIDO POR MÉDICO PSQUIATRA
Demais Cargos	HEMOGRAMA COMPLETO, GLICEMIA, VDRL, RX TORAX, ECG - 40 ANOS, CARTEIRA DE VACINAÇÃO ATUALIZADA PARA OS PROFISSIONAIS DA ÁREA DA SAÚDE, ATESTADO SANIDADE MENTAL FORNECIDO POR MÉDICO PSQUIATRA

Rio do Sul, 06 de junho de 2013.

Departamento de Recursos Humanos

Divisão Recrutamento e Seleção

Confirmação Recebimento (Assinatura):

### **Pauta de Julgamento Nº 004/2013**

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL  
CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTE

#### **PAUTA DE JULGAMENTO Nº 004/2013**

Leonice Witte, Secretária Geral do Conselho Municipal de Contribuintes de Rio do Sul, no uso das obrigações definidas no inciso I do art. 7º do Regimento Interno do Conselho e de acordo com o previsto no art. 16 do mesmo instrumento legal, torna público que o Conselho Municipal de Contribuintes estará reunido em Sessão Extraordinária no dia 24 de Junho de 2013, às 08hs00, no Plenário da Câmara de Vereadores, sito no 2º andar do prédio central da Prefeitura, para julgamento do seguinte Recurso:

Número do Protocolo: Protocolo Nº 138421/2013

Nome do Recorrente: Dias e Nichellatti Administradora de Imóveis Próprios Ltda

N° do Recurso: 003/2013

Rio do Sul, 07 de junho de 2013.

LEONICE WITTE

Secretária geral do CMC

**Resumos das Atas de Registro de Preços do Mês 05/2013**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS NR. 094/2013

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 094/2013

PREGÃO PRESENCIAL N° 087/2012

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 087/2012

INTERESSADO: SECRETARIA MUN. DE OBRAS

Aos três (03) dias do mês de maio (05) do ano de dois mil e doze (2012), na cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no prédio da Prefeitura, localizado na Praça 25 de Julho, Centro, o Município de Rio do Sul, devidamente representado e assistido, e a empresa JP Comércio e Serviços de Terraplenagem Ltda., por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal n° 2.603/2012 e, do edital de Pregão Presencial em epígrafe, ao Registro de Preços para contratação de serviços para retirada e recolocação de lajotas, paralelepípedos e meio fio em diversas ruas pavimentadas da cidade de Rio do Sul, Secretaria de Obras, conforme os itens abaixo discriminados:

ITEM 01	
Fornecedor: JP Comércio e Serviços de Terraplenagem Ltda.	
Preço cotado para o Item: R\$ 14,00 (catorze reais)	
DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
Registro de Preços para contratação de serviços para recuperação de ruas pavimentadas com lajotas, paralelepípedos e meio fio no município de Rio do Sul, compreendendo a retirada, preparação da cancha e recolocação dos materiais.	14,00

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta apresentada na Licitação em epígrafe.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Rio do Sul, 02 de maio de 2013.

JEAN PIER XAVIER DE LIZ

Prefeito de Rio do Sul em exercício

DELMIR PETRY

Sócio Administrador

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS NR. 096/2013

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 096/2013

PREGÃO PRESENCIAL N° 028/2013

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 028/2013

INTERESSADO: SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

Aos dezessete (17) dias do mês de abril (04) do ano de dois mil e treze (2013), na cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no prédio da Prefeitura, localizado na Praça 25 de Julho, Centro, o Município de Rio do Sul, devidamente representado e assistido, e a empresa Floricultura Aliança Verdi Ltda. ME., por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal n° 3.371/2013 e, do edital de Pregão Presencial em epígrafe, ao Registro de Preços para aquisição de grama e flores da época para manutenção de praças e jardins do município, Secretaria de Obras, conforme os itens abaixo discriminados:

## ITEM 01

Fornecedor: Floricultura Aliança Verdi Ltda ME.

Preço cotado para o Item: R\$ 8,00 (oito reais)

## DETALHAMENTO DOS MATERIAIS

## PREÇO UNITÁRIO

Grama coreana.

8,00

## ITEM 02

Fornecedor: Floricultura Aliança Verdi Ltda ME.

Preço cotado para o Item: R\$ 7,00 (sete reais)

## DETALHAMENTO DOS MATERIAIS

## PREÇO UNITÁRIO

Grama esmeralda.

7,00

## ITEM 03

Fornecedor: Floricultura Aliança Verdi Ltda ME.

Preço cotado para o Item: R\$ 7,00 (sete reais)

## DETALHAMENTO DOS MATERIAIS

## PREÇO UNITÁRIO

Flores da época, caixa com 15 mudas.

7,00

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta apresentada na Licitação em epígrafe.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Rio do Sul, 07 de maio de 2013.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

ALCIR JOSÉ VOLTOLINI

Administrador

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS NR. 097/2013

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 097/2013

PREGÃO PRESENCIAL N° 008/2013

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 008/2013

INTERESSADO: SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

Aos vinte e um (21) dias do mês de fevereiro (02) do ano de dois mil e treze (2013), na cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no prédio da Prefeitura, localizado na Praça 25 de Julho, Centro, o Município de Rio do Sul, devidamente representado e assistido, e a empresa Mineração Rio do Ouro Ltda., por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal n° 3.256/2013 e, do edital de Pregão Presencial em epígrafe, ao Registro de Preços para aquisição de 30.000 m³ de macadame para manutenção e conservação de vias públicas municipais, Secretaria de Obras, conforme os itens abaixo discriminados:





ITEM 01

Fornecedor: Mineração Rio do Ouro Ltda.

Preço cotado para o Item: R\$ 25,60 (vinte e cinco reais e sessenta centavos)

DETALHAMENTO DOS MATERIAIS

PREÇO UNITÁRIO

Macadame seco.

25,60

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta apresentada na Licitação em epígrafe.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Rio do Sul, 08 de maio de 2013.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito Municipal

NILO BARNI

Sócio Diretor

**Editai de Intimação de Decisão Proferida Em Processo Administrativo**

RIO DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE DECISÃO PROFERIDA EM PROCESSO ADMINISTRATIVO.

PELO PRESENTE EDITAL, FICAM OS CONTRIBUINTES ABAIXO RELACIONADOS DEVIDAMENTE INTIMADOS DAS DECISÕES PROFERIDAS NOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS, EM FACE DA IMPOSSIBILIDADE DE INTIMAÇÃO VIA AVISO DE RECEBIMENTO (AR):

CONTRIBUINTE	CPF/CNPJ	PROTOCOLO Nº
Ademar Avi	719.069.599-00	120424

Rio do Sul, 07 de junho de 2013.

LEONICE WITTE

Protocolo Geral

RUBENS AUGUSTO S MENSLIN

Secretário Municipal da Fazenda

**CÂMARA MUNICIPAL****Portaria N° 720/2013**

PORTARIA N° 720, DE 06 DE JUNHO DE 2013

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE RIO DO SUL, Estado de Santa Catarina, usando a competência que lhe faculta o Artigo 13, da Lei Complementar nº 207, de 28/09/2010, resolve:

**RESOLVE:**

Nomear, DOUGLAS RAFAEL LIZOT, para exercer o cargo de provimento efetivo de Técnico Legislativo - Área Legislativa - Padrão 3, Grau I, Classe A, do Quadro de Pessoal da Câmara Municipal de Rio do Sul, criado pela Lei complementar nº 224, de 15 de fevereiro de 2011.

Rio do Sul, 06 de junho de 2013.

DIÓGENES DELLA GIUSTINA FORMIGA DE MOURA

Presidente da Câmara

**Salto Veloso****PREFEITURA****Aviso de Retificação de Edital**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPIO DE SALTO VELOSO

**AVISO DE RETIFICAÇÃO DE EDITAL**

ONDE SE LÊ: EDITAL DE PREGÃO REGISTRO DE PREÇO Nº 0022/2013

LEIA-SE: EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 0022/2013

No mais o Edital permanece na sua integra

Maiores informações, e edital completo, junto à Prefeitura Municipal de Salto Veloso, no Setor de Licitações, sito à Travessa das Flores, 58, centro, Salto Veloso/SC, ou pelo telefone (49) 3536-0146.

Salto Veloso (SC), 07 de Junho de 2013.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

**Santa Rosa do Sul****PREFEITURA****Resmo de Edital**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL/SC

PROCESSO DE LICITAÇÃO 38/2013- PR 38/2013

Prefeitura Municipal de Santa Rosa do Sul - SC, torna público que se encontra aberto o processo de licitação para fornecimento de materiais de Expediente à secretaria de Administração e Finanças e Secretaria de Saúde, Exercício 2013. Conforme especificações constantes do anexo I que integra este edital. Com recebimento da documentação e proposta até às 08:45Hs do dia 20/06/2013. Cópia do edital e seus anexos serão obtidos junto ao departamento de Compras e Licitações da Prefeitura, sito a Rua Ferminio Pedro Raupp, Nº 400, Centro, Santa Rosa do Sul, ou pelo fone: (0xx48)3534-1113, e-mail [compras@santarosadosul.sc.gov.br](mailto:compras@santarosadosul.sc.gov.br)

NELSON CARDOSO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

**Errata**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL

ERRATA

Publicação na Edição nº 1247 de 27/05/2013

Do EXTRATO DE CONTRATO Nº 088:

Onde se Lê: "PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 33/2013-DL"

Leia-se: "PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 34/2013-DL"

# São Bento do Sul

## PREFEITURA

### Aviso de Licitação - Pregão N° 038/2013 FMS

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N° 38/2013  
MENOR PREÇO POR ITEM

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Presidente do Fundo Municipal de Saúde, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis n° 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até às 10:30 horas do dia 28 de junho de 2013, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, n° 75, propostas para:

DO OBJETO: LOCAÇÃO DE CILINDROS E COMPRA DE OXIGÊNIO PARA UNIDADES SANITÁRIAS DE SAÚDE E LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA APOIO RESPIRATÓRIO DOMICILIAR CONFORME DESCRIÇÃO TERMO DE REFERÊNCIA EM ANEXO

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital completo, no Departamento de Suprimentos (Divisão de Compras) da Secretaria de Administração, sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima especificado, no horário das 08h00 às 17:00 horas.

São Bento do Sul, 15 de abril de 2013.  
DEODATO RAUL HRUSCHKA  
Presidente do Fundo Municipal de Saúde

MAURO SIQUEIRA RAMOS  
Pregoeiro

### Aviso de Licitação - Pregão N° 127/2013

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL  
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N° 127/2013  
MENOR PREÇO GLOBAL

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Secretário de Administração, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis n° 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até às 15:00 horas do dia 21 de junho de 2013, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, n° 75, propostas para:

DO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL PARA MINISTRAR CURSO DE FABRICAÇÃO CASEIRA DE PRODUTOS DE HIGIENE. COM DURAÇÃO DE 72 HORAS E MATERIAIS INCLUSOS. PARA OS CRAS SERRA ALTA E CENTENÁRIO. PELO PERÍODO DE SEIS MESES.

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital completo, no Departamento de Suprimentos (Divisão de Compras) da Secretaria de Administração, sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima especificado, no horário das 08h00min às 12:00 e das 13h30min às 17:00 horas.

São Bento do Sul, 15 de maio de 2013.  
MARCOS GERTLER  
Secretário de Administração - Autoridade Competente

SANDRA MARIA SADOWSKI ANDRZEJEWSKI  
Pregoeira

### Aviso de Licitação - Pregão N° 147/2013

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL  
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N° 147/2013  
MENOR PREÇO POR ITEM

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Secretário de Administração, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis n° 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até às 14:00 horas do dia 24 de junho de 2013, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, n° 75, propostas para:

DO OBJETO: LOCAÇÃO DE 50 IMPRESSORAS LASER, MULTIFUNÇÃOAIS (IMPRESSORAS, SCANNER, COPIADORA) COM PLACA DE REDE PARA AS UNIDADES EDUCACIONAIS.

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital completo, no Departamento de Suprimentos (Divisão de Compras) da Secretaria de Administração, sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima especificado, no horário das 08h00min às 13:00 horas.

São Bento do Sul, 10 de junho de 2013.  
MARCOS GERTLER  
Secretário de Administração - Autoridade Competente

JOCEMARI TELMA TEIXEIRA  
Pregoeira

### Aviso de Licitação - Pregão N° 153/2013

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL  
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N° 153/2013  
MENOR PREÇO POR LOTE

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Secretário de Administração, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis n° 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até às 13:30 horas do dia 19 de junho de 2013, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, n° 75, propostas para:

DO OBJETO: CONFECÇÃO DE UNIFORMES ESCOLARES (CAMISETAS, CALÇAS E JAQUETAS) PARA OS ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL E EDUCAÇÃO INFANTIL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital completo, no Departamento de Suprimentos (Divisão de Compras) da Secretaria de Administração, sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima especificado, no horário das 08h00min às 17:00 horas.

São Bento do Sul, 07 de junho de 2013.  
MARCOS GERTLER  
Secretário de Administração - Autoridade Competente

JOCEMARI TELMA TEIXEIRA  
Pregoeira

### Aviso de Licitação - Pregão N° 155/2013

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL  
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N° 155/2013  
MENOR PREÇO POR ITEM

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Secretário de Administração, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis n° 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até às

09:00 horas do dia 24 de junho de 2013, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE INFORMÁTICA DIVERSOS (MOUSE, TECLADO, FONTE, ADAPTADOR, HD EXTERNO ENTRE OUTROS) PARA REPOSIÇÃO NO ESTOQUE DO DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO.

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital completo, no Departamento de Suprimentos (Divisão de Compras) da Secretaria de Administração, sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima especificado, no horário das 08h00min às 17:00 horas.

São Bento do Sul, 07 de junho de 2013.

MARCOS GERTLER

Secretário de Administração - Autoridade Competente

JOCEMARI TELMA TEIXEIRA

Pregoeira

### **Retificação de Edital - Tomada de Preços N° 01/2013 Fc**

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL  
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO  
MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL - IPRESBS

### **AVISO DE RETIFICAÇÃO DO EDITAL TOMADA DE PREÇOS 01/2013**

O Diretor Presidente do IPRESBS, Sr. Paulo Roberto Scheide, torna público a todas as empresas interessadas em participar do referido certame, a retificação do Edital da Tomada de Preços 01/2013, alterando a data de realização do certame e abertura dos envelopes para o dia 10 de julho de 2013, permanecendo inalterados os horários.

São Bento do Sul, 05 de junho de 2013.

PAULO ROBERTO SCHEIDE

Diretor Presidente

### **Extrato de Contrato N° 035/2013 FMS**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DO CONTRATO N° 035/2013

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Fornecimento de Medicamentos que entre si celebram o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE e a Empresa SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA - SESI.

DO OBJETO: Consiste na contratação de empresa especializada para fornecimento de medicamentos alopáticos, éticos, similares, genéricos e fornecimento de medicamentos prescritos por médicos para pacientes do SUS deste Município, conforme Revista ABC Farma, que não façam parte da Farmácia Básica, de acordo com o Pregão Presencial n° 4/2013.

DO VALOR: R\$ 180.000,00 - valor total.

DA VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, a contar de 26.02.2013

São Bento do Sul, 26 de fevereiro de 2013.

ASS: DEODATO RAUL HRUSCHKA, pelo Fundo.

SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA - SESI, como Contratada.

### **Extrato de Contrato N° 072/2013**

EXTRATO DO CONTRATO N° 072/2013

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Prestação de Serviços que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa WBT INTERNET LTDA ME.

DO OBJETO: Consiste nos serviços de internet/serviço multimídia para uso na Casa Abrigo da Mulher, conforme Compra Direta n° 441/2013.

DO VALOR: R\$ 1.320,00 - valor total.

DA VIGÊNCIA: 11 (onze) meses a contar de 01.02.2013

São Bento do Sul, 20 de fevereiro de 2013.

ASS: RITA MARIA DUMS, pela Secretaria de Assistência Social do Município.

WBT INTERNET LTDA ME, como Contratada.

### **Extrato de Contrato N° 141/2013**

EXTRATO DO CONTRATO N° 141/2013

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Prestação de Serviços que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa SANTA CATARINA CONSULTORES ASSOCIADOS LTDA.

DO OBJETO: Consiste na contratação de serviços de Assessoria Técnica especializada na área de orientação de elaboração de projetos e acompanhamento de processos, no âmbito do Distrito Federal junto aos órgãos Governamentais Federais, Organismos Internacionais e Embaixadas, e na área de captação de recursos junto ao Governo Federal, Instituições Financeiras Nacionais e Internacionais e Organismos Internacionais, com o objetivo de proporcionar melhorias nos serviços públicos municipais oferecidos aos cidadãos do município, conforme Projeto Básico em anexo ao Pregão n° 116/2013.

DO VALOR: R\$ 58.500,00 - valor total.

DA VIGÊNCIA: 08 (oito) meses e 06 (seis) dias, a contar desta data.

São Bento do Sul, 25 de abril de 2013.

ASS: PAULO ROGÉRIO TURECK, como Chefe de Gabinete do Município.

SANTA CATARINA CONSULTORES ASSOCIADOS LTDA, como Contratada.

### **Extrato de Termo Aditivo N° 037/2013**

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N° 037/2013

DA ESPÉCIE: Oitavo Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços de n° 301/2011, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa CCF CONSULTORES LTDA, em 06 de OUTUBRO de 2011, conforme Convite n° 302/2011.

Considerando o objeto do Contrato a prestação de serviços de licenciamento ambiental de regularização para o Cemitério Vertical, sito à Rua Germano Brand, Schramm, contemplando: Preenchimento das informações pertinentes ao Licenciamento Ambiental; ECA; Planta Planialtimétrica do Local; Locação e Perfuração de 03 (três) Poços de Monitoramento com: Perfuração a Trado dos Três Poços; Laudo Hidrogeológico; juntada de documentação e protocolo junto a FATMA, e tendo em vista que a continuidade dos serviços depende de aprovação pelo órgão responsável, Fundação do Meio Ambiente - FATMA, que até o presente momento tal aprovação não foi expedida, ocasionando atraso na prestação dos serviços, faz-se necessário prorrogar o Contrato, nos seguintes termos:

Fica prorrogado o prazo de execução dos serviços do Contrato

por 60 (sessenta) dias, a contar de 31 de janeiro de 2013 e com término em 31 de março de 2013.

Fica prorrogada a vigência do Contrato por 60 (sessenta) dias, a contar de 02 de março de 2013 e com término em 30 de abril de 2013.

As demais cláusulas e condições previstas no Contrato primitivo, firmado em 06 de outubro de 2011, Termo Aditivo nº 342/2011 de 02 de dezembro de 2011, Termo Aditivo nº 079/2012 de 07 de fevereiro de 2012, Termo Aditivo nº 127/2012 de 03 de abril de 2012, Termo Aditivo nº 206/2012 de 01 de junho de 2012, Termo Aditivo nº 290/2012 de 03 de agosto de 2012, Termo Aditivo nº 354/2012 de 02 de outubro de 2012 e Termo Aditivo nº 409/2012 de 30 de novembro de 2012, permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 25 de janeiro de 2013.

ASS: FERNANDO TURECK, pelo Município.

CCF CONSULTORES LTDA, como Contratada.

### **Extrato de Termo Aditivo N° 086/2013**

#### **EXTRATO DO TERMO ADITIVO N° 086/2013**

DA ESPÉCIE: Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Empreitada de nº 328/2012, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa BRACOR CORRETORA DE SEGUROS LTDA, em 12 de setembro de 2012, conforme Edital de Tomada de Preços nº 283/2012.

Considerando o objeto do Contrato nº 328/2012, que consiste na adequação à mobilidade urbana na Rua Benjamin Constant, Centro, no Município de São Bento do Sul, com a execução de pavimentação, recapeamento, revitalização das calçadas, sinalização e demais obrigações necessárias, com fornecimento de material, mão de obra, conforme Contrato de Repasse nº 373.004-15/2011 Ministério das Cidades/CAIXA.

Considerando a demora para autorização de início da obra por parte da Caixa Econômica Federal, faz-se necessário prorrogar a vigência do referido Contrato, com base no Art. 57, parágrafo 1º, inciso V, da Lei nº 8.666/2013, nos seguintes termos:

Fica iniciado o prazo de execução dos serviços do Contrato nº 328/2012, a partir de 18 de fevereiro de 2013, com término em 17 de abril de 2013, de acordo com a Ordem de Serviço emitida após autorização da Caixa Econômica Federal, conforme Ofício nº 0150/2013/GIDUR/JV/AG. SÃO BENTO DO SUL/SC.

Fica prorrogada a vigência do Contrato por 03 (três) meses, a contar de 12 de março de 2013 e com término em 11 de junho de 2013.

As demais cláusulas e condições previstas no Contrato Primitivo, firmado em 12 de setembro de 2012 e Termo Aditivo nº 418/2012 de 10 de dezembro de 2012, permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 06 de março de 2013.

ASS: CÁSSIO LUIZ ZSCHOERPER, pela Secretaria de Planejamento e Urbanismo.

BRACOR CORRETORA DE SEGUROS LTDA, como Contratada.

### **Extrato de Termo Aditivo N° 106/2013**

#### **EXTRATO DO TERMO ADITIVO N° 106/2013**

DA ESPÉCIE: Nono Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços de nº 301/2011, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa CCF CONSULTORES LTDA, em 06 de OUTUBRO de 2011, conforme Convite nº 302/2011.

Considerando o objeto do Contrato nº 301/2011, que consiste na prestação de serviços de licenciamento ambiental de regularização para o Cemitério Vertical, sito à Rua Germano Brand, Schramm, contemplando: Preenchimento das informações pertinentes ao Licenciamento Ambiental; ECA; Planta Planialtimétrica do Local; Locação e Perfuração de 03 (três) Poços de Monitoramento com:

Perfuração a Trado dos Três Poços; Laudo Hidrogeológico; juntada de documentação e protocolo junto a FATMA.

Considerando que o processo encontra-se em análise pelo órgão licenciador, na qual a continuidade dos serviços depende de aprovação pela Fundação do Meio Ambiente - FATMA, que até o presente momento tal aprovação não foi expedida, ocasionando atraso na prestação dos serviços, faz-se necessário prorrogar o referido Contrato, com base no Art. 57, parágrafo 1º, inciso II, da Lei nº 8.666/93, nos seguintes termos:

Fica prorrogado o prazo de execução dos serviços do Contrato por 60 (sessenta) dias, a contar de 01 de abril de 2013 e com término em 30 de maio de 2013.

Fica prorrogada a vigência do Contrato por 60 (sessenta) dias, a contar de 01 de maio de 2013 e com término em 29 de junho de 2013.

As demais cláusulas e condições previstas no Contrato primitivo, firmado em 06 de outubro de 2011, Termo Aditivo nº 342/2011 de 02 de dezembro de 2011, Termo Aditivo nº 079/2012 de 07 de fevereiro de 2012, Termo Aditivo nº 127/2012 de 03 de abril de 2012, Termo Aditivo nº 206/2012 de 01 de junho de 2012, Termo Aditivo nº 290/2012 de 03 de agosto de 2012, Termo Aditivo nº 354/2012 de 02 de outubro de 2012, Termo Aditivo nº 409/2012 de 30 de novembro de 2012 e Termo Aditivo nº 037/2013 de 25 de janeiro de 2013, permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 28 de março de 2013.

ASS: FERNANDO TURECK, pelo Município.

CCF CONSULTORES LTDA, como Contratada.

### **Extrato de Termo Aditivo N° 116/2013**

#### **EXTRATO DO TERMO ADITIVO N° 116/2013**

DA ESPÉCIE: Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços de nº 365/2012, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa CCF CONSULTORES LTDA, em 16 de OUTUBRO de 2012, conforme Convite nº 339/2012.

Considerando o objeto do Contrato nº 365/2012, que consiste na contratação de empresa para solicitação de licença ambiental prévia (LAP) e elaboração de estudo ambiental simplificado (EAS), de acordo com IN 63 - Construções Viárias da FATMA, para implantação do Contorno Norte; e elaboração de estudo fitossociológico da área prevista para compensação florestal no Centenário, relativa a supressão de vegetação nativa de 02 (duas) áreas inseridas no Contorno Norte.

Considerando que a continuidade dos serviços depende de aprovação pelo órgão responsável, no caso a Fundação do Meio Ambiente - FATMA, que até o presente momento tal aprovação não foi expedida, ocasionando atraso na prestação dos serviços, faz-se necessário prorrogar o referido Contrato, com base no Art. 57, parágrafo 1º, inciso II, da Lei nº 8.666/93, nos seguintes termos: Fica prorrogada a vigência do Contrato por 90 (noventa) dias, a contar de 14 de abril de 2013 e com término em 12 de julho de 2013.

As demais cláusulas e condições previstas no Contrato primitivo, firmado em 16 de outubro de 2012 e Termo Aditivo nº 020/2013 de 11 de janeiro de 2013, permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 12 de abril de 2013.

ASS: CÁSSIO LUIZ ZSCHOERPER, pela Secretaria de Planejamento e Urbanismo do Município.

CCF CONSULTORES LTDA, como Contratada.



### Extrato de Termo Aditivo N° 118/2013

#### EXTRATO DO TERMO ADITIVO N° 118/2013

DA ESPÉCIE: Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços de nº 365/2012, firmado entre e o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa CCF CONSULTORES LTDA, em 16 de OUTUBRO de 2012, conforme Convite nº 339/2012.

Considerando o objeto do Contrato nº 368/2012, que consiste na contratação de empresa para solicitação de Manifestação Ambiental, de acordo com a IN 34 - Atividades Sujeitas ao Cadastro Ambiental da FATMA, para reforma da área já edificada (antiga Móveis Leopoldo); e solicitação de Licenciamento Ambiental com finalidade de desassoreamento de 08 (oito) trechos de córregos e rios, localizados no perímetro urbano de São Bento do Sul.

Considerando que o processo de licenciamento do Item 2 do referido Contrato ainda encontra-se em trâmite junto ao órgão responsável, no caso a Fundação do Meio Ambiente - FATMA, faz-se necessário prorrogar a vigência do referido Contrato, com base no Art. 57, parágrafo 1º, inciso II, da Lei nº 8.666/93, nos seguintes termos:

Fica prorrogada a vigência do Contrato por 90 (noventa) dias, a contar de 14 de abril de 2013 e com término em 12 de julho de 2013.

As demais cláusulas e condições previstas no Contrato primitivo, firmado em 16 de outubro de 2012 e Termo Aditivo nº 021/2013 de 11 de janeiro de 2013, permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 12 de abril de 2013.

ASS: CÁSSIO LUIZ ZSCHOERPER, pela Secretaria de Planejamento e Urbanismo do Município.

CCF CONSULTORES LTDA, como Contratada.

### Extrato de Termo Aditivo N° 126/2013

#### EXTRATO DO TERMO ADITIVO N° 126/2013

DA ESPÉCIE: Terceiro Termo Aditivo ao Contrato de Empreitada de nº 328/2012, firmado entre e o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa BRACOR CORRETORA DE SEGUROS LTDA, em 12 de SETEMBRO de 2012, conforme Edital de Tomada de Preços nº 283/2012.

Considerando o objeto do Contrato nº 328/2012, que consiste a adequação à mobilidade urbana na Rua Benjamin Constant, Centro, no Município de São Bento do Sul, com a execução de pavimentação, recapeamento, revitalização das calçadas, sinalização e demais obrigações necessárias, com fornecimento de material, mão de obra, conforme Contrato de Repasse nº 373.004-15/2011 Ministério das Cidades/CAIXA.

Considerando que de acordo com justificativa e planilha, sendo que as supressões serão incorporadas ao convênio com o Governo Federal e os aditamentos serão pagos com recursos municipais, faz-se necessário aditar e suprimir o valor no referido Contrato, com base no Art. 65, parágrafo 1º, da Lei nº 8.666/93, nos seguintes termos:

As demais cláusulas e condições previstas no Contrato Primitivo, firmado em 12 de setembro de 2012, Termo Aditivo nº 418/2012 de 10 de dezembro de 2012 e Termo Aditivo nº 086/2013 de 06 de março de 2013, permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 15 de abril de 2013.

ASS: CÁSSIO LUIZ ZSCHOERPER, pela Secretaria de Planejamento e Urbanismo do Município.

BRACOR CORRETORA DE SEGUROS LTDA, como Contratada.

## SAMAE

### Aviso de Licitação

Resumido Edital de Pregão Presencial nº 17/2013

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2013

MENOR PREÇO POR ITEM

O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Diretor Presidente, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até as 09:30 horas do dia 20 de junho de 2013, em sua sede na Rua Marechal Floriano, nº 214, propostas para:

DO OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL PARA ESTOQUE ESGOTAMENTO SANITÁRIO (CONEXÕES, TUBOS, LACRES, ETC.).

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital Completo, no Departamento de Compras (Divisão de Suprimentos e Transporte), sede do SAMAE-SBS, no endereço acima especificado, no horário das 08h00 às 12h00 e das 13h30min às 17h00 ou através da internet no site: [www.samaesbs.sc.gov.br/editais](http://www.samaesbs.sc.gov.br/editais).

São Bento do Sul, 07 de junho de 2013.

OSMAR TELMA

Diretor Presidente

MARCOS DUARTE

Pregoeiro

## São Domingos

### PREFEITURA

### Decreto N° 1323, de 03 de Junho de 2013

DECRETO N° 1323, DE 03 DE JUNHO DE 2013

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES NO ORÇAMENTO DE 2013, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e autorização contida na Lei Municipal nº 1.660, de 28/04/2011, Lei Municipal nº 1715, de 30/04/2013 e Lei Federal nº 4.320/64, art. 43, §1º, inciso II,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 96.018,09 (noventa e seis mil, dezoito reais e nove centavos), no orçamento de 2013 da unidade Prefeitura Municipal, na seguinte programação de despesa:

07.00 – SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERV. PÚBLICOS				
15.452.1009.2.016 – Man. Das Atividades da Sec. de Transp. Obras e Serv. Públicos				
Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
44900000	Aplicações Diretas	74	01.00	96.018,09

Art. 2º Como Fonte de Recurso para abertura do crédito adicional de que trata o art. 1º, decorrerá da anulação parcial da modalidade a seguir descrita:

**02.00 – GABINETE DO PREFEITO****04.122.1002.2.002 – Manutenção das Atividades do Gabinete do Prefeito**

Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
44900000	Aplicações Diretas	03	01.00	96.018,09

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos-SC, 03 de junho de 2013.

**ALCIMAR DE OLIVEIRA**

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

**ANA CLAUDIA BARIZON FONTANA DA LUZ**

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

**Aditivo Prefe N° 002/2013**

**DADOS E TEXTO DE TERMO ADITIVO DE CONVÊNIO:**

**MÊS/ANO: FEVEREIRO/2013**

**NÚMERO:** 3º Termo Aditivo Prefe nº 002/2013 de 25/02/13 ao Convênio Prefe nº 002/2011 de 22/08/11 (Termo de Compromisso nº 0352.422-30/2011)

**INICIO DA VIGÊNCIA:** 25/02/13

**DESCRIÇÃO:** O Presente Termo Aditivo tem por objetivo e finalidade alterar o subitem 16 da Cláusula Décima Sexta - Da Vigência do Termo de Compromisso nº 0352.422-30/2011/Ministério das Cidades de 22/08/11, realizado segundo os termos do programa - FNHIS - Urbanização, Regularização, e Integração de Assentamentos Precários do Ministério das Cidades.

**RESPONSÁVEL JURÍDICO:** VINICIUS AUGUSTO ANDRIOLI OAB/SC N. 29.784-B

**CONCEDENTE:** CAIXA ECONÔMICA FEDERAL/MCIDADES/UNIÃO FEDERAL

**CNPJ:** nº 00.360.305/0001-04

**CONVENIENTE:** MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS (SC)

**CNPJ:** nº 83.009.894/0001-08

**FINAL DA VIGÊNCIA:** 22/03/2014

**São João do Sul**

**PREFEITURA**

**Decreto N°. 065 de 24 de Maio de 2013**

**DECRETO N°. 065 DE 24 DE MAIO DE 2013**

**"Altera os Incisos I e II do Art. 1º do Decreto nº 038 de 11 de abril de 2011 e dá outras providências"**

**JOÃO RUBENS DOS SANTOS**, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o artigo 53, da Lei Orgânica do Município; **DECRETA:**

**Art. 1º** - Ficam alteradas os incisos I e II do Art. 1º do Decreto nº 038 de 11 de abril de 2011, para substituição dos representantes do Governo Municipal no Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural de São João do Sul - CMDR, a seguir:

**I** - Representantes da Prefeitura Municipal:

Titular: Jailson Bortolin da Rosa

Suplente: Diego de Melo Herr

**II** - Representante da Câmara Municipal de Vereadores:

Titular: Ronivon Santos de Matos;

Suplente: Ana Maria Klein da Silva.

**III** - Representantes da CIDASC:

Titular: Francisco C. M. Torres

Suplente: Michel Scandolaria Bianchini

**IV** - Representantes da EPAGRI

Titular: Moisés Peres Bauer

Suplente: Lidiane Camargo

**V** - Representantes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais

Titular: Valdeci de Andrada Pereira

Suplente: Manuel Margenat Antônio

**VI** - Representantes da Coopersulca

Titular: Fernando Vargas Marcellino

Suplente: Luciano Alexandre Pereira

**VII** - Representantes da Associação de Ervas Medicinais

Titular: Virgilina de Matos Alexandre

Suplente: Bernadete Bauer Roxo

**VIII** - Representantes da Comunidade de Forquilha

Titular: José Alberto Bauer

Suplente: Marcos dos Santos Bauer

**IX** - Representantes da Comunidade de Glorinha

Titular: Paulo César Bauer Scheffer

Suplente: Paulo Luiz da Silva

**X** - Representantes da Comunidade de Nova Fátima

Titular: Dilnei de Mello Pereira

Suplente: Devaldir Trajano da Silva

**XI** - Representantes da Comunidade de Passo Magnus

Titular: Abraão Corêa Magnus

Suplente: Hédio Magnus Laureano

**XII** - Representantes da Comunidade de Querência

Titular: Neri Pereira Raupp

Suplente: Eduardo de Aguiar

**XIII** - Representantes da Comunidade de Sertão do Piritú

Titular: Otávio Emilio Benfato Raupp

Suplente: Alberto Francisco Silveira de Oliveira

**XIV** - Representantes da Comunidade de Timbopeba

Titular: José Moacir Bianchin

Suplente: Maria de Fátima Lima

**XV** - Representantes da Comunidade de Três Coqueiros

Titular: Odilon Gonçalves de Oliveira

Suplente: Henrique Luiz de Borba

**XVI** - Representantes da Comunidade de Vila Conceição

Titular: Eneir Martins

Suplente: Carlos Francisco Silveira de Oliveira

**XVII** - Representantes da Comunidade de Vila Santa Catarina

Titular: Aldoir Maciel Borba

Suplente: Carlos Bauer Scheffer

**XVIII** - Representantes da Comunidade de Vila São José

Titular: José dos Santos Silveira

Suplente: Edson de Matos Alexandre

**XIX** - Representante da Comunidade de Beira Rio

Titular: Adelino Scandolaria Scariot

**XX** - Representante da Comunidade de Campestre

Titular: Joanir dos Santos

XXI - Representante da Comunidade de Cipriano Alves  
Titular: Valmir Bauer Alves

XXII - Representante da Comunidade de Pinheiros  
Titular: Valdinei Bitencourt Tomaz

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,  
em 24 de maio de 2013.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria aos vinte e quatro dias do  
mês de maio do ano de dois mil e treze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER  
Secretária Municipal de Administração e Finanças

#### **Portaria N° 109 de 13 de Maio de 2013.**

PORTARIA N° 109 DE 13 DE MAIO DE 2013.  
"CONCEDE FÉRIAS"

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do  
Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e  
de acordo com o art. 90, § 5º, c/c art. 93 da Lei 1063 de 01 de  
novembro de 2002 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

#### **RESOLVE:**

Conceder Férias para a Servidora ANGÉLICA SANTOS MELO, ocu-  
pante do cargo efetivo de Fiscal da Fazenda, de 13/05/2013 a  
11/06/2013, referente ao período aquisitivo 2012/2013.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,  
em 13 de maio de 2013.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria aos treze dias do mês  
maio do ano de dois mil e treze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER  
Secretária Municipal de Administração e Finanças

#### **Portaria N°. 110 de 13 de Maio de 2013.**

PORTARIA N°. 110 DE 13 DE MAIO DE 2013.  
"CESSAR OS EFEITOS DA PORTARIA N° 262 DE 06 DE DEZEMBRO  
DE 2011"

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do  
Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e  
de acordo com o art. 55 da Lei Orgânica do Município;

#### **R E S O L V E:**

Cessar os efeitos da Portaria n° 262, de 06 de dezembro de 2011,  
que concedeu Gratificação, nível G-9, para exercer responsabili-  
dade técnica da Unidade Municipal de Cadastramento - INCRA, ao  
servidor JOSÉ CARLOS SCHINAIDER, ocupante do cargo efetivo de  
Auxiliar Administrativo, a contar da presente data.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,  
13 de maio de 2013.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria aos treze dias do mês de  
maio do ano de dois mil e treze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER  
Secretária Municipal de Administração e Finanças

**São José**

#### **PREFEITURA**

#### **Decreto N° 1007/2013 de 03 de Junho de 2013**

DECRETO N° 1007/2013

NOMEIA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que  
lhe são conferidas pelo art.62, da Lei Orgânica Municipal,

#### **DECRETA:**

Art. 1º - Fica nomeada, CAMILA FURLAN para exercer o cargo  
de Assessor II Administrativo - CCM2, com lotação na Secretaria  
de Educação, nos termos da Lei Complementar nº 014, de 06 de  
Dezembro de 2004.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 03 de junho de 2013.

ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

#### **Decreto N° 1008/2013 de 03 de Junho de 2013**

DECRETO N° 1008/2013

NOMEIA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que  
lhe são conferidas pelo art.62, da Lei Orgânica Municipal,

#### **DECRETA:**

Art. 1º - Fica nomeada, JOYCE HELENA LIMA para exercer o cargo  
de Assessor II Administrativo - CCM2, com lotação Procuradoria  
Geral, nos termos da Lei Complementar nº 014, de 06 de Dezem-  
bro de 2004.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 03 de junho de 2013.

ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

#### **Decreto N° 1009/2013 de 03 de Junho de 2013**

DECRETO N° 1009/2013

NOMEIA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que  
lhe são conferidas pelo art.62, da Lei Orgânica Municipal,

#### **DECRETA:**

Art. 1º - Fica nomeado, DANIEL LORENZETTI para exercer o cargo  
de Assessor Técnico Jurídico - CCM8, com lotação na Procuradoria  
Geral, nos termos da Lei Complementar nº 014, de 06 de Dezem-  
bro de 2004.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 03 de junho de 2013.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

### **Decreto N° 1010/2013 de 03 de Junho de 2013**

DECRETO N° 1010/2013

EXONERA SERVIDORA.

A Prefeita Municipal de São José, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerada a servidora, LÚCIA HELENA DA SILVEIRA, ocupante do cargo de Assessor II Administrativo - CCM 2, com lotação na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 03 de junho de 2013.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

### **Decreto N° 1017/2013 de 05 de Junho de 2013**

DECRETO N° 1017/2013

NOMEIA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado, THIAGO NUNES FERREIRA para o cargo em comissão de Assessor Técnico Jurídico - CCM8, com lotação na Procuradoria Geral do Município, nos termos da Lei Complementar nº 014/2004, sem ônus para a origem, com obrigatoriedade da Prefeitura Municipal de São José recolher mensalmente as contribuições Previdenciárias (parte do servidor e patronal) ao IPREV.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 05 de junho de 2013.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

### **Decreto N° 1018/2013 de 05 de Junho de 2013**

DECRETO N° 1018/2013

EXONERA SERVIDORA.

A Prefeita Municipal de São José, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerada "A PEDIDO" a servidora, GISLAINE DE OLIVEIRA CAMPANHOLO, ocupante do cargo de Assessor Pedagógico I, CCM -01, com lotação na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 03 de junho de 2013.

Paço Municipal em São José (SC), 05 de junho de 2013.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

### **Decreto N° 1020/2013 de 05 de Junho de 2013**

DECRETO N° 1020/2013

EXONERA SERVIDORA.

A Prefeita Municipal de São José, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerada "A PEDIDO" a servidora, CAROLINE CLAU-MANN, ocupante do cargo de Diretor Adjunto de CEM - CCM3, com lotação na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 03 de junho de 2013.

Paço Municipal em São José (SC), 05 de junho de 2013.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

### **Decreto N° 980/2013 de 28 de Maio de 2013**

DECRETO N° 980/2013

DESIGNA ÓRGÃO CENTRAL PELA MOVIMENTAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA REFERENTE AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO EXERCÍCIO DE 2013.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município e em conformidade com o que dispõe o artigo 30, da Lei Orçamentária nº 5.261/2012 de 20 de dezembro de 2012,

DECRETA

Art. 1º - Fica DESIGNADA, a Secretaria Municipal de Finanças como Órgão Central, para movimentar as dotações orçamentárias entre os Elementos de Despesas de cada Órgão e/ou Unidade Orçamentária, referente ao Orçamento de 2013.

Art. 2º - Fica DESIGNADO ANTONIO CARLOS VIEIRA, Secretário Municipal de Finanças, como responsável para efetivação das movimentações orçamentárias entre os Elementos de Despesas, dentro do mesmo Órgão e/ou Unidade Orçamentária.

Art. 3º - As movimentações orçamentárias serão efetivadas por meio de Portarias, devidamente numeradas e assinadas pelo responsável designado neste Decreto.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 28 de maio de 2013.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

### **Portaria N° 002/2013/Gab**

Portaria nº 002/2013/GAB

NOMEIA AGENTES MUNICIPAIS DE DESENVOLVIMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso da competência que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e tendo em vista a Lei Complementar N° 123/2006 no seu Art. 85-A,

RESOLVE:

Art. 1º- Ficam nomeados os seguintes servidores para comporem o quadro de Agentes de Desenvolvimento do Município de São José:

- Fabio César de Moraes - Mat. 10874
- Francisco Fernandes - Mat. 33079
- Joni Ramos - Mat. 15407



- Maykon Siqueira - Mat. 33135
- Willian Quadros da Silva - Mat. 33064

Art. 2º- O Agente Municipal de Desenvolvimento é parte indispensável para a efetivação no município do PROGRAMA DE PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO LOCAL COM FUNDAMENTO NA LEI GERAL DA MICRO E PEQUENA EMPRESA, conforme termo de adesão assinado entre esse município e o SEBRAE/SC, que tem como objetivo a promoção da regulamentação e implementação da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas - Lei Complementar N°123/06, resultado da parceria entre a Prefeitura Municipal de São José e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE.

Art. 3º - Das ações do Agente Municipal de Desenvolvimento:

- Organizar um Plano de Trabalho de acordo com as prioridades de implementação da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas no município;
- Identificar as lideranças locais no setor público, privado e lideranças comunitárias que possam colaborar com o trabalho;
- Montar grupo de trabalho com principais representantes de instituições públicas e privadas e dar a essa atividade um caráter oficial;
- Manter diálogo constante com o grupo de trabalho, lideranças identificadas como prioritárias para a continuidade do trabalho, e diretamente com os empreendedores do município;
- Manter registro organizado de todas as suas atividades; e
- Auxiliar o poder público municipal no cadastramento e engajamento dos empreendedores individuais.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 23 de maio de 2013.

ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

FERNANDO SOUZA  
Secretário Municipal

# PEGASO

Programa de Excelência na Gestão da Assistência Social



Por meio deste sistema de gestão, é possível organizar serviços, fluxos e protocolos de atendimento dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e dos Centros Especializado de Assistência Social (CREAS), bem como serviços de alta complexidade, conforme a Política Nacional de Assistência Social e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Algumas contribuições do PEGASO para as secretarias municipais de assistência social são:

- Monitoramento e avaliação dos resultados obtidos na execução dos serviços, programas, projetos e benefícios dos municípios;
- Melhoria contínua do trabalho desenvolvido, com foco na satisfação dos usuários e suas famílias;
- Sustentabilidade e eficácia da rede de proteção de assistência social;
- Acompanhamento global de forma integrada com a rede de proteção social;
- Acesso aos dados registrados de atendimentos anteriores em qualquer unidade de atendimento social;
- Agilidade na identificação e no atendimento nos diferentes equipamentos sociais – CRAS, CREAS, Abrigos Institucionais, Casa Lar entre outros;
- Perfil fidedigno do usuário;
- Eficácia da equipe de referência de Assistência Social nos CRAS, CREAS e demais equipamentos sociais;
- Ausência de duplicidade de atendimentos e liberação de benefícios;
- Economia de tempo;
- Aprimoramento do processo de trabalho;
- Agilidade no atendimento;
- Mensuração qualitativa e quantitativa dos serviços prestados;
- Relatórios estatísticos;
- Levantamento real da demanda reprimida;
- Permite a elaboração do Plano de Acompanhamento Familiar e sua atualização;
- Realização de diagnóstico social no município para definição de estratégias de intervenção.

[www.ciga.sc.gov.br](http://www.ciga.sc.gov.br)

**Edital de Notificação de Imposição de Penalidade Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 758 83/2013**  
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 758 83/2013

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 758 83/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MAD8250	CV10030342	7455/0	24/12/2007	R\$ 85,13	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 5 DE JUNHO DE 2013

ANDREA IRANY PACHECO RODRIGUES

DIRETORA

1 / 1

# São Lourenço do Oeste

## PREFEITURA

### Extrato do Contrato N° 002/2013, de 06 de Junho de 2013 - ICSL.

EXTRATO DO CONTRATO N° 002/2013, DE 06 DE JUNHO DE 2013 - ICSL.

Origem: art. 24, inc. II, da Lei 8.666/1993.

Contratante: Instituto Cultural de São Lourenço do Oeste - SC, CNPJ/MF n° 08.806.043/0001-70.

Contratada: Prime Produtora Visual Ltda ME, CNPJ n° 08.373.889/0001-64.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRODUÇÃO, ORGANIZAÇÃO, DIVULGAÇÃO, SONORIZAÇÃO E CONTRATAÇÃO DE PEÇA TEATRAL, COM DURAÇÃO DE 1:30 (UMA HORA E TRINTA MINUTOS), A SER REALIZADO NO DIA 09 DE JUNHO DE 2013, NO TEATRO PROFESSOR ARNO IGNÁCIO ETGES, LOCALIZADO JUNTO AO CENTRO DE EVENTOS DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC.

Valor: R\$ 7.243,00 (sete mil, duzentos e quarenta e três reais).

Dotação Orçamentária: 17.01.2.031.3.3.90.39.99.00.00.00 (2/2013).

Recursos Financeiros: As despesas resultantes deste termo aditivo correrão por conta do orçamento municipal vigente no exercício de 2013.

Data de Assinatura: 06/06/2013.

Vigência: de 06/06/2013 até 10/06/2013.

Signatários: Altamir Lemes da Rosa (Gerente Executivo) - pela contratante e Fernando Tonon - pela contratada.

### Extrato do Contrato N° 183/2013, de 03 de Junho de 2013.

EXTRATO DO CONTRATO N° 183/2013, DE 03 DE JUNHO DE 2013. Terceiro Termo Aditivo ao Contrato n° 414/2012.

Origem: Processo Licitatório n° 177/2012, Modalidade Tomada de Preços n° 007/2012.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ n° 83.021.873/0001-08.

Contratada: PANDINI CONSTR. E INCORPORACÕES LTDA, CNPJ n° 03.210.836/0001-09.

Objeto: Aditar a quantidade de itens do Contrato n° 414/2012, de 10/12/2012, em razão dos motivos expostos justificativa técnica e na planilha de orçamento reprogramado, ambas apresentada em anexo ao presente termo aditivo.

Valor: R\$ 14.763,84 (quatorze mil, setecentos e sessenta e três reais e oitenta e quatro centavos).

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução do objeto contrato, correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2013.

Pagamento: Conforme ordem cronológica disposta no Decreto 4.560, de 07/01/2013.

Data de Assinatura: 03/06/2013.

Vigência: De 03/06/2013 a 24/06/2013.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela contratante e Ailton Pandini - pela contratada.

## Notificação de Recebimento de Recursos Federais - 05/06/2013

**ESTADO DE SANTA CATARINA**

Betha Sistemas

**PREFEITURA MUNICIPAL SAO LOURENCO DO OESTE**

Exercício de 2013

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de São Lourenço do Oeste/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Período de: 05/06/2013 até 05/06/2013

Espécie	Recebido no Período
<b>Receitas Orçamentárias</b>	<b>22.663,51</b>
4.1.7.2.4.00.00.00.00 TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	22.663,51
4.1.7.2.4.01.00.00.00 Transf. de Recursos do FUNDEF	22.663,51
4.1.7.2.4.01.01.00.00 FUNDEB - MAGISTÉRIO	13.598,11
4.1.7.2.4.01.02.00.00 FUNDEB - OUTRAS DESPESAS	9.065,40

SÃO LOURENÇO DO OESTE, 07/06/2013

GERALDINO CARDOSO  
PREFEITO MUNICIPAL

LAURI ALBERTO CENTENARO  
SECRETARIO ADMINISTRAÇÃO



**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

**CÂMARA MUNICIPAL****Portaria N° 171/2013**

PORTARIA N° 171, DE 06 DE JUNHO DE 2013.

O Presidente da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em cumprimento a legislação vigente, especialmente o contido na Lei n° 10.520 de 17 de julho de 2002,

**RESOLVE:**

Art.1º Designar, o Servidor Público Municipal, Éderson Hermann, ocupante do cargo de Secretário Executivo, lotado na Câmara de Vereadores, matrícula n° 41/02, para atuar como Pregoeiro nas Licitações na modalidade de Pregão, no período de 06 de junho de 2013 a 31 de dezembro de 2014.

Parágrafo único. Os componentes da equipe de apoio para esta modalidade de Licitação serão os mesmos designados para a Comissão Permanente de Licitação.

Art. 2º. Por se tratar de serviço relevante para a Câmara de Vereadores, esta Portaria não acarretará o pagamento de adicionais.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 06 de junho de 2013.

VEREADOR WALMOR JOSÉ PEDERSSETTI  
PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES

**Portaria N° 169/2013**

PORTARIA N° 169, DE 03 DE JUNHO DE 2013.

O Presidente da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em cumprimento a legislação vigente,

**RESOLVE:**

Art. 1º Determinar a publicação dos atos legais, compreendendo: leis, decretos, resoluções, portarias, extratos de licitações, contratos e convênios, através de fixação no mural público da Câmara de Vereadores; em jornais de circulação local e regional; e no Diário Oficial dos Municípios disponível no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br).

Art. 2º Os demais atos, de ordem administrativa e regimental, no que tange a economia interna do Poder Legislativo Municipal, serão publicados no mural público da Câmara de Vereadores.

Art. 3º As informações orçamentárias e financeiras serão disponibilizadas no Portal da Transparência disponível no endereço eletrônico: [www.camaraolourenco.sc.gov.br](http://www.camaraolourenco.sc.gov.br).

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 03 de junho de 2013.

VEREADOR WALMOR JOSÉ PEDERSSETTI  
PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES

**Portaria N° 170/2013**

PORTARIA N° 170, DE 06 DE JUNHO DE 2013.

O Presidente da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial ao que determina o Art. 363, II, "p" da Lei Complementar

n° 146, de 28 de dezembro de 2013,

**RESOLVE:**

Art. 1º. NOMEAR os servidores municipais Luiz Carlos do Nascimento e Kelly Suzana Spenassatto, lotados na Câmara de Vereadores, para comporem o Conselho da Cidade de São Lourenço do Oeste na qualidade de representantes do Poder Legislativo Municipal.

Art. 2º. Por se tratar de serviço relevante, esta Portaria não acarretará o pagamento de adicionais aos servidores ora nomeados.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 06 de junho de 2013.

VEREADOR WALMOR JOSÉ PEDERSSETTI  
PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES

**Schroeder****PREFEITURA****Decreto N° 2.652/2013, de 7 de Junho de 2013**

DECRETO N°2.652/2013, de 7 de junho de 2013.

Cria o Comitê Local do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação da Rede Municipal de Ensino de Schroeder e Nomeia seus Membros.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 5 de abril de 1990 e considerando a necessidade de estabelecer as competências dos entes responsáveis pela implementação do Plano de Metas Compromisso Todos Pela Educação, instituído pelo Decreto n°. 6.094, de 24/04/2007,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica criado o Comitê Local do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação da Rede Municipal de Ensino de Schroeder.

Art. 2º O Comitê será constituído por representantes do sistema educacional público:

Dirigente Municipal de Educação

Representante do Conselho Municipal de Educação

Representante do Quadro Técnico-administrativo das Escolas

Representante dos Conselhos Escolares

Representante dos Coordenadores ou Supervisores Escolares

Representante dos Diretores de Escola

Representante dos Professores da Zona Rural

Representante dos Professores da Zona Urbana

Técnico da Secretaria Municipal de Educação

Art. 3º O Comitê tem por atribuições:

I - Elaborar e acompanhar o Plano de Ações Articuladas – PAR constituído com a parceira do município com o governo federal para execução das ações entre 2011 e 2014,

II - Mobilizar a sociedade para acompanhamento do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação e,

III - Acompanhar as metas de evolução do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB no município.

Art. 4º Ficam nomeados os profissionais abaixo relacionados, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação, para



compõem o COMITÊ LOCAL do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação:

REPRESENTAÇÃO	PROFISSIONAL
Dirigente Municipal de Educação	Maykel Roberto Laube
Representante do Conselho Municipal de Educação	Armelinda Walz Schmidt
Representante do Quadro Técnico-administrativo das Escolas	Marciane Neumann Stortz
Representante dos Conselhos Escolares	Valério de Oliveira Onofre
Representante dos Coordenadores ou Supervisores Escolares	Patrícia da Silva
Representante dos Diretores de Escola	Sheila Cristina Toniotti Lemes de Souza
Representante dos Professores da Zona Rural	Miriam Kreutzfeldt Vogel
Representante dos Professores da Zona Urbana	Lidiane Silveira
Técnico da Secretaria Municipal de Educação	Paulo Roberto Ferreira

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder, 7 de junho de 2013.

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

Publicado na mesma data.

GELSON STEIN  
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças



## O Poder Legislativo Municipal Acessível ao Cidadão

O Programa de Gestão das Câmaras de Vereadores, contém aplicativos para controle da tramitação de matérias, para o gerenciamento dos portais institucionais na internet, além de prover contas de e-mail aos vereadores e servidores das câmaras municipais.

- Controle da tramitação legislativa
- Desenvolvimento de portal institucional na internet
- Autonomia no gerenciamento do conteúdo do portal
- Contas de email para vereadores e servidores
- Canal direto com o cidadão
- Cumprimento da Lei de Acesso a Informação (Lei 12.527/2011)
- Módulo especial para as publicações obrigatórias da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei 101/2000) e demais regulamentações
- Economia de recursos públicos

[www.ciga.sc.gov.br](http://www.ciga.sc.gov.br)

**Dispensa Nº 32/2013-FMS****ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER**CNPJ: 83.102.491/0001-09  
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201  
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC**DISPENSA DE LICITAÇÃO  
Nr.: 32/2013 - DL**Processo Nr.: 47/2013  
Data: 07/06/2013

Folha: 1/2

**Fornecedor:** FRIOGASMAQ COMERCIAL LTDA

Código: 8295

Endereço: RUA MARINA FRUTUOSO, 636

Cidade: JARAGUÁ DO SUL - SC

CNPJ: 00.985.079/0001-57

Inscrição Estadual: 253.173.795

**Objeto da Compra:** Contratação de empresa especializada em manutenção de duas máquinas de lavar roupa mais mão de obra, da UBS do centro e do ESF 3 da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC.**ITENS**

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	1,00	Manutenção de máquina de lavar roupa mais mão de obra da UBS do centro.	UN	680,00	680,00
2	1,00	Manutenção de máquina de lavar roupa mais mão de obra da ESF 3.	UN	356,00	356,00

**FUNDAMENTO LEGAL:****Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.**

- II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

**JUSTIFICATIVA**

Considerando que estragaram duas máquinas de lavar roupa, uma da UBS do centro e outra do ESF 3 no mesmo período e, hoje as roupas de cama das duas unidades de saúde estão sendo levadas para lavagem no ESF 1, o que gera transtorno para as equipes e acúmulo de roupas sujas, além de descumprimento das normas de biossegurança, sendo que se faz necessário especificamente a troca frequente das roupas de cama das "camas hospitalares", para evitar que um paciente deite na mesma roupa de cama usada por outro paciente, sendo que ficam deitados para observação e/ou, uso de medicação injetável e, considerando que a Friogasmaq é autorizada, solicitamos a dispensa perante esta situação.

Schroeder, 7 de Junho de 2013

-----  
OSVALDO JURCK  
PREFEITO MUNICIPAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09  
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201  
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**DISPENSA DE LICITAÇÃO  
Nr.: 32/2013 - DL**

Processo Nr.: 47/2013  
Data: 07/06/2013

Folha: 2/2

6/6/2013

**DESPACHO FINAL:**

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação, em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 6 de Junho de 2013

**Valor da Despesa:** 1.036,00 (um mil e trinta e seis reais)

**Pagamento.....:** 15 dias após recebimento do documento fiscal

**Extrato de Contrato N° 70/2013-FMS**

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, n° 3201, Centro

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: http://www.schroeder.sc.gov.br

Extrato de Contrato n°. 70/2013-FMS

Processo de licitação n°. 47/2013-FMS - Dispensa de Licitação n°. 32/2013-FMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o n°. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, n°. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: FRIOGASMAQ COMERCIAL LTDA, inscrita no CNPJ sob o n°. 00.985.079/0001-57, estabelecida Rua Marina Frutuoso, n° 636, Centro, na cidade de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.251-500.

Objeto: consiste na contratação de empresa especializada em manutenção de duas máquinas de lavar roupa mais mão de obra, da UBS do centro e do ESF 3 da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Manutenção de máquina de lavar roupa mais mão de obra da UBS do centro.	01	Unidade	680,00	680,00
02	Manutenção de máquina de lavar roupa mais mão de obra da ESF 3.	01	Unidade	356,00	356,00
VALOR R\$ TOTAL					1.036,00

Valor do contrato: R\$ 1.036,00 (um mil e trinta e seis reais).

Data da Assinatura: 07/06/2013 – Vigência: 31/12/2013

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

**Serra Alta****PREFEITURA****Extrato Contratual 63-2013**

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE SERRA ALTA

PROCESSO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N° 32/2013

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato N°. 063/2013

Contratante MUNICIPIO DE SERRA ALTA

Contratada: DILSO LUIZ FRAPORTI ME.

Objeto : A CONTRATADA obriga-se a fornecer os itens n° 12, 40, 42, 43, 46, 51, 53 e 64 referente a Aquisição de Equipamentos e Mobiliário destinados a equipar a Creche Municipal de Serra Alta Tipo C, no âmbito do Programa Nacional de Reestruturação e Aparentagem da Rede Escolar Pública de Educação Infantil - PROINFÂNCIA, conforme Termo de Compromisso PAR N° 9742/2013, celebrado entre o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE e o Município de Serra Alta, com observância nas descrições e características do manual técnico de mobiliário e equipamentos creche tipo C do FNDE, conforme especificações constantes no Anexo D do Edital do Pregão 32-2013.

Valor : A CONTRATANTE pagará a CONTRATADA, pelo fornecimento dos bens objetos licitados o valor total proposto de R\$ 11.109,40 (Onze mil, cento e nove reais e quarenta centavos).

Vigência 07/06/2013 á 07/08/13

Dotação Orçamento vigente: 05.01.1.500.44.90.00 DR 0001 - Despesa 58.

SERRA ALTA, 07 de Junho de 2013.

FRANCISCO ARTUR BOTH

Prefeito Municipal

**Extrato Contratual 64-2013**

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE SERRA ALTA

PROCESSO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N° 32/2013

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato N°. 064/2013

Contratante MUNICIPIO DE SERRA ALTA

Contratada: PAULINÉIA LOTTERMANN REIS ME.

Objeto A CONTRATADA obriga-se a fornecer os itens n° 02, 04, 08, 09, 16, 21, 22, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 32, 33, 35, 37 e 38 referente a Aquisição de Equipamentos e Mobiliário destinados a equipar a Creche Municipal de Serra Alta Tipo C, no âmbito do Programa Nacional de Reestruturação e Aparentagem da Rede Escolar Pública de Educação Infantil - PROINFÂNCIA, conforme Termo de Compromisso PAR N° 9742/2013, celebrado entre o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE e o Município de Serra Alta, com observância nas descrições e características do manual técnico de mobiliário e equipamentos creche tipo C do FNDE, conforme especificações constantes no Anexo D do Edital do Pregão 32-2013;

Valor : A CONTRATANTE pagará a CONTRATADA, pelo fornecimento dos bens objetos licitados o valor total proposto de R\$ 15.773,50 (Quinze mil, setecentos e setenta e três reais e cinquenta centavos).

**PEGASO**  
Programa de Excelência na Gestão da Assistência Social

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE



Vigência 07/06/2013 á 07/08/13.

Dotação Orçamento vigente: 05.01.1.500.44.90.00 DR 0001 - Despesa 58.

SERRA ALTA, 07 de Junho de 2013.

FRANCISCO ARTUR BOTH

Prefeito Municipal

#### **Extrato Contratual 65-2013**

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE SERRA ALTA

PROCESSO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 32/2013

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato N°.: 065/2013

Contratante MUNICIPIO DE SERRA ALTA

Contratada: JACKSON NEIMAR PEDRASSANI ME.

Objeto A CONTRATADA obriga-se a fornecer os itens nº 01, 07, 30, 31, 44, 45, 47, 50, 54, 55, 57, 58, 60, 61, 62 e 63 referente a Aquisição de Equipamentos e Mobiliário destinados a equipar a Creche Municipal de Serra Alta Tipo C, no âmbito do Programa Nacional de Reestruturação e Aparentagem da Rede Escolar Pública de Educação Infantil - PROINFÂNCIA, conforme Termo de Compromisso PAR Nº 9742/2013, celebrado entre o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE e o Município de Serra Alta, com observância nas descrições e características do manual técnico de mobiliário e equipamentos creche tipo C do FNDE, conforme especificações constantes no Anexo D do Edital do Pregão 32-2013; Valor : A CONTRATANTE pagará a CONTRATADA, pelo fornecimento dos bens objetos licitados o valor total proposto de R\$ 13.717,10 (Treze mil, setecentos e dezessete reais e dez centavos).

Vigência 07/06/2013 á 07/08/13

Dotação Orçamento vigente: 05.01.1.500.44.90.00 DR 0001 - Despesa 58.

SERRA ALTA, 07 de Junho de 2013.

FRANCISCO ARTUR BOTH

Prefeito Municipal

#### **Extrato Contratual 66-2013**

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE SERRA ALTA

PROCESSO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 32/2013

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato N°.: 066/2013

Contratante MUNICIPIO DE SERRA ALTA

Contratada: GESUL COMERCIAL LTDA.

Objeto A CONTRATADA obriga-se a fornecer os itens nº 03, 05, 10, 11, 15, 17, 18, 19, 48, 52, 56 e 65 referente a Aquisição de Equipamentos e Mobiliário destinados a equipar a Creche Municipal de Serra Alta Tipo C, no âmbito do Programa Nacional de Reestruturação e Aparentagem da Rede Escolar Pública de Educação Infantil - PROINFÂNCIA, conforme Termo de Compromisso PAR Nº 9742/2013, celebrado entre o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE e o Município de Serra Alta, com observância nas descrições e características do manual técnico de mobiliário e equipamentos creche tipo C do FNDE, conforme especificações constantes no Anexo D do Edital do Pregão 32-2013; Valor : A CONTRATANTE pagará a CONTRATADA, pelo fornecimento dos bens objetos licitados o valor total proposto de R\$ 10.149,60 (Dez mil, cento e quarenta e nove reais e sessenta centavos).

Vigência 07/06/2013 á 07/08/13

Dotação Orçamento vigente: 05.01.1.500.44.90.00 DR 0001 - Despesa 58.

SERRA ALTA, 07 de Junho de 2013.

FRANCISCO ARTUR BOTH

Prefeito Municipal

#### **Extrato Contratual 67-2013**

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE SERRA ALTA

PROCESSO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 32/2013

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato N°.: 067/2013

Contratante MUNICIPIO DE SERRA ALTA

Contratada: KALIDUK COMERCIAL LTDA.

Objeto A CONTRATADA obriga-se a fornecer os itens nº 06, 13, 14, 20, 23, 34, 36, 41 e 49 referente a Aquisição de Equipamentos e Mobiliário destinados a equipar a Creche Municipal de Serra Alta Tipo C, no âmbito do Programa Nacional de Reestruturação e Aparentagem da Rede Escolar Pública de Educação Infantil - PROINFÂNCIA, conforme Termo de Compromisso PAR Nº 9742/2013, celebrado entre o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE e o Município de Serra Alta, com observância nas descrições e características do manual técnico de mobiliário e equipamentos creche tipo C do FNDE, conforme especificações constantes no Anexo D do Edital do Pregão 32-2013; Valor : A CONTRATANTE pagará a CONTRATADA, pelo fornecimento dos bens objetos licitados o valor total proposto de R\$ 9.244,00 (Nove mil, duzentos e quarenta e quatro reais).

Vigência 07/06/2013 á 07/08/13

Dotação Orçamento vigente: 05.01.1.500.44.90.00 DR 0001 - Despesa 58.

SERRA ALTA, 07 de Junho de 2013.

FRANCISCO ARTUR BOTH

Prefeito Municipal

# Siderópolis

## PREFEITURA

### Contrato FMS N°54

Contrato FMS n°54/2013

Data	Adjudicação	Contratante	Contratado	Objeto	Valor Global	Vigência
02/04/2013	Processo Licitatório n°22/2013 - CONVITE n°. 4/2013, homologado em 02/04/2013	Munício de Siderópolis, através do Fundo Municipal de Saúde	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR	Aquisição de equipamentos para as Unidades de Saúde do Município, conforme convênio n. 9685/2012-7 entre o Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Criciúma e o Município de Siderópolis, através do Fundo Municipal de Saúde.	R\$ 3.830,00	vigera até a entrega dos materiais e seu respectivo adimplemento

### Contrato FMS N°55

Contrato FMS n°55/2013

Data	Adjudicação	Contratante	Contratado	Objeto	Valor Global	Vigência
02/04/2013	Processo Licitatório n°22/2013 - CONVITE n°. 4/2013, homologado em 02/04/2013	Munício de Siderópolis, através do Fundo Municipal de Saúde	COMERCIO DE FERRAGENS MATTIA LTDA-ME	Aquisição de equipamentos para as Unidades de Saúde do Município, conforme convênio n. 9685/2012-7 entre o Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Criciúma e o Município de Siderópolis, através do Fundo Municipal de Saúde.	R\$ 10.202,00	vigera até a entrega dos materiais e seu respectivo adimplemento

### Contrato FMS N°56

Contrato FMS n°56/2013

Data	Adjudicação	Contratante	Contratado	Objeto	Valor Global	Vigência
02/04/2013	Processo Licitatório n°22/2013 - CONVITE n°. 4/2013, homologado em 02/04/2013	Munício de Siderópolis, através do Fundo Municipal de Saúde	MOVELMAQ EQUIPAMENTOS PARA ESCRITORIO LTDA ME	Aquisição de equipamentos para as Unidades de Saúde do Município, conforme convênio n. 9685/2012-7 entre o Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Criciúma e o Município de Siderópolis, através do Fundo Municipal de Saúde.	R\$ 2.089,00	vigera até a entrega dos materiais e seu respectivo adimplemento

### Contrato FMS N°57

Contrato FMS n°57/2013

Data	Adjudicação	Contratante	Contratado	Objeto	Valor Global	Vigência
------	-------------	-------------	------------	--------	--------------	----------

02/04/2013	Processo Licitatório n°22/2013 - CONVITE n°. 4/2013, homologado em 02/04/2013	Munício de Siderópolis, através do Fundo Municipal de Saúde	NYCE PAPELARIA E INFORMÁTICA LTDA ME	Aquisição de equipamentos para as Unidades de Saúde do Município, conforme convênio n. 9685/2012-7 entre o Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Criciúma e o Município de Siderópolis, através do Fundo Municipal de Saúde.	R\$ 9.740,00	vigerá até a entrega dos materiais e seu respectivo adimplemento
------------	---	---	--------------------------------------	---	--------------	--

**Contrato FMS N°58**

Contrato FMS n°58/2013

Data	Adjudicação	Contratante	Contratado	Objeto	Valor Global	Vigência
15/04/2013	Processo de Licitação n°25/2013 - Carta Convite n.º 6/2013	Munício de Siderópolis, através do Fundo Municipal de Saúde	AGESPLAN-ASSESSORIA GESTÃO E PLANEJAMENTO LTDA ME	A presente licitação destina-se a colher propostas para Consultoria na Gestão do SUS no município de Siderópolis durante o ano de 2013	R\$ 35.460,00	31/12/2013

**Contrato FMS N°59**

Contrato FMS n°59/2013

Data	Adjudicação	Contratante	Contratado	Objeto	Valor Global	Vigência
19/04/2013	Processo de Licitação n°24/2013 - Modalidade: CV n°5/2013	Munício de Siderópolis, através do Fundo Municipal de Saúde	THAYSE DIMAS RONSONI ME	Fornecimento de gêneros alimentícios para o Centro de Atenção Psicossocial – CAPS I , para o exercício de 2013	R\$ 28.749,10	31/12/2013

**Contrato FMS N°60**

Contrato FMS n°60/2013

Data	Adjudicação	Contratante	Contratado	Objeto	Valor Global	Vigência
28/05/2013	Processo de Licitação n°26/2013 - Pregão Presencial n°. 26/2013, homologado em 28/05/2013	Munício de Siderópolis, através do Fundo Municipal de Saúde	UNITÁ VEÍCULOS LTDA (CRICIUMA)	Aquisição de veículo Fiat – Uno, 1.0, 8v, 0km, ano/Modelo: 2013/2013, para a Vigilância Epidemiológica do Município	R\$ 28.900,00	vigerá até o adimplemento da obrigação

**Contrato N°27**

Contrato n°27/2013

Data	Adjudicação	Contratante	Contratado	Objeto	Valor Global	Vigência
------	-------------	-------------	------------	--------	--------------	----------

08/04/2013	Processo de Licitação n°22/2013 - Convite n°22/2013 – homologado em 08/04/2013	Município de Siderópolis	VC CONSTRUÇÕES ME	Prestação de serviços de até 1200 horas trabalhadas com caminhão "truck" basculante traçado, para transporte de saibro, seixo rolado, brita e/ou outros materiais necessários para eventuais manutenções das estradas vicinais do sistema viário do município, ou qualquer outro serviço pertinente para a Secretaria de Obras e serviços Municipais e Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, durante o exercício de 2013.	R\$ 78.000,00	31/12/2013
------------	---	--------------------------	----------------------	--	---------------	------------

**Contrato N°28**

Contrato n°28/2013

Data	Adjudicação	Contratante	Contratado	Objeto	Valor Global	Vigência
10/04/2013	Processo de Licitação n°21/2013 - Convite N° 21/2013, homologado em 10/04/2013	Município de Siderópolis	TOTI REFORMADORA DE PNEUS NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO	O presente Contrato ter por objetivo os serviços de recape de pneus da frota municipal, conforme descrição em anexo	R\$ 55.427,00	31/12/2013

**Contrato N°29**

Contrato n°29/2013

Data	Adjudicação	Contratante	Contratado	Objeto	Valor Global	Vigência
12/04/2013	Processo de Licitação n°24/2013 - CV N° 24/2013	Município de Siderópolis	RESICOLOR INDUSTRIA DE PRODUTOS QUIMICOS LTDA	Contratação de empresa para fornecimento de tintas, solventes e similares, para o município de Siderópolis	R\$ 63.227,80	31/12/2013

**Contrato N°30**

Contrato n°30/2013

Data	Adjudicação	Contratante	Contratado	Objeto	Valor Global	Vigência
15/04/2013	Processo de Licitação n°23/2013 - Convite n°23/2013	Município de Siderópolis	DKR COMERCIO ELETRO ELETRONICA LTDA - EPP	Contratação de empresa especializada em instalação e implantação subestação de 75KVA em poste na entrada de energia e adequações necessárias da parte elétrica da Edificação Creche Municipal, com fornecimento de material	R\$ 25.341,23	30 dias após a emissão da ordem de serviço



**Contrato N° 31**

Contrato n°31/2013

Data	Adjudicação	Contratante	Contratado	Objeto	Valor Global	Vigência
19/04/2013	Processo de Licitação n°29/2013 - Inexigibilidade n°29/2013	Município de Siderópolis	Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina - Epagri	Prestação de serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural para exercício de 2013 pela CONTRATADA para a CONTRATANTE, contendo as ações descritas no Plano anual de trabalho - PAT.	R\$ 29.321,37	31/12/2013

**Contrato N° 32**

Contrato n°32/2013

Data	Adjudicação	Contratante	Contratado	Objeto	Valor Global	Vigência
19/04/2013	Processo de Licitação n°26/2013 - Modalidade: Pregão Presencial n°26/2013	Município de Siderópolis	TS NUERBERG EPP	Fornecimento parcelado de Tubos de Concreto e artefatos de cimento para eventuais manutenções de redes de drenagem em ruas e avenidas do Município, conforme as necessidades das Secretarias Municipais	R\$ 5.460,00	31/12/2013

**Contrato N° 33**

Contrato n°33/2013

Data	Adjudicação	Contratante	Contratado	Objeto	Valor Global	Vigência
19/04/2013	Processo de Licitação n°26/2013 - Modalidade: Pregão Presencial n°26/2013	Município de Siderópolis	LS LAJES SILVA LTDA ME	Fornecimento parcelado de Tubos de Concreto e artefatos de cimento para eventuais manutenções de redes de drenagem em ruas e avenidas do Município, conforme as necessidades das Secretarias Municipais	R\$ 5.450,00	31/12/2013

**Contrato N° 34**

Contrato n°34/2013

Data	Adjudicação	Contratante	Contratado	Objeto	Valor Global	Vigência
19/04/2013	Processo de Licitação n°26/2013 - Modalidade: Pregão Presencial n°26/2013	Município de Siderópolis	BELA VISTA ARTIFATOS DE CIMENTO LTDA EPP	Fornecimento parcelado de Tubos de Concreto e artefatos de cimento para eventuais manutenções de redes de drenagem em ruas e avenidas do Município, conforme as necessidades das Secretarias Municipais	R\$ 32.200,00	31/12/2013

**Contrato N° 37**

Contrato n°37/2013

Data	Adjudicação	Contratante	Contratado	Objeto	Valor Global	Vigência
23/04/2013	Processo de Licitação n°28/2013 - Convite n.°28/2013	Município de Siderópolis	SETE SERVIÇOS TECNICOS LTDA	Serviços de acompanhamento do Movimento Econômico do Município para exercício 2013 com referencia ao ano base de 2012	R\$ 15.000,00	31/12/2013

**Contrato N° 38**

Contrato n°38/2013

Data	Adjudicação	Contratante	Contratado	Objeto	Valor Global	Vigência
24/04/2013	Processo de Licitação n°27/2013 - Modalidade: CONVITE n°27/2013	Município de Siderópolis	COMERCIAL DE GAS SANRAVI LTDA	O presente Contrato tem por objetivo Contratação de pessoa jurídica para fornecer, de forma parcelada, gás de cozinha para atender às necessidades da Secretaria de Administração e as Escolas Municipais de Ensino, durante o exercício de 2013	R\$ 20.900,00	31/12/2013

**Contrato N° 39**

Contrato n°39/2013

Data	Adjudicação	Contratante	Contratado	Objeto	Valor Global	Vigência
08/05/2013	Processo Licitatório n°31/2013 – CV n°31/2013	Município de Siderópolis	MERCECRIL COMERCIO DE PEÇAS LTDA	O presente Contrato ter por objetivo Contratação de empresa para fornecimento, de peças e acessórios genuínos e originais, para eventuais reparos que venham a ocorrer durante o exercício de 2013 nos veículos pesados (caminhões e ônibus), pertencentes à frota da Prefeitura Municipal de Siderópolis	R\$ 75.338,60	31/12/2013

**Contrato N° 40**

Contrato n°40/2013

Data	Adjudicação	Contratante	Contratado	Objeto	Valor Global	Vigência
------	-------------	-------------	------------	--------	--------------	----------

08/05/2013	Processo de Licitação n°33/2013 - Pregão Dispensa n°33/2013	Município de Siderópolis	URBAN SERVIÇOS E TRANSPORTES LTDA	Contratação, em caráter emergencial, de empresa especializada em coleta regular, transporte e descarga de resíduos sólidos domiciliares urbanos e outros, para aterro sanitário SANTECH, localizado na Rodovia BR 101, Km 389 poço 8, Içara/SC, de conformidade com as especificações do Edital de Licitação n°33/2013 – Dispensa de Licitação n°33/2013	R\$ 158.400,00	Prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias
------------	---	--------------------------	-----------------------------------	--	----------------	--

**Contrato N° 41**

Contrato n°41/2013

Data	Contratante	Contratado	Objeto	Valor Global	Vigência
09/05/2013	Município de Siderópolis	INFOWAY – COMÉRCIO DE INFORMÁTICA E TELECOMUNICAÇÃO LTDA – ME	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de comunicação de internet via rádio com velocidade 1M, no imóvel localizado na Avenida 19 de dezembro, 251, Centro, Siderópolis/SC, onde esta instalado provisoriamente o Departamento de Topografia da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, e o Departamento de Meio Ambiente da Secretaria de Agricultura.	R\$ 378,00	31/07/2013

**Contrato N° 42**

Contrato n°42/2013

Data	Contratante	Contratado	Objeto	Valor Global	Vigência
15/05/2013	Processo de Licitação n°32/2013 - Carta Convite N°32/2013, homologada em 15/05/2013	KTOP T CONSULTORIA E ENGENHARIA LTDA ME	Contratação de empresa especializada em elaboração de projetos de engenharia e acompanhamento na execução do projeto, compreendendo a fiscalização das obras nas ruas e/ou avenidas do município, numa extensão aproximada de 14 Km	R\$ 145.040,00	31/12/2013

**Contrato n°35**

Contrato n°35/2013

Data	Adjudicação	Contratante	Contratado	Objeto	Valor Global	Vigência
------	-------------	-------------	------------	--------	--------------	----------

19/04/2013	Processo de Licitação n°26/2013 - Modalidade: Pregão Presencial n°26/2013	Município de Siderópolis	LAJES STANG LTDA EPP	Fornecimento parcelado de Tubos de Concreto e artefatos de cimento para eventuais manutenções de redes de drenagem em ruas e avenidas do Município, conforme as necessidades das Secretarias Municipais	R\$ 27.900,00	31/12/2013
------------	---	--------------------------	----------------------	---	---------------	------------

**Contraton°36**

Contrato n°36/2013

Data	Adjudicação	Contratante	Contratado	Objeto	Valor Global	Vigência
19/04/2013	Processo de Licitação n°26/2013 - Modalidade: Pregão Presencial n°26/2013	Município de Siderópolis	CIMENTUR ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA ME	Fornecimento parcelado de Tubos de Concreto e artefatos de cimento para eventuais manutenções de redes de drenagem em ruas e avenidas do Município, conforme as necessidades das Secretarias Municipais	R\$ 29.800,00	31/12/2013

**Timbé do Sul****PREFEITURA****Extrato do 3º TA ao Contrato 83/2012**

Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal de Timbé do Sul

3º Termo Aditivo ao Contrato n° 83/2012

Contratante: Município de Timbé do Sul

Contratado: A.J.E. Terraplanagem Ltda

Objeto: Cláusula Primeira - Fica alterada a Cláusula Sétima e seu Parágrafo Único, referente ao prazo de execução do objeto e vigência do contrato inicial que passa a ter a seguinte redação: Cláusula Sétima: o prazo deste aditivo para execução dos serviços é de 02 (dois) meses, passando o prazo inicial para 14 (quatorze) meses. Parágrafo Único: O prazo deste aditivo é de 02 (dois) meses, passando o prazo inicial do contrato para 15 (quinze) meses. Vigência: 29/05/2013 a 29/08/2013

**Timbó****PREFEITURA****Portaria No 375, de 20 de Maio de 2013**

PORTARIA No 375, DE 20 DE MAIO DE 2013

Designa membros para comporem a Comissão de Avaliação da Valorização de Imóveis, para fins de cálculo da Contribuição de Melhoria, no Município de Timbó, e dá outras providências.

O Prefeito de Timbó em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos II e VII e art.70, Inciso II, alíneas "c" e "g" da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com os artigos 421 e 421-A, da Lei Complementar n° 142/98 e alterações,

**RESOLVE:**

Art.1º DESIGNAR membros para comporem a Comissão de Avaliação da Valorização de Imóveis, para fins de cálculo da Contribuição de Melhoria, no Município de Timbó:

**I - REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO**

Titular: Sandra Helena Dalabona

Suplente: Maria Angélica Faggiani

**II - REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, TRÂNSITO E MEIO AMBIENTE**

Titular: Luciana Hartmann

Suplente: Fabiano Adriano Martins

**III - REPRESENTANTE DOS CORRETORES DE IMÓVEIS DE TIMBÓ**

Titular: Gerson Oliveira Leal

Suplente: Sandra Remocri Biasi

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE



Art.2º REVOGAR a Portaria nº 628, de 17 de julho de 2009 e alterações.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 20 de maio de 2013; 143º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.

DARCIZIO BONA

Prefeito de Timbó/SC, em exercício

### **Extrato Dispensa Licitatória N.º 09 2013 Funtram**

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
EXTRATO DE DISPENSA - FUNTRAM

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 09/2013

CONTRATANTE: Prefeitura de Timbó.

CONTRATADO: Hamann Materiais de Construção LTDA

OBJETO: dispensa para aquisição de material para entrada de energia na instalação de barreiras eletrônicas em Timbó/SC.

VALOR TOTAL: R\$5.259,08 (cinco mil e duzentos e cinquenta e nove reais e oito centavos).

PRAZO DE EXECUÇÃO: 05 (cinco) dias.

Timbó, 07 de junho de 2013.

FABIANO MARTINS ADRIANO

Secretário Municipal de Planejamento, Transporte e Meio Ambiente

### **Segunda Retificação Pregão Presencial N.º 02 2013 Funrebompom- Aquisição de Veículo**

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
AVISO DE RETIFICAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N.º 2/2013 - FUNREBOMPOM

OBJETO: fornecimento, garantia e assistência técnica de veículo (tipo passeio), novo, sem uso, especificado no Anexo I (Especificações do Objeto) e Anexo II (Termo de Referência) para atender as necessidades de uso operacional da seção de atividades técnicas do Corpo de Bombeiros Militar de Timbó.

Ficam alteradas as seguintes redações devendo ser lidas conforme abaixo:

OBJETO: fornecimento de veículo (tipo passeio), novo, sem uso, especificado no Anexo I (Especificações do Objeto) e Anexo II (Termo de Referência) para atender as necessidades de uso operacional da seção de atividades técnicas do Corpo de Bombeiros Militar de Timbó.

6.4 - A licitante deverá mencionar em sua proposta a MARCA, o FABRICANTE e o MODELO do veículo ofertado.

Ficam suprimidas as alíneas 6.4.1, 6.4.2 e 6.4.3 do subitem 6.4 e a letra g do subitem 13.2.

Diante das alterações, fica prorrogada para 20/06/2013 às 9h30min a entrega dos envelopes e 9h40min o início da sessão.

Serão mantidas as demais condições do edital

Timbo (SC), 07/06/2013

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

## **Tunápolis**

### **PREFEITURA**

#### **Portaria N.º. 3.372/2013**

PORTARIA Nº. 3.372/2013

Em 06 de Junho de 2013

O Prefeito Municipal de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Legislação vigente, baseada na Lei Complementar 13/2006, artigo 73;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder abono pecuniário da "LICENÇA PRÊMIO", ao servidor SÉRGIO LUÍS EIDT, Portaria de Nomeação nº. 131/1993, com o cargo efetivo de ADMINISTRADOR.

Período de aquisição: 07.03.07 a 06.03.12

Fruição: o abono pecuniário de 1/3 do período, sobre o total da Licença, equivalente à 20 dias, sendo os demais 40 dias fruídos a posteriori..

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS SC.

Em 06 de Junho de 2.013.

ENOÍ SCHERER

Prefeito Municipal

Esta portaria foi publicada na Presente data

ELISABETH INÊS HEBERLE SCHERER

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

#### **Portaria N.º. 3.370/2013**

PORTARIA Nº. 3.370/2013

Em 06 de Junho de 2013

O Prefeito Municipal de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Legislação vigente, baseada na Lei Complementar 13/2006, artigo 73;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder abono pecuniário da "LICENÇA PRÊMIO", ao servidor OTÁVIO HERRSCHAFT, Portaria de Nomeação nº. 167/1993, com o cargo efetivo de OPERADOR DE EQUIPAMENTO PESADO.

Período de aquisição: 01.09.03 à 13.05.13

Fruição: o abono pecuniário de 1/3 do período, sobre o total da Licença, equivalente à 20 dias, sendo os demais 40 dias fruídos a posteriori..

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS SC.

Em 06 de Junho de 2.013.

ENOÍ SCHERER

Prefeito Municipal

Esta portaria foi publicada na Presente data

ELISABETH INÊS HEBERLE SCHERER

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

**Portaria N°. 3.371/2013**

PORTARIA N°. 3.371/2013

Em 06 de Junho de 2013

O Prefeito Municipal de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Legislação vigente, baseada na Lei Complementar 13/2006, artigo 73;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder abono pecuniário da "LICENÇA PRÊMIO", ao servidor JACÓ INÁCIO RAMBO, Portaria de Nomeação nº. 1.640/2006, com o cargo efetivo de MOTORISTA DE VEICULO DE PASSAGEIROS.

Período de aquisição: 09.02.06 à 08.02.11

Fruição: o abono pecuniário de 1/3 do período, sobre o total da Licença, equivalente à 20 dias, sendo os demais 40 dias fruídos a posteriori.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS SC.

Em 06 de Junho de 2.013.

ENOÍ SCHERER

Prefeito Municipal

Esta portaria foi publicada na Presente data

ELISABETH INÊS HEBERLE SCHERER

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

**Portaria N°. 3.373/2013**

PORTARIA N°. 3.373/2013

Em 06 de Junho de 2013

O Prefeito Municipal de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e legislação vigente, especialmente a Lei Municipal nº. 1.107/13;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Designar: Jackson Scherer, Dalvana Leila Götz, Janete Rempel Bieger, José Strieder e Simone Aparecida Antunes, brasileiros, servidores públicos municipais, residentes e domiciliados no município, sob a presidência do primeiro, para comporem a Comissão Municipal para análise das solicitações para concessão de subsídios de juros em Instituições Financeiras e Cooperativas de Crédito, encaminhadas pelas empresas, no Programa de Incentivos para a Indústria, Comércio e Prestadoras de Serviço do Município - PRÓ EMPRESA, criado pela Lei Municipal nº. 1.107/2013, de 19 de Abril de 2.013.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS SC.

Em 06 de Junho de 2.013.

ENOÍ SCHERER

Prefeito Municipal

Esta portaria foi publicada na Presente data

ELISABETH INÊS HEBERLE SCHERER

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

**Videira****PREFEITURA****Decreto N° 10.421/13**

DECRETO N.º 10.421/13, DE 15 DE MAIO DE 2013.

Aprova Desmembramento e Remembramento de Áreas que especifica e, dá outras providências.

LOURENÇO BECKER, Prefeito Municipal Interino de Videira, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, XXIV da Lei Orgânica do Município e de conformidade com as disposições legais vigentes,

Considerando o que consta dos Processos Administrativos nº 940/2012 e 5.142/13, tendo por objeto pedido de desmembramento e remembramento de áreas, formulado por Videsul Transportes e Encomendas Ltda.

Considerando que o pedido dos requerentes, segundo informa o referido processo administrativo, preenche as exigências legais,

Considerando que o Decreto Municipal nº 9.984/12, que Aprova Desmembramento e Remembramento de Áreas que especifica e, dá outras providências; resultou em sua caducidade, ou seja, a sua invalidade;

**DECRETA**

Art. 1º Fica aprovado o desmembramento de 02 (duas) áreas distintas, sendo a área nº 01 com 300,00 m<sup>2</sup> (trezentos metros quadrados), sendo a área nº 02 com 315,79 m<sup>2</sup> (trezentos e quinze metros e setenta e nove decímetros quadrados), e remanescente na referida matrícula a área com 33.478,82 m<sup>2</sup> (trinta e três mil, quatrocentos e setenta e oito metros e oitenta e dois decímetros quadrados), de propriedade de Videsul Transportes e Encomendas Ltda, constante da matrícula nº 28.214, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Videira, conforme mapa e memorial descritivo constante do Processo Administrativo nº 940/2012.

Art. 2º Fica aprovado o remembramento de 01 (uma) área com 300,00 m<sup>2</sup> (trezentos metros quadrados), área nº 01 desmembrada no artigo 1º deste decreto, à propriedade de Gustavo Tischer, constante da matrícula nº 6.377 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Videira, totalizando a área de 600,00 m<sup>2</sup> (seiscentos metros quadrados).

Art. 3º Fica aprovado o remembramento de 01 (uma) área com 315,79 m<sup>2</sup> (trezentos e quinze metros e setenta e nove decímetros quadrados), área nº 02 desmembrada no artigo 1º deste decreto, à propriedade de Jorge L. Rogelin, constante da matrícula nº 6.048 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Videira, totalizando a área de 615,79 m<sup>2</sup> (seiscentos e quinze metros e setenta e nove decímetros quadrados).

**DA ÁREA PÚBLICA**

Art. 4º Fica o proprietário do imóvel, constante no artigo 1º deste decreto, obrigado a doar ao Poder Público 10% (dez por cento) da área do lote a ser desmembrado, ou seja, 61,58 m<sup>2</sup> (sessenta e um metros e cinquenta e oito decímetros quadrados), uma vez que a área urbana constante da matrícula RG 28.214 é superior a área de 5.000,00m<sup>2</sup> (cinco mil metros quadrados), conforme disciplina o art. 19 da Lei Complementar Municipal nº 62/08, e a vista do que consta no Memorial Descritivo do Processo Administrativo nº 940/12.

Art. 5º Fica o proprietário do imóvel obrigado a averbar o presente compromisso de doação da área pública com 61,58 m² (sessenta e um metros e cinquenta e oito decímetros quadrados), na matrícula 28.214 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Videira da área remanescente do presente desmembramento, visto que a área remanescente é de tamanho considerável e esta apta a novos parcelamentos, pois é de interesse do Poder Público Municipal que a referida área com 61,58 m² (sessenta e um metros e cinquenta e oito decímetros quadrados), poderá ser doada ao Poder Público, sem ônus para este, quando de novos parcelamentos da referida área remanescente a fim de tornar a área pública numa área maior, concentrada em um só perímetro para serem desenvolvidos Projetos para uso da comunidade.

Art. 6º A presente aprovação tem a validade de 180 (cento e oitenta) dias, contados da publicação do respectivo ato, sob pena de caducidade, ao teor do art. 18, caput, da Lei 6.766/79.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 15 de maio de 2013.  
LOURENÇO BECKER  
Prefeito Municipal Interino

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 15 dias do mês de maio de 2013.

RENATA CHRISTINA MELILLO  
Secretária de Administração em Exercício

#### **Decreto N° 10.453/13**

DECRETO N° 10.453/13, DE 04 DE JUNHO DE 2013.

Concede Aposentadoria por Invalidez (Acidentária), em caráter integral, nos termos do art. 40, § 1º, inciso I da Constituição Federal, do art. 6º-A da Emenda Constitucional nº 41/2003, inserido pela Emenda Constitucional nº 70/2012 e do art. 27, inciso II, da Lei Complementar Municipal nº 023/2002, ao servidor ANGELO KALENIK, declara a vacância do cargo público, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica e, à vista do que consta do Processo Administrativo INPREVID nº 011/2013, DECRETA

Art. 1º Fica aposentado por invalidez (acidentária), em caráter integral, nos termos do art. 40, § 1º, inciso I da Constituição Federal, do art. 6º-A da Emenda Constitucional nº 41/2003, inserido pela Emenda Constitucional nº 70/2012 e do art. 27, inciso II, da Lei Complementar Municipal nº 023/2002, ao servidor ANGELO KALENIK, inscrito no CPF nº 482.066.109-44, com RG 1.339.352-9 e no PIS/PASEP nº 120.78408.02-8, detentor da matrícula funcional nº 5333, ocupante do cargo de provimento efetivo de Trabalhador Braçal, do Quadro de Pessoal da Administração Municipal, lotada na Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Art. 2º Fica autorizado o pagamento dos proventos de aposentadoria em caráter integral, que corresponderá a 100% (cem por cento) de sua última remuneração-de-contribuição, observada a metodologia de cálculo prevista no art. 6º-A da Emenda Constitucional nº 41/2003, inserida pela Emenda Constitucional nº 70/2012, perfazendo a importância de R\$ 1.121,38 (um mil, cento e vinte e um reais e trinta e oito centavos), que serão mensalmente pagos pelo INPREVID.

Art. 3º Fica declarada a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no inciso IV do art. 100 da Lei Complementar

Municipal nº 129/12 - Novo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, excluídos os servidores do Magistério.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, estabelecendo seus efeitos a partir de 1º de junho de 2013, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 04 de junho de 2013.  
LOURENÇO BECER  
Prefeito Municipal Interino

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 04 dias do mês de junho de 2013.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL  
Secretário de Administração

#### **Decreto N° 10.454/13**

DECRETO N° 10.454/13, DE 04 DE JUNHO DE 2013.

Concede Aposentadoria por Invalidez, em caráter proporcional, nos termos do art. 40, § 1º, inciso I da Constituição Federal, do art. 6º-A da Emenda Constitucional nº 41/2003, inserido pela Emenda Constitucional nº 70/2012 e do art. 27, inciso III, da Lei Complementar Municipal nº 023/2002, a servidora GEMA CASTILHO SCHLICHTING, declara a vacância do cargo público, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica e, à vista do que consta do Processo Administrativo INPREVID nº 013/2013,

DECRETA

Art. 1º Fica aposentada por invalidez, em caráter proporcional, nos termos do art. 40, § 1º, inciso I da Constituição Federal, do art. 6º-A da Emenda Constitucional nº 41/2003, inserido pela Emenda Constitucional nº 70/2012 e do art. 27, inciso III, da Lei Complementar Municipal nº 023/2002, a servidora GEMA CASTILHO SCHLICHTING, inscrita no CPF nº 455.794.669-00, com RG 1.103.872 e no PIS/PASEP nº 170.43130.98-9, detentora da matrícula funcional nº 2379, ocupante do cargo de provimento efetivo de Atendente de Creche, do Quadro de Pessoal da Administração Municipal, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Fica autorizado o pagamento dos proventos de aposentadoria em caráter proporcional, que corresponderá a 71,20% (setenta e um vírgula vinte por cento) de sua última remuneração-de-contribuição, observada a metodologia de cálculo prevista no art. 6º-A da Emenda Constitucional nº 41/2003, inserida pela Emenda Constitucional nº 70/2012, perfazendo a importância de R\$ 929,02 (novecentos e vinte e nove reais e dois centavos), que serão mensalmente pagos pelo INPREVID.

Art. 3º Fica declarada a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no inciso IV do art. 100 da Lei Complementar Municipal nº 129/12 - Novo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, excluídos os servidores do Magistério.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, estabelecendo seus efeitos a partir de 1º de junho de 2013, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 04 de junho de 2013.  
LOURENÇO BECER  
Prefeito Municipal Interino



Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 04 dias do mês de junho de 2013.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL  
Secretário de Administração

### **Decreto N° 10.456/13**

DECRETO N° 10.456/13, DE 05 DE JUNHO DE 2013.

Concede Aposentadoria por Invalidez, em caráter proporcional, nos termos do art. 40, § 1º, inciso I da Constituição Federal, do art. 6º-A da Emenda Constitucional nº 41/2003, inserido pela Emenda Constitucional nº 70/2012 e do art. 27, inciso III, da Lei Complementar Municipal nº 023/2002, a servidora NADIR BRUNS, declara a vacância do cargo público, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica e, à vista do que consta do Processo Administrativo INPREVID nº 020/2013, DECRETA

Art. 1º Fica aposentada por invalidez, em caráter proporcional, nos termos do art. 40, § 1º, inciso I da Constituição Federal, do art. 6º-A da Emenda Constitucional nº 41/2003, inserido pela Emenda Constitucional nº 70/2012 e do art. 27, inciso III, da Lei Complementar Municipal nº 023/2002, a servidora NADIR BRUNS, inscrita no CPF nº 020.016.189-05, com RG 5.813.042 e no PIS/PASEP nº 102.45502.24-3, detentora da matrícula funcional nº 8372, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, do Quadro de Pessoal da Administração Municipal, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Fica autorizado o pagamento dos proventos de aposentadoria em caráter proporcional, que corresponderá a 48,67% (quarenta e oito vírgula sessenta e sete por cento) de sua última remuneração-de-contribuição, observada a metodologia de cálculo prevista no art. 6º-A da Emenda Constitucional nº 41/2003, inserida pela Emenda Constitucional nº 70/2012, perfazendo a importância de R\$ 678,00 (seiscentos e setenta e oito reais), que serão mensalmente pagos pelo INPREVID.

Art. 3º Fica declarada a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no inciso IV do art. 100 da Lei Complementar Municipal nº 129/12 - Novo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, excluídos os servidores do Magistério.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, estabelecendo seus efeitos a partir de 1º de junho de 2013, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 05 de junho de 2013.  
LOURENÇO BECKER  
Prefeito Municipal Interino

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 05 dias do mês de junho de 2013.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL  
Secretário de Administração

### **Decreto N° 10.457/13**

DECRETO N° 10.457/13, DE 05 DE JUNHO DE 2013.

Concede Aposentadoria por Invalidez, em caráter proporcional, nos termos do art. 40, § 1º, inciso I da Constituição Federal, do art. 6º-A da Emenda Constitucional nº 41/2003, inserido pela Emenda Constitucional nº 70/2012 e do art. 27, inciso III, da Lei Complementar Municipal nº 023/2002, a servidora IRACI

RODRIGUES DOS SANTOS, declara a vacância do cargo público, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica e, à vista do que consta do Processo Administrativo INPREVID nº 015/2013, DECRETA

Art. 1º Fica aposentada por invalidez, em caráter proporcional, nos termos do art. 40, § 1º, inciso I da Constituição Federal, do art. 6º-A da Emenda Constitucional nº 41/2003, inserido pela Emenda Constitucional nº 70/2012 e do art. 27, inciso III, da Lei Complementar Municipal nº 023/2002, a servidora IRACI RODRIGUES DOS SANTOS, inscrita no CPF nº 739.754.519-04, com RG 1.102.611-1 e no PIS/PASEP nº 108.14292.92-2, detentora da matrícula funcional nº 1699, ocupante do cargo de provimento efetivo de Zeladora, do Quadro de Pessoal da Administração Municipal, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Fica autorizado o pagamento dos proventos de aposentadoria em caráter proporcional, que corresponderá a 76,07% (setenta e seis vírgula sete por cento) de sua última remuneração-de-contribuição, observada a metodologia de cálculo prevista no art. 6º-A da Emenda Constitucional nº 41/2003, inserida pela Emenda Constitucional nº 70/2012, perfazendo a importância de R\$ 1.018,14 (um mil e dezoito reais e quatorze centavos), que serão mensalmente pagos pelo INPREVID.

Art. 3º Fica declarada a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no inciso IV do art. 100 da Lei Complementar Municipal nº 129/12 - Novo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, excluídos os servidores do Magistério.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, estabelecendo seus efeitos a partir de 1º de junho de 2013, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 05 de junho de 2013.  
LOURENÇO BECKER  
Prefeito Municipal Interino

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 05 dias do mês de junho de 2013.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL  
Secretário de Administração

### **Decreto N° 10.459/13**

DECRETO N° 10.459/13, DE 05 DE JUNHO DE 2013.

Concede Aposentadoria por Invalidez, em caráter integral, nos termos do art. 40, § 1º, inciso I da Constituição Federal, do art. 6º-A da Emenda Constitucional nº 41/2003, inserido pela Emenda Constitucional nº 70/2012 e do art. 27, inciso I, da Lei Complementar Municipal nº 023/2002, ao servidor NEREU DE MORAIS, declara a vacância do cargo público, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica e, à vista do que consta do Processo Administrativo INPREVID nº 026/2013, DECRETA

Art. 1º Fica aposentada por invalidez, em caráter integral, nos termos do art. 40, § 1º, inciso I da Constituição Federal, do art. 6º-A da Emenda Constitucional nº 41/2003, inserido pela Emenda Constitucional nº 70/2012 e do art. 27, inciso III, da Lei Complementar Municipal nº 023/2002, ao servidor NEREU DE MORAIS, inscrito no CPF nº 219.854.999-91, com RG 286.139 e no PIS/PASEP nº 104.15133.36-7, detentora da matrícula funcional nº 2093,



ocupante do cargo de provimento efetivo de Vigia, do Quadro de Pessoal da Administração Municipal, lotada na Secretaria Municipal de Administração.

Art. 2º Fica autorizado o pagamento dos proventos de aposentadoria em caráter integral, que corresponderá a 100% (cem por cento) de sua última remuneração-de-contribuição, observada a metodologia de cálculo prevista no art. 6º-A da Emenda Constitucional nº 41/2003, inserida pela Emenda Constitucional nº 70/2012, perfazendo a importância de R\$ 1.403,24 (um mil, quatrocentos e três reais e vinte e quatro centavos), que serão mensalmente pagos pelo INPREVID.

Art. 3º Fica declarada a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no inciso IV do art. 100 da Lei Complementar Municipal nº 129/12 - Novo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, excluídos os servidores do Magistério.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, estabelecendo seus efeitos a partir de 1º de junho de 2013, revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 10.445/2013.

Videira, 05 de junho de 2013.

LOURENÇO BECKER

Prefeito Municipal Interino

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 05 dias do mês de junho de 2013.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

### **Resolução 013/13**

CONSELHO MUNICIPAL  
DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Rua: Lauro Muller, 288 - Alvorada - (49) 35662202

Lei Municipal nº 162/96 de 20/11/1996

### **RESOLUÇÃO Nº 013/2013.**

Dispõe sobre a Norma Operacional Básica para o Programa Juventude Ativa e dá providências correlatas.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS, no uso de suas atribuições legais e regimentais;

#### **RESOLVE:**

Artigo 1.º - O Programa Juventude Ativa fica regulamentado por meio da Norma Operacional Básica constante do Anexo I desta resolução.

Artigo 2.º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

### **CAPÍTULO I**

**OBJETIVO, ORGANIZAÇÃO, COMPETÊNCIAS, AÇÕES COMPLEMENTARES, PAGAMENTO E MANUTENÇÃO DO BENEFÍCIO**

#### **Seção I**

**Do Objetivo e da Organização:**

**Seleção dos Jovens Beneficiários, Condiionalidades e Subsídio Financeiro**

Artigo 1.º - O Programa Juventude Ativa tem por objetivo promover a inclusão social de jovens, na faixa etária de 15 (quinze) a

24 (vinte e quatro) anos, pertencentes a famílias com renda "per capita" mensal de até meio salário-mínimo nacional, mediante a transferência direta de renda, como apoio financeiro temporário para estimular a conclusão da escolaridade básica, somada a ações complementares e de apoio à iniciação profissional.

Artigo 2.º - Poderão participar do Programa Juventude Ativa os jovens em situação de vulnerabilidade social, que atenderem às condições e critérios estabelecidos na Lei Municipal nº 2.867 de 06 de Março de 2013.

Artigo 3º - São critérios de elegibilidade e seleção para participação no programa:

- a) ter de 15(quinze) a 24(vinte e quatro) anos de idade;
- b) estar estudando no ensino fundamental e/ou no médio e / ou Centro de Ensino de Jovens e Adultos - CEJA Presencial em qualquer época do ano letivo;
- c) ter renda "per capita" familiar mensal de até meio salário-mínimo nacional;
- e) residir em Videira, o atendimento será prioritário aos que se encontrarem em situação de vulnerabilidade social.

§ 1.º Para efeitos desta Resolução, considera-se família a unidade nuclear composta por um ou mais indivíduos, moradores em um mesmo domicílio, que contribuam para os rendimentos da unidade familiar e/ou tenham suas despesas atendidas por ela.

§ 2.º Entende-se por renda "per capita" familiar mensal, a soma dos rendimentos mensais líquidos de todos os membros da família dividido pelo total de moradores da casa.

§ 3.º Na soma dos rendimentos mensais, para efeito do Programa Juventude Ativa, ficam excluídos os recursos provenientes de programas oficiais de transferência de renda, Benefício de Prestação Continuada, benefícios eventuais e auxílios financeiros emergenciais.

§ 4.º A renda familiar mensal poderá ser declaratória para o caso de famílias que trabalhem no mercado informal, sem registro em carteira profissional, ou cujos membros encontrem-se desempregados e desprovidos de renda.

Artigo 4.º - A partir da inclusão no programa, o jovem deverá cumprir as seguintes condicionalidades:

- I - manter-se matriculado no ensino regular de educação básica ou Centro de Ensino de Jovens e Adultos- CEJA (Presencial);
- II - frequência escolar mínima de 75% por semestre;
- III- aprovação escolar no semestre/ano letivo de acordo com a modalidade de ensino que está matriculado; Caso seja reprovado, após avaliação poderá ser desligado do programa.
- IV- participação nas atividades complementares oferecidas pelo município;
- V- comprovação de consultas pré-natal, caso seja gestante.

§ 1.º A cópia de comprovantes e/ou declarações que fundamentaram as informações registradas no sistema do Programa Juventude Ativa deverão ser mantidas, em prontuário, pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos contados da data de inclusão do beneficiário no programa.

Artigo 5.º - O Programa Juventude Ativa transfere renda, diretamente, aos jovens participantes, no valor fixo básico mensal integral de R\$350,00 (trezentos e cinquenta reais).

§ 1.º - A transferência direta de renda, de que trata este artigo, constitui apoio financeiro temporário e não gera direito adquirido. Será concedida aos jovens pelo período de 12 (doze) meses, prorrogáveis por iguais períodos até o limite de 36 (trinta e seis) meses, desde que os jovens continuem atendendo os critérios de elegibilidade do programa e cumprindo as condicionalidades estabelecidas desta resolução.

§ 2.º - O subsídio financeiro repassado ao jovem será utilizado de acordo com sua conveniência e necessidade.

§ 3.º - Quando houver acordos firmados entre o Estado e o

Município ou a União, o benefício fixo mensal do Programa Juventude Ativa, poderá ser complementado com recursos municipais, estaduais ou federais.

## Seção II Das Competências

Artigo 6.º - A coordenação geral do Programa Juventude Ativa é do Departamento de Ação Social, por intermédio de seu órgão gestor.

Artigo 7.º- A execução do Programa Juventude Ativa será efetuada de forma descentralizada, por meio de parcerias com entidades sociais e organizações da sociedade civil.

§ Único. A parceria com entidades sociais e organizações da sociedade civil, visando à execução do Programa Juventude Ativa, será efetuada mediante instrumentos específicos.

Artigo 8.º - Compete ao Departamento de Ação Social:

I- Constituir Comissão de Coordenação Geral, responsável pela execução do programa;

II- divulgar o programa no município;

III- identificar, selecionar e cadastrar, mediante as condições e critérios estabelecidos, os jovens do município em situação de vulnerabilidade social, visando a sua participação no programa;

IV- efetuar o cadastramento dos jovens selecionados e de seus familiares no Sistema Cadunico;

V- cadastrar a demanda potencial de jovens aptos a participar do programa e seus familiares;

VI- garantir a fidedignidade das informações registradas no formulário do Sistema Pró-Social;

VII- garantir que os beneficiários tenham informação sobre os objetivos e condicionalidades do programa;

VIII- desenvolver e custear ações complementares voltadas aos jovens participantes do programa, em consonância com as diretrizes estabelecidas desta resolução;

IX- verificar o interesse dos jovens a fim de providenciar o encaminhamento, de acordo com o perfil solicitado e as vagas disponíveis, para capacitação e iniciação profissional, em conformidade com a Lei do Aprendiz;

X- priorizar no Plano Municipal de Assistência Social as ações complementares voltadas aos jovens participantes do Programa Juventude Ativa;

XI- acompanhar, sistematicamente, o jovem beneficiário no cumprimento dos critérios e condicionalidades do programa;

XII- manter atualizados os dados registrados, ao longo de todo o período de ligação do beneficiário com o programa;

XIII- implementar estratégias articuladas para a superação de situações de descumprimento de condicionalidades pelos jovens.

XIV- alimentar, trimestralmente, o sistema informatizado do Programa Juventude Ativa registrando informações sobre as condicionalidades;

XV- providenciar, quando for o caso e mediante avaliação, o desligamento do Programa Juventude Ativa aqueles jovens que tiverem completado o recebimento das 12 (doze) ou 24 (vinte e quatro) parcelas mensais, previstas para o benefício e que não estejam mais atendendo os critérios de elegibilidade do programa;

XVI - providenciar a qualquer tempo o desligamento dos jovens beneficiários cuja situação se enquadre nos motivos de desligamento estabelecidos no Artigo 9º desta resolução;

XVII- comunicar ao beneficiário quando ocorrer o seu desligamento do programa esclarecendo o motivo;

XVIII- promover o controle e o monitoramento das ações do programa;

XIX- estabelecer parceria no âmbito local com as áreas de Educação e Saúde, visando à operacionalização do programa;

XX- assumir a responsabilidade pela intersetorialidade local;

XXI- integrar, preferencialmente, as ações do Programa Juventude Ativa aos Serviços de Proteção Básica executadas no

Departamento de Ação Social e no(s) Centro(s) de Referência da Assistência Social - CRAS.

Artigo 9 - Compete ao jovem ou responsável por este:

I - efetuar matrícula no ensino fundamental ou médio regular ou Centro de Ensino de Jovens e Adultos - CEJA Presencial em qualquer época do ano letivo;

II - apresentar, bimestralmente, o Boletim Escolar, comprovando a frequência;

III - apresentar semestralmente/anualmente comprovante de aprovação e/ou reprovação escolar;

IV - participar integralmente das ações complementares do Programa Juventude Ativa, as quais serão regulamentadas por Decreto;

V - apresentar comprovante de realização de consultas pré-natal, caso seja gestante;

VI - garantir a fidedignidade das informações prestadas.

Artigo 10 - Compete à Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social:

I - registrar no cartão de gestante, o controle da frequência das consultas de pré-natal das beneficiárias do Programa Juventude Ativa, quando for o caso;

II - desenvolver ações educativas de divulgação e orientação aos beneficiários do Programa Juventude Ativa, relacionadas à prevenção de gravidez precoce e indesejada, doenças sexualmente transmissíveis, orientação sexual, entre outros.

## Seção III

### Das Ações Complementares

Artigo 11- Ações Complementares são atividades organizadas e regulares, de iniciativa pública e/ou privada com a função estratégica de ampliar a oportunidade de desenvolvimento de proteção e de inclusão social. Ações desta natureza envolvem as demais políticas de atenção básica em busca da complementaridade intergovernamental, intersetorial e iniciativas da sociedade civil, as quais somadas à transferência de renda favorecem o desenvolvimento da autonomia dos beneficiários.

Artigo 12- Os beneficiários do Programa Juventude Ativa poderão ser encaminhados para cursos profissionalizantes, para a iniciação profissional em conformidade com a Lei 10.097/00 - Lei da Aprendizagem ou para participar de ações socioeducativas.

Artigo 13- Nas Ações Socioeducativas devem ser trabalhados quatro eixos básicos definidos para o programa:

a) Educação, Cidadania e Meio-Ambiente

b) Trabalho e Empreendedorismo

c) Pluralidade Cultural, Esporte e Lazer

d) Saúde

§ 1.º-A carga horária mínima oferecida anualmente será de 50 horas, que poderão ser alocadas, nos módulos, de acordo com o interesse do grupo e disponibilidade local, observados os quatro eixos temáticos do artigo 13.

## Seção IV

### Do Pagamento e da Manutenção dos Benefícios

Artigo 14 - O pagamento do benefício financeiro aos jovens cadastrados e participantes do Programa Juventude Ativa, será providenciado na seguinte conformidade:

I- providências a serem adotadas pelo Departamento de Ação Social:

a) contratar os serviços de instituição financeira para operacionalizar o pagamento;

b) encaminhar, mensalmente e por meio eletrônico, à instituição

financeira operacionalizadora do pagamento, a relação dos jovens cadastrados para o recebimento do benefício financeiro;

c) disponibilizar a instituição financeira operacionalizadora do pagamento, mediante procedimento próprio de seu órgão competente, os recursos financeiros necessários ao pagamento dos benefícios concedidos;

d) divulgar o calendário dos pagamentos dos benefícios que ocorrerá entre os dias 25 e 30 de cada mês.

II- providências a serem adotadas pela instituição financeira operacionalizadora do pagamento:

a) emitir o cartão magnético de pagamento em nome do jovem titular do benefício;

b) providenciar, juntamente com o titular do benefício, o cadastramento da senha individual no cartão magnético de pagamento;

c) pagar, mensalmente, o benefício ao jovem titular do cartão magnético de pagamento;

d) encaminhar, mensalmente, à Comissão Coordenação Geral do programa, relatório referente aos benefícios sacados ou não sacados pelos jovens beneficiários;

e) restituir os recursos referentes aos benefícios não sacados ao Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS à conta do Programa Juventude Ativa.

f) notificar o titular do benefício da data e agência para retirar o cartão bancário e primeiro pagamento e, os demais períodos de pagamento previamente estabelecidos;

g) prestar, mensalmente, atendimento ao titular do cartão magnético, no período de recebimento do benefício;

h) providenciar, por meio do sistema informatizado, novo cartão magnético de pagamento para corrigir erros de informação de nome, RG, CPF ou em casos de extravio, roubo ou dano no cartão anterior.

**Artigo 15 -** O titular do cartão magnético de pagamento do benefício será o próprio jovem beneficiário do Programa Juventude Ativa.

**Parágrafo único -** O cartão magnético de pagamento do benefício é de uso pessoal e intransferível e sua apresentação é obrigatória em todos os atos relativos ao Programa Juventude Ativa.

**Artigo 16 -** A liberação do pagamento dos benefícios aos jovens participantes do Programa Juventude Ativa ocorrerá mensalmente, exceto quando houver ocorrência que implique em suspensão ou cancelamento do benefício.

**Artigo 17 -** O valor do benefício colocado à disposição do titular do cartão magnético permanecerá disponível para saque entre os dias 25 e 30 de cada mês e, caso não seja sacado nesse período, o saldo do cartão será zerado, e o valor dessa parcela não sacada, somente voltará a ser disponibilizado ao beneficiário a partir do próximo período de pagamento, juntamente com a parcela referente àquele mês.

**§ 1.º -** Caso o beneficiário deixe de sacar o benefício nos períodos programados, por 2(duas) vezes consecutivas, ou seja, no período seqüencial de 60 (sessenta) dias, a concessão do benefício ficará automaticamente suspensa pelo sistema.

**§ 2.º -** Se o benefício for suspenso e o Município e demais parceiros, no prazo de 1 (um) mês, a contar da data da suspensão, não tomarem providências para justificar e reverter a situação que ocasionou essa suspensão, o beneficiário será automaticamente desvinculado do programa pelo sistema.

**§ 3.º -** Não serão permitidas justificativas consecutivas. Caso o beneficiário deixe de sacar o benefício nos períodos programados, por 5 (cinco) vezes consecutivas, ou seja no período seqüencial de 150 (cento e cinquenta) dias, o beneficiário será excluído automaticamente do programa pelo sistema e o valor não sacado

será estornado.

## **CAPÍTULO II**

### **DO DESLIGAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO**

#### **DO PROGRAMA JUVENTUDE ATIVA**

##### **Seção I**

##### **Do Desligamento**

**Artigo 18 -** O desligamento dos jovens participantes do Programa Juventude Ativa ocorrerá nas seguintes situações:

I - por alteração de dados cadastrais dos jovens, que impliquem em inelegibilidade ao programa (Conclusão do Ensino Médio, Aumento da Renda Familiar, Idade Limite, Abandono Escolar);

II - por descumprimento das condicionalidades;

III - por falta de informação sobre as condicionalidades;

IV - por não retirada do subsídio financeiro;

V - por término do período de participação previsto para o programa;

VI - por mudança do domicílio do jovem para outro Município.

VII - por cumprimento de medida socioeducativa com privação de liberdade;

VIII - por cumprimento de pena de detenção em instituição prisional;

IX - por sentença judicial;

X - por fraude ou prestação deliberada de informações incorretas quando do cadastramento, devidamente comprovadas;

XI - por ato voluntário;

XII - por óbito do jovem beneficiário.

**§ 1.º -** O jovem que for desligado do Programa Juventude Ativa, por descumprimento de condicionalidade, só poderá voltar a ser beneficiário do programa transcorridos 6 (seis) meses de período de carência e, o número de parcelas mensais, por ele anteriormente recebidas, será computado no cálculo do limite máximo permitido para recebimento, que é de 36 (trinta e seis) parcelas.

**§ 2.º -** O jovem que for desligado do Programa Juventude Ativa, por ocasião do recebimento da 36ª (trigésima sexta) parcela do benefício, somente poderá voltar ao programa, após o decurso de 36 (trinta e seis) meses e, neste caso, as parcelas anteriormente recebidas serão desconsideradas.

**Artigo 19 -** O desligamento de beneficiários em razão do descumprimento das condições e critérios do Programa Juventude Ativa, será efetuado a qualquer tempo pela Comissão de Coordenação Geral do programa em conformidade com os motivos descritos no artigo 18.

**§ 1.º -** Mediante informações registradas no sistema informatizado, fornecidas pela instituição financeira poderá, também, ocorrer suspensão de benefícios e desligamento automático de beneficiários pelo sistema.

**§ 2.º -** O retorno do jovem ao recebimento do benefício suspenso será efetuado mediante justificativa, no período que antecede o processamento da próxima folha de pagamento do programa, ou seja, aproximadamente um mês a contar da data da suspensão.

##### **Seção II**

##### **Da Fiscalização**

**Artigo 20 -** As denúncias relacionadas à execução do Programa Juventude Ativa serão apuradas pelo Departamento de Ação Social, por meio da Comissão de Coordenação Geral do programa e/ou pelo Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS.

**Artigo 21 -** Em cumprimento ao estabelecido no artigo anterior, o Departamento de Ação Social poderá convocar beneficiários, bem como agentes públicos responsáveis pela execução do Programa Juventude Ativa, os quais ficarão obrigados a comparecer e apresentar a documentação requerida, sob pena de sua exclusão do programa ou de responsabilização funcional nos termos da lei,



respectivamente.

Artigo 22 Sem prejuízo de outras sanções administrativas, civis e penais, o Departamento de Ação Social, constatada a inobservância desta resolução ou a ocorrência de irregularidade na execução do Programa Juventude Ativa, que ocasione pagamento de valores indevidos a beneficiários do programa, adotará as seguintes providências:

I- orientar para que sejam cancelados os pagamentos resultantes do ato irregular apurado;

II- orientar para que notifiquem o beneficiário que receber indevidamente o benefício para que, no prazo de 30 (trinta) dias efetue o ressarcimento ao Município - FMAS da importância recebida, devidamente, atualizada pelo Índice Geral de Preços - IGP, acrescida de juros equivalentes à taxa de 1% (um por cento) ao mês, calculados a partir da data do recebimento, sem prejuízo da sanção penal, visando o saneamento do programa;

III- propor a aplicação de multa ao agente público ou privado de entidade conveniada ou contratada que concorra para a conduta ilícita, cujo valor mínimo será equivalente a 3 (três) vezes o montante ilegalmente pago, atualizado pelo Índice Geral de Preços - IGP, acrescidos de juros de 1% (um por cento) ao mês, calculados a partir da data do recebimento, sem prejuízo da sanção penal;

IV- propor ao Município a instauração de tomada de contas especial, por meio de sua autoridade competente, visando à análise prévia dos casos e situações resultantes da fiscalização que configurem a prática de ato ilegal e que resultem em dano ao Erário, bem como, a submissão do assunto ao julgamento do Tribunal de Contas do Estado, na forma da lei.

§ 1.º - O ressarcimento de recursos, bem como a multa, previstos nos incisos II e III do Artigo 22 desta norma constituirá créditos ao Município e serão aplicados quando:

I- houver, por parte de agente público ou privado de entidade conveniada ou contratada, cobrança de qualquer valor vinculado ao cadastramento de jovens;

II- houver, por parte de agente público ou privado de entidade conveniada ou contratada, a inserção de dados inverídicos no sistema informatizado que resulte na incorporação indevida de beneficiários no Programa Juventude Ativa;

III- ocorrer, por parte do jovem beneficiário, a prestação de declaração falsa que produza efeito financeiro;

IV- ocorrer, por parte do jovem beneficiário ou de agente público ou privado de entidade conveniada ou contratada, saques irregulares de benefícios resultantes de apropriação indevida de cartões magnéticos de pagamento;

V- houver, por parte de qualquer agência da instituição financeira pagadora, cobrança de valores indevidos aos beneficiários do programa.

§ 2.º - O ressarcimento dos recursos pagos indevidamente a beneficiários do programa, bem como o valor da multa, previstos neste artigo, deverão ser recolhidos ao Município à conta do Programa Juventude Ativa, indicada pelo Departamento de Ação Social.

§ 3.º - Do ato de aplicação da multa estabelecida por este artigo, caberá recurso ao Titular do Departamento de Ação Social, o qual deverá ser fundamentado e apresentado no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data de notificação oficial.

§ 4.º - Terá efeito suspensivo o recurso interposto nos termos do § 3º deste artigo.

§ 5.º - O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de recebimento do recurso, regularmente interposto, deverá julgá-lo e pronunciar a sua decisão final.

### CAPÍTULO III

#### DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS FINAIS

Artigo 23 - O Conselho Municipal de Assistência Social exercerá o controle social do Programa Juventude Ativa, em âmbito local.

Artigo 24 - O recebimento do benefício do Programa Juventude

Ativa implicará ao jovem beneficiário a aceitação tácita de cumprimento das condicionalidades e motivos de desligamento a que se referem os Artigos 4º.

Artigo 25 - Os casos omissos na Norma Operacional Básica, estabelecida por esta resolução, serão analisados e resolvidos pelo Departamento de Ação Social, por meio da Comissão de Coordenação Geral do Programa Juventude Ativa.

Artigo 26- O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS poderá expedir Instruções Normativas para o Programa Juventude Ativa, quando couber.

Artigo 3.º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

ROSANI LUIZA SCHNEIDER MANENTI

Presidente do CMAS

### Resolução 014/13

CONSELHO MUNICIPAL

DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Rua: Lauro Muller, 288 - Alvorada - (49) 35662202

Lei Municipal nº 162/96 de 20/11/1996

RESOLUÇÃO Nº 014/2013.

Dispõe sobre a aprovação a do Plano de Ação do ano de 2013.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS, no uso de suas atribuições legais e regimentais;

RESOLVE:

1º - Aprovar sob a ata nº 181 de 27 de maio de 2013, a aprovação do Plano de Ação do ano de 2013.

2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

ROSANI LUIZA SCHNEIDER MANENTI

Presidente do CMAS

### Portaria Nº 0356/13

PORTARIA nº 0356/13

Interrompe gozo de férias de servidor que especifica

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 173 da Lei Complementar nº 129/12, e a vista do que consta na Comunicação Interna do Departamento de Contabilidade;

RESOLVE

Interromper, para fins de interesse público, pelo período de 03 de junho de 2013 até 02 de julho de 2013, o gozo de férias da servidora LEEDY MARI PAZIN, ocupante do cargo efetivo de Analista de Nível Superior, referente ao período aquisitivo de 1º de junho de 2011 até 31 de maio de 2012.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 03 de junho de 2013.

Videira, 05 de junho de 2013.

LOURENÇO BECKER

Prefeito Municipal Interino

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 05 dias do mês de junho de 2013.



VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL  
Secretário de Administração

**Portaria N° 0357/13**  
PORTARIA nº 0357/13

Interrompe gozo de férias de servidor que especifica

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 173 da Lei Complementar nº 129/12, e a vista do que consta no Memorando do Departamento Pessoal;

**RESOLVE**

Interromper, para fins de interesse público, pelo período de 03 de junho de 2013 até 02 de julho de 2013, o gozo de férias do servidor MANOEL CONSTANTINO, ocupante do cargo efetivo de Agente Operacional de Vigilância, referente ao período aquisitivo de 02 de maio de 2012 até 1º de maio de 2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 03 de junho de 2013.

Videira, 05 de junho de 2013.  
LOURENÇO BECKER  
Prefeito Municipal Interino

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 05 dias do mês de junho de 2013.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL  
Secretário de Administração

**Portaria N° 0358/13**  
PORTARIA nº 0358/13  
Concede Licença Prêmio

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 221 da Lei Complementar nº 130/12 e, à vista do que consta no Processo Administrativo nº 8349/2013,

**RESOLVE**

Conceder Licença Prêmio de 03 (três) meses a NERCI NEVES DE MORAES, Professora, de 1º de agosto de 2013 até 1º de novembro de 2013, referente ao quinquênio de 05 de fevereiro de 2003 até 04 de fevereiro de 2008.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 1º de agosto de 2013.

Videira, 05 de junho de 2013.  
LOURENÇO BECKER  
Prefeito Municipal Interino

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 05 dias do mês de junho de 2013.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL  
Secretário de Administração

**Portaria N° 0359/13**  
PORTARIA nº 0359/13  
Concede Licença Prêmio

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 221 da Lei Complementar nº 130/12 e, à vista do que consta no Processo Administrativo nº 8734/2013,

**RESOLVE**

Conceder Licença Prêmio de 03 (três) meses a APARECIDA SERAFINI, Professora, de 05 de agosto de 2013 até 05 de novembro de 2013, referente ao quinquênio de 03 de março de 2003 até 02 de março de 2008.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 05 de agosto de 2013.

Videira, 05 de junho de 2013.  
LOURENÇO BECKER  
Prefeito Municipal Interino

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 05 dias do mês de junho de 2013.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL  
Secretário de Administração

**Portaria N° 0360/13**  
PORTARIA nº 0360/13

Nomeia Comissão de Processo Disciplinar para apurar os fatos referidos no Processo Administrativo nº 6843/2013

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX da Lei Orgânica do Município, no art. 281 e seguintes da Lei Complementar nº 129/12,

**RESOLVE**

Art. 1º Designar os servidores FRANCIELI DAYANA BINDER, SIDNEI MIGUEL DOS SANTOS JUNIOR e IZABEL APARECIDA BALBINOTT, para, sob a presidência do primeiro, comporem Comissão de Processo Disciplinar, a fim de apurarem, no prazo de 90 (noventa) dias, os fatos referidos no Processo Administrativo nº 6843/2013.

Parágrafo único - Os servidores integrantes da comissão ficam dispensados de suas atividades normais nos dias de coleta e elaboração do relatório final.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 06 de junho de 2013.  
LOURENÇO BECKER  
Prefeito Municipal Interino

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 06 dias do mês de junho de 2013.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL  
Secretário de Administração

**Portaria N° 0361/13**

PORTARIA nº 0361/13

Concede Licença Prêmio

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 221 da Lei Complementar nº 129/12 e, à vista do que consta no Processo Administrativo nº 8767/2013,

**RESOLVE**

Conceder Licença Prêmio de 03 (três) meses a GILMAR PIRES, Trabalhador Braçal, de 1º de agosto de 2013 até 1º novembro de 2013, referente ao quinquênio de 1º de março de 2006 até 31 de janeiro de 2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 1º de agosto de 2013.

Videira, 06 de junho de 2013.

LOURENÇO BECKER

Prefeito Municipal Interino

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 06 dias do mês de junho de 2013.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

**Portaria N° 0362/13**

PORTARIA nº 0362/13

Revoga a Portaria nº 0214/13

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, e a vista do que consta no Processo Administrativo nº 8550/2013;

**RESOLVE**

Revogar a Portaria nº 0214/13 que concedeu licença prêmio à servidora IRMA WEISS, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 03 de junho de 2013.

Videira, 06 de junho de 2013.

LOURENÇO BECKER

Prefeito Municipal Interino

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 06 dias do mês de junho de 2013.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

**Pregão Presencial 35/2013-FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE VIDEIRA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PREGÃO PRESENCIAL N° 35/2013-FMS

O Prefeito Municipal Interino de Videira, torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 35/2013-FMS. 1. OBJETO:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS NAS ESPECIALIDADES DE PEDIATRIA, ODONTOLOGIA E BIOQUÍMICA PARA PRESTAR ATENDIMENTO NO POSTO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA - PAM E NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO. 2. TIPO: MENOR PREÇO - POR LOTE. 3. CREDENCIAMENTO: a partir das 14:00 horas do dia 27/06/2013 e a abertura da sessão às 14:15 horas do mesmo dia. O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: [www.videira.sc.gov.br](http://www.videira.sc.gov.br).

Videira/SC, 06 de junho de 2013.

LOURENÇO BECKER

Prefeito Municipal Interino

**Pregão Presencial 36/2013-FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE VIDEIRA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PREGÃO PRESENCIAL N° 36/2013-FMS

O Prefeito Municipal Interino de Videira, torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 36/2013-FMS. 1. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS NAS ESPECIALIDADES DE GINECOLOGIA E OBSTETRÍCIA PARA REALIZAR ATENDIMENTO NO POSTO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA - PAM E NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO. 2. TIPO: MENOR PREÇO - POR LOTE. 3. CREDENCIAMENTO: a partir das 16:00 horas do dia 27/06/2013 e a abertura da sessão às 16:15 horas do mesmo dia. O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: [www.videira.sc.gov.br](http://www.videira.sc.gov.br).

Videira/SC, 06 de junho de 2013.

LOURENÇO BECKER

Prefeito Municipal Interino

**Pregão Presencial N° 09/2013-FME**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE VIDEIRA

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES

PREGÃO PRESENCIAL N° 09/2013-FME

O Prefeito Municipal Interino de Videira, através da Fundação Municipal de Esportes, torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 09/2013-FME. 1. OBJETO: AQUISIÇÃO DE COLCHÕES DE SOLTEIRO PARA SER UTILIZADO NOS ALOJAMENTOS E COMPETIÇÕES DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES. 2. TIPO: MENOR PREÇO - UNITÁRIO. 3. CREDENCIAMENTO: a partir das 16:00 horas do dia 26/06/2013 e a abertura da sessão às 16:15 horas do mesmo dia. O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: [www.videira.sc.gov.br](http://www.videira.sc.gov.br).

Videira/SC, 07 de junho de 2013.

LOURENÇO BECKER

Prefeito Municipal Interino

**Extrato do Contrato N. 0457/2013**

Extrato do Contrato n. 0457/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: ANDREIA FATIMA LANZARIN

CPF: 990.331.350-00

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 02 de abril de 2013 a 30 de setembro de 2013

FUNÇÃO: ENFERMEIRA

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL  
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS  
SALÁRIO BASE: R\$ 2.998,38 (dois mil, novecentos e noventa e oito reais e trinta e oito centavos)

**Extrato do Contrato N. 0458/2013**

Extrato do Contrato n. 0458/2013  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: NEUSA FÁTIMA DA SILVA DELAZZERI  
CPF: 506.174.789-53

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA CARLA SEIXAS PINHEIRO FELICIO EM LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE DE MEMBRO DA FAMÍLIA  
VIGÊNCIA: de 02 de abril de 2013 a 20 de abril de 2013  
FUNÇÃO: ENFERMEIRA  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL  
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS  
SALÁRIO BASE: R\$ 2.998,38 (dois mil, novecentos e noventa e oito reais e trinta e oito centavos)

**Extrato do Contrato N. 0459/2013**

Extrato do Contrato n. 0459/2013  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: GREICY BRUSCHI CARINHATO  
CPF: 076.425.369-76

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA NEUSA FÁTIMA DA SILVA DELAZZERI EM LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES  
VIGÊNCIA: de 01 de abril de 2013 a 31 de dezembro de 2013  
FUNÇÃO: TÉCNICA DE ENFERMAGEM  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL  
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS  
SALÁRIO BASE: R\$ 1.133,73 (um mil, cento e trinta e três reais e setenta e três centavos)

**Extrato do Contrato N. 0461/2013**

Extrato do Contrato n. 0461/2013  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: JULIANA CRISTINA PETRY  
CPF: 065.659.369-51

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO  
VIGÊNCIA: de 01 de abril de 2013 a 31 de dezembro de 2013  
FUNÇÃO: TÉCNICA DE ENFERMAGEM  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL  
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS  
SALÁRIO BASE: R\$ 1.133,73 (um mil, cento e trinta e três reais e setenta e três centavos)

**Extrato do Contrato N. 0491/2013**

Extrato do Contrato n. 0491/2013  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: JULIANA DOS SANTOS  
CPF: 006.836.369-95

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO  
VIGÊNCIA: de 04 de abril de 2013 a 30 de setembro de 2013  
FUNÇÃO: AGENTE ADMINISTRATIVO II  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL  
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 1.141,68 (um mil, cento e quarenta e um reais e sessenta e oito centavos)

**Extrato do Contrato N. 0494/2013**

Extrato do Contrato n. 0494/2013  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: ROSELI DE LURDES MORAES  
CPF: 578.169.720-91

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA FÁTIMA ZANON EM LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE DE MEMBRO DA FAMÍLIA  
VIGÊNCIA: de 04 de abril de 2013 a 13 de julho de 2013  
FUNÇÃO: TÉCNICA DE ENFERMAGEM  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL  
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS  
SALÁRIO BASE: R\$ 1.133,73 (um mil, cento e trinta e três reais e setenta e três centavos)

**Extrato do Contrato N. 0495/2013**

Extrato do Contrato n. 0495/2013  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: VANIESSA LINS TABORDA  
CPF: 005.203.249-35

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO  
VIGÊNCIA: de 03 de abril de 2013 a 25 de maio de 2013  
FUNÇÃO: TÉCNICA DE ENFERMAGEM  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL  
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS  
SALÁRIO BASE: R\$ 1.133,73 (um mil, cento e trinta e três reais e setenta e três centavos)

**Extrato do Contrato N. 0507/2013**

Extrato do Contrato n. 0507/2013  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADO: RICARDO BURATTO  
CPF: 069.963.199-86

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO  
VIGÊNCIA: de 15 de abril de 2013 a 31 de dezembro de 2013  
FUNÇÃO: AGENTE ADMINISTRATIVO II  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL  
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS  
SALÁRIO BASE: R\$ 1.141,68 (um mil, cento e quarenta e um reais e sessenta e oito centavos)

**Extrato do Contrato N. 0526/2013**

Extrato do Contrato n. 0526/2013  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: FRANCISLAINE RIBEIRO DOS SANTOS  
CPF: 093.441.349-52

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO  
VIGÊNCIA: de 22 de abril de 2013 a 30 de setembro de 2013  
FUNÇÃO: AGENTE ADMINISTRATIVO II  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL  
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS  
SALÁRIO BASE: R\$ 1.141,68 (um mil, cento e quarenta e um reais e sessenta e oito centavos)

**Extrato do Contrato N. 0532/2013**

Extrato do Contrato n. 0532/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADO: GUILHERME GUZZI

CPF: 046.538.019-08

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 02 de maio de 2013 a 31 de outubro de 2013

FUNÇÃO: AGENTE ADMINISTRATIVO II

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 1.141,68 (um mil, cento e quarenta e um reais e sessenta e oito centavos)

**Extrato do Contrato N. 0537/2013**

Extrato do Contrato n. 0537/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADO: GILMAR WERLE

CPF: 824.649.609-34

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 09 de maio de 2013 a 08 de novembro de 2013

FUNÇÃO: AGENTE ADMINISTRATIVO II

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 1.141,68 (um mil, cento e quarenta e um reais e sessenta e oito centavos)

**Ata N° 181**

Ata nº 181 - Aos vinte e sete dias do mês de maio de dois mil e treze reuniram-se em reunião ordinária os membros do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, às treze horas trinta minutos, nas dependências do Departamento de Ação Social, sito a Rua Lauro Muller, 288, Bairro Alvorada, cidade de Videira - Santa Catarina para deliberarem a seguinte ordem: 1) Apresentação e Aprovação da Resolução do Programa Juventude Ativa; 2) Apresentação e Aprovação do Plano de Ação de 2013 3) Assuntos da Comissões; 3) Agradecimentos e encerramento. 4) Outros Assuntos; 5) Agradecimentos e encerramento. A Senhor Rogério Antonio Kunze vice- presidente do Conselho no uso de suas atribuições deu as boas vindas e agradeceu a presença de todos. Deu início a reunião levantando o primeiro assunto da pauta: 1) Apresentação e Aprovação da Resolução do Programa Juventude Ativa; (anexo 01) O senhor Rogério solicitou para que alguém fizesse a leitura da RESOLUÇÃO Nº 013/2013, que dispõe sobre a Norma Operacional Básica para o Programa Juventude Ativa e dá providências correlatas. Fizeram a leitura a Senhora Valdenice Maria Schneider e a Secretária Dejanira Antunes Cruz, após leitura e esclarecimento de todas as dúvidas foi colocada em votação para aprovação, sendo aprovada por unanimidade. O Senhor Rogério deu sequência ao segundo assunto de pauta; 2) Apresentação e Aprovação do Plano de Ação de 2013 , (anexo 02) Dejanira fez a leitura do Plano de Ação de 2013, após esclarecidas todas as dúvidas, foi colocado em votação para aprovação, o qual foi aprovado por unanimidade por este conselho. Passamos para o terceiro assunto de pauta, 3) Assuntos das Comissões; o senhor Rogério abriu espaço para apresentação dos assuntos das comissões, a comissão de normas comunicou que a Comunidade Terapêutica São Francisco apresentou o pedido de requerimento de inscrição no Conselho Municipal de Assistência Social, o qual está sendo analisado. A Comissão de Política de Atendimento comentou sobre a Lei dos Benefícios Eventuais e deliberam que será discutida ou aprovada na próxima reunião ou em reunião extraordinária. 4) Outros Assuntos: Solicitação de membros para Comissão da Bolsa de Estudos da

UNOESC; ficando assim defino: titular senhora Rosani Luiza Schneider Manenti e suplente Senhora Valdenice Maria Schneider, 5) Agradecimentos e encerramento. Nada mais havendo a tratar, a Senhor Rogério agradeceu a presença de todos os conselheiros, e declarou encerrada a reunião, da qual eu, Dejanira Antunes Cruz, lavrei a presente ata, que será assinada por mim. Videira 27 (vinte e sete) de maio de dois mil e treze.

**Edital de Convocação N° 025/13**

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 025/2013

PROCESSO SELETIVO Nº 007/2012

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, torna público que ficam convocados os candidatos abaixo relacionados para comparecerem no Departamento de Expediente, no Paço Municipal, à Avenida Manoel Roque, nº 188, no Município de Videira/SC, a fim de assumirem as funções do cargo para o qual foram classificados no Processo Seletivo nº 007/2012:

CONVOCADOS	CARGO
1 - Carine Seixas Pinheiro	Agente Administrativo II
2 - Rafaela Pereira Pires	Agente Administrativo II
3 - Alessandra Ribeiro Pontes	Auxiliar de Serviços Gerais

Os convocados deverão apresentar no Departamento de Pessoal na Prefeitura Municipal de Videira, os seguintes documentos:

- Realização de Exame Médico Admissional;
- Carteira de Trabalho - Comprovante de Inscrição no PIS/PASEP;
- Uma foto 3x4;
- Cópia de Comprovante de Residência e número de telefone;
- Cópias de: Carteira de Identidade frente e verso, CPF, Título de Eleitor e Carteira de Trabalho;
- Certificado de Reservista para candidatos do sexo masculino;
- Comprovante do tipo sanguíneo;
- Cópia de Certidão de nascimento ou casamento;
- Cópia de Certidão de nascimentos dos filhos menores de 14 anos;
- Declaração de dependentes para fins de Imposto de Renda, contendo nome e data de nascimento;
- Cópia do Certificado de Conclusão de Escolaridade exigido para o cargo;
- Declaração firmando termo de responsabilidade de que ao tomar posse não está acumulando cargos de acordo com o Art. 37, item XVI, da Constituição Federal, e não ter sofrido no exercício de função pública as penalidades previstas em Lei;
- Carteira de saúde para os casos de contratação de servidores para as áreas da saúde e educação;
- Declaração de bens;
- Certidão negativa de antecedentes criminais;
- Convocação para contratação de acordo com processo seletivo para o cargo;

Videira, 05 de junho de 2013.

LOURENÇO BECKER

Prefeito Municipal Interino

**Edital de Convocação N° 026/13**

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 026/2013

PROCESSO SELETIVO Nº 11/2009

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, torna público que fica convocado o candidato abaixo relacionado para comparecer no Departamento de Expediente, no Paço Municipal, à Avenida Manoel Roque, nº 188, no Município de Videira/SC, a fim de assumir as funções do cargo para o qual foi classificado no Processo Seletivo nº 11/2009:



CONVOCADO	CARGO
1 - Pedro Raimundo Cardoso	Motorista I - Veículos de Passeio, Vans e Utilitários Pequenos

O convocado deverá apresentar no Departamento de Pessoal na Prefeitura Municipal de Videira, os seguintes documentos:

- Realização de Exame Médico Admissional;
- Carteira de Trabalho - Comprovante de Inscrição no PIS/PASEP;
- Uma foto 3x4;
- Cópia de Comprovante de Residência e número de telefone;
- Cópias de: Carteira de Identidade frente e verso, CPF, Título de Eleitor e Carteira de Trabalho;
- Certificado de Reservista para candidatos do sexo masculino;
- Comprovante do tipo sanguíneo;
- Cópia de Certidão de nascimento ou casamento;
- Cópia de Certidão de nascimentos dos filhos menores de 14 anos;
- Declaração de dependentes para fins de Imposto de Renda, contendo nome e data de nascimento;
- Cópia do Certificado de Conclusão de Escolaridade exigido para o cargo;
- Declaração firmando termo de responsabilidade de que ao tomar posse não está acumulando cargos de acordo com o Art. 37, item XVI, da Constituição Federal, e não ter sofrido no exercício de função pública as penalidades previstas em Lei;
- Carteira de saúde para os casos de contratação de servidores para as áreas da saúde e educação;
- Declaração de bens;
- Certidão negativa de antecedentes criminais;
- Convocação para contratação de acordo com processo seletivo para o cargo;

Videira, 05 de junho de 2013.

LOURENÇO BECKER

Prefeito Municipal Interino

## CÂMARA MUNICIPAL

### Portaria N° 013/2013

PORTARIA N° 013/2013

HOMOLOGA O RESULTADO FINAL DO CONCURSO PÚBLICO INSTITUÍDO PELO EDITAL N° 001/2013.

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Videira, Vereador Clarimar Raimundo Bettoni, no uso das suas atribuições, resolve:

Art. 1º. Homologar o resultado final do Concurso Público atendendo os dispositivos e normas estabelecidas no edital 01/2013 para os cargos abaixo relacionados, em ordem de classificação:

Cargo - Assessor Jurídico

Cargo: Assessor Jurídico				
Insc.	Candidato Classificados	Nota Conh. Gerais	Nota Específica	Nota Final
0054	Marco André Simm De Faveri	3,40	3,40	6,80
0017	Juliana Aparecida Munaretto Cantú	3,20	3,00	6,20
0025	Anderson Martins Pereira	2,60	2,60	5,20
0042	Carmen Fabian	3,00	2,00	5,00
0020	Cristyane Fiorelli Mendes	3,20	1,80	5,00
Inscrições de Candidatos Não Classificados				

0028	2,20	2,60	4,80	
0052	2,40	2,40	4,80	
0024	2,60	2,00	4,60	
0027	2,60	2,00	4,60	
0075	2,40	2,00	4,40	
0056	2,40	2,00	4,40	
0044	3,00	1,40	4,40	
0068	3,40	1,00	4,40	
0076	2,40	1,80	4,20	
0050	2,60	1,40	4,00	
0064	2,40	1,40	3,80	
0046	1,80	1,80	3,60	
0004	2,20	1,40	3,60	
0018	2,00	1,40	3,40	
0007	2,60	0,80	3,40	
0077	2,00	1,20	3,20	
0037	2,40	0,80	3,20	
0079	1,80	1,20	3,00	
0057	2,00	1,00	3,00	
0005	1,80	1,00	2,80	
0066	2,00	0,80	2,80	
0055	1,20	1,20	2,40	
0062	1,40	0,80	2,20	

Cargo: Jornalista

Insc.	Candidato Classificados	Nota Conh. Gerais	Nota Específica	Nota Final
0033	Rafael Spricigo	3,00	4,00	7,00
0010	Paula Ribeiro Leitão	2,20	3,80	6,00
0035	Jefferson De Oliveira De Andrade	2,40	3,00	5,40
0061	Bruna Werle De Oliveira	2,60	2,80	5,40
0067	Josiane Zago	2,40	2,80	5,20
0009	Caroline Carboni	2,40	2,80	5,20
0047	Lenita Oliveira Santos	2,80	2,40	5,20

Inscrições de Candidatos Não Classificados

0041		1,80	3,00	4,80
0039		1,80	3,00	4,80
0040		2,00	2,80	4,80
0072		0,80	3,80	4,60
0031		1,60	2,60	4,20
0060		1,40	2,60	4,00
0006		1,40	2,40	3,80

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios - DOM, nos termos da Lei nº 2.070/08.

Sala das Sessões, 06 de junho de 2013.

CLARIMAR RAIMUNDO BETTONI

Presidente

# Vitor Meireles

## PREFEITURA

### Lei N° 0849

LEI N°. 0849, DE 07 DE JUNHO DE 2013.

"AUTORIZA O MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES A FIRMAR CONVÊNIO COM EMPRESAS COM 30 (TRINTA) OU MAIS FUNCIONÁRIAS PARA ATENDIMENTO DE CRIANÇAS NAS CRECHES MUNICIPAIS".

O Prefeito Municipal de Vitor Meireles, no uso de suas atribuições legais;

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte LEI:

Art.1º - Fica autorizado o Município de Vitor Meireles a firmar convênio com Empresas situadas neste município, que possuam 30 (trinta) ou mais funcionárias, objetivando atender os filhos, de 0 (zero) a 3 (três) anos de idade, nas creches vinculadas à Secretaria Municipal de Educação de Vitor Meireles.

Art. 2º - A prestação do atendimento pela conveniada, descrito no artigo anterior, ficará subordinada às regras estabelecidas na Lei 577/2005, que dispõe sobre o Sistema Municipal de Educação.

Art. 3º - As empresas convenientes contribuirão a título de participação financeira, com o valor mensal equivalente a 35 UFM's (Unidade Fiscal Municipal), por criança atendida, através de depósito bancário em conta do Município de Vitor Meireles.

Art. 4º - No Termo de Convênio poderão ser estipuladas cláusulas de reajuste e multa em caso de atraso ou descumprimento no pagamento da contribuição.

Art. 5º - O Município de Vitor Meireles, através da Secretaria Municipal de Educação, deverá:

I - Possibilitar o desenvolvimento integral da criança em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade, considerando o cumprimento das funções de educar e cuidar;

II - Oferecer orientação pedagógica e formação continuada aos profissionais das Creches;

III - Oferecer orientação pedagógica e acompanhamento às crianças portadoras de necessidades educacionais especiais.

Art. 6º - O funcionamento diário das creches municipais poderá ser interrompido nos períodos de férias coletivas dos funcionários municipais, pontos facultativos, bem como nos feriados municipais e nacionais.

Art. 7º - O atendimento das creches será realizado de segunda a sexta-feira, nos horários determinados pela administração pública.

Art. 8º - A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º - Revogam-se as disposições em contrário.

Vitor Meireles, 7 de junho de 2013.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

### Lei N° 0850

LEI N. 0850, DE 07 DE JUNHO DE 2013.

ALTERA DISPOSIÇÕES DA LEI N. 404/2000 QUE CRIA O CONSELHO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Vitor Meireles, no uso de suas atribuições legais;

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º. O art. 2º e seus §§ 1º, 2º e 3º da Lei n. 404/2000 passam

a vigorar com as seguintes disposições:

"Art. 2º. O Conselho de Alimentação Escolar - CAE terá a seguinte composição:

I - 1 (um) representante indicado pelo Poder Executivo Municipal;  
II - 2 (dois) representantes das entidades de trabalhadores da educação e de discentes, indicados pelo respectivo órgão de representação, a serem escolhidos por meio de assembleia específica;

III - 2 (dois) representantes de pais de alunos, indicados pelos Conselhos Escolares, Associações de Pais e Mestres ou entidades similares, escolhidos por meio de assembleia específica;

IV - 2 (dois) representantes indicados por entidades civis organizadas, escolhidos em assembleia específica.

§ 1º - Cada membro titular do Conselho de Alimentação Escolar - CAE terá 1 (um) suplente do mesmo segmento representado.

§ 2º - Os membros terão mandato de 4 (quatro) anos, podendo ser reconduzidos de acordo com a indicação dos seus respectivos segmentos.

§ 3º - A presidência e a vice-presidência do Conselho de Alimentação Escolar - CAE somente poderão ser exercidas pelos representantes indicados nos incisos II, III e IV deste artigo.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Vitor Meireles, 07 de junho de 2013.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal de Vitor Meireles

### Lei N° 0851

LEI N° 0851, DE 07 DE JUNHO DE 2013.

CONCEDE CONTRIBUIÇÃO PARA A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE DE WITMARSUM, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Vitor Meireles, no uso de suas atribuições legais;

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a contribuir com a importância de até R\$ 10.500,00 (dez mil e quinhentos reais), para a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Witmarsum.

§ 1º - A contribuição de que trata a presente Lei, será efetuada em sete parcelas mensais, iguais e sucessivas, com início em junho de 2013 e será utilizada para custear o programa social de atendimento às pessoas portadoras de necessidades especiais do município de Vitor Meireles, que frequentam a APAE de Witmarsum.

§ 2º - A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Witmarsum deverá prestar contas dos recursos concedidos, no prazo de 30 (trinta) dias contados do recebimento das parcelas, não excedendo ao último dia do exercício.

Art. 2º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar a seguinte dotação, conforme segue:

10.01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL  
08.244.009.2016 - Atenção as Famílias

33000000 - Outras Despesas Correntes  
33500000 - Transf. A Instituições Privadas S/ Fins Lucrativos  
0.1.0000 - Recursos Livres - R\$ 6.500,00 (seis mil e quinhentos reais)

Art. 3º - Utilizar-se-á, para a suplementação da dotação do Art. 2º, da presente Lei, recursos relativos à anulação da seguinte dotação orçamentária:

07.01 - SECRETARIA DE TRANSPORTES E SERVIÇOS PUBLICOS  
17.512.017.2039 - Saneamento Básico  
33000000 - Outras Despesas Correntes  
33900000 - Aplicações Diretas  
0.1.0000 - Recursos Livres - R\$ 6.500,00 (seis mil e quinhentos reais)

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 5º - A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Vitor Meireles, 07 de junho de 2013.  
LOURIVAL LUNELLI  
Prefeito Municipal

### Portaria N° 111/2013

PORTARIANº. 111/2013

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve CONCEDER:

de acordo com o Artigo 76, da Lei Complementar Municipal nº. 007/2003, de 13 de maio de 2003,

Nome: WELSON GERALDO DE SOUZA PEREIRA  
Cargo: MÉDICO DO PSF

Do Quadro de Pessoal de Provisão Admitido em Caráter Temporário, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, na Secretaria de Saúde, 30 (trinta) dias de férias, pelo período de 07/06/2013 a 06/07/2013, referentes ao período aquisitivo de 10/05/2012 a 09/05/2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 07 DE JUNHO DE 2013.

LOURIVAL LUNELLI  
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA  
VITOR MEIRELES/SC, \_\_/\_\_/\_\_\_\_

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº. 055/11.

### Aviso de Licitação TP 22/2013

Errata N° 01 do Edital de Tomada de Preços 022/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES - SC  
EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 022/2013 - ERRATA Nº 01

O Município de Vitor Meireles torna público para conhecimento dos interessados que RETIFICOU o edital de Tomada de Preços para obras e serviços de engenharia acima identificado que tem por objeto aquisição de serviços de pavimentação asfáltica e drenagem pluvial na Rua Santa Catarina, Bairro das Lagoas. Devido a correções no edital, sendo que nova data de abertura será no dia 25/06/2013.

VITOR MEIRELES, 07 de maio de 2013.

LOURIVAL LUNELLI  
Prefeito Municipal.

### Quarto Termo Aditivo ao Contrato N° 015/2011

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 015/2011

Contrato que entre si celebram a PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES, entidade jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob nº. 79.372.520/0001-85, estabelecida à Rua Santa Catarina, 2.266, na Cidade de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal LOURIVAL LUNELLI, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade nº 1.228.128 e CPF nº 538.792.609-15, residente e domiciliado na Rua Leandro Meneghelli, nº 12 - Centro, nesta Cidade de Vitor Meireles, doravante simplesmente denominada CONTRATANTE e de outro lado a CONSTRUTORA E MATERIAL DE CONSTRUCAO J C LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 05.898.011/0001-54 estabelecida a Rua Pricesa Isabel, nº884, Cidade de Ibirama - SC, doravante denominado simplesmente CONTRATADA, em decorrência do Processo Licitatório nº 36/2011, da TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVICOS DE ENGENHARIA, homologado em 15/09/2011, mediante sujeição mútua às normas constantes da Lei n.º 8666 de 21/06/1993 e legislação pertinente ao Edital antes citado, cujo contrato fica alterado as seguintes cláusulas:

#### CLÁUSULA SEXTA - Da Vigência

O prazo do contrato de prestação de serviços será prorrogado por (180) cento e oitenta dias, tendo em vista que a mesma não pode ser concluída na data prevista, diante da situação da análise da documentação referente a área de intervenção, as demais cláusulas do Termo de Contrato 15/2011, permanecem inalteradas.

E por estarem as partes de pleno acordo com as cláusulas e condições estabelecidas neste instrumento, assinam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que possam surtir efeitos jurídicos e legais.

Vitor Meireles/SC, 7 de junho de 2013.

LOURIVAL LUNELLI  
Prefeito Municipal

CONSTRUTORA E MATERIAL DE CONSTRUCAO J C LTDA  
Empresa

Testemunhas:  
Sandro Lunelli  
Cpf: 064.162.869-20

Claudinei Feliciano  
Cpf: 042.800.449-02

**Xavantina**

**PREFEITURA**

### PP 25/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA - SC  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 25/2013 - PMXV

Objeto: Aquisição e instalação de equipamentos para parque infantil para rede municipal de educação, conforme especificações

constantes no anexo "c" deste edital.

Forma de Pregão: Presencial.

Tipo: Menor Preço por Lote.

Recebimento das propostas: até às 16:00 do dia 20/06/2013.

Abertura: dia 21/06/2013, às 08:30.

O Edital estará à disposição dos interessados no setor de compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Xavantina, localizada na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, de segunda a sexta-feira, no horário das 07:45 às 11:45 e das 13:00 às 17:00, ou pelo telefone (0\*\*49) 3454-3100.

Xavantina/SC, em 10 de junho de 2013.

MAURO JUNES POLETTTO,

Prefeito Municipal.

## PP 26/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 26/2013 - PMXV

Objeto: Contratação de empresas para fornecimento de peças genuínas e prestação de serviços para conserto do Trator de Esteiras Komatsu D50 Série B-4516 ano 1985, Retroescavadeira JCB Mod. 3C Sério 1791269, Retroescavadeira Case 580 Super L 4x4 ano 2006, Motoniveladora Caterpillar 12-G ano 1995 e Trator de Esteiras Komatsu D41E-6 Serie B20902 ano 1998, todos pertencentes à frota do Departamento de Transportes, conforme relação de lotes e especificações constantes no Anexo "C" deste Edital.

Forma de Pregão: Presencial.

Tipo: Menor Preço por Lote.

Recebimento das propostas: até às 16:00 do dia 21/06/2013.

Abertura: dia 24/06/2013, às 13:30.

O Edital estará à disposição dos interessados na home page [www.xavantina.sc.gov.br](http://www.xavantina.sc.gov.br). Informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Xavantina, localizada na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, de segunda a sexta-feira, no horário das 07:45 às 11:45 e das 13:00 às 17:00, ou pelo telefone (0\*\*49) 3454-3100.

Xavantina/SC, em 10 de junho de 2013.

MAURO JUNES POLETTTO

Prefeito Municipal

## Audiência Plano Pluri Anual (Ppa)

O Governo Municipal de Xavantina, SC, na pessoa do Sr. Mauro Junes Poletto, Prefeito Municipal, convidam os cidadãos xavantinos para participarem de uma importante AUDIÊNCIA PÚBLICA, a realizar-se no dia 27 de Junho de 2013, às 13h30min, nas dependências da Casa da Cultura, com o objetivo de discutir e planejar os investimentos que a Administração pública realizará nos próximos quatro anos Plano Pluri Anual (PPA), as prioridades e investimentos a serem definidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e Lei Orçamentária Anual - LOA para o exercício de 2014, em obediência ao disposto no Artigo 48 § único da Lei Complementar Federal 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), regulamentada pela Lei Municipal nº. 754/2001.

Xavantina (SC), 07 de Junho de 2013.

MAURO JUNES POLETTTO

Prefeito Municipal

ANDRESA TALASKA HOLZ

Coordenadora do Controle Interno

# Associações

## AMMVI

### Publicação Oficial dos Atos da Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí - Ammvi:

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº TP - 03/2013

Contrato que entre si celebram a ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - AMMVI, com sede na Rua Alberto Stein, 466, bairro Velha, em Blumenau (SC), inscrita no CNPJ sob o nº 83.779.413/0001-43, neste ato representada pelo seu Presidente, doravante denominada CONTRATANTE, e a empresa ARG INDUSTRIAL LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 04.415.095/0001-65, com endereço à Rodovia SC 302, nº 1860, Bairro Barragem Oeste, cidade de Taió (SC), neste ato representada pelo sócio Laércio Mendes - CPF: 769.185.999-68 doravante denominada simplesmente CONTRATADA, para EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA ETAPA I DA AMPLIAÇÃO DA ÁREA FÍSICA DA SEDE DA AMMVI, INCLUINDO FORNECIMENTO DE MATERIAIS PRÉ-FABRICADOS E MÃO DE OBRA DE MONTAGEM, de conformidade com a Licitação Tomada de Preços p/ Obras e Serviços de Engenharia nº 003/2013, com a Lei Federal nº 8.666/93 e alterações, e com os demais diplomas legais aplicáveis.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - Do objeto:

O presente contrato tem por objeto a EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA ETAPA I DA AMPLIAÇÃO DA ÁREA FÍSICA DA SEDE DA AMMVI, INCLUINDO FORNECIMENTO DE MATERIAIS PRÉ-FABRICADOS E MÃO DE OBRA DE MONTAGEM, tudo de conformidade com o Processo Licitatório nº 003/2013, Edital e seus anexos.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - Do prazo e regime de execução:

O prazo para execução da obra será de 180 (cento e oitenta) dias, observando-se o Cronograma Físico da proposta, tendo início imediato após a assinatura deste Instrumento.

O contrato tem vigência da data de sua assinatura até 31/12/2013, podendo ser aditado na forma da LEI.

O presente contrato rege-se quanto ao regime de sua execução, pelas cláusulas constantes na Licitação Tomada de Preços p/ Obras e Serviços de Engenharia nº 003/2013, e pelo regime de empreitada por preço global.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - Do Preço:

O valor total deste Contrato, para efeitos financeiros, fiscais e orçamentários, será de R\$ 298.866,54 (duzentos e noventa e oito mil e oitocentos sessenta e seis reais e cinquenta e quatro centavos), de conformidade com a proposta vencedora da Licitação Tomada de Preços p/ Obras e Serviços de Engenharia nº 003/2013.

#### CLÁUSULA QUARTA - Das Condições de Pagamento:

Os pagamentos serão efetuados em parcela única na entrega desta Etapa da obra concluída (final da obra / homologação da medição), mediante apresentação da relação de empregados, das guias de recolhimento do INSS e do FGTS devidamente quitadas, bem como dos documentos fiscais, no Setor de Contabilidade da AMMVI.

A CONTRATADA fornecerá nota fiscal, sobre a qual será retido



**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE



Imposto sobre Serviços na alíquota de 3% (três por cento).

#### CLÁUSULA QUINTA - Dos Recursos para Atender as Despesas:

As despesas decorrentes do presente instrumento correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Código Dotação	Descrição
1	AMMVI
01.02	SECRETARIA GERAL E ADMINISTRACÃO/FINANÇAS
04.122.0001.1002	AMPLIAÇÃO DA SEDE DA AMMVI
3449000000000000	APLICAÇÕES DIRETAS
10000	RECURSOS ORDINÁRIOS

#### CLÁUSULA SEXTA - Do Direito de Fiscalização:

A CONTRATANTE exercerá amplo e total direito de fiscalização sobre o objeto ora contratado, sendo que em nenhuma hipótese estará a CONTRATADA eximida das responsabilidades civis, administrativas, trabalhistas, fiscais ou penais.

A fiscalização a ser efetuada pela CONTRATANTE será por escrito, onde constarão instruções, ordens e reclamações, bem como decisões acerca dos casos omissos.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - Da Responsabilidade da CONTRATADA:

Sem prejuízo das demais obrigações prevista no edital, a CONTRATADA responsabilizar-se-á, ainda:

- a) pela aceitação dos acréscimos ou supressões que a CONTRATANTE realizar por escrito, em até 25 % (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato;
- b) pela contratação do pessoal, fornecimento de todos os materiais, transporte, ferramental e equipamentos necessários para execução dos serviços nos locais indicados no Edital;
- c) em refazer, às suas expensas, todo e qualquer serviço por má execução, trabalho defeituoso, ou com acabamento insatisfatório, bem como a execução fora das especificações técnicas;
- d) em fornecer e obrigar os empregados a utilizarem os equipamentos de proteção individual, bem como as demais normas constantes da legislação de segurança, medicina e higiene do trabalho;
- e) em apresentar as guias de encargos sociais devidamente pagas, inclusive a relação de empregados do FGTS e a guia de recolhimento da Previdência Social (INSS);
- f) em fornecer Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) dos serviços e materiais objeto da licitação, e da execução da obra, estes na ocasião da assinatura do presente instrumento contratual;
- g) em providenciar o certificado de matrícula da obra junto ao INSS, e entrega da respectiva CND na conclusão da obra;
- h) em confeccionar e instalar as placas indicativas, sinalizadores, as barreiras, os sinais vermelhos, os sinais de perigo, os sinais de desvio dentre outros, sendo que estes materiais deverão ser quantitativamente suficientes para garantir a segurança das pessoas e da execução da obra; e
- i) atender todas as orientações e cumprir as recomendações e notificações da Comissão responsável pela fiscalização, acompanhamento da obra, recebimento das etapas e definitivo da obra.
- j) Manter o Diário de Obras sempre em dia e apresentar a cada semana para a CONTRATANTE.

#### CLÁUSULA OITAVA - Das Penalidades:

Ressalvados os motivos de força maior (devidamente comprovados), e aqueles que por ventura possam ser apresentados pela CONTRATANTE, a CONTRATADA incorrerá nas seguintes penalidades:

- I - o pagamento de 5% (cinco por cento) do valor da proposta

pela recusa injustificada de assinar o instrumento contratual, no prazo estabelecido pela AMMVI;

II - o pagamento de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) do valor do contrato por dia de atraso no início das obras e/ou na entrega da obra;

III - o pagamento de 10% (dez por cento) do valor do contrato, pela rescisão sem justo motivo, por parte da CONTRATADA.

A multa deverá ser paga junto à Tesouraria da CONTRATANTE (podendo ser cobrada judicialmente após a notificação), e caso a CONTRATADA não efetive o pagamento da multa até a data dos pagamentos que tenha direito, poderá ser retido o valor da multa de seus créditos pelos serviços executados ou das garantias prestadas, retenção esta que a CONTRATADA autoriza neste ato de maneira expressa e irrevogável.

#### CLÁUSULA NONA - Da Rescisão:

A rescisão contratual poderá ser:

- a) determinada por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, nos casos enumerados nos Incisos I à XII e XVII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93; e
- b) amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no Processo Licitatório, desde que haja conveniência para a CONTRATANTE.

A inexecução total ou parcial do contrato enseja sua rescisão pela CONTRATANTE, com as consequências previstas na cláusula oitava.

Em caso de rescisão prevista nos incisos XII e XVII do art. 78 da lei Federal nº 8.666/93, sem que haja culpa ou dolo da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados, quando os houver sofrido.

A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 78, acarretará as consequências previstas no art. 80, ambos da Lei Federal nº 8.666/93.

Constituem também motivos para rescisão do Contrato, aqueles previstos no art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93.

Sem prejuízo de quaisquer sanções aplicáveis, a critério da CONTRATANTE, a rescisão por culpa da CONTRATADA importará em:

- a) aplicação da pena de suspensão de direito de licitar com a CONTRATANTE, e seus Municípios associados, pelo prazo de até 2 (dois) anos;
- b) declaração de inidoneidade quando a CONTRATADA, sem justa causa, deixar de cumprir as obrigações assumidas, praticando falta grave, dolosa ou revestida de má fé (a juízo da CONTRATANTE). A pena de inidoneidade será aplicada em despacho fundamentado, ponderando-se sua natureza, a gravidade da falta e a extensão do dano efetivo ou potencial, assegurando-se defesa ao infrator.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - Das Condições Gerais:

Será designado, pela CONTRATANTE, uma comissão para acompanhar e fiscalizar o presente contrato, dela fazendo parte o Secretário Executivo e os profissionais do quadro permanente da Assessoria de Engenharia desta Associação.

Integra o presente contrato todas as disposições, obrigações e responsabilidades constantes do Edital da Licitação Tomada de Preços p/ Obras e Serviços de Engenharia nº 003/2013, complementarmente aos dispositivos deste instrumento, independentemente de transcrição.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - Do Foro:

Para dirimir questões decorrentes deste Contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Blumenau/SC, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim justos e contratados, as partes assinam o presente termo em 03 (três) vias de igual teor e forma, diante das testemunhas abaixo, para que surta os devidos fins e efeitos legais.

Blumenau (SC), 20 de maio de 2013.  
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR  
PRESIDENTE da AMMVI

ARG INDUSTRIAL LTDA  
CONTRATADA

Testemunhas:

NOME: NOME:  
CPF: CPF:

**Publicação Oficial dos Atos da Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí - Ammvi:**  
CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO nº 001/2013

CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI, A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - AMMVI E A FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU - FURB, OBJETIVANDO A DISPONIBILIZAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS PARA MANUTENÇÃO DO TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO DE PESSOAL EM GERENCIAMENTO SUSTENTÁVEL DE RESÍDUOS DE QUE TRATA O CONVÊNIO INTERNACIONAL Nº 02/2012 E SEU TERMO ADITIVO FIRMADO COM AS INSTITUIÇÕES LOCAIS DA CIDADE DE BORAS - SUÉCIA.

Pelo presente convênio, o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI, pessoa jurídica de direito público, na forma de associação pública, inscrito no CNPJ sob nº 03.111.139/0001-09, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 700, no Município de Timbó, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Presidente, Hartwig Persuhn - Prefeito de Doutor Pedrinho/SC, e a ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - AMMVI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 83.779.413/0001-43, com sede na Rua Alberto Stein, nº 466, Velha, Blumenau/SC, aqui representada por seu Presidente, Laércio Demerval Schuster Junior - Prefeito de Timbó/SC, doravante denominados simplesmente CIMVI e AMMVI, e a FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU - FURB, instituída pela Lei Municipal nº 1.557, de 14/12/1968, reconhecida como Universidade pelo Ministério da Educação pela Portaria Ministerial nº 117, de 13/02/1986, e com sua estrutura administrativa estabelecida pela Lei Complementar Municipal nº 743, de 19/03/2010, pessoa jurídica de direito público interno e integrante da Administração Pública Indireta do Município de Blumenau na forma de Autarquia Municipal de regime especial, inscrita no CNPJ sob nº 82.662.958/0001-02, com sede na Rua Antonio da Veiga, nº 140, na cidade de Blumenau/SC, representada por seu Reitor, doravante denominada simplesmente FURB, com base no artigo 116 da Lei nº 8.666/93, firmam o presente Convênio, que se regerá pelas seguintes cláusulas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DA EXECUÇÃO**

1.1 - O presente convênio tem como objeto a disponibilização dos recursos financeiros para manutenção do treinamento e capacitação de pessoal em gerenciamento sustentável de resíduos de que trata o Convênio Internacional nº 02/2012 e seu Termo Aditivo

firmado com as Instituições locais da Cidade de Boras - Suécia.

1.2 - A execução do convênio se dará com a disponibilização dos recursos financeiros para custeio dos recursos materiais e humanos necessários a manutenção do programa de treinamento em Gerenciamento Sustentável de Resíduos, de responsabilidade das ENTIDADES DE BORAS.

1.3 - As despesas com deslocamento, alimentação e hospedagem dos técnicos das ENTIDADES DE BORAS serão custeadas a parte pela AMMVI, sendo que eventuais despesas dos técnicos brasileiros serão custeadas pelos interessados.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO REGIME DE EXECUÇÃO**

2.1 - Caberá a FURB realizar a interveniência financeira e orientação da execução física do objeto conveniado, sendo que o valor correspondente ao repasse financeiro de responsabilidade da AMMVI será efetivado sob a forma de depósito em conta corrente de titularidade da FURB, a qual fornecerá o recibo correspondente datado no dia do depósito, bem como prestará contas através de relatório dos treinamentos e capacitações executadas com os recursos provenientes deste convênio, no prazo de até sessenta (60) dias de sua realização.

2.2 - No caso de execução parcial do objeto, ou seja, não realização integral das ações de treinamento e capacitação, o valor proporcional repassado a FURB será restituído a AMMVI.

2.3 - A divulgação do objeto deste convênio e a execução das atividades de treinamento e capacitação deverão ressaltar a parceria deste instrumento, destinando espaços uniformes para cada partícipe.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR E DA FORMA DE REPASSE**

3.1 - Para a execução do objeto deste convênio fica estabelecido o repasse pela AMMVI para FURB do valor total correspondente a R\$ 33.000,00 (trinta e três mil reais), durante o exercício de 2013.

3.1.1 - Do valor de que trata o item 3.1 será deduzido o valor custeado diretamente pela AMMVI para evento relacionado ao objeto deste Convênio.

3.1.2 - O CIMVI não participará financeiramente deste Convênio em face do dispêndio que terá para implementação do Plano Intermunicipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, que aplicará os conhecimentos de que trata este instrumento.

3.1.3 - Os valores de que trata o item 3.1 serão repassados em parcela única até 07 dias antes da efetivação das etapas do treinamento programado, mediante a apresentação do respectivo documento fiscal ou recibo, sem prejuízo da Prestação de Contas pela FURB.

3.2 - A FURB participará com as despesas deste instrumento na proporção de R\$ 12.000,00 (doze mil reais), para execução do objeto deste convênio.

3.3 - Outras despesas não previstas, necessárias à consecução do objeto deste instrumento, ficam condicionadas a sua aprovação entre os convenientes, e será objeto de termo aditivo ao presente Convênio.

**CLAUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA**

4.1 - Este Termo de Convênio entrará em vigor a partir da data de sua assinatura e terá vigência até 31 de Dezembro de 2013, podendo ser prorrogado através de Termo Aditivo.

**CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

5.1 - As despesas decorrentes da execução do presente convênio correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, constantes no orçamento-programa do CIMVI, da AMMVI e da FURB, vigentes para o exercício financeiro de 2013.

**CLÁUSULA SEXTA - DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES**

6.1 - Fica desde já o CIMVI e a AMMVI responsável por:  
 &#9642; efetuar o repasse previsto para execução financeira do objeto do convênio, nos termos estipulados nas cláusulas segunda e terceira;  
 &#9642; interagir com os setores responsáveis nos Municípios do Médio Vale do Itajaí para dar efetividade à execução física do objeto do convênio;  
 &#9642; fiscalizar e acompanhar o cumprimento e a execução do presente instrumento.

6.2 - Além das demais obrigações e responsabilidades legais e dos compromissos constantes do Convênio de Cooperação Internacional nº 002/2012 e seu Termo Aditivo, fica a FURB desde já responsável por:  
 &#9642; promover a execução financeira das atividades objeto deste convênio (disponibilização dos recursos financeiros para custeio dos recursos materiais e humanos necessários a implementação do programa de treinamento em Gerenciamento Sustentável de Resíduos, de que trata o Convênio Internacional nº 02/2012 e seu Termo Aditivo firmado com as Instituições locais da Cidade de Borås - Suécia), executando direta ou indiretamente todos os serviços necessários para o cumprimento de suas finalidades;  
 &#9642; contabilizar os recursos recebidos e os créditos decorrentes deste convênio, fornecendo recibo dos depósitos efetuados pela AMMVI;  
 &#9642; aplicar os recursos recebidos exclusivamente na execução das ações e atividades do programa constante da Cláusula Primeira;  
 &#9642; facilitar o acompanhamento e a fiscalização de todas as atividades objeto do presente instrumento;  
 &#9642; fornecer todas as informações e esclarecimentos que lhe forem solicitados, inclusive prestando contas na forma da LEI.

6.3 - O não repasse dos valores previstos poderá ensejar a suspensão da execução deste instrumento, sem prejuízo das demais sanções estabelecidas em LEI.

6.4 - A não prestação de contas dos valores repassados, no prazo de sessenta (60) dias da execução do programa, ensejará a instauração de procedimento para tomada de contas especial, sem prejuízo da responsabilização legalmente estabelecida.

**CLÁUSULA SÉTIMA - DAS ALTERAÇÕES**

7.1 - Quaisquer alterações dos termos e condições do presente convênio deverão ser objeto de aditivo, firmado a qualquer tempo, que fará parte integrante do documento inicial, para todos os fins e efeitos de direito.

**CLÁUSULA OITAVA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

8.1 - Os casos omissos ao presente termo serão resolvidos em estrita obediência às diretrizes da Lei nº 8.666/93, e demais instrumentos legais aplicáveis.

8.2 - Havendo restrição na realização de despesas, de empenhos ou de movimentação financeira, ou qualquer outra derivada das normas de direito financeiro, a AMMVI, mediante notificação escrita, deverá informá-la a FURB, apontando as medidas que tomou para regularizar a situação, de modo a garantir o repasse financeiro previsto neste instrumento.

**CLÁUSULA NONA - DO FORO**

9.1 - As partes elegem o Foro da Comarca de Blumenau - SC, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente convênio, renunciado a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem de comum acordo os partícipes, foi lavrado o presente Convênio, em 03 (três) vias de igual teor e forma, assinado pelos respectivos representantes, destinada uma para cada conveniente.

Blumenau, SC, em 23 de Janeiro de 2013.

**HARTWIG PERSUHN**

Presidente do CIMVI

Prefeito de Doutor Pedrinho/SC

**JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO**

Reitor da FURB

**LAÉRCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR**

Presidente da AMMVI

Prefeito de Timbó/SC

## Consórcios

### AGIR

**Anexo I - Edital Concurso Público Nº 01/2013 - AGIR**

CÓDIGO	CARGO	REQUISITOS (ESCOLARIDADE/ FORMAÇÃO)	TOTAL DE VAGAS	JORNADA DE TRABALHO (HORAS SEMANAIS)	VENCIMENTO-BASE R\$
<b>NÍVEL MÉDIO</b>					
101	Agente Administrativo -Setor Administrativo AGA-A	Certificado de conclusão do Ensino Médio, histórico escolar e comprovante de matrícula e frequência de, no mínimo, 5º semestre para bacharelado e 3º semestre para tecnólogo nos cursos de Administração ou Administração/Gestão Pública ou Secretariado Executivo. (Resolução 21/2013)	01 e CR	40	R\$ 3.071,74

102	Agente Administrativo - Setor Técnico AGA-T	Certificado de conclusão do Ensino Médio, histórico escolar e comprovante de matrícula e frequência de, no mínimo, 5º semestre para bacharelado e 3º semestre para tecnólogo nos cursos de Processos Industriais ou Gestão Ambiental ou Saneamento ou Eletromecânica ou Controle Ambiental ou Efluentes ou Engenharia Sanitária ou Engenharia Química ou Engenharia Ambiental. (Resolução 21/2013)	01 e CR	40	R\$ 3.071,74
-----	---	--	---------	----	--------------

CR = Cadastro de Reserva

**DESCRIÇÃO DAS FUNÇÕES****Agente Administrativo - Setor Administrativo AGA-A**

I - executar os serviços de apoio nas áreas compatíveis com sua especialidade (Administração ou Administração Pública ou Processos Gerenciais ou Secretariado Executivo);

II - dar cumprimento aos contratos e convênios celebrados com entidades públicas ou privadas;

III - atender os representantes dos entes consorciados, concessionárias/autarquias e prestadores de serviços prestando informações sobre atividades, programas e atividades de competência da AGIR;

IV - tratar de documentos variados, cumprindo todo o procedimento necessário referente aos mesmos;

V - preparar relatórios e planilhas;

VI - executar serviços gerais de escritório e atendimento ao público;

VII - auxiliar no controle da prestação de serviços e na legalidade da aplicação dos recursos auferidos pelo Consórcio Público;

VIII - executar tarefas e serviços determinados e excepcionais, fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria da AGIR.

**Agente Administrativo - Setor Técnico AGA-T**

I - executar os serviços de apoio nas áreas compatíveis com sua especialidade (Processos Industriais ou Gestão Ambiental ou Saneamento ou Eletromecânica ou Controle Ambiental ou Efluentes ou Engenharia Sanitária ou Engenharia Química ou Engenharia Ambiental);

II - dar cumprimento as resoluções e normativas da AGIR;

III - atender os representantes dos entes consorciados, concessionárias/autarquias e prestadores de serviços prestando informações sobre atividades, programas e atividades de competência da AGIR;

IV - tratar de documentos variados, cumprindo todo o procedimento necessário referente aos mesmos;

V - preparar relatórios e planilhas;

VI - executar serviços gerais de escritório e atendimento ao público;

VII - proceder fiscalizações, visitas e demais atividades pertinentes ao controle, regulação e fiscalização dos serviços públicos municipais;

VIII - executar tarefas e serviços determinados e excepcionais, fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria da AGIR;

**Anexo II - Edital Concurso Público N° 01/2013 - AGIR**

Escolaridade: Nível Médio

Cargo	Núcleo de prova	Número de Questões	Valor de cada Questão	Mínimo de pontos
Agente Administrativo/ Setor Administrativo AGA-A	Conhecimentos Técnico Profissionais	20	10	120
	Legislação Constitucional e de Consórcios	10	10	60
Agente Administrativo/ Setor Técnico AGA-T	Português.	10	10	60

**Anexo III - Edital Concurso Público N° 01/2013 - AGIR**

AGÊNCIA INTERMUNICIPAL DE REGULAÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - AGIR

CONCURSO PÚBLICO 01/2013

Anexo III

CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS

- NÍVEL MÉDIO

CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS PARA AS PROVAS COM NÚCLEO COMUM

Português para todos os cargos

1. Interpretação de texto. 2. Morfologia: substantivo, artigo, adjetivo, pronome, numeral, verbo, advérbio, preposição, conjunção, interjeição, emprego de tempos e modos verbais. 3. Sintaxe: termos da oração (função sintática), regência verbal e nominal, emprego da crase, concordância verbal e nominal, colocação pronominal, vocativo, aposto. 4. Semântica: homônimos e parônimos, sentido e emprego dos vocábulos. 5. Processos de coordenação e subordinação. 6. Ortografia. 7. Acentuação gráfica. 8. Pontuação. 9. Emprego dos porquês.

OBS.: As questões serão elaboradas de acordo com o novo Acordo Ortográfico.

Legislação Constitucional, de Saneamento e de Consórcios Públicos

1. Constituição da República Federativa do Brasil: Dos Princípios Fundamentais. Dos Direitos e Garantias Fundamentais. Da organização do Estado (Títulos I, II e III). 2. Lei Federal 11.445/2007 - Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; Decreto 7.217/2010 - Regulamenta a Lei no 11.445, de 5 de janeiro de 2007. 3. Lei 11.107/2005 - Dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos; Decreto 6.017/07 - Regulamenta a Lei no 11.107, de 6 de abril de 2005. 4. Estatuto, Regimento Interno e Código de Ética do Consórcio Público da Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí.

- NÍVEL MÉDIO

CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS PARA AS PROVAS OBJETIVAS DE CONHECIMENTO TÉCNICO PROFISSIONAL

Agente Administrativo - Setor Administrativo AGA-A

1. Administração Pública Municipal: Estrutura organizacional do Poder Executivo Municipal: organização interna e relação entre



os Setores. Características e atribuições dos órgãos municipais. Impostos e taxas. Tarifas. Licitação: Conceito. Princípios. Dispensa e inexigibilidade. Modalidades. Registro de Preços. Fases da licitação. Edital. Habilitação. Classificação. Adjudicação. Anulação e revogação. Recursos administrativos. Parceria público-privada, concessão e permissão de serviços públicos. Contratos administrativos: Conceito. Características. Cláusulas essenciais. Alteração do contrato. Revisão e Reajuste de Contrato. Extinção de contrato. Teoria da imprevisão. Equilíbrio econômico financeiro. Sanções administrativas. Recursos. Contabilidade pública: objetivo e finalidade. Estrutura conceitual básica da contabilidade. Princípios fundamentais da contabilidade. Receita e despesa. Depreciação. Amortização. Apuração de resultados. Demonstrações contábeis. Orçamento público. Princípios do orçamento público. Planejamento público.

2. Administração e ambiente de trabalho: Atendimento e comunicação. Relacionamento interpessoal. Teorias de administração geral. Organização de reuniões e eventos. Protocolo e arquivo de documentos. Planejamento administrativo. Comunicação oficial: atributos básicos, siglas e abreviaturas, formas de tratamento. Definição, características e finalidade dos seguintes atos de comunicação: ata, atestado, certidão, contrato, convênio, declaração, decreto, despacho, edital, estatuto, instrução normativa, lei, memorando, ofício, ordem de serviço, parecer, portaria, procuração, relatório, requerimento, resolução, de acordo com Manual de Redação da Presidência da República.

3. Windows XP e Windows 7: Conceito de pastas, diretórios, arquivos e atalhos, área de trabalho, área de transferência, manipulação de arquivos e pastas, uso dos menus, programas e aplicativos, painel de controles, exclusão e recuperação de arquivos ou pastas. Word 2003 e 2007: Estrutura básica dos documentos, criação, exclusão e recuperação de documentos, edição e formatação de textos, cabeçalhos, parágrafos, fontes, configuração de páginas, colunas, marcadores simbólicos e numéricos, tabelas, impressão, ortografia e gramática, controle de quebras, numeração de páginas, legendas, índices, inserção de objetos, campos predefinidos, caixas de texto, mala direta. Excel 2003 e 2007: Estrutura básica das planilhas, formatação de dados, estilos pré-definidos, conceitos de células, linhas, colunas, pastas e gráficos, elaboração de tabelas e gráficos, uso de fórmulas, funções e macros, impressão, inserção de objetos, campos predefinidos, validação, classificação, sub-totais, obtenção de dados externos. Internet: Email, Segurança na internet, vírus e anti-vírus.

Agente Administrativo - Setor Técnico AGA-T

1. Legislação Brasileira. Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei Federal Nº 12.305, de 2010); Decreto 7.404/10; Lei Federal 11.445/2007 - Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; Decreto 7.217/2010 - Regulamenta a Lei no 11.445, de 5 de janeiro de 2007. Portaria MS n.º 2.914/2011. 2. Recursos Hídricos. Noções de hidrologia; ciclo hidrológico; bacias hidrográficas; águas superficiais; águas subterrâneas. Avaliação de planos de gestão de bacias hidrográficas; manejo de bacias hidrográficas. Classificação das Águas. 3. Sistemas de Abastecimento de Água. Consumo de água; partes constituintes dos sistemas de abastecimento de água; critérios gerais de dimensionamento. Adução de água; adutoras por gravidade em condutos livres e forçados; adutoras por recalque; órgãos acessórios; dimensionamento; bombas e estações elevatórias. Tratamento de água; características físicas, químicas e biológicas da água; padrões de potabilidade; principais processos de tratamento; estações de tratamento de água. Reservatórios de distribuição de água; importância; dimensionamento econômico. Redes de distribuição de água. 4. Sistemas de Coleta e Tratamento de Efluentes Líquidos. Qualidade da água, poluição hídrica e tecnologias de tratamento dos efluentes. Redes coletoras de esgotos sanitários e industriais; classificação; partes constituintes; dimensionamento. Tratamento de efluentes líquidos; processos de tratamento; estações de tratamento de efluentes líquidos;

lodos ativados; lagoas de estabilização; reatores anaeróbios; valores de oxidação; filtração biológica. Autodepuração de cursos d'água; carga orgânica; demanda bioquímica de oxigênio; redução da concentração bacteriana. Sistemas de Tratamento de Óleo. 5. Gestão dos Resíduos Sólidos. Caracterização quantitativa e qualitativa dos resíduos sólidos domésticos e industriais. Características físicas, químicas e biológicas dos resíduos sólidos. Acondicionamento, coleta, transporte e destinação final adequado. Disposição final dos resíduos; aterro sanitário; classificação dos aterros para resíduos sólidos de origem doméstica e industrial. Coleta seletiva e reciclagem. 6. Gestão Administrativa e Ambiental. Planejamento, controle, fiscalização e execução de obras; orçamento e composição de custos; levantamento de quantitativos; controle físico-financeiro. Acompanhamento e aplicação de recursos; medições; emissão de faturas; controle de materiais. Sistemas de Gestão Ambiental e Auditoria Ambiental. Certificação ISO 14.000. 7. Windows XP e Windows 7: Conceito de pastas, diretórios, arquivos e atalhos, área de trabalho, área de transferência, manipulação de arquivos e pastas, uso dos menus, programas e aplicativos, painel de controles, exclusão e recuperação de arquivos ou pastas. Word 2003 e 2007: Estrutura básica dos documentos, criação, exclusão e recuperação de documentos, edição e formatação de textos, cabeçalhos, parágrafos, fontes, configuração de páginas, colunas, marcadores simbólicos e numéricos, tabelas, impressão, ortografia e gramática, controle de quebras, numeração de páginas, legendas, índices, inserção de objetos, campos predefinidos, caixas de texto, mala direta. Excel 2003 e 2007: Estrutura básica das planilhas, formatação de dados, estilos pré-definidos, conceitos de células, linhas, colunas, pastas e gráficos, elaboração de tabelas e gráficos, uso de fórmulas, funções e macros, impressão, inserção de objetos, campos predefinidos, validação, classificação, sub-totais, obtenção de dados externos. Internet: Email, Segurança na internet, vírus e anti-vírus.

#### Anexo IV - Edital Concurso Público Nº 01/2013 - AGIR

NOME DO CANDIDATO:	TIPO DE RECURSO:	1 - CONTRA GABARITO
		2 - CONTRA PONTUAÇÃO da PROVA
NO DE INSCRIÇÃO:	CARGO:	3 - CONTRA TÍTULOS
Nº DA QUESTÃO:	DATA:	
FUNDAMENTAÇÃO:		

Assinatura do Candidato

#### Edital Concurso Público Nº 01/2013 - AGIR

AGÊNCIA INTERMUNICIPAL DE REGULAÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - AGIR  
CONCURSO PÚBLICO  
EDITAL No 01/2013

A Comissão Especial do Concurso Público, amparada pela Resolução nº 021/2013 e pelo Decreto nº 002/2013, torna público o Edital de abertura para realização de Concurso Público destinado ao preenchimento de vagas existentes e cadastro de reserva do quadro de pessoal da Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí - AGIR, que se regerá pelo Estatuto da entidade, suas alterações e pelas normas estabelecidas neste Edital. A coordenação

técnico/administrativa do Concurso Público será de responsabilidade do IBAM - Instituto Brasileiro de Administração Municipal.

## 1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. Os cargos, objeto deste Concurso Público, os valores dos respectivos vencimentos, o número de vagas, a jornada de trabalho e a descrição das funções são os constantes do Anexo I deste Edital.

1.1.1. A Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí, reserva-se o direito de admitir os candidatos classificados, de acordo com a necessidade e disponibilidade de vagas que surgirem durante a vigência do Concurso.

1.2. As condições de habilitação e definição de conteúdos programáticos, o processo de classificação e as demais informações próprias de cada cargo constarão de instruções específicas, expressas nos Anexos I, II, e III, parte integrante deste Edital.

1.3. Para se inscrever, o candidato deverá clicar no link do cargo escolhido, e antes de confirmar a inscrição, conferir todos os dados inclusive a denominação do cargo e seu respectivo código.

1.4. Os candidatos aprovados no Concurso poderão ser designados para as vagas existentes em qualquer unidade de serviço, de acordo com as necessidades da AGIR.

## 2. REQUISITOS BÁSICOS PARA INVESTIDURA NO CARGO

2.1. Ter nacionalidade brasileira, admitidos estrangeiros na forma da lei.

2.2. Estar no gozo de direitos políticos;

2.3. Estar em dia com as obrigações eleitorais.

2.4. Possuir quitação das obrigações militares, para os candidatos do sexo masculino.

2.5. Possuir o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo de acordo com o estabelecido no Anexo I do presente Edital, na data da contratação.

2.6. Contar com, no mínimo, 18 (dezoito) anos completos até a data da posse.

2.7. Ter aptidão física e mental para o exercício das atribuições do cargo.

2.8. Firmar declaração de não possuir acúmulo de remuneração pública, exceto aqueles previstos na Lei.

2.9. Apresentar declaração de bens.

## 3. DOS CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA

3.1 Para este Concurso, em face do número de vagas oferecido para cada cargo, não haverá reserva de vagas para os candidatos com deficiência.

3.2. Os candidatos com deficiência poderão disputar cargos cujas atividades sejam compatíveis com a sua deficiência.

3.3. Na avaliação médica, posterior a nomeação, caso o candidato com deficiência seja considerado inapto para o cargo, será nomeado o candidato imediatamente posterior.

3.4. O candidato com deficiência ou aquele que necessitar de tratamento diferenciado no dia da prova objetiva deverá especificá-lo na ficha de inscrição, indicando as condições diferenciadas de que necessita para a realização da prova, como, por exemplo, prova em andar térreo ou sala para amamentação.

3.4.1. A não solicitação de recursos especiais, tempestivamente, conforme disposto no subitem 3.4, implica a sua não concessão no dia da realização das provas.

3.5. A realização das provas por estes candidatos, em condições especiais, ficará condicionada à possibilidade de fazê-las de forma que não importe quebra de sigilo ou não enseje seu favorecimento.

## 4. INSCRIÇÃO NO CONCURSO PÚBLICO

4.1. Período: de 17 de junho a 16 de julho de 2013, exclusivamente, pela Internet, através do site ([www.ibam-concursos.org.br](http://www.ibam-concursos.org.br)).

4.1.2. Valores de inscrição:

CARGO / ESCOLARIDADE	VALOR
Cargos de Nível Médio/Graduandos	R\$ 60,00

4.2. O candidato deverá acessar o site ([www.ibam-concursos.org.br](http://www.ibam-concursos.org.br)) onde terá acesso ao Edital e seus Anexos, à ficha de inscrição e aos procedimentos necessários à efetivação da inscrição, que estará disponível no período entre 0 (zero) hora do dia 17 de junho e 19:00 (dezenove) horas do dia 16 de julho de 2013.

4.3. As inscrições somente serão aceitas após o banco confirmar o efetivo pagamento do valor da taxa de inscrição. O candidato poderá acompanhar a sua inscrição no endereço eletrônico ([www.ibam-concursos.org.br](http://www.ibam-concursos.org.br)) através da opção Área do Candidato.

4.4. O pagamento do Boleto Bancário deverá ser feito em espécie ou através de Internet Banking, não sendo aceito pagamento em cheque ou mediante agendamento bancário.

4.5. O pagamento da inscrição deverá ser efetivado, impreterivelmente, até o último dia previsto para o encerramento das inscrições, até o horário definido no item 4.2, caso contrário não será considerado.

4.6. É de inteira responsabilidade do candidato a conferência e confirmação dos dados de inscrição, bem como a responsabilidade por qualquer erro ou omissão no preenchimento da ficha de inscrição, razão pela qual deve ser atenciosamente conferida antes do envio, pois não será permitido pedido de retificação após o encerramento do prazo das inscrições, exceto atualização de endereço.

4.7. As inscrições pela Internet devem ser feitas com antecedência, evitando o possível congestionamento de comunicação do site ([www.ibam-concursos.org.br](http://www.ibam-concursos.org.br)) nos últimos dias de inscrição.

4.8. O Instituto Brasileiro de Administração Municipal - IBAM e a AGIR não se responsabilizam por qualquer problema na inscrição via Internet motivada por falhas de comunicação, falta de energia elétrica, congestionamento das linhas de comunicação, bem como outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a conexão ou a transferência de dados.

4.9. Não haverá inscrição condicional ou extemporânea nem inscrição por correspondência.

4.10. O valor pago a título de inscrição não será devolvido em qualquer hipótese.

## 5. DAS PROVAS

5.1.1. As provas objetivas serão eliminatórias e classificatórias, e se constituirão de questões objetivas de múltipla escolha, conforme descrito nos Anexos II e III deste Edital.

5.1.2. Nas provas objetivas, serão considerados habilitados os candidatos que obtiverem nota igual ou superior ao limite mínimo estabelecido no Anexo II deste Edital.

5.1.3. Em nenhuma hipótese haverá segunda chamada destas provas.

5.2. As provas objetivas serão realizadas no dia 04 de agosto de 2013, no período matutino. Os portões serão abertos às 08:00 e fechados, impreterivelmente, às 09:00 horas e as provas iniciadas em seguida e terão a duração de 03 (três) horas.

5.2.1. Os candidatos poderão acessar e imprimir o cartão de confirmação, com data, horário e local da prova a partir de 29 de julho de 2013, no site [www.ibam-concursos.org.br](http://www.ibam-concursos.org.br), no link Área do Candidato.

5.2.2. Só será permitido o ingresso dos candidatos nos locais de prova até o horário estabelecido neste edital.

5.2.3. O candidato que chegar após o horário estabelecido não poderá ingressar no local de prova, ficando, automaticamente, excluído do certame.

5.2.4. Para evitar atrasos, recomenda-se que os candidatos compareçam aos locais de provas pelo menos 30 (trinta) minutos antes do horário previsto para o fechamento dos portões.

5.2.5. O candidato deverá comparecer ao local de prova munido de documento original de identidade, oficial e com fotografia e caneta esferográfica azul ou preta.

5.2.6. Serão considerados documentos de identidade: Cédula

Oficial de Identidade (RG); Carteira expedida por Órgão ou Conselho de Classe (CREA, CRM e outros); Carteira de Trabalho e Previdência Social; Certificado de Reservista; Carteira de Motorista com foto e Passaporte.

5.2.7. Caso o candidato não possa apresentar nenhum dos documentos de identidade relacionados no subitem 5.2.6, no dia de realização da prova, por motivo de perda, furto ou roubo de todos eles, deverá ser apresentado documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, expedido há, no máximo, 30 (trinta) dias.

5.2.8. O candidato, ao ingressar no local de realização da prova, deverá obrigatoriamente manter desligado qualquer aparelho eletrônico que esteja sob sua posse, incluindo as campainhas de celular e os sinais de alarme. O uso de quaisquer funcionalidades de aparelhos tais como bip, telefone celular, walkman, receptor/transmissor, gravador, agenda eletrônica, notebook, calculadora, palm-top, relógio digital com receptor, entre outros, incorrerá na exclusão do candidato do certame, podendo a organização do Concurso vetar o ingresso do candidato com outros aparelhos além dos anteriormente citados.

5.2.9. Nos locais de prova poderá haver rastreamento eletrônico de sinais.

5.2.10. Os candidatos só poderão sair do local de realização da prova após 1 (uma) hora do início da mesma, podendo levar o caderno de provas.

5.2.11. Os 03 (três) últimos candidatos a terminar as provas só poderão deixar o local de provas juntos.

5.2.12. Constatando-se, durante a realização da prova, qualquer erro ou equívoco relacionado à edição ou impressão das provas, os organizadores tomarão a providência cabível, podendo inclusive determinar a anulação da questão ou questões afetadas.

5.2.13. Caberá à entidade organizadora do certame, juntamente com a Comissão, decidir sobre ocorrências verificadas durante a realização das provas.

5.2.14. A Comissão poderá, justificadamente, alterar as normas previstas no item 5 e seus desdobramentos, desde que com a finalidade de preservar o bom andamento do Concurso.

5.2.15. As provas objetivas serão corrigidas por meio de processamento eletrônico.

### 5.3. Títulos

5.3.1. Serão atribuídos pontos aos títulos a serem apresentados pelos candidatos, sendo considerados até dois títulos por categoria (graduação e especialização).

5.3.1.1. Os pontos referidos no item anterior obedecerão aos critérios a seguir:

Graduação completada nos cursos Administração ou Administração/Gestão Pública ou Secretariado Executivo ou Processos Industriais ou Gestão Ambiental ou Saneamento ou Eletromecânica ou Controle Ambiental ou Efluentes ou Engenharia Sanitária ou Engenharia Química ou Engenharia Ambiental, mediante apresentação de cópia autenticada em cartório de diploma devidamente registrado: 02 (dois) pontos;

Especialização lato sensu nas áreas de Administração Pública ou Saneamento, reconhecida pelo MEC - Ministério da Educação, com o mínimo de 360 (trezentos e sessenta) horas/aula, mediante apresentação de cópia autenticada em cartório de certificado de conclusão devidamente registrado: 03 (três) pontos.

5.3.2. Só serão avaliados e pontuados os títulos dos candidatos aprovados nas provas objetivas.

5.3.3. Não haverá desclassificação do candidato pela não apresentação de títulos.

### 5.3.4. Apresentação de títulos:

5.3.4.1. Os títulos deverão ser enviados para análise, exclusivamente no período de inscrições, para a AGIR, situada na Rua Alberto Stein, 466, Bairro da Velha - Blumenau/SC, CEP 89036-200, através de Sedex ou AR, postados no período de 17 de junho a 16 de julho de 2013, ou entregues no Protocolo da Agência, no

mesmo endereço, aos cuidados da Comissão Especial de Concurso Público.

5.3.4.2. Os títulos deverão ser apresentados em envelope fechado, contendo na sua parte externa o número de inscrição, nome do candidato e o cargo para o qual concorre.

5.3.4.3. Não serão analisados os títulos que não apresentarem, no lado externo do envelope, as informações relacionadas no item anterior.

### 5.4. Contagem de Pontos

5.4.1. O total geral de pontos do candidato será obtido pela soma dos pontos a ele atribuídos em cada uma das disciplinas da prova objetiva e de títulos, se houver.

## 6. RECURSOS E REVISÕES

6.1. Aos candidatos serão assegurados recursos em cada etapa do Concurso Público.

6.2. O candidato que se sentir prejudicado em qualquer das etapas, poderá interpor recurso, mediante requerimento individual, desde que:

a) seja dirigido ao Presidente da Comissão de Acompanhamento do Concurso e entregue para registro e protocolo na AGIR, situada na Rua Alberto Stein, 466, Bairro da Velha - Blumenau/SC, no horário das 8 às 12 horas e das 13h e 30 min. às 17 horas, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, contados após o ato que motivou a reclamação;

b) constem obrigatoriamente do recurso nome completo do candidato, número da inscrição, cargo ao qual se candidatou, fundamentação clara e ampla dos motivos, e, no caso de recursos contra questões ou gabaritos, a bibliografia pesquisada. O referido recurso deverá ser devidamente firmado pelo candidato em todas as folhas.

c) seja apresentado datilografado ou digitado, devendo ser uma folha para cada questão recorrida, no caso de recursos contra questões, conforme modelo constante do Anexo IV deste Edital.

6.3. Será indeferido, liminarmente, o requerimento que não atender os requisitos do item 6.2.

6.4. Os recursos interpostos serão decididos em até 10 (dez) dias úteis pela entidade organizadora do certame, contados, em qualquer caso, da data de seu protocolo.

6.5. Não serão aceitos recursos interpostos por telegrama, via postal, Internet ou outro meio que não seja o especificado neste Edital.

6.6. Se do exame de recursos resultar anulação de questão, a pontuação correspondente será atribuída a todos os candidatos, independentemente de terem recorrido.

6.7. No caso de o gabarito da prova ser fornecido incorretamente por falha de digitação, publicação ou outra, a questão não será anulada, procedendo-se à sua correção e publicação.

6.8. Será dada publicidade às decisões dos recursos, no site do IBAM ([www.ibam-concursos.org.br](http://www.ibam-concursos.org.br)), no link "Documentação do Concurso".

## 7. DA DIVULGAÇÃO DO GABARITO E DA CLASSIFICAÇÃO

7.1. Considerar-se-á aprovado o candidato que, submetido ao Concurso, conforme descrito no item 5 e no Anexo II do presente Edital, satisfizer todas as condições lá estabelecidas.

7.2. Em caso de igualdade de pontos na classificação, serão adotados, sucessivamente, os seguintes critérios para o desempate dos candidatos:

1o) maior no de pontos na prova de Conhecimentos Técnico-profissionais;

2o) maior no de pontos na prova de Legislação;

3o) maior no de pontos na prova de Português;

4o) maior idade.

7.2.1. Quando a igualdade de pontos na classificação envolver, pelo menos, 01 (um) candidato com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, o desempate far-se-á considerando como primeiro critério o mais idoso, conforme parágrafo único da Lei nº



10.741/03.

7.3. Os gabaritos serão divulgados no dia 05 de agosto de 2013, nos sites ([www.ibam-concursos.org.br](http://www.ibam-concursos.org.br)) e ([www.agir.sc.gov.br](http://www.agir.sc.gov.br)).

7.4. O resultado preliminar do Concurso contendo o desempenho de todos os candidatos inscritos, por cargo, em ordem decrescente de pontuação, será publicado nos sites ([www.ibam-concursos.org.br](http://www.ibam-concursos.org.br)), através da opção Documentação do Concurso, ([www.agir.sc.gov.br](http://www.agir.sc.gov.br)) e ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)).

#### 8. DO RESULTADO FINAL E DA HOMOLOGAÇÃO

8.2. Após decididos todos os recursos, será publicado nos sites ([www.ibam-concursos.org.br](http://www.ibam-concursos.org.br)), através da opção Documentação do Concurso, ([www.agir.sc.gov.br](http://www.agir.sc.gov.br)) e ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)), a relação final com todos os candidatos aprovados por cargo e em ordem de classificação.

8.3. O resultado final do Concurso será homologado pelo Diretor Geral e publicado no Mural da Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí - AGIR no site ([www.agir.sc.gov.br](http://www.agir.sc.gov.br)) e ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)).

#### 9. DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1. Os candidatos aprovados e classificados no Concurso Público serão convocados, conforme a necessidade da Agir, para o exame médico e para a comprovação dos requisitos exigidos nos itens 2.1 a 2.9 do presente Edital, através dos meios de comunicação conforme dispuser a legislação.

9.2. Os exames médicos são eliminatórios, sendo excluídos do Concurso os candidatos que não apresentarem aptidão física e/ou mental para o exercício do cargo para o qual se inscreveram.

9.3. Os candidatos que não atenderem aos requisitos exigidos neste Edital serão automaticamente eliminados do Concurso em qualquer de suas fases.

9.4. Será excluído do certame o candidato que:

\* faltar a qualquer uma das fases do Concurso;

\* não pontuar na prova objetiva;

\* portar-se de maneira inadequada nos locais de realização das provas, de modo a prejudicar o andamento normal do Concurso;

\* for surpreendido, durante a realização das provas, em comunicação com outro candidato;

\* for apanhado em flagrante tentativa de burla, fraude ou falsificação na realização da prova, sem prejuízo do indiciamento cabível;

\* deixar de apresentar qualquer documento comprobatório dos requisitos exigidos neste Edital.

9.5. O presente Concurso objetiva o preenchimento de cargos, sob

a égide do regime jurídico estatutário da Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí - AGIR.

9.6. A aprovação em Concurso não gera direito à contratação, a qual se dará, a exclusivo critério da AGIR, dentro do prazo de validade do certame em conformidade com a necessidade atual e futura da Agência Reguladora.

9.7. O acompanhamento das publicações, editais, avisos e comunicados referentes ao Concurso Público é de responsabilidade exclusiva do candidato. Não serão prestadas por telefone informações relativas ao resultado do Concurso Público.

9.8. O candidato deverá manter atualizado seu endereço e contato telefônico, junto ao IBAM, até a publicação da classificação final do Concurso, e junto ao Departamento Administrativo da Agência Reguladora, após a homologação do resultado do Concurso.

9.9. A Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí - AGIR e o Instituto Brasileiro de Administração Municipal não se responsabilizam por eventuais prejuízos ao candidato decorrentes de:

a) endereço eletrônico errado ou não atualizado;

b) endereço residencial errado ou não atualizado;

c) correspondência recebida por terceiros.

9.10. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão, competente também para julgar, em decisão irrecurável, quaisquer que sejam os recursos interpostos pelos candidatos.

9.11. O presente Edital estará disponibilizado no site do IBAM, ([www.ibam-concursos.org.br](http://www.ibam-concursos.org.br)), no site ([www.agir.sc.gov.br](http://www.agir.sc.gov.br)), ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) e no mural da Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí - AGIR.

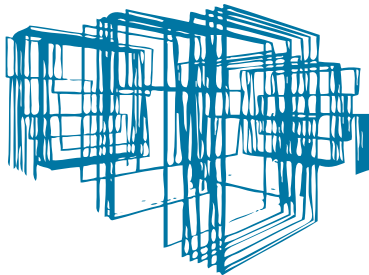
#### 10. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1. A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a tácita aceitação das condições estabelecidas neste Edital, bem como em eventuais aditamentos e instruções específicas para a realização do Concurso, acerca das quais não poderá alegar desconhecimento.

10.2. O Concurso terá validade de dois anos, podendo ser prorrogado por igual período.

Blumenau (SC), em 07 de junho de 2013.

Comissão Especial do Concurso Público da Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí - AGIR



## Programa de Gestão de Obras

Programa de Gestão de Obras:  
um sistema para ajudar quem constrói o Brasil



[www.ciga.sc.gov.br](http://www.ciga.sc.gov.br)